

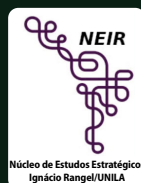
CIÊNCIA

ISSN Online: 2675-5122
ISSN-L: 1413-7461

Geográfica

ANO XXVII - VOL. XXVII, Nº 4 - ENSINO - PESQUISA - MÉTODO - JANEIRO/DEZEMBRO - 2023

REVISTA CIÊNCIA GEOGRÁFICA - 28 ANOS: Os efeitos das políticas neoliberais e da globalização na América Latina e no mundo



CIÊNCIA Geográfica

Expediente

Revista **Ciência Geográfica**

Ensino - Pesquisa - Método

Ano XXVII - Vol. XXVII - N.º 4 - Janeiro/Dezembro de 2023

ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461

Publicação anual voltada ao ensino, à pesquisa e método em Geografia e áreas afins.

Órgão oficial de divulgação da

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS SEÇÃO LOCAL BAURU - SP

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS:

Presidente Nacional: Prof. Dr. **Charles da França Antunes**

Diretor Seção Local Bauru: Prof. Ms. **Elian Alabi Lucci**

Editores:

Álvaro José de Souza (*In Memoriam*), Cláudio Eduardo de Castro, Elian Alabi Lucci, José Misael Ferreira do Vale (*In Memoriam*), Lourenço Magnoni Júnior, Nilton de Araújo Júnior, Ruy Moreira e Wellington dos Santos Figueiredo.

Comitê Editorial:

Álvaro José de Souza (*In Memoriam*), Adnilson de Almeida Silva, André Luiz Nascentes Coelho, Andréa Aparecida Zacharias, Antônio Francisco Magnoni, Cláudio Eduardo de Castro, Cristiano Nunes Alves, Edson Belo Clemente de Souza, Elian Alabi Lucci, Elvis Christian Madureira Ramos, Flavio Gatti, Jorge Luis Paes de Oliveira Costa, José Mauro Palhares, José Misael Ferreira do Vale (*In Memoriam*), Lourenço Magnoni Júnior, Lucivânio Jatobá, Maria da Graça Mello Magnoni, Patrícia Helena Mirandola Garcia, Ruy Moreira e Wellington dos Santos Figueiredo.

Revisores:

José Mauro Palhares, José Misael Ferreira do Vale, Lourenço Magnoni Júnior, Maria da Graça Mello Magnoni e Wellington dos Santos Figueiredo.

Jornalista Responsável:

Antônio Francisco Magnoni - MTB - 19280

Conselho Editorial/Editorial Board:

Prof. Dr. Ruy Moreira (UFF/Niterói - RJ) - Editor-chefe

Membros/Members:

Prof.ª Dr.ª Adriana Dorfman (UFRGS/Porto Alegre - RS - Brasil)
Dr.ª Alineurea Florentino Silva (Embrapa Semiárido/Petrolina - PE - Brasil)
Prof. Dr. André Luiz Nascentes Coelho (UFES/Vitória - ES - Brasil)
Prof.ª Dr.ª Andréa Aparecida Zacharias (UNESP/Ourinhos - SP - Brasil)
Prof. Dr. Antônio Francisco Magnoni (UNESP/Bauru - SP - Brasil)
Prof. Dr. Cláudio Eduardo de Castro (UEMA/São Luís - MA - Brasil)
Prof. Dr. Cláudio Artur Mungó (Universidade Eduardo Mondlane/Maputo - Moçambique)
Prof. Dr. Cristiano Nunes Alves (UEMA/São Luís - MA - Brasil)
Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza (UEPG/Ponta Grossa - PR - Brasil)
Prof. Dr. Elvis Christian Madureira Ramos (UFMS/Corumbá - MS - Brasil)
Prof. Dr. Genilton Odilon Rego da Rocha (UFPA/Belém - PA - Brasil)
Prof. Dr. Gil Soderro de Toledo (USP/São Paulo - SP - Brasil)
Prof.ª Dr.ª Helena Copetti Callai (UNUJUI/Ijuí - RS - Brasil)
Prof. Dr. Jorge Olcina Cantos (Associação Espanhola de Geografia - AGE/Universidade de Alicante - UA/Alicante - Espanha)
Prof. Dr. José Mauro Palhares (UNIFAP/Oiapoque - AP - Brasil)
Prof.ª Dr.ª Lana de Souza Cavalcanti (UFGO/Goiânia - GO - Brasil)
Prof. Dr. Lourenço Magnoni Júnior (Centro Paula Souza/Lins - SP - Brasil)
Prof. Dr. Luciano Fernandes Lourenço (Universidade de Coimbra - Portugal)
Prof. Dr. Lucivânio Jatobá (UFPE/Recife - PE - Brasil)
Prof.ª Dr.ª Maria da Graça Mello Magnoni (UNESP/Bauru - SP - Brasil)
Prof. Dr. Nelson Rego (UFRGS/Porto Alegre - RS - Brasil)
Prof.ª Dr.ª Patrícia Helena Mirandola Garcia (UFMS/Três Lagoas - MS - Brasil)
Prof. Dr. Roberto Serrano-Notivolli (Associação Espanhola de Geografia - AGE/Universidade Autónoma de Madrid - UAM/Madrid - Espanha)
Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida de Sousa Fernandes (UNESP/Marília - SP - Brasil)
Prof. Dr. Túlio Barbosa (UFU/Uberlândia - MG - Brasil)
Prof. Dr. Zeno Soares Crocetti (UNILA/Foz do Iguaçu - PR - Brasil)

POLÍTICA E OBJETIVOS DA REVISTA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

A Revista CIÊNCIA GEOGRÁFICA - Ensino, Pesquisa e Método é uma publicação eletrônica editada pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Seção Bauru - SP com a finalidade de divulgar a atuação profissional e intelectual de geógrafos, professores de Geografia da Educação Básica e Superior, estudantes de Pós-Graduação em Geografia e de Ciências afins. Dentre seus objetivos estão:

- 1 - Estimular a produção técnico-científica e didático-pedagógica dos sócios da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Bauru - SP e de pesquisadores da Geografia Brasileira ou de ciências afins;
- 2 - Divulgar as ciências brasileiras no plano internacional e evidenciar as ciências mundiais ao conhecimento nacional;
- 3 - Promover a difusão e a popularização da Ciência e Tecnologia no âmbito da Geografia ou de Ciências afins;
- 4 - Estabelecer, em caráter permanente, articulações orgânicas entre a pesquisa universitária de Geografia e Ciências afins com as salas de aula dos Sistemas de Ensino Fundamental, Médio, Técnico e Superior.

As edições online da Revista CIÊNCIA GEOGRÁFICA estão abertas para publicar todas as tendências acadêmicas e científicas críticas que estão em pauta na Geografia e nas diversas Áreas de Conhecimento da Educação Escolar Brasileira contemporânea. O objetivo central da Revista Eletrônica da AGB/Seção Bauru - SP é ampliar o alcance das Pesquisas e do Ensino de Geografia e suas Ciências conexas. As páginas online estão disponíveis para divulgar todas as ações que aproximem a Ciência Geográfica brasileira dos cidadãos que desejam a construção de um mundo mais justo, solidário, democrático e participativo.

Indexada em/Indexado in/Abstract in:

IBCID (ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461), Latindex, Diadorim, Google Acadêmico, LivRe e DOI (*Digital Object Identifier*).

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS SEÇÃO LOCAL BAURU - SP

CNPJ N.º 00.407.524/0001-00

Rua Pedro Oliveira Tavares, 2-148 - Jardim Colonial - Bauru - SP - CEP 17047-595

Fone: (14) 99711-1450

E-mail: agb@agbbauru.org.br

Site: <https://www.agbbauru.org.br>

Normatização bibliográfica: Nilton de Araújo Júnior

Edição: Nilton de Araújo Júnior (NAJR Edições - CNPJ 49.135.556/0001-84)

Editora Saraiva

Av. Antártica, 92 - Barra Funda

São Paulo - SP - 01141-061

Fone: (11) 4003-3061

E-mail: centralderelacionamento@somoseduacao.com.br

www.edocente.com.br

*** As opiniões expressadas pelos autores são de sua inteira responsabilidade.**



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR. Direitos para esta edição foram cedidos pelos autores e organizador. Qualquer parte ou a totalidade do conteúdo desta publicação pode ser reproduzida ou compartilhada, desde que se lhe atribua o devido crédito pela criação original. Obra sem fins lucrativos e com distribuição gratuita. O conteúdo dos artigos publicados é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando a posição oficial da Revista Ciência Geográfica.

Ficha catalográfica elaborada por:

DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - UNESP - Botucatu

Ciência Geográfica - Ensino - Pesquisa - Método

(Seção Bauru / Associação dos Geógrafos Brasileiros / Editora Saraiva) - Bauru / São Paulo - SP

Ano I - n.º 1 (1995)

Ano XXVII. Vol. XXVII - N.º 4 - Janeiro-Dezembro/2023

Anual

ISSN Online: 2675-5122 - ISSN-L: 1413-7461

1. Geografia - Periódicos - Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Bauru / Editora Saraiva

CIÊNCIA

ISSN Online: 2675-5122
ISSN-L: 1413-7461

Geográfica

ANO XXVII - VOL. XXVII, Nº 4 - ENSINO - PESQUISA - MÉTODO - JANEIRO/DEZEMBRO - 2023

Sumário

Carta ao Leitor 2248

Artigos

Más allá de la globalización: el “regreso” de la Geografía 2254
Omar Gejo • Alan Rebottaro

Educação Geográfica e formação docente na Bolívia: alguns apontamentos 2271
Clézio dos Santos

América Latina: Cinco siglos igual... 2283
Ana María Liberali

O jogo da direita e a nova geografia do capitalismo 2305
Zeno Soares Crocetti

El Acuerdo Mercosur–Union Europea en materia de indicaciones geográficas. Imposibilidad de una negociacion birregional 2328
Marina Cifuentes

A dialética virtual x real: a Primavera Árabe e junho de 2013 2340
Wellington dos Santos Figueiredo

¿Por qué Argentina no es Corea? Una aproximación geográfica 2358
Ana Laura Berardi

Venta y consumo de alimentos en el circuito bajo de la economía: un estudio de caso en las calles de Buenos Aires (Argentina) en años prepandémicos del covid-19 2371
Danton Leonel de Camargo Bini

Geopolítica, colonialismo y turismo 2396
Stella Maris Arnaiz Burne • Alfredo A. César Dachary

As competências educacionais: formação para cidadania ou formação para o mercado? 2412
Marcelo Gaudêncio Brito Pureza • Genylton Odilon Rêgo da Rocha

Circuitos productivos y globalización en la zona metropolitana de Puerto Vallarta: primeras aproximaciones 2430
Francisco Javier Ruiz Hermoso • Fernanda César Arnaiz

Os ventos do norte “ainda” movem moínhos: clivagens do neoliberalismo global na América do Sul 2441
Anderson Gois Marques da Cunha • José Luiz Alves • Alisson Barbosa da Silva

El negocio del litio por dentro. El caso de Sales de Jujuy 2464
Gastón Remy

Padronizar para governar - a política educacional na gestão de existências	2477
Ana Claudia Carvalho Giordani • Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira	
El desarrollo del turismo costero en el Caribe mexicano: balances del período neoliberal	2491
Enrique Montiel Hernández • Cristóbal Pérez Magaña	
Os efeitos das políticas neoliberais e da globalização sobre a educação brasileira: o “novo” Ensino Médio e a escalada da violência nas escolas de Educação Básica	2509
Lourenço Magnoni Júnior • José Mauro Palhares	
Vinculación entre la expansión sojera y la deforestación en la Argentina, 1990-2020	2525
Graciela Patricia Cacace • Jorge Osvaldo Morina	
“O norte alimenta o sul”: a organização do espaço econômico rural de Gana no início do século XXI	2546
Kauê Lopes dos Santos	
El sistema de transporte del área metropolitana de Buenos Aires frente a las políticas neoliberales. 30 años después	2565
Solange Paula Redondo	
As novas dinâmicas espaciais urbanas de Juiz de Fora frente a financeirização	2579
Telma Souza Chaves	
O avanço do meio técnico-científico-informacional no campo: uma análise a partir da difusão do agronegócio globalizado no MATOPIBA baiano	2593
Matheus Dezydério Busca	
Os desafios da implantação do saneamento básico em cidades pequenas no Brasil: o caso de Juscimeira-MT	2614
Beatriz Camila Roieski Martins Miranda • Jeater Waldemar Maciel Correa Santos	
Os guardiões das sementes crioulas de Rio Grande/RS e suas temporalidades: resistência às transformações na relação com a natureza	2635
Darlan Goulart • Jussara Mantelli	
Brasil hoje e amanhã na divisão planificada do trabalho	2658
João Victor Moré Ramos	
Indústrias cervejeiras em Ponta Grossa/PR: a gelada que esquentou a economia	2695
Luiz Henrique Toscani • Rafael dos Santos • Edson Belo Clemente de Souza	
Expansão urbana em Ponta Grossa-PR: uma análise sobre seu processo e suas consequências	2715
Karla Volaco Gonzalez Stamoulis • Nisiane Madalozzo	

Geographic Science Journal

YEAR XXVII - VOL. XXVII, # 4 - TEACHING - RESEARCH - METHOD - JANUARY/DECEMBER - 2023

Índice - Index

Carta al lector	2250
Letter to the reader	2252
 Artículos - Articles	
Além da globalização: o “retorno” da Geografia / Beyond globalization: the “return” of Geography	2254
Omar Gejo • Alan Rebotaro	
Geographic Education and teacher training in Bolivia: some notes / Educación Geográfica y formación docente en Bolivia: algunas notas	2271
Clézio dos Santos	
América Latina: Cinco séculos iguais... / Latin America: Five centuries the same...	2283
Ana María Liberali	
The right game and the new geography of capitalism / El juego de la derecha y la nueva geografía del capitalismo	2305
Zeno Soares Crocetti	
O Acordo Mercosul-União Europeia sobre indicações geográficas. Impossibilidade de negociação birregional / The Mercosur–European Union Agreement regarding geographical indications. Failure to negotiate a biregional agreement	2328
Marina Cifuentes	
The virtual vs. real dialectic: the Arab Spring and June 2013 / La dialéctica virtual x real: la Primavera Árabe y junio 2013	2340
Wellington dos Santos Figueiredo	
Por que Argentina não é Coreia? Uma abordagem geográfica / Why Argentina is not Korea? A geographical approach	2358
Ana Laura Berardi	
Venda e consumo de alimentos no circuito inferior da economia: um estudo de caso nas ruas de Buenos Aires (Argentina) em anos pré-pandemia de covid-19 / Sale and consumption of food in the low economy circuit: a case study in the streets of Buenos Aires (Argentina) in prepandemic years of covid-19	2371
Danton Leonel de Camargo Bini	
Geopolítica, colonialismo e turismo / Geopolitics, colonialism and tourism	2396
Stella Maris Arnaiz Burne • Alfredo A. César Dachary	
Educational skills: training for citizenship or training for the market? / Habilidades educativas: ¿formación para la ciudadanía o formación para el mercado?	2412
Marcelo Gaudêncio Brito Pureza • Genylton Odilon Rêgo da Rocha	
Circuitos produtivos e globalização na zona metropolitana de Puerto Vallarta, México: primeiras abordagens / Productive circuits and globalization in the metropolitan zone of Puerto Vallarta, México: first approaches	2430
Francisco Javier Ruiz Hermoso • Fernanda César Arnaiz	
The northern winds “still” move mills: cleavages of global neoliberalism in South America / Los vientos del norte “siguen” moviendo molinos: divisiones del neoliberalismo global en América del Sur	2441
Anderson Gois Marques da Cunha • José Luiz Alves • Alisson Barbosa da Silva	

O negócio do lítio por dentro. O caso de Sals de Jujuy / The lithium business inside. The case of Sals de Jujuy	2464
Gastón Remy	
Standardization to govern: the educational policy for managing existence / Estandarizar para gobernar - política educativa en la gestión de las poblaciones	2477
Ana Claudia Carvalho Giordani • Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira	
O desenvolvimento do turismo costeiro no Caribe mexicano: balanços do período neoliberal / Development of coastal tourism in mexican Caribbean coast: balance of the neoliberal period	2491
Enrique Montiel Hernández • Cristóbal Pérez Magaña	
The effects of neoliberal policies and globalization on brazilian education: the “new” High School and the escalation of violence in Basic Education schools / Los efectos de las políticas neoliberales y la globalización en la educación brasileña: la “nueva” Escuela Secundaria y la escalada de la violencia en las escuelas de Educación Básica	2509
Lourenço Magnoni Júnior • José Mauro Palhares	
Ligação entre a expansão da soja e o desmatamento na Argentina, 1990-2020 / Linkage between the soybean expansion and the deforestation in Argentina, 1990-2020	2525
Graciela Patricia Cacace • Jorge Osvaldo Morina	
“North feeds south”: the organization of Ghana’s rural economic space in the early 21st century / “Le nord nourrit le sud”: l’organisation de l’espace économique rural du Ghana au début du XXIe siècle	2546
Kauê Lopes dos Santos	
O sistema de transporte da área metropolitana de Buenos Aires contra as políticas neoliberais. 30 anos depois / The transportation system of the metropolitan area of Buenos Aires against neoliberal policies. 30 years later	2565
Solange Paula Redondo	
The new urban spatial dynamics of Juiz de Fora in the face of financialization / Las nuevas dinámicas espaciales urbanas de Juiz de Fora frente a la financiarización	2579
Telma Souza Chaves	
The advance of the technical-scientific-informational environment in the countryside: an analysis based on the expansion of globalized agribusiness in the MATOPIBA region of Bahia / El avance del medio técnico-científico-informacional en el campo: un análisis a partir de la difusión del agronegocio globalizado en MATOPIBA Bahía	2593
Matheus Dezydério Busca	
The challenges of deployment on basic sanitation in the small towns in Brazil: the case of Juscimeira / Los desafíos de la implantación del saneamiento básico en ciudades pequeñas en Brasil: el caso Juscimeira – MT	2614
Beatriz Camila Roeski Martins Miranda • Jeater Waldemar Maciel Correa Santos	
The guardians of the creole seeds of Rio Grande/RS and their temporalities: resistance to changes in the relationship with nature / Los guardianes de semillas criolas de Rio Grande/RS y sus temporalidades: resistencia a las transformaciones en la relación con la naturaleza	2635
Darlan Goulart • Jussara Mantelli	
Brazil today and tomorrow in planned division of labour / Brasil hoy y mañana en la división planificada del trabajo	2658
João Victor Moré Ramos	
Brewing industries in Ponta Grossa/PR: the cold beer that heats up the economy / Industrias cervecerías en Ponta Grossa/PR: el helado que calienta la economía	2695
Luiz Henrique Toscani • Rafael dos Santos • Edson Belo Clemente de Souza	
Urban expansion in Ponta Grossa-PR: an analysis on its process and consequences / Expansión urbana en Ponta Grossa-PR: um análisis acerca del proceso y consecuencias	2715
Karla Volaco Gonzalez Stamoulis • Nisiane Madalozzo	

CARTA AO LEITOR

Com a missão de se tornar um veículo de divulgação da Geografia Crítica Latino-Americana, e construído pelo esforço coletivo de geógrafos(as) brasileiros(as) e argentinos(as), agregados(as) em torno do Centro de Estudios Alexander von Humboldt (Buenos Aires) e da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local Bauru – SP, a presente edição da Revista *Ciência Geográfica* apresenta 26 artigos sobre OS EFEITOS DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E DA GLOBALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E NO MUNDO.

Finalizamos um ano polêmico, de vitória e fracassos. Portas que se abrem ou que se encerram, diluindo-se entre tantas iniciativas e propostas de um 2023 que, certamente, ficará marcado entre nós como o grande ano nas mil e uma contradições latino-americanas.

Em política, uma visão redutora se paga com a liberdade. No presente século, o totalitarismo nos deu inúmeros exemplos disso. O que ocorre nos fenômenos sociais também se produz nos demais âmbitos em que se exerce a inteligência humana. O enfoque simplificador revela-se esterilizador em todas as partes, porque fixa arbitrariamente o que, na realidade, muda incessantemente, porque separa o que por si está unido, desconfia do caótico, do contraditório e do aleatório — que, porém, estão inscritos na natureza das coisas.

Esse enfoque conduz, necessariamente, a becos sem saída, que só podem ser superados mediante um esforço constante para ir do mais simples ao mais complexo. O processo do conhecimento não é mais do que essa aprendizagem, progressiva e ilimitada, dos segredos do real. Aprendizagem que, constantemente, o comum dos mortais tem podido dispensar, contentando-se com a obviedade do “senso comum”.

Mas como afirmou Edgar Morin, não é mais possível deixarmos apenas aos sábios (elite da academia, gestores das corporações e políticos) o privilégio do pensamento

complexo e continuarmos a pensar o simples. A complexidade, a simulação, o virtual e os simulacros devem se tornar a forma de pensar cotidiana de todos nós, pois elas tornaram-se a própria matéria de nosso dia a dia.

Portanto, será que neste século XXI estaremos destinados a viver as metáforas do mundo, ou seja, um mundo da simulação e do simulacro no qual o que aparece não é o que aparenta ser? É a vida que nos intima a resistir ao fácil e enfrentar esse desafio, sob pena de perdemos o fio do real e voltarmos a cair na armadilha de novos totalitarismos. Ontem no Brasil, hoje na Argentina!

E a revista? A revista tem esse objetivo reflexivo: podermos ser, dizendo-nos, representando-nos. O espaço nos pertence!

Foz do Iguaçu, 22 de dezembro de 2023.

Zeno Soares Crocetti

*Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território. Foz do Iguaçu/Paraná/Brasil.
Coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos Ignácio Rangel (NEIR).*

CARTA AL LECTOR

Con la misión de convertirse en un vehículo de difusión de la Geografía Crítica Latinoamericana, y construido por el esfuerzo colectivo de geógrafos brasileños y argentinos, agrupados en torno al Centro de Estudios Alexander von Humboldt (Buenos Aires) y la Asociación de Geógrafos Brasileños, Sección Local Bauru – SP, Esta edición de la Revista Ciencia Geográfica presenta 26 artículos sobre LOS EFECTOS DE LAS POLÍTICAS NEOLIBERALES Y LA GLOBALIZACIÓN EN AMÉRICA LATINA Y EL MUNDO.

Terminamos un año polémico, de victorias y fracasos. Puertas que se abren o se cierran, diluyéndose entre tantas iniciativas y propuestas para un 2023 que seguramente quedará marcado entre nosotros como el gran año de las mil y una contradicciones latinoamericanas.

En política, una visión reduccionista se paga con libertad. En el presente siglo, el totalitarismo nos ha dado innumerables ejemplos de ello. Lo que ocurre en los fenómenos sociales también ocurre en otros ámbitos en los que se ejercita la inteligencia humana. El enfoque simplificador resulta esterilizante en todas partes, porque fija arbitrariamente lo que en realidad cambia incesantemente, porque separa lo que está unido en sí mismo, desconfía de lo caótico, lo contradictorio y lo aleatorio, que, sin embargo, están inscritos en la naturaleza de las cosas.

Este enfoque conduce necesariamente a callejones sin salida, que sólo pueden superarse mediante un esfuerzo constante por ir de lo más simple a lo más complejo. El proceso de conocimiento no es más que este aprendizaje progresivo e ilimitado de los secretos de la realidad. Aprendizaje del que, constantemente, el común de los mortales ha podido prescindir, contentándose con la obviedad del “sentido común”.

Pero, como afirmó Edgar Morin, ya no nos es posible dejar el privilegio del pensamiento complejo sólo a los sabios (élite académica, directivos corporativos y

políticos) y seguir pensando en lo simple. La complejidad, la simulación, lo virtual y los simulacros deben convertirse en la forma cotidiana de pensar de todos nosotros, tal como se han convertido en la materia misma de nuestra vida diaria.

Por tanto, ¿estaremos en este siglo XXI destinados a vivir las metáforas del mundo, es decir, un mundo de simulación y simulacro en el que lo que aparece no es lo que parece ser? Es la vida la que nos anima a resistir lo fácil y afrontar este desafío; de lo contrario, corremos el riesgo de perder el hilo de la realidad y volver a caer en la trampa de nuevos totalitarismos. ¡Ayer en Brasil, hoy en Argentina!

¿Y la revista? La revista tiene este objetivo reflexivo: poder ser, decirnos, representarnos. ¡El espacio nos pertenece!

Foz do Iguaçu, 22 de diciembre de 2023.

Zeno Soares Crocetti

Universidad Federal de Integración Latinoamericana. Instituto Latinoamericano de Tecnología, Infraestructura y Territorio. Foz do Iguaçu/Paraná/Brasil. Coordinador del Núcleo de Estudios Estratégicos Ignácio Rangel (NEIR).

LETTER TO THE READER

With the mission of becoming a vehicle for the dissemination of Latin American Critical Geography, and built by the collective effort of Brazilian and Argentine geographers, clustered around the Alexander von Humboldt Study Center (Buenos Aires) and the Association of Brazilian Geographers, Local Section Bauru – SP, this edition of the *Revista Ciência Geográfica* (Geographical Science Journal) presents 26 articles on THE EFFECTS OF NEOLIBERAL POLICIES AND GLOBALIZATION IN LATIN AMERICA AND THE WORLD.

We ended a controversial year, of victories and failures. Doors that open or close, being diluted among so many initiatives and proposals for a 2023 that will certainly be marked among us as the great year in the thousand and one Latin American contradictions.

In politics, a reductive vision is paid for with freedom. In the present century, totalitarianism has given us countless examples of this. What occurs in social phenomena also occurs in other areas in which human intelligence is exercised. The simplifying approach proves to be sterilizing everywhere, because it arbitrarily fixes what, in reality, changes incessantly, because it separates what is united in itself, it distrusts the chaotic, the contradictory and the random — which, however, are inscribed in the nature of things.

This approach necessarily leads to dead ends, which can only be overcome through a constant effort to go from the simplest to the most complex. The process of knowledge is nothing more than this progressive and unlimited learning of the secrets of reality. Learning that, constantly, the common mortals have been able to dispense with, contenting themselves with the obviousness of “common sense”.

But as Edgar Morin stated, it is no longer possible for us to leave the privilege of complex thinking only to the wise (academic elite, corporate managers and politicians) and

continue to think about the simple. Complexity, simulation, the virtual and simulacra must become the everyday way of thinking for all of us, as they have become the very stuff of our daily lives.

Therefore, in this 21st century will we be destined to live the metaphors of the world, that is, a world of simulation and simulacrum in which what appears is not what it appears to be? It is life that encourages us to resist what is easy and face this challenge, otherwise we risk losing the thread of reality and falling back into the trap of new totalitarianisms. Yesterday in Brazil, today in Argentina!

And the Journal? The Journal has this reflective objective: to be able to be, telling ourselves, representing ourselves. Space belongs to us!

Foz do Iguaçu, December 22, 2023.

Zeno Soares Crocetti

*Federal University of Latin American Integration. Latin American Institute of
Technology, Infrastructure and Territory. Foz do Iguaçu/Paraná/Brazil.
Coordinator of the Ignácio Rangel Strategic Studies Center (NEIR).*

MÁS ALLÁ DE LA GLOBALIZACIÓN: EL “REGRESO” DE LA GEOGRAFÍA

ALÉM DA GLOBALIZAÇÃO:
O “RETORNO” DA GEOGRAFIA

BEYOND GLOBALIZATION:
THE “RETURN” OF GEOGRAPHY

Omar Gejo¹

omargejo@gmail.com

Alan Rebottaro²

alaignaciorebottaro@gmail.com

Ano XXVII - Vol. XXVII - (4): Janeiro/Dezembro - 2023

CIÊNCIA
Geográfica

ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461

www.agbauru.org.br

1 Profesor de Enseñanza Secundaria, Normal y Especial en Geografía por la Universidad de Buenos Aires (UBA). Docente de la División Geografía del Departamento de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Luján (UNLu). E-mail: omargejo@gmail.com.

2 Profesor en Geografía por la Universidad Nacional de Luján (UNLu). Docente de la División Geografía del Departamento de Ciencias Sociales de la UNLu. E-mail: alaignaciorebottaro@gmail.com.

Artigo recebido em agosto de 2023 e aceito para publicação em outubro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMEN: El “regreso” de la geografía, bajo su forma más material, es decir como geopolítica, es la completa refutación de las dos coordenadas ideológicas de los últimos 40 años: globalización y neoliberalismo. Es que el “regreso” de la geopolítica señala la imposibilidad manifiesta de lograr la plena unificación del mundo bajo el régimen de estatalidad nacional. Los Estados, que nunca habían dejado de serlo, han vuelto a ser los protagonistas indiscutibles y afrontan las pujas por el predominio internacional, dándole a la guerra una presencia insoslayable³.

Palabras clave: Capitalismo. Crisis. Geografía. Imperialismo. Desarrollo desigual y combinado.

RESUMO: O “retorno” da geografia, na sua forma mais material, isto é, como geopolítica, é a refutação completa das duas coordenadas ideológicas dos últimos 40 anos: a globalização e o neoliberalismo. É que o “retorno” da geopolítica indica a manifesta impossibilidade de alcançar a unificação plena do mundo sob o regime de um Estado nacional. Os Estados, que nunca deixaram de sê-lo, voltaram a ser protagonistas indiscutíveis e enfrentam as propostas de domínio internacional, conferindo à guerra uma presença incontornável.

Palavras-chave: Capitalismo. Crise. Geografia. Imperialismo. Desenvolvimento desigual e combinado.

ABSTRACT: The “return” of geography, in its most material form, that is, as geopolitics, is the complete refutation of the two ideological coordinates of the last 40 years: globalization and neoliberalism. It is that the „return“ of geopolitics indicates the manifest impossibility of achieving the full unification of the world under the regime of national statehood. The States, which had never ceased to be so, have returned to being the undisputed protagonists and are facing the bids for international dominance, giving war an unavoidable presence.

Keywords: Capitalism. Crisis. Geography. Imperialism. Uneven and combined development.

NEOLIBERALISMO Y GLOBALIZACIÓN, IDEOLOGÍA IMPERIALISTA

Es evidente que estamos asistiendo a un momento de cambio, que algunos no vacilan en caracterizar como un verdadero cambio de época. El movimiento de la historia se confronta de tanto en tanto con esos momentos en que el tiempo parece que se acelera hasta comprimirse y producir modificaciones cualitativas. Uno de esos momentos lo constituyó, por ejemplo, la “Caída del Muro” de Berlín en 1989. Ello produjo el principio de la remoción del statu-quo emergido de la definición de la Segunda Guerra Mundial, que se sustanció en

la visión europea por la estabilización política en dos grandes esferas, la occidental y la oriental y, en el caso alemán, por la división del estado germano y hasta la misma partición de su histórica capital. Los sucesos de Berlín de 1989 resultaron un ariete para demoler aquel statu-quo. Desde aquel acontecimiento ya han transcurrido más de tres décadas, tiempo suficiente para dar testimonio fáctico de que el mundo ha madurado la necesidad de nuevas modificaciones de carácter estructural. Los actuales sucesos en Ucrania, protagonizados por la iniciativa rusa de irrumpir en ese antiguo y vital componente de la extinta URSS, parecen ser la prueba irrefutable de que la historia estaría dispuesta a brindarnos ahora un nuevo salto cualitativo en su desarrollo y, por ende, una renovada sorpresa⁴.

Este “reinicio” de la marcha de la historia se lleva a cabo bajo un elocuente signo, el del “regreso” de la geografía, y éste bajo su forma más material, como geopolítica. Esta irrupción significa, lisa y llanamente, la completa refutación de las coordenadas ideológicas que se impusieron durante los últimos cuarenta años, hecho que no es totalmente advertido por la mayoría de los analistas. Es que desde los años ochenta se hizo presente una caracterización de la realidad a través de un par de coordenadas conceptuales que impusieron su sello distintivo en casi toda discusión económica, social y política. Ellas fueron “globalización” y “neoliberalismo”.

Globalización, un manifiesto antigeográfico

Por “globalización” se pretendió decir que el mundo acababa, por fin, de ser mundo. En cortas palabras, el capitalismo había alcanzado, definitivamente, su obra, consistente en realizar la universalidad humana en clave mercantil, habiéndose logrado las condiciones “materiales” para la plena, para la continua circulación⁵.

Una de las ideas más emblemáticas era aquella de que “la tierra es plana”, del conocido analista liberal estadounidense Thomas Friedman (2006). La distancia, la distancia geográfica, había virtualmente desaparecido, y con ello se obtenía la condición primaria para garantizar la circulación continua, hecho anhelado como basamento del eterno reino de la circulación. La geografía quedaba entonces subsumida a una geometría.

Pero, claro, la “globalización” era la cobertura ideológica de una hipotética unificación del horizonte bajo la regencia del capitalismo indisputado, pretendiendo saltar sobre las contradicciones históricas abiertas por las diferentes fases del proceso de mundialización del que el capitalismo ha sido el abanderado⁶. Nos referimos, sobre todo, al momento del advenimiento del imperialismo (LENIN, 2008), y que dio paso a un interregno signado por las dos Guerras Mundiales (1914-1945). Este aparente salto cualitativo dejaba atrás ahora las hasta ese momento difícilmente salvables contradicciones entre pujas integradoras mundializantes e intereses materiales concretos estatuidos, entre una esfera mundial como tendencia y otra internacional como sobreviviente inevitable del pasado prologador del capitalismo⁷.

No por azar es que junto a este término “globalización” haya hecho su recorrido este otro término, el de “neoliberalismo”. Por “neoliberalismo” se ha pretendido identificar al viraje en la discusión e implementación de las políticas económicas. Desde la posguerra

la discusión económica había estado pensada y configurada por el planteo keynesiano, enfoque nacido de la crisis de los años 1930 y que alcanzó su rango de “pensamiento oficial” tras la Segunda Guerra Mundial. Con los años 1970, con la crisis abierta durante esos años, asistimos a una arremetida de un conservadorismo económico, propugnador de la restauración de los planteos neoclásicos.

Este planteo “neoliberal” inducía a repensar la crisis de aquellos años en términos de una excesiva participación del Estado en la esfera económica, de una “sobredosis” de Estado. Retomar la vitalidad en el ciclo económico demandaba una significativa reducción de la participación del Estado, que se alcanzaba a definir por entonces como asfixiante. El Estado era visto como el sometedor del mercado, proceso que acompañaba a la par el sometimiento del individuo frente al ogro estatal. Este “neoliberalismo” terminó siendo otro sello distintivo de la época, de esta época de la “globalización”. Esta última era el “Reino (terrenal) del mercado” por fin alcanzado. El “neoliberalismo” era la necesaria adaptación de la política económica a no renunciar voluntariamente a tal logro posibilitado y/o habilitado por el salto tecnológico y el desmoronamiento del “socialismo realmente existente”. Hemos advertido previsoramente que estas dos caracterizaciones han significado más una representación ideológica de la realidad que una verdadera descripción de lo realmente ocurrente (GEJO; MORINA, 2004).

Para dejar sentado el espíritu de nuestra posición contradictoria de este “pensamiento común”, vulgar, único, diremos, simplemente, lo siguiente: tanto “globalización” como “neoliberalismo” representan arrestos idealistas, llevados al límite en pos de una pretendida indiferenciación material como meta a alcanzar, alcanzable o directamente alcanzada.

Con la “globalización” se planteaba la dramática reducción de la distancia geográfica, supuesto básico para habilitar un ciclo de circulación continua, soporte, a su vez, de una era de crecimiento ininterrumpido, perenne, capaz de abandonar definitivamente la era de la prehistoria mercantil, sujeta ésta a la intermitencia de las crisis periódicas (LUTTWAK, 2009)⁸.

La realidad es que la clave, el meollo de la cuestión se encuentra en la propia dinámica del protagonista de esta historia, el capital. Es el capital el sujeto de esta saga, a través de su acumulación. Es ella la que labra el proceso, incesante, de diferenciación material. Proceso que es constante, continuo y que agudiza y exacerba las diferencias de todo tipo que se desarrollan en el proceso histórico. Al respecto, durante la denominada “globalización” ya han quedado registradas las manifiestas desigualdades, los constatables desequilibrios que el proceso acumula (STIGLITZ, 2002). La expresión “desarrollo desigual y combinado” se ajusta muy bien a la caracterización del proceso de acumulación bajo las coordenadas del imperialismo, cuya característica central es precisamente la de ser un proceso de sobreacumulación, destinado a lidiar sin respiro con él (SMITH, 1984; LAXE, 2018).

Por ello, la “globalización” entendida como una extensión al límite de la circulación no es una propuesta que viabilice el horizonte del desarrollo de la acumulación.

Neoliberalismo, una guerra de clases

Al mismo tiempo, eso que se ha denominado “neoliberalismo” constituye, también, una especie de sinrazón. El propio Estado es un proceso y, ante todo, una concreción que denota claramente una diferenciación material. En tanto la escala de la acumulación del capital se incrementa en volumen, no puede haber un registro en dirección contraria por parte del Estado. El Estado es una referencia inexorable de la marcha del proceso de acumulación de capital. La perspectiva de una reversión extensa de su presencia es un virtual oxímoron en la era de la sobreacumulación, en la era del imperialismo. Es por ello que la propuesta del “neoliberalismo” sólo puede comprenderse, en realidad, como un intento parcial de “descompresión” de la excesiva acumulación mediante un mecanismo de pseudo-mercantilización, fenómeno que ha sido descripto como de “acumulación por desposesión” por el geógrafo David Harvey (2004a, 2004b).

Y ahora podemos regresar al comienzo. Fukuyama (1992) es el que prologó esta etapa al definirla como la del “fin de la historia”⁹. Esta etapa, que hoy estaría siendo conmovida, está presenciando el “regreso de la geografía”. Y este “regreso” se hace desde su forma más material, como geografía política o directamente como geopolítica. Esta irrupción, bajo estas indelebles formas, significa la completa refutación de esas coordenadas conceptuales ideológicas características de esa etapa. Es que el “regreso” de la geopolítica señala la imposibilidad manifiesta de lograr la plena unificación del mundo bajo el régimen de estatalidad nacional. Los Estados, que nunca habían dejado de serlo, han vuelto a ser los protagonistas indiscutibles y afrontan las pujas por el predominio internacional, dándole a la guerra una presencia insoslayable (KURZ, 2003, 2005; LAZZARATO, 2022, 2023).

El conflicto de Ucrania, por ejemplo, ha sido uno de los definitivos reposicionadores de la geopolítica, que no era cosa del pasado. De pronto, Mackinder (2011), un clásico, o Brzezinski (1997), una referencia contemporánea, desfilan cotidianamente entre infinidad de discursos que abordan lo ahora indiscutible, que el mundo es mundo, pero no como un globo y, mucho menos como un plano. El mundo está fracturado, y estas fracturas responden a recortes territoriales presididos por Estados, siendo estos los que dirigen el sentido de la proyección internacional de esas porciones del espacio mundial.

Pero junto a esta constatación de la vitalidad y primacía de los estados nacionales también se torna indudable que la categoría mercado, como realidad, dista mucho de adquirir autonomía y mucho menos la realidad de la que hablan los “neoliberales” (MAZZUCATTO, 2022). Y cualquier análisis retrospectivo debiera haber bastado para elucidar la falta de realismo, es decir, la falta de apego a los hechos, que hay en la caracterización de eso que han llamado “neoliberalismo”¹⁰.

ALGUNAS CONJETURAS SOBRE LA HISTORIA DEL PRESENTE

A continuación ofreceremos una aproximación materialista a la comprensión del desarrollo de la historia reciente mundial.

El orden de posguerra

- a) El “Orden de Posguerra”, surgido de la definición de la Segunda Guerra Mundial, implicó la subordinación del mundo europeo (occidental) al capitalismo (imperialismo) estadounidense. Esto forzó la descolonización del hoy llamado “Sur Global”, en concreto la geografía asiático-africana. Debe recordarse que un proceso análogo se vivió en la geografía política latinoamericana cuando nuestra región conoció su alumbramiento en el temprano ascenso inglés, hecho que reconfiguró la periferia colonial latinoamericana cuando Inglaterra dirimió fuerzas con la Francia posrevolucionaria (GEJO, 1995);
- b) Ese Orden de Posguerra se sostuvo en la imbricación de las tres geografías históricas imperialistas, ahora “dirigidas” por el imperialismo estadounidense (AMIN, 2022). Este trípode con vértice estadounidense fue el prólogo de la llamada “globalización”. A ese proscenio se lo conoció como la emergencia de la era de la “Transnacionalización”, que se “convertiría” en “globalización” tras la crisis de los 70, primero, y definitivamente tras los sucesos de “1989” (GEJO, 1995).

La crisis de los setenta

- c) Pero la crisis de los 70 fue el comienzo del largo fin de ese Orden de Posguerra, y se lo vive a través del epifenómeno del cierre de los Treinta Gloriosos, que reflejaron el “círculo virtuoso” de la reconstitución tras la Segunda Guerra. Esa funcionalidad del trípode queda expresada en los “Milagros” de la Posguerra, tanto el alemán como el japonés (BRENNER, 2009);
- d) En el ámbito de la Periferia, los 70 marcaron el límite para las experiencias desarrollistas que habían sido fruto de la inmediata Posguerra. Este quiebre se produjo entre mediados de los 1970 y comienzos de los ochenta, entre la llamada “Crisis del Petróleo” y la crisis de la deuda latinoamericana (FIORI; NOZAKI, 2023; PATNAIK, 2023);
- e) En el marco de Europa Occidental, la crisis de los 70 cerró la vida de las Dictaduras del sur: Portugal, Grecia y España fueron puestas “en línea” con la política clásica “modélica” de la Europa Occidental. Estos hechos derivaron en el último arresto de la descolonización del África Portuguesa, que ofició de preámbulo del fin del apartheid sudafricano producido unos quince años después como consecuencia de la definición de la guerra de Angola y la decisiva intervención cubana en ella durante los 80 y el golpe definitivo del fin del mundo bipolar;
- f) Pero el corazón de la crisis se hallaba en las geografías imperialistas y, centralmente, en la geografía imperialista norteamericana. La reproducción ampliada de esta última

geografía se labró a través de un proceso de suburbanización interior, el despliegue de la industrialización inducida en América Latina (desarrollismo), el determinante proceso de transnacionalización que enlazó a la geografía imperialista norteamericana con los otros dos centros históricos de génesis imperialista, Europa Occidental y Japón, así como el inocultable desarrollo del “keynesianismo militar” del “Complejo Militar Industrial”, un elemento inseparable de la materialidad imperialista (CYPHER, 2007)¹¹;

g) De la crisis se “sale” a través de un par de fenómenos que alcanzaron nombres identitarios: “globalización” y “neoliberalismo”. Los dos han sido respuestas a la crisis de sobreacumulación. El primero, representó un salto cuanti-cualitativo en la escala de los procesos, podríamos decir, en un salto en la mundialización. El segundo, una vuelta de tuerca al interior de cada uno de los espacios nacionales. Tanto en el primer caso, agudización de la mundialización, como en el segundo, un abandono (aparente) de la heterodoxia keynesiana, la esencia del proceso es un incremento de la explotación de los trabajadores. Indirectamente mediante la “globalización” y directamente a través de la panoplia de los ajustes en la periferia o la austeridad en las geografías imperialistas;

h) La crisis de los 1970, en suma, abrió una era de erosión industrial en los viejos centros imperialistas a favor de un proceso de deslocalización que se esparció sobre ciertas geografías de las periferias. Pero contra la pueril descripción de una pretendida mundialización inmaterial lo que se ha vivido fue una serie de procesos de regionalización que dieron forma cabal al proceso de deslocalización industrial de los centros imperialistas (WOLFF, 2023);

i) El Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN) y la Unión Europea son las dos formas más nítidas de los procesos arriba aludidos. El tercer ejemplo fue la “correlación” de Japón con su periferia inmediata, que ofició de tándem productivo-comercial exitoso. Esta etapa abarca, aproximadamente, un cuarto de siglo, y se extendió hasta la “Crisis Asiática” de 1997 (GEJO; BERARDI, 2013).

La crisis asiática

j) La crisis del año 1997, la “Crisis Asiática” o el efecto “Arroz”, tuvo una repercusión de magnitud. Fue el punto de partida de un lustro de conmociones económico-financieras y políticas, como las que tuvieron por protagonista mayúsculo a América Latina, región en la cual la crisis argentina del año 2001 fue suficientemente elocuente, meridianamente pedagógica;

k) Pero esta crisis de 1997 tuvo repercusiones mucho más importantes, decisivas, sobre todo en el propio escenario en el que se incubó y desarrolló originariamente, el este de Asia. Concretamente allí asistimos a la quiebra de un mecanismo de “acoplamiento” virtuoso entre los tigres y el Japón, un engranaje que funcionó a la “perfección” durante más de dos décadas. Esta “asociación” estrecha se había vuelto muy dinámica durante la ofensiva estadounidense contra el Japón, a partir de las políticas emanadas del Acuerdo del Plaza (HALEVI; LUCARELLI, 2002). Una consecuencia determinante de estos sucesos fue el definitivo ascenso de la potencia exportadora china;

l) Claro que en términos geopolíticos no se puede omitir la estratégica importancia de la reciente “Caída del Muro”. Europa Oriental y la ex URSS se conmovieron por este proceso, produciéndose una redefinición del marco europeo en sí mismo y del escenario internacional en su conjunto también. La ampliación del proceso de integración en marcha en Europa Occidental, por un lado, y la casi inmediata ofensiva de la OTAN por expandirse por Europa Oriental, por el otro. La URSS, por su parte, se disolvió, y toda su periferia se independizó; hablamos del Asia Central, el Cáucaso y la Europa Oriental contigua (ALTAMIRA, 2004);

m) Asimismo, casi de forma inmediata los EE.UU. procedieron a desatar una ofensiva política de vasto alcance geográfico, comenzando en Medio Oriente y los Balcanes y extendiéndose luego al Cáucaso y Asia Central, culminando, finalmente, con la abierta intervención en Medio Oriente y África del Norte, que implicó, entonces, un límite a este período de ininterrumpida iniciativa político-militar (BEINSTEIN, 2016);

n) La crisis de 1997 también fue la antesala de la crisis financiera de 2008, y esta última equivaldría a un colofón de la retahíla de crisis económico-financieras internacionales abiertas por lo menos desde 1971/1973. Esta crisis de 2008 expresó los límites alcanzados por la “salida” a la crisis de los años 1970. La “asiatización” fue la clave geográfica de dicha “salida” y quedó expresada rotundamente en el acoplamiento económico-comercial del Japón con su periferia inmediata, los llamados “Tigres”. A partir de la crisis de 1997, será la propia expansión china la que “marcará el campo de juego” regional e internacional. Este último período entrará en crisis a partir del año 2008 (GEJO; BERARDI, 2013).

La crisis de 2008

o) La crisis de 2008 es la que también alumbró el “regreso” de la geopolítica. Fueron los EE.UU. de Obama, con su pivote asiático, el partero de esta nueva época¹². La China de Xi responderá, dos años después, con la Iniciativa de la Franja y la Ruta, conocida vulgarmente como la “Nueva Ruta de la Seda”. Estas dos directrices de política internacional en su sentido más lato, es decir, geopolítico, es lo que mejor expresa los constatables límites que había alcanzado la temprana y otrora “resolución setentista”;

p) La crisis fue también el escenario del reposicionamiento de Rusia en el sistema internacional. Su participación en Georgia, en el conflicto de Osetia del sur, fue el punto de partida de un activismo que ya no abandonaría. Ello fue seguido de la definición del conflicto en Chechenia antes de abandonar la primera década del siglo. Luego vendrían la cuestión de Crimea en el año 2014 y su participación determinante en Siria en el año 2015. Finalmente, la plena irrupción en Ucrania, con un enfrentamiento que se encuentra en desarrollo, y que coloca a Rusia confrontando casi abiertamente contra la OTAN (POCH, 2022).

El “regreso” de la guerra

q) La guerra en Ucrania expresa de un modo abierto los límites que había alcanzado el período que nació con la “Caída del Muro”. La actual acción rusa es claramente reactiva a las profundas consecuencias que acarrearón los sucesos de 1989, es decir, el advenimiento de un pretendido “Orden Unipolar”;

r) La cuestión de Ucrania y la de Taiwán son la expresión concreta de una modificación importante del statu-quo internacional. La presión estadounidense se verificó en los últimos treinta años en los bordes de la extinta URSS y de China, en sus periferias: los Balcanes, Medio Oriente y Asia Central. La salida de Afganistán en el año 2021, luego de dos décadas de ocupación, por parte de los Estados Unidos es un indicador de que la presión ahora se dirige directamente sobre los flancos inmediatos de los dos grandes países de Eurasia. Ello implica un salto cualitativo de la tensión internacional. La Tercera Guerra Mundial o la Guerra Mundial Híbrida son denominaciones que aparecen frecuentemente a la hora de definir los potenciales alcances de la contienda a la que asistimos. Tanto la guerra en Europa como el probable conflicto en el estrecho de Taiwán son dos episodios que desafían el orden establecido desde la Segunda Guerra Mundial y sus consecuencias inmediatas y mediatas;

s) Nos enfrentamos a un momento de significado histórico, en el que varios tiempos están siendo cuestionados. Es evidente que los tiempos de la “globalización” han entrado en abierta crisis. El segundo tiempo que se “cuestiona” es el que se inició con la crisis de los años 1970. La crisis de aquellos años cuestionó las bases materiales producto del desarrollo de la Posguerra, y las guerras en Medio Oriente estuvieron implicadas en el sentido de la salida que pretendió dársele a esa crisis (GOWAN, 2000). Es esta misma crisis la que expresa, también, los límites de los procesos del “socialismo realmente existente” en Europa Oriental en Asia Oriental (China);

t) La crisis de los años 1970, concretamente, se sorteó a través del impulso decisivo de la asiaticización de la economía mundial, del traslado del centro de gravedad de la industria a Oriente. Este proceso se sustanció en dos períodos claramente definidos: el primero, que se desarrolló entre la Crisis del Petróleo (1973) y la Crisis Asiática (1997), y luego un segundo momento que va desde ese último año hasta la crisis financiera internacional del año 2008. Con la crisis de 1997 se cierra el período de la expansión nipona; con la crisis de 2008 se pone de manifiesto la definitiva expansión de China;

u) El tercer tiempo histórico que aparece en cuestión da una idea de los tectónicos movimientos que estamos presenciando, ya que se habla de la decadencia de Occidente, como producto secundario de la declinación de la potencia que ha significado la culminación del desarrollo occidental, Estados Unidos. Por todo ello se habla de una crisis definitiva de esa modernidad, es decir, hablamos de una historia de medio milenio (ARRIGHI, 2007, 2015; BIHR, 2018; FRANKOPAN, 2016; MONEREO, 2022a, 2022b).

A MODO DE CONCLUSIONES

v) En resumen, asistimos a una manifestación rotunda, vibrante, de eso que se ha denominado el “desarrollo desigual y combinado”, una manifestación cabal de la época imperialista. Alemania y Japón fueron ejemplos evidentes de ello en la inmediata Posguerra. La oclusión nipona desde los años noventa ha sido otra muestra de ello. Finalmente, China, con su vertiginoso ascenso, es una irrefutable prueba de este mecanismo de explosiva asociación del desarrollo capitalista avanzado, es decir, imperialista (SMITH, 1984; LAXE, 2018);
w) Por supuesto, nada de ello se compeadece con la aparente aproximación a lo que se ha pretendido decir que es el neoliberalismo o la globalización. Neoliberalismo y globalización, uno y otro, se encuentran directamente cuestionados por el ascenso chino, que es un genuino producto de las explosivas condiciones generadas por la acumulación de capital en la época imperialista (CHUANG, 2019; HO-FUNG, 2023; ROBERTS, 2023)^{13 14 15}.

Imperialismo, desarrollo desigual y China

x) La crisis de los años 1970 fue una expresión de un temprano agotamiento de la materialidad del Orden de Posguerra, encontró cauce en la profundización asiática del curso de la historia contemporánea, y China es el epítome de esos acontecimientos. Desde la crisis del año 2008 presenciamos los límites que ha alcanzado, ahora, tal proceso. El intento de cerco, primero, y el desarrollo ahora de una abierta confrontación por parte de Estados Unidos (HUDSON, 2023), ha recibido por respuesta china el intento de proyectar su poder a través de la continentalidad euroasiática (ESCOBAR, 2020a, 2020b; CASTRO, 2021; JALIFE-RAHME, 2023), lo que significa un reto real para la hegemonía de la potencia norteamericana.

NOTAS

3 El “regreso” de la geografía es el lema de la convocatoria del XXV Encuentro Internacional Humboldt, a realizarse en septiembre de este año en la ciudad de Luján, provincia de Buenos Aires. Los Encuentros Humboldt (EnHu) se llevan a cabo anualmente, en forma ininterrumpida, desde el año 1999. Este es el listado completo de dichas citas: 1999 – América Latina, 200 años después (Buenos Aires, Argentina); 2000 – Periferias, regiones y países (Mar del Plata, Argentina); 2001 – La vuelta a la región (Salta, Argentina); 2002 – Geografía de la integración (Puerto Iguazú, Argentina); 2003 – La cuestión nacional (Neuquén, Argentina); 2004 – Más allá de los noventa (Villa Carlos Paz, Argentina); 2005 – América Latina en el sistema internacional (Villa de Merlo, Argentina); 2006 – El “retorno” de la política (Colón, Argentina); 2007 – ¿Réquiem para el neoliberalismo? (Juiz de Fora, Brasil); 2008 – El mundo como geografía (Rosario, Argentina); 2009 – Crisis sistémica: ¿regulación o ruptura? (Ubatuba, Brasil); 2010 – El capitalismo como geografía (La Rioja, Argentina); 2011 - América Latina como Geografía: ¿perspectivas

de desarrollo nacional? (Dourados, Brasil); 2012 – La hora de la “desglobalización” (Río Hondo, Argentina); 2013 – Geografía y crisis (Ciudad de México, México); 2014 – América Latina como geografía (San Carlos de Bariloche, Argentina); 2015 – 20 años (Pirenópolis, Brasil); 2016 – Geografía de la crisis (San Fernando del Valle de Catamarca, Argentina); 2017 – América Latina: balance de una “década” (Río Grande – Pelotas, Brasil); 2018 – La nueva geografía del capitalismo (Mendoza, Argentina – Santiago de Chile, Chile); 2019 – El “retorno” del imperialismo (Foz do Iguaçu, Brasil); 2020 – El “regreso” de la geopolítica (Santa Rosa, Argentina); 2021 – La cuestión china (Florianópolis, Brasil); 2022 - América Latina frente a la “nueva bipolaridad” (Corrientes, Argentina); 2023 – El “regreso” de la geografía (Luján, Argentina). Estas actividades continuadas durante un cuarto de siglo se enmarcan en un programa de extenso desarrollo y vasto alcance, y se vertebran en tres grandes ejes: Periferia, Regiones y Países (2000), El mundo como geografía (2008) y La nueva geografía del capitalismo (2018).

4 “El 24 de febrero de 2022, fecha del inicio de la guerra en Ucrania, marca la entrada del mundo en una nueva edad geopolítica. Nos hallamos ante una situación totalmente nueva en Europa desde el final de la Segunda Guerra Mundial. Aunque ha habido en este continente, desde 1945, muchos acontecimientos importantes, como la caída del Muro de Berlín, la implosión de la Unión Soviética y las guerras en la ex Yugoslavia, nunca habíamos asistido a un evento histórico de semejante envergadura, que cambia la realidad planetaria y el orden mundial” (RAMONET, 2022).

5 Desde una perspectiva crítica, es muy interesante leer a Milton Santos (1998) en un premonitorio pasaje sobre esta cuestión: “La globalización es un momento en la historia en que el mundo se encuentra realmente mundo. Siempre hubo un planeta, siempre hubo sociedades humanas, pero en este momento actual hay una universalización de la sociedad humana. El mundo se ha vuelto mundo por varias razones. Una razón es el hecho de que la inteligencia humana ha podido crear un conjunto de técnicas que son hegemónicas respecto de la información (una familia de técnicas), que tiene una dimensión planetaria, una presencia directa e indirecta en todos los lugares, que ha permitido primero, crear empresas globales; segundo, que haya una información con vocación planetaria y tercero, que el mundo de negocios, en su más alta expresión, sea también planetario, global. Entonces, todo lo que acontece en cualquier lugar tiene relación con ese mundo, es decir que el mundo está presente en todos los lugares como mundo pero también como lugar, es decir que los lugares no pierden completamente sus características y el mundo se instala en todas partes. La diferenciación entre lugares aumenta, pero cada lugar aumenta su individualidad, aunque funcionando dentro de un sistema único, el sistema del mundo. Es decir que Europa, Estados Unidos, África, América Latina, Asia, todos son mundo, penetrados por esos nuevos hechos que tienen que ver con la técnica, la producción, la información y el dinero, todos globales. Así, América Latina, África, Asia, América del Norte, Europa, por consiguiente, se mundializan”.

6 “La caracterización de la etapa en curso, que realiza la academia oficial y semioficial, como una globalización (se refiere al capital) reviste de un carácter histórico progresivo

a la restauración capitalista en los ex estados obreros. La globalización del capital, sin embargo, es un fenómeno que llegó a su apogeo histórico hace mucho tiempo, con la plena formación del mercado mundial y la emergencia del imperialismo. Expresa la declinación del capitalismo, no su ascenso. La regresión histórica, que tiene un punto de culminación con la restauración capitalista en curso, tuvo su inicio con la contrarrevolución burocrática, que no fue más que la expresión de la presión de la economía mundial capitalista sobre un “socialismo” aislado en “uno” o varios países históricamente retrasados. La globalización, en tanto restauración del capital allí donde había sido expropiado, no constituye un avance sino un retroceso histórico, y conlleva, de un lado, la pérdida de conquistas históricas y sociales en esos países así como a nivel internacional. La globalización es la expresión ideológica de la destrucción del socialismo como perspectiva, la cual que fue históricamente conquistada por el proletariado en dos siglos de lucha de clases. Adjudica la victoria transitoria del capital sobre los regímenes sociales no capitalistas dirigidos por una burocracia, a una capacidad del capital para revolucionar indefinidamente las fuerzas productivas, lo cual escamotea, de un lado, el carácter internamente contradictorio del capital y, del otro, su carácter históricamente condicionado; que el avance de la ciencia y la técnica, que el capital impulsa, no como una finalidad social consciente, sino por la necesidad de incrementar la explotación del trabajo ajeno, potencia sus contradicciones y las hace cada vez más explosivas. El eufemismo globalizador pretende poner un signo igual entre la liquidación de las formaciones económicas precapitalistas por parte del capital mundial en la época histórica de su ascenso (liberalismo) y la destrucción de la propiedad estatizada y de la economía planificada en la etapa del capital monopolista en disgregación. Presenta a la unificación capitalista del mercado mundial como una perspectiva aún no completada, y no como una realidad que ha agotado sus posibilidades históricas y que engendra crisis económicas explosivas, catástrofes sociales mayores y guerras todavía más destructivas. La globalización rechaza que la restauración capitalista tenga un carácter transitorio, cuyo desenlace será determinado por el desarrollo de la presente crisis mundial” (ALTAMIRA, 2004).

7 La guerra mundial que se desarrolla en el presente entre la OTAN y Rusia se inscribe en la agenda histórica del pasaje del capitalismo de libre competencia al imperialismo. No es, por lo tanto, una cuestión de raíz ‘geopolítica’ ni siquiera para los Estados Mayores. Es la culminación necesaria de las contradicciones explosivas del capitalismo agonizante o en transición. La guerra no es la expresión de una tendencia a la extensión territorial de una o varias potencias imperialistas, porque su base histórica es el capital financiero. El período de agregación y desagregación territorial que caracterizó a la formación de los estados nacionales ha concluido hace largo tiempo. Las guerras imperialistas son la expresión de la contradicción entre la internacionalización alcanzada por las fuerzas productivas, de un lado, y el marco histórico agotado de los Estados nacionales, del otro. La formación del imperialismo y las guerras imperialistas constituyen recursos históricos del capital para contrarrestar la tendencia descendente de la tasa de ganancia, el bloqueo a la acumulación capitalista y la tendencia a la disolución del capitalismo mismo como modo de producción

social. La guerra de la OTAN y Rusia y la preparación sistemática de la OTAN de la guerra contra China deben ser colocadas en una perspectiva histórica más amplia que la que ofrecen la combinación de peculiaridades de este conflicto” (ALTAMIRA, 2023).

8 Edward Lutwak utiliza el término “turbocapitalismo” para caracterizar a esta nueva época, supuestamente superadora definitivamente del capitalismo del pasado.

9 Una fuente inobjetablemente sistémica, un vocero conservador indiscutido, The Economist, tempranamente en 1994 supo comprender el cariz de la ofensiva ideológica globalista y estableció una decidida, magistral y pionera defensa de la geografía: “Es un lugar común de la era informática que las telecomunicaciones globales instantáneas, las redes de televisión y de computación pronto derrocará a las antiguas tiranías del tiempo y del espacio”. Sin embargo, “las personas no son máquinas pensantes (absorberán al menos tanta información a través de la vista, el olfato y los sentimientos, como de los símbolos abstractos), y el mundo no es inmaterial: la realidad virtual no es tal realidad. El peso sobre la humanidad del tiempo y del espacio, del terruño y de la historia -en suma- de la geografía, es mayor que el que probablemente pueda levantar jamás cualquier tecnología terrícola”.

10 Veamos lo que Chomsky (2023) opina al respecto: “Primero que nada tenemos que aclarar que los denominados programas neoliberales del llamado Consenso de Washington son un fraude completo. Si consultas el diccionario, la definición del neoliberalismo dice que es una política que depende de los mercados [libres] y de un gobierno reducido. Eso nunca ha sido verdad. Bajo Reagan hubo una intervención masiva del Estado en la economía, pero para el beneficio de los ricos y poderosos. Uno de los primeros actos del gobierno de Reagan fue golpear a los sindicatos. Igual con Margaret Thatcher. Si vas a atacar a la gente trabajadora y los pobres, no quieres ninguna línea de defensa. El próximo gran acto fue el rescate financiero más grande de la historia bancaria estadounidense. El neoliberalismo es una guerra de clases masiva. En EE.UU se volvió lo que algunos economistas llamaron una economía de rescates empresariales. A las instituciones financieras se les permitió hacer lo que quisieran, y cuando estallan, sólo vas al amistoso contribuyente de impuestos para que te rescate. Y esto empeora cada vez más. El gobierno de Reagan concluyó con la crisis de las instituciones de ahorro, otro rescate masivo pagado por los contribuyentes. [Bill] Clinton llegó con los acuerdos de libre comercio, que aunque son llamados acuerdos comerciales casi no tienen nada que ver con el libre comercio... Son acuerdos de derechos de inversionistas con medidas altamente proteccionistas para proteger a los inversionistas y sus derechos, son acuerdos de derechos de inversionistas disfrazadas de libre comercio. Uno de los resultados de estos programas en EE.UU, según una investigación de la Rand Corporation que intentó calcular el traslado de riqueza desde 90 por ciento de la población, o sea la clase trabajadora y la media, al uno por ciento más rico y desde Reagan la cifra es de unos 50 billones de dólares. Es un sistema efectivo”.

11 La guerra es un latrocinio o La guerra es una estafa (originalmente en inglés: War is a racket) es una obra escrita por el general Smedley Butler. Un cuarto de siglo antes de la célebre denuncia del presidente Dwight D. Eisenhower, en su discurso de abril de 19.., Butler, después

de retirarse del Cuerpo de Marines, en 1935 escribió el discurso en el que denuncia el uso de las fuerzas armadas de los Estados Unidos para la ganancia de Wall Street. En este libro detalla cómo Estados Unidos intervino militarmente en Latinoamérica para ganancia de las grandes compañías estadounidenses, pasando el costo de la guerra finalmente a los ciudadanos estadounidenses. En noviembre de 1935, Butler publicó un artículo en *The New York Times* donde dijo al respecto: «He servido durante 30 años y cuatro meses en las unidades más combativas de las fuerzas armadas estadounidenses: en la infantería de marina. Tengo el sentimiento de haber actuado durante todo ese tiempo de bandido altamente calificado al servicio de los grandes negocios del Wall Street y sus banqueros. En una palabra, he sido un pandillero al servicio del capitalismo. De tal manera, en 1914 afirmé la seguridad de los intereses petroleros en México, Tampico en particular. Contribuí a transformar a Cuba en un país donde la gente del National City Bank podía birlar tranquilamente los beneficios. Participé en la “limpieza” de Nicaragua, de 1902 a 1912, por cuenta de la firma bancaria internacional Brown Brothers Harriman. En 1916, por cuenta de los grandes azucareros norteamericanos, aporté a la República Dominicana la “civilización”. En 1923 ‘enderecé’ los asuntos en Honduras en interés de las compañías fruteras norteamericanas. En 1927, en China, afiancé los intereses de la Standard Oil. Nos ha ido bastante bien con Luisiana, Florida, Texas, Hawái y California y el Tío Sam puede tragarse a México y Centroamérica, con Cuba y las islas de las Indias Occidentales como postres y sin intoxicarse. »Fui premiado con honores, medallas y ascensos. Pero cuando miro hacia atrás, considero que podría haber dado algunas sugerencias a Al Capone. Él, como gánster, operó en tres distritos de una ciudad. Yo, como marine, actué en tres continentes. El problema es que cuando el dólar estadounidense gana apenas el seis por ciento, aquí se ponen impacientes y van al extranjero para ganarse el ciento por ciento. La bandera sigue al dólar y los soldados siguen a la bandera.»

12 ”El ejército de Estados Unidos ha entrado en un período de cambio histórico después de más de una década de guerra tras los atentados terroristas del 11 de septiembre de 2001. Concluimos la guerra en Irak; estamos implementando una transición y un retiro efectivos en Afganistán, y debilitamos seriamente el liderazgo de Al Qaeda en la lucha contra el terrorismo. Como resultado de estos esfuerzos y de la realidad de las limitaciones presupuestarias, Estados Unidos ha desarrollado una nueva estrategia de defensa para el siglo XXI, que hace hincapié en la agilidad, la tecnología y la proyección de fuerza. Hemos comenzado a concentrarnos en los desafíos y las oportunidades del futuro, y resulta evidente que muchos de ellos residen en Asia. Después de todo, el centro global de gravedad está virando sostenidamente hacia la región de Asia-Pacífico, atando más estrechamente aún la prosperidad y la seguridad futuras de Estados Unidos a esta región de rápido crecimiento. Al mismo tiempo, un creciente gasto militar, desafíos a la seguridad marítima, amenazas no tradicionales que van desde la piratería hasta el terrorismo y la destrucción generada por los desastres naturales hacen que el contexto de seguridad de la región sea más complejo. Por estas razones, el Departamento de Defensa de Estados Unidos está implementando un “re-equilibrio” del interés y la postura estratégicos de Estados Unidos frente a la región de Asia-Pacífico” (Panetta, 2013).

13 Para el Colectivo Chuang, el “milagro chino” no fue ni milagroso ni totalmente chino: “Esto implica entender el “milagro” como, de hecho, una respuesta emergente prosaica a crisis duales sucedidas a dos escalas -una en el régimen de desarrollo chino, y la otra en la economía capitalista global-. La crisis endógena del régimen alcanzó su pico en los años 1970. Estaba condicionada fundamentalmente por los límites internos (...) pero fue amplificada por la creciente exclusión geopolítica y la amenazante posibilidad de una guerra con la URSS. En el mismo periodo de tiempo, la producción capitalista global se enfrentaba a su primera ralentización importante mundial desde la Gran Depresión”.

14 El economista chino Ho-Fung, refiriéndose al presente chino, nos dice: “El actual debilitamiento de la economía y el endurecimiento del autoritarismo no son tendencias fácilmente reversibles. De hecho, son el resultado lógico del desarrollo desigual de China y de la acumulación de capital durante las últimas cuatro décadas, lo cual significa que están aquí para quedarse”.

15 Michael Roberts, economista británico marxista, alude agudamente a los problemas que China enfrenta, y que devienen de su desarrollo desigual: “China todavía tiene grandes oportunidades para la infraestructura en sus provincias interiores. El desafío es convertir el ahorro interno en inversión interna, de modo que el capital se asigne a sus usos más productivos. Para mí, eso significa que el estado debe dirigir la asignación y no dejar la inversión al sector capitalista para que la entregue. El Financial Times destaca: ‘El gobierno central de China es uno de los menos endeudados del mundo... Si China quiere mantener su éxito económico a largo plazo, depende de Beijing actuar’. Pero la idea de acción del Financial Times es que el gobierno entregue dinero en efectivo a los hogares y ‘libere’ el sector privado. Pero no es un giro hacia una economía de mercado dirigida por el consumidor lo que China necesita para que la economía vuelva a funcionar, sino una inversión pública planificada en vivienda, tecnología y manufactura”.

REFERENCIA

ALTAMIRA, Jorge. **La ideología del imperialismo**. 2004.

ALTAMIRA, Jorge. Trotsky, la Cuarta Internacional y la guerra imperialista. **RedGeoEcon**, 1358/23, agosto, 2023.

AMÍN, Samir. Cómo derrotar el imperialismo colectivo de la tríada. **Red GeoEcon**, 1823/22, diciembre, 2022 [2018].

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith en Pekín**. Orígenes y fundamentos del siglo XXI. Madrid: Akal, 2007.

ARRIGHI, Giovanni. **El largo siglo XX**. 2ª edición. Madrid: Akal, 2015.

BEINSTEIN, Jorge. **La ofensiva imperialista, desatada al derrumbarse la URSS, se ha empantanado en Asia**. La Haine. 2016.

BIHR, Alain. **Marx y la primera mundialización**. Viento Sur, 2018

BRENNER, Robert. **La economía de la turbulencia global**. Madrid: Akal, 2009.

BUTLER, Smedley. **La guerra es un latrocinio**. 1935.

- BRZEZINSKY, Zbigniew. **El gran tablero mundial: la supremacía estadounidense y sus imperativos geoestratégicos**. Paidós, 1998.
- CASTRO, Jorge. China retoma el centro de la economía mundial. **Red GeoEcon**, 980/21, agosto, 2021.
- CHOMSKY, Noam. Programas neoliberales de EEUU, un gran fraude. **Red GeoEcon**, 1223/23, julio, 2023.
- CHUANG. **Polvo rojo: la transición al capitalismo en China (I)**. Els Arbres de Fahrenheit, 2019.
- CYPHER, James M. La reestructuración de la política económica armamentista en EEUU: Más allá del keynesianismo militar. **Revista Oikos**, n° 23, Santiago (Chile), 2007.
- ESCOBAR, Pepe. Choque de titãs no coração da Terra. **Red GeoEcon**, 108/20, enero, 2020a.
- ESCOBAR, Pepe. ¡Todo el mundo a bordo en la(s) nueva(s) Ruta(s) de la Seda! **Red GeoEcon**, 1853/20, diciembre, 2020b.
- FIORI, José Luis y NOZAKI, William. La cuestión del desarrollo – Brújula brasileña. **Red GeoEcon**, 1153/23, julio, 2023.
- FRIEDMAN, Thomas. **La Tierra es plana: breve historia del mundo globalizado del siglo XXI**. Buenos Aires: Martínez Roca, 2006.
- FRANKOPAN, Peter. **El corazón del mundo: una nueva historia universal**. Barcelona: Editorial Planeta, 2016.
- FUKUYAMA, Francis. **El fin de la historia y el último hombre**. Planeta, 1992.
- GEJO, Omar. Sistema y Economía mundiales. En BENÍTEZ, Jorge, LIBERALI, Ana María y GEJO, Omar. **Estructura económica y comercio mundial**. Buenos Aires: Pharos, 1995.
- GEJO, Omar y BERARDI, Ana Laura. La cuestión china: algunas hipótesis sobre el sistema mundial. Meridiano, **Revista de Geografía**, n° 2, 53-68, 2013.
- GEJO, Omar y MORINA, Jorge Osvaldo. Más allá de los noventa. **Boletín del Centro de Estudios Alexander von Humboldt**, n° 11. Buenos Aires. 2004.
- GOWAN, Peter. **La apuesta por la globalización**. Madrid: Akal, 2000.
- HALEVI, Joseph y LUCARELLI, Bill. Japan’s Stagnationist Crisis. **Monthly Review**, vol. 53, n° 9, febrero, 2002.
- HARVEY, David. **El nuevo imperialismo**. Madrid: Akal, 2004a.
- HARVEY, David. **El “nuevo” imperialismo: acumulación por desposesión**. Socialist Register. 2004b.
- HO-FUNG, Hung. China: economía zombi. **Red GeoEcon**, 1325/23, agosto, 2023.
- HUDSON, Michael. La guerra que se avecina contra China. **Red GeoEcon**, 1238/23, julio, 2023.
- JALIFE-RAHME, Alfredo. La cumbre tectónica de los BRICS: la marca indeleble del petróleo y el gas. **RedGeoEcon**, 1371/23, agosto, 2023.
- KURZ, Robert. **La guerra de ordenamiento mundial**. El fin de la soberanía y las metamorfosis del imperialismo en la era de la globalización. Horlemann. 2003.
- KURZ, Robert. **Cañones y capitalismo**. Rebelión. 2005.


- LAZZARATO, Maurizio. **Guerra o revolución: porque la paz no es una alternativa**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2022.
- LAZZARATO, Maurizio. **El imperialismo del dólar: crisis de la hegemonía estadounidense y estrategia revolucionaria**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2023.
- LAXE, Roberto. **El desarrollo desigual y combinado en las relaciones internacionales**. Rebelión. 2018.
- LENIN, Vladimir. **El imperialismo: fase superior del capitalismo**. Buenos Aires: Ediciones Libertador, 2008.
- LUTTWAK, Edward. Turbocapitalismo: quienes ganan y quienes pierden. *Crítica*, 2009.
- MACKINDER, Halford J.. El pivote geográfico de la historia. **Geopolítica(s)**. Revista de estudios sobre espacio y poder, vol.1. n°2, 301-319, 2011.
- MAZZUCATTO, Mariana. **El Estado emprendedor**. Taurus, 2022.
- MONEREO, Manolo. Un mundo que cambia de base 500 años después. **Red GeoEcon**, 597/22, abril, 2022a.
- MONEREO, Manolo. La gran transición. **Red GeoEcon**, 1200/22, agosto, 2022b.
- PANETTA, León. **El reequilibrio de EE UU hacia el Pacífico**. El País, enero, 2013.
- PATNAIK, Prabhat. A descolonização encalhada. **Red GeoEcon**, 1347/23, agosto, 2023.
- POCH-DE-FELIU, Rafael. La OTAN, más allá de la guerra de Ucrania. **Red GeoEcon**, 889/22. 2022.
- RAMONET, Ignacio. Una nueva edad geopolítica. **Red GeoEcon**, 429/23, febrero, 2023.
- ROBERTS, Michael. China: ¿consumo o inversión? **RedGeocon**, 1298/23, agosto, 2023.
- SANTOS, Milton. Una oportunidad histórica. **Boletín del CeHu**, n°4, 1998.
- SMITH, Neil. **La geografía del desarrollo desigual**. Naturaleza, capital y la producción del espacio. 1984.
- STIGLITZ. **El malestar en la globalización**. Taurus. 2002.
- THE ECONOMIST. **La geografía aún sigue teniendo importancia**. Las fuerzas del globalismo están siendo contrarrestadas por la vecindad. 1994.
- WOLFF, Richard. Por qué el capitalismo se está yendo de EE. UU., en busca de ganancias. **Red GeoEcon**, 1234/23, julio, 2023.

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E FORMAÇÃO DOCENTE NA BOLÍVIA: ALGUNS APONTAMENTOS

**GEOGRAPHIC EDUCATION AND TEACHER
TRAINING IN BOLIVIA: SOME NOTES**

**EDUCACIÓN GEOGRÁFICA Y FORMACIÓN
DOCENTE EN BOLIVIA: ALGUNAS NOTAS**

Clézio dos Santos¹

 0000-0001-8491-1802
cleziogeo@yahoo.com.br

Ano XXVII - Vol. XXVII - (4): Janeiro/Dezembro - 2023

www.agbauru.org.br
CIÊNCIA
Geográfica
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461

¹ Professor Associado II do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM/UFRRJ). Professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO/UFRRJ) e do Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDuc/UFRRJ). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia (GEPEG/UFRRJ/CNPq). Jovem Cientista do Nosso Estado - FAPERJ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8491-1802>. E-mail: cleziogeo@yahoo.com.br.

Artigo recebido em agosto de 2023 e aceito para publicação em dezembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: O ensino de Geografia e a formação de professores na América Latina entrou em nossa agenda de pesquisa em 2012, no processo de organização de agenda de pesquisa da área de Ensino de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O objetivo desta pesquisa é analisar o ensino de Geografia na Bolívia a partir da Formação Docente. A metodologia é qualitativa, apoiada no referencial teórico sobre o ensino de Geografia e a formação professores latino-americanos. A pesquisa se divide entre: formação de professores na Bolívia, políticas educacionais e ensino de Geografia nas escolas bolivianas. É fundamental acompanhar por meio de pesquisas sobre o ensino de Geografia e a formação docente as políticas educacionais voltadas para a América Latina no sentido de entender como propostas educacionais neoliberais homogeneizantes dialogam com países nada homogêneos e com necessidades distintas.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Formação docente. Bolívia.

ABSTRACT: The teaching of Geography and teacher training in Latin America entered our research agenda in 2012, in the process of organizing a research agenda in the area of Geography Teaching at the Federal Rural University of Rio de Janeiro. The objective of this research is to analyze the teaching of Geography in Bolivia from the point of view of Teacher Training. The methodology is qualitative, based on the theoretical framework on the teaching of Geography and the training of Latin American teachers. The research is divided between teacher training in Bolivia, educational policies and Geography teaching in Bolivian schools. It is essential to follow, through research on the teaching of Geography and teacher training, the educational policies aimed at Latin America, in order to understand how homogenizing neoliberal educational proposals dialogue with countries that are not homogeneous and have different needs.

Keywords: Geography teaching. Teacher training. Bolivia.

RESUMEN: La enseñanza de la Geografía y la formación docente en América Latina entraron en nuestra agenda de investigación en 2012, en el proceso de organización de una agenda de investigación en el área de Enseñanza de la Geografía en la Universidad Federal Rural de Río de Janeiro. El objetivo de esta investigación es analizar la enseñanza de la geografía en Bolivia desde el punto de vista de la Formación Docente. La metodología es cualitativa, basada en el marco teórico sobre la enseñanza de la Geografía y la formación de docentes latinoamericanos. La investigación se divide entre: la formación docente en Bolivia, las políticas educativas y la enseñanza de la Geografía en las escuelas bolivianas. Es fundamental seguir, a través de la investigación sobre la enseñanza de la Geografía y la formación docente, las políticas educativas dirigidas a América Latina, para comprender cómo las propuestas educativas neoliberales homogeneizadoras dialogan con países que no son homogéneos y tienen necesidades diferentes.

Palabras clave: Enseñanza de la Geografía. Formación del profesorado. Bolivia.

INTRODUÇÃO

O ensino de Geografia e a formação de professores de Geografia na América Latina entrou em nossa agenda de pesquisa nos anos de 2012, no processo de reorganização de uma agenda de pesquisa da área de Ensino de Geografia do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM/UFRRJ), responsável pelas disciplinas de Ensino de Geografia para os cursos de Licenciatura em Geografia e Licenciatura em Pedagogia, e posteriormente a uma linha de pesquisa no Programa de Pós Graduação em Geografia da UFRRJ.

O evento chave para a aproximação e a efetivação da pesquisa são os Encontros de Geógrafos da América Latina (EGAL), experiências vividas em 2005 no encontro no Brasil (São Paulo), em 2015 no encontro em Cuba (Havana), em 2017 no encontro no Peru (Lima), em 2019 no encontro no Equador (Quito) e em 2021 no encontro na Argentina (Córdoba); foram relevantes. Esses encontros possibilitaram uma aproximação direta com pesquisadores latino-americanos, mas notávamos que a participação da temática ensino de Geografia nas pesquisas latino-americanas variavam muito em cada país.

Destaque para a quantidade de trabalhos sobre o ensino de Geografia e a formação de professores realizados pelos pesquisadores de Cuba no XV Encontro de Geógrafos da América Latina realizado em Havana em 2015. Todavia, o XVI Encontro de Geógrafos da América Latina realizado em 2017 em La Paz na Bolívia, não houve um número significativo de pesquisas sobre ensino de Geografia na Bolívia.

O objetivo desta pesquisa é analisar o ensino de Geografia na Bolívia a partir da Formação Docente.

A metodologia é qualitativa, apoiada no referencial teórico sobre o ensino de Geografia e a formação professores da secundária, escrita por pesquisadores bolivianos, latino-americanos e documento oficiais. Dentre os autores destacamos Rodriguez (2001), Lozada (2004), Mardesich; García; Velasco (2009), Choque (2011, 2017), Jarro (2017), Santos (2017, 2021), Ledezma (2018); e entre os documentos oficiais destacamos Bolívia (2010a, 2010b, 2012, 2018).

A pesquisa, portanto, tem como principal referência teórica, textos que tenham o entendimento das práticas docentes e o ensino de Geografia na atualidade, envolvendo relação direta entre a teoria e a prática.

A relação teoria e prática está muito presente na formação de professores, especialmente os de Geografia. A pesquisa se divide em três momentos, a formação de professores na Bolívia, as políticas educacionais e o ensino de Geografia nas escolas bolivianas.

A FORMAÇÃO DOCENTE NA BOLÍVIA

Nesta parte do texto do texto abordamos as reformas educacionais na América Latina que se inicia desde os anos de 1980 e se intensificam a partir dos anos 1990. As reformas educacionais têm interferido diretamente no contexto formativo e em especial nas instituições formativas dos docentes na América Latina e a Bolívia também segue essa tendência.

Para entender o comportamento dos docentes frente as reformas, é necessário compreender como se organizam as reformas e como são implantadas na América Latina, bem como, sua orientação política.

Em Educação quando se fala em reformas é quando se pretende realizar grandes mudanças estruturais e organizacionais no sistema educacional, em um ou mais níveis.

Cuando se cambia el diseño curricular y los consecuentes planes de estudio; cuando se pretende modernizar al sistema en su conjunto, imprimiéndole una dinámica más ágil y efectiva al funcionamiento institucional, al descentralizar la burocracia central; cuando se pretende elevar la calidad general de la enseñanza, en aras de mejorar el rendimiento académico de los alumnos y disminuir el fracaso escolar; cuando se pretende adecuar y ajustar la formación educativa a las demandas del mercado laboral; cuando se quiere introducir cambios en los estilos pedagógicos de los docentes; cuando se busca transformar las culturas institucionales de las escuelas; cuando se busca mejora los criterios de organización y gestión institucional de las escuelas, etc. (DÍAZ BARRIGA apud RODRIGUEZ, 2001, p. 5).

Temos um processo que coaduna mais ou menos, para as mudanças que serão trabalhadas e impostas pelo novo sistema educacional em transformação.

As mudanças educacionais na América Latina

O contexto das reformas educacionais na América Latina, incluindo a Bolívia seguem dois momentos chaves para pensar o desenrolar dos rumos das políticas públicas educacionais.

Reaproveitamos as ideias do geógrafo Sene (2008) que trabalha com a ideia de dois ciclos na América Latina e os descrevem a seguir.

O primeiro ciclo de reformas esteve orientado fundamentalmente para a expansão dos sistemas educativos visando à ampliação do número de estudantes nos bancos escolares. Deu-se, na maior parte dos casos, sob regimes militares de exceção no contexto das disputas geopolítico-ideológicas da Guerra Fria. Além do controle ideológico e da formação cívico-patriótica, deve ser considerada também a necessidade de formação de mão-de-obra, especialmente nos países que se industrializavam no contexto da segunda revolução tecnológica e ao mesmo tempo passavam por acelerada urbanização.

O segundo ciclo, ainda em andamento, é bem mais complexo. Apresenta um caráter de reconversão, de refundação de todo o sistema educativo; está muito mais orientado para a organização e gestão, a busca de qualidade e equidade. Insere-se num mundo pós-Guerra Fria, num contexto regional em que se busca consolidar a democracia e ao mesmo tempo adaptar-se à atual revolução técnico-científica, ao atual momento do sistema capitalista. Manuel Castells (1999), entre outros, chama de era informacional essa atual

etapa do capitalismo, marcada pela globalização em suas diversas dimensões. Não é por acaso que a palavra “adaptação”, implícita ou explicitamente, está muito presente nos documentos das reformas. Nesse novo contexto, a educação passou a ser considerada estratégica nos processos de desenvolvimento e de inserção competitiva na globalização.

Outros autores, como como Mardesich; García; Velasco (2009), bem como Sene (2008), comentam que as mudanças na América latina, ocorridas desde os anos de 1980, se veem implementando uma série de reformas educativas.

Essa série de reformas educativas, con distintos propósitos e impactos podem ser também divididas em três tipos e reformas.

Las primeras, durante la década de los ‘80, estarían referidas a la ampliación de cobertura de la enseñanza, y se definen como “reformas hacia fuera”, pues hay cambios estructurales en la forma de entregar servicios sociales y educativos desde el gobierno central, plantean la descentralización de la educación y con ella su reducción en el gasto público;

La segunda generación de reformas, se habla de “reformas hacia adentro”. Vale decir: “hacia los modos de gestión y evaluación del sistema”; los procesos pedagógicos y contenidos culturales que se transmiten en la escuela... Estas reformas tienen como centro la escuela y la calidad de los aprendizajes. Se promueven políticas que otorgan mayor autonomía y poder a directores y maestros con el propósito de generar cambios curriculares en las prácticas pedagógicas, para ello se diseñan sistemas de incentivos para maestros según desempeño y se realizan mayores inversiones en infraestructura, textos y otros insumos especialmente en las escuelas más pobres de la región. Este nuevo ciclo de reformas está centrado en la calidad de la educación y promueve cambios en él;

La tercera generación de reformas está centrada aún más en la autonomía de las escuelas y en la denominada descentralización pedagógica, que promueve la transferencia de decisiones pedagógicas y curriculares desde el gobierno central a los centros. Desde esta perspectiva, el foco estaría puesto en el proceso de enseñanza – aprendizaje y en las formas en las que, el propio centro educativo, en estrecha colaboración con los agentes que participan de este proceso, lo pueden optimizar (MARDESICH; GARCÍA; VELASCO, 2009, p. 2).

Não podemos esquecer que as reformas surgem num contexto histórico, social, econômico, político, entre outros; razão pelo qual, é necessário se levar em conta na hora de desenhar, implantar e analisar tais mudanças. As reformas educativas, portanto, implicam em questões de produção social e de controle estatal. As reformas são discursos que muitas vezes se mantêm ocultos, ou implícitos e que determinam nossa forma de ver o mundo escolar e o próprio mundo.

Visiones que producen valores sociales y relaciones de poder que por tanto no son neutrales; antes, al contrario, dictaminan lo “bueno” de lo “malo” en educación: el buen profesor, el buen estudiante, la buena familia, etc. (MARDESICH; GARCÍA; VELASCO, 2009, p. 2).

Os inúmeros riscos e medidas que os autores destacam, nos dois ciclos e nos três momentos de efetivação das reformas do mundo da educação na América Latina, nos servem para nos manter alertas ao que de fato está por trás de mudanças tão profundas e homogêneas nas políticas educacionais implementadas nos diferentes países latino-americanos. Todavia, sejam quais as mudanças em rumo, elas esbarram na formação docente e forma que historicamente esses profissionais são formados nos diferentes países. Essa preocupação é apresentada a seguir no contexto de formação docente na Bolívia.

As Instituições de Formação Docente na Bolívia

Na Bolívia a responsabilidade de formar professores nos diversos níveis historicamente está presa as instituições não universitárias como as *Escuelas Normales*, hoje *Institutos Normales Superiores (INS)*.

La formación dos futuros docentes se realiza em Bolívia em Escuelas Normales desde 1909, año em que se fundo la primera de estas instituciones em la ciudad de Sucre. Em 1994, estaban em funcionamiento 24 Escuelas Normales, 9 em el área urbana y 15 em el área rural, distribuídas em todos los departamentos del país. (VEGA, 1999, p.47).

Essas escolas formavam para o nível primário e médio, incluindo a formação técnica. As especialidades que os alunos destas escolas poderiam seguir eram três:

- a) Pre-básico e Intermediario, dividida em matemáticas y ciencias, y, lenguaje y sociales;
- b) Medio, conformada por las especialidades de matemáticas, física y química, biología, literatura y lenguaje, y estudios sociales, filosofía y psicología;
- c) Las ramas técnicas como: agropecuária, artesanía, hogar, música y educación física. (VEGA, 1999, p.47).

Com a Reforma Educacional implantada pelo governo nacional, a partir de julho de 1994 as *Escuelas Normales urbanas y rurales* seriam transformadas em *Institutos Normales Superiores* onde seria realizada a formação e capacitação dos docentes que o Sistema Educativo necessita. Porém existe um pequeno atraso, na substituição destes profissionais na Bolívia, para tanto foram criados cursos de capacitação e complementação para docentes que estão em exercício para que façam uma licenciatura em várias universidades privadas e públicas, como por exemplo a Universidad Católica Boliviana, a Universidad Mayor de San Andrés, entre outras.

En este acápite se hará referencia a la realidad actual de la formación docente en Bolivia haciendo énfasis en el proceso de transición entre la Ley de Reforma Educativa 1565 y Ley Avelino Siñani - Elizardo Pérez aprobada en diciembre de 2010, cuyo contenido refuerza lo expresado en la Constitución Política del Estado, aprobada el 7 de febrero del mismo año. (MARDESICH; GARCÍA; VELASCO, 2009, p. 13)

Na atualidade na Bolívia os formandos docentes estão presos aos *Institutos Normales Superiores*. Destacamos o Instituto Normal Superior Simón Bolívar em La Paz na Bolívia onde foi possível encontrar material para analisar sobre o que considerar como conhecimento geográfico no sistema educacional boliviano, porém ainda precisa ser analisado com maior profundidade, especialmente no que demanda à educação plurinacional.

De acuerdo a la Ley Avelino Siñani - Elizardo Pérez, la formación de maestros es única, fiscal, gratuita, continua y diversificada. Única en cuanto a jerarquía profesional y calidad pedagógica, científica. Fiscal y gratuita porque el Estado asume toda la responsabilidad en la formación de los maestros. Diversificada porque responde a las características geográficas económicas, productivas y socioculturales. (MARDESICH; GARCÍA; VELASCO, 2009, p. 14)

A formação docente na Bolívia ainda necesita de inúmeros estudos para entender os níveis e as especialidades. Um sistema muito questionado por sua relação distante das Universidades, comum em outros países da América Latina e outras regiões mundiais. Mas quando analisamos o quadro da formação docente (Quadro 1), podemos verificar a complexidade no campo formativo que os INS são responsáveis.

Quadro 1. Estrutura de formação de maestros na Bolívia para os subsistemas de educação regular, alternativa e especial.

Nível		Especialidades
Licenciatura en Educación Inicial en familia comunitaria		
Licenciatura en Educación Primaria comunitaria vocacional	Primaria Básica vocacional	
	Primaria Avanzada vocacional	Ciencias Exactas
		Ciencias Naturales
		Ciencias Sociales
	Lenguaje y Literatura	
Licenciatura en Educación Secundaria Comunitaria productiva		Matemática
		Ciencias Naturales (Física, Química, Biología y Geografía)
		Lenguaje y Literatura
		Educación en lenguas
		Filosofía, Psicología y Cosmovisión
		Ciencias Sociales (Mención en: Historia, Sociología, Antropología, Educación ciudadana)
		Educación artística Mención en: Educación musical, danza y teatro Artes plásticas y visuales Educación física y disciplinas deportivas
Licenciatura en Educación Alternativa y especial - Educación Popular comunitaria y Educación para la diversidad		Educación especial

Fonte: Mardesich; García; Velasco (2009, p. 11).

A Geografia no campo formativo de professores aparece como especialidade no nível da Licenciatura em Educação Secundária Comunitária Produtiva e na especialidade das Ciências Naturais, junto com a Biologia, Física e Química. Podemos inferir, que alguns conhecimentos podem ser trabalhados no nível da Licenciatura em Educação Primária Comunitária Produtiva na especialidade de Ciências Naturais.

O CONHECIMENTO GEOGRÁFICO NO SISTEMA EDUCACIONAL BOLIVIANO

No XVI Encontro de Geógrafos da América Latina realizado na Bolívia em 2017, houve um eixo de ensino de Geografia denominado *Enseñanza y Aprendizaje de la Geografía (EAG)*. Dentre as pesquisas apresentadas, poucas abordavam o ensino de Geografia na Bolívia, destacamos as pesquisas: Choque (2017), Jarro (2017) e Solis (2017). A primeira contextualiza um pouco mais sobre a visão da Geografia na Bolívia, utilizando em sua pesquisa estudantes dos anos finais do ensino secundário e alunos dos anos iniciais de Engenharia Geográfica; e as duas últimas autoras, trazem experiências e aplicações das novas tecnologias no ensino de Geografia.

Na Bolívia convivem vários sistemas de ensino, temos a área de Geografía e História nos currículos aprovados a partir de 1980 incluídas numa grande área denominada de *Ciencias Sociales*, já na reforma educacional mais recente, após 1994, temos currículos e textos produzidos pela reforma que colocam as áreas de Geografía e história numa outra grande área denominada de *Ciencias de la Vida y Tecnología*. Já atual reforma segundo a Ley Avelino Siñani – Elizardo Pérez a área de Geografía está no campo de saberes e conocimientos denominado *Vida, Tierra y Territorio*, junto com as disciplinas de Biología, Física e Química.

Os eixos articuladores são as grandes apostas de efetivação de um currículo diferenciado na proposta de uma política plurinacional onde quatro eixos são explorados: Educação intracultural, intercultural e plurilíngue; Educação para a produção; Educação em valores socio comunitários; e Educação em convivência com a Mãe Terra e saúde comunitária (Quadro 2).

A Geografía dentro dessa grande área denominada como *Ciencias Naturales*, de certo modo distancia o ensino do conteúdo de Geografía e da história do que vinha sendo efetivado anterior às duas últimas reformas quando esses conteúdos estavam na grande área denominada de *Ciencias Sociales*.

Quando se cruza a informação das especializações escolhidas ao longo da formação docente, vemos que a especialidade de *Ciencias Sociales em 1994*, segundo Vega (1999), apenas 2% dos docentes em formação buscavam essa especialização, sendo que a maioria procurava as especializações em matemática e em literatura. No Brasil se houvesse essas especializações no campo formativo o resultado também não seria muito diferente. Não conseguimos dados sobre a situação atual da procura pela especialidade de *Ciencias Naturales*.

Quadro 2. Currículo Base da Educación Secundaria Comunitaria Productiva.

Educación Secundaria Comunitaria Productiva		
EJES ARTICULADORES	CAMPOS DE SABERES Y CONOCIMIENTOS	ÁREAS DE SABERES Y CONOCIMIENTOS
Educación intracultural, intercultural y plurilingüe; Educación para la producción; Educación en valores sociocomunitarios; Educación en convivencia con la Madre Tierra y salud comunitaria.	COSMOS Y PENSAMIENTO	Cosmovisiones, Filosofía y Psicología
		Valores, Espiritualidades y Religiones
	COMUNIDAD Y SOCIEDAD	Comunicación y Lenguajes (Originaria, Extranjera y Castellana)
		Ciencias Sociales (Historia, Antropología, Sociología, Economía Política y Educación Ciudadana)
		Artes Plásticas y Visuales
		Educación Física y deportes
		Educación Musical
	VIDA, TIERRA Y TERRITORIO	Biología, Geografía, Física y Química
	CIENCIA, TECNOLOGÍA Y PRODUCCIÓN	Matemática
		Técnica Tecnológica

Fonte: Bolívia (2018). Adaptado de Araújo (2020, p. 206).

Em relação análise dos conteúdos trabalhados em *Ciencias Naturales* no ensino primário, vemos muitos temas próximos do conhecimento geográfico como as diferentes geografias da Bolívia, a produção econômica das regiões bolivianas, as contradições espaciais da Bolívia, porém esses temas devem ser analisados mais detalhadamente para verificar se de fato o conhecimento de Geografia está sendo trabalhado na escola boliviana.

Por último, o Currículo Diversificado congrega simultaneamente elementos trazidos dos Currículos Regionalizados e da Base, entretanto, sem corresponder de forma idêntica a nenhum dos dois. Nesse sentido,

[...] el Currículo Diversificado recoge aspectos particulares y específicos del contexto donde se ubica la unidad educativa; se concreta en la planificación e implementación curricular de la unidad educativa tomando en cuenta el idioma local como primera lengua, las prácticas de las formas de enseñanza y aprendizaje desarrolladas en la comunidad, el Proyecto Socioproductivo definido en el municipio o la unidad educativa y otros elementos curriculares complementarios al Currículo Regionalizado y Currículo Base. (BOLIVIA, 2018, p. 42)

Como visto, aproxima-se, pois, à singularidade da unidade educativa que organiza o currículo em suas especificidades. Desse modo, o Currículo Diversificado não se encontra escrito, como é o caso dos outros dois níveis de concretização, mas é elaborado ajustado ao contexto ao qual se vincula à escola (BOLIVIA, 2018).

De acordo com Ledezma (2018), existem atualmente trinta Institutos de Lengua y Cultura compondo o Instituto Plurinacional, cada um representando uma nação e povo indígena. Essa representatividade e instância participativa possibilitou, para esses grupos, a formulação dos vinte e sete currículos regionalizados², concretizando as ações do Instituto e a plurinacionalidade que o caracteriza. (ARAÚJO, 2020, p. 218)

Nesse processo de organização e gestão do sistema escolar, a participação social comunitária, se torna um elemento central, tendo em vista ser um dos princípios que regem todo o Sistema Plurinacional, haja vista a forma através da qual foi construída a Ley de la Educación “Avelino Siñani–Elizardo Pérez”, nº 070 e o processo à qual foi submetida para aprovação.

O processo envolve os atores sociais, comunitários e educativos, as mães e pais de família em toda a estrutura de apoio ao desenvolvimento da educação, havendo instâncias e conselhos específicos de representatividade e participação em todos os níveis. (ARAÚJO, 2020, p.219).

Dessa forma, o currículo diversificado e a participação de vários setores da sociedade, podem desencadear a efetivação de um currículo diversificado, comparando com outros que vem sendo efetivados com as reformas educacionais implementadas nos demais países da América Latina. Todavia, a participação do conhecimento geográfico dentro destes currículos regionalizados ainda é incerta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as poucas pesquisas apresentadas sobre o ensino de Geografia na Bolívia no XVI Encontro de Geógrafos da América Latina ocorrido em La Paz em 2017, não atrelando quantidade à qualidade, podemos ter uma ideia de que a não existência da Geografia como uma carreira acadêmica na Universidade e diluída como está, nos *Institutos Normales Superiores* (INS), diminui e muito a pesquisa em Geografia, especialmente sobre a temática ensino de Geografia e formação docente.

É fundamental acompanhar as políticas educacionais voltadas para a América Latina no sentido de entender como propostas educacionais neoliberais dialogam com uma outra política embasada no estado Plurinacional, e entender como essa política da Bolívia pode influenciar na formação dos professores e no ensino de Geografia na escola básica, com outras bases como a decolonial.

Se faz necessário organizar em nossas instituições uma agenda de pesquisa que inclua os rumos do ensino de Geografia e a formação de professores de Geografia no contexto da América Latina e Caribe, diante das políticas educacionais neoliberais, que até momento, tem acelerado o fim do campo formativo de áreas como a Geografia, e incentivam a formação em grandes áreas de conhecimento e pulverizam a construção do conhecimento por meio do campo disciplinar. Essa postura das políticas públicas educacionais neoliberais vai contra a formação docente historicamente realizada pelas universidades e institutos superiores na América Latina e Caribe.

Com o avançar da pesquisa sobre o ensino de Geografia e a formação docente, poderemos fortalecer as redes de pesquisa na América Latina e Caribe e avançar na reflexão e ação de forma crítica em prol de uma educação libertadora e não tecnicista como aponta as políticas públicas educacionais neoliberais.

NOTA

2 De acordo com Araújo (2020, p.2018): “Ledezma (2018) aponta que, no momento de escrita e publicação de seu artigo, vinte e um currículos regionalizados já haviam sido aprovados e outros seis estavam em processo de aprovação”.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, T. M. S. **A Escola no Estado Plurinacional da Bolívia (2005 – 2019)**. Tese. São Carlos, UFSCar, 2020.
- BOLÍVIA. **Ley de la Educación “Avelino Siñani–Elizardo Pérez”**, nº 070, 20 de diciembre del 2010. La Paz: Ministerio de Educación. 2010a.
- BOLÍVIA. **Cuaderno de Formación Continua G-01/EP**. Educación Productiva (Documento de Trabajo). La Paz: Ministerio de Educación, 2010b.
- BOLÍVIA. **Curriculo Base del Sistema Educativo Plurinacional**. Serie

- Currículo (Documento de Trabajo). La Paz: Ministerio de Educación, 2012.
- BOLIVIA. **Educación Secundaria Comunitaria Productiva**. Programa de Estudio Primer Año. Serie Currículo (Documento de Trabajo). La Paz: Ministerio de Educación, 2018.
- CHOQUE, J. A. Enseñanza de la Geografía en Bolivia. **Anais**. XVI Encuentro de Geógrafos de América Latina, La Paz, Bolivia, pp.1-10, 2017.
- CHOQUE, J. A. **La enseñanza da la geografía em nível secundário de la educación formal**. Monografía. Ingeniería Geográfica. Universidad Mayor de San Andres. La Paz, Bolivia, 2011.
- JARRO, M. G. Q. Aplicaciones de las TIG's em la Enseñanza de la Geografía em Nivel Secundario en el Distrito 3 de la Ciudad de El Alto. **Anais**. XVI Encuentro de Geógrafos de América Latina, La Paz, Bolivia, pp.1-12, 2017.
- LEDEZMA, N. A. Revolución educativa: Educación em tempos de cambio. **La Migraña**, n. 28, 2018.
- MARDESICH, M. L; GARCÍA, A.M; VELASCO, O. D. La Formación Docente em Bolivia. **Anais**. II Seminário Internacional: "Nuevos Retos de la Profesión Docente". Barcelona, 2009.
- RODRIGUEZ, E. La formación de profesores en el Sistema Escolar de Iberoamérica, **Cuadernos de Educación Comparada**, 2001.
- SANTOS, C. O Ensino de Geografia na Bolívia e a Formação Docente. In SANTOS, C. **Práticas Docentes e Educação Geográfica: Experiências na América Latina**. Nova Iguaçu, Agbook, 2017, pp.91-96.
- SANTOS, C. Educação Geográfica e Formação Docente na Bolívia. **Anais**. XXIX Seminário Internacional de Formação de Professores para a América Latina. Bagé RS: Unipampa, 2021, pp. 83-89.
- SENE, J. E. (2008). Reformas educacionais na América Latina. **Ar@cne. Revista electrónica de recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales**. [En línea. Acceso libre]. Barcelona: Universidad de Barcelona, nº 105. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/ aracne/ aracne-105.htm>>.[2 de setembro de 2016].
- SOLIS, P. Creando jóvenes mapeadores, no solo maps: desafios y oportunidades del programa youthmappers em la aplicación de la comunidade cartográfica aberta para el desarrollo y La Paz. **Anais**. XVI Encuentro de Geógrafos de América Latina, La Paz, Bolivia, pp.1-10, 2017.
- VEJA, F. C. et. Al. **La enseñanza de história Bolivia**. Santa Fé, Editorial Carreira/CAB, 1999.

**AMÉRICA LATINA
CINCO SIGLOS IGUAL...**

**AMÉRICA LATINA
CINCO SÉCULOS IGUAIS...**

**LATIN AMERICA
FIVE CENTURIES THE SAME...**

Ana María Liberali¹
amliberali@gmail.com

Ano XXVII - Vol. XXVII - (4): Janeiro/Dezembro - 2023

CIÊNCIA
Geográfica
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
www.aghbauru.org.br

¹ Centro Humboldt/Universidad de Buenos Aires. E-mail: amliberali@gmail.com.

Artigo recebido em setembro de 2023 e aceito para publicação em outubro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

*Soledad sobre ruinas, sangre en el trigo rojo y amarillo,
manantial del veneno, escudo heridas,
cinco siglos igual.*

*Libertad sin galope, banderas rotas, soberbia y mentiras,
medallas de oro y plata contra esperanza,
cinco siglos igual.*

*En esta parte la tierra la historia se cayó,
como se caen las piedras
aun las que tocan el cielo
o están cerca del sol.*

*Desamor, desencuentro, perdón y olvido,
cuerpo con mineral, pueblos trabajadores, infancias pobres,
cinco siglos igual.*

(.....)

Cinco siglos igual.

Canción de León Gieco (1992)

RESUMEN: Toda la historia latinoamericana, desde 1492, no puede ser explicada desde los distintos marcos locales sino a partir de la vinculación de los diferentes espacios con el contexto internacional, generalmente relacionado con el continente europeo. Esta situación ha partido primero de un sometimiento político (vasallaje colonial), y posteriormente, de una sujeción económica (status semicolonial); así es como la evolución de las economías metropolitanas han marcado el ritmo de los ciclos económicos nacionales. Para este trabajo hemos elegido los procesos productivos como una forma de explicación de la realidad, ya que éstos están en la base de la relación Sociedad-Naturaleza, llevándose a cabo con el fin de satisfacer las necesidades materiales. Esta relación se expresa, a su vez, como una compleja interrelación entre la sociedad y el territorio, es decir, el espacio apropiado o socializado.

Palabras clave: Latinoamérica. Economía. Sociedad. Territorio. Recursos

RESUMO: Toda a história latino-americana, desde 1492, não pode ser explicada a partir dos diferentes enquadramentos locais, mas sim a partir da ligação dos diferentes espaços com o contexto internacional, geralmente relacionado com o continente europeu. Esta situação começou primeiro com a sujeição política (vassalagem colonial) e, mais tarde, com a sujeição económica (estatuto semicolonial); Foi assim que a evolução das economias metropolitanas definiu o ritmo dos ciclos económicos nacionais. Para este trabalho escolhemos os processos produtivos como forma de explicação da realidade, uma vez que estes estão na base da relação Sociedade-Natureza, realizada para satisfazer necessidades materiais. Essa relação se expressa, por sua vez, como uma inter-relação complexa entre a sociedade e o território, ou seja, o espaço apropriado ou socializado.

Palavras-chave: América Latina. Economía. Sociedade. Território. Recursos.

ABSTRACT: All Latin American history, since 1492, cannot be explained from the different local frameworks but from the link of the different spaces with the international context, generally related to the European continent. This situation has started first from political subjection (colonial vassalage), and later, from economic subjection (semicolonial status); This is how the evolution of metropolitan economies has set the pace of national economic cycles. For this work we have chosen productive processes as a form of explanation of reality, since these are at the basis of the Society-Nature relationship, carried out in order to satisfy material needs. This relationship is expressed, in turn, as a complex interrelation between society and the territory, that is, the appropriated or socialized space.

Keywords: Latin America. Economy. Society. Territory. Resources.

CINCO SIGLOS IGUAL...

Si consideramos al proceso de producción como el proceso de asignación de los recursos, podemos concretarlo en la definición del denominado estilo de desarrollo; para lo cual debemos dar respuesta a las cinco preguntas fundamentales determinantes de un modelo de producción: ¿qué se va a producir?, ¿dónde?, ¿quién?, ¿cómo? y ¿para quién?

Toda sociedad tiene una forma de utilización de los recursos naturales, y, por lo tanto, una peculiar organización del espacio. Si estas variables son modificadas existirá un cambio sustancial en el rol que cada sector de la sociedad ocupará en el nuevo modelo. Pero no siempre el total de la población puede ser asimilado en las condiciones impuestas, produciéndose un excedente poblacional que aumentará su marginalidad o emigrará. Contrariamente, los cambios producidos en el seno de la sociedad pueden requerir un mayor número de trabajadores para poner en marcha el proceso en ciernes demandando la incorporación de inmigrantes. A partir de esto podemos afirmar que los procesos de redistribución de la población son el ajuste espacial entre la oferta y demanda de trabajo, lo que puede ser el resultado de la diferente valorización de los recursos naturales, los cambios en la utilización de la tecnología y/o en las relaciones sociales de producción (GEJO; LIBERALI, 2006).

La revolución industrial y sus consecuencias han generado una agrupación de países que responden a sistemas económicos y sociales avanzados o a sistemas tradicionales, pero sujetos ambos grupos a las influencias y correlaciones que podrían expresarse en un modelo de naciones centrales y periféricas, en el cual las últimas se hallan sujetas, en diversas gradaciones, al influjo económico y político de las primeras. La relación más conocida entre países centrales y periféricos es la del intercambio de materias primas y productos manufacturados, cuyos términos siempre han sido desfavorables al comercio de las periféricas; más independientemente de estas relaciones los países

centrales encuadran en un sistema moderno de vida colectiva y los periféricos en mecanismos tradicionales y arcaicos (LABASTIDA, 1970: 393).

PERÍODO COLONIAL IBÉRICO (SIGLOS XV, XVI Y XVII)

Los tres primeros siglos de nuestro estudio están referidos al período colonial propiamente dicho, durante los cuales, si bien podríamos mencionar otras, América Latina fue conquistada y apropiada por las entonces potencias talasocráticas, fundamentalmente las ibéricas.

A partir de la firma del Tratado de Tordesillas, el 7 de junio de 1494, compuesto por una serie de acuerdos entre el rey Fernando II de Aragón y la reina Isabel I de Castilla, por una parte, y el rey Juan II de Portugal por otra, se estableció una línea de demarcación entre ambas coronas, que correría de uno a otro polo, trescientas setenta leguas al oeste de las islas de Cabo Verde. Dicho documento es esencial para comprender la historia de América y sus relaciones económicas y culturales con Europa.

Tras haberse repartido el Nuevo Mundo, la Corona Española fue creando diversos espacios productivos al oeste de la línea mencionada, cuya administración quedaba en manos de un representante del rey; y, con el tiempo, los portugueses hicieron lo propio, a través de un sistema de Capitanías Generales, en los territorios orientales.

Los virreinos que fueron creando los españoles fueron el de la Nueva España, que comprendía desde México, que en ese momento abarcaba California y otras regiones del sur norteamericano, llegando hasta Costa Rica; el de Nueva Granada, integrado por Panamá, Colombia, Venezuela y Ecuador; el del Alto Perú y la Capitanía General de Chile; y el del Río de la Plata que incluía Argentina, parte de Bolivia, Paraguay, Uruguay y un sector del sur de Brasil.

Respecto de las actividades productivas realizadas por la Corona Española, podemos afirmar que durante los siglos XVI y XVII se concentraron en la explotación minera, restringiendo el intercambio no solo con otras metrópolis sino impidiendo las relaciones intercoloniales intrainperiales. Dichas áreas mineras, predominantemente auríferas y argentíferas se localizaban tanto en las Sierras Madres de México, como a lo largo de la cordillera de los Andes, siendo el centro principal el Virreinato del Alto Perú.

En el caso mexicano el período colonial comenzó en 1521, cuando cayó en poder de los españoles Tenochtitlán, la antigua ciudad de México, finalizando justamente tres siglos después, en 1821 durante el cual se declaró la Independencia.

Las principales actividades económicas del Virreinato de la Nueva España fueron la minería de oro y plata, la agricultura (maíz, cacao y otros productos originarios de la antigua Mesoamérica), la ganadería (introducida por los europeos, quienes trajeron la mayor parte de los animales criados), y el comercio (limitado únicamente a las posesiones españolas, acto de mercantilismo).

A pesar de que la minería novohispana constituyó la mayor fuente de riquezas para la corona española, se enfrentó a varios problemas como la escasez de mano de obra indígena durante las epidemias del siglo XVI, además de la dureza del trabajo en las

minas que provocaba artritis reumatoide, ocasionando el cese del trabajo e incluso la muerte, lo que fuera solucionado con la importación de esclavos negros; la prohibición de la importación de mercurio castigada con la pena de muerte por la razón de que fueran los ingleses los mayores comerciantes de tal producto, y al ser España su enemiga principal, sus virreinos no podían comerciar con la corona británica, alentando el contrabando con piratas ingleses como el caso de Henry Morgan.

Según las leyes de la época, los particulares podían poseer terrenos, pero todas las riquezas del subsuelo eran propiedad de la Corona. En la mayoría de los casos, cualquier español o indio, podía explotar una mina siempre que una parte de la producción, el llamado “quinto real”, fuera para las Arcas Reales, y el diezmo a la Iglesia. Los pueblos que eran los propietarios originarios de la tierra eran despojados de ella mediante las denominadas mercedes reales. Las encomiendas nacieron a principios del siglo XVII, que consistían en un sistema en que los indígenas estaban al completo servicio del conquistador, quien tenía la obligación de impartirles educación cristiana y defender su territorio de cualquier ataque. Otro elemento característico de este sistema fueron las haciendas, que surgieron al iniciarse el siglo XVII, siendo la mitad de las propiedades de las tierras y del capital existente perteneciente a la Iglesia.

Por otra parte, los portugueses ocuparon la costa atlántica de América del Sur a partir del año 1500 explotando la madera para tinte de palo de Campeche o palo Brasil, árbol que finalmente terminó dándole su nombre al país. Esta actividad era evidentemente extensiva, no requiriendo de gran cantidad de fuerza de trabajo, como tampoco de un espacio fijo. Sin embargo, hacia fines del siglo XVI y a lo largo del XVII, se desarrolló un ciclo productivo con consolidación territorial, en el Nordeste del país, constituido por la caña de azúcar con destino al mercado europeo.

Pero, ya en el siglo XVIII, mientras se producía una crisis minera en las áreas productivas españolas, tanto en la Nueva España como en el Alto Perú, el descubrimiento de oro y diamantes en la zona de la actual Minas Gerais, convirtió a la economía de la colonia en un centro clave de la economía mundial, siendo Ouro Preto el centro de la fiebre del oro (GEJO, 1995 a).

En el caso de Chile:

A grandes rasgos se puede mencionar un primer ciclo de agricultura de subsistencia y explotación de lavaderos de oro, que caracteriza básicamente al siglo XVI, es decir los inicios de la colonia. Luego, durante el siglo XVII se produce un aumento de la producción agrícola y ganadera. Finalmente, el siglo XVII registra el inicio de la minería de plata y cobre, además del aumento en la producción agrícola, principalmente trigo, vino, frutas (ROVIRA PINTO, 2023: 268).

Respecto de lo que es el actual territorio argentino, debemos tener en cuenta que durante el período colonial considerado clásico (1530-1750), el centro productivo se desarrollaba en Potosí (actual territorio boliviano), que a partir de la explotación

argentífera transmitió dinamismo a otras áreas complementarias como lo fueron el actual Noroeste Argentino y Cuyo, que fueron dadoras tanto de fuerza de trabajo como de ganado para fuerza motriz y medios de transporte, como de alimentos. Sin embargo, a lo largo del siglo XVIII, a partir de la crisis minera que envolvió a Potosí, sumado a otros hechos político-económicos de nivel internacional, como la pérdida de las colonias norteamericanas por parte de Gran Bretaña en 1776, se volcó el eje productivo hacia el área atlántica, dando lugar a la creación del Virreinato del Río de la Plata, que constituyó una respuesta política a la creciente presencia británica en la región rioplatense. Esta continua intromisión alcanzó su punto culminante durante las invasiones de 1806 y 1807, que, a pesar de haber sido derrotadas, no redujeron el interés de la corona británica por hacer de Buenos Aires, una plaza comercial fuerte más, del poderoso imperio insular.

Alrededor de la ganadería extensiva (vaquerías y estancia colonial), la producción de cueros para la exportación generó las bases económicas y sociales necesarias para impulsar la reformulación del esquema económico impuesto por la metrópoli. Los grupos sociales que se beneficiaron con esta actividad económica tomaron como bandera al librecambio, que los favorecía en su desarrollo comercial y a su vez perjudicaría los intereses de la vieja burocracia administrativa colonial. El Reglamento de Libre Internación dictado en 1778, trataba en buena medida de legalizar lo ilegalizable a la vista del rígido monopolio imperante, pero las fuerzas desatadas no amainaron y convergieron más temprano que tarde en una acción política concertada desestabilizante, del ya vetusto orden colonial. Bastó para esto, el desencadenamiento de los oscuros episodios napoleónicos en la Península. En ese momento, intereses económicos y oportunidad política confluyeron en el desmoronamiento de una estructura política que había servido a un orden de cosas durante tres siglos de historia (GEJO; LIBERALI, 1995: 31 y 32).

PERÍODO SEMICOLONIAL BRITÁNICO (SIGLOS XIX A MITAD DEL XX)

En el siglo XVIII, la parte occidental de Saint-Domingue, bajo control francés desde 1697, había experimentado un extraordinario crecimiento a partir de una economía de plantaciones de café y caña de azúcar basada en la importación de mano de obra esclava de negros africanos que morían al cabo de diez años de llegar, agotados por las condiciones de trabajo.

La Revolución Francesa de 1789 provocó una sacudida en todo el mundo. Monarquías milenarias, privilegios inveterados y antiguos dogmas cayeron como castillos de naipes ante la divisa “liberté, égalité, fraternité”. La esclavitud, una de las más viejas instituciones de la historia, fue abolida por primera vez. Pero eso no ocurrió, precisamente en Europa, sino en una isla del Caribe, en el territorio del actual Haití, por obra de negros y mestizos que se rebelaron contra la opresión de los colonos blancos y que, tras un cruento conflicto, fundaron una república de negros libres, en 1804.

Pero las ideas de la Revolución Francesa, “prendieron” en los descendientes de los conquistadores, ya nativos del Nuevo Continente. Y fue así, que fueron cayendo los virreinos como piezas de dominó uno tras otro, dándose una suerte de independencias en serie a lo largo de la larga década comprendida entre los años 1809 y 1921.

Durante ese período se independizaron Bolivia y Ecuador en 1809, México, Colombia, Venezuela y Chile en 1810, Paraguay y Uruguay en 1811, Argentina en 1816, Guatemala, Honduras, Nicaragua, El Salvador, Costa Rica y Panamá en 1821, siendo más tardías las independencias de la República Dominicana (1844) y la de Cuba (1898). Mientras que Puerto Rico, después de varios intentos por la libertad, fue cedida por España a los Estados Unidos en 1898. Y aunque Brasil no dependía de España, logró su independencia de Portugal en 1822.

Sin embargo, estas independencias políticas, tuvieron como consecuencia una nueva dependencia económica en beneficio de Gran Bretaña, que en el siglo XIX vivía lo que se dio en llamar “la pax britannica”, momento en el cual gozaba de poder sobre el sistema mundo.

El Virreinato de Nueva España incluía el México actual, América Central, las Filipinas, Cuba, Puerto Rico, Florida, las regiones costeras de Alabama y Mississippi, todas las tierras al oeste de este río, así como pretensiones en Canadá Occidental y Alaska, proveyendo dos tercios de los ingresos del imperio español, siendo los metales preciosos los que representaban el 84% de todas sus exportaciones, y el abastecedor de plata más importante del mundo en todo el período colonial.

Pero, post independencia, la inestabilidad política hizo de México presa fácil para la agresión extranjera, enfrentando las invasiones de España en 1829, la de Francia en 1838, la de Estados Unidos en 1847, y las de Inglaterra, España y Francia en 1861. A mediados del siglo XIX, la República Mexicana no solo había perdido la mitad de su territorio, sino que sufría también de extrema inestabilidad política, de severa depresión económica y de conflictos tanto raciales como sociales. La crisis de la minería limitó la actividad del sector exportador de México en el periodo posterior a la Independencia, puesto que la plata siguió siendo el principal producto de exportación del país. A medida que la minería declinaba, las exportaciones de la nación bajaban. Era imposible sustituir las exportaciones ya que la tecnología existente y los altos costos de transporte en México impedían la exportación de productos agrícolas voluminosos a precios de competencia. Por el contrario, con su excelente red fluvial la cual permitía el embarque de estos productos a bajo precio, Estados Unidos exportaba una gran variedad de mercaderías agrícolas. El comercio extranjero de México se estancó en un tiempo de expansión rápida y masiva del comercio mundial. Hacia 1850, las exportaciones estadounidenses eran veinte veces más grandes que las de México. En efecto, durante la década de 1880, cuando las minas de plata se habían recuperado lo suficiente como para igualar los niveles de fines de la Colonia, el esquema del comercio mundial había cambiado con la aparición de nuevos y significativos productores de plata, entre ellos los Estados Unidos. En 1800 México había producido el 75% de la plata en el mundo, y hacia 1880 su producción total representaba menos del 40% (RODRÍGUEZ, 2006).

En 1800, Estados Unidos era una nación agraria de segunda categoría, mientras que Europa Occidental estaba recién comenzando a industrializarse. Muchos contemporáneos,

entre ellos Alejandro von Humboldt, creían no sólo que México podría competir exitosamente por la hegemonía económica, sino que también podría surgir como el coloso del continente americano. Pero ya nadie tenía tales ilusiones en 1880 (RODRÍGUEZ, 2006).

La economía del porfiriato, amparada en los lemas de “orden y progreso” y “poca política, mucha administración”, que se iniciara en 1876 finalizando en 1910 con el estallido de la Revolución Mexicana, presentó un crecimiento económico basado en la inversión extranjera, desarrollándose infraestructura ferroviaria, puertos, teléfonos, telégrafos y electricidad, beneficiándose el comercio exterior con Estados Unidos, Europa y el Caribe, exportando productos mineros, agrícolas y ganaderos.

La condición de dependencia con la que la economía mexicana entró al sistema capitalista, mostró cómo todas las ramas de la producción se desarrollaron sujetas a las necesidades del mercado externo. En términos macroeconómicos México presentaba una situación excelente, sin embargo, la situación social y económica del pueblo, de los obreros y los campesinos, más del 80% de la población, vivían en la miseria. La riqueza generada por la inversión extranjera asociada en algunas ocasiones con el capital nacional era concentrada solo por unos cuantos, por lo tanto, podemos asegurar que crecimiento económico no es sinónimo de desarrollo social. Al iniciarse la primera década del siglo XX, el modelo agro-exportador constituía la base del sistema económico que, bajo la perspectiva imperante en aquellos tiempos, introducía al país por el camino del progreso, con una industria apenas incipiente. Las inversiones extranjeras se habían enfocado a la explotación de los productos agrícolas demandados por el sector exportador, entre los que destacaban el algodón, el azúcar, el café, el tabaco y el henequén, así como el ganado bovino.

En el caso de Brasil:

Después de una larga transición pos-independencia, a partir de la década del 80 del siglo XIX, estuvieron dadas las condiciones para el espectacular crecimiento de la producción cafetalera, que utilizó como centro a San Pablo y sus alrededores. El incremento fuerte de la demanda europea fue el acicate para un conjunto de actividades agropecuarias latinoamericanas, que convirtiera a Brasil en el productor de las dos terceras partes de la demanda mundial de café, convirtiéndose el Sudeste en la cabeza económica del país.

Pero a pesar del vertiginoso desarrollo que el ciclo cafetalero generó, no se convirtió en una actividad excluyente, ya que, en la región amazónica, se abrió un proceso productivo extremadamente dinámico, asociado a la explotación de la *Hevea Brasiliensis*, de la cual se obtenía el caucho natural. Dicho ciclo secundario evolucionó marcadamente dissociado del negocio del café, dando lugar al fulgurante crecimiento de Manaus, centro poblado con importante infraestructura. Sin embargo, tras la Primera Guerra Mundial y la aparición de un sustituto artificial del caucho, dieron fin a esta actividad.

Posteriormente la crisis del '30 repercutió también gravemente en la actividad cafetalera, ya que su producción no era considerada esencial, por lo cual disminuyó drásticamente su posibilidad de exportación (GEJO, 1995 a: 98-100).

En cuanto a Chile:

A partir de 1810, la economía sufre una fuerte crisis producto de las guerras de la independencia, situación que se extiende hasta 1830, afectando severamente la agricultura del país, momento desde el cual se registra una expansión que concluye en 1929, teniendo como locomotora del crecimiento a la minería de cobre y plata. Dentro de este ciclo expansivo puede distinguirse un periodo posterior a la Guerra del Pacífico (1879-80) caracterizado por el auge de la producción de salitre. Durante el período 1880-1930, las exportaciones salitreras dominaron la economía chilena, y esa industria estaba controlada por capitales británicos (ROVIRA PINTO, 2022: 275 y 297).

En el caso argentino, se puede establecer una primera etapa del siglo XIX, posterior a la independencia, en que la producción ovina, fundamentalmente de raza Merino, desplazó al vacuno, proceso conocido como “merinización de las Pampas”. Este hecho tuvo directa relación con la necesidad del mercado británico de obtener lana para el sustento de su industria textil. Pero posteriormente, comienza a establecerse un modelo productivo primario exportador sustentado básicamente en dos grandes rubros: carnes y cereales.

En una primera etapa la agricultura fue solo un complemento de la ganadería brindando la base de las pasturas inducidas para la expansión pecuaria, pero a poco de andar pasó a ser la rama más dinámica de la economía del país. Fue la etapa histórica en que la Argentina se había convertido en el “granero del mundo”, ya que para 1914, abastecía la cuarta parte de la producción mundial.

PERÍODO SEMICOLONIAL NORTEAMERICANO (SIGLO XX)

Mercado interno

La crisis del '29, que comenzara con la debacle financiera en Wall Street, se convirtió de pronto en una crisis sin precedentes en la economía mundial al afectar a las principales potencias hegemónicas. Las economías desarrolladas ingresaron en una profunda depresión, transmitiendo al resto del sistema económico mundial, esa tendencia negativa, generando una desintegración de las corrientes comerciales, contrayendo significativamente la demanda.

La magnitud de los acontecimientos fue transmitida a los eslabones periféricos a través de la merma de la compra de materias primas. Esto implicó una disminución sustancial del poder de compra de productos industrializados por parte de los países latinoamericanos.

En estas condiciones, la crisis internacional dio lugar a un marcado proteccionismo económico como forma de salvaguardar los marcos nacionales de las severas contingencias del sistema económico mundial, jugando un papel fundamental la intervención estatal.

El cierre del aprovisionamiento exterior dinamizó el desarrollo local denominado I.S.I. (industrialización sustitutiva de las importaciones), es decir, no con fines de exportación sino directamente vinculada al mercado interno.

Con el fin de incrementar el mercado interno se volcaron crecientemente subsidios para generar una cierta distribución del ingreso, para dar lugar al aumento de la capacidad de consumo.

Posteriormente al fortalecimiento de los Estados Unidos tras la Segunda Guerra Mundial, éste toma las riendas del orden mundial, desplazando definitivamente a Gran Bretaña, que ya desde el primer conflicto bélico mundial, venía perdiendo posiciones en todo el planeta, y principalmente en América Latina (GEJO; LIBERALI, 2006).

Sin embargo, no todos los países latinoamericanos lograron industrializarse en esta etapa, que en términos amplios podríamos ubicar entre los años 1914 y mediados de los '70, destacándose principalmente México, Brasil, Chile y Argentina.

Uno de los principales factores que propiciaron el fomento a la industria en los países subdesarrollados fue la necesidad de abastecer de productos a sus mercados, ya que los países desarrollados desatendieron dicho abastecimiento por el proceso de reconversión de la planta productiva que hicieron para la producción bélica en la Segunda Guerra Mundial. Es importante destacar que, aun siendo la guerra un factor externo económico, llevó a la economía a entrar en un proceso de industrialización pues permitió un intervalo de varios años en los cuales la industria mexicana pudo madurar sin la presión de la competencia externa y debido al cierre de los mercados externos aceleró la sustitución de bienes de consumo no duraderos en el interior del país, favoreciendo su exportación, por esta razón, surgieron trabas a la importación de maquinaria y materias primas que no se producían en México y que eran necesarias para la producción.

Al terminar la Segunda Guerra Mundial, la demanda de los países subdesarrollados se orientó nuevamente hacia el mercado estadounidense debido a la política de las empresas estadounidenses para recuperar los mercados ya perdidos, lo que generó problemas de desempleo y constantes fluctuaciones en la economía, obligando al gobierno mexicano a llevar a cabo una estrategia de desarrollo basada en la protección a la industria, creando condiciones de rentabilidad para la inversión productiva con el propósito de asegurar el crecimiento de la industria en el país. Esto fue el llamado proceso de Sustitución de Importaciones o de Industrialización, puesto en marcha en 1947 (política proteccionista de permisos previos de importación), el cual se pensaba que generaría no sólo crecimiento sino también desarrollo económico; es decir, aumentaría el empleo y mejoraría el nivel de vida de las masas pues el “crecimiento hacia adentro” llevaría a la disminución del déficit de comercio exterior y a la vulnerabilidad de la economía, lo que permitiría el surgimiento de una creciente industria nacional. El proyecto estaba orientado a impulsar la industrialización y crecimiento vía importaciones, como un proceso de cambio de las políticas económicas, las cuales se basaron en la protección, el fomento y la regulación industrial, que se llevaron a cabo en tres etapas durante el período (1947-1982). (...) El despegue del modelo de sustitución de exportaciones (1982- 1988), se genera con base en la sustitución en términos relativos de la petrodependencia de las exportaciones de los bienes primarios, principalmente del petróleo, en las exportaciones

totales, por las exportaciones manufactureras. Al realizarse la sustitución de exportaciones, el petróleo deja de ser el producto más importante en las ventas al exterior y también el principal generador de divisas, posición que ocupan las exportaciones no petroleras, donde el sector manufacturero se convierte en el más dinámico (COSIO VILLEGAS; MEYER, 1970).

La crisis económica internacional de los años 1930 hizo que las élites económicas y políticas de todos los países buscaran soluciones drásticas. En Brasil, una vez que sus élites concluyeron que el país no podía quedar rehén de los intereses caficultores de São Paulo, nació entre la clase política y empresaria un consenso industrialista, (aunque como Brasil partió de un modelo agroexportador esclavista, a diferencia de Argentina, eso impactó mucho las condiciones de desigualdad estructural de los modelos de desarrollo. Cabe aclarar que, para algunos autores, los «intereses caficultores de São Paulo», de base esclavista, de hecho, nunca fueron enteramente derrotados, pues continúan hasta la actualidad). Los liberales, que defendían la tesis según la cual Brasil tenía vocación agrícola, fueron políticamente derrotados. Esa derrota fue confirmada en la segunda mitad de los años 1950. A partir de esa época, los liberales cambiaron su discurso: también ellos se tornaron industrialistas. Las divergencias políticas pasaron a retratar los medios por los cuales se debía promover la industrialización, aunque ya nadie defendía la hipótesis de un Brasil exclusivamente agrícola.

Esta crisis disminuyó la capacidad del país de importar productos y de cumplir con los pagos externos, redujo además el ritmo de todas las actividades económicas. Fue en ese contexto que el gobierno de Getúlio Vargas amplió la participación del Estado en la economía para evitar una recesión generalizada. Fue un periodo de transición marcado por el paso de un sistema de base agroexportadora a un sistema industrial, donde la oligarquía agraria fue gradualmente sustituida por la burguesía industrial; por esto, la propuesta de inserción internacional de Brasil estuvo más relacionada con los intereses industriales que con los agroexportadores. Así, se instauró una arquitectura político-institucional que combinó la centralización del poder, la ampliación de la autonomía y la capacidad de intervención del Estado en los asuntos económicos con la financiación externa destinada a inversiones en la industria.

Como mencionamos, la industrialización del país fue producto del contexto internacional y de determinadas medidas económicas tomadas por el gobierno para paliar los efectos de la crisis. En 1931, se introdujo un control de cambios –monopolizado por el Banco do Brasil– para intentar equilibrar la balanza de pagos, que había sido alterada por las continuas devaluaciones cambiarias. Esta medida funcionaba como un mecanismo de protección que dificultaba las importaciones de los productos menos esenciales, lo que indirectamente comenzó a favorecer a la industria interna. Así, el proceso sustitutivo de exportaciones avanzó de forma considerable. (PEREYRA DOVAL, 2017)

En el marco de una apreciable intervención estatal, el Brasil fomentaría de aquí en más el desarrollo de un aparato industrial ligado a las necesidades internas. Este impulso industrialista fue complementado por los nuevos bríos manufactureros que nos legó la Segunda Guerra Mundial, que en el Brasil tuvo un hito en el montaje de su gran acería, Volta Redonda (GEJO, 1995 a: 101).

Por otra parte:

En Chile, la política de crecimiento hacia adentro se basó en una batería de medidas proteccionistas, como fueron los aranceles fijados a las importaciones para determinados bienes y tipos de cambio múltiples. La protección a la industria nacional permitió un importante crecimiento de la actividad manufacturera, al punto que ésta pasó a tomar el liderazgo del crecimiento económico del país. En el plano espacial, la industrialización substitutiva provocó una profundización de la división del trabajo entre campo y ciudad con negativos efectos sobre el sector agrícola. El otro gran actor de la economía de este período es la minería del cobre, que, si bien siempre había estado presente, lo había hecho en menor escala. La Gran Minería del cobre se vio reflejada en el ingreso de inversión de capitales estadounidenses asociada al brusco aumento de la demanda internacional por el desarrollo de la industria eléctrica y a la innovación que significó el descubrimiento del proceso de flotación (ROVIRA PINTO, 2022: 302 y 303).

En el caso de Argentina:

La crisis del '30 que había dado lugar a una fuerte intervención estatal pro-conservadora a fin de salvaguardar los intereses primario-exportadores derivó con el correr del tiempo en el adosamiento de una serie de medidas orientadas a promover una industrialización que no rebasara los límites del proyecto agroexportador. Sin embargo, en la década del '40 se comenzaron a dar las posibilidades de un fortalecimiento del sesgo industrializador, que necesitaba imperiosamente de algunas modificaciones sociales, políticas y económicas (GEJO; LIBERALI, 2006: 75).

Hacia 1955 el país llegaba a un punto de inflexión en su proceso de desarrollo, iniciando un camino hacia la concentración y la plena interrelación con la economía internacional. El impulso del sector petrolero, siderúrgico y petroquímico es una cabal muestra de industrias que demandan una fuerte inversión de capital y vinculadas a un patrón de distribución y de consumo diferentes a los que habían predominado en la primera etapa del proyecto mercado-internista.

La economía nacional, así, inicia un camino hacia la concentración y la plena interrelación con la economía internacional. Una muestra evidente de esto último es el inmediato ingreso del país al F.M.I. (Fondo Monetario Internacional) y al B.I.R.F. (Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento), la eliminación del control de cambios y la autorización para la libre transferencia de utilidades y de capitales al exterior, medidas todas que

preceden a una oleada de nuevas inversiones externas que remodelarán el perfil de la industria y de la economía en su conjunto y que, inocultablemente, hablan de una integración internacional creciente. Este período que abarcará dos décadas de la historia económica argentina estará signado por la radicación de capitales extranjeros, una tendencia hacia la redistribución regresiva del ingreso y al aumento de la marginalidad (GEJO; LIBERALI, 2006: 79).

Transnacionalización

A lo largo de los años ochenta y principios de los noventa, en la gran mayoría de los países latinoamericanos y del Caribe, se aplicaron modelos económicos muy similares, sin cumplir con las expectativas planteadas en su elaboración e instrumentación, ya que dichas reformas estructurales se realizaron bajo la forma de políticas de ajuste. Esto ha sido liberación comercial y financiera interna y externa, saneamiento fiscal, privatización de empresas estatales, así como de ciertos servicios sociales, incentivos para atraer capitales externos, desregulación, etc (CLAVIJO, 2000).

Coincidiendo con este autor podríamos agregar que se llevó a cabo un fuerte proceso de desindustrialización, re-primarización de la economía, sumado al cierre de ramales ferroviarios, endeudamiento externo, desempleo, redistribución regresiva del ingreso y, por ende, pauperización, dando lugar a una gran concentración de poder económico y político, producto de las políticas macroeconómicas impuestas en la región por el Consenso de Washington.

Si bien para muchos el estado había desaparecido, en realidad, éste estuvo más presente que nunca para legislar, implementar políticas, subsidiar y beneficiar al gran capital y a los intereses especulativos de la banca financiera. El gran capital con alto poder político ha concentrado la riqueza. La polarización de las clases o grupos sociales de la sociedad se acrecentó, se hizo más visible y aguda (LIBERALI; GEJO, 2015: 15).

Katz (2010) resaltó como eje central de su visión sobre la economía de América Latina un proceso de re-primarización de los aparatos productivos. Las principales áreas de expansión económica y empleo en América Latina son hoy las áreas de explotación directa de la naturaleza. La explotación directa de los recursos naturales –como la explotación de yacimientos minerales y de las fuentes de energía y agua, así como la explotación de la fertilidad natural de la tierra y el aprovechamiento de las ventajas climáticas-, ha transformado a América Latina en un gran centro proveedor de materias primas y granos para el resto del mundo. De una economía relativamente autosuficiente y de base manufacturera, América Latina se está transformando en una gran economía agropecuaria exportadora. Se desarrolla, de esta manera, en la región, una nueva modalidad de capital que compite con otros capitales de base manufacturera, el llamado agrobusiness.

La lucha por la tenencia de la tierra es un fenómeno que se da en toda América Latina. También es compartido el proceso de extranjerización de un recurso vital no sólo para la vida campesina sino para todas las poblaciones.

En el caso de México, podemos tener presente que, en diciembre de 1992, su presidente Carlos Salinas de Gortari, junto con el estadounidense George H. W. Bush y el primer ministro canadiense Brian Mulroney firmó el TLC (Tratado de Libre Comercio).

Si bien a partir de dicho acuerdo, todos “podrían” intercambiar libremente sus productos, el hecho es que ciertas industrias norteamericanas con características de “maquila” se instalaron al otro lado de la frontera, con el fin de disminuir los costos de producción, prácticamente ningún producto de elaboración genuinamente mexicano apareció en las góndolas de los dos países septentrionales.

La firma del TLC fue, sin duda, el corolario de una serie de reformas que venían aplicándose desde diez años antes, que buscaban colocar al sector privado como eje de la expansión económica con capacidad de operar competitivamente en los mercados mundiales sin subsidios. “Elementos centrales de esta búsqueda han sido la apertura del mercado interno al comercio, la atracción de la inversión extranjera, la desregulación de la economía, la desincorporación de empresas públicas y la liberación financiera, todo ello complementado con el compromiso de mantener una política monetaria prudente y una política fiscal austera, junto con la eliminación de créditos preferenciales.” (MATTAR, 2000: 156)

Al respecto, otro autor agrega:

Uno de los objetivos de las reformas económicas era inducir un cambio estructural que, al reorientar la producción y los intercambios internacionales en función de las ventajas comparativas del país, estimularía una mayor velocidad de absorción de la fuerza de trabajo en el sector formal de la economía. Sin embargo, ello ha ocasionado la reducción en el uso de mano de obra, a pesar del precario salario y de lo mucho que su monto por trabajador descendió (CLAVIJO, 2000: 371 y 372).

Respecto del Brasil, podemos afirmar que, si bien a partir de la década del '60, el aparato industrial había logrado una producción con cierta capacidad de insertarse en el mercado internacional, la integración social y regional siempre ha continuado a ser absolutamente desigual. Por otra parte, el gigantesco marco natural que lo contiene, ha sido objeto de una utilización diferenciada por parte de las potencias extranjeras, a partir de la explotación de distintos recursos, que durante cinco siglos, lo mantuvieron ligado a la demanda externa.

Por esta razón, a pesar de continuar contando con cierto grado de industrialización superior al de otros países latinoamericanos, en los últimos tiempos ha sufrido un proceso de re-primarización, que no le permite crecer en el porcentaje de exportaciones a nivel mundial.

La creciente importancia del agrobusiness en la economía brasileña se puede percibir por el avance del precio de la tierra en los últimos años. El precio de la tierra en el estado de São Paulo, el más rico e industrializado de Brasil, aumentó más del doble entre los años 2001 al 2006. Este aumento está directamente relacionado a la creciente importancia del sector agroexportador del país, como es el caso de la soja, y a la expansión de los cultivos de caña de azúcar, dedicados a la producción del “nuevo petróleo”: el etanol.

A partir de 1973, con la dictadura en el poder, Chile vuelve a privatizar o a devolver a sus antiguos dueños las empresas y campos que habían sido estatizados o expropiados, desmantelando las reformas impuestas por los gobiernos anteriores, retomando el modelo de libre comercio y la apertura a los mercados internacionales, sumado a la terciarización de la economía. Enfrentó a la industria nacional a la competencia de productos importados a mejor precio, dando lugar al cierre definitivo de gran cantidad de establecimientos con la consecuente pérdida de empleos. Reforzando estas políticas, diversificó las exportaciones agregando a la crónica dependencia minera, materias primas derivadas del sector silvo-agropecuario, en especial el frutícola, y la explotación extractivista forestal (ROVIRA PINTO, 2022: 318 y 319).

En el caso argentino, ese avance estuvo liderado por la soja. Sin embargo, el creciente peso del sector primario tendría un carácter muy diferente del que ofrecía en la primera parte del siglo pasado, cuando el país era catalogado como el “granero del mundo”. En el plano de la institucionalidad, pasamos del INTA a Monsanto. El diseño actual cuenta con la tecnología y la relación entre multinacionales y subcontratistas como principales variables. La idea del farmer o del chacarero es errónea, porque esa figura no existe más, además de la concentración de la actividad agrícola en pocas manos. (Macioli, 2008)

En América Latina, luego de dos décadas de implementación de políticas del llamado “modelo neoliberal”, la principal consecuencia han sido la fragmentación de la sociedad, incluso en países como la Argentina, que se caracterizaba por un amplio sector de clase media.

El proceso de privatizaciones dio lugar a mayor concentración de la riqueza, mayor dependencia del capital financiero transnacional, flexibilización laboral, bajos salarios, aumento del trabajo infantil, incremento del empleo informal, desempleo, redistribución regresiva del ingreso y aumento de la pobreza y la indigencia.

América Latina se encuentra hoy en una fase de desarrollo muy inferior a la etapa vivida en los años 70. Inmensos contingentes de trabajadores fueron arrojados al desempleo y a la miseria casi absoluta, millones de jóvenes se encuentran ociosos en los suburbios de las grandes ciudades trabajando para el tráfico de drogas. Importantes ramas de la producción manufacturera de la región casi desaparecieron. Grandes corporaciones internacionales pasaron a controlar más directamente la inversión y el desarrollo de la región y nuevas formas de destrucción de la naturaleza han surgido como formas de inversiones productivas y valorizadoras del capital.

Pero, por otra parte, otros sectores sociales han logrado condiciones de vida similares o superiores a la media de los países europeos, con niveles de consumos nunca alcanzados en etapas anteriores.

La profundización de estas desigualdades no solamente se expresa a nivel social sino territorial.

En las áreas rurales, la concentración de la producción muestra zonas de gran inversión con tecnología de punta; y paralelamente, elevada marginalidad y emigración de quienes quedaron excluidos del modelo. Y en las áreas urbanas, barrios cerrados, comercios de lujo, servicios de primer nivel conviven con asentamientos precarios y familias durmiendo en las calles.

¿SEMICOLONIA DE CHINA? (SIGLO XXI)

China ha dejado de ser la estrella indiscutida del éxito económico y la locomotora del crecimiento para convertirse en parte del problema de la economía internacional. Desde principio de siglo y hasta la crisis iniciada en 2008 la economía china creció por encima del 10% y arrastró al resto de la economía mundial, especialmente a las proveedoras de materias primas. Para enfrentar la crisis el gobierno chino implementó un paquete de medidas de inversión pública y de estímulo a la inversión logrando en 2009 un crecimiento del 8,7%, menor que el de años anteriores, pero muy alto en comparación con el resto de las grandes economías. América Latina y países de la periferia han recibido, en los últimos años, un creciente aporte de esas inversiones y, en 2013, se sumó el programa de la Nueva Ruta de la Seda (One Belt One Road, OBOR) de construcción de infraestructura de transporte en rutas que unen China con Europa Occidental y África, atravesando Europa Oriental y Asia.

El nivel de crecimiento de China es fundamental por ser la segunda economía del mundo, absorbiendo el 10% de las exportaciones del resto del mundo. En América Latina, la caída de las importaciones chinas ha sido sensible, especialmente para los países que en los últimos años incrementaron su dependencia de las producciones y exportaciones de productos primarios. El escenario económico internacional se ha deteriorado en relación con el período pre-crisis de 2008, y los países latinoamericanos enfrentarán una demanda externa menos dinámica con mayores presiones de competencia (SEVARES, 2018).

Hay países de América Latina que se destacan actualmente por el comercio y relaciones con China, que se beneficia de la región por sus recursos naturales y por la demanda en el mercado en los productos chinos. A China le interesa tanto la compra de las materias primas como el establecimiento de empresas mixtas en la producción de esas materias primas, que les traería disminución de costos. Uno de los productos chinos de buena demanda en América Latina son los automóviles, que se han instalado con inversiones fuertes, siendo adquiridos por Brasil, Venezuela, Colombia, Argentina y Perú. Latinoamérica exporta a China carne congelada, frutas, flores, alcohol, entre otros. Años atrás se le compraban a China juguetes de plástico, mientras que ahora se le compran trenes, buses, tecnología de telecomunicaciones, robots, entre otros.

Estados Unidos está preocupado porque el poderío comercial y económico chino lo ha ido desplazando cada vez más de algunas regiones y países donde antes era el principal socio comercial.

A excepción de México cuyas exportaciones se dirigen en un 75% a los Estados Unidos, y consisten en automóviles, partes de vehículos, computadoras, camiones de reparto, pantallas de video y cableado aireado, cuyas firmas son básicamente norteamericanas, quedando solo el petróleo crudo como principal materia prima de exportación, los demás países latinoamericanos, guardan una estrecha relación con China, constituyendo, en muchos casos, el principal destino de sus ventas al exterior. Este es el caso de Cuba (38%) que envía a China cigarros, níquel, azúcar, ron y zinc; de Chile (32%) que le vende cobre, filetes de pescado, pulpa de madera, frutas deshuesadas y vino; de Perú (29%) que exporta cobre, oro, petróleo refinado, zinc, harina de pescado, frutas tropicales, plomo, hierro y molibdeno; de Uruguay (29%) que comercializa pulpa de madera al sulfato, carne de res, soja, leche concentrada y arroz; y de Brasil (28%) cuyos principales productos de exportación son hierro, soja, petróleo crudo, azúcar y carnes de aves.

A estos se les suma otro grupo de países cuyo segundo destino de sus exportaciones corresponde a la República Popular China, y ellos son: Venezuela, cuyo principal país comprador es India (34%), seguido de China (28%), a quienes les envía petróleo crudo, petróleo refinado, alcoholes industriales, oro y hierro; Ecuador, que comercializa en primer lugar con Estados Unidos (30%), luego le sigue China (13%), que vende petróleo crudo, camarones, bananas, petróleo refinado y atún; Colombia que cuenta con la misma estructura exportadora que Ecuador, teniendo como principal cliente a Estados Unidos (31%) y China (11%), enviándoles petróleo crudo, carbón, café, oro y petróleo refinado; y Argentina, cuyo principal destino es Brasil (16%), seguido por China (11%), comercializando maíz, productos de soja, camiones de reparto, trigo, carne de res y oro.

Como podrá comprobarse, la mayor parte de los productos enviados desde los diferentes países de América Latina corresponden a materias primas, mientras los recibidos desde el gigante asiático se trata de los derivados de sus centros industriales ya sea de marcas propias o extranjeras. Y esto, sin duda, refuerza la dependencia histórica que ya nuestro subcontinente, mantiene desde quinientos años atrás.

Hay que tener en cuenta también que el expansionismo chino en la región, ha afectado el comercio intra-regional. Por ejemplo, Brasil dejó de ser la mayor fuente de bienes importados por Argentina, y Argentina como el principal origen de las compras de Paraguay.

China ha avanzado ganando cada vez más espacio en la financiación de infraestructura y telecomunicaciones en la región, representando América Latina el 10,8% aproximadamente de los flujos de inversión china, convirtiendo a América Latina en la mayor receptora de inversiones chinas fuera de Asia, donde supera a Europa, África, Oceanía y Norteamérica.

No solo es la presencia en el comercio y en las inversiones extranjeras directas, sino que el gigante asiático se ha convertido en uno de los principales prestamistas de la región. Uno de los mecanismos financieros implementados entre China y los países latinoamericanos,

son los swap (o intercambio), de monedas que ayuda a evitar el uso de divisas, como el dólar. El financiamiento chino ha tenido protagonismo, además de los proyectos energéticos y de infraestructura en algunos países, en la banca comercial de México, Brasil, Chile, Argentina, Perú y Panamá. Entre los más destacados se pueden citar el Industrial and Comercial Bank of China (ICBC), el Bank of China (BOC), el China Construction Bank (CCB) y el Haitong Bank, a partir de adquisiciones de otros (RODRÍGUEZ ASIEN, 2023).

América Latina necesita resistir la dominación que ejerce el imperialismo estadounidense y la dependencia económica que se ha generado con China. Esa acción combinada es indispensable para apuntalar el desarrollo, mejorar los ingresos populares y reducir la desigualdad de la región. Son dos batallas de distinto tipo, pero que transitan por la misma construcción de un entramado regional autónomo.

Ese enlace serviría, ante todo, para recuperar la soberanía latinoamericana frente a la injerencia imperial de Washington. Pero facilitaría también el desenvolvimiento de la zona, frente a la regresión productiva que generan los convenios de cada país con Beijing. Tomar plena conciencia de ambas metas y buscar la forma de combinar su logro es un objetivo central de la unidad regional.

Sin erradicar la presencia encubierta de los *marines* y la desembozada injerencia de los embajadores yanquis, América Latina no puede adoptar las decisiones que necesita, para remodelar su economía. Pero sin revertir la suscripción de los convenios balcanizados con China que potencian el despojo de los recursos naturales, tampoco se podrá erradicar el subdesarrollo de la región (KATZ, 2023).

Una concreción de ese tipo implica crear las condiciones para una negociación económica en bloque con el gigante oriental. Sólo ese contrapeso permitiría equilibrar los convenios que favorecen a Beijing, revirtiendo la transferencia de ingresos hacia un gran acreedor, inversor y cliente de toda la zona.

Es evidente que los tratados actuales acentúan la primarización, el extractivismo y la dependencia y que deberían transformarse en acuerdos de signo inverso. Sólo cuando faciliten la inversión productiva, la reindustrialización y la transferencia de tecnología serán favorables al desarrollo latinoamericano. Pero esa reorientación, nunca será alcanzada con las dispersas tratativas que desenvuelven las desgarnecidas economías latinoamericanas, frente al poder centralizado de China.

Un replanteo latinoamericano debería registrar el cambio en curso en el escenario mundial. La globalización uniforme que comandaba Estados Unidos a principios del nuevo siglo ha quedado sustituida por un choque de proyectos, actualmente plasmados en la confrontación de *La Alianza para la Prosperidad Económica de las Américas* con la *Ruta de la Seda*. China no sólo apunta un diseño global alternativo, sino que se adelanta, penetra y socava las iniciativas estadounidenses. Washington busca responder con presiones militares y nuevas apuestas económicas, concertadas con sus poderosos aliados de Occidente y Oriente.

En lugar de continuar sometida a los mandatos geopolíticos de Estados Unidos y a las prioridades comerciales de China, América Latina puede replantear en forma drástica su relación con los dos poderosos del planeta. Necesita recuperar su independencia real frente

al dominador del Norte y reordenar los acuerdos con Beijing, aprovechando la flexibilidad de esos tratados. La *Ruta de la Seda* recién despunta, no tiene basamentos previos en ninguno de los países asociados y está sujeta a lo que puedan demandar sus participantes.

América Latina no ha explorado ninguna de esas alternativas porque mantiene una conducta pasiva, que simplemente convalida los negocios acordados con Beijing por los grupos capitalistas dominantes de cada país.

El único organismo asignado a las tratativas colectivas es la CELAC-China, que se limita a recrear agendas protocolares con escasa incidencia en el futuro de la región. Sin forjar un bloque de negociación unitaria, la región continuará acorralada en el formato actual de los Tratados de Libre Comercio y no podría usufructuar de los cambios en esos convenios.

Las inversiones asiáticas en minería, combustibles o agroexportaciones están generando adversidades semejantes en las condiciones de trabajo y el entorno ambiental, que los procesos auspiciados por firmas estadounidenses, europeas o japonesas. Lo mismo ocurre con los niveles de explotación imperante en las fábricas gestionadas por Beijing.

La Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) denuncia el flagelo de la desigualdad, proclama la necesidad de una política tributaria progresiva, exige el incremento de los salarios mínimos y el establecimiento de un piso común de ingresos para toda la zona. Promueve, además, iniciativas para generar trabajo productivo, con medidas específicas para eliminar el trabajo infantil, proteger a los migrantes, mejorar las jubilaciones y reducir la jornada de trabajo.

Ese camino exige recuperar, además, la soberanía financiera, socavada por el endeudamiento y el control que ejerce el FMI sobre la política económica de numerosas naciones. Implica imponer la auditoría general de esos pasivos y la suspensión de pagos en los países más comprometidos, para sentar las bases de una Nueva Arquitectura Financiera. También supone avanzar hacia la soberanía energética, constituyendo grandes entes interestatales, para complementar los recursos de los distintos países y comenzar ya mismo la creación de una empresa estatal latinoamericana del litio.

La maduración de esos proyectos podría constituir el aporte latinoamericano al desarrollo de una alternativa global contra el capitalismo neoliberal, que actualmente prevalece en el planeta. El perfil de ese modelo puede avizorarse evaluando las opciones en debate.

La región necesita resistir la dominación estadounidense y negociar en bloque con China, para recuperar soberanía y revertir su regresión económica. (Katz, 2023)

CONCLUSIÓN

Al cabo de cinco siglos, América Latina sigue igual...

Gran parte de sus países nunca desarrollaron procesos industriales, por lo que, despectivamente se los denominó “republiquetas bananeras”. Sin embargo, algunos de los que supieron contar con una industrialización sustitutiva de las importaciones, que permitió menguar su dependencia externa de los principales bienes de consumo doméstico, no lo pudieron efectivizar respecto de sus bienes de capital y retornaron a una

economía predominantemente primaria, convirtiéndose en “republicuetas sojeras” con industrias livianas y débiles.

Este nuevo modelo, además de ser altamente destructivo, tanto respecto de las nuevas formas de explotación minera como de los ecosistemas, a partir de prácticas de cultivo donde sobreabundan los agrotóxicos, ha consistido en la tecnificación del sector agropecuario, generando una crisis de empleo rural extremo con las consecuentes migraciones hacia los centros urbanos, que no pueden absorber a tanta población despojada de sus fuentes de producción.

Esta población, marginada económica y socialmente, engrosa los cinturones de pobreza de las grandes y medianas ciudades latinoamericanas, sin miras a poder incluirse en una sociedad que la desprecia y castiga como si fuera culpable de su “desnudez”.

Pero la culpa no es de unos ni de otros, tampoco lo es de la soja o de los chinos, sino del sistema capitalista, que como lo enunciara Carlos Marx, en el tomo I de El Capital: “...la producción capitalista sólo sabe desarrollar la técnica y la combinación del proceso social de producción socavando al mismo tiempo las dos fuentes originales de toda riqueza: la tierra y el hombre.”

Y para finalizar este artículo, podemos concluir con las siguientes palabras de Eduardo Galeano:

Al cabo de cinco siglos de negocio de toda la cristiandad, ha sido aniquilada una tercera parte de las selvas americanas, está yerma mucha tierra que fue fértil y más de la mitad de la población come salteado. Los indios, víctimas del más gigantesco despojo de la historia universal, siguen sufriendo la usurpación de los últimos restos de sus tierras y siguen condenados a la negación de su identidad diferente. Se les sigue prohibiendo vivir a su modo y manera, se les sigue negando el derecho de ser. Al principio, el saqueo y el otrocidio fueron ejecutados en nombre del Dios de los cielos. Ahora se cumplen en nombre del dios del Progreso. Sin embargo, en esa identidad prohibida y despreciada fulguran todavía algunas claves de otra América posible. América, ciega de racismo, no las ve.

REFERENCIAS

APARICIO CABRERA, Abraham. **Economía Mexicana 1910-2010**: Balance de un siglo, en Espacio Común de Educación Superior y Facultad de Economía de la Universidad Nacional Autónoma de México. Ciudad de México. 2010.

CENA, Juan Carlos. **El Ferrocidio**. Ediciones La Rosa Blindada. Rosario. 2003.

CLAVIJO, Fernando (comp.). **Reformas económicas en México, 1982-1999**. Comisión Económica Para América Latina y El Caribe; Estrategia y Análisis Económico, Consultores, S.c. México. Fondo De Cultura Económica. 2000.

OSIO VILLEGAS, Daniel; MEYER, Lorenzo. La Política de Industrialización por Sustitución de Importaciones, en Historia Moderna de México, **Colmex**, v. 4. México.

Pp. 111-198. 1970.

GALEANO, Eduardo. **Cinco siglos de prohibición del arcoíris en el cielo americano.** 1992.

GARZA, Gustavo. La distribución espacial de la revolución terciaria, In: G. Garza, coord., **La organización espacial de los servicios en México**, México D.F., El Colegio de México. 2006.

GEJO, Omar Horacio. Asignación de recursos y proceso geoeconómico, In: Benítez, J.; Gejo, O. y Liberali, A. **Fundamentos de Geografía Económica.** Ediciones Pharos. Pp. 67 – 107. Buenos Aires. 1995 a.

GEJO, Omar Horacio Sistema y Economía Mundiales, In: Benítez, J.; Liberali, A. y Gejo, O. **Estructura Económica y Comercio Mundial.** Ediciones Pharos. Buenos Aires. 1995 b

GEJO, Omar H.; LIBERALI, Ana M. **La Argentina como Geografía.** Ciclos Económicos y Población (1530-1990). Buenos Aires. Centro de Estudios Alexander von Humboldt – Universidad Nacional de Mar del Plata – Unión Geográfica de América Latina – Red Latinoamericana de Estudios Geográficos de la UGI. 2006.

GONZÁLEZ AMADOR, Roberto. **Argentina, punta de lanza de la privatización energética en América Latina.** Disponible en: <www.rebelion.org 2004>.

KATZ, Claudio. **La maldición de los commodities.** Reportaje realizado por Javier Lewkowicz, publicado en El Diario Página 12, del 21 de septiembre. 2010.

KATZ, Claudio. **Integración, soberanía y socialismo en América Latina**, en Rebelión del 11 de abril. 2023.

LABASTIDA, Horacio. **Los factores sociales y la industrialización en México, en Centro Nacional de Productividad.** División de Investigaciones Sociales. Documento preliminar de trabajo. UNAM. México. 1970.

LACLAU, Ernesto *et al.* Modos de producción en América Latina, In: **Cuadernos Pasado y Presente** Nro. 40. México. Siglo XXI. 1982.

LIBERALI, Ana M.; GEJO, Omar H. Impacto Social de las Políticas Latinoamericanas, en Liberali, Ana M.: Gejo, Omar H. (directores) **Procesos Productivos en América Latina (1990-2010).** Libro editado por la Universidad Nacional de Mar del Plata, la Universidad Nacional de Luján, el Centro de Estudios Alexander von Humboldt y la Unión Geográfica de América Latina en Buenos Aires. Buenos Aires, Argentina, pp. 15-28. 2015.

LÓPEZ G., Julio. El empleo durante las reformas económicas, In: CLAVIJO, F. (comp.) **Reformas económicas en México, 1982-1999.** Comisión Económica Para América Latina y El Caribe; Estrategia y Análisis Económico, Consultores, S.C. México. Fondo de Cultura Económica. 2000.

MACIOLI, Etelvina. La lucha por la tierra está viva en América Latina, en Sebastián Premici Cuando tenga la tierra, publicado en **Cash**, suplemento de Página 12. 2008.

MATTAR, Jorge. Inversión y crecimiento durante las reformas económicas, en CLAVIJO, F. (comp.) **Reformas económicas en México, 1982-1999.** Comisión Económica Para América Latina y El Caribe; Estrategia y Análisis Económico, Consultores, S.C. México. Fondo de Cultura Económica. 2000.

PEREYRA DOVAL, María Gisela. Política exterior y modelos de desarrollo. Argentina y Brasil en perspectiva comparada (1930-2010), In: **APUNTES** – Revista de Ciencias Sociales. Universidad del Pacífico. Centro de Investigación. Lima, Perú. 2017.

PRADILLA COBOS, Emilio; Lisett MÁRQUEZ LÓPEZ. Estancamiento económico, desindustrialización y terciarización informal en la Ciudad de México, 1980-2003, y potencial de cambio», In: Ana Clara Torres Ribeiro, Hermes Magalhaes Tavares, Jorge Natal y Roselia Piquet, orgs., **Globalizacao e territorio**. Ajustes periféricos, Río de Janeiro, Edicoes Arquímedes. 2004.

THE WORLD FACTBOOK: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/> 2023.

RODRÍGUEZ, Jaime. **La crisis de México en el siglo XIX**. Disponible en: <<https://moderna.historicas.unam.mx/index.php/ehm/article/view/68957/68919>>. 2006.

RODRIGUEZ ASIEN, Ernesché. **China cada vez invierte y comercia más con América Latina**. Disponible en: <<https://rebellion.org/china-cada-vez-invierte-y-comercia-mas-con-america-latina/>>. 2023.

ROVIRA PINTO, Adriano. Políticas económicas y cambios en la estructura territorial. El caso de Chile. In: Gejo, Omar y Liberali, Ana (directores) **América Latina como Geografía. Una periferia en cuestión**. Universidad Nacional de Mar del Plata – Universidad Nacional de Luján – Centro de Estudios Alexander von Humboldt. Pp. 265 – 340. Mar del Plata/ Luján/ Buenos Aires. 2022.

SERAFINI, Aníbal Tulio. La economía argentina en su industrialización incipiente (1890-1910). In Liberali, Ana y Gejo, Omar. **Argentina como Geografía**. Procesos económicos y sociales en un país periférico. Universidad Nacional de Mar del Plata – Universidad Nacional de Luján – Centro de Estudios Alexander von Humboldt. Pp. 39 – 50. Mar del Plata/ Luján/ Buenos Aires. 2023.


SEVARES, Julio. **La economía China: ¿solución o parte del problema mundial?** Disponible en: <<https://nuso.org/articulo/la-economia-china-solucion-o-parte-del-problema-mundial/>>. 2018.

O JOGO DA DIREITA E A NOVA GEOGRAFIA DO CAPITALISMO

THE RIGHT GAME AND THE NEW
GEOGRAPHY OF CAPITALISM

EL JUEGO DE LA DERECHA Y LA
NUEVA GEOGRAFÍA DEL CAPITALISMO

Zeno Soares Crocetti¹

 0000-0003-0608-5079

geocrocetti@gmail.com

¹ Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território. Foz do Iguaçu/Paraná/Brasil. Coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos Ignácio Rangel (NEIR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0608-5079>. E-mail: geocrocetti@gmail.com.

Artigo recebido em junho de 2023 e aceito para publicação em dezembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: A polarização pós-II Guerra deu origem a conflitos e tensões anteriormente contidos. Em 1989, Francis Fukuyama sugeriu o “fim da História” após a queda do Muro de Berlim, prevendo um mundo pós-Guerra Fria com triunfo dos valores do capitalismo. No entanto, houve desconexão da máquina de guerra dos EUA com a Rússia nos anos 1990-2008. E com a ascensão da China, a Guerra Fria foi retomada pelos EUA, especialmente durante o governo de Trump, envolvendo a China e usando a Rússia como pretexto. A extrema direita financiou extremistas através da Atlas Network, que se associou a organizações ultraliberais, como o ILISP e MBL no Brasil. A Atlas Network promove concepções da direita ultraliberal globalmente. O processo de globalização é analisado como perverso e utópico, influenciando narrativas na América Latina. O estágio atual do capitalismo explora os países periféricos, resultando em protestos antiglobalização. O Fórum Econômico Mundial e o imperialismo promovem uma metanarrativa, incluindo o *Grande Reset* e outras propostas, que são vistas como manipuladoras e enganosas.

Palavras-chave: Geopolítica. Globalização. Ultraliberalismo. Guerra híbrida. Geografia econômica.

ABSTRACT: Post-World War II polarization gave rise to previously contained conflicts and tensions. In 1989, Francis Fukuyama suggested the “end of history” after the fall of the Berlin Wall, predicting a post-Cold War world with the triumph of capitalist values. However, there was disconnection of the US war machine with Russia in the years 1990-2008. With the rise of China, the Cold War was resumed by the US, especially during the Trump administration, involving China and using Russia as a pretext. The far right financed extremists through the Atlas Network, which partnered with ultraliberal organizations such as ILISP and MBL in Brazil. The Atlas Network promotes ultraliberal right-wing views globally. The process of globalization is analyzed as perverse and utopian, influencing narratives in Latin America. The current stage of capitalism exploits peripheral countries, resulting in anti-globalization protests. The World Economic Forum and imperialism promote a metanarrative, including the *Great Reset* and other proposals, that are seen as manipulative and deceptive.

Keywords: Geopolitics. Globalization. Ultraliberalism. Hybrid warfare. Economic Geography.

RESUMEN: La polarización posterior a la Segunda Guerra Mundial dio lugar a conflictos y tensiones previamente contenidos. En 1989, Francis Fukuyama sugirió el “fin de la historia” tras la caída del Muro de Berlín, prediciendo un mundo posterior a la Guerra Fría con el triunfo de los valores capitalistas. Sin embargo, hubo desconexión de la maquinaria de guerra estadounidense con Rusia en los años 1990-2008. Con el ascenso de China, la Guerra Fría fue retomada por Estados Unidos, especialmente durante la administración Trump, involucrando a China y utilizando a Rusia como pretexto. La extrema derecha

financió a los extremistas a través de la Red Atlas, que se asoció con organizaciones ultraliberales como ILISP y MBL en Brasil. La Red Atlas promueve puntos de vista de derecha ultraliberales a nivel mundial. El proceso de globalización se analiza como perverso y utópico, lo que influye en las narrativas de América Latina. La etapa actual del capitalismo explota a los países periféricos, lo que resulta en protestas antiglobalización. El Foro Económico Mundial y el imperialismo promueven una metanarrativa, que incluye el *Gran Reinicio* y otras propuestas, que se consideran manipuladoras y engañosas.

Palabras clave: Geopolítica. Globalización. Ultraliberalismo. Guerra híbrida. Geografía económica.

INTRODUÇÃO

“Só pessoas infantis imaginam que o mundo é o que pensamos que ele é.”

C.G. Jung, *Psicologia Analítica*.

“A mais perigosa de todas as ilusões é a de que há apenas uma realidade.”

Paul Watzlawick, *How Real is Real ?*

O Estado paralelo (*Deep State*) organizado pela burguesia aristocrata dos EUA, teve início com o governo de Richard Nixon (1969/74). Essa categoria foi chamada por Hanna Arendt de *emancipação política da burguesia* e se constituiu no processo de organização da direita radical no EUA. Os lobistas Black, Manafort & Stone foram um grupo de profissionais de *lobby* e consultores políticos que se tornaram proeminentes durante a década de 1980/1990 nos Estados Unidos. O grupo foi formado por Roger Stone, Paul Manafort e Charles R. Black Jr., que trabalharam juntos em várias campanhas políticas e projetos de *lobby* ao longo dos anos.

O grupo político de extrema-direita transformou seu negócio em algo sem precedentes: uma empresa bipartidária que influenciava a eleição de políticos, às vezes apoiando ambos os lados da corrida e, posteriormente, exercendo pressão sobre esses parlamentares. Embora tenham sido rotulados como radicais, disruptivos e frequentemente criticados por suas práticas éticas duvidosas na época, eles não criaram o problema; em vez disso, desenvolveram uma abordagem inovadora para lidar com ele. Eles desempenharam o papel de intermediários entre lobistas e grupos de *lobby*, mostrando uma notável indiferença em relação a conflitos de interesses.

Eles ganharam o apelido de *O Lobby dos Torturadores* e lucraram consideravelmente ao operar nos limites do sistema capitalista. Trabalharam para déspotas e tiranos, recebendo subornos e doações de ditadores para apoiar candidatos republicanos. Eles adaptaram as regras conforme seria necessário para beneficiar sua empresa.

Além disso, eles fundaram o extremista Comitê de Ação Política Conservadora Nacional. Mais recentemente, apresentaram o então candidato Trump ao submundo dos entusiastas da conspiração da internet e ativistas de extrema direita. Fizeram isso

ao conectar Trump a Alex Jones, que tinha uma grande base de seguidores digitais e se especializava em disseminar histórias e notícias absurdamente falsas, bem como em estratégias de campanha. Apesar de sua reputação de jogador sujo, Roger Stone desempenhou um papel crucial nesse processo.

Após a reeleição de Reagan em 1984, a empresa acrescentou Peter Kelly, ex-presidente de finanças do Comitê Nacional Democrata, como sócio nomeado. Essa adição foi vista como um marco na história da empresa, em 1996 criaram a BKSH & Associates, com a incorporação de Peter G. Kelly, que passou a ser conhecida como Black, Manafort, Stone & Kelly e se tornou a primeira loja de lobby bipartidária na cidade.

Em geopolítica conhecemos esse processo como *guerra híbrida*, modelo que foi usado contra os árabes para destruir a revolução da *Primavera Árabe*, ou no Brasil, com as *Jornadas de Junho de 2013*, movimento local que ocorreu em São Paulo e foi usado pela CIA em associação com a extrema-direita dos EUA, infiltrando grupos paramilitares pagos para fazer distúrbios e destruir o patrimônio público e privado, os chamados *Black Bloc*, o que foi replicado em várias cidades brasileiras nas 5 regiões, acrescentando a pauta do *impeachment* da Dilma. Desse processo saíram os grupos organizados pela extrema-direita como MBL, Vem Pra Rua, Revoltados Online etc.

Essas ações de manifestações gestaram a Operação Lava Jato, cavalo de Troia para capitular o Brasil e destruir a economia e possibilitar a construção de um parlamento (Câmara e Senado) com orientação da direita e extrema-direita, fato que ocorreu no Brasil inteiro, com a chegada de extremistas nas câmaras, assembleias, prefeitura e governos.

Esses grupos se inspiraram no pós-modernista Jean-François Lyotard, que definiu o pós-moderno como “a incredulidade em relação às metanarrativas”, desqualificando as utopias libertárias que acreditam que um outro mundo é possível. Jogavam pesado na perda de nossas crenças em visões totalizantes da história, que prescreviam regras de conduta política e ética para toda a humanidade. Isso negava o conceito incrível de Sartre do “prático inerte”, negava a possibilidade da sociedade em sua luta cotidiana de explorar as relações entre a consciência humana e o mundo ao seu redor e negava o direito de os seres humanos projetarem significado e valor sobre os objetos inanimados, conferindo-lhes um “novo” sentido dentro do contexto de suas próprias intenções e desejos.

Esse processo cria uma dinâmica complexa entre a *subjetividade humana* e o *mundo objetivo*. Lyotard acreditava no engodo de consensos provisórios e parciais, que seriam legitimados por um saber de aspecto mais criativo, digamos assim, em uma infinidade de informações que bombardeiam a todo instante nossos sentidos até nos convencer de sua legitimidade, usando para isso, além da mídia de massa convencional, as redes sociais e a internet até nossa adesão à falácia que foi proposta.

O ESTADO PARALELO DO IMPÉRIO

Introdução

Na década de 1980 e início dos anos 1990, a combinação de uma crise econômica, o colapso do bloco soviético e o surgimento de nacionalismos nas áreas vizinhas da União Soviética desencadearam várias tentativas de golpes, culminando no golpe de agosto de 1991, no qual os opositores foram derrotados, rompendo o equilíbrio de poder existente e levando à dissolução das forças que apoiavam Gorbachev. Nos últimos meses de 1991, a União Soviética se desintegrou, marcando o fim da URSS.

O período pós-comunismo na Europa Oriental e na antiga União Soviética revelou uma crise generalizada nos Estados. A tumultuada transição da economia estatal planejada para uma economia de mercado capitalista resultou na desorganização das antigas estruturas produtivas, desindustrialização e um aumento crônico do desemprego. A liberalização dos preços e a remoção das barreiras comerciais protecionistas desencadearam surtos inflacionários, levando à perda significativa do poder de compra dos salários e à drástica desvalorização das economias pessoais.

Nesse contexto econômico, os nacionalismos étnicos floresceram. Em toda a Europa Oriental e nas antigas regiões da União Soviética, surgiram movimentos separatistas de diversas comunidades étnicas e culturais. Por exemplo, o caso da Tchetchênia, que teve início no final de 1994 e persistiu sem resolução por anos.

O colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria deram origem a uma Nova Ordem Mundial, caracterizada pela multipolarização, significando uma nova reorganização geopolítica global que substituiu o antigo sistema de divisão em blocos do mundo bipolar. A Alemanha reunificada atuou como uma ponte entre duas partes da Europa: a Comunidade Europeia, hoje União Europeia (UE), a oeste, e as economias em transição a leste. Isso também abriu espaço para o surgimento de grupos extremistas de extrema-direita, movimentos xenófobos e o crescimento de sentimentos racistas.

A crise nos Estados Unidos

Apesar de ainda liderarem em termos de desenvolvimento científico e inovação tecnológica, os Estados Unidos perderam terreno na área de engenharia de produção, especialmente em relação a países asiáticos que demonstraram maior agilidade na incorporação de avanços técnicos à produção. Isso resultou na redução da competitividade das indústrias estadunidenses em comparação com concorrentes internacionais, incluindo aqueles dentro de seu próprio território, e levou a uma taxa de desemprego que atingiu cerca de 12% da população economicamente ativa.

DEEP STATE NOS ESTADOS UNIDOS

Deep State (ou *Estado Profundo* em português) é um termo usado para descrever uma situação política em que um órgão interno de um determinado país (como as forças armadas, as agências de inteligência, polícia, partidos ou outros grupos, formais ou informais) passa a não mais responder à liderança democrática e legalmente estabelecida.

É um tipo de governança paralela composta de redes de poder potencialmente secretas e não autorizadas operando independentemente da liderança política de um estado em busca de sua própria agenda e objetivos.

O termo é comumente usado no contexto das guerras híbridas, sugerindo que o governo de determinado país é controlado por agentes externos ou impotente, muitas vezes propondo ações de entidades mais obscuras que as agências existentes.

A extrema-direita é um termo amplo e abrange uma variedade de movimentos, partidos políticos e grupos em todo o mundo. A extrema direita não é homogênea e pode variar significativamente de país para país.

Nos EUA, como já citamos, o centro do imperialismo global, o Estado paralelo (*Deep State*) organizado pela burguesia aristocrata dos EUA teve início como instituição organizada no governo de Richard Nixon (1969/74). Nós já citamos que os lobistas Black, Manafort & Stone foram um grupo de profissionais de *lobby* e consultores políticos que se tornaram proeminentes durante a década de 1970/1990 nos Estados Unidos.

Num esforço intelectual, para trazer o debate para a Geografia, vamos tomar aqui emprestado de Raffestin o conceito de “quadricula de poder” como parte de sua abordagem teórica para entender como o poder e o espaço estão interligados e construir o conceito de *território reticulado*.

A ideia central por trás da quadrícula de poder é que o poder não é uniformemente distribuído em um espaço geográfico, mas é exercido de maneira desigual e hierárquica. Raffestin argumentou que diferentes agentes e instituições têm a capacidade de controlar e influenciar diferentes áreas geográficas de maneiras distintas. Essa distribuição de poder cria uma espécie de *grade* ou *quadricula* sobre o território, onde algumas áreas podem estar sob um maior domínio ou influência do que outras.

Podemos lembrar que o território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais; é um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem, como nos ensinou Milton Santos. Construiu o conceito, interpretando assim:

o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem [...] A ideia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda (SANTOS, 2000, p.96-97).

Apresento aqui minha interpretação de *território reticulado*, que se refere à ideia de que os territórios contemporâneos não são mais estruturas geográficas fixas e estáticas, mas sim sistemas dinâmicos e interconectados. O espaço geográfico não é mais definido apenas por fronteiras políticas rígidas, mas é moldado por redes de relações e interações complexas que transcendem essas fronteiras. Trata-se de uma complexidade territorial.

O conceito de território reticulado sugere que a análise do espaço geográfico deve levar em consideração não apenas as fronteiras políticas tradicionais, mas também as redes de influência, fluxos e interações que ocorrem dentro e além dessas fronteiras. Essa abordagem é particularmente relevante em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado, onde as relações transfronteiriças desempenham um papel importante nas dinâmicas sociais, econômicas e políticas. Como essas redes de relações podem ser de natureza econômica, política, social, cultural, tecnológica e ambiental. Uma leitura atenta mostra que a estrutura de poder do imperialismo vem se utilizando dessas redes em sua guerra híbrida atual. Os territórios são atravessados por essas redes, e a dinâmica dessas interconexões desempenha um papel fundamental na forma como o espaço geográfico é organizado e usado. Não só externamente como aparece na obra de Claude Raffestin, mas hoje principalmente internamente nos países, por meio de corporações empresariais e notadamente por grupos de geopolítica, como os grupos de *lobby* que citamos aqui.

Em resumo, o conceito de *território reticulado* destaca a ideia de que os territórios modernos são caracterizados por redes de relações e interações que transcendem as fronteiras geográficas tradicionais, e que essas redes desempenham um papel fundamental na organização do espaço geográfico, seu uso e na compreensão das relações de poder e influência.

Também em Geografia, para descrever esse processo, usamos o conceito de *organização territorial*, caracterizada pela presença de redes e conexões que interligam diferentes pontos ou lugares. Essas redes podem ser de transporte, comunicação, infraestrutura ou outros tipos de conexões físicas e digitais.

Fazendo uma síntese da pesquisa de Kátia Gerab Baggio (2016), nos EUA, existem 168 unidades da Atlas Network, na Europa e Ásia Central há 134 unidades, e na América Latina existem 79 unidades. Entre os países latino-americanos, a Argentina possui 12 organizações, o Brasil possui 11, e o Chile possui 10. Em seguida, o Peru possui 8; Costa Rica e México possuem 5 cada; e Bolívia, Uruguai e Venezuela possuem 4 cada. Estudantes por la Libertad (EsLibertad) é o ramo latino-americano da organização estadunidense Students For Liberty (SFL), com sede em Washington. No Brasil, há uma organização específica chamada Estudantes Pela Liberdade (EPL), com sede em Belo Horizonte.

A Atlas Network promove anualmente o evento Liberty Forum and Freedom Dinner, que fortalece o movimento mundial pela liberdade, identificando, treinando e apoiando indivíduos com potencial para fundar e desenvolver organizações independentes eficazes que promovam a visão da Atlas Network em todos os países. A Atlas Network é inspirada nas ideias de Friedrich Hayek e Milton Friedman e já foi frequentada por figuras como Margaret Thatcher e Ronald Reagan.

O sentido da palavra *libertário* utilizado pela Atlas Network não está vinculado historicamente aos movimentos anarquistas ligados à luta dos trabalhadores por direitos e

melhores condições de vida. Em vez disso, está relacionado às concepções econômicas da Escola Austríaca e da Escola Econômica de Chicago, cujo principal expoente foi Milton Friedman, bem como aos *anarcocapitalistas*.

Alejandro Antonio Chafuen, argentino radicado nos Estados Unidos, é o presidente da Atlas Network desde 1991. Chafuen tem ligações com a Opus Dei e é simpatizante do Tea Party, uma tendência ultraliberal-conservadora dentro do Partido Republicano, com visões econômicas ultraliberais e posições conservadoras em relação a questões sociais, religiosas e de costumes.

No Brasil, as onze organizações parceiras da Atlas Network listadas em seu *site* são: Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista (CIEEP), Instituto Liberal (IL) e Instituto Millenium (Imil) no Rio de Janeiro; Instituto de Formação de Líderes - São Paulo (IFL-SP), Instituto Liberal de São Paulo (ILISP) e Instituto Ludwig von Mises Brasil (Mises Brasil) em São Paulo; Estudantes Pela Liberdade (EPL) e Instituto de Formação de Líderes (IFL) em Belo Horizonte; Instituto de Estudos Empresariais (IEE) e Instituto Liberdade (IL-RS) em Porto Alegre; e Instituto Líderes do Amanhã em Vitória (ES). A Rede Liberdade também inclui organizações como o Movimento Endireita Brasil (MEB - São Paulo) e o Movimento Brasil Livre (MBL).

O Instituto de Estudos Empresariais, sediado em Porto Alegre, foi estabelecido em 1984 e é responsável por realizar o Fórum da Liberdade anualmente desde 1988. O evento conta com o patrocínio de várias empresas, incluindo o Grupo Gerdau, que também patrocina o Instituto Millenium, e o grupo de mídia RBS, entre outros. Além disso, o Instituto possui uma parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), onde o Fórum da Liberdade é realizado no Centro de Eventos da universidade.

Na 29ª edição do Fórum, ocorrida em abril de 2016 no Centro de Eventos PUCRS (CEPUC), o tema escolhido foi “Quem move o mundo?”, inspirado no romance *A revolta de Atlas*, de Ayn Rand. O Instituto Millenium conta com patrocínio de grupos como Abril e RBS, afiliado à Rede Globo em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. O Grupo Estado, responsável pelo jornal *O Estado de São Paulo*, também foi listado como mantenedor e parceiro do Instituto Millenium até 2016.

Entre os integrantes da “Câmara de Mantenedores” estão nomes como João Roberto Marinho (Grupo Globo) e Nelson Sirotsky (Grupo RBS). Além disso, há empresários do setor financeiro, como Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central entre 1999 e 2002 durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, e outros empresários de diversos setores da economia.

É importante ressaltar que alguns nomes que apareciam como “especialistas” do Instituto Millenium em 2016 não constam mais na lista de fevereiro de 2017. Entre esses nomes estão Carlos Alberto Sardenberg, Demétrio Magnoli, Denis Rosenfield e Marco Antonio Villa, que eram frequentemente vistos na mídia. A lista de “especialistas” atual inclui nomes como o economista Rodrigo Constantino e Hélio Beltrão, fundador e presidente do Mises Brasil.

Hoje esses *lobbies* de oportunistas na aristocracia burguesa dos EUA trabalham em ações de ajustes da política externa dos Estados Unidos, em países aliados e sob

intervenção e convertidos a aliados. Ou seja, não importa sua matriz ideológica ou política: se estiver com os EUA, eles aceitam o dinheiro. Essa escória também é conhecida como *lobby para ditadores*, a favor dos EUA, contra a China, Rússia.

GUERRA HÍBRIDA

O Mérito Supremo consiste em quebrar a resistência do inimigo sem lutar.
(Sun Tzu, Filósofo e estrategista militar chinês, 2000 a.C.)

Um dos principais fenômenos contemporâneos está profundamente ligado à geopolítica militar global e trata-se das *guerras híbridas*. Esse conceito envolve a habilidade de desestabilizar nações por meio de estratégias nas quais a intervenção militar é secundária e cede lugar a ondas de insatisfação difusa. Isso pode ser exemplificado pelas chamadas Revoluções Coloridas no Oriente Médio, em que estruturas governamentais e estatais foram desmanteladas por influências externas, sem a necessidade de forças armadas invasoras.

Drew Westen, baseado nos estudos de George Lakoff, resumiu a evolução da abordagem das emoções e do inconsciente na psicologia e nos estudos recentes da neurociência e também condensou o espaço que esses tópicos ocupam nas principais teorias dos séculos XX e XXI que buscam explicar o comportamento político, especialmente no que se refere ao voto. Segundo ele, existem quatro teorias analíticas essenciais:

- A política vista como uma disputa moral;
- O modelo de inteligência afetiva;
- A avaliação das estratégias emocionais nas campanhas políticas; e
- A medição direta das respostas emocionais e inconscientes a estímulos políticos.

A primeira teoria gira em torno das narrativas morais, conforme descritas por Lakoff. Elas compreendem duas partes: a *estrutura dramática da narrativa*, na qual são atribuídos papéis como o herói, o vilão, a vítima e o salvador, e a *estrutura emocional*, que inclui sentimentos como medo, raiva ou alívio. Quando narrativas simples são combinadas para formar narrativas complexas, as texturas emocionais se tornam emocionalmente complexas. Dessa forma, as narrativas acabam se tornando estruturas cerebrais que vivenciamos, reconhecemos em outros e imaginamos, pois utilizamos as mesmas estruturas cerebrais para as três formas de experiência: vivência, reconhecimento e imaginação (LAKOFF, 2009).

As metáforas primárias emergem quando duas experiências distintas se entrelaçam, simultaneamente ativando duas áreas cerebrais distintas. Essas associações ocorrem repetidamente em díades que se estabelecem desde a infância. Por exemplo, a moralidade é frequentemente associada à pureza, enquanto a imoralidade é equiparada à podridão. A moralidade é ligada à força; a imoralidade à fraqueza. A moralidade envolve obediência, ao passo que a imoralidade implica desobediência. Da mesma forma, a moralidade está relacionada à generosidade, enquanto a imoralidade é vinculada ao egoísmo.

Existem inúmeras outras metáforas primárias que moldam nossa compreensão da moralidade, a maioria das quais operam no subconsciente e são moldadas ao longo do tempo, na família e na cultura. Esse pensamento metafórico exerce uma influência substancial sobre o pensamento moral, inclusive no âmbito político, moldando nosso comportamento. O autor argumenta que na sociedade estadunidense, existem duas “morais” distintas: a dos *progressistas*, fundamentada no sentimento de empatia, e a dos *conservadores*, que se baseia no medo. Ele sugere que os políticos progressistas seriam mais eficazes se usassem consistentemente os conceitos do seu sistema moral – empatia, responsabilidade e esperança – em vez de aceitar o quadro de referência dos conservadores, centrado no medo. Esse enquadramento (ou *frame*) precede a política, como ilustrado pela “Guerra ao terror”, que legitimou a invasão do Iraque.

O autor também observa que, nos Estados Unidos, as instituições governamentais são associadas à metáfora da família (“pais fundadores”, “a família americana”). Existem dois modelos familiares principais: o provedor e o autoritário, e cada um possui uma metáfora central de moralidade. No primeiro, a moralidade é vista como cuidado, enquanto no segundo, a moralidade está relacionada à obediência.

Lakoff nos lembra que o biconceitualismo é um fenômeno amplamente difundido. Muitas pessoas abrigam em si visões de mundo progressistas e conservadoras, aplicadas a diferentes contextos e áreas. Alguém pode adotar uma perspectiva progressista em questões de política doméstica e, ao mesmo tempo, uma visão conservadora em relação à política externa. Pode ser progressista em várias esferas políticas, enquanto mantém valores conservadores na esfera cultural, como no gosto por filmes, novelas e arte em geral. A título de exemplo, uma pesquisa realizada pelo *New York Times*/CBS em 2010, focada nos 18% de americanos que se identificaram como apoiadores do Tea Party, revelou que, embora muitos deles defendessem a redução do tamanho do governo, não desejavam necessariamente a diminuição dos impostos ou o corte de programas sociais, como o Medicare ou o Seguro Social.

Sob essa perspectiva, a competição política, carregada de intensa emotividade, está intrinsecamente ligada à moralidade; trata-se de uma disputa pela supremacia de visões morais. Portanto, o discurso público exerce um impacto significativo nos resultados eleitorais.

Até 2008, segundo Lakoff, os conservadores obtiveram uma vantagem significativa no uso de linguagem, ideias, imagens e símbolos que eram amplamente divulgados na mídia, incluindo programas de entrevistas, rádio e outros meios, promovendo a mentalidade conservadora e suprimindo o pensamento progressista, especialmente entre os eleitores que oscilam entre ambas as visões. Isso teria fortalecido as conexões sinápticas entre neurônios envolvidos no pensamento conservador e enfraquecido as conexões relacionadas ao pensamento progressista.

Outros autores também destacam a importância das metáforas na estruturação de questões e no desencadeamento de sentimentos. Um exemplo notório é Drew Westen (2007). Westen resgata, entre outros casos, a forma como o governo de Ronald Reagan se referia aos esquadrões da morte que combatiam o regime sandinista na Nicarágua.

Em vez de chamá-los de *grupos rebeldes* ou *mesmo terroristas*, eram retratados como “Combatentes da Liberdade”, uma abordagem que claramente influenciava a opinião pública sobre eles.

O autor, escrevendo antes da vitória de Barack Obama, criticava severamente a linguagem política adotada pelos democratas e chegava a propor uma narrativa política persuasiva, com elementos essenciais a serem considerados.

- a estrutura que o nosso cérebro espera de qualquer narrativa, para que possa ser facilmente entendida, contada e recontada;
- protagonistas e antagonistas: definidos claramente os pontos que o partido e o candidato defendem, e o que o partido e o candidato adversário representam;
- uma “moral” clara e subordinada aos valores do partido;
- um conteúdo vívido, memorável e atraente;
- elementos centrais facilmente visualizados ou imaginados, para maximizar sua memória e impacto emocional;
- riqueza de metáforas emocionalmente evocativas, criando e reforçando as analogias intencionais;
- elementos da história contada pelo adversário, reformulando-a com o seu enquadramento;
- a narrativa padrão do partido deveria ser do tipo que os eleitores gostariam de contar a seus filhos – como aquelas ilustradas, nos livros infantis –, clara e atraente, com o lado certo e o lado errado. Uma narrativa que eles desejassem que seus filhos internalizassem.

O principal desafio e justificativa da neuropolítica residem na tentativa de identificar os processos emocionais e cognitivos inconscientes que influenciam as atitudes e comportamentos dos cidadãos. Existe um amplo consenso de que a abordagem mais eficaz para essa busca envolve a medição sob diversas perspectivas. Os dados obtidos demonstram um desempenho superior quando utilizados de forma conjunta, incorporando psicométrica, neurometria e respostas psiconeurofisiológicas, combinadas com informações oriundas de técnicas tradicionais, como questionários de pesquisas e roteiros de grupos focais que tenham sido adaptados para se harmonizar com as outras metodologias. Dessa forma, busca-se uma abordagem holística, que ofereça uma visão completa do indivíduo em seu contexto biopsicossociocultural. Naturalmente, esse esforço deve ser acompanhado de prudência, reconhecendo as limitações inerentes a essa área emergente e evitando quedas na armadilha da “neuromitologia”.

No entanto, é importante destacar que a cautela não deve desestimular pesquisadores acadêmicos ou profissionais de *marketing* político de embarcarem nessa jornada. Afinal, para avançar nesse campo, a exploração do cérebro do cidadão se apresenta como um convite irresistível.

De acordo com Korybko (2018), a Guerra Híbrida é uma estratégia que busca administrar o caos, visando principalmente à geração de caos sistêmico em uma nação, região ou continente, quando necessário.

Em 2012, o Conselho de Inteligência Nacional dos EUA indicou que o país estava “pela primeira vez entre iguais”, inserindo-se em um mundo multipolar que tornava

desafiador o uso do unilateralismo agressivo comum. Isso impulsionou a promoção das *lideranças veladas* como parte da estratégia militar estadunidense.

O ex-presidente Barack Obama institucionalizou esse modelo de liderança velada em seu discurso em West Point em maio de 2014, ao afirmar enfaticamente que “os EUA devem liderar no cenário mundial, mas a ação militar dos EUA não pode ser o único, ou sequer o principal componente da nossa liderança em todas as ocasiões”. Ele acrescentou que “Só porque temos o melhor martelo não significa que todo o problema é um prego”. Isso refletiu a adaptação dos Estados Unidos à nova realidade de um mundo multipolar.

Nesse contexto, de acordo com Andrew, os estrategistas geopolíticos norte-americanos consideram as ONGs como organizações de vanguarda, usadas para garantir os interesses das “energias geoestratégicas” globais.

Assim, a ideia da “dominação do espectro total”, que busca ser persuasiva na paz, decisiva na guerra e proeminente em qualquer forma de conflito, é a espinha dorsal das chamadas *revoluções coloridas*. Essas revoluções se baseiam em técnicas psicológicas, ideológicas e de informação para conquistar “ativistas sociais” naquilo que é denominado como *dominação caótica*.

Bernays acreditava que um pequeno grupo de pessoas, em grande parte invisíveis, poderia influenciar e moldar o pensamento das massas. Ele argumentava que se compreendêssemos o mecanismo e os motivos da mente coletiva, seria possível controlar as massas de acordo com nossa vontade, sem que elas percebessem. Essa abordagem lembra, em parte, os conceitos utilizados pelos nazistas.

Atualmente, essa orientação tem sido amplamente aplicada nas mídias e redes sociais, em escala global, por arquitetos de revoluções coloridas e guerras híbridas.

Andrew também menciona estudos secretos recentes nos EUA, que demonstram a realização de experimentos psicológicos em mais de meio milhão de usuários de redes sociais para entender como os estados emocionais são transmitidos por plataformas digitais. O Pentágono investe milhões de dólares em pesquisas semelhantes para o seu programa Iniciativa de Pesquisa Minerva do Pentágono, que busca aprimorar a compreensão do que chamam de “Exames sociais e mente de colmeia” nas redes sociais. Esse fenômeno é considerado o manual de campo das revoluções coloridas, e seu principal inspirador é Gene Sharp, conhecido como o *Maquiavel da não Violência*.

Segundo Andrew Korybko, as revoluções coloridas são fabricadas por meio da complexa interação entre diversos fatores, que podem ser subdivididos em diferentes categorias de infraestrutura primária, incluindo ideologia, financiamento, sociedade, treinamento, informação e mídia.

Os principais fomentadores das Guerras Híbridas são os Estados Unidos, particularmente hoje, quando as agressões militares precisam ser repensadas dez vezes, já que o atual mundo multipolar impede que a grande nação do Norte se utilize da sua famosa política do Grande Porrete, Big Stick, indiscriminadamente.

Apesar de irreversível, a revolução tecnológica nos meios de comunicação não é neutra. Como qualquer grande acontecimento da humanidade, as mídias globais, as

redes sociais, e outros excepcionais instrumentos de comunicação atuais encontram-se associados aos interesses predominantes dos Estados Unidos na geopolítica mundial.

Não é sem razão que o maior especulador global, George Soros, vem atuando há décadas na desestabilização de várias nações. Recentemente ele lançou uma espécie de manifesto em defesa da democracia contra o que chamou de “emergência do surto popular nacionalista mundial”, como se houvesse alguma nação ou Estado verdadeiramente soberano que atuasse no teatro global, no tabuleiro de xadrez internacional, sem a primazia dos seus interesses nacionais econômicos, comerciais ou geopolíticos.

A fundação Open Society dirigida por George Soros tem marcado importante presença no Brasil, prestigiando e financiando movimentos e lideranças adeptas do identitarismo e do multiculturalismo.

Ele é um dos principais mentores das chamadas *agendas identitárias* e procura influenciar a opinião pública com uma pauta diversionista, visando sua fragmentação *ad infinitum*, de um contra todos e todos contra qualquer um. Em 2019, no encontro realizado pelo Instituto Futuro, centro de estudos avançados da UFPE, foi debatido o seguinte tema: Guerras Híbridas e a América Latina na Nova Ordem Mundial. Nesse encontro, foi aprofundado o debate sobre o financiamento e o treinamento de ativistas para se infiltrar e implodir os movimentos sociais organizados, criando células da extrema-direita.

Vivemos sob a perspectiva fascista hoje? Eco (2021), que cresceu sob o regime fascista italiano de Mussolini, afirma que o fascismo moderno não é imposto, mas eleito com base em medos e mentiras, e se caracteriza por ser um movimento:

- de tendências autoritárias, resistência ao pensamento moderno, não aceita críticas, medo das diferenças;
- que consegue unir poder político, exército e igreja, culto às tradições;
- que impõe um sistema educacional que controla o que é ensinado e limita o pensamento crítico;
- que promove um sistema de valores sociais que exalta a violência e o livre mercado.

Como já sabemos, a história não se repete, foi Marx quem explicou, nas primeiras linhas de *O 18 Brumário*, qualificando uma observação de Hegel (de que “todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes”). Na interpretação de Marx, a dialética histórica, a história se repete, todavia o que antes era tragédia, agora aparece como farsa!

A reestruturação do sistema capitalista durante a pandemia de coronavírus é um tema que não pretendemos esgotar; pelo contrário, nossa intenção é oferecer uma análise instrumental dos acontecimentos atuais e destacar algumas tendências. Em primeiro lugar, observamos o declínio da globalização conforme a conhecemos, especialmente devido ao aumento das tensões entre os Estados Unidos, China e Rússia. Essas duas últimas potências estão cada vez mais alinhadas em termos geopolíticos, e a incapacidade de os Estados Unidos liderarem o combate mundial à pandemia e o fracasso interno indicam uma nova globalização mais centrada na China. A recusa do EUA de enviar recursos

financeiros à Organização Mundial da Saúde/OMS, o BREXIT, recentemente, e a guerra comercial entre China e EUA são algumas evidências do enfraquecimento das instituições supranacionais e de comércio mundial.

Esses estudos têm contribuído para o avanço do conhecimento em diversas áreas – afora as conquistas abertas à neurologia, à psiquiatria e mesmo à psicanálise –, emprestando base à neuroeconomia, ao *neuromarketing* e ao que podemos chamar de *neuropolítica*.

NOVA GEOGRAFIA DO CAPITALISMO

Introdução

Para se interpretar o mundo no século XXI, é preciso levar em conta diversas variáveis e cenários, o que depende muito do objetivo, da intenção, do propósito e principalmente do interesse. A indústria vem passando por transformações em que o modelo econômico globalizado deu as cartas – sob o signo da cibernética, da automação, das tecnologias revolucionárias –, o trabalhador virou supérfluo e foi condenado a passar da exclusão social à eliminação total. Hoje, nos tempos das transnacionais, do ultraneoliberalismo absoluto, da desglobalização, da mundialização da virtualidade (que significa o que existe em potência e não em ato, ou seja, o que não é real, uma simulação, uma cópia), o *trabalho* vem ganhando novos significados, embora para alguns seja um conceito obsoleto, um parasita sem utilidade.

O desemprego invade hoje todos os níveis de todas as classes sociais, acarretando miséria, insegurança, sentimento de vergonha, em razão essencialmente dos descaminhos de uma sociedade que o considera uma exceção à regra geral estabelecida para sempre; uma sociedade que pretende seguir seu caminho por uma via que não existe mais em vez de procurar outras alternativas.

A importância de se manterem as indústrias funcionando e gerando emprego é tal que os países e as regiões industrializadas assumem posição de destaque em relação ao desenvolvimento, fazendo com que aqueles países e regiões que não puderam se industrializar ou manter suas indústrias fiquem na total dependência e subserviência aos países industrializados.

No período compreendido entre o final do século XX e os dias atuais (1998 a 2022), houve um fenômeno denominado *desglobalização*. Durante esse período, a zona do euro e outros países de alta renda, incluindo os Estados Unidos, tiveram crescimento lento, enquanto o Japão também apresentou um crescimento modesto. Notavelmente, a economia dos EUA cresceu apenas 2,09 vezes desde 1989, e desde 2001, o país tem enfrentado desafios tanto políticos quanto econômicos.

1998	Corporação	Faturamento Bilhões US	Capital
1	G M Corporation	178,174	EUA
2	Ford Company	169,785	EUA
3	Mitsui & Co., Ltda.	142,688	JAPÃO
4	Mitsubishi Corporation	128,922	JAPÃO
5	Royal Dutch/Shell Group	128,142	RU
6	Itochu Corporation	126,632	JAPÃO
7	Exxon Corporation	122,379	EUA
8	Wal-Mart Stores	119,299	EUA
9	Marubeni Corporation	111,121	JAPÃO
10	Sumitomo Corporation	102,395	JAPÃO

Fonte: Fortune Global 500 (2023).

Figura 1. FORTUNE GLOBAL 500 — 1998.

Nesse contexto, a China emergiu como uma potência econômica exponencial, superando os EUA em termos de crescimento econômico, como evidenciado pelos dados divulgados pela *Fortune Global 500*. Empresas listadas nesse *ranking* registraram receitas totais de 37,8 trilhões de dólares, representando mais de um terço do PIB mundial. Essa cifra representa um aumento significativo de 19% em relação ao ano anterior (ano fiscal 2020) e marcou a maior taxa de crescimento anual em 33 anos de história da lista. Os lucros acumulados também aumentaram substancialmente, alcançando um recorde de 3,1 trilhões de dólares.

As empresas da *Fortune Global 500* empregam cerca de 69,6 milhões de pessoas em todo o mundo e estão sediadas em 229 cidades e 33 países e regiões ao redor do globo. O número de mulheres CEOs nessas empresas aumentou para 24 no ano de 2022, em comparação com 23 no ano anterior.

É notável que a receita agregada das empresas da Grande China (incluindo Taiwan) ultrapassou a receita das empresas dos EUA na lista, representando aproximadamente 31% do total global, com um faturamento de 11,718 trilhões de dólares em 2021.

2022	Corporação	Faturamento (milhões US \$)	Capital
1	Wal-Mart (comércio)	572.754	EUA
2	Amazon.com	469.822	EUA
3	State Grid(energia)	460.617	China
4	China National Petroleum	411.693	China
5	Sinopec	401.314	China
6	Saudi Aramco	400.399	Arábia Saudita
7	Apple	365.817	EUA
8	Volkswagen	295.820	Alemanha
9	China State Construction	293.712	China
10	CVS Health	292.111	EUA

Fonte: Fortune Global 500 (2023).

Figura 2. FORTUNE GLOBAL 500 — 2022.

Scott DeCarlo, editor da lista da *Fortune*, comentou sobre o desempenho em 2022, observando que uma recuperação após a pior fase da pandemia gerou um vento favorável para as maiores empresas do mundo em termos de receita. As vendas e os lucros agregados atingiram níveis recordes no ano fiscal de 2021 para a *Fortune Global 500*. Porém, as empresas enfrentam desafios significativos ao navegar em meio a ventos contrários da economia global em 2022/23, demonstrados pelas Figuras 1 e 2.

Isso mostra como a dinâmica econômica global tem se transformado nos últimos anos, com o crescimento acelerado de países como a China influenciando significativamente o cenário econômico mundial e criando desafios para as economias tradicionais, como a dos EUA.

O FIM DA GEOGRAFIA?

A Geografia só passa a existir à medida que o homem ocupa e transforma o espaço, e passa a demarcar e exercer o domínio de suas fronteiras. Mas hoje, *tecnologia, integração de tecnologias e internacionalização* são palavras-chave que explicam a anulação do espaço e permeabilidade das fronteiras territoriais em todas as escalas, principalmente com as ideias de “convergência dos momentos” e “alargamento dos contextos” de Milton Santos, que desencadeiam no que chamamos de *território reticulado*.

O *alargamento dos contextos* refere-se à ideia de que, em um mundo globalizado e interconectado, os contextos locais e regionais estão constantemente se expandindo e se entrelaçando com outros contextos distantes. As relações entre lugares e territórios não são mais limitadas pelas fronteiras tradicionais, e as influências e os impactos de eventos em um local podem ser sentidos em escalas globais.

Desafia as noções tradicionais de espaço geográfico e territorialidade, destacando a complexidade das interações entre diferentes lugares e atores em um mundo cada vez mais interdependente. Milton Santos enfatizava a importância de compreender essas dinâmicas globais e locais em uma perspectiva mais ampla, levando em consideração o fluxo de informações, capitais, pessoas e culturas em uma escala global. Aqui tateou a ideia de território reticulado.

A “convergência dos momentos” foi uma ideia-chave para Milton Santos, que está intrinsecamente ligada à sua visão crítica da Geografia e da sociedade. Refere-se à convergência de diversas influências, fatores e dinâmicas em um determinado momento e local, que moldam a realidade geográfica e social. Isso antecipa o impacto do *on-line*, conceito que serve para argumentar que, em um determinado contexto geográfico e histórico, vários elementos diferentes se entrelaçam e interagem para criar uma situação única, o que inclui aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, bem como as influências históricas que moldaram o lugar em questão.

Milton Santos enfatizava que a Geografia não pode ser compreendida apenas a partir de uma perspectiva isolada ou segmentada, mas deve ser analisada levando em consideração a complexidade das interações entre todos esses elementos. Além disso, argumentava que a convergência dos momentos é dinâmica e está sempre mudando à medida que novas influências e eventos ocorrem.

O imperialismo dividiu o mundo entre apenas dois blocos: Norte, ou o centro do capitalismo global, e o Sul, ou a periferia do sistema, ou seja o almoxarifado global, reserva de consumo excedente e sustentabilidade de todo o sistema Global:

No Norte, um terço do planeta viverá com todo o conforto e progresso possíveis (incluídos), produzirá e consumirá tudo de que necessita; no Sul, os outros dois terços (excluídos) restantes dos seres humanos serão supérfluos. Não importa se vegetarão na mais esqualida miséria e sem futuro. Serão os “novos” escravos do século XXI?

Esse projeto de divisão do mundo em dois blocos foi aprovado durante um encontro em 1995, entre os *donos do mundo* (grupo conhecido nos meios de comunicação como G-7 ou G-8) que se reuniram em São Francisco, na Califórnia, EUA, e aboliram a soberania dos Estados-nações, anularam as fronteiras e seguem apenas a meta do capital, antiético ou não, episódio conhecido como *o fim da Geografia!*

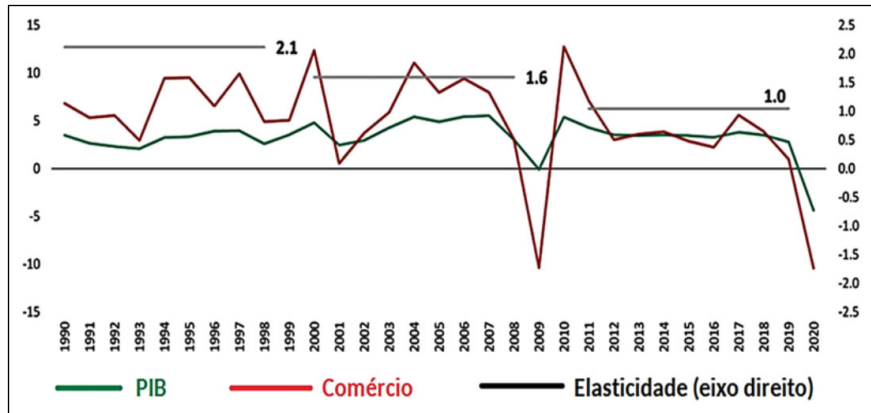
Essa ideia de *anulação do espaço*, de uma maior permeabilidade ocorre em escalas, a saber:

Primeiro, o tamanho do estabelecimento. As instalações físicas das indústrias permanecem, mas o que conta mesmo são os centros de produção tecnológica, os serviços de estratégias, que estudam os mercados, vasculham tudo – cultura, hábitos, sentimentos, paixões etc. Esse estudo detalhado feito nas matrizes dessas empresas globais são eufemisticamente apelidados de *marketing*, sendo o local onde se tomam decisões e se decidem futuros e vidas.

Outra escala importante é a abrangência da empresa, ou seja, em que mercados ela vai operar. Hoje, as empresas são cada vez menos regionais ou nacionais, isto é, tornaram-se *globalizadas*, são corporações transnacionais, têm como cenário de atuação o planeta todo.

Por outro lado, também as alianças comerciais se tornaram comuns e se multiplicam todos os dias.

Essa *mundialização* do espaço da empresa, que vem anulando fronteiras e interferindo na soberania dos países, é um processo que foi possibilitado pelo progresso nas comunicações: por meio da teleinformática, informática assistida por telefonia e satélites, os dados vão de Tóquio a Nova Iorque em segundos. Isso significa que, cada vez mais, o dinheiro muda de mãos virtualmente, em segundos, muitas vezes provocando “quebradeiras” nas bolsas de valores do mundo todo (como ocorreu no final de 1997 e início de 1998, e na crise do *subprime* em 2008/09), quase sempre nos países mais pobres e dependentes desses capitais internacionais.

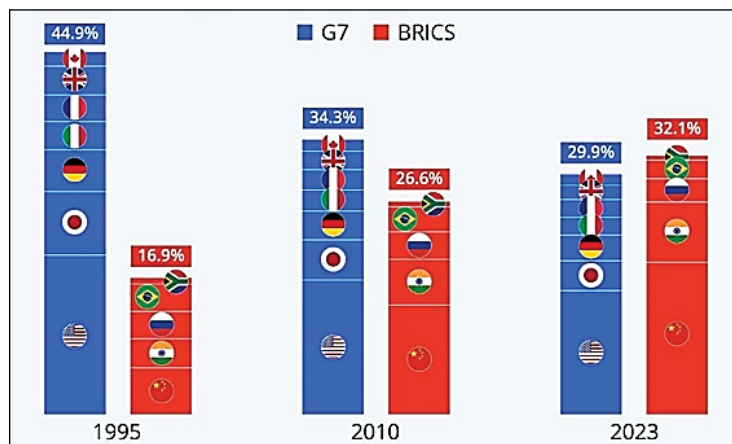


Fonte: CEPAL 2022 com dados FMI 2022, — Elaboração: CROCETTI (2023).

Figura 3. Comércio global 1990-2020 - comércio global e a dinâmica da desglobalização mundo: variação anual do comércio e do PIB, elasticidade % 1990-2020.

Essa “nova Geografia” do capitalismo é um conceito que se refere às mudanças na organização espacial e na distribuição geográfica das atividades econômicas no contexto do sistema capitalista. Essas mudanças estão relacionadas à globalização e à reestruturação produtiva, que resultaram em uma maior interconexão entre os diferentes lugares do mundo e em novas formas de divisão internacional do trabalho.

Nessa nova Geografia, observa-se a emergência de novos polos de desenvolvimento econômico, como os países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que têm se destacado como importantes agentes no cenário global. Além disso, há uma maior integração das cadeias produtivas em escala global, com a fragmentação das etapas de produção e a formação de redes de empresas transnacionais. E o BRICS, agora com sua ampliação, ficará mais influente da Geopolítica Global, os países que solicitaram filiação formal ao BRICS foram; Argentina, Turquia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Senegal, Argélia, Etiópia, Irã e Indonésia.



Fonte: Estimativas para 2023, Perspectivas Econômicas Mundiais do FMI 2023.

Figura 4. Participação dos países do G7 e do BRICS no PIB global na paridade do poder de compra.

Essas transformações têm impactos significativos na distribuição de riqueza, poder e desigualdades socioespaciais. Enquanto algumas regiões se beneficiam do novo contexto econômico, outras enfrentam desafios como desindustrialização, desemprego e marginalização.

Em resumo, a nova Geografia do capitalismo refere-se às mudanças na organização espacial das atividades econômicas no contexto da globalização e da reestruturação produtiva, trazendo consigo desafios e oportunidades para diferentes regiões do mundo.

Interpretando a “nova Geografia do capitalismo”, podemos discutir as tendências e os desenvolvimentos na Geografia do capitalismo que têm sido objeto de interesse e pesquisa.

A Geografia do capitalismo refere-se ao estudo de como o capitalismo se manifesta em diferentes locais, regiões e países, e como a Geografia afeta a distribuição de recursos, produção, consumo, e a dinâmica econômica em geral. Alguns dos temas e conceitos associados à Geografia do capitalismo incluem:

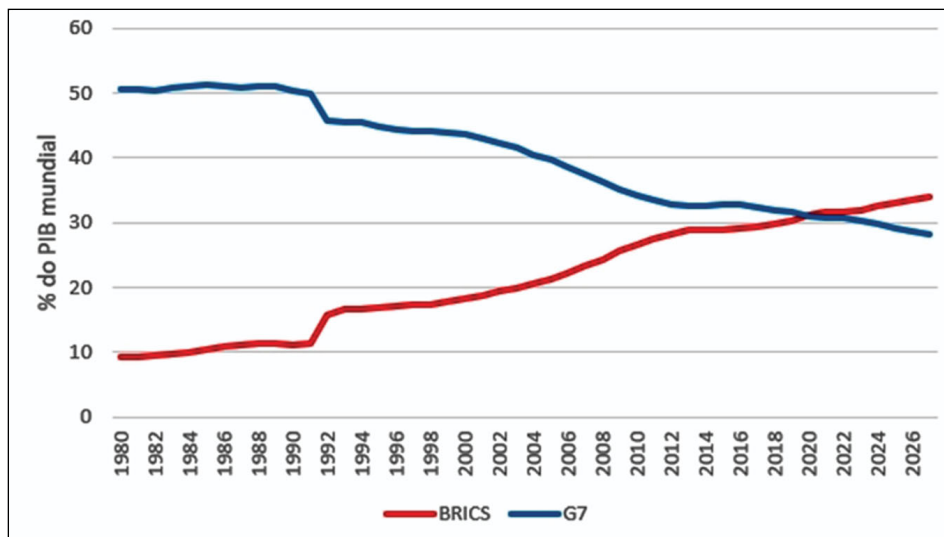
1. Globalização/Desglobalização: a globalização é um fenômeno que tem transformado a Geografia do capitalismo, tornando o mundo mais interconectado em termos de comércio, finanças e produção. Isso resulta na formação de cadeias de suprimentos globais e na mobilidade do capital. A desglobalização processo no qual a interconexão global, a integração econômica e as relações internacionais começam a perder força, enfraquecer ou se reverter. Não representa uma negação completa da globalização. A desglobalização não é necessariamente um processo uniforme e absoluto, em diferentes regiões e setores podem experimentá-la de maneiras variadas. Ela tem desafios e oportunidades, e seus efeitos podem ser sentidos em áreas como comércio internacional, investimento estrangeiro, migração, tecnologia e economia global como um todo. Foi apontada como uma estratégia imperialista dos EUA e das potências ocidentais para discriminar a China e evitar que ela se torne a maior potência econômica mundial e militar. Esse esforço visa diversificar as relações comerciais, afastando-se da dependência excessiva da China e buscando parcerias com outros países e uma deslocalização gradativa da produção e uma mudança nas dinâmicas de poder. Nesse contexto, a *desglobalização* não é uma reversão completa da globalização, mas uma complementação. Observar a Figura 3.

2. Desigualdade regional: a Geografia do capitalismo frequentemente destaca a desigualdade econômica entre diferentes regiões dentro de um país ou entre países. Algumas áreas podem se beneficiar mais do capitalismo do que outras devido a fatores como recursos naturais, infraestrutura, educação e políticas governamentais.

3. Clusters industriais: a concentração geográfica de indústrias relacionadas, conhecida como clusters industriais, é um aspecto importante da Geografia do capitalismo. Esses *clusters* muitas vezes se desenvolvem devido a fatores como a proximidade de fornecedores, mão de obra qualificada e instituições de pesquisa.

4. Zonas econômicas especiais: muitos países estabelecem zonas econômicas especiais (ZEEs) para atrair investimentos estrangeiros e promover o desenvolvimento econômico em áreas específicas. Essas ZEEs têm uma Geografia específica em relação ao capitalismo.

5. Urbanização: o processo de urbanização está intrinsecamente ligado à Geografia do capitalismo, uma vez que as áreas urbanas frequentemente são os principais centros de atividade econômica, comércio e inovação.



Fonte: FMI/WEO (2022).

Figura 5. Percentagem do PIB global do BRICS e do G7 1980-2026.

É importante observar que a Geografia do capitalismo é um campo em constante evolução e pode ser estudada de várias maneiras, dependendo dos interesses e objetivos do pesquisador. Portanto, o conceito de *nova Geografia do capitalismo* pode não ser reconhecido como um termo específico, mas os estudos continuam a analisar as mudanças nas dinâmicas econômicas e geográficas relacionadas ao capitalismo.

A contrarrevolução do grande capital desde a pandemia de 2020, por meio do Fórum Econômico Mundial aliado ao imperialismo, vem construindo uma metanarrativa, ou seja, a narrativa contida dentro ou além da própria narrativa, primeiro com a ideia do “Grande Reset” 2021, refundar o capitalismo, depois com a proposta de uma metanarrativa “História em um ponto de virada: políticas governamentais e estratégias de negócios” 2022 e agora em 2023 com a “Cooperação em um mundo fragmentado” ou por outras palavras, uma falácia, uma mentira atrás da outra, com força de manipulação.

Em 2020 até 2022, as diversas e sucessivas paralisações das cadeias produtivas e dos canais de distribuição globais impactaram catastróficamente o fornecimento de produtos, componentes, insumos, distribuição, logística, crise de contêineres e, o mais importante, resultado da percepção que as empresas haviam exposto sua extrema vulnerabilidade!

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ana Cristina Taunay Cavalcanti. **O fenômeno Muitas Faces:** estudo comparando a percepção do fenômeno quando utilizamos estímulos de face e cadeira. Dissertação (Mestrado em Neuropsiquiatria e Ciências do Comportamento) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

AMIM, Samir. **O desenvolvimento desigual:** ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

- BAGGIO, Kátia Gerab. Conexões ultraliberais nas Américas: o *think tank* norteamericano. In: XII Encontro Internacional Da Anphlac. **Anais...**, Campo Grande: 2016.
- CHÂTELET, François. **A filosofia do mundo novo: século XVI ao século XVII**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983.
- CHESNAIS, François. **Finance Capital Today: Corporations and Banks in the Lasting Global Slump**. Leiden: Brill, 2016, 310p.
- COUSIN, M. Victor. **Oeuvres – Sixieme Serie – Discours Politiques**. Paris: Didier, 1851 (1998).
- CROCETTI, Zeno Soares. **A crise do capital e o uso do território**. Curitiba: Letra das Artes, 2019.
- DAMÁSIO, Antonio. **O mistério da consciência**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- ECO, Umberto. **A vertigem das listas**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- ECO, Umberto. **Fascismo eterno**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.
- EMMANUEL, Arghiri. **A troca desigual**. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.
- ESCOBAR, Pablo. China locked in hybrid war with US. **Asia Times**, 17 mar. 2020(a). Disponível em: <<https://asiatimes.com/2020/03/china-locked-in-hybrid-war-with-us/>>. Acesso em: 19 out. 2023.
- FERRARI, Armando. **Étienne de la Boétie no quadro político do século XVI**. São Paulo: Indústria Gráfica Brasileira, 1955.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.
- FRANK, Andre Gunder. **A acumulação mundial**. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. São Paulo: Rocco, 1992.
- GEJO, Omar Horacio. **La Cuestión Periférica**. Buenos Aires: Centro de Estudios Alexander von Humboldt, 1997.
- GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo**. Lisboa, Portugal: Gradiva, 1993.
- GOODWIN, Jeff; JASPER, James M. et al. **Rethinking social movements: structure, meaning, and emotion**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- GOYARD-FABRE, Simone. Introduction. In: LA BOÉTIE, Étienne de. **Discours de la servitude volontaire**. Paris: GF Flammarion, 1983.
- GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas**. O novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016
- GREEN, André. O Duplo e o Ausente. In: GREEN, André. **O desligamento**. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- GUÉGUEN, Nicolas. **Psychologie du consommateur**. Paris: Dunod, 2011.
- HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 20. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- HUISSOUD, Jean-Marc; MUNIER, Frédéric (coord.). **La Guerre Économique**. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.
- JOHNSON, Chalmers. **As aflições do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- KAPLAN, Robert. D. **A vingança da Geografia**. Rio de Janeiro: Campus, 2013.
- KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- KOOPMANS, Ruud; STATHAM, Paul (eds.). **Challenging immigration and ethnic relations politics: comparative European perspectives**, Oxford: Oxford University Press, 2000.

- KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LA BOÉTIE, Étienne de. **Discurso da servidão voluntária ou o contra um**. Tradução de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Chicago Press. 1980; 2nd edition, 2002.
- LAKOFF, George, The Neural Theory of Metaphor. **SSRN**, 23 jul. 2009. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=1437794>>. Acesso em: 19 out. 2023. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1437794>
- LAVAREDA, Antonio. **Emoções ocultas e estratégias eleitorais**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- LAZARSELD, Paul F.; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel. **The people's choice**. Nova York, Duell/Sloan and Pearce, 1944 (2006).
- LEDOUX, Joseph. **The emotional brain**. Nova York, Simon & Schuster, 1996.
- LOSURDO, Domenico. **A linguagem do Império**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MAMIGONIAN, Armen. **Ciclos econômicos e organização do espaço**. Florianópolis: EDUFSC, 1998.
- MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed., São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MENDONÇA, Duda. **Casos & Coisas**. São Paulo: Globo, 2001.
- MITHEN, Steven. **A Pré-História da mente**. São Paulo: Unesp, 2003.
- MORIN, Edgar. **Os problemas do fim de século**. Lisboa, Portugal: Notícias, 1993.
- NEGRI, Antônio. Rem Koolhaas: Junkspace e metrópole biopolítica. **Radical Philosophy**, n. 154, 2009. Tradução UniNômade BR, 17 set. 2014. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/rem-koolhaas-junkspace-e-metropole-biopolitica/>>. Acesso em: 19 out. 2023.
- NEUMAN, Russell W. et al. "Theorizing Affect's Effects". In: NEUMAN, Russell et al. (eds.). **The affect effect: dynamics of emotion in political thinking and behavior**. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.
- O'NEILL, Jim. Building Better Global Economic BRICs. **Goldman Sachs**, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/buildingbetter.html>>. Acesso em: 19 out. 2023.
- OLIVEIRA, Amaury Porto de. A China constrói uma parceria estratégica com a África. In. **Conferência Nacional De Política Externa E Política Internacional – III CNPEPI**, 2. Rio de Janeiro: 2008
- PATNAIK, Prabhat. A desglobalização está se confirmando? **IDEAS – International Development Economics Association**, 5 jun. 2023. Disponível em: <<https://www.networkideas.org/news-analysis/2023/06/de-globalisation-occurring/>>. Acesso em: 19 out. 2023. Tradução de JF.
- PERKINS, John. **Novas confissões de um assassino econômico**. São Paulo: Cultrix, 2018.
- POPKIN, Samuel L. **The reasoning voter: communication and persuasion in presidential campaigns**. 2. ed. Chicago, The University of Chicago Press, 1994.

- RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introdução à história das relações internacionais**. São Paulo: DIFEL, 1967.
- ROIG-FRANZIA, Manuel. The Swamp Builders. **The Washington Post**, Nova Iorque, 29 nov. 2018.
- SANTOS, Milton. **Economia espacial**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SLOBODIAN, Quinn; MIROWSKI, P. **Nine lives of neoliberalism** (Nove vidas do neoliberalismo) Londres: Verso, 2020.
- SLOBODIAN, Quinn. **Globalists: the end of empire and the birth of neoliberalism**. Cambridge: Harvard University Press, 2018.
- STEVEN, Johnson. **De cabeça aberta: conhecendo o cérebro para entender a personalidade humana**. Rio de Janeiro, J. Zahar, 2004.
- WESTEN, Drew. **Cérebro político – O papel da emoção na decisão do destino da nação**. São Paulo: Unianchieta, 2008.
- WOOD, Ellen. **Império do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

EL ACUERDO MERCOSUR–UNION EUROPEA EN MATERIA DE INDICACIONES GEOGRÁFICAS. IMPOSIBILIDAD DE UNA NEGOCIACION BIRREGIONAL

**O ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA
SOBRE INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS.
IMPOSSIBILIDADE DE NEGOCIAÇÃO BIRREGIONAL**

**THE MERCOSUR–EUROPEAN UNION AGREEMENT
REGARDING GEOGRAPHICAL INDICATIONS.
FAILURE TO NEGOTIATE A BIREGIONAL AGREEMENT**

Marina Cifuentes¹

marinacifuentes@hotmail.com

¹ Magister en Procesos de Integración Regional, Universidad de Buenos Aires (Argentina). Docente del Departamento de Relaciones Internacionales de la Facultad de Ciencias Humanas de la Universidad Nacional de Centro de la Provincia de Buenos Aires (Argentina). E-mail: marinacifuentes@hotmail.com.

Artigo recebido em novembro de 2023 e aceito para publicação em dezembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMEN: El objetivo de este trabajo es poner en evidencia la imposibilidad de llevar adelante una negociación birregional entre el MERCOSUR y la Unión Europea (UE), en materia de protección de las indicaciones geográficas, en el marco del Acuerdo entre ambos bloques, concluido en junio de 2019. La hipótesis supone que, dada la insuficiencia de normativa o mecanismos regionales en MERCOSUR que permitan una protección regional de las indicaciones geográficas, no fue posible llevar adelante una negociación bajo una lógica de bloque a bloque. El diseño metodológico es cualitativo, en tanto se realiza un repaso de la normativa regional, así como un análisis de los compromisos asumidos. Se concluye, por un lado, que esta modalidad negociadora puso en evidencia las fragilidades del MERCOSUR y, por otro lado, que la implementación de los acuerdos podría impactar negativamente en la propia naturaleza del bloque.

Palabras clave: Mercosur. Unión Europea. Indicaciones geográficas.

RESUMO: O objetivo deste artigo é destacar a impossibilidade de uma negociação birregional entre o MERCOSUL e a União Europeia (UE) sobre a proteção das indicações geográficas no âmbito do acordo entre os dois blocos assinado em junho de 2019. A hipótese pressupõe que, dada a insuficiência de regulamentos ou mecanismos regionais no MERCOSUL que permitam a proteção regional das indicações geográficas, não foi possível levar a cabo negociações bloco a bloco. O desenho metodológico é qualitativo, pois é feita uma revisão dos regulamentos regionais, bem como uma análise dos compromissos assumidos. Conclui-se, por um lado, que esta modalidade de negociação evidenciou as fragilidades do MERCOSUL e, por outro, que a implementação dos acordos poderia ter um impacto negativo sobre a própria natureza do bloco.

Palavras-chave: Mercosul. União Europeia. Indicações geográficas.

ABSTRACT: The aim of this paper is to highlight the failure to negotiate a bioregional agreement between MERCOSUR and the European Union (EU) on the protection of geographical indications, within the framework of the Agreement between the two blocs, concluded in June 2019. The hypothesis is that, given the insufficiency of regional regulations or mechanisms in MERCOSUR allowing for regional protection of geographical indications, it was not possible to carry out a negotiation under a bloc-to-bloc logic. This paper uses a qualitative methodology, including a review of regional regulations and an analysis of the commitments made. First, it concludes that this negotiating modality revealed the fragilities of MERCOSUR and, second, that the implementation of the commitments could have a negative impact on the nature of the bloc.

Keywords: Mercosur. European Union. Geographical indications.

INTRODUCCIÓN

La conclusión del Acuerdo de Asociación entre el MERCOSUR y la Unión Europea (UE) (en adelante el “Acuerdo”), en junio de 2019, puso en evidencia algunas cuestiones pendientes en el proceso de integración regional suramericano, que operaron en el resultado de las negociaciones y posiblemente repercutan en los futuros trabajos del bloque si el acuerdo es finalmente firmado. Particularmente, este fue el caso de la negociación de la protección de las indicaciones geográficas, una de las secciones del Capítulo sobre Propiedad Intelectual, sobre la que no fue posible llevar adelante una negociación birregional.

El presente trabajo tiene por objeto poner en evidencia la imposibilidad de llevar adelante una negociación bajo la lógica bloque a bloque entre el MERCOSUR y la UE en materia de protección de las indicaciones geográficas, en virtud de la insuficiencia de normativa o bien, mecanismos regionales en MERCOSUR que permitan su protección regional. Se presta particular atención a la conclusión y los resultados de la negociación, sin dejar de considerar el proceso a lo largo de su desarrollo en el tiempo. Las técnicas de recolección y análisis de datos fueron de tipo cualitativas, basada en la revisión de normativa y documentos oficiales, así como en fuentes secundarias y bibliográficas.

Primeramente, se definirá qué son las indicaciones geográficas. A continuación, se abordan los resultados de la negociación en materia de protección de las indicaciones geográficas en el marco del Acuerdo. El tercer apartado está dedicado al MERCOSUR, la legislación regional y el posible impacto de la implementación de los compromisos asumidos. Finalmente, se presentan las conclusiones, que revisten un carácter preliminar, dado que el Acuerdo aún se encuentra en etapa previa a su ratificación.

LAS INDICACIONES GEOGRÁFICAS

El género de los indicadores geográficos comprende a todos aquellos signos que se utilizan para vincular productos con su origen geográfico (GONZÁLEZ PERINI, 2003, p. 58), siendo estos los símbolos más tempranos utilizados como marcas comerciales.

Incluso antes de la Revolución Industrial, en la competencia por obtener ingresos del comercio internacional, se hizo evidente que productos de determinadas regiones eran más vendibles que iguales productos procedentes de otras regiones, debido a que contaban con una calidad superior, resultado de ventajas de su origen geográfico natural, de recetas y de técnicas de procesamiento de los alimentos (BLAKENEY, 2001, p. 3).

De este modo, fueron surgiendo diversos indicadores geográficos tales como las indicaciones de procedencia, las indicaciones geográficas y las denominaciones de origen que, en la actualidad, representan diferentes categorías para proteger a los nombres que vinculan un producto con su origen geográfico, siendo variable el modo y el grado de protección en los diferentes países del mundo. Algunos de los ejemplos más reconocidos, la mayoría de origen europeo, son “champagne” que identifica un tipo de vino espumante procedente de la región de Champagne, en Francia, o el “Turrón de Alicante”, procedente de la región de Alicante, en España.

A nivel multilateral, a partir de la Ronda Uruguay del GATT, en 1994, se produce una reformulación del sistema que regulaba el comercio mundial, dando origen a la Organización Mundial de Comercio (OMC). Con ello, se establece, entre otros, un régimen de protección de los derechos de propiedad intelectual, el “Acuerdo sobre los Aspectos de los Derechos de Propiedad Intelectual relacionados con el Comercio (ADPIC)”, que incluyó entre las diversas categorías de propiedad intelectual, a la protección de las indicaciones geográficas. En consecuencia, todos los países miembros de la OMC se obligaron a incorporar dichos compromisos a su normativa nacional, estableciendo estándares mínimos de protección para los derechos de propiedad intelectual.

La inclusión de las indicaciones geográficas en el ADPIC, fue una iniciativa de algunos países europeos, donde el desarrollo de la agricultura está estrechamente ligado a esta modalidad de protección de los nombres que identifican a productos (ABARZA; KATZ, 2002, p. 26), que poseen una calidad diferenciada dada por su origen geográfico. De hecho, la UE presenta uno de los más bastos sistemas de protección de estas denominaciones, con una amplia legislación comunitaria que protege los nombres de los vinos, las bebidas espirituosas y los productos agroalimentarios. De allí que, en el marco de las negociaciones multilaterales en el ámbito de la OMC, la UE ha pretendido extrapolar su normativa interna a fin de alcanzar estándares más elevados de protección para estas denominaciones. Cuando ello no ha sido posible, el bloque europeo ha optado por la negociación de acuerdos bilaterales, con capítulos de propiedad intelectual que reflejan sus elevados estándares de protección, incluyendo una extensa lista de indicaciones geográficas para las que reclama un uso exclusivo.

A diferencia de otras categorías de la propiedad intelectual, como las marcas o patentes las cuáles poseen una definición general aceptada mundialmente, en el caso de las indicaciones geográficas no existe una única definición o terminología que las identifique (ESCUDERO, 2001, p 2). Dada la diversidad terminológica para definir estas denominaciones, en este trabajo se utilizará el término “indicación geográfica” en el sentido general, acorde con la definición dada por la OMC, entendiendo a esta como la denominación que identifica un producto como originario del territorio de un miembro o de una región o localidad de ese territorio, cuando determinada calidad, reputación, u otra característica del producto sea imputable fundamentalmente a su origen geográfico². En líneas generales, la protección de una indicación geográfica implica el derecho de su uso exclusivo por parte de los productores procedentes de ese territorio/región/localidad, evitando que un tercero la use si su producto no procede del origen geográfico indicado³.

Acuerdo de Asociación Estratégica entre el MERCOSUR y la UE

En junio de 2019, el MERCOSUR y la UE concluyeron las negociaciones sobre el histórico acuerdo comercial, dando por terminado un proceso negociador iniciado hace más de 20 años. Si bien el Acuerdo no ha sido rubricado y existen voces opositoras en ambos bloques para que ello finalmente ocurra, los textos del Acuerdo fueron publicados, siendo posible realizar un análisis preliminar de los compromisos alcanzados.

Desde el inicio del proceso, el avance de las negociaciones fue bastante dificultoso. De hecho, éstas fueron interrumpidas en más de una ocasión siendo uno de los puntos más conflictivos la protección de las indicaciones geográficas y los desacuerdos entre ambas partes en relación con la protección de las denominaciones europeas en el territorio de los países del MERCOSUR (DE ANGELIS, 2020, p. 100).

Como se mencionara, la UE cuenta con una larga tradición en materia de identificación de sus productos vínicos, bebidas espirituosas y productos agroalimentarios con indicaciones geográficas. Para los europeos, esta política constituye una herramienta de desarrollo regional en tanto los nombres protegidos representan un símbolo de calidad que ofrece a los productores un precio superior por su producto, además de ofrecer a los consumidores una garantía de autenticidad. Es por esta razón que, dentro de los capítulos sobre propiedad intelectual en sus acuerdos comerciales, la protección de estas denominaciones, una de las cuestiones que más preocupa a su sector agrícola, ha sido siempre uno de los puntos más conflictivos. Los antecedentes han mostrado que los tratados de libre comercio de la UE cuentan con capítulos ambiciosos en materia de protección de derechos de propiedad intelectual, con estándares superiores al ADPIC, en particular en relación con la protección de las indicaciones geográficas (AOUN *et al.*, 2020, p. 8).

Así, los europeos han pretendido el reconocimiento de una extensa lista de indicaciones geográficas, cuya protección sea asegurada a través de disposiciones ADPIC-plus, esto es, a través de disposiciones más restrictivas que las normas multilaterales que rigen el comercio de estos productos, cuyos resultados terminan siendo negativos para sus contrapartes, en tanto se ven obligadas, entre otras cuestiones, a abandonar el uso de marcas comerciales reconocidas idénticas a indicaciones geográficas europeas o a la pérdida de las excepciones incluidas en el artículo 24 del ADPIC⁴, como lo es el permiso para la continuidad en la utilización de nombres de uso común, los llamados términos genéricos (CIFUENTES, 2022).

El Acuerdo de Asociación entre el MERCOSUR y la UE no es una excepción y la protección de las indicaciones geográficas ha sido uno de los temas más conflictivos. Se suma a ello, el hecho de que la posición de los países del MERCOSUR durante la negociación, ha sido disímil, siendo Argentina uno de los más férreos defensores por mantener los actuales estándares de protección del ADPIC. El escaso desarrollo de normativa armonizada en esta materia al interior del bloque regional, demuestra también la poca importancia atribuida al tema (CIFUENTES, 2022).

Con todo, los acuerdos se alcanzaron y ambas partes se comprometieron a brindar una protección recíproca a 575⁵ indicaciones geográficas para vinos, bebidas espirituosas y productos agrícolas. Si el Acuerdo finalmente es rubricado, la UE protegerá en su territorio 220 nombres del MERCOSUR, mientras que los Estados Parte de ese bloque otorgarán protección a 355 denominaciones europeas (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO DE ARGENTINA, 2019, p.15).

Los acuerdos alcanzados

Lo dificultoso de la negociación, quedó evidenciado en los diferentes niveles de protección contemplados (DE ANGELIS, 2020, p. 111). Es decir, los acuerdos resultaron en un nivel de protección general para las indicaciones geográficas listadas en un Anexo de la sección del Acuerdo dedicada a las indicaciones geográficas⁶, que en su mayoría gozarán de protección inmediata con su entrada en vigor, y un nivel de protección específico para algunos “casos particulares”, en los que se contemplan los derechos de los “usuarios anteriores”, es decir, de aquellos productores que utilizan esas denominaciones para identificar sus productos.

La mayoría de las indicaciones geográficas de la UE serán reconocidas a partir de la entrada en vigor del Acuerdo, es decir, gozarán del derecho exclusivo de uso en el territorio de los países del MERCOSUR. Otras, coexistirán con denominaciones de uso común en los países del bloque suramericano, quienes paulatinamente deberán ir abandonando su uso, según cada caso. Por ejemplo, se permitirá el uso de la denominación francesa “Cognac”, en las etiquetas de los productos de los países del MERCOSUR durante un período de 7 después de la entrada en vigor del Acuerdo. Pasado ese período, los países del MERCOSUR deberán abandonar su uso, sólo pudiendo portar la indicación geográfica aquellos productos procedentes de Francia (ACUERDO DE ASOCIACIÓN MERCOSUR-UE, 2019). Otros nombres reconocidos tienen el mismo tratamiento, como “Chablis”, “Champagne”, “Mortadella di Bologna”, “Borgoña”, “Gorgonzola”, “Prosecco”, “Prosciutto di Parma”, “Roquefort”, “Bordeaux”, “Marsala” y “Oporto”, entre otros.

Es decir, en algunos casos, las indicaciones geográficas europeas estarán protegidas de manera diferida a partir de la entrada en vigor del Acuerdo, en tanto esas denominaciones tendrán un período de gracia de entre 5 y 10 años (GHIOTTO; ECHAIDE, 2020, p. 104). Pasado ese período, productos identificados con esos nombres que no procedan de ese origen geográfico, no podrán circular en el territorio de los Estados Parte del MERCOSUR. La consecuencia directa de ello es que, productos que se producen en estos países, que utilizan esas denominaciones por ser el nombre corriente con el que se identifica a ese producto (ejemplo el queso “Gruyere”), deberán salir del mercado o bien utilizar un nuevo nombre para su identificación.

Por su parte, los países de MERCOSUR incluyeron en el Anexo las denominaciones registradas y protegidas en su respectiva legislación. En MERCOSUR no existe un registro regional de indicaciones geográficas, por lo que se incluyeron los nombres registrados a nivel nacional. En el caso de los países de MERCOSUR, Argentina es el que cuenta con la lista más extensa, con un total de 104 nombres que en su mayoría identifican vinos (Yerba Mate Argentina”, “Cordero Patagónico”, “Salame de Tandil”); Brasil 38 nombres que identifican vinos y productos agrícolas (“Cachaça”); Paraguay 23 (“Stevia Paraguaya”) y, finalmente Uruguay con 55 indicaciones geográficas que identifican a vinos y bebidas espirituosas (ACUERDO DE ASOCIACIÓN MERCOSUR-UE, 2019).

Vale aclarar que, para todas las indicaciones geográficas listadas en el Anexo, el Acuerdo prevé un nivel de protección que corresponde a una normativa ADPIC-plus,

es decir, compromisos que están por encima de las obligaciones que los países del MERCOSUR tienen en el ámbito multilateral de la OMC7 (BLASETTI, 2020, p. 5).

Finalmente, el Acuerdo contempla los “casos particulares” de indicaciones geográficas europeas para los que se define un nivel específico de protección, diferente del general acordado para las denominaciones listadas en el Anexo, a las que se hiciera referencia anteriormente. Es decir, se trata de indicaciones geográficas que no gozarán de una protección plena, es decir, de exclusividad de uso, si no que establece ciertos niveles de permiso para continuar con su uso en los países del MERCOSUR. Ellas son: “Genièvre/Jenever”; “Queso Manchego”; “Grappamiel”; “Steinhäger”; “Parmigiano Reggiano”; “Fontina”; “Gruyère”; “Grana” y “Gorgonzola” (GHIOTTO; ECHAIDE, 2020, pág. 104).

No obstante, la continuidad de uso de los nombres genéricos sólo es permitida para los usuarios registrados en el territorio de cada país, expresamente mencionado en cada caso (ACUERDO DE ASOCIACIÓN MERCOSUR-UE, Art. 35.9), es decir, los usuarios serían aquellos productores que identifican sus productos con esos nombres. No obstante, la continuidad de uso difiere según cada país. En el caso de las denominaciones “Parmigiano Reggiano”, “Fontina” y “Gruyère” solo podrán continuar siendo utilizadas por los usuarios anteriores en los cuatro países; pero en el caso de “Genièvre/Jenever” en su traducción “Ginebra” y “Genebra”, sólo en Argentina y Brasil respectivamente. El resto, “Queso Manchego”; “Grappamiel”; “Steinhäger”; “Grana” y “Gorgonzola”, podrán ser usadas por los usuarios anteriores de un solo país. Ello implica que, sólo los productos identificados con “Parmigiano Reggiano”, “Fontina” y “Gruyère”, podrán circular libremente dentro del bloque. Para el resto, la circulación intra MERCOSUR queda bloqueada dado que en los países en los que el uso de las denominaciones no está expresamente permitido, el compromiso de la protección es sólo para la indicación geográfica europea (CIFUENTES, 2022).

CONSECUENCIAS PARA EL MERCOSUR

Dando cumplimiento al mandato multilateral de la OMC, los Estados Partes del MERCOSUR establecieron disposiciones en materia de protección de las indicaciones geográficas en su legislación nacional. Sin embargo, ello no ocurrió a nivel regional, donde existe poca normativa armonizada, situación que no ha permitido contar con una protección regional eficaz de esas denominaciones. Como consecuencia de ello, al momento en que ocurrieron las negociaciones con la UE, las indicaciones geográficas de cada uno de los Estados Partes del MERCOSUR sólo contaban con la protección que ofrece la legislación nacional del país del cual son originarias (CIFUENTES, 2022, p. 11), incluso algunas de las denominaciones de los países de MERCOSUR, listadas en el Acuerdo, no estaban protegidas nacionalmente al momento de la negociación.

MERCOSUR sólo cuenta con dos normas relativas a indicaciones geográficas. Una de ellas, es la Decisión CMC N° 08/95 sobre el “Protocolo de Armonización de Normas sobre Propiedad Intelectual en el MERCOSUR, en materia de Marcas, Indicaciones de Procedencia y Denominaciones de Origen”, que cuenta solo con dos artículos que prevén

disposiciones relativas a las indicaciones geográficas (art. 19 y 20). Se establece allí las definiciones para las indicaciones de procedencia y las denominaciones de origen de MERCOSUR, y dispone el compromiso de las Partes a proteger recíprocamente ambas categorías, prohibiendo su registro como marcas comerciales. Finalmente, la norma establece el compromiso de las Partes para concluir acuerdos adicionales sobre asuntos relacionados con la propiedad intelectual. No obstante, ningún trabajo intra MERCOSUR se ha realizado en el marco de esta norma.

La otra reglamentación surgió como resultado de las negociaciones con la UE, en virtud de los compromisos asumidos en el marco del Acuerdo. Los países del MERCOSUR trabajaron en una decisión relativa a las indicaciones geográficas, que fue aprobada por el Consejo del Mercado Común (CMC), en diciembre de 2019. Es la Decisión CMC N° 10/19: “Acuerdo para la protección mutua de las indicaciones geográficas originarias en los territorios de los Estados Partes del MERCOSUR”, que tiene por objeto proporcionar apoyo jurídico interno a los compromisos birregionales.

Pese a ello, ninguna de las dos normas en cuestión logró impedir los problemas derivados de la firma del Acuerdo: una de ellas por obsoleta, la otra, por haberse originado luego de la firma del Acuerdo.

De esta manera, no contando, por ejemplo, con un registro regional que permitiera la protección de todas las indicaciones geográficas en los cuatro Estados Partes del MERCOSUR al mismo tiempo, las negociaciones con la UE, no ocurrieron bajo una lógica de bloque a bloque, si no que cada uno de los países del MERCOSUR negoció sobre la base de su normativa nacional (BLASETTI, 2020, pág. 2), es decir de manera individual. Ello quedó evidenciado en los diversos niveles de protección para algunas de las indicaciones geográficas y en las diferencias en los “permisos de uso” según cada país. De haber contado con normativa regional (acuerdos de reconocimiento mutuo de indicaciones geográficas; registro regional; etc.), hubiera sido posible, por ejemplo, que las nueve denominaciones bajo el régimen de protección especial, continuaran siendo utilizadas como nombres genéricos en los cuatro países de MERCOSUR simultáneamente, dado que las mismas habrían tenido un estatus regional al estar amparadas o registradas regionalmente. Precisamente, al no contar con una norma regional, la negociación fue bilateral, caso a caso.

Como resultado de ello, los compromisos del Acuerdo atentan contra uno de los propósitos o principios del mercado común, establecidos en el artículo primero del Tratado de Asunción, esto es, la libre circulación de bienes, servicios y factores productivos entre los países, en tanto aquellos productos identificados con indicaciones geográficas que no tengan permiso de uso en alguno de los Estados Partes, no podrán circular por el territorio del resto de los socios.

En definitiva, lo que finalmente resultó, define un nivel de protección específico que no se aplicará en todos los países del MERCOSUR por igual, ello producto de la fragilidad de la capacidad de negociación del MERCOSUR, cuyos resultados potenciales impactarán negativamente en la supuesta naturaleza benefactora del comercio regional (BERNAL-MEZA; CIFUENTES, 2021).

CONCLUSIONES

El capítulo sobre indicaciones geográficas implica una importante concesión del MERCOSUR en favor de la UE. Los europeos consiguieron el reconocimiento y la protección exclusiva de 355 indicaciones geográficas, número que podrá incrementarse luego de la entrada en vigor del Acuerdo, con la inclusión de nuevas indicaciones geográficas, hecho previsible teniendo en cuenta que la UE cuenta con un registro de alrededor de 3500 indicaciones geográficas.

Por su parte, MERCOSUR alcanzó el reconocimiento de 220 nombres por parte de la UE y logró la continuidad de uso a perpetuidad de ciertos nombres de uso corriente (genéricos), que podrán continuar utilizándose pese a la protección de las indicaciones geográficas europeas (nueve en total). Sin embargo, esta posibilidad está restringida y acotada sólo para determinados usuarios de los Estados Parte del MERCOSUR, con el agravante de la imposibilidad de la libre circulación intra bloque en la mayoría de los casos, dado que no todas pueden continuar utilizándose en los cuatro países simultáneamente. Es por esta razón que el Acuerdo en materia de indicaciones geográficas tiene sabor a derrota para el bloque, en tanto debió renunciar a muchos de los nombres que los países del MERCOSUR venían utilizando para identificar sus productos.

El Tratado de Asunción estableció, entre otras cosas, la libre circulación de bienes, servicios y factores productivos entre los países del bloque. Sin embargo, de alcanzarse la firma del Acuerdo se estaría impidiendo precisamente, uno de los propósitos o principios fundamentales del MERCOSUR: la libre circulación interior de productos identificados con nombres genéricos u otras denominaciones de uso común, idénticas a indicaciones geográficas europeas. Las cuestiones pendientes en el proceso de integración regional suramericano, en este caso normativa armonizada que hubiese permitido la protección regional de esos nombres, operaron para que el MERCOSUR no pudiera negociar en bloque. Por el contrario, debió proceder bilateralmente, es decir, cada país individualmente con la UE, menoscabando así su poder de negociación.

No obstante, parece bastante incierto el destino del Acuerdo, particularmente por las resistencias de algunos de los Miembros de la UE que se niegan a ratificarlo, particularmente Francia e Irlanda. Así lo señaló recientemente el presidente Luis Inacio Lula da Silva, quien “admitió que las actuales negociaciones para el acuerdo comercial entre el MERCOSUR y la Unión Europea pueden fracasar y que si ello ocurre no será por falta de voluntad de los países suramericanos” (DW, 2023), en una clara referencia a Francia, cuyo presidente Emmanuel Macron, manifestó abiertamente su oposición al Acuerdo, en conferencia de prensa durante la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático, celebrada los primeros días del mes de diciembre en Dubai. Habrá que esperar entonces un poco más, para ver si el Acuerdo finalmente logra materializarse, sorteando así el proteccionismo agrícola y las nuevas exigencias medioambientales de la UE.

NOTAS

2 Artículo 22 del Acuerdo sobre los Aspectos de los Derechos de Propiedad Intelectual relacionados con el Comercio (ADPIC) de la Organización Mundial de Comercio (OMC).

3 El ADPIC establece el nivel de protección para las indicaciones geográficas en los artículos 22 y 23. El artículo 22 define un nivel general de protección y establece que las indicaciones geográficas se definen como indicaciones que identifiquen un producto como originario del territorio de un Miembro o de una región o localidad de ese territorio, cuando determinada calidad, reputación u otra característica del producto sea imputable fundamentalmente a su origen geográfico. Las partes deben impedir la utilización de indicaciones que induzcan a error al público en cuanto al origen geográfico del producto, así como cualquier otra utilización que constituya un acto de competencia desleal. El artículo 23 proporciona un nivel de protección más elevado para las indicaciones geográficas de vinos y bebidas espirituosas: a reserva de las excepciones del artículo 24, las partes deben impedir su utilización aun cuando no se induzca a error al público ni exista competencia desleal y aun cuando se indique el verdadero origen del producto o la indicación geográfica vaya acompañada de expresiones tales como “clase”, “tipo”, “estilo”, “imitación” u otras análogas.

4 El Artículo 24 del ADPIC prevé una serie de excepciones a la protección de las indicaciones geográficas por parte de los países Miembros de la OMC. De modo general y entre las más relevantes, se permite el uso por parte de un país Miembro de una indicación geográfica registrada (y protegida) en otro país Miembro, que haya sido utilizada para identificar, de buena fe o durante los diez años previos a la firma del ADPIC, vinos o bebidas espirituosas en el territorio de ese país.; permite también la continuidad en el uso de una marca comercial registrada indicación geográfica en otro país Miembro, siempre que haya sido solicitada o registrada de buena fe, antes de la fecha de aplicación de las disposiciones del ADPIC o antes de que la indicación geográfica estuviera protegida en su país de origen.

5 Acuerdo de Asociación MERCOSUR - UE. Capítulo [XX] sobre propiedad intelectual. Anexo II. Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto de Argentina. Disponible en: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/acuerdo-mercosur-ue>>.

6 Las disposiciones acordadas para la protección de las indicaciones geográficas, se encuentran dentro de la Sub-Sección 4 del Capítulo [XX] sobre Propiedad Intelectual del Acuerdo, en los artículos X.33 a X.39, que se completan además con tres anexos: en el Anexo I se lista la legislación de cada Parte en materia de protección de las indicaciones geográficas (de cada uno de los Estados Partes del MERCOSUR y la legislación comunitaria de la UE); el Anexo II contiene la lista de las indicaciones geográficas que acordaron proteger en el marco del Acuerdo; un apéndice al Anexo II, en el que las Partes definen los términos o denominaciones para las cuales no se solicita o se obtiene protección; y, el Anexo III en el que se enumeran las indicaciones geográficas no agrícolas de Brasil y Paraguay (ACUERDO DE ASOCIACIÓN MERCOSUR-UE, 2019).

7 La Sección dedicada a la protección de las indicaciones geográficas, prevé disposiciones relativas a la coexistencia entre estas denominaciones y las marcas comerciales; los

nombres que identifican variedades vegetales y razas animales; los casos de homonimia; la coexistencia con un componente individual de un término multicomponente; con los genéricos y la utilización de la traducción de un nombre protegido. Para más detalle ver artículos X.33 a X.39 de la Sub-Sección 4 del Capítulo [XX] sobre Propiedad Intelectual del Acuerdo de Asociación MERCOSUR-UE.

REFERENCIAS

- ABARZA, Jacqueline; KATZ, Jorge. Los derechos de propiedad intelectual en el mundo de la OMC. **División de Desarrollo Productivo y Empresarial -CEPAL**, Santiago de Chile, p. 1-58, enero, 2002. Disponible en: <<https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/dd5e0efb-ee9e-4432-bc5b-444bcf2b13ae/content>>. Recuperado: 4 dic. 2023.
- ACUERDO DE ASOCIACIÓN MERCOSUR-UE. de 28 de junio de 2019. Capítulo [XX] sobre Propiedad Intelectual. **Acuerdo de Asociación Mercosur - Unión Europea: El acuerdo en principio (texto explicativo por capítulo)**, Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto de Argentina, 1 jul. 2019. Disponible en: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/acuerdo-mercosur-ue>>. Recuperado: 5 dic. 2023.
- ADPIC, Organización Mundial de Comercio. **Acuerdo sobre los Aspectos de los Derechos de Propiedad Intelectual relacionados con el Comercio**. Marrakech, 1994. Disponible em: <https://www.wto.org/spanish/tratop_s/trips_s/ta_docs_s/1_tripsandconventions_s.pdf>. Recuperado: 5 dic. 2023.
- AOUN, Alejandra; BARRENECHEA, Alejo; BLASETTI, Roxana; CORTESE, Martín; GETTE, Gabriel; HERMIDA, Nicolás; KORS, Jorge; LOWENSTEIN, Vanesa; VIDAURRETA, Guillermo. Estudio preliminar del capítulo sobre propiedad intelectual del acuerdo MERCOSUR - UE: Documento de Investigación 110. **The South Centre**, [s. l.], mayo, 2020. Disponible en: <<https://www.southcentre.int/documento-de-investigacion-110-mayo-2020/>>. Recuperado: 3 dic. 2023.
- BERNAL-MEZA, Raúl; CIFUENTES, Marina. Las indicaciones geográficas en el Acuerdo de Asociación entre MERCOSUR y la Unión Europea: el espíritu de la integración en cuestionamiento. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, SP, v. 10, n. 1, p. 9-31, 29 out. 2021. DOI 10.36311/2237-7743.2021.v10n1. Disponible en: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/12548>>. Recuperado: 3 dic. 2023.
- BLAKENEY, Michael. Geographical Indications and TRIPS: Occasional paper no. 8. **Quaker United Nations Office**, Geneva, 2001. Disponible en: <<https://www.quno.org/sites/default/files/resources/Geographical-Indications.pdf>>. Recuperado: 4 dic. 2023.
- BLASETTI, Roxana. Geographical Indications: A Major Challenge for MERCOSUR. **GRUR International. Journal of European and International IP law**, [S. l.], v. 69, p. 1113–1122, 28 oct. 2020. DOI <https://doi.org/10.1093/grurint/ikaa124>. Disponible en: <<https://academic.oup.com/grurint/advance-article/doi/10.1093/grurint/ikaa124/5941839?guestAccessKey=076623a4-2f07-45d1-9611-6615767b3ed3>>. Recuperado: 5 dic. 2023.
- CIFUENTES, Marina. **Las indicaciones geográficas en el Acuerdo de Asociación entre**

el **MERCOSUR y la Unión Europea**. 2022. 185 p. Tesis (Maestría) - Facultad de Ciencias Económicas, Universidad Nacional de Buenos Aires, [S. l.], 2022. Disponible em: <<http://bibliotecadigital.econ.uba.ar/econ/collection/tpos/browse/CL5/62>>. Recuperado: 3 dic. 2023. DE ANGELIS, Fabrizio; MEDINA PÉREZ, Lourdes. Acuerdo de Asociación entre la Unión Europea y el MERCOSUR, un análisis de las medidas comerciales establecidas en el sector agroalimentario. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**, [S. l.], año 8, n. 16, p. 100-116, sep. 2020. DOI 10.16890/rstpr.a8.n16.p100. Disponible en: <<http://revistastpr.com/index.php/rstpr/issue/view/21>>. Recuperado: 5 dic. 2023.

DW. UE y MERCOSUR pueden terminar sin acuerdo, dice Lula. 3 dic. 2023. Disponible en: <<https://www.dw.com/es/ue-y-mercosur-pueden-terminar-sin-acuerdo-dice-lula/a-67620488>>. Recuperado: 5 dic. 2023.

ESCUADERO, Sergio. **International Protection of Geographical Indications and Developing Countries**. [S. l.]: South Centre, 2001. 48 p.

GHIOTTO, Luciana; ECHAIDE, Javier. El Acuerdo entre el MERCOSUR y la Unión Europea. Estudio integral de sus cláusulas y efectos. **CLACSO. Fundación Rosa Luxemburgo. Greens/EFA**, p. 1-154, Feb. 2020. Disponible en: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20200706063702/Informe-Mercosur-UE-2020.pdf>>. Recuperado: 5 dic. 2023.

GONZALEZ PERINI, Federico. Las negociaciones sobre indicaciones geográficas en la OMC y el futuro de las exportaciones argentinas. **Las Negociaciones Comerciales Multilaterales de la Ronda de Doha. Desafíos para la Argentina**, Centro de Economía Internacional. Instituto del Servicio Exterior de la Nación, p. 57-78, 2003. Disponible en: <https://cancilleria.gob.ar/userfiles/ut/las_negociaciones_comerciales_multilaterales_de_la_ronda_de_doha_desafios_para_la_argentina.pdf>. Recuperado: 4 dic. 2023.


MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO DE ARGENTINA. Información para la Prensa N°: 265/19. Mercosur - UE: principales ejes del Acuerdo. **Resumen informativo elaborado por el Gobierno Argentino**, [S. l.], p. 1-15, 19 jul. 2019. Disponible en: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/actualidad/noticias/mercosur-ue-principales-ejes-del-acuerdo>>. Recuperado: 5 dic. 2023.

A DIALÉTICA VIRTUAL X REAL: A PRIMAVERA ÁRABE E JUNHO DE 2013

THE VIRTUAL VS. REAL DIALECTIC:
THE ARAB SPRING AND JUNE 2013

LA DIALÉCTICA VIRTUAL X REAL:
LA PRIMAVERA ÁRABE Y JUNIO 2013

Wellington dos Santos Figueiredo¹

 0000-0003-1067-1361

wellington.figueiredo@uol.com.br

Ano XXVII - Vol. XXVII - (4): Janeiro/Dezembro - 2023

CIÊNCIA
Geográfica

ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461

www.aghbauru.org.br

¹ Pós-Doutor em Comunicação (UNESP-Bauru). Doutor em Mídia e Tecnologia (UNESP-Bauru). Mestre em Comunicação (UNESP-Bauru). Bacharel e Licenciado em Geografia. Licenciado em Pedagogia. Membro da Diretoria Executiva da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local Bauru – SP e do Comitê Editorial da Revista Ciência Geográfica. Professor da Escola Técnica Estadual “Astor de Mattos Carvalho”, Cabrália Paulista - SP (Centro Paula Souza). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1067-1361>. E-mail: wellington.figueiredo@uol.com.br.

Artigo recebido em outubro de 2023 e aceito para publicação em dezembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: Com o impulso comunicacional propiciado pela tecnologia nos últimos anos e o surgimento de novos meios de veiculação de mensagens, nota-se uma inovadora forma de articulação caracterizada pelo uso de ferramentas, tais como as redes sociais, potencializando os seus objetivos. Tendo como referência a Primavera Árabe e junho de 2013, este artigo discute a integração entre as ruas e as redes sociais, e os seus reflexos no cenário político.

Palavras-chave: Redes Sociais. Manifestações Populares. Primavera Árabe. Jornadas de Junho. Mídia e Democracia.

ABSTRACT: With the communication boost provided by technology in recent years and the emergence of new means of conveying messages, there has been an innovative form of articulation characterised by the use of tools such as social networks, enhancing their objectives. With the Arab Spring and June 2013 as a reference, this article discusses the integration between the streets and social networks, and their impact on the political scene.

Keywords: Social Media. Popular demonstrations. Arab Spring. June Days. Media and Democracy.

RESUMEN: Con el impulso comunicativo proporcionado por la tecnología en los últimos años y la aparición de nuevos medios para transmitir mensajes, se ha producido una innovadora forma de articulación caracterizada por el uso de herramientas como las redes sociales, potenciando sus objetivos. Tomando como referencia la Primavera Árabe y junio de 2013, este artículo analiza la integración entre la calle y las redes sociales, y su impacto en la escena política.

Palabras clave: Medios de comunicación social. Manifestaciones populares. Primavera Árabe. Jornadas de Junio. Medios de comunicación y democracia.

NET-ATIVISMO: MILITÂNCIA DIGITAL NA ERA GLOBAL

O espaço da autonomia é a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede. Os movimentos são simultaneamente locais e globais. Começam em contextos específicos, por motivos próprios, constituem suas próprias redes e constroem seu espaço público ao ocupar o espaço urbano e se conectar as redes da internet. Mas também são globais, pois estão conectados com o mundo inteiro, aprendem com outras experiências e, de fato, muitas vezes são estimulados por essas experiências a se envolver em sua própria mobilização. Além disso, mantêm um debate contínuo na internet e algumas vezes convocam a participação conjunta e simultânea em manifestações globais numa rede de espaços locais. Expressam uma profunda consciência da interligação de questões e problemas da humanidade

em geral e exibem claramente uma cultura cosmopolita, embora ancorados em sua identidade específica. Prefiguram, em certa medida, a superação da atual divisão entre a identidade comunal local e a constituição de redes individuais globais. (CASTELLS, 2013, p. 165)

O protagonismo social e político dos movimentos sociais ganhou uma nova forma de expressão com a utilização da internet como aliada e instrumento de luta. Nas palavras de Castells (2004, p. 255): “Internet é o tecido de nossas vidas neste momento. Não é futuro. É presente”. Perante as transformações impostas pela internet no espaço geográfico ao longo das últimas décadas, o seu impacto na sociedade ocorreu dos mais variados e distintos aspectos. Tais transformações se deram na economia, comunicação, relacionamentos sociais, política, cultura e no próprio Estado, entre outros campos.

A internet rompeu a linearidade das grades de programação das emissoras de rádio e televisão, e passou a criar nichos de audiência por demanda, de conteúdos sonoros e audiovisuais disponíveis para recepção digital portátil e individualizada. A popularização da internet móvel vai rompendo a antiga hegemonia de produtores e de veículos difusores massivos e cria desafios produtivos e econômicos para o setor tradicional, abrindo possibilidades para os novos arranjos de produção e difusão de conteúdos e formatos audiovisivos.

A cibercultura ampliada pela rede mundial de computadores traz consigo um padrão global de desenvolvimento tecnológico e toda sorte de modificações culturais, que provocam uma gradativa e profunda revolução nos hábitos coletivos de pensar, viver, aprender e, sobretudo, de se comunicar.

A presente era é dominada pela tecnologia e marcada pela facilidade de receber informação a qualquer momento. A internet, com o avanço tecnológico e o advento das redes sociais, encampou-se em uma plataforma de comunicação plural e conflitiva, com mobilidade e agilidade, facilitando o intercâmbio e o compartilhamento não só de textos e de imagens, mas de outros formatos multimídia.

Se for necessário que um sentimento seja partilhado, é no campo da comunicação em rede onde os movimentos ganham força. No contexto das redes sociais uma nova lógica de fluxo informativo surge. Antes, havia um único transmissor e uma massa de receptores, que até poderia opinar, desde que sobre o tema proposto pelo emissor – ou pelos meios de comunicação de massa: a televisão, os jornais impressos, o rádio etc. Atualmente, as informações digitais são acessíveis para todos e são produzidas também por todos. A rede mundial de computadores dispõe da vantagem incomparável de ser meio audiovisual com recursos para propiciar comunicação multilateral, que permite ao internauta, a sensação de efetiva presença e colaboração em uma atividade da qual ele esteja participando em tempo real.

As tecnologias de informação e comunicação, sobretudo as redes sociais da internet, não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade. Quando alguém atua por meio de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando. Isto, aos poucos, altera também a maneira de se fazer política e as formas de participação social (SAKAMOTO, 2013).

O reticular não substitui, tampouco elimina a forma material. Novos arranjos sociais, econômicos e culturais brotam dessa relação urbano-digital. A nova ambiência comunicacional, a internet, produz uma lógica que reconfigura os processos de mobilização social e de cidadania. Ao utilizarem-se dos recursos modernos dos meios de comunicação para dar visibilidade às suas lutas e conquistas, os movimentos sociais redimensionam as suas práticas e lutas sociais. Ou seja, as suas lutas, embora localizadas territorialmente, conseguem dialogar com a sociedade civil tanto de seus países, como do mundo, possibilitando um diálogo interativo entre o local e o global.

TUNÍSIA, DEZEMBRO DE 2010: O DESABROCHAR DA PRIMAVERA

Multidões foram às ruas na Tunísia, no Egito, na Líbia e, finalmente, na Síria. Em todos esses países, os manifestantes haviam utilizados as mídias sociais para criticar o governo, denunciar as tentativas de repressão e coordenar hora e local dos protestos. O Twitter, escreveu Andrew Sullivan na *Atlantic*, se revelara numa “ferramenta crucial para a organização”. Nos conflitos do século XXI, afirmou igualmente Nicholas Kristof no *New York Times*, “os capangas do governo disparando balas” cada vez mais enfrentariam a resistência de “jovens manifestantes disparando tuítes”. (MOUNK, 2019, p. 174).

Principiada após o inverno, a primavera traz consigo um clima mais ameno, além da diversidade de flores e cores. Esta estação do ano é caracterizada como a mais bela época do ano. Por tratar-se de um período de transição entre temperaturas mais baixas (inverno) e temperaturas elevadas (verão), as intempéries certamente são mais amenas quando comparadas ao resto do ano. É na primavera que a maior parte da flora se desabrocha, fazendo com que, de modo geral, a paisagem fique mais viva e agradável. Por esta razão, o período primaveril também é sinônimo de juventude, fertilidade, novidade e renascimento.

Primavera Árabe é o nome dado à onda de protestos, revoltas e revoluções populares contra governos do mundo árabe que eclodiu em 2010. A origem dos protestos é o agravamento da situação dos países, provocado pela crise econômica e pela falta de democracia – ou junção de ambos. Como a estação do ano, esse movimento social envolveu juventude, novidade e renascimento.

O epicentro da Primavera Árabe tem o seu primeiro tremor na cidade de Sidi Bouzid, situada na empobrecida região central da Tunísia, ao sul de Tunís. Naquele lugar, o vendedor ambulante Mohamed Bouazizi, em chamas, autoimolou-se, às 11h30, do dia 17 de dezembro de 2010, defronte a um prédio do governo. O gesto extremo foi um ato de protesto pelo repetido confisco de sua banca de frutas e verduras pela polícia, mediante a recusa de Mohamed Bouazizi em pagar propina para poder exercer o seu trabalho. Além do confisco, o vendedor foi agredido, verbalmente em público. Ali, primo de Mohamed Bouazizi, registrou o suicídio e o distribuiu, por vídeo, pela internet. Uma fotografia que acompanhava os protestos sociais tunisianos, testemunhou o acontecido, registrou-o, e

inseriu o conteúdo na internet. O compartilhamento, via internet, esquivou-se da censura midiática imposta pelo então presidente Ben Ali. Ressalte-se que o blog *Nawaat*, de Astrubal teve importante papel na disseminação em rede. O mundo, com acesso às redes e sociais, assistiu ao ato de desespero de Mohamed Bouazizi. Os movimentos de solidariedade foram imediatos.

Os movimentos espalharam-se por contágio num mundo ligado pela internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias. Começaram no sul e no norte, na Tunísia e na Islândia, e de lá a centelha acendeu o fogo numa paisagem social diversificada e devastada pela ambição e manipulação em todos os recantos deste planeta azul. (CASTELLS, 2013, p. 12).

De acordo com as informações divulgadas pela Dubai Sachola of Government, a propagação do movimento de indignação Primavera Árabe, para toda a região do Norte da África e do Oriente Médio, não teria sido possível sem os recursos e dispositivos proporcionados pelas redes sociais. Nos outros países em que a Primavera Árabe se fez presente, as redes sociais também mostraram sua robustez e colaboraram na organização dos protestos. Durante os protestos do mundo árabe, o Twitter foi amplamente utilizado para que muitos países ocidentais fossem informados a respeito do que lá acontecia. Isso porque o acesso da imprensa internacional a alguns desses locais era muito restrito. Este cenário fez com que a cobertura e a repercussão da revolução não ficassem restrita aos países da região, mas que ganhassem o mundo. Os Indignados (Espanha), *Occupy Wall Street* (Estados Unidos), Revolução Egípcia, Islândia, Portugal, Insurreições Árabes e as Manifestações de Junho de 2013 no Brasil, são exemplos de movimentos, que, embora surgidos em contextos diferentes, têm o mesmo estopim: a não confiança nas instituições e a busca de novas formas de participação na vida política. Nesse cenário, a tecnologia, e sobretudo as redes sociais, converteram-se em poderosos instrumentos de ação e captura de sentidos.

CATALISANDO SENTIMENTOS: BRASIL, JUNHO DE 2013

“Seja bem-vindo à Copa das Manifestações”.

Dizeres de um cartaz exibido durante as Jornadas de Junho de 2013.

Qualquer um que cruzasse o largo Glênio Peres, no centro de Porto Alegre, por volta das 18h de 21 de janeiro de 2013, duvidaria que estava a nascer ali um movimento de indignação que mudaria a história recente do Brasil. O motivo era óbvio. As cerca de 200 pessoas reunidas no local nem de longe preenchiam seus 6.309 metros quadrados, com pavimentação de pedras portuguesas. O ato naquela segunda-feira fora convocado nas redes sociais pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público, o BLTP, um coletivo que agregava diferentes grupos ativistas do Rio Grande do Sul.

A causa da manifestação não deixava de ser irônica. O BLTP protestava contra o aumento no preço da passagem de ônibus, contudo, até aquela data, nenhuma empresa havia pedido oficialmente o reajuste. O Bloco trabalhava por antecipação. Normalmente, o valor do bilhete subia em meados de fevereiro. Entre os personagens daquela noite quente estavam estudantes, feministas, anarquistas e militantes do PSTU, PT e PSOL. Eles faziam o seu segundo ato dali a uma semana, no mesmo lugar, também organizado pela internet.

(...)

E no rescaldo, conduziu a extrema-direita ao Palácio do Planalto. Em breve, as armas dessa contenda seriam as *fake news*. (DI FÁTIMA, 2019, p. 211-215).

As manifestações de Junho de 2013 ocorridas no Brasil, também foram eventos em que as redes sociais exerceram destacada atuação. Os protestos começavam no ciberespaço, expandiam-se pelas ruas e repercutiam mundialmente. Rua e rede se interpenetraram fazendo emergir uma política colaborativa direta e em tempo real.

Também conhecidas como Jornadas de Junho de 2013, o evento teve o seu núcleo de origem no grupo Movimento Passe Livre (MPL) que por meio das redes sociais conseguiu reunir grande massa de jovens estudantes e trabalhadores para irem às ruas protestar contra o aumento das tarifas e exigir qualidade no transporte coletivo². A partir de São Paulo³, disseminou-se por diversas cidades brasileiras, mobilizando milhares de pessoas no que se tornaria, naquele momento, a maior série de manifestações de rua desde o movimento pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor, ocorridas em 1992.

Embora esses movimentos frequentemente se iniciem em redes sociais da Internet, eles não são identificados como movimentos até que tomem o espaço urbano, em geral pela ocupação permanente de praças públicas ou pela persistência nas manifestações de rua. O espaço do movimento consiste em uma interação entre o espaço dos fluxos na Internet e nas redes de comunicação sem fio, e o espaço dos lugares das áreas ocupadas e dos edifícios simbólicos que são alvos de ações de protestos. Esse híbrido de ciberespaço e espaço urbano constitui um terceiro espaço que chamo de espaço da autonomia. Isso se dá porque a autonomia apenas pode ser garantida pela capacidade de organização no espaço livre das redes de comunicação, mas, ao mesmo tempo, somente pode ser exercitada como uma força transformadora quando desafia a ordem disciplinar institucional por meio da recuperação do espaço da cidade para seus cidadãos. Autonomia sem desafio se torna desistência. Desafio sem uma base permanente para a autonomia no espaço dos fluxos equivale a um ativismo descontínuo. Dessa maneira, o espaço da autonomia é a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede. (CASTELLS, 2015, p. 49).

As Jornadas de Junho de 2013 foram manifestações heterogêneas. Nelas, se identificaram uma nova forma de movimento social integrada por jovens escolarizados, em sua predominância de classe média, alguns ligados a partidos de esquerda, outros eram apartidários, conectados por, e em redes sociais, organizados horizontalmente e críticos das formas tradicionais de se fazer política.

Em poucos dias, a lista de celebridades a favor dos protestos ganhou nomes como Paulo Coelho, Caetano Veloso, Gisele Bündchen, Max Cavalera, Luciano Huck, Ivete Sangalo e Cláudia Leite. Políticos também tentaram se aproximar do movimento. Nenhum deles teria tanto êxito quanto um deputado federal de extrema-direita, sem projeção nacional, mais conhecido pelas polêmicas do que pela atuação parlamentar: Jair Messias Bolsonaro, 58 anos, capitão reformado do Exército, do Partido Progressista (PP).

Menos de 24 horas depois dos confrontos em São Paulo, Jair Bolsonaro lançou a sua fanpage oficial no Facebook. A primeira publicação, na tarde de 14 de junho, dizia: “Caros amigos, tentarei a partir de agora centralizar as informações do meu trabalho em apenas uma página, para evitarmos sobrecarregamento de informações repetidas”. Até então o deputado alimentava três perfis na maior rede social do mundo, mas esbarrava na limitação de reunir só 5 mil seguidores por conta. A mensagem inicial teve um alcance modesto, à altura do capital político de Bolsonaro – 617 curtidas, 69 partilhas e 97 comentários. Esses comentários instavam uma ideia que faria até o mais ingênuo dos parlamentares cair na gargalhada. No entanto, ganharia pujança nos meses seguintes: “Saia candidato à Presidência, contamos com o senhor”; “Seria muito bem ter você como presidente da República”. Naquele mês o capitão reformado ainda fez 22 publicações. Ataques ao PT, censuras ao aumento da passagem, alertas sobre os perigos do comunismo e elogios rasgados aos seus filhos, o deputado estadual Flávio Bolsonaro (PP-RJ) e o vereador Carlos Bolsonaro (PP-RJ). Algumas postagens terminavam com um cumprimento dos tempos da caserna; Selva!

Os partidos de esquerda não perceberam, tampouco os jornalistas e intelectuais. Nascia ali um exército virtual de anônimos, voluntarioso, que usaria as *fake news* como arma para escoltar a extrema-direita até o Palácio do Planalto. Os soldados da incursão, na maioria jovens, ficariam conhecidos por bolsominions. (DI FÁTIMA, 2019, p. 221-222).

O uso das novas tecnologias e das redes sociais na organização e realização dos protestos foi impactante para o sucesso das manifestações. As redes sociais desempenharam a ação omitida pela televisão. Os meios tradicionais de comunicação ficaram reféns das redes sociais operadas pelos manifestantes. A propagação das informações por meio das redes sociais era instantânea e se espalhava exponencialmente. A conexão entre comunicação livre pelo Facebook, YouTube e Twitter e a ocupação do espaço urbano criou um espaço público de liberdade (CASTELLS, 2013)

Assim que se conectava a internet, era possível acompanhar, minuto a minuto, a movimentação dos usuários nas mídias sociais logo nas primeiras horas do dia. Mensagens vinham de todos os lados, falando de protestos que se multiplicavam em outros protestos, posts eram publicados e fóruns se formavam para discutir o cenário da política brasileira.

De repente, as redes sociais tornaram-se um palanque de discussões e ferramentas eficaz para a convocação de manifestações pelo Brasil, com um poder incontrolável que crescia a cada dia.

(...)

As comunicações nas mídias sociais, que tanto influenciaram as manifestações no Brasil, se caracterizaram pela ação de milhões de nômades conectados, distribuindo informações e interagindo entre si.

O espaço público tornou-se o encontro entre o mundo virtual e o local físico, onde o poder do nômade digital é representado pelos jovens internautas que ameaçaram e encurralaram o poder do governo. Os políticos, presos a territórios demarcados por suas leis, mapearam seu poder de ação. E seria com esse poder legislativo que os políticos se agarrariam como forma de defesa no seu território de domínio (FERNADES; ROSENO, 2013, p. 15-34).

A mobilização, iniciada como um protesto contra o aumento da tarifa dos ônibus que passaria de R\$ 2,80 para R\$ 3,00, cresceu exponencialmente. Logo, as ruas foram ocupadas por conta de demandas diversas. Ao longo do mês de junho não ocorreram apenas as manifestações convocadas pelo Movimento Passe Livre contra as tarifas em São Paulo. Houve manifestações corriqueiras nos últimos anos como a Sexta Marcha da Maconha, Parada de Orgulho Gay, além de outras conjunturais como a dos professores do ensino básico público, profissionais da saúde, policiais e sem-teto. Todos realizaram protestos na Avenida Paulista focados em suas demandas específicas. Todavia, com o decorrer do tempo, as pautas específicas foram se pulverizando.

O mecanismo de mobilização já não era o preço da tarifa, e sim uma pluralidade de causas sociais. Entre as *hashtags* mais publicadas na internet estavam: #VemPraRua, #AcordaBrasil, #MarcoCivil, #AtoMédico, #CopaPraQuem, #20Centavos, #PasseLivre, #LiberaçãoDaMaconha, #ContraCorrupção, #CódigoFlorestal, #Ditadura, #SemPartido, #ReformaPolítica, #Democracia e, até, #MonarquiaJá. A multidão exigia melhorias na saúde, educação, saúde pública, infraestrutura e mobilidade urbana. Reivindicava transparência com o público e combate à corrupção. Criticava propostas de lei, os gastos estratosféricos com a Copa do Mundo e o foro privilegiado. Entre 16 de junho e 17 de julho de 2013, os temas mais citados no Facebook, Google+, Youtube, Twitter e Instagram revelam a predominância de dois grandes tópicos: Direitos Básicos (42%) e Temas Políticos (40%). Dos assuntos políticos mais recorrentes,

seis atacavam líderes e governos dos maiores partidos do país – PT, MDB, PSDB. Apesar da diversidade de causas, faixas em diferentes encontros falavam mais ou menos a mesma coisa: “Somos a rede social”. (DI FÁTIMA, 2019, p. 229).

Allan Gripp, citado por Gohn (2014), subdivide as manifestações em três fases.

A primeira teve foco na tarifa e reuniu majoritariamente estudantes. A segunda – com forte apoio popular e mais efêmera – arrastou multidões contra a baixa qualidade dos serviços públicos, a corrupção, a polícia e tudo mais. Por fim, restaram as “manifestações” mais radicais, já sem o apoio da maioria da população, marcadas pela quebradeira dos adeptos da tática Black Bloc. (GRIPP apud GOHN, 2014, p. 24).

A onda de insatisfação reverberou na presidente Dilma Rousseff, que tinha aprovação de 57% e viu a sua popularidade cair à metade naquele mês. As ruas, historicamente ocupadas pela esquerda, também passaram a ser disputadas por grupos que se opunham tanto ao Partido dos Trabalhadores (PT) quanto aos demais movimentos esquerdistas que faziam oposição aos governos petistas. A insatisfação, contudo, não significava uma rejeição em bloco do que tinham sido as políticas dos governos petistas até ali. Bem pelo contrário, é possível dizer que Junho de 2013 foi um movimento por “mais”: mais serviços públicos de qualidade, mais mobilidade urbana, mais direitos, mais participação, mais ações contra nossas desigualdades históricas. Era essa a reivindicação implícita nos gritos por “saúde e educação padrão FIFA”.

Tudo isso em meio aos preparativos da Copa do Mundo, que coroaria a imagem do Brasil como uma economia emergente no sistema mundial. No entanto, foi essa mesma Copa que escancarou a permanente violência do Estado contra as populações mais vulneráveis e sua relação promíscua com grandes corporações em acordos e licitações⁴. (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 31).

Junho de 2013 entrou para a história do Brasil como um momento de ebulição da insatisfação popular que eclodiu em uma série de manifestações. Milhões de pessoas tomaram as ruas de todo o País, não apenas nas capitais, em protestos com pautas difusas, sem ordem clara ou comando definido. Os resultados dessas mobilizações são os mais diferentes possíveis. Da ampliação do uso do espaço público e dos pedidos por maior efetividade da democracia, até a ascensão de movimentos de direita e extrema-direita que chegaram a derrubar a presidente.

As Jornadas de Junho emergem de um mosaico de contradições. Altos impactos e serviços públicos ineficientes, corrupção endêmica e sentimento de impunidade, nova classe média e violação sistemática de direitos. O valor

da tarifa de ônibus foi a gota d'água e fez o copo transbordar. A insatisfação generalizada nasce do acúmulo de descontentamento ano após ano. A internet funcionou como um imã e atraiu vozes que repudiavam a violência policial. Protestar não é pecado. Ao ser perguntada por que estava na rua, uma garota argumentou: “Eu não consigo imaginar uma razão para não estar”. Era a resposta que todos queriam dar. (DI FÁTIMA, 2019, p. 225).

Diferentes analistas consideram que as megamobilizações pró-impeachment de 2016 foram gestadas naqueles dias de junho. Aquilo que começou como um pedido por mais investimentos na área pública resultou em mais recursos para a área privada. Por outro lado, enfraqueceu partidos tradicionais, como PT (Partido dos Trabalhadores) e PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileira), e abriu espaço para os movimentos sociais.

Para piorar o cenário da rejeição, o brasileiro estava mais interessado em saúde e educação do que na Copa das Confederações. A crise de representatividade refletiu na internet, principal meio de mobilização dos protestos. Estima-se que em uma semana o país do futebol tenha mencionado os atos 2 milhões de vezes no Facebook, Twitter, Youtube, Instagram etc. As publicações podem ter alcançados, por dia, 132 milhões de internautas em todo o globo. A Copa das Confederações teve apenas 214 mil menções, reafirmando o desejo das ruas: “Nós queremos escolas e hospitais padrões Fifa”. Segundo o Ibope, 75% dos manifestantes convidaram, pelas redes sociais, pessoas para protestar. Na época, quase a metade dos brasileiros acessava a internet. (DI FÁTIMA, 2019, p. 226).

Dentro desse caleidoscópio social que foi Junho de 2013 há uma certeza: não existe consenso sobre as tramas que o enredaram. Momento pré-revolucionário (que depois se dissipou direcionando-se para outro rumo), o renascimento de ideais fascistas, contrariedade sobre o aumento das passagens de ônibus, início das manifestações que culminaria no golpe que destituiria a presidente Dilma Rousseff, são alguns dos temas.

Explicações podem ser propostas para os motivos dessa complexidade e dificuldade de definições claras e precisas. Primeiramente, não há nada de simples em Junho de 2013. As manifestações foram diferentes ao redor do Brasil. Teve fases distintas. Pautas mudando diariamente. Diversos grupos se manifestando. Em segundo lugar, Junho de 2013 propiciou a abertura de uma conjuntura, uma ruptura de uma certa normalidade em que a política brasileira estava estacionada. Normalidade marcada pela lógica da governabilidade, de uma economia até então estável e índices sociais em processo de melhora. Junho de 2003 eclode como uma erupção vulcânica, envolvendo atores sociais cansados com a relação com a classe política.

Há alguns pontos sobre Junho que valem a pena ser mencionados, e também sua influência na análise geral, haja vista que ela foi enorme; esse movimento instaurou novas formas de pensar e fazer política; alertou a esquerda brasileira, a moderada e a radical, quanto à despolitização e à fragmentação; organizações de esquerda reagiram de maneira diferente; e a esquerda assumiu responsabilidade e atribuiu falhas de maneira diferente também; tem havido mais expressões abertas de mobilização desde então.

Essas expressões ainda dependem de questões atuais e de resistência; a maior parte do seu potencial ainda é bastante espontâneo; maiores esforços de mobilização ainda são lentos; protestos e manifestações trouxeram uma nova estética que se choca com eventos tradicionais da esquerda; mais pessoas estão envolvidas em ativismo regular, mas a maioria dessas adições ainda constituem uma vanguarda; a maioria da população ainda se liga a Junho principalmente por indignação, que, como significante, pode ser facilmente esvaziado.

É fato que a direita conseguiu capturar alguns (nem todos) dos sentimentos de Junho a seu favor; e, embora a política esteja novamente na ponta da língua de todos, a pós-política⁵ e a ultrapolítica⁶ sequestraram grande parte da linguagem e do conteúdo do debate. Finalmente, a esquerda ainda está coletivamente intrigada com Junho, apesar de qualquer reivindicação de organizações individuais acerca disso. Mais intrigada do que com o golpe parlamentar de 2016, pois ali as interpretações dividem a esquerda, mas com maior convicção. (FERNANDES, 2019, p. 22).

Fatos não surgem do nada. Quando se abre uma nova conjuntura, os fenômenos adquirem um corpo diferente, além de outros também aparecerem. Parte-se de um processo de uma luta organizada, com forte teor de classe, participação de estudantes e pauta social. Até esse momento, a mídia tradicional realiza cobertura tendenciosa, criminalizando as ações. Nesse contexto é que o papel exercido pelas redes sociais como contrapoder ganha relevo e importância ao jogar luz naquilo a mídia tradicional escondia em suas coberturas⁷. São Paulo e Rio de Janeiro ganharam destaques. Mas as manifestações estavam espalhadas por centenas de cidades pelo País, externando o seu processo de massificação. Nesse momento, aglutina-se às manifestações grupos e pautas distintos daqueles que originaram o movimento.

Julho de 2013 e os meses subsequentes são marcados pelo esvaziamento de pautas. Esse esvaziar gera uma oportunidade à direita de se reinventar, apropriando-se de movimentos por cidadania, democracia e anticorrupção, camuflam a sua estética política, trabalham a despolitização, investem ainda mais em comunicação.

A guinada reacionário-fascista, portanto, é uma possibilidade nada absurda para este movimento que nasce tão bem-intencionado. Isto, aliás, é que me deixa tão preocupado: os jovens que vi hoje na rua eram... lindos. Lindos. Felizes em seu papel democrático, acreditavam estar desempenhando uma

função histórica fundamental. E estão. Mas se não surgir um foco para esta embrionária revolução, o perigo para que ela se desvirtue e seja cooptada pelo que temos de mais reacionário, conservador, atrasado e estúpido é real e imediato. (VIANNA apud MESSAGI JÚNIOR, 2019, p. 77).

Existem duas interpretações mais correntes sobre as Manifestações de Junho de 2013. Uma mais otimista, que atribui a esse momento uma grande potência democrática, de expressão de novos sujeitos políticos. A outra interpretação é bem mais pessimista, ao considerar que junho foi capturado por uma direita neofascista, antidemocrática, que abriu caminho para o golpe institucional de 2016.

Contudo, essas duas interpretações são insuficientes porque as Manifestações de Junho de 2013 foram tudo isso e muito mais. Representou uma coexistência física, nos mesmos espaços, de sujeitos heterogêneos, mas que estavam ali por motivos muito diferentes. Havia um antipetismo à direita do PT, protagonizado por setores conservadores, liberais, inclusive fascistas, e um antipetismo à esquerda, profundamente radical. Essa coexistência densa do momento inicial de junho foi um momento de catarse geral, de descarga emocional de indignação mesmo, uma tendência de maior individualização do ativismo, no qual muitas pessoas saíram às ruas sem partido, sem uma organização por trás, como se o protesto em si fosse mais importante que a lógica do movimento.

Não é verdade que Junho de 2013 começou como uma manifestação de esquerda e foi sendo capturado pela direita. Desde o começo, conviviam diferentes setores da esquerda, como os autonomistas, os mais radicais e o campo popular-democrático, formado pelos movimentos e partidos mais tradicionais, e por uma direita de diferentes características, com segmentos conservadores, liberais e nacionalistas. O que aconteceu após esse momento foi uma decantação desses grupos e dessas práticas políticas heterogêneas, que passaram, aí sim, a disputar os espaços políticos, convocar manifestações em espaços separados, disputar pautas distintas. E isso vai levando a um posicionamento desses atores emergentes.

Grupos de direita, como o MBL (Movimento Brasil Livre) e o Vem pra Rua, só surgem nesse momento posterior, em 2014, como resultado das forças sociais de direita que foram às ruas em junho, e também vai levando à necessidade de realinhamento dos atores políticos tradicionais do campo da esquerda democrático-popular.

Os campos políticos à direita, sobretudo setores liberais e conservadores, já existiam antes disso. O que talvez seja uma novidade trazida por Junho de 2013 é a expressividade pública, o uso de protestos nas ruas, as formas de mobilização de alguns grupos e coletivos que, em alguma medida, tentam imitar certas lógicas de protestos da esquerda, uma estética parecida, na forma-movimento, para se colocarem como atores públicos legítimos na sociedade (é o caso do MBL e o Vem pra Rua, por exemplo), muito embora esses mesmos grupos de direita também tenham uma circulação muito próxima com partidos políticos.

É muito importante não se homogeneizar esses campos políticos. Da mesma forma que se tem conhecimento de que há uma pluralidade na esquerda ou nas esquerdas, também existe uma heterogeneidade enorme nas direitas no Brasil. Setores da esquerda cometem

o equívoco de pensar que a direita é composta por um bloco monolítico. (CASIMIRO, 2018; SOLANO, 2018; ROCHA, 2020).

Há uma diversidade grande de conservadores, liberais-conservadores, liberais, libertários e anarcocapitalistas. Existe uma direita monarquista, uma direita que se conecta em rede como nova forma de ativismo, outra que está mais presente no parlamento do que nas ruas. E analisar essa heterogeneidade de campos políticos em disputa é importante para poder se identificar, a partir daí, as fraturas e as divisões dentro da direita, mesmo que se diga que a direita costuma ser mais pragmática na unidade.

A presença da mídia noticiosa tradicional é combinada com uma utilização de novos canais proporcionados pela internet, com uma miríade de páginas em redes sociais, vídeos no Youtube e *hangouts*⁸ muito frequentados. (O sucesso da direita na utilização das novas tecnologias não é alheio ao fato de que muito da mística subversiva associada a elas aposta na suspensão da possibilidade do controle estatal, isto é, um discurso que possui afinidades eletivas com o ultraliberalismo.) Como consequência da visibilidade nas mídias tanto tradicionais quanto novas, estabeleceu-se um forte mercado editorial para autores de direita, que produziu boa parte dos *best-sellers* de “não-ficção” da última década. As presenças na mídia e no mercado editorial, por fim, acabam impactando o mundo universitário, uma vez que o acesso a elas é um incentivo ao qual os acadêmicos costumam ser sensíveis. (MIGUEL, 2019, p. 99).

A questão central é entender que essas direitas não têm só uma expressividade nas ruas e nos parlamentos. Elas começaram a disputar projetos culturais de sociedade, disputam territórios, leituras, socialização política, sociabilidade e redes sociais. Essas direitas têm um projeto mais amplo do que apenas ganhar as eleições ou utilizar as ruas conjunturalmente. Isso é algo importante de ser compreendido para qualquer iniciativa de rearticulação da esquerda no Brasil e de entendimento mais complexo sobre Junho de 2013⁹.

O ano de 2014 marcou o avanço da extrema-direita no Brasil. A tragédia era anunciada. Celso Russomano (PRB) e o pastor Marco Feliciano (PSC) foram os deputados mais bem votados em São Paulo, e o Rio de Janeiro escolheu Jair Bolsonaro (PP) em primeiro lugar. O deputado mais votado no Rio Grande do Sul naquele ano, Luis Carlos Heinze (PP), declarou que quilombolas, índios, gays e lésbicas são “tudo o que não presta”. A guinada conservadora já estava em curso, desenhada e pronta para eclodir. É comum que se responsabilizem as Jornadas de Junho de 2013 por tudo o que aconteceu no Brasil (...), esse é um argumento que não ajuda a compreender o fenômeno de rearticulação das direitas nacionais e globais, que vêm conquistando corações e mentes desde a virada do milênio.

(...)

O ano de 2014 foi muito importante para entender a extrema-direita que saía do armário. Até aquele momento, diversas pessoas tinham vergonha de se dizer de direita. Desde então, elas têm orgulho. Foi em 2014 que o Brasil elegeu uma das bancadas mais conservadoras de sua história, em uma eleição já marcada por profundo ódio destilado contra os nordestinos. A vitória de Dilma foi apertadíssima (51,64% dos votos). Por um instante, eternizado em uma imagem que já virou um clássico na internet, seu oponente Aécio Neves chegou até a comemorar vitória na presença do amigo Luciano Huck. Aécio nunca aceitou o resultado das urnas, pedindo inclusive auditoria da votação. Desafiando a democracia, ele ataçava ainda mais uma horda que já estava a postos. (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 67-71).

É inegável que as direitas capturaram melhor o esvaziamento das pautas e souberam transformar em despolitização o descontentamento rastreado na sociedade em estratégia de poder. A polissemia de acontecimentos que marcaram as Jornadas de Junho de 2013, contudo, não pode empalidecer que o impeachment de Dilma Rousseff, foi um golpe, um golpe de classe que, em um futuro muito próximo, gangrenaria o País.

É fundamental compreender o golpe brasileiro de 2016 com um golpe de classe, numa movimentação de suas frações, e, para tanto, enraizá-lo ainda mais na reprodução dos capitais mundial e nacional. Tal processo é bastante contraditório, atravessado por antagonismos e disputas, de sorte que se pode até vislumbrar as estratégias de alinhamento das frações brasileiras do capital a suas consortes internacionais, com pleitos por abertura de mercados, transparência nos negócios, fim da corrupção etc., abrindo as portas do capital nacional a sua canibalização internacional. A história e a reprodução social não são transparentes para seus agentes, tampouco há uma central de inteligência dos capitalismos nacionais, ou mesmo mundial. Nesse processo de disputas, competições, construções de sentidos ideológicos e lutas sociais, manipulações ideológicas propositais do povo podem emparelhar-se com voluntárias simpatias de submissão das frações burguesas nacionais ao concerto geral da exploração econômica mundial. Nesse caso, o golpe de 2016 resulta em um processo de ganhos e perdas apenas parcialmente claro a seus agentes, que controlam muitas de suas variáveis, mas não todas. Quanto mais a crise de 2008 se avolumava e o Estado brasileiro não conseguia satisfazer a queda de acumulação dos capitais nacionais e internacionais – e as demandas das classes trabalhadoras e médias –, mais o sistema institucional se abeirou de uma decisão que seria advinda dos poderes das frações sociais em jogo. O golpe realinha os termos dessa disputa relativa.

Tomando-se a dimensão do golpe de 2016 como um novo e distinto arranjo da economia e da política no Brasil, vê-se que ele está crivado de demandas tanto mundiais quanto nacionais de conflitos e resoluções imperiosas. Por se tratar de

uma crise interna do capitalismo, que não põe em causa suas estruturas últimas, e sim tenta resolver seus impasses mantendo suas formas sociais gerais, ela será uma crise de relações entre frações e classes, instituições e agentes, que devem mudar para que se mantenha o fundamental. Assim, a crise e o golpe dentro de um mesmo padrão de estruturação capitalista, mas com novas modulações nas relações entre as frações de classes burguesas brasileiras e exteriores, levam a perdas e ganhos que geram linhas de reacomodação do capitalismo. A natureza do golpe presente será, então, intimamente ligada às próprias estratégias de acumulação, tanto do capital nacional quanto dos internacionais, e das eventuais fissuras entre seus interesses específicos. (MASCARO, 2018, p. 87-88).

Toda essa conjuntura articulada ao uso massivo das redes sociais construiria uma narrativa política cuja produção de sentidos, nas eleições de 2018, verteria um “Brasil acima de tudo”. Slogam personificado em uma fraude antissistema. Tanto a internet quanto as redes sociais não substituem a política, mas a robustecem com novos poderes e novas dinâmicas.

NOTAS

2 “Alguns protestos sobre a mobilidade urbana já vinham acontecendo no Brasil desde 2003, como em Salvador, na capital baiana. Manifestações que tinham como um dos objetivos, se opor ao aumento da tarifa do transporte público. Diante desse problema, em 2005, o Movimento Passe Livre (MPL) foi fundado na cidade de Porto Alegre, na plenária do Fórum Social Mundial. Durante os anos que se seguiram, outras manifestações foram realizadas em diferentes cidades, em sua grande maioria, por estudantes universitários e trabalhadores que aderiram à causa. Em 2011, as reivindicações contra o aumento das tarifas dos transportes coletivos, e a favor do passe livre, provocaram reações de protestos em muitas regiões do Brasil, acentuando-se, à época, na cidade de São Paulo, em frente ao Teatro Municipal, com cerca de 4 mil habitantes. No dia 29 de agosto de 2012, cerca de 2 mil pessoas protestaram contra o possível aumento de vinte centavos na passagem de ônibus, na cidade de Natal. Nesse dia houve repressão por parte da polícia. Em março de 2013, o Movimento Passe Livre protestou em Porto Alegre e alcançou rapidamente São Paulo, Belém, Curitiba, Brasília, Rio de Janeiro e Salvador. A mídia e a população passariam a encarar as manifestações populares de uma forma jamais vista antes”. (FERNADES; ROSENO, 2013, p. 16).

3 São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Brasília foram as cidades onde as manifestações foram mais intensas. O mês de junho de 2013, o auge dos protestos, 353 cidades se envolveram, chegando a mobilizar um milhão de pessoas em um só dia – 20 de junho. (GOHN, 2014).

4 “Eventos mundiais desportivos envolvem empresas multimilionárias. A FIFA tem mais países afiliados do que a ONU (Organização das Nações Unidas), e recebe os benefícios de

leis especiais, que garantem a isenção fiscal e a venda autorizada de produtos, alimentação e bebidas no perímetro de 2 km ao redor dos estádios. A FIFA é o Vaticano do futebol: um país à parte, repleto de investidores”. (FERNANDES; ROSENO, 2013, p. 57).

5 “A pós-política é um tipo de despolitização que age no campo do senso comum como uma forma de pós-ideologia, na qual assuntos relacionados a status político, social e econômico são efetivamente gerenciados. Esse gerenciamento dá a impressão de que não há luta ou disputa de projeto a ser feita. Isso quer dizer que a disputa influenciada diretamente por posições ideológicas é rejeitada; ou seja, o fazer da política torna-se subordinado a uma presumida imparcialidade atribuída à tecnocracia e aos especialistas esclarecidos”. (FERNANDES, 2019, p. 216). A pós-política também se anuncia como “nem de direita e nem de esquerda”, com um posicionamento difuso, mesmo quando claramente defende um ponto ideológico.

6 “A definição mais conhecida de ultrapolítica é fornecida por Slavoj Žižek, em uma nota de rodapé em um livro de 1999: ‘A ultrapolítica recorre ao modelo de *guerra*, a política é concebida como uma forma de guerra social, como relação para com ‘Eles’, para com um ‘Inimigo’”. (FERNANDES, 2019, p. 257). Os movimentos fascistas ou populistas que adotam os lemas de ‘nós contra eles’ personificam bem a ultrapolítica, criando símbolos chauvinistas e bodes expiatórios. Eles buscam condensar a variedade ideológica em apenas dois polos que devem se digladiar a todo custo, ao ponto não somente de vencer um adversário, mas de eliminá-los completamente.

7 A Mídia Ninja é um exemplo concreto desse acontecimento. Fernandes e Roseno (2013, p. 53), explicam que: “A Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) é um grupo com cerca de 100 pessoas, que sem cortes e sem edição, transmite ao vivo as manifestações populares por todo o território nacional pela internet. Não sendo ligada a qualquer partido político ou empresa de comunicação, ela age independente, misturando realismo jornalístico com denúncia. A autoria é coletiva e os equipamentos vão desde microcâmeras Go Pro, até carrinhos de supermercado adaptados com filmadoras. A popularidade do grupo é respeitada, atualmente possui mais de 149 mil fãs no Facebook, 15 mil seguidores no Twitter e milhares de pessoas assistiram suas produções. A audiência é tamanha que emissoras como Globo, Record e Bandeirantes disputaram a atenção de telespectadores com a Mídia Ninja”.

8 Trata-se de uma plataforma de comunicação, desenvolvida pela Google, que inclui mensagens instantâneas, chat de vídeo entre outros recursos.

9 O filósofo Vladimir Safatle (2020), afirma: “Nesse momento da história, é necessário ter claro o fato de que a Nova República acabou”.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, B; CARLOTTO, M. C. (Orgs.). **Junho de 2013: a rebelião fantasma**. São Paulo: Boitempo, 2023.

ARBEX JR, J. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

- BRUZZONE, A. **Ciberpopulismo**: política e democracia no mundo digital. São Paulo: Contexto, 2021.
- CARLOTTO, M. Junho de 2013: golpe e revolução. In: ALTMAN, B; CARLOTTO, M. C. (Orgs.). **Junho de 2013**: a rebelião fantasma. São Paulo: Boitempo, 2023, p. 111-118.
- CASIMIRO, F.H.C. **A nova direita**: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- CASTELLS, M. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Dênis (Org.). **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 255-288.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.
- CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- CASTELLS, M. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- COUTINHO, M; SAFATLE, V. A internet e as eleições municipais em 2008 o uso dos sítios eletrônicos de comunidades na eleição paulistana. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 115-128, out. 2009.
- DI FÁTIMA, B. **Dias de tormenta**. Os movimentos de indignação que derrubaram ditaduras, minaram democracias e levaram a extrema-direita ao poder no Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2019.
- FERNANDES, E; ROSENO, R. F. **Protesta Brasil**: das redes sociais às manifestações de rua. São Paulo: Prata Editora, 2013.
- FERNANDES, S. **Sintomas mórbidos**: a encruzilhada da esquerda brasileira. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- GOHN, M. G. **Sociologia dos movimentos sociais**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- MASCARO, A. L. **Crise e golpe. São Paulo: Boitempo: 2018.**
- MENDES, M. A revolução colorida brasileira. In: ALTMAN, B; CARLOTTO, M. C. (Orgs.). **Junho de 2013**: a rebelião fantasma. São Paulo: Boitempo, 2023, p. 49-60,
- MESSAGI JÚNIOR, M. **Outros junhos virão**. Processos organizados em rede e as democracias radicalizadas. Curitiba: Kottter Editorial, 2019.
- MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil**: da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2019.
- MOUNK, Y. **O povo contra a democracia**. Porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- PINHEIRO-MACHADO, R. **Amanhã vai ser maior**. O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.
- ROCHA, J. C. C. Bolsonarismo é a mais perversa máquina de destruição de nossa história republicana. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/08/bolsonarismo-e-a-mais-perversa-maquina-de-destruicao-de-nossa-historia-republicana.shtml>> Acesso em: 09/Ago/2020.
- SAFATLE, V. **A Nova República acabou, diz filósofo Vladimir Safatle**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/03/15/a-nova-republica->

acabou-diz-filosofo-vladimir-safatle.htm>. Acesso em: 05/Ago/2020.

SAFATLE, V. O dia no qual o Brasil parou por dez anos. In: ALTMAN, B; CARLOTTO, M. C. (Orgs.). **Junho de 2013: a rebelião fantasma**. São Paulo: Boitempo, 2023, p. 97-110.

SAKAMOTO, L. Em São Paulo, o Twitter e o Facebook foram às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013, p. 95-100.


SOLANO, E. (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

¿POR QUÉ ARGENTINA NO ES COREA? UNA APROXIMACIÓN GEOGRÁFICA

**POR QUE ARGENTINA NÃO É COREIA?
UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA**

**WHY ARGENTINA IS NOT KOREA?
A GEOGRAPHICAL APPROACH**

Ana Laura Berardi¹

 0009-0003-8575-1881

berardianalaura@gmail.com

¹ Profesora y Licenciada en Geografía. Doctoranda en Geografía por la Universidad Nacional de La Plata. Docente e investigadora del Departamento de Geografía de la Universidad Nacional de Mar del Plata. Miembro del Centro Humboldt. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8575-1881>. E-mail: berardianalaura@gmail.com.

Artigo recebido em setembro de 2023 e aceito para publicação em dezembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMEN: El retroceso relativo latinoamericano, y particularmente el argentino, especialmente en la última década, ha hecho emerger planteos comparativos sobre Argentina y Corea del Sur. Dicha comparación se sustentaría en las condiciones económicas desde donde partió el país asiático y el crecimiento que ha tenido a lo largo de prácticamente medio siglo. Por el contrario, si se considera las condiciones de Argentina durante el mismo periodo, lo que se va a observar son indicadores macroeconómicos mucho más favorables que los de Corea, sin embargo, ya se avizoraban tendencias decrecientes que se constataron en las décadas siguientes. A partir de este planteo, este artículo parte de la premisa que el crecimiento de un país y el decrecimiento del otro, no tienen que ver específicamente con condiciones endógenas, sino que las dinámicas regionales y la reestructuración del sistema capitalista desde finales de los `70 son las que en gran parte explican estos reajustes.

Palabras clave: Argentina. Corea del Sur. Comercio internacional. Geografía económica.

RESUMO: O declínio relativo da América Latina, e particularmente da Argentina, especialmente na última década, deu origem a questões comparativas sobre a Argentina e a Coreia do Sul. Esta comparação basear-se-ia nas condições económicas de onde partiu o país asiático e no crescimento que teve ao longo de quase meio século. Pelo contrário, se forem consideradas as condições da Argentina no mesmo período, o que se observarão são indicadores macroeconômicos muito mais favoráveis que os da Coreia; no entanto, tendências decrescentes já eram previstas e foram observadas nas décadas seguintes. A partir desta abordagem, este artigo parte da premissa de que o crescimento de um país e a diminuição do outro não têm a ver especificamente com condições endógenas, mas sim com a dinâmica regional e a reestruturação do sistema capitalista desde o final da década de 1970. são o que explicam em grande parte esses rearranjos.

Palavras-chave: Argentina. Coreia do Sul. Comércio internacional. Geografia económica.

ABSTRACT: The relative decline of Latin America, and particularly Argentina, especially in the last decade, has given rise to comparative questions about Argentina and South Korea. This comparison would be based on the economic conditions from which the Asian country started and the growth it has had over almost half a century. On the contrary, if the conditions of Argentina are considered during the same period, what will be observed are macroeconomic indicators that are much more favorable than those of South Korea; however, decreasing trends were already foreseen and were observed in the following decades. From this approach, this article is based on the premise that the growth of one country and the decrease of the other do not have to do specifically with endogenous conditions, but rather with regional dynamics and the restructuring of the capitalist system since the late 1970s. are what largely explain these rearrangements.

Keywords: Argentina. South Korea. International trade. Economic geography.

INTRODUCCIÓN

No resulta extraño que surja el planteo de las causas del freno o repliegue de la performance económica latinoamericana. Mucho más asiduamente, por pertenencia o por hechos incontrastables, resulta recurrente el interrogante respecto de la situación puntual de la Argentina.

Este artículo tuvo como disparador en trabajo presentado en el VIII Congreso de Geografía Económica. En dicho trabajo se discute sobre una nota del diario La Nación, en donde el analista Marcelo Elizondo constata la dinámica del crecimiento del comercio mundial y de las Inversiones Extranjeras Directas, aunque reconoce que dicho crecimiento no se da de forma homogénea y que tiene como epicentro al sudeste asiático. Como contrapartida de ello América Latina ha crecido a un ritmo mucho más lento, y en el caso de Argentina, presenta una participación por debajo de estos estándares (BERARDI, 2023).

Sin embargo, aún con una magra performance latinoamericana nuevamente surge el cuestionamiento sobre por qué Argentina no logra alcanzar los niveles de las economías que han tenido mayor dinamismo en lo que va del Siglo XXI.

En este sentido su diagnóstico reviste críticas de características liberales, bastante recurrentes y que se pueden resumir en: desorden de la macroeconomía, sobredimensionamiento del aparato estatal, la fragilidad institucional, la sobrecarga impositiva, el deterioro de la infraestructura y el desacople internacional que responden a condiciones preeminentemente internas (ELIZONDO, 2023).

Desde una versión heterodoxa, en su visita a la Argentina en mayo de 2023, el economista surcoreano Ha – Joon Chang, entre otros aspectos, se enfoca en el bajo presupuesto en I+D (respecto de países de la región), así como también en el magro perfil exportador. No obstante, destaca la relevancia de la “calidad de recursos humanos”, así como también que las materias primas deberían invertirse en el desarrollo de industrias de mayor productividad. A su vez, pone el acento en el punto de partida del despegue surcoreano respecto de las condiciones de mayor crecimiento relativo que Argentina ostentaba por aquel entonces. (EL ECONOMISTA, 2023). En otra entrevista, el mismo investigador, retoma la idea y pone el foco en la baja inversión en general (16% del PBI, comparado con el 31% de países con renta media similar a Argentina y por debajo de países de renta más baja que invierten el 27%) y de la inversión en I+D en particular en donde Argentina sólo desembolsa el 0,5% del PBI. Este último dato es clave ya que lo compara con Corea del Sur, y aún haciendo alusión a problemas que atraviesa la economía del sudeste asiático, destina un 4,6% del PBI a ese rubro (REBOSSIO, 2023).

El objetivo de este trabajo se centra en debatir acerca de estas posiciones, planteando de forma sintética que las condiciones de atraso económico de Argentina no responden a características puramente endógenas o especificidades nacionales. Esta idea, trasciende a la situación nacional, y con ciertos vaivenes, este retroceso también se observa regionalmente. De la misma manera, lo que se define con el “milagro” coreano, de los “tigres o dragones” que, a su vez, fue precedido del japonés, responden a dinámicas geopolíticas y de reordenamiento del Sistema Económico Mundial (SEM).

Siguiendo esta lógica, la declinación responde a dinámicas del Sistema Económico Mundial (SEM). Si bien se podría realizar un análisis de larga data, parte del descenso latinoamericano y el ascenso del Sudeste Asiático toman forma a partir de finales de la década de los 60, inicios de los `70 como resolución a la crisis sistémica (BEINSTEIN, 2013; GEJO; KEEGAN; REBOTTARO, 2016).

A fin de argumentar los planteos esgrimidos en el párrafo anterior se han seleccionado dos variables: Porcentaje de participación de las exportaciones de mercancías sobre el total de las exportaciones de mercancías mundiales y la participación relativa del PBI sobre el PBI mundial. Los datos de exportaciones provienen de la Organización Mundial del Comercio (OMC) y en el caso del PBI se utilizó como fuente primaria la información aportada por el Banco Mundial (BM). La selección de estos indicadores permite analizar por un lado la dinámica de inserción en la economía mundial y en el caso del PBI también dan cuenta del nivel de solvencia del mercado interno. Estos datos se presentarán tanto a nivel regional como en los casos específicos de Argentina y Corea del Sur, a fin solventar la argumentación no sólo en las condiciones nacionales específicas, sino también en como ellas se insertan en un contexto regional.

UNA MIRADA DE MEDIANO PLAZO

La Figura 1 permite tener una perspectiva que recorre más de medio siglo (60 años) en América Latina respecto a dos indicadores: Exportaciones y PBI. En el caso de la Figura 3 se presentan los mismos indicadores para Asia Pacífico.²

Si bien en ambos casos la mirada es de conjunto, es necesario aclarar que en los dos ejemplos las variaciones han sido traccionadas por diferentes economías a lo largo del periodo abordado.

América Latina

La región no sólo va a registrar alternancias en el liderazgo y las características de éste, sino que, además, durante prácticamente la primera década de la muestra aquí presentada tiene un perfil sostenido por sus exportaciones, mientras que coincidiendo con la crisis de finales de la década de los `60, y el inicio de la “etapa de senil” (DANGEVILLE apud BEINSTEIN, 2013), la región va adoptar una preeminencia general de mayor participación porcentual del PBI, dando cuenta del peso de mercado interno.

Respecto del comportamiento de las exportaciones, lo que se observa, en líneas generales, es una pérdida paulatina de la participación regional en todo el periodo abordado. Sin embargo, también resulta visible que esta caída no ha sido sostenida, sino que ha tenido ciclos de ascenso y de descenso, de la misma manera que en el caso del PBI ha ido acompañando estos ciclos.

De esta manera, la región ha tenido tres picos de crecimiento, el primero (mucho más marcado en el caso del PBI que en el de las exportaciones, se ubica a finales de los 70,

inicio de los `80 en parte podría explicarse por el ingreso de divisas vía endeudamiento y el incremento de las exportaciones, especialmente de los países petroleros. Sin embargo, esto fue el preludio de la crisis de la deuda que afectó a toda la región a la que se denominó “década perdida”.

En parte, esto es el reflejo de la respuesta a la crisis de principio de la década del 70 que encuentra respuesta en la financierización estadounidense y la transferencia de la producción industrial al sudeste asiático (GEJO; KEEGAN; REBOTTARO, 2016). Esto último va a explicar la tendencia paulatina a la desindustrialización (en términos sudamericanos) y los cambios que a posteriori se van a abordar sobre las economías de “reciente industrialización” de Asia.

El segundo ciclo expansivo, aunque no de las dimensiones, del anterior se da de la mano de los procesos de liberalización de la economía que van a atravesar a la mayoría de los países de la región. El ingreso de divisas, vía privatizaciones y endeudamiento, entre otras medidas generalizables a gran parte de las economías latinoamericanas, permitió un cierto oxígeno. Sin embargo, el proceso de ajuste, liberalización de la economía, reestructuración estatal, conocido como el “Consenso de Washington”, condujo a una década de crisis sociales y políticas que tiene como inicio el “caracazo” en Venezuela y podría decirse que culmina con el “Argentinazo” en diciembre de 2001 en Argentina. De allí la caída profunda de inicio del siglo XXI.

El ingreso de China en la OMC, no sólo va a generar un proceso de reestructuración productiva y expansión en la región, sino que también va a impactar en el resto del SEM.

En este sentido, el aumento de la demanda, especialmente de China va a contribuir directamente sobre la suba de los precios de las materias primas en el mercado mundial. Ello va a generar un proceso de expansión que resulta interesante destacar en dos aspectos. Por un lado, hubo un fuerte ingreso de divisas, sin embargo, este crecimiento no se refleja en un incremento significativo de la participación porcentual en el total de las exportaciones. La curva no tan pronunciada, así lo registra.

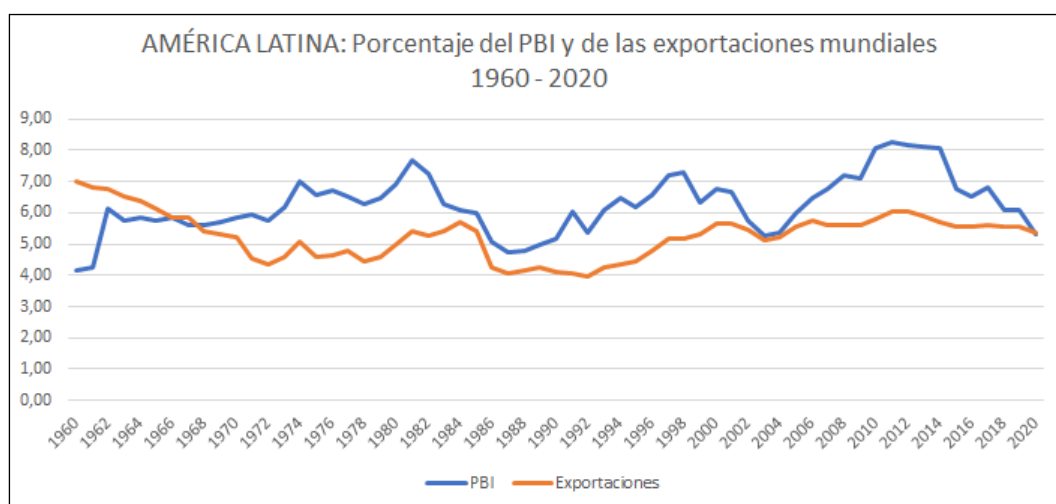
A pesar de ello, el mayor ingreso de divisas, influyó en una relativa redistribución, que se vio manifiesta en variados programas de ayuda social, programas de incentivo al consumo que registran una curva mucho más pronunciada de crecimiento del PBI respecto de las exportaciones durante el periodo de dinamismo. La participación relativa del PBI, sobre el PBI mundial durante esta etapa, va a ser la más alta de los 60 años de la muestra.

La crisis del 2008 impactó en el SEM, aunque con diversas magnitudes e incluso con no de manera sincrónica. Parte de la diversidad de aspectos que se conjugaron simultáneamente es lo que expresa la particularidad de dicha crisis. Así lo plantea Jorge Beinstein:

El crepúsculo del sistema arranca con las turbulencias de 2007-2008, la multiplicidad de “crisis” que estallaron en ese período (financiera, productiva, alimentaria, energética) convergieron con otras como la ambiental o la del Complejo Industrial-Militar del Imperio empantanado en las guerras asiática (BEINSTEIN, 2013, p. 67).

En términos latinoamericanos, el impacto directo más temprano e importante se va a vislumbrar en la economía mexicana, debido a la retracción de la demanda estadounidense, especialmente en las exportaciones.

Paradójicamente esta relativa retracción en el perfil externo no se condice con el desarrollo mercado internista, ya que es el momento de mayor crecimiento de todo el periodo (superando el 8%). Los años subsiguientes son diferentes. El peso de la crisis, la desaceleración de la economía mundial va a impactar sobre el precio de las materias primas y ello repercute directamente sobre las economías primario exportadoras. La caída de las exportaciones, el proceso recesivo mercado internista van a generar crisis políticas en varios de los países de la región, registrando en algunos de estos como el caso de Argentina, Brasil, Uruguay, Ecuador un cambio ideológico discursivo (aparente) de la representación política.



Fuente: Elaboración propia en base a datos de la OMC (Exportaciones) y Banco Mundial (PIB).

Figura 1.

En Argentina, como muestra en la Figura 2, su momento de mayor participación en las exportaciones se da al inicio del periodo analizado. A partir de entonces se comienza a observar un proceso de profunda declinación que reduce en poco más de una década, su participación a la mitad (de 0,8 a 0,4%). Desde mediados de los 70 las exportaciones se estabilizan en ese piso/techo de 0,4%. Pero en los últimos años, coincidente con la nueva caída de los precios de los commodities en el mercado internacional, esta participación continúa su caída y registra un 0,3% de la participación mundial.

Los datos presentados en el párrafo anterior y considerando lo que se mencionó previamente sobre el incremento del ingreso de divisas vía aumento de la demanda y de los precios de las materias primas en la primera década del Siglo XXI, se pone en cuestionamiento las posiciones ortodoxas sobre una posibilidad genuina de generación de crecimiento por la vía exportadora, especialmente considerando que gran parte de lo exportado por el país proviene del sector primario o en su defecto de manufacturas de origen agropecuario con bajo nivel de valor agregado.

Si se observa la curva de la participación del PBI, lo que a priori se puede distinguir en la prevalencia del desarrollo del mercado interno por sobre el perfil exportador.

La dinámica del PBI ha tenido la alternancia de ciclos de expansión y de estancamiento, acorde a lo observado en la Figura 1 sobre la región en su conjunto.

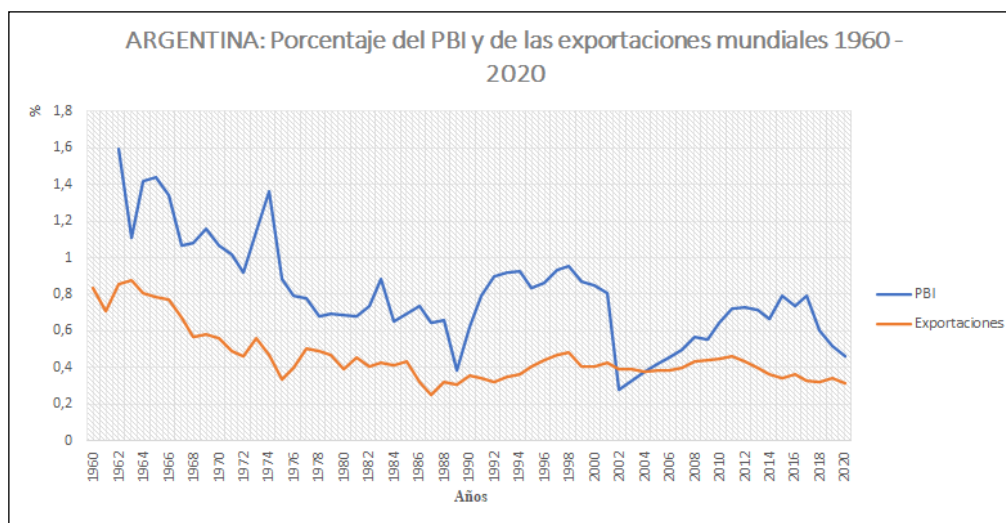
Al igual que las exportaciones, los registros más elevados en la participación del PBI, también se registran al inicio de la muestra, aunque rápidamente y en consonancia con la disminución del ingreso de divisas se observa cierta merma en la participación. En este primer periodo que abarca prácticamente una década y media, se traduce en procesos de crisis políticas, con alternancias entre gobiernos dictatoriales y democráticos, atravesados por un fuerte ajuste económico, apertura, concentración económica y endeudamiento.

Todas estas manifestaciones de crisis políticas se profundizan a partir del ajuste en el año 1975 durante el gobierno democrático de Martínez de Perón, conocido como el “Rodrigazo” y el golpe de Estado denominado como “Proceso de Reorganización Nacional”, dando cuenta de los reacomodamientos del modelo de acumulación del sistema como se mencionó anteriormente. Ello se traduce en condiciones de deterioro de la clase trabajadora, desregulación de la economía, fuerte endeudamiento y estatización de la deuda privada, como aspectos centrales.

La salida democrática está precedida de estas condiciones de deterioro, la política monetaria y el intento de estabilizar la economía fueron infructuosos, desencadenando como punto central de la crisis política, el proceso hiperinflacionario que anticipó la salida del gobierno de Raúl Alfonsín.

Al fragor de la expansión de los “tigres”, encabezados por Corea del Sur en el Sudeste de Asia, la ofensiva imperialista hacía su presencia en América Latina en general y en Argentina en particular bajo condiciones que diferían en parte de lo que en la otra parte del mundo ocurría. La apertura de la economía, las privatizaciones, el endeudamiento y la política de convertibilidad – precedida de una brutal pérdida de la participación salarial – mostraron una aparente recuperación sostenida por el ingreso de dólares vía la venta de activos estatales, el aumento de la financierización y el endeudamiento. Las endeble bases de dicha recuperación económica van a ser evidentes con los simbronazos de la crisis mexicana (Tequila) en 1994/95 y dos años después la crisis asiática. Esta última fue el preludio de la mayor caída en la participación del PBI de todo el periodo presentado y una de las mayores crisis políticas de Argentina (crisis de 2001).

La relativa recuperación a partir de este momento se da sobre la base de condiciones previas de ajuste de la clase trabajadora. Como se mencionó previamente, el repunte se produce un punto de partida de la más baja participación, acompañada por una coyuntura externa de aumento de la demanda de materias primas, como ya se ha planteado, posibilitando cierta recuperación. La crisis del 2008, comienza a marcar un cierta ralentización que se va a percibir mucho más profusamente a partir de la desaceleración de la demanda china. Esta pérdida paulatina de divisas, terminó impactando sobre el proceso de relativa redistribución. El fuerte endeudamiento del 2018 marca el profunda deterioro de la participación del PBI y la exacerbación de la fuga de capitales.



Fuente: Elaboración propia en base a datos de la OMC (Exportaciones) y Banco Mundial (PBI).

Figura 2.

Asia Pacífico

La región marca un recorrido diferente de América Latina. Como punto de partida la participación es superior, duplicando las exportaciones y siendo dos veces más respecto de la participación del PBI en el PBI mundial.

Ambos indicadores tienen una trayectoria bastante similar en todo el recorrido seleccionado. El crecimiento es sostenido y se hace más pronunciado a partir de la década del 80, momento en el que además la participación relativa de las exportaciones supera a la del PBI que hasta el momento prevalecía levemente.

Traccionado por el aporte de capitales como mecanismo de resolución del proceso de sobreacumulación y como aporte estratégico geopolítico, tanto Japón (marcando en ese contexto el liderazgo regional) como Estados Unidos, contribuyeron al delineamiento del proceso de industrialización de exportación que se va a profundizar en las décadas siguientes, con el cambio de liderazgo nipón a los “tigres” también definidos por la OMC como “países de reciente industrialización”. Sin duda el país que se va a destacar especialmente en el desarrollo industrial va a ser Corea del Sur, que a pesar de sufrir los embates del endeudamiento externo (equiparable a las economías latinoamericanas como México, Brasil y Argentina), su posición geográfica favorable permitió un destino diferente. Así lo expresa Eric Toussaint:

En 1983, Corea del Sur ocupaba el cuarto lugar en la lista de los países más endeudados en valores absolutos (43.000 millones de dólares), sólo superada por Brasil (98.000 millones), México (93.000 millones) y Argentina (45.000 millones), pero una vez más su situación geoestratégica le valió un trato diferente al de los demás países en desarrollo. Japón acudió en su ayuda otorgándole 3.000 millones de dólares, en concepto de reparaciones de guerra, que Corea utilizó

para cumplir el reembolso de la deuda con los banqueros japoneses. Esto le permitió salvarse de tener que apelar al FMI... (TOUSSAINT, 2006 ,s/p).

Esta fortuna producto de su posición le permitió consolidar de la mano de una férrea política estatal el desarrollo industrial y fundamentalmente la planificación considerando sectores estratégicos:

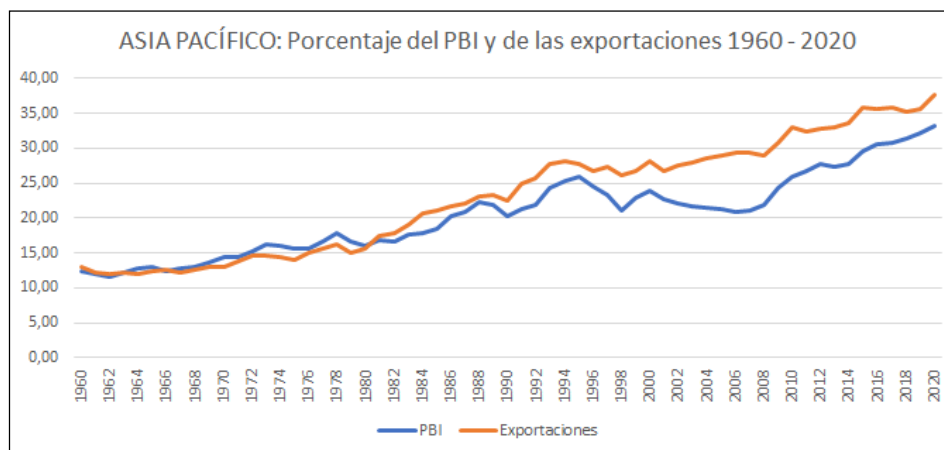
... el gobierno impuso a la industria qué productos podía fabricar. Decidió reestructurar la industria de fabricación de vehículos de transporte y encomendó a dos chaebols la producción de automóviles. El Banco Mundial se opuso a esta orientación y recomendó a Corea que abandonara la producción de vehículos terminados y se concentrara en la fabricación de repuestos destinados a la exportación. El Banco argumentó que los automóviles coreanos no se venderían. Las autoridades coreanas no dieron el brazo a torcer. Resultado: a mediados de los años ochenta, la compañía coreana Hyundai (controlada al 100% por capital coreano privado con el apoyo del poder público) consiguió exportar sus coches a los Estados Unidos y conquistar una cuota substancial de mercado (TOUSSAINT, 2006 s/p).

Si bien la región tuvo un constante crecimiento, también se perciben algunos puntos de clivaje. La primera de las crisis se produce a inicios de la década del 90 como consecuencia de la crisis del Japón. El segundo momento, que va a impactar más fuertemente al desarrollo del mercado interno comparativamente con el comportamiento exportador, es producto de la crisis de 1997 que tiene como epicentro la caída de la bolsa de Tailandia (Figura 3), pero que rápidamente puso en alerta no sólo a las economías de la región, sino al sistema que había impulsado a estos países como modelo de “milagro económico” plausible de ser traspolado a cualquier parte del planeta (BEINSTEIN, 1999).

La crisis del 2008, va a resultar de impacto en cuanto a caída del consumo interno, sin embargo en lo que respecta a las exportaciones, la misma fue de menor impacto.

La región incluye a 23 economías con geografías y realidades absolutamente dispares. Aún así al ver a la región en conjunto se puede observar que desde 1960 hasta el 2020 ha incrementado su participación porcentual casi una vez y media, y casi una similar situación (aunque con incremento levemente más moderado) en caso del PBI. Hoy estas 23 economías representan más de un tercio de las exportaciones (37,60%) y un tercio del PBI mundial (33,13%).

Es insoslayable que la participación de China en la actualidad ha traccionado la consolidación de la región, ya que reúne el 40% de las exportaciones regionales y el 44% de la participación del PBI.



Fuente: Elaboración propia en base a datos de la OMC (Exportaciones) y Banco Mundial (PIB).

Figura 3.

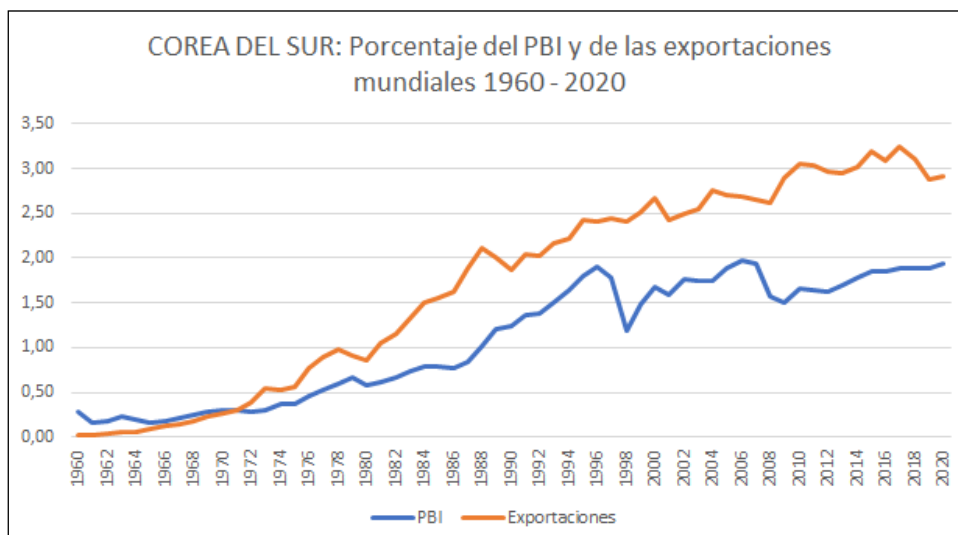
La Figura 4 refleja el comportamiento de la economía de Corea del Sur. Como se planteó con antelación, este país parte de condiciones de atraso relativo bastante significativas, sin embargo, tanto el contexto político regional, la influencia imperialista japonesa y norteamericana, sumada a una política centralista bajo condiciones dictatoriales, fueron erigiendo el proceso de industrialización que va a permitir el despegue a partir de inicios de la década de los 80 y el salto una década después como motor de las economías definidas como los “tigres”.

Este camino, desde los 70 en adelante, se presenta un recorrido casi paralelo entre exportaciones y PIB, aunque las primeras prevalecieron sobre el segundo.

Parte de ese proceso evolutivo coreano lo expresa Chang a la hora de explicar las condiciones sobre las que parte el país y como fue el derrotero en las décadas subsiguientes:

Corea del Sur tuvo que explotar muy severamente a sus trabajadores en las décadas de 1960 y 1970 porque no teníamos nada más que vender. Así que básicamente tuvimos que vender mano de obra barata, los juguetes para los grandes almacenes estadounidenses, hacer camisetas, hacer pelucas con cabello humano. Pero lo importante fue que el país siguió reinvertiendo el dinero que ganaba, especialmente las divisas, para crear constantemente mejores industrias y luego pasas a la electrónica simple, madera contrachapada, luego te muevas al extremo inferior de la construcción naval, de automóviles, y luego pasas al extremo superior, la electrónica, los semiconductores (REBOSSIO, 2023, s/p).

Como punto distintivo de este crecimiento sostenido, se puede observar como la crisis regional de 1997 impactó sobre el mercado interno y no sobre las exportaciones, lo que en parte se explica por un destino de la producción que excede el mercado regional asiático.



Fuente: Elaboración propia en base a datos de la OMC (Exportaciones) y Banco Mundial (PIB).

Figura 4.

REFLEXIONES FINALES

América Latina y en particular Argentina tuvieron etapa de relativo esplendor para ciertas corrientes de pensamiento, de cierto dinamismo para quienes tienen una mirada más cautelosa. Esta posición ventajosa en parte se va a viabilizar por condiciones de inserción sistémica que configuraron un cierto patrón de acumulación.

Tanto el retroceso latinoamericano, como el ascenso del sudeste asiático en su conjunto van más allá de una percepción, están constatados por los hechos que las grandes tendencias estadísticas respaldan. La contundencia de los datos demuestra que estas dinámicas, que se sostienen y se consolidan en el tiempo, van más allá de políticas o perspectivas equívocas.

La necesidad de resolver los problemas de sobreacumulación de capitalismo se construyó sobre la base de una salida geográfica. Esta nueva geografía del capitalismo, ha ido solventando los cimientos desde los '70 en adelante, se consolidó en los '90 y a partir de la crisis de 2008 suma un nuevo capítulo sobre la base de una nueva puja interimperialista. En esta puja, el redireccionamiento de las inversiones, del desarrollo productivo ligado a los grandes centros de consumo se aleja especialmente de Sudamérica. En este contexto de disputa, este subcontinente resulta un escenario relegado y casi supeditado a la apropiación de recursos estratégicos y al aprovechamiento de inversiones circunscriptas al mercado interno o al mercado regional.

En este contexto se plantean los límites de un capitalismo periférico en condiciones de retroceso. Considerando esto, las perspectivas de incrementar notablemente la participación relativa de las exportaciones, o una profunda transformación de las estructuras productivas bajo las condiciones que el sistema de acumulación vigente plantea se remiten a ilusiones y aspiraciones sin sustento material.

En teoría, un aumento de la inversión en I+D, incentivar el desarrollo industrial, y fomentar la exportación de manufacturas, serían un proyecto político ideal, especialmente si hay condiciones de desarrollo profesional, científico y técnico como se podría destacar en el caso de Argentina. Sin embargo, no sólo es necesario valorar las condiciones internas, que por cierto en el caso coreano se produjeron sobre la base de la sobreexplotación de los trabajadores y represiones brutales, sino que también como ya se ha expresado, el imperialismo marca las pautas del proceso de acumulación. Hoy Sudamérica, bajo una lógica capitalista, no tiene condiciones de consolidarse como un mercado regional que amerite un despliegue del proceso industrializador y de aumento de inversiones posibilite dar un salto cuali - cuantitativo para ampliar la demanda endógena y mucho menos que se produzca sobre la base de un incremento exponencial de la colocación de dichas mercancías en mercados más lejanos. Por otra parte, el aprovechamiento del “potencial” primario exportador en el cual se sientan las esperanzas de futuro prometedor, ya se vio que tiene un límite demasiado acotado. Mucho menos dicha idea o proyecto se puede plantear desde la perspectiva de una geografía como Argentina.

NOTA

2 Se considera la regionalización de la OMC. Incluye a los siguientes países: Australia, Bangladesh, Brunei Darussalam, Camboya, China, República de Corea, República Popular Democrática de Corea, Filipinas, Hong Kong, India, Indonesia, Japón, República Democrática Popular de Laos, Macao, Malasia, Myanmar, Nueva Zelanda, Singapur, Sri Lanka, Tailandia, Taiwán, Timor Leste y Vietnam.

REFERENCIAS

BEINSTEIN, Jorge. **La larga crisis de la economía global**. Buenos Aires: Corregidor, 1999.
BEINSTEIN, Jorge. **Capitalismo del Siglo XXI: Militarización y decadencia**. Buenos Aires: Cartago Ediciones, 2013.

BERARDI, Ana Laura. América Latina y Asia Pacífico: una mirada comparada. En: **VIII Congreso de Geografía Económica**, n°8, 2023, Mar del Plata. Resúmenes. Mar del Plata: GER/UNMDP 2023, p. 40-51.

EL ECONOMISTA (17 de mayo de 2023). Ha – Joon Chang en Argentina: qué le da “rabia” del país, qué dijo sobre la protección industrial y por qué el plan de Milei “es una locura”. **El Economista**, 17 de mayo de 2023. Disponible en: <https://eleconomista.com.ar/economia/ha-joon-chang-argentina-le-da-rabia-pais-dijo-sobre-proteccion-industrial-porque-plan-milei-es-una-locura-n62524#google_vignette>. Consultado el: 9 de junio de 2023.

ELIZONDO, Marcelo. La Argentina acumula pobres resultados a la hora de vincularse con otros países. **La Nación**, 02 de marzo de 2023. Disponible en: <<https://www.lanacion.com.ar/economia/comercio-exterior/la-argentina-acumula-pobres-resultados-a-la-hora-de-vincularse-con-otros-paises-nid02032023/>>. Consultado el: 20 de agosto de 2023.

GEJO, Omar., KEEGAN, Gustavo y REBOTTARO, Alan. Algunas hipótesis sobre la evolución del sistema mundial. **Boletín GeoEcon**, Mar del Plata, n.1, p.5-17, 2016. Disponible en: <https://boletingeocon.files.wordpress.com/2016/06/02_gejo-rebottaro-keegan.pdf>.

REBOSSIO, Alejandro. Entrevista. Ha- Joon Chang, profesor en Cambridge: “La alta inflación es un problema menor que las debilidades estructurales de la Argentina a largo plazo”. **elDiarioAr**, 9 de junio de 2023. Disponible en: <https://www.eldiarioar.com/economia/joon-chang-profesor-cambridge-alta-inflacion-problema-menor-debilidades-estructurales-argentina-plazo_128_10268509.html>. Consultado el 20 de julio de 2023.


TOUSSAINT, Eric. Corea del Sur: el milagro desenmascarado. **Rebelión**, 24 de abril de 2006. Disponible en: <<https://rebelion.org/corea-del-sur-el-milagro-desenmascarado/>>. Consultado el 20 de julio de 2023

VENTA Y CONSUMO DE ALIMENTOS EN EL CIRCUITO BAJO DE LA ECONOMÍA: UN ESTUDIO DE CASO EN LAS CALLES DE BUENOS AIRES (ARGENTINA) EN AÑOS PREPANDÉMICOS DEL COVID-19

**VENDA E CONSUMO DE ALIMENTOS NO CIRCUITO INFERIOR DA
ECONOMIA: UM ESTUDO DE CASO NAS RUAS DE BUENOS AIRES
(ARGENTINA) EM ANOS PRÉ-PANDEMIA DE COVID-19**

**SALE AND CONSUMPTION OF FOOD IN THE LOW ECONOMY
CIRCUIT: A CASE STUDY IN THE STREETS OF BUENOS AIRES
(ARGENTINA) IN PREPANDEMIC YEARS OF COVID-19**

Danton Leonel de Camargo Bini¹

 0000-0002-6526-0319

danton.camargo@sp.gov.br

Ano XXVII - Vol. XXVII - (4): Janeiro/Dezembro - 2023

CIÊNCIA
Geográfica

ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461

www.agbauru.org.br

¹ Geógrafo, Mestre e Doutor em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP), com estágio Pós-Doutorado em Sociologia Rural no Centro de Estudios de la Argentina Rural (CEAR), na Universidad Nacional de Quilmes (UNQ). Pesquisador Científico no Instituto de Economía Agrícola (IEA) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6526-0319>. E-mail: danton.camargo@sp.gov.br.

Artigo recebido em abril de 2023 e aceito para publicação em setembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMEN: Este trabajo presenta la configuración de la venta y consumo de alimentos en las calles del circuito bajo de la economía en la metrópolis de Buenos Aires, Argentina, entre los años 2015-2017. Se utilizó el método cualitativo-cuantitativo en su ejecución, en una muestra no probabilística con 89 encuestas. Se identificó que los alimentos son la porción de mayor gasto dentro de los gastos de las personas de menores ingresos. Para los trabajadores que viajan largas distancias entre casa y trabajo, comer en la calle es la única alternativa para gastar menos y tener suficiente dinero para comer hasta fin de mes. Se vio que la dieta general de estas personas es de baja calidad nutricional. Para los trabajadores que venden comida en la calle, ante sus limitaciones por falta de experiencia profesional, formación y bajo nivel educativo, este trabajo en la informalidad surge como una de las pocas alternativas laborales.

Palabras clave: Comida callejera. Circuito inferior. Economía urbana. Buenos Aires. Argentina.

RESUMO: Nesse trabalho se apresenta a configuração da venda e o consumo de comida nas ruas do circuito inferior da economia na metrópole de Buenos Aires, na Argentina, entre os anos de 2015-2017. Utilizou o método qualitativo-quantitativo em sua execução, em uma amostragem não probabilística com 89 inquéritos. Identificou-se que a alimentação é a parcela com maior dispêndio nos gastos das pessoas com menor renda. Para os trabalhadores que percorrem grandes distâncias entre a casa e o trabalho, comer na rua é a única alternativa para gastar menos e ter dinheiro suficiente para se alimentar até o final do mês. Visualizou-se que a alimentação geral dessas pessoas é de baixa qualidade nutricional. Para os trabalhadores que realizam as vendas de comidas nas ruas, sob suas limitações pela falta de experiência profissional, capacitação e baixo nível educacional, essa atuação laboral na informalidade surge como uma das poucas alternativas de trabalho.

Palavras-chave: Comida de rua. Circuito inferior. Economía urbana. Buenos Aires. Argentina.

ABSTRACT: This work presents the configuration of the sale and consumption of food on the streets of the lower circuit of the economy in the metropolis of Buenos Aires, Argentina, between the years 2015-2017. It used the qualitative-quantitative method in its execution, in a non-probabilistic sample with 89 surveys. It was identified that food is the portion with the highest expenditure in the expenses of people with lower income. For workers who travel long distances between home and work, eating on the street is the only alternative to spend less and have enough money to eat until the end of the month. It was seen that the general diet of these people is of low nutritional quality. For workers who sell food on the streets, under their limitations due to lack of professional experience, training and low educational level, this work in informality emerges as one of the few work alternatives.

Keywords: Street food. Lower circuit. Urban economy. Buenos Aires. Argentina.

INTRODUCCIÓN

Como resultado de los procesos de urbanización desarrollados de acuerdo con los intereses del mercado de tierras (CLICHESKY, 2003), se observa en las metrópolis latinoamericanas que una parte considerable de la población vive en situaciones marginales. Las largas distancias recorridas cotidianamente entre el lugar de trabajo y el hogar, y una escasez o ausencia de establecimientos que sirvan alimentos a precios razonables cerca del lugar de trabajo son los principales factores en el mantenimiento de la venta de alimentos en las calles de las principales ciudades de América Latina (ARAMBULO *et al.*, 1995).

Una de las actividades comerciales informales más comunes en la población con menor poder adquisitivo en América Latina es la venta de comida en la calle. Al entender que ésta es una labor que garantiza la supervivencia de los trabajadores vendedores, como parte del circuito inferior de la economía urbana presenta peligros para la salud pública en relación tanto con el origen de las materias primas como en las prácticas de higiene de los preparados que se comercializan. Asociado a esto, hay una preocupación social con el subempleo, las oportunidades de formación, la vulnerabilidad social y la ocupación del espacio público (PAVA; BINI; BEJARANO, 2013).

La teoría de los circuitos económicos urbanos afirma que en los países pobres y en desarrollo existen dos circuitos responsables, no sólo por el proceso económico, sino también por el proceso de organización del espacio. Cada circuito se define por un conjunto de actividades y por el sector de la población al que está asociado, ya sea por los negocios o para el consumo (SANTOS, [1979], 2002). Así, el circuito superior se refiere a el sistema financiero, el comercio y los sectores industriales modernos, mientras que el circuito inferior consta de actividades intensivas en mano de obra (no capital) y servicios no modernos (en pequeñas dimensiones) (SANTOS, [1979], 2002). En este sentido, los circuitos de la economía urbana son subsistemas que tienen relaciones jerárquicas y de complementariedad, porque en las ciudades no sólo hay mercados modernos (DI NUCCI, 2011)².

El proceso de formación socio-espacial en los países en desarrollo se manifestó en el siglo pasado por la rápida urbanización que se llevó a cabo principalmente en las aglomeraciones metropolitanas. De forma desordenada, este proceso ocurrió con disparidades en la división del trabajo que por lo tanto contribuye a la formación de diferentes circuitos espaciales de producción, distribución y consumo de las actividades económicas.

En paralelo a los vectores modernos expandidos con la ampliación de la globalización en las últimas dos décadas, las ciudades mayores y metrópolis del mundo tienen en alta densidad la oferta de actividades productivas, comerciales y de servicios en general de pequeña capitalización, intensivas en mano de obra y con casi ninguna organización sistemática (SANTOS, [1979], 2002).

Esta rápida urbanización ha provocado un aumento de los problemas en la movilidad y el transporte. En un contexto en el que la gente recorre grandes distancias diariamente entre el trabajo y el hogar, la aparición y el mantenimiento de los comercios de venta de comida barata (a veces poco nutritiva y con baja higiene) en las calles de las grandes

ciudades exhibe situaciones características de un planificación socio-espacial dirigida principalmente a la reproducción del capital y no a la reproducción saludable de la vida social (CARDOSO; SANTOS; SILVA, 2009; ARÁMBULO *et al.*, 1995).

Los avances tecnológicos y la globalización de la economía impactan en la industria alimenticia, así como en la agricultura y en el modelo de alimentación contemporáneo: todo esto se hace evidente en la mayor parte de lo que se vende en la calle (DIEZ, 2003). Por lo tanto, estos cambios traen como consecuencias transformaciones en la morbimortalidad, lo cual es un motivo de preocupación, por un lado, en las ciencias de la salud ya que los alimentos son procesados cada vez más con alta densidad de energía y baja calidad nutricional, y por otro lado, en la economía, debido a los costos de atención de la salud, los alimentos, las oportunidades laborales y la sostenibilidad de la población (FAO, 2010).

En un contexto de cambio de las tendencias en los patrones de consumo de alimentos, subsisten los sectores de la economía urbana que ofrecen servicios en la calle correspondientes al circuito inferior. Estos sirven para gran parte de la población, sobre todo para los que reciben salarios bajos y para los que tienen restringido el acceso a la compra de alimentos en lugares formales (SANTOS, [1979], 2002).

Buenos Aires es el centro económico de Argentina y se caracteriza como una ciudad de gran magnitud, largos desplazamientos y concentración del capital. Trae en su estructura el tema del comerciante de la calle, el sesgo de su legalidad, su derecho al trabajo y el uso del espacio público. Si bien los aspectos discutidos en varias ocasiones en cada nueva administración municipal, los intereses sociales (tanto en el trabajo y la alimentación saludable) se descuidan, lo que refleja la crisis social y económica del actual modelo de sociedad.

Una de las justificaciones para la existencia de la venta en las calles es la representación social del problema del desempleo y el subempleo experimentado por América Latina, especialmente en sus ciudades más grandes (FAO-OPS, 1994). Por lo tanto, el comercio en la calle es ejercido principalmente por los migrantes rurales de las ciudades pequeñas y medianas, con bajo nivel educativo que buscan en las grandes ciudades más oportunidades de empleo y la mejora de su calidad de vida. Sin embargo, se encuentran con pocas oportunidades porque necesitan calificaciones y experiencia, y, por otra parte, están mal pagados. De este modo, la mayoría de los vendedores no tienen o tienen muy poca educación, constituyéndose en gran parte analfabeta.

Al actuar en su mayoría en la clandestinidad, la cuantificación del circuito inferior de la economía se torna desconocida. Dentro de esta informalidad, que lleva el mismo tiempo a la complicidad de algunos y la asociación con otros, el vendedor suele depender también de proveedores ilegales y fiscales públicos tolerantes y/o corruptos. Sin embargo, a partir de nuevas regulaciones municipales, proyectos recientes autorizan la venta de algunos tipos de alimentos en las calles.

Aunque existen algunos estudios sobre el comercio callejero para la metrópoli argentina (SALVIA; ANGELIS; CICCARI, 2015; SANTIBAÑES, 2017; CAMARA ARGENTINA DE COMERCIO Y SERVICIOS, 2019; PERELMAN, 2020), es preciso

destacar el poco énfasis de las pesquisas académicas en la comercialización de alimentos en esos ambientes. Teniendo en cuenta lo anterior, se generan interrogantes respecto a los mecanismos, estrategias y direccionamientos del suministro de los productos en venta.

LAS VERTICALIDADES DE LOS CIRCUITOS DOMINANTES DE LA PRODUCCIÓN DE ALIMENTOS

Teniendo Argentina como ejemplo, soja y el sector moderno de ganado de carne bovina constituyen los circuitos dominantes de la economía del país. Son producciones agrícolas que generan la mayor apreciación del uso de la tierra y sirven a los intereses de la clase de los grandes propietarios. En el supuesto de que el propietario de la tierra la ocupa con la cultura agrícola que le da la mayor rentabilidad financiera del momento, se entiende que las composiciones hegemónicas de las zonas agrícolas en las regiones como especializaciones de producción al servicio de la división territorial de la producción en el capitalismo internacionalizado. Es decir, el gran capital estructurado en cultivos *commodities* que ofrece los mejores rentas a los propietarios. Cuando todo esto todavía no es suficiente, el pastoreo extensivo de ganadería mantiene al menos la posesión de ejércitos de reserva de lugares (a través de la especulación) con el fin de garantizar exploraciones futuras (ELIAS, 2006).

Mediante la generación de demandas de consumo distantes, los sistemas de producción de estas culturas hegemónicas sirven espacios de flujos en redes de un sistema reticular exigente de la fluidez y velocidad.

Estos espacios de flujos,

[...] vivem uma solidariedade do tipo organizacional, isto é, as relações que mantêm a agregação e cooperação entre agentes resultam em um processo de organização, no qual predominam fatores externos às áreas de incidência dos mencionados agentes. [...]. Tomada em consideração determinada área, o espaço de fluxos tem o papel de integração com níveis econômicos e espaciais mais abrangentes. [...]. As frações do território que constituem esse espaço de fluxos constituem o reino do tempo real, subordinando-se a um relógio universal, aferido pela temporalidade globalizada das empresas hegemônicas presentes (SANTOS, M. *et. al.*, 2000, p. 106-107).

Para Argentina, los circuitos espaciales de soja y ganado de carne son ejemplos de arreglos institucionales entre el capital nacional e internacional, el Estado y la elite terrateniente en diferentes momentos de su formación socioespacial. Quedan para los cultivos alimentarios que suministran el mercado interior rebanadas marginales del espacio geográfico.

Como primer elemento de la definición de los cuales los cultivos agrícolas son o serán instalados en la valoración de los espacios agrarios regionales tiene la posesión de la tierra, o más bien la propiedad privada de los medios de producción. Es un valor contenido

que determina la orientación de los procesos de producción próximos (MORAES, A.; COSTA, 1984). Es la propiedad de la tierra heredada por la formación socioespacial como baluarte de sistemas de objetos presentes en las zonas rurales. Son valores inmateriales de una agricultura política (LOPES, 1996) que definen las redes de poder polarizadas en partes remotas del territorio utilizado en cuestión. Es una política de economía agrícola que dirige (1) la instalación de la infraestructura (de insumos agropecuarios, semillas, maquinaria y la mejor ubicación de las empresas agrícolas), (2) el sistema de suministro a grandes escalas y (3) el consumo de productos estandarizados.

Al estimular la elección de la composición más ventajosa para la ocupación de estas tierras, está organizando una actuación estructurada de los capitales agroindustrial y comercial cada vez más representado por los mismos actores (en una concentración vertical de los circuitos espaciales de la economía agrícola).

Grupos de intereses capitalizados y organizados representantes de la economía mundial, estos jugadores proporcionan las mejores condiciones (principalmente a través de arrendamiento de la tierra) a los propietarios de dirigir el uso de sus posesiones. De ahí que en la horizontalidad regional predominan parches contiguos de ocupación de las zonas rurales predominantemente para garantizar el funcionamiento de una cooperación que garantice la reproducción ampliada del capital internacional. Son montantes verticales por los cuales las *solidaridades organizacionales* (SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. 2001) se obtienen a través de la circulación, la distribución y las demandas de consumo distantes.

Lo que domina en el paisaje transpira homogeneización, porque la infraestructura más fluida se construyó y funciona principalmente para servir a los volúmenes más densos de las fuerzas económicas dominantes de capitales foráneos. Son realizaciones de enlaces con efecto de desintegración de *solidaridades orgánicas locales* (SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. 2001). Mientras se basan en el marco de la racionalidad económica, técnica e organizacional del capitalismo imperante, los circuitos espaciales con los patrones estructurales de consumo globalizado, en la verticalización de los dictados de las actividades predominantes en las regiones de la agricultura de la Latinoamérica Rural, son configuraciones espaciales esquizofrénicas cuando se acerca sus resultados sociales y ambientales. Estas son situaciones en las que los soportes verticales actúan perversamente, lo que representa el alejamiento y la alienación de la mayoría de la población en sus propios espacios de vida.

O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contraordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados (SANTOS, M. *et. al.*, 2000, p. 114).

El estado aparece en el proceso de estructuración de estos circuitos espaciales modernos como el socio principal. La mayor parte de las inversiones en innovación tecnológica en la agricultura de los países en desarrollo están encabezadas y todavía se

refieren a las *commodities*. La generosidad oficial en la oferta de crédito para la formación de oligopolios como los grupos JBS Friboi y BRF Foods lleva a cabo a expensas de la formación y consolidación de grupos regionales que suministran y permiten a la seguridad alimentaria de la población. Como bien presentado por Belik (2000),

Atualmente tem aumentado a real dependência financeira dos governos – nos três níveis – em relação às grandes empresas. Essa dependência condiciona o processo político e o apoio da sociedade aos governantes. Na prática, a manutenção das receitas de exportação e a arrecadação tributária exercem um enorme poder no que se refere à determinação das políticas. Como não poderia deixar de ser, eventuais problemas no desempenho das grandes empresas, que geram desemprego ou retaliações comerciais de outros países, são normalmente tratados de forma generalizada como assuntos de Estado. (BELIK *apud* PAULILLO, 2000, Prefácio XI).

Llegamos al momento en que la política se hace en el mercado y para el mercado. Por lo tanto, el Estado es ausente en la planificación que define las cantidades necesarias de la producción agrícola de los cultivos prioritarios para el suministro de alimentos que genera la seguridad nutricional de la población nacional. Al contrario, anualmente se refuerza la inversión en cultivos de exportación, tanto por el aumento de la composición orgánica del capital de las actividades productivas, y para la ampliación de la concentración de la agroindustria de procesamiento en unos pocos grupos.

La producción, circulación, distribución y consumo de alimentos básicos se vuelven aún más dependientes de la ley de los mecanismos de la oferta y la demanda en la vida diaria de la población. Al igual que la mayoría de los los créditos de inversión y oficiales se remite a los cultivos de exportación estándar, la producción insuficiente de alimentos saludables (frutas y verduras, por ejemplo) aumentan sus precios a niveles que impiden que una gran cantidad de empleados tengan una dieta diversificada (CLARO; MONTEIRO, 2010). Un suministro cada vez más abundante a precios bajos de los alimentos procesados con alto contenido de azúcar, grasa, sodio y carbohidratos restringe el consumo de alimentos alternativos para la mayor parte de la sociedad (MARTINS, A. *et. al.*, 2013).

En combinación con el efecto de demostración (impulsada por la publicidad y la propaganda) de los productos no alimenticios modernos (automóviles, motocicletas, teléfonos móviles y otros) y las instalaciones oficiales creadas para su consumo, se deforma aún más el perfil de consumo de alimentos de la población, el aumento de problemas de salud pública (relacionado con enfermedades como la obesidad, la diabetes y la hipertensión) directamente influenciadas por la mala alimentación (FAGUNDES, 2008).

LA AGRICULTURA EN EL CIRCUITO SUBALTERNO DE LA ECONOMÍA REGIONAL

Sobre todo en los países en desarrollo y “en desarrollo” (en diferentes regiones especializadas en productos para el mercado mundial), en contraposición a los modelos hegemónicos y la producción, distribución y de toda la agricultura, y como resultado de la “[...] existência de superposições de divisões territoriais do trabalho particulares, responsáveis pela formação de vários circuitos da economia agrária, tais como os formados a partir da agricultura camponesa não integrada ao agronegócio” (ELIAS, 2012, p. 04) funcionan circuitos subalternos que componen los circuitos más bajos en las economías regionales.

En una realidad en la que la asignación de la mayor parte de los recursos nacionales a la agricultura se hace en nombre de un proceso de modernización que beneficia casi exclusivamente a los que ya están estructurados en los circuitos más altos de la economía, muchos pequeños agricultores no pueden pagar por las mejoras tecnológicas que surgen (incluso cuando cuestan poco) (SANTOS, M., [1979], 2002). Constituyen estos casos circuitos espaciales de producción en el que los instrumentos de trabajo son todavía rudimentarias actividades productivas y reúnen los requisitos para ser intensiva en mano de obra. A modo de ejemplo, se puede citar el caso de la leche, que en muchos lugares se presenta en situaciones en las que los agricultores realizan el ordeño manual (incluso en la presencia de la tecnología a bajo costo en el mercado).

También equivale a la comprensión de la coexistencia de esta disparidad, la mala organización de estos en consecuencia del bajo nivel educativo de sus miembros (SANT’ANA; COSTA, 2004). Para prevalecer en el campo latinoamericano, hombres y mujeres con pocos años de estudio, justifica la importante cantidad de producción donde el control del negocio es a menudo arcaico (SANTOS, M., [1979], 2002). Por lo tanto, incluso cuando hay oportunidad del acceso a líneas de crédito y financiación para obtener innovaciones, sobre todo las limitaciones educativas impiden la autonomía de estos actores sociales en un proceso de transformación.

Por las demandas que se producen casi en su totalidad en la horizontalidad contigua, los circuitos subalternos de la producción de cultivos alimentarios tiene como características principales, además de la tríada fundamental 1) baja capitalización, 2) superó tecnificación y 3) débil organización institucional:

- a) se producen casi exclusivamente por la fuerza de trabajo familiar (con limitada contratación de mano de obra adicional);
- b) son el resultado de más bien pequeñas producciones planificadas (en relación con el modo de administración capitalista);
- c) se dirigen en parte al autoconsumo;
- d) cuando comercial, para configurar los ciclos de los productos mercancía -dinero-mercancía (M-D-M), legitiman su producción para obtener otros bienes de consumo que satisfagan las necesidades esenciales de la familia, no la formación del capital (MARX, 1867, 1984);

- e) cubrir su mayoría circuitos espaciales de corto circulación y distribución (distancias reducidas entre el lugar de producción y consumo);
- f) que actúa en parte sobre la ilegalidad (con producciones artesanales y beneficiamientos fuera de los estándares del mercado).

A pesar de que la capacidad humana antigua para construir nuevas habilidades, existen estas habilidades. Y poner en práctica en los sistemas de producción exigentes de pequeña capitalización (pequeñas barreras de entrada), dan vida a una variedad de productos suministrados en pequeñas escalas casi exclusivamente a los mercados locales y regionales veces. Al mantener la mano de obra (en su mayoría de la familia) como un factor clave de las actividades agrícolas en el circuito subalterno, su presencia es muy fuerte en los asentamientos de pequeñas propiedades en Argentina.

Formado por los productores de bajo nivel de educación, que tienen dificultades en la formalización de la parte burocrática de su producción (en especial los de valor añadido cuando hay transformación de los productos), el circuito subalterno en la producción de alimentos implica actividades que, incluso sin ajuste en el reglamento de legalidad hegemónicas, son el resultado de las demandas que no ofrece el mercado formal.

Por lo tanto, parece que una parte significativa de los alimentos consumidos en las economías regionales no está legalmente reconocido por el Estado. No recibe la estructura necesaria para ser certificada y registrada por los sistemas de inspección oficiales del gobierno, ya sea federal, provinciano o municipal.

Para algunos grupos regionales mínimamente capitalizados, hay una concesión para la explotación de las pequeñas y medianas agroindustrias de alimentos. Ya las pequeñas fábricas artesanales (debido a la inactividad o falta de servicios municipales de inspección en la mayoría de las ciudades), sigue existiendo la ilegalidad tolerada en parte por el fragmento significativo de la población regional consumir productos tradicionales resultados de estas actividades.

Por lo tanto, aun cuando no se reconoce en su mayor parte por las estadísticas de flujos registrados en las agencias oficiales (públicos y privados), la producción, la circulación y la distribución de muchos alimentos de circuito subalterna son realidades de un espacio concreto, o mejor ilegal, espacio geográfico, *espacio banal, territorio utilizado por todos* (SANTOS, M. [1979b], 2003; SANTOS, M. *et. al.*, 2000).

Se reconoce que una totalidad se presenta siempre parcial em los lugares y regiones,

[...] Trata-se do espaço de todos os homens, não importa suas diferenças; o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder. Esse é o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social. É uma visão que incorpora o movimento do todo, permitindo enfrentar corretamente a tarefa de análise (SANTOS, M. *et. al.*, 2000, p. 104).

Estos circuitos inferiores de la economía regional se manifiestan a partir de la producción agrícola que producen estimulados por la escasa cantidad de capital, de los créditos no oficiales (de usureros, por ejemplo), pagos anticipados (hechos por mayoristas, agroindustriales y minoristas) y las partes inferiores de la inversión ofrecidos por el gobierno. Son subalternos flujos de diferentes productos pertenecientes a la canasta básica de la población, que forman pequeñas especialidades en la economía agrícola regional. Producido en la mayoría de los casos en propiedades pequeñas, pequeñas escalas y técnicas rudimentarias totalmente intensivos en mano de obra, estos alimentos proporcionan el suministro de una porción significativa de los mercados locales / regionales (MONTAGUT, 2009).

É dessa forma que, na convivência com a necessidade e com o outro, se elabora uma política, a política dos de *baixo*, constituída a partir das suas visões do mundo e dos lugares. [...]. A política dos pobres é baseada no cotidiano vivido por todos, pobres e não pobres, e é alimentada pela simples necessidade de continuar existindo. Nos lugares, uma e outra se encontram e confundem, daí a presença simultânea de comportamentos contraditórios, alimentados pela ideologia do consumo. Estes, a serviço das forças socioeconômicas hegemônicas, também se entranha na vida dos pobres, suscitando neles expectativas e desejos que não podem contentar (SANTOS, M. 2000, *et. al.*, p. 132-133).

Para satisfacer las necesidades no atendidas sobre todo de la población pobre de que la alimentación se manifiesta en el circuito subalterno. Una realidad en la que la gente es inducida a preferir los modelos de consumo no alimenticios que puedan cumplirse predominantemente por el uso de crédito formal (como los productos de electrónica de consumo en general), parte de los insumos esenciales (como los alimentos) son servidos por las líneas de ventas al por menor alternativas, tales como los ofrecidos en las calles (SANTOS, M. [1979], 2002).

Otra característica en la que la agricultura demuestra sus facetas en el circuito subalterno de las economías urbanas se presenta cuando el agricultor expande sus acciones más allá de la actividad agrícola cuando se realiza la venta directa de sus productos (Figura 1).



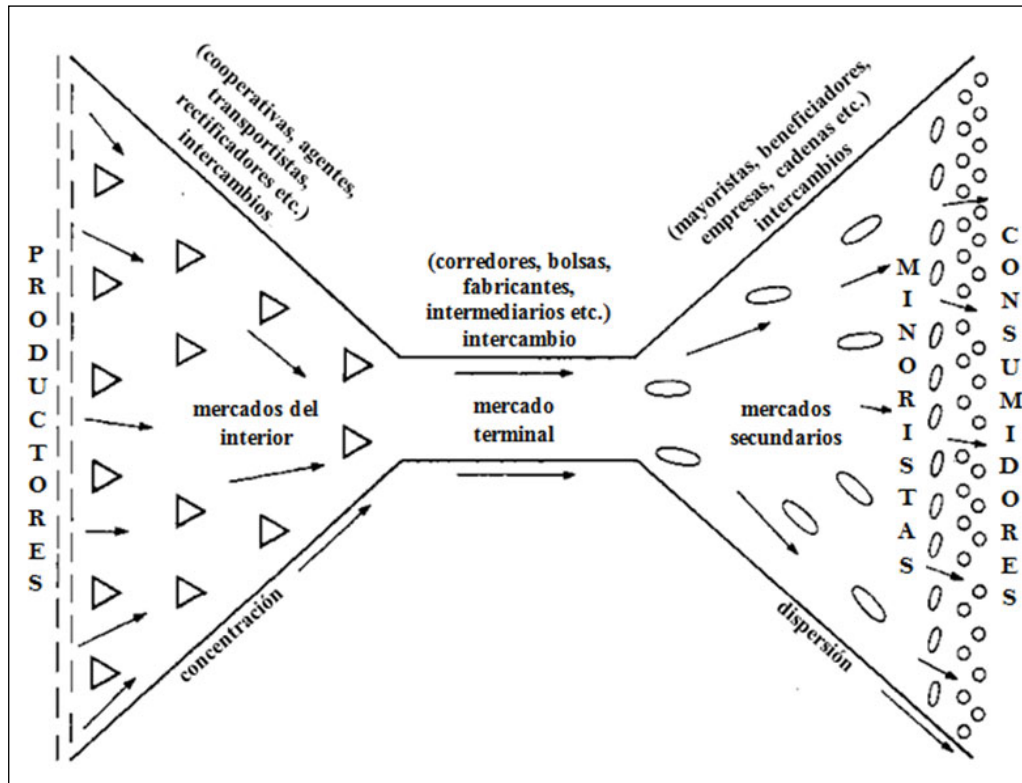
Fuente: Autor (2015).

Figura 1. Venta Directa de Frutas, hortalizas, legumbres y dulces de producción propia de campesino de San Vicente em Feria Popular de la Universidad Nacional de Quilmes, 2015.

Un escape de la subsunción de la renta del suelo obtenido por su trabajo al capital comercial de los intermediarios, la venta directa de parte de la producción en el área urbana adyacente en los mercados callejeros y “puerta a puerta” tradicional y popular es la una de las formas de la agricultura en el circuito inferior (es decir, las cortas distancias desde la producción hasta el consumo).

En el caso de los cultivos altamente perecederos, excedentes obtenidos regularmente allá lo enviado a los programas gubernamentales se han centrado en la venta directa “puerta a puerta” para los mercados libres y a mayoristas, minoristas y las industrias de transformación.

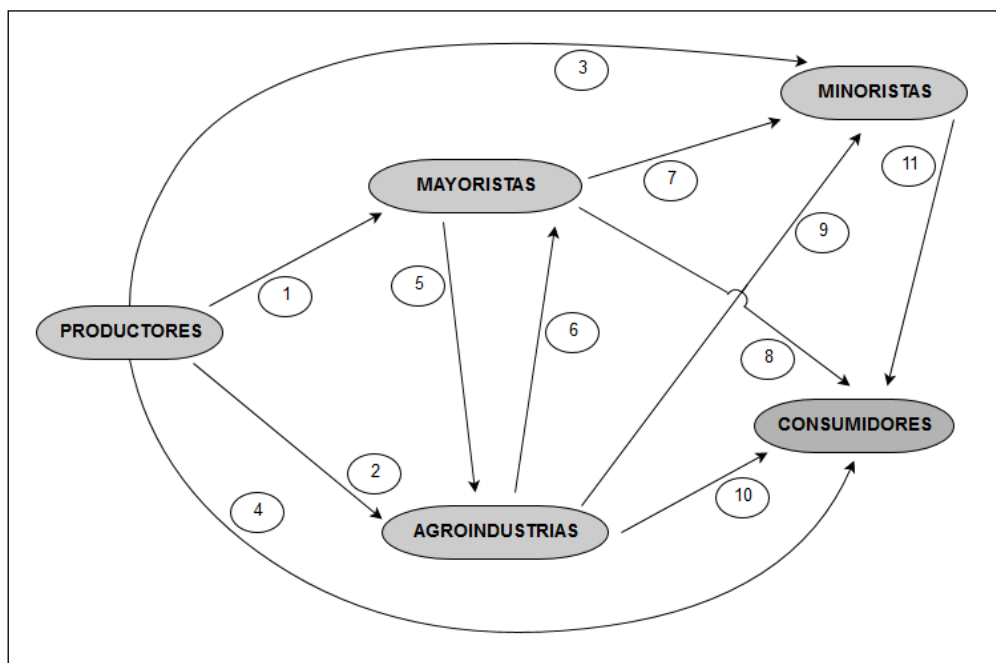
Todo esto demuestra que los esquemas clásicos que describen los flujos de comercialización de la producción agrícola no consideran el circuito inferior como parte de la realidad. Sus resultados persisten en la horizontalidad de la vida diaria como “una producción invisible” (GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010). Al representar lineal y generalizado los direccionamientos de la producción solamente para los mercados al por mayor y para los minoristas (Figura 2), muchos especialistas no captan todos los circuitos espaciales agrícolas.



Fuente: Hoffmann *et. al.* (1978), *apud* Marques P. & Aguiar (1993, p.20).

Figura 2. Enfoque clásico de la comercialización de los flujos de productos agrícolas.

Al considerar la producción de circuito secundario y sus destinos, mientras ramas *rizomáticas* (DELEUZE; GUARARRI, [1980], 1995), un flujograma de la comercialización de productos agrícolas debe representar los diferentes caminos de su circuito espacial. Así que aunque sucede en la ilegalidad subterránea de los mercados locales/regionales contiguos a la producción, las ventas directas a los consumidores, los minoristas y la industria de procesamiento deben aprovecharse como parte del analizado y comprendido en todos los estudios académicos (Figura 3).



Fuente: Organizado por autor (2016).

Figura 3. Flujos *rizomáticos* de la comercialización de productos agrícolas. 1– Comercialización productores–mayoristas; 2– Comercialización productores–agroindustrias; 3– Comercialización productores–minoristas; 4– Comercialización productores–consumidores; 5– Comercialización mayoristas – agroindustrias; 6– Comercialización agroindustrias–mayoristas; 7– Comercialización mayoristas – minoristas; 8 – Comercialización mayoristas - consumidores; 9 - Comercialización agroindustrias – minoristas; 10– Comercialización agroindustrias – consumidores; 11 – Comercialización minoristas – consumidores.

Mirando desde este ángulo, comienza a ver las relaciones urbano-rurales (o campo-ciudad) mucho más allá de los flujos corporativos hegemónicos por el circuito superior en su solidaridad organizacional (SANTOS, M. [1993], 1994). En situaciones de efectos complementarios para el mantenimiento de los hábitos alimentarios locales / regionales (HESPANHOL, R. 2013), estos cortos flujos de comida del circuito inferior son el resultado de una “solidaridad orgánica tejida localmente” (SANTOS, M. [1993], 1994, p. 115). En una fuga masiva desde el carácter único del patrón dietético global que ha generado la vulnerabilidad nutricional de las poblaciones (MAGALDI, 2010), permanecen en diferentes regiones de Argentina una resistencia con el fin de mantener la producción tradicional diversificada de alimentos saludables (MBEMBE, 2009; MUÑOZ, 2009; GÓMEZ, 2009; GUTTAL, 2009; ROSSET, 2009; SARAGIH, 2009).

DISEÑO METODOLÓGICO DE LA INVESTIGACIÓN

Este estudio hizo uso del método cuali-cuantitativo en su ejecución: se refrendó en el análisis estadístico de información secundaria relativa al comercio ambulante en las calles (como los datos del Informe de la Venta Ilegal Callejera y Piratería en la Ciudad

de Buenos Aires) y el análisis textual de la información primaria proveniente de las entrevistas en profundidad realizadas a diferentes informantes (vendedores minoristas, proveedores mayoristas y productores rurales). Se realizó una investigación por muestreo no probabilístico representativa de todas las regiones geográficas de las metrópolis en estudio. Caracterizó cada ubicación desde la mayoría de los productos ofrecidos y las intenciones que se presentan en las elecciones del consumidor. A partir de la guía alimentaria para la población argentina (2000 y 2020), se relacionaron los datos referentes a los precios de los alimentos, la capacidad de compra basada sobre los ingresos de la población y el origen de los productos. También se respetaron las elecciones vinculadas a las costumbres alimenticias. Fueron realizadas 89 encuestas en la metrópoli Buenos Aires. En el Apéndice 1 se presenta las localidades en que se hicieran las encuestas. Priorizó en este estudio los espacios de alta movilidad de personas: plazas públicas, cerca de estaciones de trenes y subtes, estadios de fútbol, sitios de recreación, parques, ferias y cerca de hospitales. Afuera las encuestas, muchos sitios fueron analizados solamente con observaciones y descripciones.

LAS METRÓPOLIS: ESPACIOS DE ARTICULACIÓN URBANO – RURAL

La actividad agropecuaria suele analizarse sólo desde el ámbito rural. Sin embargo, cuando se amplía el foco se mira que son de las metrópolis que se inician el planteo de pensar la ocupación del espacio rural de las naciones. Como estructuras del circuito superior de la economía, son en las metrópolis que están las empresas transnacionales, los bancos y las empresas proveedoras de servicios que comandan la vida y los flujos de capitales y mercancías en las regiones de Argentina Rural (MALDONADO, 2016). En estas ciudades donde se asientan las filiales de las empresas transnacionales que comandan la forma de producción agropecuaria se establece una red densa de contenidos informacionales a través de los cuales se transmiten las pautas de producción que son funcionales al sistema de acumulación. Estas empresas articulan el circuito superior de forma vertical y horizontal: de un lado con la integración de sistemas productivos desde la generación de la materia prima hasta su comercialización; de otro con la expansión de una forma de incrementar la acumulación de capital de las regiones productivas hasta el sistema financiero en los países centrales del sistema económico mundial (BUSCH, 2016).

En articulación con los Estados Nacionales, las empresas transnacionales, los bancos y las empresas proveedoras de servicios ofrecen financiación para el avance de la producción globalizada, seguridad contra las intemperies, promueve la expansión de innovaciones biológicas, físicas y químicas (como semillas, máquinas y insumos) e por final promueve los espacios de comercialización con instrumentos como la construcción de mercados futuros.

A su vez, el espacio urbano de las metrópolis se constituye en la matriz que recibe y articula las variables determinantes del período actual de globalización. Para eso, en una retrospectiva, en las décadas que se pasaran, el espacio geográfico argentino ha entrado en una serie de cambios que vienen construyendo una nueva división territorial de la producción y del trabajo (SILVEIRA, 2016). Contenidos técnicos, científicos,

informacionales y financiero permitieron avances que aceleraran la modernización de la economía argentina, principalmente en su agricultura. Orientada a la exportación, culturas como la soja en Argentina (GIRBAL-BLACHA, 2013) representaran ejemplos de cómo la producción de *commodities* en el campo tiene las estructuras más modernas de capitalización de los países de la periferia del capitalismo. En la división territorial del trabajo en el mundo, estas materias primas aumentan la demanda de insumos y servicios específicos articulados por redes de negocios situados en las metrópolis.

EL CONSUMO EN LAS METRÓPOLIS

El circuito superior

Por la parte del consumo, en las mayores aglomeraciones del Mercosur, el crecimiento de la economía y la expansión de la división territorial del trabajo ha ampliado (mismo que vía endeudamiento permanente de las personas) (LAZZARATO, 2013) la demanda de bienes y servicios (automóviles, electrodomésticos, ropa y calzados, alimentos y bebidas, dentro otros, ofrecidos a menudo y cada vez más por redes oligopólicas (SILVEIRA, 2016). En este contexto los supermercados aumentaron el número de puntos de venta en Argentina. El crecimiento del número de grandes superficies fue acompañado de la apertura de tiendas relativamente pequeñas y dispersas en el territorio, en una busca por competir con los mercados barriales y de las periferias. Redes como DIA% despuntan como los principales representantes del grande capital del circuito superior de la economía mundial en la oferta de productos procesados y ultra procesados alimentares.

Esa estrategia parece haber sido aún más nociva para los comercios del circuito superior marginal e inferior, nociva para los comercios del circuito superior marginal e inferior, gracias a la publicidad, al crédito y a la utilización de ciertas estrategias que se mimetizan con las del pequeño comercio. Los grandes capitales desarrollaron una capilaridad que dejó sin defensa a muchos almacenes de barrio. Las promociones de las grandes firmas abarcaron, a partir de calendarios semanales determinados, en alianza con los bancos la emisión de tarjetas propias de descuentos de fidelidad. Ejemplo del grupo Coto en Argentina (DI NUCCI, 2011).

Restrictos a la ocupación de los espacios internos de los *shoppings centers*, otra manifestación de cambio cultural y estrategia de mercado fueran la instalación de variadas franquías de comidas rápidas oriundas de los modelos de consumo internacionalizados. Ocupando espacios cercanos a los tradicionales kioscos ya consolidados principalmente en la cultura argentina, tiendas de las redes Freddo, Café Martinez, Aroma Café, Havana, *Burguer King*, *McDonald*, *Subway*, entre otros, apuntan hacia una capilaridad en los espacios metropolitanos que para muchos se pasa una visualización subjetiva de un encaminamiento hegemónico uniforme de estos estándares de consumo. Estas marcas alcanzan una capilaridad antes nunca vista, drenando un número importante de capitales pequeños y medianos a través de las franquías. Es un proceso que sofoca la culinaria

tradicional porteña que con ejemplos como de las heladerías e pizzerías conforman un circuito superior marginal cada vez más frágil.

El circuito subalterno

La coexistencia e interdependencia entre los circuitos de la economía urbana encuentra su manifestación más visible en el medio construido. Buenos Aires busca adaptarse a las demandas de la economía moderna adecuando su medio construido a las respectivas exigencias. Sin embargo, como los costos son muy altos, ese proceso sólo afecta directamente a una pequeña porción del espacio urbano, mientras que el resto de la ciudad muestra una gran variación. Esa heterogeneidad del medio construido permite la supervivencia y la reproducción del circuito inferior de la economía.

LA VENTA DE ALIMENTOS EN LAS CALLES DE BUENOS AIRES

Representando la multiplicidad de las metrópolis del mundo subdesarrollado, Buenos Aires presenta en las calles una diversidad de productos alimenticios siendo vendidos. Anunciados con mayor relevancia por los medios dominantes, los modelos de *food-truck* importados y las ferias orgánicas repartidas por la metrópoli son escasos indicios de la modernidad del circuito superior de la economía. La mayor parte de lo que se vende en la calle es popular, de baja calidad nutricional y sin preparación gastronómica. Lo hacen los pobres y para los pobres. Se vende predominantemente de forma ilegal, en espacios no formalizados por la administración pública. En la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, con una población de cerca de 3 millones de personas, solamente 300 vendedores tienen el permiso de la Municipalidad de vender en el espacio público. En enero de 2017 tenían cerca de 1300 personas con pedido de permiso. Segundo las autoridades encuestadas, muchos hacen la requisición de los mismos sitios.

Hay tres categorías de productos con permiso de venta en Buenos Aires³:

Categoría 1: Venta de emparedados fríos, golosinas y productos de confitería, envasados en origen. El expendio se realiza en puestos móviles que deben tener una ubicación determinada en los espacios públicos de más de una hectárea que figuran en el artículo 11.120 de la Ley 1166 de 2003;

Categoría 2: Elaboración y venta de emparedados calientes de salchichas tipo Viena. La elaboración y el expendio se realiza en puestos móviles, que deben tener una ubicación determinada, en los Espacios Públicos de más de una hectárea que figuran en el artículo 11.120 de la Ley 1166 de 2003 de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires;

Categoría 3: Elaboración y venta de emparedados calientes rellenos con chacinados y/o cortes cárnicos. La elaboración y el expendio se realiza en puestos semimóviles, que deben tener una ubicación determinada, en los espacios públicos de más de dos hectáreas que figuran en el artículo 11.120 de la Ley 1166 de 2003.

Algunos de los sitios en que hay el permiso en la ciudad de Buenos Aires son las Costaneras (norte y sur), la Plaza Constitución, Once, Retiro, Lavalle, Congreso y otras plazas⁴.

Hay el permiso de la venta ambulante por cuenta propia de maní en su vaina, descascarado, tostado o sin tostar, castañas, garrapiñadas, manzanas abrillantadas, higos, azúcar hilada, pocholo, barquillos, fruta desecada, descascarada, tostada y seca. No pueden expender bebidas de ninguno tipo, sin embargo no tiene restricción por localidad. El permiso de los aproximadamente 300 vendedores es de un año con posibilidad de renovación se no tiene falta con la fiscalización.

Sin embargo la mayoría de la venta callejera de alimentos en la capital porteña se realizada en la ilegalidad. Productos culturales, como la chipa, que no son autorizados por la municipalidad, son vendidos predominantemente en las mañanas de varios puntos de alto flujo de personas: estaciones de trenes y subtes e avenidas de alta circulación

Expuestas en diferentes formatos (Figura 4), la chipa, de origen paraguayo y norteamericano (de las provincias del norte de Argentina) es el alimento más disponible en desayuno callejero porteño. Vendidos con bebidas calientes como té, café y leche caracterizan la oferta menos costosa para alimentar los trabajadores por la mañana. Comparado con los precios de los espacios legalizados, los productos callejeros similares son menos que la mitad de los precios.



Fuente: Autor (2016).

Figura 4. Chipa confeccionada en madera por paraguayo⁵ en frente de la estación de subte de Palermo.

Como la chipa, no se tiene la dimensión de la cantidad de productos vendidos ilegalmente en la mayor metrópoli al sur del mundo. Un ejemplo, en las cercanías de Retiro, entre la mañana y la noche, más de una centena de vendedores circulan con la venta de sándwiches, chipas, dulces diversos, golosinas, gaseosas, frutas y otros.

De las 89 encuestas realizadas en diferentes regiones de la capital argentina, la mayoría de los productos encontrados son alimentos procesados y ultraprocesados. 70% de los sitios investigados ofrecían mercancías de bajo valor monetario y de baja calidad nutricional (ARGENTINA, 2000; 2020) como hamburguesas, panchos, choripán, chipas, gulosinas en general, helados grasosos, aguas saborizadas, gaseosas, dentre otros. Para una comparación, en fines de 2015, mientras en las redes de comidas rápidas un pancho no salía por menos de 75 pesos argentinos, en la calle o en los trenes podría encontrarse un “súper pancho” por 15 pesos (valor 5 veces menor).

Entre los sitios específicos que visitamos y son característicos por la tradición en la venta de comida callejera están los que reciben eventos deportivos. En este contexto elegimos las cercanías de las canchas de fútbol, donde encontramos el alto consumo de hamburguesas, panchos (paty), choripán y bondiolas con gaseosas (Figura 5⁶).



Fuente: Autor (2017).

Figura 5. Quiosco de venta de sandwiches en la calle Martin Rodrigues, en las cercanías de la cancha del Club de Futbol Boca Juniors.

Igualmente se identificó en la investigación la existencia de una oferta variada de productos alimentares característica de las mayores colonias extranjeras que viven en la capital argentina. En Retiro, se destacó la sopa paraguaya vendida por inmigrantes del país vecino del Mercosur.

Em Once, se encontró una concentración de comidas y bebidas peruanas. Ya en Liniers la colonia boliviana se destaca con sus productos (Figura 6).



Fuente: Autor (2017).

Figura 6. Jugo de durazno en botellas reaprovechadas y empanadas bolivianas vendidos en el barrio de Liniers.

No que se refiere a los productos de alta calidad nutricional vendidos en las calles se identificó una periodicidad estacional intermitente en los eventos de oferta. Ferias Itinerantes de la Ciudad de Buenos Aires, ferias orgánicas, agroecológicas e gastronómicas (como la Buenos Aires Market – Feria de Alimentos Saludables) no acontecen diariamente en los sitios. Atendiendo un público de mejor renta, ofrecen frutas, legumbres, verduras, comidas preparadas con ingredientes especiales y diferenciados nutricionalmente algunos días fijos en la semana (Figura 7).



Fuente: Autor (2016).

Figura 7. Feria orgánica de San Telmo⁷.

Fueran en estos sitios de investigación que fueran encontrados las personas que declararan la dieta de mejor calidad. Con mayores sueldos mensuales pueden adquirir una mayor cantidad de frutas, legumbres y verduras en sus alimentaciones. En lo que se refiere a los productos orgánicos, en prácticamente todos los puntos de venta no se encontró la certificación de los alimentos comercializados. Al ejemplificar con la carpa de orgánicos que se monta a los jueves en la Universidad Nacional de Quilmes (UNQ), se destacó la afirmación de los alumnos vendedores de que la certificación es costosa y la confianza de ser orgánico es la base de la relación con los consumidores⁸.

Por lo tanto, de las entrevistas realizadas con los consumidores en las calles, se destacó que solamente una minoría (4% de frutas y 7% de legumbres y verduras) presentó una alimentación ideal el día anterior de la entrevista.

Tabla 1. Metrópoli de Buenos Aires- Intensidad del consumo de frutas, legumbres y verduras (2015-2017).

Cantidad consumida no día	Porcentual de personas (frutas)	Porcentual de personas (legumbres y verduras)
0	63%	63%
1	19%	-
2	14%	15%
3	-	15%
4	-	7%
5	4%	-
6	-	-
7	-	-
Total	100%	100%

Fuente: Investigación de campo, 2015-2017.

En una realidad en la que más de la mitad de los encuestados relató gastar más del 40% de sus ingresos con alimentación (Tabla 2), se comprende que la opción de la población de más baja renta por porciones limitadas de frutas, legumbres y verduras sufre una interferencia directa de la relación de sus precios con los de los otros alimentos menos saludables (ARGENTINA, 2000; 2020).

Tabla 2. Metrópoli de Buenos Aires - Porcentual de la renta con alimentación (2015-2017).

Porcentual da Renta con Alimentación	Porcentual de Personas
➤ 40%	72%
30 – 40%	4%
20 – 30%	17,5%
10 – 20%	8%

Fuente: Investigación de campo, 2015-2017.

CONSIDERACIONES FINALES

La reproducción de la vida ya tenía dificultades antes de la pandemia de la COVID-19 en la capital argentina. La informalidad que representaba el comercio ambulante evidenciaba la crisis económica que atravesaba el país desde principios de la década del 2000. En el caso de la venta de alimentos, esta actividad ya se caracterizaba, además del trabajo precario, en el escaso acceso a las necesidades nutricionales de una porción de la población de la región metropolitana de Buenos Aires que diariamente se desplaza largas distancias entre el hogar (en la periferia) y el trabajo (concentrados en las zonas centrales del conurbano). Más baratas que los puntos de venta formales, las comidas hechas en las calles representaban para muchos la única opción a la que podían acceder sus ingresos.

Se entiende que el advenimiento de la pandemia del coronavirus profundizó la crisis económica y social en las distintas regiones del Planeta Tierra. La pérdida del empleo formal para gran parte de los trabajadores ha llevado a una profundización del trabajo precario, especialmente en las regiones metropolitanas del mundo subdesarrollado. Por ello, es fundamental actualizar los estudios sobre la realidad de las ventas de alimentos en el circuito bajo de la economía porteña.

NOTAS

2 Incluso las representaciones modernas de negocios urbanos no aparecen de forma homogénea. Ahí la comprensión de la existencia de un circuito superior y un circuito superior marginal en la economía urbana de los países menos desarrollados. Este último (superior marginal) está presente en las posiciones intermedias que oscilan entre los polos extremos; así mismo, cuando son capitalizados hacen uso de tecnologías y modalidades de organización menos modernas, ocupando mayormente las zonas periféricas urbanas (SANTOS, [1979], 2002).

3 Todas las categorías pueden expender agua y bebidas sin alcohol envasadas.

4 Además, la legalidad, los espacios presentan una complejidad acentuada. Por ejemplo, en la Plaza Constitución se encontró 4 quioscos de panchos e 6 de golosinas en conformidad con la legislación. Entre las calles Salta y Brasil hay una alta concentración de paraguayos, donde se vende papa asada, mandioca, carnes, sándwiches y helados en carritos. Lo que también se destacó al redor es el “Paseo la Estación”, un centro de compras popular de productos mayoritariamente falsificados. Como en San Pablo se encontró haitianos, dominicanos y africanos vendiendo gafas, cinturón, relojes y otras mercancías. La región también es punto de prostitución de mujeres y travestis.

5 La mayoría de los vendedores de alimentos son argentinos de baja escolaridad. En la venta de productos culturales de naciones vecinas, predomina la presencia de vendedores de estas nacionalidades. Encontramos paraguayos, bolivianos y peruanos.

6 En la ciudad de Buenos Aires hice parte de la muestra las cercanías de las canchas de Boca Juniors y River Plate. También se realizó una visita alrededor de las canchas de Independiente y Racing en Avellaneda.

7 En la investigación también fueran hechas las visitas en las ferias orgánicas de Pilar y del Mercado Bonpland.

8 Los dos jóvenes nacieron en Florencio Varela y son hijos de bolivianos productores rurales. Dicen que van a continuar en la producción y comercialización conciliando con sus profesiones universitarias (ingeniería y fotografía). Sábado y Domingo venden en la Universidad de Buenos Aires (UBA), curso de Agronomía. También se comercializan en la Feria Verde de Florencio Varela (1 vez al mes). Venden a los comerciantes del Bonplan. Pretenden comprar un punto fijo allí para comercializar tres veces por semana.

REFERENCIAS

ARAMBULO, C. R. A.; ALMEIDA, C; CUELLAR, J; BELLOTO, A.J. La venta de alimentos en la vía pública en América Latina. **Boletín panamericano de la revista de sanidad de la oficina sanitaria Internacional**. Washington D.F, v.118, n. 2, p. 97-107. 1995.

ARGENTINA. Ministerio de Salud, Comité Nacional de Guías Alimentarias. **Guías Alimentarias para la Población Argentina**. República de Argentina, 2000.

ARGENTINA. Ministerio de la Salud de la Nación. **Guías Alimentarias para la Población Argentina**. Buenos Aires, 2020.

BELIK, W. Prefácio in: PAULILLO, L. F. **Redes de Poder & Territórios Produtivos**. Rima:Editora UFSCar. São Carlos, 2000.

BUSCH, S. I. Modernización del circuito productivo de alimentos y uso del espacio metropolitano en Buenos Aires. En: SILVEIRA, M. L. (Coord) Circuitos de la economía urbana. **Ensayos sobre Buenos Aires y São Paulo**, Ed. Café de Ciudades, Buenos Aires, p. 187 - 213, 2016.

CAMARA ARGENTINA DE COMERCIO Y SERVICIOS. **Informe de Venta Ilegal Callejera en la Republica Argentina**. Departamento de Economía. Observatorio de Comercio y Servicios. Buenos Aires, 2019.

CARDOSO, R. D; SANTOS, S.M; SILVA, E.D. Comida de rua e intervenção: estratégias e propostas para o mundo em desenvolvimento. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.14, n. 4, p. 1215-1224. 2009.

CLICHEVSKY, N. **Pobreza y Acceso al Suelo Urbano**: las políticas de regularización en América Latina. Curso Pobreza y Precariedad Urbana: Estrategias y Programas para Centroamérica y el Caribe. CEPAL-AECI Antigua, 2003.

COSTA, E. J. M. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Local**. IDESP. Brasília, 2010.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. [1980]. **Mil platôs - Capitalismo e Esquizofrenia**. vol. 1 Editora 34, Rio de janeiro, 1995.

DINUCCI, J. Circuitos de la Economía Urbana de Bebidas Gaseosas y Aguas Saborizadas: Consumo, Discursos Light y Publicidad en Argentina. **Cuadernos de Geografía - Revista Colombiana de Geografía**, vol. 20, núm. 1, pp. 103-119, Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, 2011.

- DIEZ, R. W. G. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista de Nutrição**. Campinas, v. 16, n. 4, Dec. 2003.
- ELIAS, D. Novas Dinâmicas Territoriais no Brasil Agrícola. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional**. Expressão Popular. São Paulo, 2006.
- SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil. **Anales del XII Colóquio Geocrítica**. Bogotá, 2012.
- FAGUNDES, M. J. D. **Regulamentação da Propaganda de Alimentos no Brasil** (Entrevista). *Ceres*. 3(1). pp. 47-52. Viçosa, 2008.
- FAO. **As ramificações sociais do setor informal de alimentos**. 2010. Disponible en: <<http://www.fao.org/docrep/013/i1124pt/i1124pt02.pdf>>. Consultado el 06 Diciembre 2021.
- FAO-OPS. **Informe del Seminario-Taller Latinoamericano sobre Control de Alimentos que se venden en las Calles**. (RLAC/94/07/NUT-57). Santiago, Chile. 1994.
- GILBAL-BLACHA, N. M. Historia y Memoria Rural. Tramas Regionales para la Construcción de la Historia Rural Argentina. **Revista Breves Contribuciones del Instituto de Estudios Geográficos**. N. 24. pp. 118-131. Tucumán, 2013.
- GOMÉZ, A. Unión Nacional de Organizaciones Regionales Campesinas Autónomas em Mexico (Entrevista). In: MONTAGUT, X.; VIVAS, E. **Del Campo al Plato: Los Circuitos de Producción y Distribución de Alimentos** (Org.). Icaria:Antrazyt. pp. 71-80. Barcelona, 2009.
- GRISA, C.; GAZOLA, M.; SCHNEIDER, S. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**. v. 16, n. 31; julio-diciembre. Mérida, 2010.
- GUTTAL, S. Focus on the Global South in India (Entrevista). In: MONTAGUT, X.; VIVAS, E. **Del Campo al Plato: Los Circuitos de Producción y Distribución de Alimentos** (Org.). Icaria:Antrazyt. pp. 59-62. Barcelona, 2009.
- HESPANHOL, R. Estado e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar: A Experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: **Anales del 14º Encuentro de Geógrafos de América Latina**. 20p. Lima, 2013.
- HOFFMANN, R. *et. al.* **Administração da Empresa Agrícola**. Pioneira. São Paulo, 1978.
- LAZARATTO, M. **La fábrica del hombre endeudado: ensayo sobre la condición neoliberal**. Buenos Aires-Madrid: Amorrortu Editores, 2013.
- LOPES, M. R. **Agricultura Política: História dos Grupos de Interesse na Agricultura**. Embrapa. Brasília, 1996.
- MAGALDI, S. B. Alimentação: Instrumentalização, Dinâmica Industrial e Vulnerabilidades Alimentares (Uma Proposta de Análise na Perspectiva da Geografia). In: SPOSITO, E. S.; SANT’ANNA NETO, J. L. (Org.). **Uma Geografia em Movimento**. Expressão Popular. São Paulo, 2010.
- MALDONADO, G. Circuito superior, producción agropecuaria y ciudad de Buenos Aires: lazos de articulación, cooperación y conflicto. En: SILVEIRA, M. L. (Coord) **Circuitos de la economía urbana**. Ensayos sobre Buenos Aires y São Paulo, Ed. Café de Ciudades,

Buenos Aires, p. 69- 94, 2016.

MARQUES, P. V.; AGUIAR, D. R. D. **Comercialização de Produtos Agrícolas**. EDUSP. São Paulo, 1993.

MARTINS, A. P. B. *et. al.* Participação crescente de produtos ultraprocessados na dieta brasileira (1987-2009). **Revista de Saúde Pública**. Vol. 47(4) pp. 656-665. São Paulo, 2013.

MARX, K. [1867] **El Capital**. Crítica de la economía política. Tomo I, Vol. I e II. Livro Primeiro, 14ª ed. Siglo Veintiuno, Cidade do México, 1984.

MBEMBE, V. N. Grupo de Reflexión y Apoyo para Promoción Rural en la Republica Democrática del Congo (Entrevista). In: MONTAGUT, X.; VIVAS, E. **Del Campo al Plato: Los Circuitos de Producción y Distribución de Alimentos (Org.)**. Icaria:Antrazyt. pp. 41-46. Barcelona, 2009.

MONTAGUT, X. Para Controlar Nuestra Alimentación, Otro Comercio es Necesario. In: MONTAGUT, X.; VIVAS, E. **Del Campo al Plato: Los Circuitos de Producción y Distribución de Alimentos (Org.)**. Icaria:Antrazyt. pp. 131-175. Barcelona, 2009.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **Geografia Crítica: a Valorização do Espaço**. Hucitec. São Paulo, 1984.

MUÑOZ, J. P. Fundación Terranueva en Ecuador (Entrevista). In: MONTAGUT, X.; VIVAS, E. **Del Campo al Plato: Los Circuitos de Producción y Distribución de Alimentos (Org.)**. Icaria:Antrazyt. pp. 47-58. Barcelona, 2009.

PAULILLO, L. F. **Redes de Poder & Territórios Produtivos**. Rima:Editora UFSCar. São Carlos, 2000.

PAVA, C.A; BINI, D. L. C.; BEJARANO, J. J. Comercialização de alimentos no circuito inferior da economia urbana: a venda na rua. **Cadernos PROLAM/USP**, v. 1, p. 78-91, 2013.

PERELMAN, M. Mercados Informales y Violencias en Buenos Aires. **Revista Antropolítica**. n. 50. p.34-61. Niterói, 2020.

ROSSET, P. Centro de Estudios para el Cambio en el Campo Mexicano (Entrevista). In: MONTAGUT, X.; VIVAS, E. **Del Campo al Plato: Los Circuitos de Producción y Distribución de Alimentos (Org.)**. Icaria:Antrazyt. pp. 93-100. Barcelona, 2009.

SALVIA, A.; ANGELIS, C.; CICCARI, M. R. **Ferías Extralegales en Espacios Públicos de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires: un sistema complejo de leatades, oportunismo y explotación amparado por un Estado en las sombras**. Consejo Económico y Social de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Informe de Investigacion. Buenos Aires, 2015.

SANT'ANA, A. L.; COSTA, V. M. H. M. Produtores Familiares e Estratégias Ligadas a Terra. **RER**. v. 42. N. 04. pp. 663-683. Rio de Janeiro, 2004.

SANTIBAÑES, S. Nuevas Informalidades en el Espacio Urbano: Análisis del sistema socio-espacial del comercio informal en la vía pública en la Ciudad de Buenos Aires. **Cuestión Urbana**. Año 2. n. 2 Buenos Aires, 2017.

SANTOS, M. **Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

SANTOS, M [1993]. **A Urbanização Brasileira**. Hucitec. 2ª ed. São Paulo, 1994.

SANTOS, M. [1979] **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países**

- subdesenvolvidos. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- SANTOS, M. [1979b] **Economía Espacial: Críticas e Alternativas**. EDUSP. São Paulo, 2003.
- SANTOS, M. [1996b] **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: EDUSP. São Paulo, 2008.
- SANTOS, M. *et. al.* O Papel Ativo da Geografia: Um Manifesto. **Revista Território**. Ano V, n. 09, pp. 103-109. Rio de Janeiro, 2000.
- SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Editora Record. Rio de Janeiro, 2001.
- SARAGIH, H. Federación de Sindicatos Campesinos Indonesios (Entrevista). In: MONTAGUT, X.; VIVAS, E. **Del Campo al Plato: Los Circuitos de Producción y Distribución de Alimentos (Org.)**. Icaria:Antrazyt. pp. 59-62. Barcelona, 2009.
- SILVEIRA, M. L. Território Usado: Dinâmicas de Especialização, Dinâmicas de Diversidade. **Ciência Geográfica**. Vol. XV (1). pp. 04-12. Bauru, 2011.
- SILVEIRA, M. L. Circuitos de la economía urbana: ensayos sobre Buenos Aires y São Paulo. Editora Café de las Ciudades. Buenos Aires, 2016.

APÉNDICE 1

Definición de las muestras del levantamiento en Buenos Aires:


- 1) Calles; 2) Mercados; 3) Ferias; 4) Hospitales; 5) Universidades.
- 1) Grandes Plazas (Constitución, Once, Retiro, Mayo); En las estaciones de subte (Juan Manuel de Rosas, Malibía-Osvaldo Pugliese, Leandro N. All, San Pedrito, Río de Janeiro, Plaza de los Virreyes, Avenida La Plata y Hospitales, Congreso de Tucumán y Palermo) trenes (Moreno, Terminal de LINIERS, Terminal General Pacheco, Morón, terminal Federico Lacrose, paradas en Avenida Paseo de Colon) y estadios de fútbol (Boca, Terminal, River y Independiente) y villas (Villa 21 y 31); Área de Ocio: Puerto Madero (Costanera Sur).
- 2) Mercado Abasto (Quilmes) - venden para los pequeños minoristas de la región; Mercado de frutas Tigres y Avellaneda; Mercado Humboldt (zona norte de la Capital Federal), Mercado San Telmo y San Cristoban, Mercado Sabe la Tierra en Pilar; Mercado Central; Mercado de Buen Plan (Palermo).
- 3) Feria de Parque Pereira en Quilmes (domingo); Feria de Minoristas Universidad Quilmes (Jueves); (Gran Buenos Aires), Raíz Festival Gastronómico, Buenos Aires Market (feria orgánica), Feria Parque las Heras, Feria Pueyrredón y Feria Villa Lugano, feria orgánica de San Telmo. Feria Economía Social de la Boca (Ministro Brian con Pedro Mendoza);
- 4) Hospitales: La Boca, Fioritto, de los Niños, los Arcos, Otamendi - Mirolli (Facultad Medicina).
- 5) Universidades: Facultad de Economía y Medicina (UBA), UCA, Universidad Nacional San Martín, Universidad Palermo.

GEOPOLÍTICA, COLONIALISMO Y TURISMO

GEOPOLÍTICA, COLONIALISMO E TURISMO

GEOPOLITICS, COLONIALISM AND TOURISM

Stella Maris Arnaiz Burne¹

 0000-0002-6366-2218
stellaarnaiz@yahoo.com.mx

Alfredo A. César Dachary²

cesaralfredo552@gmail.com

Ano XXVII - Vol. XXVII - (4): Janeiro/Dezembro - 2023

CIÊNCIA
Geográfica

ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461

www.agbtauru.org.br

1 Dra. en Antropología por la Université Laval. Québec. Canadá. Profesora – investigadora en el Centro Universitario de la Costa de la Universidad de Guadalajara. Puerto Vallarta, Jalisco, México. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores, Nivel 2 del CONAHCYT. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6366-2218>. E-mail: stellaarnaiz@yahoo.com.mx.

2 Dr. en Ciencias Sociales por la Universidad de Leiden, Países Bajos. Profesor - investigador en el Centro Universitario de la Costa de la Universidad de Guadalajara. Puerto Vallarta, Jalisco, México. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores, Nivel 2 del CONAHCYT. E-mail: cesaralfredo552@gmail.com.

Artigo recebido em agosto de 2023 e aceito para publicação em novembro de 2023



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMEN: La relación del colonialismo y el turismo es fundamental para entender este último, sobre sus orígenes y su desarrollo, la función que luego cumple en la periferia colonial y como sirve para consolidar identidades nuevas, idiomas dominantes y una sociedad del consumo. La importancia central que tiene este fenómeno al analizar el nuevo turismo, el masivo, que emerge junto al proceso de descolonización, implementando la neo colonización y la consolidación de la hegemonía de Estados Unidos. Analizaremos en este trabajo la relación turismo - colonialismo en tres niveles: el primero es el territorial, los nuevos territorios que emergen de la descolonización y la forma de insertarse en el mundo; el segundo es la parte socio-cultural, cómo ven los países colonizados su nascente país, y el tercero tiene que ver con el lenguaje, ya que se impone el inglés como idioma universal del turismo y el comercio.

Palabras clave: Geopolítica. Colonialismo. Turismo. Caribe. Estados Unidos.

RESUMO: A relação entre colonialismo e turismo é essencial para compreender este último, sobre as suas origens e o seu desenvolvimento, a função que posteriormente cumpre na periferia colonial e como serve para consolidar novas identidades, línguas dominantes e uma sociedade de consumo. A importância central desse fenômeno ao analisar o novo turismo, o massivo, que surge junto com o processo de descolonização, implementando a neocolonização e a consolidação da hegemonia dos Estados Unidos. Neste artigo, analisaremos a relação turismo-colonialismo em três níveis: o primeiro é o territorial, os novos territórios que emergem da descolonização e a forma de se inserir no mundo; a segunda é a parte sociocultural, como os países colonizados veem seu país nascente, e a terceira tem a ver com o idioma, já que o inglês se impõe como língua universal do turismo e do comércio.

Palavras-chave: Geopolítica. Colonialismo. Turismo. Caribe. Estados Unidos.

ABSTRACT: The relationship between colonialism and tourism is essential to understand the latter, about its origins and its development, the function that it later fulfills in the colonial periphery and how it serves to consolidate new identities, dominant languages and a consumer society. The central importance of this phenomenon when analyzing the new tourism, the massive one, that emerges together with the decolonization process, implementing the neo-colonization and the consolidation of the hegemony of the United States. In this paper, we will analyze the tourism-colonialism relationship on three levels: the first is territorial, the new territories that emerge from decolonization and the way to insert themselves into the world; the second is the socio-cultural part, how the colonized countries see their nascent country, and the third has to do with language, since English is imposed as the universal language of tourism and commerce.

Keywords: Geopolitics. Colonialism. Tourism. Caribbean. United States.

ANTECEDENTES

El turismo es una actividad económica que emerge con el desarrollo del capitalismo y los profundos cambios en la Europa Atlántica, con la Revolución Francesa, que sentó las bases de una nueva estructura social, donde emerge la incipiente burguesía mientras comienza la reducción del poder de la decadente aristocracia y, a la par, la proletarización de los campesinos camino a la ciudad industrial para integrarse a un cambio de vida radical, mientras un ejército de servidores de la realeza inicia las bases de la restauración y los servicios palaciegos, plataformas del futuro hotel.

La revolución industrial generó la revolución de los transportes, básica para el movimiento de personas masivamente, por primera vez en la historia, con el transporte mecánico del ferrocarril y en los grandes ríos y océanos los barcos, todos a vapor.

En esta etapa pionera, a la mitad del siglo, se realiza la primera de las Exposiciones Universales del capitalismo - colonialismo, que terminaron exhibiendo nuevas maquinarias, junto a pueblos originarios como “cosas exóticas”, en los tristemente célebres Zoo humanos (CÉSAR *et al.*, 2020).

La primera Exposición Universal fue la de Londres en 1851, orgullo del Imperio Británico, construido con violencia, despojo y esclavitud y recibió más de 6 millones de visitantes, que ya viajaban como turistas, muchos con la organización pionera del turismo de Thomas Cook, que se consagró como empresario con la exposición de Londres donde movió un total de 165,000 visitantes (CÉSAR *et al.*, 2018).

La segunda gran presencia política del turismo es la inauguración del canal de Suez en 1868, hecho central de la economía colonial de la época y la que vendría entre 1883 - 1884 cuando Bismark acuerda con las restantes monarquías y Estados Unidos, la repartición de África como un botín de una guerra que no existió.

Los imperios buscan posesiones en islas, inicialmente para el uso del tráfico marítimo y se denominaron las “islas carboneras”, como lo fueron las Azores de Portugal y las Canarias de España, hoy importantes centros turísticos (SUÁREZ BOSA, 2000).

A partir de los 1930 comienza la expansión de la naciente aeronáutica comercial, que para su expansión internacional requería de islas especialmente con lagunas arrecifales, las que más se adecuaban a los nuevos grandes aviones de largo alcance que eran hidroaviones. Varias décadas antes, en el siglo XIX, fueron ocupadas por una ley del gobierno de Estados Unidos, las islas guaneras, para explotar los fertilizantes que tenían mejor rendimiento, y ellas fueron básicas para la expansión aérea, ya que emergían en medio del mar como la única opción para los aviones, aún con corta autonomía de vuelo.

La ocupación y control, para luego generar la anexión del archipiélago de las islas de Hawái, fue una campaña del gobierno de Estados Unidos, ya que el imperio del Sol Naciente se estaba armando para buscar su ampliación en el Pacífico, lo que se confirmó luego de que la flota imperial hundiera a la flota zarista en 1905, en la batalla de Tsushima, denominada la batalla del mar del Japón.

En 1890 aparece un clásico de la geopolítica norteamericana, el trabajo del Capitán de la Marina de Estados Unidos, Alfred T. Mahan, titulado “El interés de los Estados Unidos de América en el poder marítimo. Pasado y presente”, una región que estuvo desde 1959 bajo una fuerte presión incluida la crisis de los misiles de 1963 (MAHAN, 2000).

La secuencia colonial era: islas carboneras, guaneras, puertos de exportación, lagunas de amerizaje, centros turísticos y, por último, zonas de bancos *of short*, aunque en el medio hubo una oscura etapa de Estados Unidos con las pruebas atómicas en algunos arrecifes e islas coralinas, y la implantación de la economía criminal que lavaba sus oscuros recursos en estos bancos que ellos mismos mantienen en las islas fuera de todo control.

En la primera mitad del siglo XX, luego del brusco despertar de la primera gran guerra, emerge el turismo social, guiado por los sindicatos en Francia y los partidos políticos de derecha como los de Alemania e Italia, con grandes resultados sobre la emergente masa de trabajadores, básicamente industriales.

El Presidente de Estados Unidos, Theodore Roosevelt, utilizó el turismo para convencer a su sociedad sobre el canal de Panamá, fotografiándose nadando en los nuevos canales, para asombro de sus conciudadanos. El canal a través de América Central, controlado por los Estados Unidos, sería de importancia estratégica vital, lo que adquirió mayor importancia después de la auto destrucción en Cuba del buque de guerra USS Maine, el 15 de febrero de 1898, detonante de la guerra con España.

Cuadro 1. La construcción del “paraíso del Caribe por parte de Estados Unidos” (siglo XIX)

Año	Acción
1871	Anexión de República Dominicana a Estados Unidos, rechazo popular y no se puede implementar.
1873	Tropas de Estados Unidos entran a territorio mexicano / Desembarco de Estados Unidos en Panamá.
1877	Tropas de Estados Unidos con autorización presidencial entran a México, siguiendo “indios fugitivos”.
1885	Desembarco de tropas de Estados Unidos en Panamá para mantener el libre tráfico de mercancías por ferrocarril.
1888	Estados Unidos obliga a soltar un barco que tenían retenido en puerto por infracciones.
1890	Tropas de Estados Unidos desembarcan en Buenos Aires para “proteger al Consulado”.
1891	Barcos de Estados Unidos bloquean puerto de Haití, para exigir poner una base naval de ese país.
1898	Declaración de guerra de Estados Unidos a España (Comprar la isla de Cuba).
1899	Invasión a Nicaragua, desembarco en Bluefields.
1900	Estados Unidos anexa Puerto Rico con la Ley Foraker. Asegura al futuro canal de Panamá.
1901	Estados Unidos impone la Enmienda Platt, que permite intervenir militarmente en Cuba.
1902	Estados Unidos interviene militarmente en Colombia, nace Panamá.
1903	Estados Unidos desembarca militarmente en Honduras para “proteger” sus intereses. Desembarco también en República Dominicana. Flota naval de Estados Unidos apoya la separación de Panamá.
1906	1906-9, ocupación de 3 años a Cuba enmienda Platt / Estados Unidos interviene Guatemala y El Salvador e impone el Pacto de Washington de 1907.

continua

continuación

1909	Tropas de Estados Unidos invaden Nicaragua y Dominicana y Honduras pacana, para mantener gobiernos "dóciles".
1912	Estados Unidos interviene en Panamá para asegurar las elecciones y Honduras por la United Fruit. Interviene Nicaragua para proteger gobierno y bienes de estadounidenses.
1914	Estados Unidos desembarca en Haití y saquea sus reservas de oro. Ocupa también zonas de República Dominicana. Desembarco de tropas de Estados Unidos en Veracruz, para proteger bienes de norteamericanos.
1915	Masacre en Haití por tropas de Estados Unidos / Dinamarca vende isla en el Caribe en 25 millones U\$A.
1917	Tropas de Estados Unidos entran a Honduras, Panamá y Guatemala, "Defensa de intereses".
1918	Hasta 1920, tropas de Estados Unidos luchan junto a las de la United Fruit contra ejército hondureño.
1924	Invaden tropas de Estados Unidos a Nicaragua para apoyar al dictador Adolfo Díaz.
1926	Desembarco de tropas de Estados Unidos en El Salvador para apoyar a gobierno impopular.
1932 y 1945	Se abren bases militares de Estados Unidos en Bermudas, Santa Lucía, Bahamas, Jamaica, Antigua, Trinidad, Guayana, Panamá y Cuba, motivo "Defensa Hemisférica".
1947	Se firma el Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca (TIAR), impuesto por Estados Unidos. Entran las tropas de Estados Unidos a Corintio en defensa del dictador Somoza.
1953	Estados Unidos presiona al Reino Unido para derrocar el gobierno socialista de Guyana, encabezado por Jagan. La CIA promueve y triunfa el golpe militar contra Jacobo Arbenz en Guatemala.
1959	Revolución Cubana encabezada por Fidel Castro.
1961	Fracasa la invasión a Cuba, es derrotado por el ejército revolucionario cubano.

Fuente: Guerra y Prieto (1978).

En la segunda parte del siglo XX se da el proceso de descolonización y las luchas de liberación nacional, frente a un mundo bipolar dividido por la guerra fría, que significaron varias guerras desde la de Corea a Vietnam. En ambas no pudo imponerse Estados Unidos y la última coincide con el fin de los años dorados de ese país, la pérdida del respaldo oro del dólar y la formación de la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), agrupación de los principales productores de petróleo.

Al concluir la segunda gran guerra, Estados Unidos comienza a organizar el mundo para controlar y expandir su hegemonía frente a la URSS y la Europa del este. En 1945 se crea Naciones Unidas (ONU) y en el mismo período el Banco Mundial (BM), el Fondo Monetario Internacional (FMI), la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO) y demás actividades, incluido el turismo, que desde 1917 tiene una organización del transporte aéreo, la Asociación Internacional del Transporte Aéreo (IATA), que se refundó en 1944 y luego la actual Organización Mundial del Turismo (OMT).

En 1934 se crea la Organización Oficial de Propaganda Turística (UIOOPT), que en 1947 en La Haya se transforma en la Unión Internacional de Organismos Oficiales de Turismo (UIOOT), que crean las primeras comisiones regionales.

En 1949, la primera fue la Comisión Europea de Turismo y la segunda fue África (colonial), la tercera Medio Oriente (colonial), la cuarta fue la Comisión del Asia Meridional, la quinta la de Asia Oriental y como final, Latinoamérica.

En 1976, la OMT se instala en Madrid el 1 de enero e inmediatamente después se logra un acuerdo entre el PNUD y la OMT, camino a transformarse en una agencia especializada de la ONU.

En 1980, la Conferencia Mundial del Turismo celebrada en Manila (Filipinas) adopta la Declaración de Manila sobre el Turismo Mundial, y una década después, en 1992, la ONU inaugura en Brasil la Conferencia para el Medio Ambiente y el Desarrollo, donde emerge una posición vigente hasta la actualidad: el Desarrollo Sustentable, adecuado al turismo y las demás actividades económicas y sociales.

En el siglo XX emerge el turismo como un modelo de consumo masivo en los “años dorados” de la postguerra y dentro del nuevo modelo del consumismo, bandera ideológica que se planta en la guerra fría entre occidente y la URSS. El turismo es conceptualizado como “la industria sin chimeneas”, pero en los 1950-1960 las crisis ambientales desarrollan una perspectiva crítica y realista.

El turismo, como modelo de desarrollo dentro del capitalismo, reproduce y, a la vez, aloja una doble contradicción: la más oculta es hacia dentro de sí mismo como “producto” porque se presenta una copia “maquillada” de la realidad que se vende como la realidad misma, haciendo de lo transformado una nueva verdad, cuya principal función es la de responder a los imaginarios que tiene el hombre en su perspectiva de la búsqueda incesante de nuevos objetos de consumo, en este caso, de ocio y placer (MCCANNELL, 2003).

La segunda contradicción complementa a la primera, ya que el turismo como modelo se le ubica siempre como una actividad desvinculada del sistema en que se genera y, por ello, se presenta como un “hecho emergente” que hace realidad los sueños del turista, la respuesta del genio al deseo del viajero.

Esta doble distorsión enmarca y amortigua los impactos del turismo, haciéndolo un modelo aparentemente “neutral” que responde al deseo del ocio, ocultando así los grandes costos de un complejo negocio, que deben asimilar las sociedades de acogida.

Por ello, el turismo como modelo es inexplicable si no está referenciado a la totalidad, un sistema en permanente transformación a consecuencia de los grandes cambios tecnológicos-económicos, que readecuan al modelo y las consecuencias sociales, políticas y culturales.

Así el turismo puede considerarse, según Yamashita (2003), un marco ideológico de la historia, la naturaleza y la tradición; un marco que tiene el poder de dar nueva forma a la cultura y a la naturaleza según sus propias necesidades, lo que significa que éste está enraizado en las relaciones de poder (SALAZAR, 2006).

¿UNA NUEVA GEOGRAFÍA?: DEL COLONIALISMO AL TURISMO

El fin de la Segunda Guerra Mundial significó una nueva gran redistribución de pueblos y territorios, en busca de sus identidades nacionales o regionales, lo cual se verá reflejado en las Naciones Unidas, que en su fundación eran 51 países y en 2022 son 193 miembros, como consecuencia del proceso de descolonización masivo y de división territorial de otros, por causas diversas.

La definición del siglo XX, más gráfica sobre que es la colonización de un país, la dio Gandhi cuando sostuvo, “...nos habíamos vuelto extranjeros en nuestro propio país...”, frase que fue repetida por otro luchador por la descolonización de su país, Pham Quynh, cuando la ocupación japonesa en el actual Vietnam, y así pasó a otros frentes de lucha anticolonial como fue Argelia en 1952. (FERRO, 2000).

El nuevo colonialismo como sistema se instaura en la segunda mitad del siglo XIX, en medio de una gran competencia entre las grandes potencias europeas para ampliar el área de influencia de las propias empresas comerciales nacionales, mayoritariamente en Asia y en el continente africano, ya que, en América, Estados Unidos impone el sarcasmo imperial de: “América para los (norte) americanos”.

Así el colonialismo se convierte en un instrumento aliado en la organización de la producción, basado en la explotación de una fuerza de trabajo privada de derechos políticos y sociales en el ámbito del estadio colonial, y de conquista de mercados monopolistas tanto para productos industriales europeos como para las inversiones de capital.

La herencia del colonialismo fueron economías “extrovertidas”, como dice Samir Amín, vueltas hacia la exportación y no hacia la creación de un mercado interno (GENTILI, 2002).

El colonialismo es un sistema de explotación y enajenación masiva de las materias primas y otros recursos de un territorio efectuado por un estado extranjero, por medio de su ocupación permanente, con fuertes contingentes militares y el establecimiento de una organización política y administrativa directa.

La relación del colonialismo y el turismo es fundamental para entender este último, sobre sus orígenes y su desarrollo, la función que luego cumple en la periferia colonial y cómo sirve para consolidar identidades nuevas, idiomas dominantes y una sociedad común a todo el sistema, la sociedad del consumo. La importancia central que tiene este fenómeno al analizar el nuevo turismo, el masivo, que emerge con el proceso de descolonización, la ampliación de un modelo de neo colonización y la consolidación de la hegemonía de Estados Unidos.

Analizaremos la relación turismo - colonialismo en tres niveles: el primero es el territorial, los nuevos territorios que emergen de la descolonización y la forma de insertarse en el mundo, a través de qué actividades y cómo las desarrollan y el segundo es la parte social cultural, cómo ven los países colonizados su naciente país, y cómo se vende éste en el extranjero con el fin de hacerlo atractivo, ¿cómo vender lo que nos hicieron creer que somos?

Los museos y la representación de lo que creemos que somos a través de una historia contada, o como se construye a través de la imaginería una nueva identidad adecuada al turismo, donde juega un papel fundamental el cine, la literatura, la televisión, la prensa y ahora la web.

El tercero tiene que ver con la cultura y es un elemento central de ésta, el idioma, que es el instrumento más complejo en la dominación, que difícilmente se puede superar, ya que, para los países centrales, las lenguas originales son hoy “lenguas muertas”. A partir del fin de la Segunda Guerra Mundial comienzan a darse los movimientos por la “independencia” de los países colonizados de los colonizadores, un camino complejo que pocas veces se hace por la vía diplomática, ya que en la mayoría emerge la etapa de enfrentamientos.

¿Cuál es la relación que tiene la descolonización con el turismo? y la respuesta es “el neocolonialismo”, la mayoría economías distorsionadas, exportadoras, que entran en crisis con el fin de la guerra y no encuentran salida, y el turismo es una de las dos grandes salidas; la primera es la emigración de muchos hacia las Metrópolis, los más capacitados o que tienen familia allí y la otra es el turismo y en poco tiempo, viene lo que “complementa” a estos nichos del placer, otro mejor, el que dan los “Paraísos fiscales”.

Esta mancuerna de doble placer será fundamental para entender en algunos casos, que no son la excepción, de otra relación directa que se da entre el desarrollo del turismo y el lavado de dinero, que viene del tráfico de drogas o de otros rubros de la economía criminal, siempre bendecida por la acción inmoral de las potencias coloniales, especialmente Inglaterra, donde la mayoría de sus islas son paraísos fiscales.

En los casi cinco siglos de colonización hubo muchas guerras entre las potencias coloniales, además de rebeliones y otros eventos. El Cuadro 2 muestra esa otra cara del Caribe, la rebelión de los pueblos esclavizados que dura hasta la actualidad, como lo ejemplifica Haití, país sacrificado por el mundo colonial para evitar que los esclavos intenten una libertad y menos crear un país.

Cuadro 2. Rebeliones y movimientos revolucionarios en las islas del Caribe (1790-1804).

Año	Lugar	Hechos
1795/1796 1795 1795	Jamaica San Vicente Granada	La 2ª. Guerra Cimarrón Rebelión de los caribes negros Rebelión de las plantaciones francesas
1791/1804	Santo Domingo Haití	Rebelión de los esclavos, se crea Haití
1794	Dominica	Los esclavos se sublevan
1794 1794	Guadalupe Martinica	Rebelión de los esclavos Rebelión de los esclavos
1795	Santa Lucía	Los esclavos se sublevan. Expulsión de los Garífunas
1797	Honduras	Arriban los Garífunas
1847-1901	Yucatán –Belice	Guerra de Castas de los mayas contra los blancos, impulsada por el Reino Unido

Fuente: Huerta (1976).

EL CARIBE: DE LAS PLANTACIONES AL TURISMO

El Caribe es definido como una región excepcionalmente bella, donde destacan su mar azul, las arenas blancas, palmeras y mucho sol, y esto es lo que algunos consideran unido al clima tropical los elementos constituyentes del “paraíso”, pero falta algo más, una población dominada y controlada, que se la considera desde los países colonizadores como inferior.

Pero esto no es nuevo, ni nació con las agencias de viajes, ya que este imaginario viene desde el siglo XVII, de las zonas tropicales y era por ello que se las consideraba “islas paradisíacas” ya que, según Richard Grove, eran un escape al ambiente monótono, opresivo y exageradamente humanizado de la Europa de su época (Arnold, 2000).

Sin embargo, esta visión fue cambiando a mediados del siglo XVIII, y así las zonas tropicales se comienzan a considerar como insalubres, por su clima, aunque gran parte del cambio que se había dado en éstas era obra de los conquistadores, luego colonizadores, que manejaron las islas de forma irracional e incluso fomentaron una repoblación con los esclavos para las plantaciones, a partir del genocidio de los pobladores originarios.

En esa época, la incipiente medicina retoma las teorías hipocráticas del ambiente y la enfermedad, con lo que los trópicos se consolidaron como regiones insalubres y mórbidas, lo cual coincide con la teoría del determinismo geográfico, que también son el marco para las teorías raciales que van a justificar la esclavitud y las diferencias entre europeos y el resto del mundo.

El nuevo colonialismo, que se relanza a finales del siglo XIX, ayudó al desarrollo de la medicina tropical, y así se ratificaba una vez más como la ciencia europea daba, a sus imperios coloniales, motivos para consolidar su eurocentrismo.

Y adelantándose en más de un siglo a los “nuevos paraísos” se pensó que la laxitud física estaba asociada a una laxitud moral y es allí donde los viajeros vieron la libertad sexual como uno de los mayores atractivos, algo que los nuevos turistas –recolonizadores buscan en los trópicos de hoy.

El Caribe se identifica por las palmeras, que no fue la vegetación originaria de esta región, ya que originalmente sobresalía la uva de mar y otras especies de arbustos y plantas no tan impresionantes ni escénicas como la palmera de coco de agua. Los cocos, se mueven sobre el mar y navegan con las corrientes, pero vienen de muy lejos y al depositarse en las costas crecen en la arena, el lugar donde mejor se dan de frente al mar, al cual logran domar transformando su agua salada en dulce y resistiendo, la mayoría de las veces, a los vientos huracanados con su flexible estructura.

En este escenario paradisíaco donde la esclavitud logró el mayor desarrollo en la odiada plantación y, con ello, cambió el color de su piel en las islas y en la mayoría del área continental, y también fue la cuna de las mayores rebeliones de los esclavos y otros oprimidos, lo que culminó con la primera independencia de América, no Estados Unidos con una lucha entre una burguesía local y otra colonial y donde la revolución significó la continuidad del trato desigual y violento a negros, asiáticos y pueblos originarios, a diferencia de la revolución del Caribe, en Haití, donde los esclavos se levantaron, y por ello Francia lavó con sangre esa afrenta, lo que sigue hasta la actualidad.

En esta región de una insuperable belleza, se da el auge y desarrollo del turismo y destacan la existencia de los países más pobres de América, los conflictos internos graves, como fueron las guerras civiles en Centroamérica, y las invasiones de los Estados Unidos a Dominicana, Panamá, Granada, Haití, una revolución frente a Estados Unidos, la cubana, y la mayor migración o expulsión de población en la región, que llega ser de casi la mitad de la población de las islas y, con todo, el turismo sigue creciendo.

La historia del Caribe que se les cuenta a los turistas es una falsa historia de leyendas y misterios y no la tragedia de la esclavitud y la represión, de allí la importancia de conocerla para no caer en el discurso ligero de la imaginaria del turismo, que ratifica de manera indirecta, las diferencias y contradicciones que vende el eurocentrismo como la única verdad.

A mitad del siglo XVII, Jamaica, el centro del mundo colonial español del Caribe, cae en manos de Inglaterra y allí se acaba la dominación de España en esta región, ya que de allí en adelante intentará controlar íntegramente Gran Bretaña, pero la resistencia local y regional de los pueblos lo frenaron.

A mediados del siglo XVI, un mapa francés ya describe un *Mer des Antilles* (Mar de las Antillas) y luego los ingleses le denominaron *Caribbean Sea* y de igual manera desde comienzos del siglo XVII a las Antillas menores los mismos anglosajones les denominaban *Caribby Island* (GAZTAMBIDE, 2003).

Fue debido a una gran diferencia de denominaciones y territorios que la definición del espacio geográfico de la cuenca del Caribe, mar e islas y zonas continentales, no fue una tarea sencilla, ya que sobre este particular existen un sinnúmero de visiones, que nacen y se desarrollan con el colonialismo.

Las definiciones restringidas parten de presupuestos históricos y políticos expresados en la unidad de colonización; así es posible hablar del Caribe inglés, el holandés, el francés, el hispano y hoy, el norteamericano, y estas definiciones se han mantenido a partir de la unidad cultural y lingüística, que mantiene plena vigencia en esta región multicultural; son el fruto de lo que se define como el neocolonialismo.

La conceptualización geográfica es la más restrictiva de las amplias, ya que limita la región a los territorios insulares y continentales bañados por el mar Caribe; así entraría Quintana Roo en vez de México, o la costa Caribe costarricense en vez de todo el país (DEMBICZ, 1979).

En la segunda parte del siglo XX se dan tres cambios fundamentales en la región: a nivel político, las independencias y nacimiento de los territorios colonizados de nuevos países, que se expresan por primera vez desde la posguerra en la Conferencia de Bandung en 1955.

El segundo gran cambio es a nivel económico, el fin de la plantación de productos primarios y la emergencia de una modernización en la pesca que implica una diversificación y junto a ella el comienzo del turismo, el cual tendrá un vuelco fundamental a fines de esa década con el triunfo de la Revolución Cubana.

El tercer elemento es el internacional, se consolida la hegemonía y se ejerce el poder militar en el Caribe y aparecen las primera organizaciones regionales, inicialmente por afinidad idiomática – colonial y luego ampliándose más hasta concluir al fin del siglo con la Asociación de Estados del Caribe.

En 1942 se creó la Comisión Anglo Americana del Caribe, cuya función fue legalizar el uso de las islas como bases militares para la defensa estratégica de Estados Unidos y cuatro años después, en 1946, se crea la Comisión del Caribe (PEÑA, 1989). El trabajo de esta Comisión es destacado por varios analistas ya que se considera que a partir de ésta se da un proceso de integración de las Antillas como región y se alejan de las potencias coloniales como un paso más hacia la independencia (LASSERRE, 1976).

La partición territorial del mundo en la post Segunda Guerra Mundial generó grandes áreas de control y de influencia en los dos bandos de este nuevo tipo de enfrentamiento intermitente que se denominó “Guerra Fría” y que durará cuatro décadas y media.

La Revolución Cubana es el gran parte aguas en el Caribe y en América en general, ya que llevará la guerra fría hasta esta región y el turismo deberá jugar un papel importante como mecanismo de desarrollo para intentar frenar la extensión de las ideas que ésta promovía, como una gran reivindicación de los pueblos oprimidos y colonizados.

El 31 de diciembre de 1959, Fidel Castro entra triunfante a La Habana y al poco tiempo comienza el conflicto de intereses con Estados Unidos, situación que lleva a la nacionalización de los bienes extranjeros en la isla y un año después a la frustrada invasión de Bahía de Cochinos, la primera gran derrota de Estados Unidos en América.

En 1962, se desarrolla la crisis de los misiles entre la URSS y Estados Unidos, quedando Cuba al medio de una potencial confrontación bélica nuclear, mientras en África se independizan Ghana, entra en rebelión el Congo Belga, Argelia enfrenta a los colonialistas franceses, se independiza Guinea, levantamientos en Angola y la mayoría del África negra (CÉSAR; ARNAIZ, 2009).

En 1962 se independiza Trinidad y Tobago del Reino Unido y en 1963 se dicta la constitución de Belice la cual permite una autonomía en lo interior, dejando a la metrópolis las relaciones exteriores y defensa, esta última fundamental ante la amenaza armada de Guatemala, que reivindica para sí gran parte de Belice, la cual fue repoblada en la guerra de castas por mexicanos.

En esta etapa de descolonización se articulan la geopolítica y el turismo y es en el Caribe donde la guerra fría que se instauró en el mundo tuvo uno de sus escenarios más violentos, ya que coincidió con los procesos de independencia de los países caribeños, como Jamaica, Belice, Granada, el ocaso de las grandes dictaduras como Haití, República Dominicana y los alzamientos armados o guerrilla contra las injustas sociedades gobernadas por dictadores como fue el Frente Sandinista de Liberación Nacional en Nicaragua, la guerrilla de Guatemala y Honduras y los primeros alzamientos en El Salvador.

En 1963, Cuba se suma al bloque soviético y Estados Unidos responden con fuerza en la región, ahogando en sangre una revuelta estudiantil en Panamá en 1964, y a vez interviene en Guyana para evitar un gobierno socialdemócrata de Cheddi Jagan. Al año siguiente, Estados Unidos invade República Dominicana y dos años después entran a la guerra interior en Bolivia, mientras en África siguen las independencias y los movimientos de liberación enfrentando a los viejos estados coloniales.

En el Caribe, las economías post-coloniales son una sumatoria de procesos obsoletos, de economías sin viabilidad de salir adelante, por ello Estados Unidos, después de Cuba,

apoya el desarrollo del turismo, ya que tiene los cruceros, las cadenas hoteleras y las líneas aéreas que lo hacen más viable.

El turismo fue elegido como una de las estrategias para poder generar empleo en el corto tiempo, desde la construcción a la operación de hoteles, condominios, clubes, tiempos compartidos y otros y, a la vez, que esta actividad les permite tener un control desde el exterior por parte de los países emisores, todos países centrales aliados absolutos a Estados Unidos, de los que llegan, el abastecimiento y además generaron el monopolio en el transporte aéreo a través de American Airlines.

Así el turismo se transforma en el modelo opcional para un desarrollo rápido con capitales foráneos, pero con un reparto de beneficios tan desigual, que reproduce la situación anterior y que por ello se le ha definido con justicia como, “la cuarta plantación” (LE RIVEREND, 1999).

Entre 1960 y 1990, el Caribe es el escenario del desarrollo del turismo masivo de sol y playa, que le tocó convivir con una región en la cual se dieron, varias invasiones sangrientas, y se mantuvieron tres guerras fratricidas con gran número de bajas, en Guatemala, El Salvador y Nicaragua, lo que no alteró el turismo, aunque varias de ellas se dieron en zonas turísticas como República Dominicana, Grenada y Panamá, además de que en Cuba ha existido una agresión intermitente.

Cuadro 3. La otra cara armada del Caribe Turístico (1961-2000).

Año	Acciones
1961	Playa Girón Cuba , invasión derrotada.
1962	Enfrentamiento Estados Unidos – URSS por los misiles en Cuba.
1964	CIA interviene en Panamá, masacre de los estudiantes que piden por recuperar el canal. En Guyana, la CIA crea dos partidos títeres para enfrentar al líder nacionalista Jagan.
1965	Invasión a República Dominicana, 35,000 marines para derrocar a Juan Bosch. Desembarco en Panamá para frenar una gran protesta del canal por parte de Estados Unidos.
1976	Estados Unidos presiona a Jamaica y Guyana por aprobar leyes de corte social.
1980	Instructores del ejército de Estados Unidos inician la preparación de los contras en Nicaragua. En Panamá muere en extrañas condiciones el líder nacionalista Omar Torrijos.
1981	A El Salvador llegan los asesores del ejército de Estados Unidos para apoyar al gobierno.
1983	Invasión a Granada y asesinato del Primer Ministro Bishop, motivo: proteger a unos estudiantes de una universidad norteamericana.
1984	Incrementa el personal militar y la ayuda económica a los contras.
1989	Panamá invasión para detener a Noriega, 3,000 muertos.
2000	Ejército de Estados Unidos reaparece en Colombia en el Plan Colombia.

Fuente: Ashdown (1979). Sandner (2003).

CONCLUSIONES

En los últimos cuatro siglos, el Caribe se ha ido configurando, diversificado cultural y étnicamente y organizado en sociedades que siempre han vivido en una polaridad que hasta hoy está vigente: amos y esclavos en la etapa de la primera plantación, capitales y campesinos semi esclavos en la segunda, campesinos pobres y transnacionales en la tercera y nuevamente campesinos reciclados y capitales transformados en la cuarta plantación: el turismo.

El paisaje ha ido cambiando, las agrestes selvas fueron destruidas y en su lugar quedaron los campos arados o con barbecho, los pueblos de madera, antes el signo de los colonizadores hoy son el atractivo de los visitantes y están siendo operados por sus descendientes.

La leyenda de las islas del Caribe como las del “infierno” se ha superado y transformado en lo opuesto, las islas del paraíso, y eso incluye a la más negra de las historias, la de la prisión francesa de la Guyana, la Isla del Diablo, hoy un atractivo turístico, cercana al centro de lanzamiento espacial de Francia en Guyana.

El turismo digiere las historias y a unas las hace leyendas y otras las hace cotidianidad, a todas las utilizaba, recicla todo lo existente desde la vieja fábrica, hoy un parque temático de la industria de la azúcar, hasta la pequeña parcela del campesino sobreviviente, actualmente un lugar de visita para “ver cómo viven”, los descendientes de esclavos (ARNAIZ; CÉSAR, 2009).

El espacio es el mismo, la gente que quedó, los que no emigraron son descendientes de estos duros hombres y mujeres que sobrevivieron a patrones y ciclones, al aislamiento y las invasiones, todo ello es parte de la nueva realidad que, vaciada y vacunada contra el miedo, hoy es historia alegre de estos pueblos y ciudades que cuentan la leyenda de este mar de los piratas, como si estos hubieran desaparecido.

Luego del ocaso de la economía de plantación en sus diferentes versiones y del proceso de industrialización por invitación y a través de zonas libres, el turismo se ha transformado en la principal fuente de empleos e ingresos, así como el motor de la mayoría de las economías de la región.

Pero el proceso ha sido complejo y doloroso para estos países porque ésta es la región que exporta un número mayor de personas en relación a su población, al extremo de ser superior a cualquier otra región en el mundo (MOLINA, 2005).

La producción de drogas en América del Sur, ya sea en la zona del este del Amazonas, área controlada por Perú y Bolivia o en la que controla el sur de Colombia, ambas tienen como sus principales corredores al mar Caribe. Esto ha incidido profundamente en la economía de esta región de pequeños Estados con economías muy frágiles que se han visto inundados de inversiones que no se podían justificar, por lo que la región se ha transformado para el narcotráfico en una zona de paso y un área de inversiones y blanqueos de dinero.

Esta última es la función más importante que se da en el Caribe, lugar donde existe la mayor cantidad de “paraísos fiscales”, con un sistema muy difícil de controlar, de toda América y posiblemente del mundo. De los 16 paraísos fiscales que hay en el Caribe

destaca por su importancia las Islas Cayman, que es el paraíso fiscal más grande del mundo, el quinto centro financiero del planeta y tiene solo una población de 40,000 habitantes y es territorio neocolonial, no autónomo de Inglaterra (RAHN, 2004).

En Cayman no está el dinero, generalmente se invierte en Estados Unidos, y estamos hablando de más de 100,000 millones de dólares, que no han entrado físicamente a los bancos de la isla y se han movido electrónicamente. En Cayman Island hay 600 bancos y de los 50 más importante del mundo están 47, y en este sistema operan miles de fondos de inversión y varias decenas de miles de empresas extranjeras.

¿Cómo es posible esto?, hay varias razones que lo anteceden y que son parte fundamental de las políticas neoliberales que se implementaron en la década de los 1990, como fue el fin de control de divisas por los Estados, lo que llevó a que el volumen diario de intercambio de divisas haya pasado de 590,000 millones en 1989 a 1,88 billones en el 2004 (NAIM, 2006).

Esta libre conversión produjo la apertura al extranjero de un número creciente de capitales locales, así la inversión internacional en cartera ha pasado de 5,000 millones anuales en 1990 a 50,000 millones de dólares en el año 2000.

La idea de alquilar los activos soberanos de un país, como su identidad en un registro internacional o su sello oficial para respaldar documentos financieros, no es algo nuevo, viene de las banderas de conveniencias en el transporte marítimo, y coincidentemente una vez más está el Caribe: Belice, Panamá y Curazao son los líderes en esta región.

Más del 70% de los pequeños estados caribeños son paraísos fiscales y que además y “no por casualidad” están geográficamente en la ruta del narcotráfico a los dos grandes centros de consumo: Estados Unidos y Europa. La ruta a Estados Unidos va junto a Centroamérica y concluye en Belice o Quintana Roo; la que va a Europa llega a Puerto Rico o República Dominicana para reembarcarse a Europa (MAILLARD, 2002).

Pero a la vez, los fondos generados se orientan hacia el turismo, una actividad difícil de controlar, lo cual hace de estos dineros, entre electrónicos y reales, un elemento fundamental para el desarrollo de esta actividad dominante en la región y en la mayoría del mundo.

La existencia de dos grandes rutas implica la construcción de toda una infraestructura de apoyo desde navegantes a abastecedores en ambas rutas, pero el tráfico no es solo marítimo también lo es aéreo y el problema viene siendo seguido desde los 1970, o sea, que hay cuatro décadas de experiencia.

Este tema junto con el lavado de dinero, el contrabando, la falsificación y el tráfico de personas que han ido creciendo, ha llevado a que el tema de las drogas vaya cambiando de perfil desde los 1950, ya que antes era un problema que afectaba a grupos marginales, a los 1990 que el problema ya es masivo y con un gran impacto económico, dadas las grandes sumas que genera esta actividad (DEL OLMO, 1992).

Esta es otra doble amenaza, por sus impactos y sus implicaciones, ya que, por un lado, ha sido el justificativo de una invasión a un país como Panamá y, por el otro, un motivo para promover alianzas que permitan a Estados Unidos militarizar regiones enteras en nombre de esta lucha.

Pero este escenario de lucha, narcotráfico, invasiones, alzamientos no frenó al turismo, aparentemente lo promueve y los viajeros responden positivamente, lo cual pone en duda la fragilidad del modelo, porque el viajero del siglo XXI, no busca ocio, sino libertad y nuevas experiencias, ahogado entre una sociedad competitiva e individualista y una marginación creciente, fruto de la competencia desleal entre el humano y las nuevas tecnologías.

REFERENCIAS

- ARNAIZ B., Stella M.; CÉSAR D., Alfredo. (2009). **Geopolítica, recursos naturales y turismo**. Una historia del Caribe mexicano. México. Universidad de Guadalajara.
- ARNOLD, David. (2000). **La naturaleza como problema histórico**. El medio, la cultura y la expansión de Europa. México. Fondo de Cultura Económico.
- ASHDOWN, Peter. (1979). **Caribbean History in Maps**. Hong Kong. Longman Caribbean Ltd.
- CÉSAR D., Alfredo *et al.* (2018). **Capitalismo, Sociedad y Turismo**. Argentina. Universidad Nacional de Quilmes.
- CÉSAR D., Alfredo *et al.* (2020). **De la metrópolis a la periferia**. El desarrollo del turismo pionero en el capitalismo. México. Universidad de Guadalajara.
- DEMBICZ, Andrzej. (1979). **Definición geográfica de la región Caribe**. En Premisas geográfica de la integración socioeconómica del Caribe. Cuba. Instituto de Geografía de la Academia de Ciencias de Cuba. Editorial Científico Técnica.
- DEL OLMO, Rosa. (1992). **¿Prohibir o domesticar?** Políticas de drogas en América Latina. Caracas. Nueva Sociedad.
- FERRO, Marc. (2000). **La colonización**. Una historia global. México. Siglo XXI.
- GAZTAMBIDE, Antonio. (2003). La invención del Caribe a partir de 1898. **Tierra firme**. Vol.21. N°82. Caracas. Pp.165-186.
- GENTILLI, Ana María. (2002). Colonización. En: **Diccionario de Política**. Tomo 1. México. Siglo XXI.
- GUERRA, Sergio; PRIETO, Alberto. (1978). **Estados Unidos contra América Latina: dos siglos de agresiones**. Cuba. Casa de las Américas.
- HUERTA, María Teresa. (1976). **Rebeliones indígenas en el norte de Nueva España**. México. SEP – INAH.
- LASSERRE, Guy. (1976). **América media**. España. Ariel.
- LE RIVEREND, Julio. (1999). **Breve historia de Cuba**. Cuba. Ediciones de Ciencias Sociales.
- McCannell, Dean. (2003). **El Turista**. Madrid. Melusina.
- Mahan, Alfred T. (2000). **El interés de los Estados Unidos de América en el poder marítimo**. Colombia. Universidad Nacional de Colombia – Editorial Unibiblos.
- MAILLARD, Jean. (2002). **Atlas de la Criminalidad Financiera**. Del narcotráfico al blanqueo de capitales. España. Akal.
- MOLINA M., Ernesto. (2005). **La diáspora y la economía caribeña global**. Estudios

del Caribe, la Columna. Cuba.

NAÍM, Moisés. (2006). **Ilícito, como traficantes, contrabandistas y piratas están cambiando el mundo**. México. Debate.

PEÑA, Orlando. (1989). **Estados y territorios en América Latina y el Caribe**. México. ERA.

RAHN, Richard. (2004). **Finanzas en los paraísos fiscales**. Cato Institute. Disponible en: <<http://www.elcato.org/finanzas-en-los-paraisos-fiscales>>.

SALAZAR, Noel B. (2006). Antropología del turismo en países en desarrollo: análisis crítico de las culturas, poderes e identidades generado por el turismo. **Tabla Rasa**. No. 5. Bogotá. Julio – diciembre. Pp. 99 – 128.

SANDNER, Gerhard. (2003). **Centro América & el Caribe Occidental**. Coyunturas, crisis y conflicto 1503 – 1984. Bogotá. Universidad Nacional de Colombia.

SUÁREZ BOSA, Miguel. (2000). **Las islas Canarias en las rutas del carbón del Atlántico, entre finales del siglo XIX y principios del XX**. Las estrategias empresariales. XIV Coloquio de Historia Canario-Americana. Disponible en: <<https://accedacris.ulpgc.es/bitstream/10553/822/1/3081.pdf>>.

YAMASHITA, Shinji. (2003). **Bali and beyond: Explorations in the anthropology of Tourism**. New York. Berghahn books.

AS COMPETÊNCIAS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO PARA CIDADANIA OU FORMAÇÃO PARA O MERCADO?

**EDUCATIONAL SKILLS: TRAINING FOR
CITIZENSHIP OR TRAINING FOR THE MARKET?**


**HABILIDADES EDUCATIVAS: ¿FORMACIÓN PARA
LA CIUDADANÍA O FORMACIÓN PARA EL MERCADO?**

Marcelo Gaudêncio Brito Pureza¹

 0000-0001-9282-8312

gaudencio@unifesspa.edu.br

Genylton Odilon Rêgo da Rocha²

 0000-0002-6264-5387

genylton@gmail.com

1 Professor Adjunto pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Professor pelo Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - PROFEI. Desenvolve pesquisa nos temas: Currículo e Formação de Professores de Geografia, Ensino de Geografia, Educação Inclusiva, Educação Escolar Indígena e Território Indígena. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9282-8312>. E-mail: gaudencio@unifesspa.edu.br.

2 Professor Titular da Universidade Federal do Pará, exercendo atividades no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (Mestrado) e no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (Doutorado). Diretor Geral do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica da UFPA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6264-5387>. E-mail: genylton@gmail.com.

Artigo recebido em outubro de 2023 e aceito para publicação em dezembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: Objetivo central deste artigo, discutir o conceito de competências educacionais e seu papel ideológico na formação das alunas e dos alunos brasileiros pertencentes à Educação Básica. A metodologia construída para este artigo é do tipo documental e bibliográfico, de abordagem qualitativa. A análise documental teve a LDB 9394/1996 e a BNCC como objetos de análise, definindo as competências como categoria central, e, a partir desta categoria central procuramos analisar o contexto educacional brasileiro dialogando com diversos autores e autoras, em especial, Zabala e Arnau (2010) e Sacristán (2011). Consideramos como resultados principais que as competências educacionais têm sua origem no condutismo comportamental voltado para o empreendedorismo e seleção de sujeitos capacitados para o mercado, isso, via formação escolar. Também, consideramos possível uma resignificação do conceito em que se desenvolva competências voltadas para a formação de alunos e alunas críticas e reflexivas.

Palavras-chave: BNCC. Competências. Habilidades.

ABSTRACT: The central objective of this article is to discuss the concept of educational skills and their ideological role in the training of Brazilian students in Basic Education. The methodology constructed for this article is documentary and bibliographic, with a qualitative approach. The documentary analysis had LDB 9394/1996 and BNCC as objects of analysis, defining competencies as a central category, and, based on this central category, we sought to analyze the Brazilian educational context by dialoguing with several authors, in particular, Zabala and Arnau (2010) and Sacristán (2011). We consider as main results that educational skills have their origin in behavioral conduct aimed at entrepreneurship and selection of qualified subjects for the market, via school training. We also consider it possible to re-signify the concept in which skills aimed at training critical and reflective students are developed.

Keywords: BNCC. Skills. Skills.

RESUMEN: El objetivo central de este artículo es discutir el concepto de habilidades educativas y su papel ideológico en la formación de estudiantes brasileños en Educación Básica. La metodología construida para este artículo es documental y bibliográfica, con un enfoque cualitativo. El análisis documental tuvo como objetos de análisis la LDB 9394/1996 y el BNCC, definiendo las competencias como categoría central y, a partir de esta categoría central, buscamos analizar el contexto educativo brasileño dialogando con varios autores, en particular, Zabala y Arnau. (2010) y Sacristán (2011). Consideramos como principales resultados que las habilidades educativas tienen su origen en conductas conductuales orientadas al emprendimiento y a la selección de sujetos calificados para el mercado, a través de la formación escolar. También consideramos posible resignificar el concepto en el que se desarrollan habilidades encaminadas a formar estudiantes críticos y reflexivos.

Palabras clave: BNCC. Competencias. Habilidades.

INTRODUÇÃO

O conceito *competências educacionais* tem marcado fortemente o cenário da educação brasileira das últimas décadas, especialmente a partir de 1996, quando passou a frequentar de forma avassaladora o cenário escolar de todo o país, resultado da reforma educacional da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº 9.394/1996, em que instituiu a noção de competências como ordenadora da formação educativa no Brasil, considerando a possibilidade de promover de forma vinculada (sem distinguir nomenclaturas) formação educacional e formação profissional, atendendo tanto às demandas sociais quanto produtivas (KATO, 2007).

Mais recente, outro importante documento trouxe as competências educacionais como elementos essenciais para a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos e alunas da Educação Básica, trata-se da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, homologada em 14 de dezembro de 2018.

Assim como na LDB, a BNCC trata a formação escolar como aquela que deve possibilitar uma formação capaz para “resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018), em outras palavras, a escola tem a função de desenvolver a capacidade crítica e reflexiva de alunas e alunos, mas, também, de preparar para o mercado de trabalho.

Desta forma, a linguagem *competências* passou a fazer parte dos documentos oficiais educacionais, das ações direcionadoras das escolas, livros didáticos, da formação de professoras e professores etc., permeando as discussões pedagógicas dessa contemporaneidade por profissionais da educação em nosso país, ora sendo enaltecidas, ora criticadas, ou o que é pior, apenas reproduzidas.

Se considerarmos a LDB 9394 promulgada em 20 de dezembro de 1996 como marco da implementação das competências educacionais na legislação brasileira, então, podemos afirmar que o trato às competências é recente, contudo, segundo a profesora Silza Maria (VALENTE, 2002), a linguagem competências já estava presente no discurso pedagógico da Escola Nova ou Renovada, assim como, já estava presente nos traços da tendência tecnicista, já que no Brasil, segundo a autora, competências e habilidades entraram nas escolas a partir da educação profissionalizante, antes mesmo da promulgação da atual LDB.

No caso específico da LDB 9394/96³, a palavra competência(s) aparece onze vezes, porém, é necessário destacar que o significado não é o mesmo, identificamos quatro formas de tratamento para “competência”, são elas:

1) Nos textos referentes aos Art. 4º-A “...conforme dispuser o Poder público em regulamento, na esfera de sua competência federativa”; Art. 5º / § 1º “O Poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá”; Art. 10 / Parágrafo único. “Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e Municípios”; Art. 11 / V “oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência (...)”. Nestes casos,

a palavra competência aparece com o significado de responsabilidade da autoridade legítima jurídica, ou seja, como aquilo que é dever do governo (municipal, estadual, distrito federal e federal).

2) No texto referente ao Art. 36 / § 11 “(...) os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação à distância com notório reconhecimento (...). Aqui, competência aparece como idoneidade, que está apto ou dentro dos critérios estabelecidos para assumir algo.

3) Nos textos referentes aos Art. 23 “A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não- seriados, com base na idade, na competência e outros critérios (...)”. Competência neste artigo aparece como capacidade e aptidão referente à condição dos sujeitos, mas, que também, pode ser considerada como competências educacionais.

4) Nos textos referentes ao Art. 4º / XII “(...) o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos (...)”; Art. 9º / IV “estabelecer em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos (...)”; Art. 36 / § 1º “A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino”; Art. 44. / § 3º O processo seletivo referido no inciso II considerará as competências e as habilidades definidas na Base Nacional Comum Curricular; Art. 61./ Parágrafo único. “I - a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho”. Por fim, competência nestes trechos da Lei, aparecem como os conhecimentos necessários para a formação educacional e profissional, portanto, as competências educacionais que trataremos aqui neste texto.

Levando em consideração somente a LDB 9394/96 não é clara quanto à definição das competências educacionais, nem permite que se possa direcionar as competências voltadas para a formação cidadã e profissional. Contudo, esta ausência se resolveu com a criação da BNCC, considerando que este último documento define as competências, habilidades e conteúdos mínimos por série e áreas de conhecimento.

Desta forma, a BNCC se tornou o documento oficial direcionador e organizador do currículo da educação básica, estabelecendo as competências e habilidades a serem definidas pelos sistemas de ensino e às áreas correspondentes aos itinerários formativos do ensino médio, conforme a relevância para o contexto de cada local.

Na BNCC, as competências (Competências Gerais da Educação Básica) são concebidas como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018), portanto, para o processo formativo de alunas e alunos considera-se necessário o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para atingir as competências desejadas.

Além da educação básica, as competências também passaram a configurar a formação dos profissionais da educação, como já vimos no Art. 61, Parágrafo único, Inciso I, considera “a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho” (BRASIL, 1996, *grifo dos autores*).

Considerando que a LDB 9394/1996 e a BNCC de 2018, além de um conjunto de outros documentos referentes à educação brasileira, passaram a trazer em seus textos as competências educacionais como orientadoras do ensino escolar e da organização curricular da Educação Básica, além da formação docente, definimos como objetivo central deste artigo, discutir o conceito de competências educacionais e seu papel ideológico na formação das alunas e dos alunos brasileiros pertencentes à Educação Básica.

A metodologia construída para este artigo é do tipo documental e bibliográfico, de abordagem qualitativa. A análise documental teve a LDB 9394/1996 e a BNCC como objetos de análise, definindo as competências como categoria central, e, a partir desta categoria central procuramos analisar o contexto educacional brasileiro dialogando com diversos autores e autoras, em especial, Zabala e Arnau (2010) e Sacristán (2011).

Para atingir a este objetivo, o desenvolvimento está estruturado em duas partes, em um primeiro momento, sobre as origens das competências educacionais; num segundo momento, o trato dado às competências educacionais na legislação brasileira.

AS ORIGENS DAS COMPETÊNCIAS NA EDUCAÇÃO

O conceito competências enquanto processo formativo, surge na década de 1970, tendo como marco inicial e, um dos trabalhos inaugurais, o *paper “Testing for Competence rather than Intelligence”*, publicado em 1973 por David McClelland, da Universidade de Harvard (EUA) iniciando o debate sobre competência profissional (FLEURY; FLEURY, 2001).

Em seu artigo, McClelland (1973) apresenta uma forma de testagem para aplicação nas escolas, objetivando selecionar candidatos, segundo sua “inteligência e aptidão”, para o ensino superior e/ou mercado de trabalho. Portanto, para o autor, identificar as competências de uma determinada pessoa, significaria sinalizar a vocação, inteligência profissional e aptidão para o trabalho.

Desta forma, por meio da testagem das competências, seria possível definir a característica subjacente às pessoas que demonstram desempenho acima da média na realização de uma tarefa ou capacidade de responder de forma exitosa a situações complexas.

Portanto, na perspectiva de McClelland, segundo Fleury e Fleury (2001), ao identificar a competência de uma pessoa por meio de testagem, possibilitaria definir seu desempenho, aptidão, habilidades e os conhecimentos para o trabalho, ou melhor, por meio da seleção, as pessoas identificadas com as competências necessárias, estas, por meio de sua força de trabalho, proporcionariam melhor desempenho e, conseqüentemente, mais lucro para a organização.

Vale ressaltar que, para McClelland (FLEURY; FLEURY, 2001), o significado de desempenho se refere à condição superior para realizar tarefas e situações complexas. A

aptidão seria um talento natural da pessoa, o qual pode ser aprimorado. As habilidades, são compreendidas como a capacidade prática para desenvolver seu talento particular. Já o conhecimento, é definido como aquilo que as pessoas precisam saber para desempenhar uma determinada tarefa.

Isso significa que para McClelland (1973), através da avaliação das competências é possível estabelecer um grau quantitativo para o desempenho, aptidão, habilidades e conhecimentos dos indivíduos.

Segundo Zabala e Arnau (2010), a avaliação das competências como propõe McClelland é uma forma de determinar a causa de um rendimento superior para o trabalho, se detendo unicamente à função, deixando de forma subjetiva a relação rendimento e qualidade dos resultados esperados do trabalho.

Tendo o comportamento como objeto observável e mensurável, cujos seus reflexos podem, a partir de experimentos, ser reproduzidos em diferentes condições e sujeitos, compreende-se, nessa perspectiva, que o comportamento humano segue leis gerais ou leis comportamentais (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2002). Desta forma, vários autores (COLL; PALACIOS; MARCHESI, 1996; BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2002; PENNA, 2004) explicam o comportamento humano a partir de cinco leis gerais, são elas:

- a) *Comportamento operante*, sendo representado por $R \rightarrow S$, sendo R resposta e S estímulo (do inglês *stimuli*) e a flecha significa “levar a”.
- b) *Reforçamento* sendo caracterizado em reforço positivo (são respostas mantidas a partir de estímulos) e reforço negativo (as respostas tendem a remover estímulos aversivos).
- c) *Discriminação de estímulos*, sendo possível identificar quando as respostas obedecem aos estímulos, podendo sofrer extinção na presença de outro.
- d) *Generalização de estímulos* quando as respostas são semelhantes a um conjunto de estímulos percebidos como semelhantes.
- e) *Extinção e Punição*, são outras leis comportamentais, em que extinção entende-se como um procedimento no qual uma resposta é abandonada de forma abrupta, já punição é um procedimento que pretende mudar comportamentos indesejáveis a partir de punições, bastante criticada por Skinner e outros autores behavioristas (COLL; PALACIOS; MARCHESI, 1996).

Essa perspectiva de competência é muito presente no campo empresarial, tendo McClelland como o responsável pela criação do conceito e citado na maioria dos estudos sobre competências profissionais empreendedoras (FLEURY; FLEURY, 2001). Fica evidente a forma adestradora de competência estabelecida por essa tendência em que o propósito principal é funcional, ou seja, identificar as aptidões, treinar os indivíduos para adquirirem as competências e habilidades que o mercado de trabalho demanda.

No campo educacional, pretende-se através do educar por competências, estabelecer treinamentos das habilidades, realizar ajustamentos a padrões culturalmente estabelecidos e, como veremos mais adiante sobre os itinerários formativos propostos pela Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 (Reforma do Ensino Médio) e incorporada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), direcionar a formação escolar para as aptidões de cada aluna e aluno.

Na década de 1980, nos Estados Unidos, Richard Boyatzis realizando estudos sobre competências gerenciais definiu competências como um conjunto de capacidades humanas, ou seja, um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que justificam um desempenho superior, já que os melhores desempenhos estariam fundamentados na inteligência (QI) e personalidade das pessoas de acordo com o cargo que possuem, em outras palavras, as competências seriam um importante sinalizador do alinhamento do indivíduo ao cargo ou posições que apresentam dentro das organizações (FLEURY; FLEURY, 2001).

Como podemos perceber, nesse raciocínio das competências como capacidade humana para exercer um cargo ou função, se reflete na aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes empreendedoras. Fica evidente sua linguagem “moderna” para consolidar um gerenciamento fundado nos princípios do taylorismo-fordismo, nada mais do que exercer controle sobre o trabalhador, estabelecer o ideal competitivo e o empenho para aumento da produtividade.

Com isso, a organização do trabalho e as estratégias empresariais passam a se relacionar diretamente com a necessidade de se estabelecer competências profissionais, assim, o conceito de qualificação torna-se fundamental para trabalhar a relação profissional-organização (*ibidem*), todavia, para a iniciativa privada, formar mão de obra de acordo com o molde das competências exige tempo e custo, desta forma, transfere-se para o sistema de ensino a responsabilidade em identificar e treinar a aptidão profissional, fornecer os saberes ou estoques de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para tornar os indivíduos qualificados ao mercado de trabalho.

Assim, na necessidade de moldar o indivíduo ao que se quer para o mercado de trabalho e estabelecer o “indivíduo ideal” enquanto norma, torna-se oportuno a retomada do condutismo⁴ educacional, que segundo Sacristán (2011) na verdade nunca esteve ausente, apenas em alguns momentos mais aplicado do que em outros. Considerando a utilização das competências por meio do condutismo no âmbito educacional, torna-se um instrumento de controle sobre o sujeito, ou adestramento do indivíduo.

A RETOMADA DAS COMPETÊNCIAS EDUCACIONAIS A PARTIR DAS AGÊNCIAS DE MERCADO

O autor Angel Pérez Gémez (1995) faz uma curiosa descrição sobre a retomada das competências no campo educacional, relatando sua experiência enquanto aluno da graduação em uma aula de didática, ele disse:

O termo competências tem para mim a imagem de uma serpente sinuosa (...). O réptil sedutor apareceu poderoso nas primeiras aulas que recebi na disciplina Didática com a aparência da melhor vestimenta científica amparada pelo condutismo (Skinner, Thorndike, Bloom, Popham...), dominando orgulhosamente a cena educacional até começo dos anos de 1980. Desapareceu em um longo e calmo inverno, embora com efeitos sempre presentes, até seu despertar atual sob as propostas, entre as quais, as da OCDE. O termo é o mesmo, mas o significado parece bem diferente (GÓMEZ, 1995, p 64).

Angel Perez Gómez nos traz o reaparecimento das competências em um novo contexto mundial, agora, sob o aguilhão de Instituições ligadas ao mercado, como a Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial. Enfim, a retomada na escola das técnicas e estratégias de ensino-aprendizagem, bem como suas ideias sobre o ensino, só evidencia a intencionalidade de homogeneização do aluno, procurando conduzir o ensino para a formação daquilo que se pensa e pretende como aluno ideal, com isso constituir um sujeito formado para o saber fazer, capaz de dar respostas pragmáticas, assim como preparado para a função técnica.

No caso da OCDE, esta organização vai promover as competências educacionais através do projeto DeSeCo (Definition and Selection of Competencies / Definição e Seleção de Competências), define o que chama de competências chave, considerando como habilidade para cumprir de forma exitosa as exigências complexas, para tal, mobiliza um conjunto de pré-requisitos psicossociais que são observáveis através dos resultados conseguidos pelos indivíduos por meio da ação, seleção ou atitudes (OCDE, 2008). O documento “A definição e seleção de Competências Chave: resumo executivo” define competências como:

[...] desenvolvimento de habilidades dos indivíduos para resolver tarefas mentais complexas, mas além de reprodução básica do conhecimento acumulado. As competências chave envolvem a mobilização de destrezas práticas e cognitivas, habilidades criativas e outros recursos psicossociais como atitudes. Apesar das competências evoluírem incluem mais que conhecimento ensinado, o Projecto DeSeCo sugere que uma competência em si pode ser aprendida dentro de um ambiente favorável para a aprendizagem. No centro do marco das competências chave se encontra a habilidade dos indivíduos de pensar por si mesmos, como expressão de uma maturidade moral e intelectual e de tomar responsabilidade por sua a aprendizagem e por suas ações (OCDE, 2008, p. 9-10).

A citação acima estabelece duas definições que se completam, a primeira de ordem semântica em que concebe competência como habilidade de responder de forma exitosa situações complexas; a segunda trata competência, definida como um conjunto combinatório de habilidade prática, conhecimentos, motivação, valores éticos, atitudes, emoções, etc. Nessa perspectiva, o que se pretende enquanto educar por competências é o adestramento para o *saber ser* e o *saber conviver*⁵ para o desenvolvimento da corporação.

A retomada das competências não é nem de longe ingênua, para Sacristán (2011), está relacionada, entre outras, com a publicação de dois relatórios denominados *A nation at risk*⁶ e *Education at a glance*⁷.

O primeiro – *A nation at risk* – lançou o debate sobre a deficiência do sistema educacional estadunidense, em que demonstrava os baixos resultados obtidos, preocupando o governo pela possibilidade de perda da liderança econômica, científica e tecnológica dos Estados Unidos no cenário internacional. Na Europa, esse mesmo relatório, tornou-

se referência para os conservadores que afirmavam ser a falta de um controle rigoroso, descuido com o básico no currículo e à implantação de metodologias educacionais pseudoprogressistas sobre a educação, a responsável pela ineficiência do sistema escolar, por tudo isso, recomendava-se a volta aos métodos e conteúdos tradicionais, também, os programas deveriam ser submetidos a testes externos, em que os resultados seriam considerados como o retrato da educação, ou seja, a imagem do sucesso ou do fracasso.

Sobre a adesão e retomada do conservadorismo educacional, Apple (2003), afirma que esses neoconservadores acreditam que é através do controle sobre o currículo e sobre o ensino, conseqüentemente, sobre os alunos que se resgatará as tradições “perdidas”, dando mais disciplina sob mãos controladoras, atribuído a competitividade às práticas e cotidiano escolar como fora no passado, assim, com práticas controladoras poderemos ter o retorno de uma escola eficiente, ou seja, “olham para um passado diferente para chegar a um futuro diferente” (APPLE, 2003, p. 131).

O segundo relatório – *Education at a glance* – desenvolvido pela OCDE a partir de uma linha de trabalho e pesquisa sobre a política governamental dos países membros em relação ao sistema educacional, fez uma projeção dos resultados relacionados às aprendizagens básicas em várias áreas do conhecimento e da cultura, apontando um diagnóstico global dos rendimentos básicos (leitura, matemática e ciências).

O instrumento de diagnóstico é a avaliação única externa em que resultará em um relatório. Ou seja, não são as instituições educacionais que organizam a avaliação, mas o próprio Estado é quem elabora e distribui um único modelo de prova para as várias instituições do país, por isso, única e externa. Também, é a partir desse relatório que se determina os conceitos de qualidade da educação e de competências.

Com os resultados demonstrados no relatório (relatórios de PISA)⁸, é possível realizar comparações entre os sistemas educacionais de cada país submetido a avaliação e cada um deles consigo mesmo, buscando correlacionar os diferentes resultados obtidos e determinar variáveis relacionadas aos alunos, características das escolas e dos aspectos metodológicos.

Esse quadro geral comparativo que se estabelece entre os sistemas educacionais dos países levantados, não só classifica uma hierarquia do melhor para o pior como impõe a necessidade de se estabelecer reformas. Para os melhores, a reforma se justifica para se manter no topo, para os piores se justifica pela necessidade de avanços.

O quadro que se desenha para identificar as instituições que se apresentam como melhor ou pior, têm como critérios avaliativos o balizamento pelas competências. Então, considerando que as competências desenvolvidas pelos alunos serão o elemento avaliado, o remédio para superação da crise educacional terá como “receituário” o educar por competências.

Isso nos faz concordar com os movimentos organizados por professores e alunos em nosso país, quando afirmam que os resultados obtidos pela avaliação, não remeterá respostas aos problemas educacionais relacionados à falta de qualidade, apenas nos induz a conclusões descritivas e superficiais.

[...] A comparação é inevitável e, além disso, se realiza deliberadamente. Dessa forma, os critérios de contraste da validade do que fazemos ou o grau de satisfação pelo realizado não surgem do debate interno em cada país, das reivindicações dos envolvidos, de acordo com as demandas e necessidades em cada caso e de sua consciência histórica. A resposta à educação que queremos, nossa satisfação ou nossa situação, se reduz ao lugar que ocupamos nos resultados das provas externas. A qualidade se discute em termos de posição na escala (SACRISTÁN, 2011, p. 20-1).

A importante reflexão que o autor faz sobre a forma deliberada com que se avalia o sistema educacional, nos faz crer na intencionalidade de esconder as contradições do projeto neoliberal de sociedade. Não só centraliza a discussão, como esvazia, assim como escamoteia sua inutilidade como afirma Sacristán (*idem*):

Os resultados escolares são, por um lado, apenas uma amostra ou aspecto dos efeitos reais da educação. Por outro lado, se encontram correlações positivas entre esses *outputs* e a infinidade de variáveis pessoais, familiares, socioeconômicas, recursos investidos, professores, etc. nessa condição, é difícil tirar conclusões que nos mostrem com uma certa exatidão o que podemos fazer para tomar medidas concretas, mesmo sabendo por que um sistema educacional é melhor que outro. De que adianta saber que a Finlândia está à frente da Espanha ou que ambos estão à frente do Chile? De que isso serve para o Chile? Nem sempre os que investem mais recursos são os melhores, nem os que recebem menos são os piores. Nem os países que têm mais horas de aula obtêm melhores resultados e nem mesmo uma média mais baixa de alunos por professores garante o sucesso. (*ibidem*, p. 21)

Portanto, chegamos ao ponto crucial das origens e essência das competências, ou melhor, da necessidade de se educar por competência. A primeira preocupação está na urgência em superar as deficiências da economia, da não resposta às rápidas mudanças impulsionadas pelo avanço científico e tecnológico, sem com isso, desassociar economia, ciência e tecnologia. A segunda está na condição de criar indicadores que possibilitem a observação e medição empírica dos rendimentos demonstráveis unicamente pelos estudantes.

O ressurgimento das competências nos anos 1990, segundo Zarifian (1999 *apud* FLEURY; FLEURY, 2001) emerge procurando ir além do conceito de qualificação, apontando três mudanças que justificam a retomada do modelo de competência para a gestão de organizações já que segundo Gómez (2011) esteve adormecida a partir do início dos anos 1980. As mudanças são: a) *noção de incidente*: refere-se à competência que o indivíduo deve apresentar para responder a situações imprevistas, não programadas, caso contrário, pode perturbar o desenrolar normal do sistema de produção, por isso, a pessoa deve estar sempre reunindo recursos necessários para resolver novas situações de trabalho; b) *comunicação*: está relacionada com *feedback*, comunicar-se com o outro significa compreender o outro e a si

próprio, saber trabalhar em grupo, partilhar normas comuns, com isso, apresentar resultados maiores; c) *serviço*: é a condição favorável do indivíduo estar presente em todas as atividades da organização, por isso, precisa ser flexível e autônomo, deve apresentar competência para resolver problemas dentro da profissão cada vez mais mutáveis e complexas.

Como já foi afirmada anteriormente, a escola tem a tarefa de formar e certificar a competência nos indivíduos. Procurando viabilizar essa nova perspectiva das competências.

Em “*Educação: um tesouro a descobrir*”, coordenado por Delors (1996), cuja proposta era de traçar um perfil escolar mais humanizado, democrático, solidário, que pudesse combater o fracasso escolar, apresentando uma aprendizagem qualitativa. Esta proposta de Delors se encaixa perfeitamente com a defendida por Fleury e Fleury (2001) e por Perrenoud (2000; 2002), em que a aparente preocupação com indivíduo se traduz na preocupação de uma formação capaz de se adaptar ao mercado de trabalho, ou seja, a preocupação é com o mercado e não com a vida como critica Frigotto (2005).

O relatório de Delors orientado a partir dos quatro pilares (aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser), seguindo a nova perspectiva de competências apontada por Zarifian, em que a *noção de incidente* tem a ver com o *saber fazer*, a *comunicação* é nas palavras de Delors *aprender a conviver e aprender a ser*, e o *serviço* é o *aprender a conhecer* e um *aprender a fazer*.

Também, os pilares de Jacques Delors coincidem com o que propõem Zabala e Arnau (2010), em que os três grandes domínios do *saber*, do *ser* e do *saber fazer* se alinham ao *conceitual* (aprender a conhecer), ao *procedimental* (aprender a fazer) e ao *atitudinal* (aprender a conviver e a ser). Assim, competência no âmbito educacional é definida pelos autores da seguinte forma:

É a capacidade ou a habilidade para realizar tarefas ou atuar frente a situações diversas de forma eficaz em um determinado contexto. É necessário mobilizar atitudes, habilidades e conhecimentos ao mesmo tempo e de forma inter-relacionada (ZABALA; ARNAU, 2010, p. 37).

Perrenoud (2002) acrescenta duas ideias, que segundo ele, não tem a ver com competências, mas com posturas fundamentais para o ofício do professor do século XXI, que são: a prática reflexiva e a implicação crítica.

A prática reflexiva porque, nas sociedades em transformação, a capacidade de inovar, negociar e regular a prática é decisiva. Ela passa por uma reflexão sobre a experiência, favorecendo a construção de novos saberes. A implicação crítica porque as sociedades precisam que os professores envolvam-se no debate político sobre a educação, na escala dos estabelecimentos escolares, das regiões e do país. Esse debate não se refere apenas aos desafios corporativos ou sindicais, mas também às finalidades e aos programas escolares, à democratização da cultura, à gestão do sistema educacional, ao lugar dos usuários, etc (PERRENOUD *et al.*, 2002, p. 15).

Apesar de Perrenoud afirmar que as ideias sobre a prática reflexiva e a implicação crítica não tem a ver com competências, veremos que sim. Ao propor uma transposição didática baseada na análise das práticas e em suas transformações, propõe um referencial de competências necessárias para identificar os saberes e as capacidades necessárias para o “saber fazer”, assim, afirma a necessidade de um plano de formação organizado em torno das competências, materializando-se na mobilização mais cotidiana do professor, afirmando que: “não significa que seja necessário proporcionar os aportes teóricos àquilo que pode ser mobilizado na ação mais cotidiana de um professor” (PERRENOUD, 2002, p. 20) considerando que o reflexivo e o crítico está relacionado à prática.

Cristina Dias Alessandrini diz que competências se relaciona ao “saber fazer algo”, que por sua vez envolve um conjunto de habilidades. Assim:

A noção de competência refere-se à capacidade de compreender uma determinada situação e reagir adequadamente frente a ela, ou seja, estabelecendo uma avaliação dessa situação de forma proporcionalmente justa para com a necessidade que ela sugerir a fim de atuar da melhor maneira possível. É a “quantidade de quem é capaz de apreciar e resolver certo assunto, fazer determinada coisa; capacidade, habilidade, aptidão, idoneidade (FERREIRA 1999, p. 512, apud ALESSANDRINI, 2002, p. 164).

Segundo a OIT (2004 *apud* ZABALA; ARNAU, 2010) a definição de competência está relacionada à **capacidade**, ou melhor, como capacidade efetiva para realizar com êxito uma atividade laboral plenamente identificada. Assim, pode-se afirmar que “a presença de características ou a ausência de incapacidades as quais tornam uma pessoa adequada ou qualificada para realizar uma tarefa específica ou para assumir um papel definido” (LLOYD MCLEARY, 1973 *apud* ZABALA; ARNAU, 2010) e “as competências definem o exercício eficaz das capacidades que permitem o desempenho de uma ocupação, ou seja, relacionam-se aos níveis requeridos em um emprego” (INEM, 1995 *apud* ZABALA; ARNAU, 2010).

Essas perspectivas de competências não só são seletivistas como exclusoras, caracterizaríamos como um darwinismo social, pois, implicam em apontar quem é capaz e incapaz para assumir um papel definido, sendo o que se espera enquanto competência é a capacidade de respostas exitosas, aí se avaliaria quem é competente para o trabalho e quem não é. Acrescentaria mais um elemento a este darwinismo social, que é a condição de incluir aqueles considerados menos capazes. Daí, de uma forma geral, o que vem sendo estabelecido como política para Educação Inclusiva, que mais tem a ver com a necessidade de tornar todos capazes para o mercado do que eliminar a exclusão social.

Tremblay e Le Boterf (1994, 2000, *apud* ZABALA; ARNAU, 2010) também contribuíram para a discussão de competência, acrescentando à definição os conceitos de **esquemas operacionais** e de **famílias de situações**. Tremblay chama para competências de sistemas de conhecimentos, conceituais e procedimentais, onde esses sistemas são organizados em *esquemas operacionais* que possibilitam a partir de um grupo de situações,

identificar e resolver tarefas-problemas de forma exitosa. Mantendo a ideia de esquemas operacionais, Le Boterf acrescenta o conceito de *famílias de situações*, ou, cada situação é singular, única e irrepetível.

Le Boterf (2006) considera que existem três dimensões da competência: *recursos disponíveis* (conhecimentos, saber-fazer, capacidades cognitivas, competências comportamentais), *ação e resultados que ela produz* (práticas profissionais e desempenho) e *dimensão da reflexividade*. Essa última consiste no afastamento entre a primeira e a segunda, ou seja, o distanciamento entre o prescrito e o real, “trata-se, de fato, de perceber se uma prática não só é pertinente em relação à prescrição, mas também se responde às exigências da profissão” (LE BOTERF, *idem*, p. 62).

Outra característica da concepção desse autor refere-se à relação que faz entre o desenvolvimento de competências do indivíduo e sua formação educacional e experiência profissional, assim, define-se competência como o “conjunto de aprendizagens sociais e comunicacionais nutridas à montante pela aprendizagem e formação e a jusante pelo sistema de avaliação” (FLEURY; FLEURY, 2001).

Em um contexto profissional especializado, ser competente é saber mobilizar, integrar e transferir conhecimentos, recursos e habilidades, ou melhor, competência é um saber agir responsável e reconhecido, que implicam em alguns verbos no infinitivo: mobilizar, integrar e transferir conhecimentos, recursos e habilidades, sem desconsiderar que competência individual, nessa perspectiva, agrega valor econômico para a organização e valor social (estar empregado) para o indivíduo (LE BOTERF, *idem*). Sendo assim, competência demarca sua finalidade no indivíduo e para a organização.

No Brasil, tem-se reforçado a discussão e pesquisas sobre competências e habilidades como análise experimental do comportamento, como é o caso de Del Prette e Del Prette (2010) chamando de competência social, a capacidade do indivíduo em apresentar um desempenho que garanta, simultaneamente: a obtenção dos objetivos a serem atingidos de uma situação interpessoal e a manutenção ou ampliação da autoestima e dos direitos humanos socialmente reconhecidos. Também a condição de manter ou melhorar sua relação com o interlocutor, procurando sempre equilíbrio do poder e das trocas nessas relações. Assim se insere o constructo avaliativo, podendo o próprio indivíduo se autoavaliar, ou ser avaliado por outro(s).

Os critérios de funcionalidade supõem, portanto, a capacidade do indivíduo em articular os componentes de seu desempenho (comportamentais, cognitivo-afetivos e fisiológicos) às demandas interpessoais da situação e da cultura, considerando, ainda, critérios mais abrangentes e universais (inclusive éticos) que deveriam nortear as relações interpessoais.

Por outro lado, é importante destacar o caráter relativista da competência social, uma vez que o julgamento de proficiências será sempre determinado por um conjunto de normas ou expectativas ligadas às características pessoais dos interlocutores e às características da situação e da cultura onde a interação ocorre (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2010, p. 48).

Logo o tema competências passou a despertar forte interesse e fazer parte das discussões entre os administradores de empresas nos Estados Unidos sobre a relação entre competência, aptidão, habilidades e conhecimento e suas associações ao aumento da produtividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É impressionante a fluidez em que certos conceitos circulam no meio educacional através de uma linguagem metafórica e tidos como novidades, embora já fossem conhecidos, reaparecem como “novo”.

Reaparecem com uma roupagem sedutora e envolventes, fazendo acreditar que integrar a esse novo universo é necessária e urgente, fazendo crer que é capaz de resolver os problemas da educação que até então não foram resolvidos, porém, agora a educação subirá a outro nível mesmo que esse novo universo, anteriormente já tivesse sido definido, posto em prática e fracassado.

Essa adesão ao “novo” está envolta de um discurso que relaciona uma manifestação de flexibilidade, abertura como forma de liberdade e capacidade de adaptação aos avanços tecnológicos. Flexibilidade, liberdade e capacidade como sinônimo de uma sociedade pós-moderna e que se espelha às novas realidades e necessidades sociais, caso contrário, pode ser um sinal de deslize, fraqueza, dependência e submissão.

Podemos estar referindo a um numeroso conjunto de novos e “novos” conceitos, mas o que está sendo tratado aqui como “novo” é a linguagem chamada *competência*, ou melhor, da forma de educar por *competências*.

Sobre educar por competências queremos considerar inicialmente três questões:

Em primeiro, devemos reconhecer que o conceito competência não é recente nem novo, e isso exige um esforço de todos nós para compreender sua função no passado e como se pretende ser usado como conceito central para o ensino e aprendizagem nas escolas brasileiras.

Em segundo, nos documentos oficiais relacionados à educação não há uma precisão em sua definição, ainda que a BNCC faça esse esforço. Como constatação de sua imprecisão, Zabala e Arnau (2010) fizeram um levantamento de definições do termo competência e encontraram mais de vinte, usadas tanto no meio empresarial quanto educacional, algumas se assemelhando em alguns aspectos, outras se distanciando completamente.

Em terceiro, pelo fato de reunir uma grande variedade de definições, podemos afirmar que o uso das competências reúne um conjunto diferenciado de intencionalidades.

Pelo fato do conceito *competência* acumular um vasto e variado número de significados, tornando-a confusa, devemos ter o cuidado com sua aplicação. Precisamos analisar sua essência e refletir como deve ser utilizada na prática.

Precisamos ter consciência se o que está sendo posto como *competência*, trata-se de uma estratégia do capitalismo para manter-se hegemônico, já que esgotou sua capacidade civilizatória e precisa destruir qualquer forma de reação dos indivíduos contra ele, tornando-o subordinado, ou trata-se de uma forma de estabelecer resistências através de projetos societários

e educativos alternativos, centrados principalmente na ideia-força de que “um outro mundo é possível” e “uma outra educação é possível” (FRIGOTTO, 2005, p. 16).

Junto ao conceito de competência, o conceito habilidade tem ganhado destaque, ora como sinônimos, ora como complemento um do outro, ora como conceitos distintos. Quanto ao conceito *habilidade*, a discussão não se distancia da realizada sobre competência, não que a tratemos como sinônimas, ainda que algumas definições as tratem, mas, habilidade, assim como competência, podem assumir direcionamento positivo ou negativo na mesma vibração, podem servir a qualquer fim (DEMO, 2010).

Portanto, não se trata aqui de negar de forma gratuita uma educação por competências, mas de investigar suas intencionalidades, desvelar seus discursos, perceber em que intencionalidades elas se fundam e qual o pensamento que conduz suas aplicações.

Compartilhamos com a ideia de Sacristán (2011) quando afirma que a crítica às competências não se trata de uma defesa contrária à inovação e à mudança na educação. Aqui não há intenção de fazer parte do exército de ortodoxos reacionários que combatem a inovação e a mudança na educação, mas compreendermos que não há neutralidade no processo educativo e em tudo que a envolve.

Para alguns, o uso das competências no meio educacional conduz ao que Frigotto (1989; 2005; 2010) chama de capital humano, ou seja, a construção de indivíduos eficientes para a manutenção da engrenagem do sistema produtivo, em outras palavras, um indivíduo competitivo e plenamente adaptado à economia do mercado globalizado.

Outros, não tão distantes dos primeiros, consideram que educar por competência trata-se de uma forma de adestramento, só que neste caso considera-se como uma forma de treinar o indivíduo para conseguir chegar a respostas complexas, sejam elas com objetivos individuais ou coletivos, sejam elas intelectuais ou afetivas.

Para um terceiro grupo, é a oportunidade de reestruturar o sistema educacional por dentro, superando a escola conservadora e excludente, transformando para uma escola eficiente, igualitária, democrática e inclusiva.

A forma com que se adotará as competências está relacionada com a forma em que se conceberá o papel da escola, se a intencionalidade é o de manter a (re)produção do capital, ou seja, a escola enquanto formadora de empreendedores autônomos e competentes para o mercado flexível e dinâmico.

Se o papel da escola é o de ensinar pelo viés do condutismo comportamental, concebendo o aluno e a aluna como seres unitários, passivos e adestráveis, tendo o comportamento humano regido por leis naturais, tornando a escola como um espaço de adestramento da aprendizagem.

Ou, se o papel de educar pelas competências é o da busca pela formação humana, tendo como parâmetro a vida e não o mercado, a busca pela igualdade, conseqüentemente, a superação da exclusão no contexto escolar.

NOTAS

3 As citações que acompanham os Art., parágrafos e incisos dos itens 1), 2) 3) e 4) foram extraídos da LDB 9394/1996 atualizada em 2023 (BRASIL, 1996).

4 O condutismo é uma filosofia que “concebe o homem como um ser unitário, em contínua relação funcional com seu meio e cujo comportamento encontra-se regido por leis naturais, passíveis de serem abordadas a partir de uma metodologia científica” (COLL; PALACIOS; MARCHESI, 1996, p. 33).

5 O *saber ser e saber conviver* estão entre os quatro pilares da educação segundo a UNESCO. Ver DELORS, Jacques (*et al.*). Educação: Um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. Paris: UNESCO, 1998.

6 Relatório da *National Commission on Excellence in Education*, publicado em 1983, nos Estados Unidos, governo de Ronald Reagan, que segundo o relatório apontava para um baixo rendimento, bastante inferior aos obtidos vinte e cinco anos antes, principalmente em matemática e leitura, preocupando com os três “R” (*reading, writing e numbering* ou ler, escrever e contar).

7 Relatório publicado anualmente pela OCDE a partir de 2000 passou a ser chamado de relatórios de PISA, em que visa apresentar quadro comparativo sobre o estado do sistema educacional de seus países membros, apresentando vários indicadores obtidos através resultados da aplicação de provas únicas externas, como: escolarização nas diferentes modalidades de ensino, financiamento, acesso, progresso, ambiente de aprendizagem.

8 A partir de 2000 a OCDE passou a produzir um relatório de diagnóstico dos rendimentos básicos (leitura, matemática e ciências), tornando-se um programa vigente em todos os países da Europa cooperado com a OCDE. Esse relatório passou a ser conhecido como relatório de PISA (*Program Internacional for Student Assessment*).

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. Comparando projetos neoliberais e desigualdade em educação. In: GONÇALVES, L. A. O. (Org.). **Currículo e políticas públicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ARCE, Alessandra. Compre o kit neoliberal para a educação infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XXII, nº 74, Abr. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 nov. 2011.

BOCK, Ana M. B.; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. 13ª edição. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. Disponível

em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf>. Acessado em 12/07/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf>. aceso em: 18/09/2023.

COLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Alvaro (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação**. Tradução: Angélica Mello Alves. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1996.

DELORS, Jacques (*et al.*). **EDUCAÇÃO: Um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. Paris: UNESCO, 2010. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>>. Acesso em: 20/12/2011.

DEL PRETTE, Zilda A. P.; DEL PRETTE, Almir. Um sistema de categorias de habilidades sociais educativas. **Paidéia**, Ribeirão Preto, vol. 18, nº 41, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v18n41/v18n41a08.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2010.

DEL PRETTE, Zilda A. P.; DEL PRETTE, Almir. **Psicologia das habilidades sociais: terapia, educação e trabalho**. 7ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FLEURY, Maria T. L.; FLEURY, Afonso. Construindo o conceito de competência. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, vol. 5, Edição Especial, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v5nspe/v5nspea10.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Mudanças societárias e as questões educacionais da atualidade no Brasil. **Ciência & Opinião**, Curitiba, v. 2, n. 1/2, jan./dez., 2005. Disponível em: <http://cienciaeopinio.up.edu.br/arquivos/cienciaeopinio/File/volume3/CienciaOpinia_o3_art1.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. São Paulo: Contez, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Mudanças societárias e as questões educacionais da atualidade no Brasil. **Ciência & Opinião**, Curitiba, v. 2, n. 1/2, jan./dez., 2005. Disponível em: <http://cienciaeopinio.up.edu.br/arquivos/cienciaeopinio/File/volume3/CienciaOpinia_o3_art1.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In.: GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 17ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Col. Estudos culturais em educação)

DEMO, Pedro. **Habilidades e competências no século XXI**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

GÓMEZ, Ángel I. P. Competências ou pensamento prático? A construção dos significados de representação e de ação. In: SACRISTÁN, José G. (*et al.*). **Educar por competências: o que há de novo?** Tradução: Carlos Henrique Lucas Lima; revisão técnica: Selma Garrido Pimenta. Porto Alegre: Artmed, 2011.

KATO, Marielza Faria. **Avaliação a partir da lógica das competências na educação profissional: possibilidades**. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: PUC/SP/

EDUCAÇÃO, 2007.

LE BOTERF, Guy. **Avaliar a competência de um profissional:** três dimensões a explorar. Junho, 2006. Disponível em: <<http://www.guyleboterf-conseil.com/Article%20evaluation%20version%20directe%20Pessoal.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2012.

McCLELLAND, David. **Testing for Competence Rather Than for “Intelligence”.** American Psychologist, January, 1973. Disponível em: <<https://www.therapiebreve.be/documents/mcclelland-1973.pdf>>. Acessado em: 06/01/2023.

OCDE. **A definição e seleção de Competências Chave:** resumo executivo. Tradução: alunos (as) da disciplina Políticas de Currículo no Brasil, da linha de pesquisa Políticas Públicas e Reformas Educacionais e Curriculares, sob orientação do prof. Dr. Antonio Chizzotti, profa. Dra. Branca Jurema Ponce e Profa. Dra. Maria Malta Campos. DeSeCo/USAID, 2008. Disponível em: ><https://docs.google.com/viewer>>. Acesso em: 07 fev. 2012.

PENNA, Antônio G. **Introdução à psicologia do século XX.** Rio de Janeiro: Imago, 2004. (Col. Introdução à Psicologia)

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar.** Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PERRENOUD, Philippe, *et al.* **As competências para ensinar no século XXI:** A formação dos professores e o desafio da avaliação. Tradução: Cláudia Schilling e Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SACRISTÁN, José G. *et al.* **Educar por competências:** o que há de novo? Tradução: Carlos Henrique Lucas Lima; revisão técnica: Selma Garrido Pimenta. Porto Alegre: Artmed, 2011.

VALENTE, Silza Maria Pasello. **Competências e habilidades:** pilares do paradigma avaliativo emergente. 2002. Disponível em: <http://www.opas.org.br/medicamentos/site/UploadArq/COMPET%C3%80NCIAS_E_HABILIDADES-_TEXTO_FORMATADO.pdf>. Acesso em: 12//07/2023.


ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. **Como aprender e ensinar competências.** Tradução: Carlos Henrique Lucas Lima; revisão técnica: Maria da Graça Souza Horn. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CIRCUITOS PRODUCTIVOS Y GLOBALIZACIÓN EN LA ZONA METROPOLITANA DE PUERTO VALLARTA: PRIMERAS APROXIMACIONES

CIRCUITOS PRODUTIVOS E GLOBALIZAÇÃO NA ZONA METROPOLITANA DE PUERTO VALLARTA, MÉXICO: PRIMEIRAS ABORDAGENS


PRODUCTIVE CIRCUITS AND GLOBALIZATION IN THE METROPOLITAN ZONE OF PUERTO VALLARTA, MÉXICO: FIRST APPROACHES

Francisco Javier Ruiz Hermoso¹

 0000-0001-6378-0946

javierruizhermoso@yahoo.com.mx

Fernanda César Arnaiz²

 0000-0001-8833-0327

fernandacesararnaiz@yahoo.com.mx

Ano XXVII - Vol. XXVII - (4): Janeiro/Dezembro - 2023

www.agbaturu.org.br
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
Geográfica
CIÊNCIA

1 Doctorado en Turismo por la Universidad Antonio de Nebrija, España; miembro del Sistema Nacional de Investigadores de CONACYT; consultor y docente. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6378-0946>. E-mail: javierruizhermoso@yahoo.com.mx.

2 Doctorado en Turismo por la Universidad Antonio de Nebrija, España; Coordinadora del Doctorado en Gestión de Negocios de la Universidad de Guadalajara CUC; miembro del Sistema Nacional de Investigadores de CONACYT; docente. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8833-0327>. E-mail: fernandacesararnaiz@yahoo.com.mx.

Artigo recebido em outubro de 2023 e aceito para publicação em dezembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMEN: Este artículo examina en una primera aproximación, los elementos conceptuales de los circuitos productivos y la globalización del capital en el sector turístico de la región de Puerto Vallarta y Bahía de Banderas. Se lleva a cabo un análisis cualitativo sobre cómo los flujos de capital, la inversión extranjera y la integración en la economía global han transformado los circuitos productivos locales, afectando tanto a los actores locales como a los visitantes. Además, se exploran las implicaciones sociales, económicas y culturales de este proceso en el contexto del turismo en la zona.

Palabras clave: Turismo. Desarrollo. Circuitos productivos. Puerto Vallarta. Bahía de Banderas.

RESUMO: Este artigo examina, numa primeira aproximação, os elementos conceituais dos circuitos produtivos e da globalização do capital no setor turístico da região de Puerto Vallarta e Bahía de Banderas. É realizada uma análise qualitativa sobre como os fluxos de capitais, o investimento estrangeiro e a integração na economia global transformaram os circuitos produtivos locais, afetando tanto os atores locais como os visitantes. Além disso, as implicações sociais, econômicas e culturais deste processo são exploradas no contexto do turismo na área.

Palavras-chave: Turismo. Desenvolvimento. Circuitos produtivos. Puerto Vallarta. Bahía de Banderas.

ABSTRACT: This article examines, in a first approximation, the conceptual elements of the productive circuits and the globalization of capital in the tourism sector of the region of Puerto Vallarta and Bahía de Banderas, México. A qualitative analysis is carried out on how capital flows, foreign investment and integration into the global economy have transformed local productive circuits, affecting both local actors and visitors. Furthermore, the social, economic and cultural implications of this process are explored in the context of tourism in the area.

Keywords: Tourism. Development. Productive circuits. Puerto Vallarta. Bahía de Banderas.

INTRODUCCIÓN

A partir de la mitad del siglo XX, México se dio a conocer con seriedad en el mundo del turismo a través de Acapulco, un destino ubicado en el Pacífico Mexicano y que llegó a ser considerado como uno de los principales destinos internacionales.

Fueron muchas razones las que se entrelazaron para que esto pasara. Por un lado, en 1927 se abre la carretera México – Acapulco para el libre tránsito de automóviles, aunque a partir de los años 1950's se asfalta y comienza la masificación. A partir de ahí se inicia una visión global del turismo y en 1940 se promulga la primera Ley Federal de Turismo (CÁRDENAS, 2019).

En los años siguientes, se crearon la Dirección Nacional de Turismo, la Escuela Mexicana de Turismo y ya en la década de los 1960's, se afirma que el turismo significa para el país receptor un ingreso considerable. "Personas que han trabajado en otras partes vienen a consumir en él una parte de sus ahorros, esto supone una adquisición de divisas, es decir, de medios de pago en el exterior" (LEMUS, 2016).

En 1969 se crea el Fondo Nacional de Fomento al Turismo, organismo que tenía como objetivo el desarrollo de nuevos destinos turísticos con una visión integradora, y con él, llegan los primeros Centros Integralmente Planeados (CIP's) de Cancún y Los Cabos. Luego llegaron Ixtapa, Loreto y Huatulco, con lo que se amplifica el potencial turístico del país.

Para esa década, la aviación comercial mexicana ya estaba en plena operación y fomentó el rápido conocimiento a nivel nacional e internacional de los destinos turísticos que emergían.

El país tenía una moneda estable, contrario a lo que pasaba entonces en Europa que estaba en medio de la reconstrucción de la post-guerra, y la balanza turística reportaba un superávit importante para el momento. Sin embargo, los íconos del turismo mundial seguían siendo el Caribe, Hawái y Europa la Europa reconstruida, por lo que se incrementa la participación del Estado en la expansión del turismo mexicano.

Durante la misma década de los 1960's se impulsa el desarrollo de infraestructura, principalmente de conectividad, y se plantea una visión estratégica en la que se habla que el turismo genera, además de buenos resultados económicos, un mejor entendimiento entre pueblos y gobierno, algo que se consideraba fundamental para su consolidación ya que se vivía con la amenaza de una nueva guerra debido a la llamada Guerra Fría.

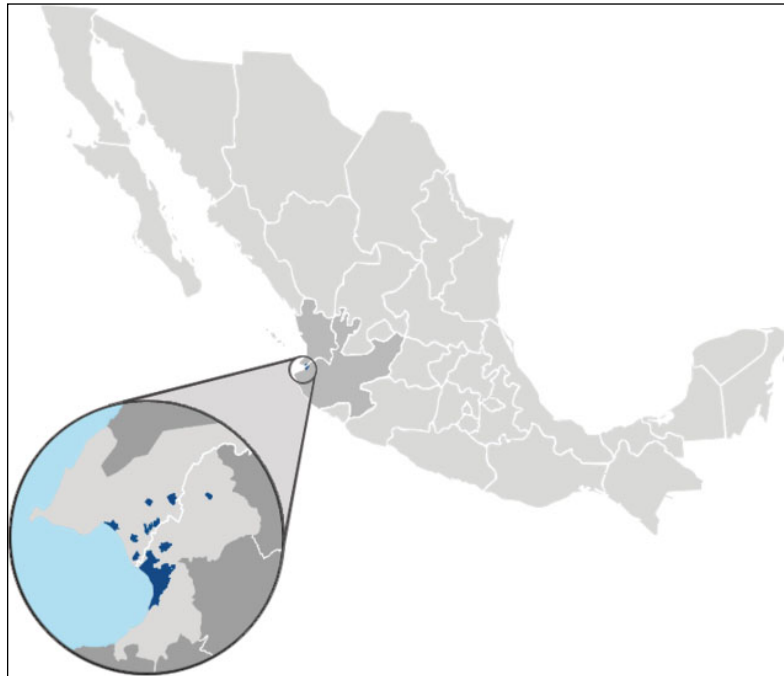
Hacia finales de esa década, el Banco de México realiza un estudio detallado sobre el estado que guarda el turismo mexicano y sus perspectivas, con el objetivo de planificar el desarrollo del mismo con otros destinos turísticos. El estudio identifica diferentes ventajas y oportunidades entre las que se encuentran el alto empleo pero poco calificado; baja escolaridad pero con baja demanda de competencias específicas; la posibilidad de desarrollar el turismo en zonas aisladas y marginadas para integrarlas a la modernidad y reducir las migraciones hacia Estados Unidos; y la posibilidad de incrementar las divisas provenientes del turismo internacional.

Con eso en mente, los destinos turísticos con posibilidades de entrar en este proceso eran Puerto Vallarta, Mazatlán y Cozumel, pero cuyos principales retos para desarrollarlos eran la debilidad estructural de los municipios costeros, la precaria conectividad principalmente terrestre, y la falta de abastecimiento.

Para el caso de Puerto Vallarta y su zona metropolitana, junto con sus dos corredores: al norte Riviera Nayarit y al sur Costalegre, y para resolver los desafíos, se plantea un modelo de desarrollo turístico multidimensional, lo cual le aporta competitividad, pero al mismo tiempo grandes problemáticas.

Los circuitos productivos y el turismo en la Zona Metropolitana de Puerto Vallarta, México

La Zona Metropolitana de Puerto Vallarta es un espacio geográfico complejo para la gestión turística debido a diferentes factores. Por un lado, es una región que abarca la zona costera sur del Estado de Nayarit, y la zona costera norte del Estado de Jalisco, dos entidades federativas diferentes. Abarca también 2 municipios distintos, el de Puerto Vallarta, en Jalisco; y el de Bahía de Banderas, en Nayarit; cuya división política es el río Ameca (Figura 1).



Fuente: INEGI (2023).

Figura 1. Ubicación geográfica de la Zona Metropolitana de Puerto Vallarta.

El desarrollo de esa región ha estado condicionado justamente por esos factores, entre muchos otros.

Ya en la década de los 1980's la federación crea nuevos Centros Integralmente Planeados (CIP's) como Litibú, que apuntala el desarrollo del municipio de Bahía de Banderas; el CIP de Costa Capomo (hoy Costa Canuva), que está muy cerca de la localidad turística de Guayabitos, y el CIP de Escuinapa, ya cerca de Mazatlán; pero todos ellos, en el Estado de Nayarit, al norte de la región de estudio.

De esos corredores, el que no tuvo apoyo de la federación fue el de Puerto Vallarta, Jalisco, lo cual se ha ido repitiendo desde entonces ya que, entre otras razones, este destino se ha ido construyendo principalmente por inversionistas locales o de fuera del Estado o del país; pero de manera desarticulada.

Es en este entorno en el que se hace una primera aproximación del rol que desempeñan los circuitos productivos que han generado implicaciones sociales, económicas y culturales.

En un primer término, es importante señalar que en general, la relación entre circuitos productivos y globalización es profunda y compleja. Los circuitos productivos se refieren a las diversas etapas y procesos involucrados en la producción y distribución de bienes y servicios, desde la materia prima hasta el consumidor final.

Mientras que ese proceso se da entorno a la globalización, que en resumidas cuentas, se refiere a la interconexión e interdependencia creciente de las economías, sociedades y culturas a nivel mundial. La globalización afecta directamente a los circuitos productivos de diversas maneras:

1. Cadenas de valor globales: La globalización ha dado lugar a la formación de cadenas de valor globales, en las cuales diferentes etapas del proceso productivo pueden llevarse a cabo en diferentes países. Las empresas buscan eficiencia y costos competitivos, lo que ha llevado a la fragmentación de la producción a nivel internacional. Por ejemplo, en la fabricación de productos turísticos, los servicios pueden ser proporcionados por empresas en diferentes regiones del mundo;
2. Flujos de inversión extranjera: La globalización facilita la inversión extranjera directa, permitiendo que las empresas inviertan en actividades productivas en países extranjeros. En el contexto del turismo, esto puede traducirse en la inversión de compañías extranjeras en infraestructuras hoteleras, servicios turísticos y actividades relacionadas en destinos específicos como la Zona Metropolitana de Puerto Vallarta;
3. Acceso a mercados internacionales: La apertura de mercados y la eliminación de barreras comerciales han permitido a las empresas acceder a mercados internacionales de manera más fácil. En el turismo, esto implica que los destinos pueden atraer a turistas de todo el mundo y que las empresas locales pueden llegar a mercados globales para la comercialización de sus servicios;
4. Interconexión tecnológica: La globalización está fuertemente vinculada a la difusión de tecnologías de la información y comunicación. Esto ha transformado la gestión de los circuitos productivos, permitiendo una coordinación más efectiva a nivel global. En el turismo, la reserva de servicios en línea y la promoción a través de plataformas digitales son ejemplos de cómo la tecnología ha alterado los circuitos productivos;
5. Homogeneización cultural: La globalización a menudo conlleva a una cierta homogeneización cultural, donde los destinos turísticos pueden adoptar características similares para atraer a un público global. Esto puede influir en la oferta de servicios y en la experiencia turística, afectando los circuitos productivos locales.

Como vemos, la globalización ha influido significativamente en la estructura de los circuitos productivos, especialmente en sectores clave como el turismo. En la región de Puerto Vallarta y Bahía de Banderas, la interconexión de mercados, la movilidad de capitales y la competencia global han modificado la dinámica tradicional de los circuitos productivos locales.

Las cooperativas de pescadores cada vez venden menos producto a comercios y más a personas. Las primeras lo hacen en grandes cadenas de suministros de productos del mar o centros comerciales de alto consumo como Costco.

Por otro lado, examinando los componentes esenciales de los circuitos productivos en el turismo, desde la oferta de servicios hasta la recepción de visitantes, se destaca la importancia de la cadena de valor, que abarca desde la planificación del viaje hasta la experiencia del turista en el destino. En esta dimensión, las empresas locales interactúan con actores globales afectando la distribución de beneficios y costos.

Los flujos de inversión extranjera, la presencia de multinacionales y las alianzas estratégicas que han llevado a la integración de la región en la economía global, han influido en la toma de decisiones y en la configuración de la industria turística local.

Pero en la región es clara la asimetría que hay en ese rubro entre el municipio de Puerto Vallarta en Jalisco, y Bahía de Banderas en Nayarit. Como lo hemos visto, en el primero no ha habido una estrategia de desarrollo turístico integral y en el segundo sí.

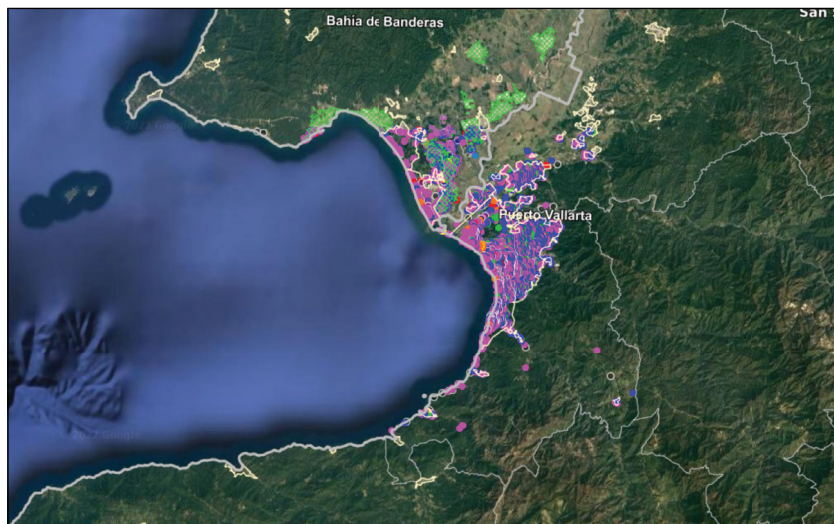
De acuerdo con el Directorio Estadístico Nacional de Unidades Económicas (DENUE), en la Zona Metropolitana de Puerto Vallarta (ZMPV), están inventariadas 26,170 Unidades Económicas formales, pero su distribución en los dos municipios es asimétrica (Tabla 1):

Tabla 1. Distribución de Unidades Económicas en la ZMPV.

Municipio	Unidades Económicas	Proporción
Puerto Vallarta	16,798	64.2%
Bahía de Banderas	9,372	35.8%

Fuente: DENUE (2023). Elaboración propia.

En el mapa siguiente (Figura 2) se aprecia con mayor claridad la distribución de las Unidades Económicas y su concentración del lado de Puerto Vallarta, lo cual explica la dinámica comercial de esa parte de la ZMPV que es más local y regional, atendiendo las necesidades de la población de acogida, en su mayoría; mientras que la zona norte, del lado de Nayarit, con menos Unidades Económicas, hay una dependencia de empresas más globales.



Fuente: DENUE (2023). Elaboración Propia.

Figura 2. Distribución geográfica de Unidades Económicas.

Las implicaciones socioeconómicas de la globalización en el turismo de Puerto Vallarta y Bahía de Banderas, incluye el impacto en el empleo local, los patrones de consumo, la desigualdad y la dependencia económica de factores externos. Se destaca la necesidad de políticas que equilibren los beneficios económicos con la preservación de la identidad cultural y el bienestar de la comunidad local.

Y bajo esa premisa, se identifica los desafíos que enfrenta la región en el contexto de la globalización del turismo, como la competencia desigual, la presión sobre los recursos naturales y la pérdida de autenticidad cultural. También se exploran las oportunidades, como la diversificación de productos turísticos y la colaboración internacional para el desarrollo sostenible.

Sin embargo, no se puede hablar de un destino turístico son considerar como eje a la ciudad y los habitantes que están en ella.

En 2018 Habitat de la Organización de las Naciones Unidas en conjunto con el INFONAVIT y la Secretaría de Desarrollo Agrario, Territorial y Urbano realizaron el estudio denominado Índice Básico de las Ciudades Prósperas en diferentes municipios del país para identificar el grado de prosperidad que tienen, así como para plantear las diferentes estrategias y actuaciones para mejorar el índice.

El estudio define el concepto de prosperidad como el “desarrollo equilibrado e integral en todos sus componentes” y aísla las recomendaciones a seguir por parte de los liderazgos locales.

Con la metodología de ciudades prósperas se identifican 40 indicadores agrupados en 21 sub dimensiones, que a su vez están divididos en 6 grandes dimensiones. En cada uno de los indicadores, el estudio identifica las recomendaciones que se deben aplicar agrupándolos en 3 tipos de actuaciones:

- Consolidar políticas urbanas;
- Fortalecer políticas urbanas;
- Priorizar políticas urbanas.

De acuerdo con los resultados del Índice de Ciudades Prósperas, el municipio de Bahía de Banderas tiene una prosperidad moderadamente débil con una calificación de 59.64, y recomienda priorizar las políticas públicas vinculadas a la sostenibilidad ambiental, así como a la gobernanza y legislación urbana.

Por otra parte, recomienda consolidar las políticas públicas referentes a la infraestructura de desarrollo y a las de equidad e inclusión social.

Los indicadores con los valores más bajos son el producto urbano per cápita, la densidad poblacional, el acceso a internet, la longitud de transporte masivo y las áreas verdes per cápita.

En el caso de Puerto Vallarta, el municipio tiene también una prosperidad moderadamente débil con una calificación de 57.89 y recomienda también priorizar las mismas políticas públicas que Bahía de Banderas que son la sostenibilidad ambiental y la gobernanza y legislación urbana.

En contraste, recomienda que Puerto Vallarta consolide las políticas públicas referentes a las dimensiones de calidad de vida y equidad e inclusión social. Y los valores más bajos son los referentes al producto urbano per cápita, la densidad poblacional, la longitud de transporte masivo, las fatalidades de tránsito y las áreas verdes per cápita.

En la tabla siguiente se puede apreciar la síntesis de resultados de los 40 indicadores comparando al municipio de Bahía de Banderas, Puerto Vallarta y la suma de ambos al que el estudio identifica como Aglomeración Urbana que es la suma de ambos municipios.

Tabla 2. Comparativo de los municipios Puerto Vallarta y Bahía de Banderas.

SÍNTESIS COMPARATIVA DE DE RESULTADOS POR DIMENSIÓN Y SUBDIMENSIÓN ENTRE LA AGLOMERACIÓN URBANA, BAHÍA DE BANDERAS Y PUERTO VALLARTA				
	Aglomeración urbana	Bahía de Banderas	Puerto Vallarta	
	58.43	59.64	57.89	
1 PRODUCTIVIDAD	60.93	60.8	64.66	
Crecimiento económico	53.84	53.53	54.01	
Producto urbano per cápita	34.43	33.58	34.87	
Relación de dependencia de la tercera edad	73.26	73.49	73.15	
Aglomeración económica	61.03	58.08	62.92	
Densidad económica	61.03	58.08	62.92	
Empleo	74.98	70.78	77.04	
Tasa de desempleo	76.09	72.7	77.83	
Relación empleo - población	73.88	68.87	76.25	
2 INFRAESTRUCTURA DE DESARROLLO	63.27	65.06	60.42	
Infraestructura de vivienda	76.61	75.31	77.93	
Vivienda durable	80.26	84.5	78.43	
Acceso a agua mejorada	95.74	94.52	96.26	
Espacio habitable suficiente	100	100	100	
Densidad poblacional	30.43	22.23	37.04	
Infraestructura social	54.84	44.34	59.76	
Densidad de médicos	54.84	44.34	59.76	
Infraestructura de comunicaciones	57.95	32.64	70.24	
Acceso a internet	72.45	21.85	97.03	
Velocidad de banda ancha promedio	43.44	43.44	43.44	
Movilidad urbana	42.79	92.07	16.35	
Longitud de transporte masivo				
Fatalidades de tránsito	42.79	92.07	16.35	
Forma urbana	84.18	80.95	77.8	
Densidad de la interconexión vial	100	84.35	100	
Densidad vial	83.09	79.82	67.76	
Superficie destinada a vías	69.46	78.68	65.64	
3 CALIDAD DE VIDA	64	62.8	65.21	
Salud	62.62	62.74	62.91	
Esperanza de vida al nacer	70.64	69.43	71.85	
Tasa de mortalidad de menores de 5 años	54.6	56.04	53.97	
Educación	84.1	84.71	83.14	
Tasa de alfabetización	95.42	94.07	96.06	
Promedio de años de escolaridad	72.79	75.36	70.21	
Seguridad y protección	70.73	73.44	69.45	
Tasa de homicidios	70.73	73.44	69.45	
Espacio público	38.53	30.31	45.34	
Accesibilidad al espacio público abierto	70.25	52.28	84.73	
Áreas verdes per cápita	6.81	8.35	5.96	
4 EQUIDAD E INCLUSIÓN SOCIAL	70.81	68.61	72.01	
Equidad económica	44.84	47.14	44.06	
Coeficiente de Gini	53.6	52.94	54.26	
Tasa de pobreza	36.08	41.35	33.86	
Inclusión social	83.68	82.69	84.18	
Viviendas en barrios precarios	90.98	91.36	90.82	
Desempleo juvenil	76.38	74.01	77.54	
Inclusión de género	83.92	75.98	87.79	
Inscripción equitativa en educación secundaria	83.92	75.98	87.79	
5 SOSTENIBILIDAD AMBIENTAL	46.26	47.89	44.17	
Calidad del aire	42.03	47.03	37.03	
Número de estaciones de monitoreo	0	0	0	
Concentraciones de material particulado	80	95	65	
Concentraciones de CO2	46.08	46.08	46.08	
Manejo de residuos	96.74	96.64	95.49	
Recolección de residuos sólidos	93.48	93.28	93.58	
Tratamiento de aguas residuales	100	100	97.39	
Energía	0	0	0	
Proporción de generación de energía renovable	0	0	0	
6 GOBERNANZA Y LEGISLACIÓN URBANA	49.24	55.11	46.46	
Participación y rendición de cuentas	46.57	51.98	44.35	
Participación electoral	46.57	51.98	44.35	
Capacidad institucional y finanzas municipales	68.88	81.08	62.74	
Recaudación de ingresos propios	70.28	94.55	58.09	
Deuda subnacional	36.67	49.69	30.14	
Eficiencia del gasto local	99.68	99	100	
Gobernanza de la urbanización	32.28	32.28	32.28	
Eficiencia en el uso del suelo	32.28	32.28	32.28	

El estudio emite también una serie de recomendaciones u orientaciones específicas para cada dimensión.

Para el caso de Puerto Vallarta, recomienda la introducción de servicios de banda ancha y/o acceso a espacios públicos con equipos de cómputo; la generación de acuerdos con empresas proveedoras de servicios de telecomunicaciones para promover inversiones en infraestructura de red fija y ampliar la cobertura de internet, así como la reglamentación de los nuevos desarrollos habitacionales, comerciales y de servicios para incluir la infraestructura necesaria para facilitar la introducción de servicios de internet de banda ancha.

Sobre equidad e inclusión social, recomienda establecer mecanismos de monitoreo cotidiano que inhiban la agresión a mujeres en transporte público, la definición de programas específicos con recursos públicos dedicados a atender las necesidades educativas de las mujeres y establecer mecanismos de elección y evaluación para acceder a puestos políticos, técnicos, académicos y de cualquier otra naturaleza.

En cuanto a la sostenibilidad ambiental, propone crear un sistema integral de gestión y tratamiento de residuos sólidos que incluya sistemas de recolección, plantas separadoras y de reciclaje. La aglomeración urbana que ya cuenta con más de 500,000 habitantes, requiere ya de un sistema integrado que impulse el uso de materiales reciclados con base en incentivos fiscales dirigidos al sector privado; así como el fomento al desarrollo de la industria especializada en reciclaje.

Prioriza la necesidad de crear un sistema de monitoreo e información que incluya la contaminación atmosférica, de agua y los sistemas de tratamiento; así como de la contaminación de tierras urbanas. También recomienda la creación de un plan integral de manejo de la red hidráulica y tratamiento de aguas servidas orientadas a mejorar la calidad de las redes de abastecimiento.

Para el caso de la calidad de vida, recomienda la generación de un análisis participativo de seguridad en espacios públicos de la ciudad para identificar lugares y horarios en los que suceden delitos de manera recurrente; incorporar lineamientos de diseño y gestión de espacios públicos en la normativa local, simplificar y comunicar los mecanismos de denuncia en el Ministerio Público, desarrollar e implementar el uso de TIC's geográficas para georeferenciar el delito y tomar decisiones estratégicas y concentrar las inversiones públicas en movilidad sustentable, mejoramiento de la infraestructura urbana, oferta educativa, de salud y mejoramiento del espacio público y vivienda.

Propone también elaborar un inventario preciso del estado actual de los espacios públicos; el aprovechamiento de los terrenos baldíos intraurbanos para crear nuevos espacios abiertos y relajar el paisaje urbano y natural. También recomienda crear un programa de reforestación urbana para plantar árboles en espacios públicos involucrando a vecinos y sociedad civil organizada, así como asegurar la accesibilidad universal en los espacios públicos con señalética, cruces peatonales, eliminación de barreras a la circulación y la disminución de la velocidad vehicular en entornos de reunión.

Finalmente, en cuanto a la dimensión de gobernanza y legislación urbana, se recomienda la implementación de esquemas de financiamiento basados en la gestión del suelo urbano y

la recuperación de plusvalías generadas por acciones públicas; el desarrollo de esquemas de asociación público – privadas para financiar proyectos estratégicos que permitan mejorar la provisión de infraestructura de servicios públicos y urbanos; el desarrollo de manuales de planeación y programación presupuestal para hacer más eficiente el gasto local.

Propone el fomento e implementación del uso de plataformas y tecnologías de datos abiertos para dar claridad y transparencia a los fastos locales e ingresos propios del ayuntamiento así como la modernización y actualización del catastro urbano para incrementar la recaudación inmobiliaria al mismo tiempo que se integra información sobre la propiedad.

Para el caso del municipio de Bahía de Banderas, algunas de las recomendaciones se repiten con las de Puerto Vallarta, pero hay algunas propias que responden a la realidad propia.

En cuanto a infraestructura, recomienda que las autoridades intervengan los barrios precarios para dotarlos de infraestructura e incrementar el acceso a los servicios de agua mejorada, saneamiento, drenaje y energía eléctrica; ofrecer alternativas de diseño para mejorar la funcionalidad e imagen de las viviendas mediante asesoría constructiva, créditos y apoyos, y emprender programas de regeneración urbana en barrios y colonias deterioradas. También propone definir polígonos de lotes con servicios o proyectos localizados con relación al acceso al empleo y equipamientos urbanos para familias de menores ingresos que no accedan a fondos de vivienda.

Recomienda alianzas con universidades para favorecer la integración de los jóvenes particularmente a estudios de medicina; incentivar la localización de servicios médicos básicos y gestionar programas que ofrezcan servicios en áreas habitacionales; y crear condiciones para reducir distancias y tiempos de traslado y atención.

En cuanto a la calidad de vida, recomienda aprovechar los terrenos baldíos intraurbanos para crear nuevos espacios abiertos con servicios ambientales, transformando espacios inseguros en espacios públicos y de paisaje urbano y natural; así como la protección legal mediante instrumentos de planeación urbana, territorial y ecológica.

CONCLUSIONES

La globalización y los circuitos productivos están estrechamente entrelazados en el contexto actual. Las dinámicas económicas globales afectan la forma en que se producen, distribuyen y consumen bienes y servicios, y esto se refleja claramente en la industria turística y en otros sectores económicos.

El turismo crece de dos maneras distintas pero paralelas: la primera es que se da bajo el liderazgo del Estado y orientado fundamentalmente a la atracción del turismo internacional y sus divisas; y la segunda es promovida por los inversionistas locales y regionales que se orienta a los mercados emisores nacionales.

Hemos visto que el turismo internacional es de las primeras actividades en globalizarse al estar presente en todos los países que no estén en conflicto armado, y formar redes de transporte, alojamiento, cadenas operadoras, OTA's y líneas aéreas y

charters. En los tiempos del neoliberalismo, esas cadenas son las dominantes a lo que se le suman las plataformas de servicios turísticos como AirBnb.

Los circuitos productivos y la globalización en la zona metropolitana de Puerto Vallarta nacieron y se desarrollan con asimetrías estructurales. Jalisco, donde está Puerto Vallarta, es uno de los principales Estados del país por su contribución al PIB nacional, pero no tiene ningún Centro Integralmente Planeado ni conectividad terrestre eficiente. Las dos autopistas que llegan al destino, pasan por Nayarit o por Colima.

La interconexión entre los circuitos productivos y la globalización del capital en el turismo de Puerto Vallarta y Bahía de Banderas tiene implicaciones a nivel local y global, y se proponen posibles direcciones para futuras investigaciones y políticas que promuevan un desarrollo turístico sostenible en la región.

La comprensión de esta interrelación es esencial para abordar los desafíos y aprovechar las oportunidades en un mundo cada vez más interconectado.

REFERENCIAS

ARNAIZ BURNE, Stella Maris; DACHARY, Alfredo César (2009). **Geopolítica, recursos naturales y turismo**. Una historia del caribe mexicano. México. Universidad de Guadalajara.

CÁRDENAS GÓMEZ, Erika Patricia (2019). El camino de Acapulco hacia la ciudad de México. Construcción, travesías e implicaciones turísticas. **Estudios y perspectivas del turismo**. Vol. 28, No.1. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Enero. CIET.

CÉSAR ARNAIZ, Fernanda (2007). **Ciudades turísticas. Desarrollo e imaginarios Careyes y Nuevo Vallarta, México**. Universidad de Guadalajara.

CÉSAR DACHARY, Alfredo (2018). **Puerto Vallarta, Sociedad y Desarrollo**. En Puerto Vallarta 2018. México. El Colegio de Jalisco y Universidad de Guadalajara.

DENUE (2023). Disponible en: <<https://inegi.org.mx/app/mapa/denue>>.

FONATUR-UAN-CPT-SECTUR (2014) **Agenda de competitividad Riviera Nayarit**. México. Sectur. Disponible en: <<https://www.sectur.gob.mx/wp-content/uploads/2015/02/PDF-Riviera.Nayarit.pdf>>.

INEGI (2023). **Área metropolitana interestatal de Puerto Vallarta – Bahía de Banderas**. Disponible en: <<https://inegi.gob.mx/ns/wp-content/uploads/2021/08/Área-Metropolitana-Interestatal-de-Puerto-Vallarta.pdf>>.

LEMUS SORIANO, Elmy. (2016). Acapulco y el proyecto modernizador Alemanista. **Letras históricas**, No. 14. Guadalajara. Marzo.

Observatorio Integral de la región turística de Puerto Vallarta y Bahía de Banderas (2017) **Metropolización**. Documento elaborado por el Secretario de Turismo de Nayarit.

ONU-Hábitat. (2016). **Índice básico de ciudades prósperas Bahía de Banderas, Nayarit**. México. SEDATU – INFONAVIT.


ONU-Hábitat (2016). **Índice básico de ciudades prósperas Puerto Vallarta, Jalisco**. México. SEDATU – INFONAVIT.

OS VENTOS DO NORTE “AINDA” MOVEM MOINHOS: CLIVAGENS DO NEOLIBERALISMO GLOBAL NA AMÉRICA DO SUL


THE NORTHERN WINDS “STILL” MOVE MILLS: CLEAVAGES OF
GLOBAL NEOLIBERALISM IN SOUTH AMERICA

LOS VIENTOS DEL NORTE “SIGUEN” MOVIENDO MOLINOS:
DIVISIONES DEL NEOLIBERALISMO GLOBAL EN AMÉRICA DEL SUR


Anderson Gois Marques da Cunha¹

 0000-0003-0128-2911
agmcunha10@hotmail.com

José Luiz Alves²

 0000-0003-2049-2084
luiz.alves@upe.br

Alisson Barbosa da Silva²

 0000-0002-8875-8128
alissonbarbosa1991@gmail.com

Ano XXVII - Vol. XXVII - (4): Janeiro/Dezembro - 2023

CIÊNCIA
Geográfica
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
www.agbauru.org.br

1 Doutorando no Programa de Pós-graduação em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (Propad/UFPE). Recife, PE, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0128-2911>. E-mail: agmcunha10@hotmail.com.

2 Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco (UPE). Recife, PE, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2049-2084>. E-mail: luiz.alves@upe.br.

3 Doutorando no Programa de Pós-graduação em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, PB, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8875-8128>. E-mail: alissonbarbosa1991@gmail.com.

Artigo recebido em novembro de 2023 e aceito para publicação em dezembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: Vários estudos têm explorado os efeitos do neoliberalismo na América do Sul, destacando sua rápida disseminação e influência nas relações entre Estado, mercado e sociedade civil. O objetivo deste estudo foi realizar uma análise bibliométrica sobre as implicações socioeconômicas do neoliberalismo em países sul-americanos. Assim, foi realizada uma revisão sistemática da literatura (RSL), utilizando o método PICO-C. Usou-se, também, para a análise bibliométrica, o pacote bibliometrix do RStudio e o software VOSviewer. Foram utilizadas as bases Scopus e Web of Science por sua relevância na pesquisa acadêmica. Foram coletados 421 estudos, e ao aplicar os crivos de inclusão e exclusão foram identificados 24 estudos. Os resultados revelaram que o neoliberalismo tem moldado corrosivamente as políticas socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais na América do Sul, resultando em um cenário desigual, com benefícios concentrados em uma minoria privilegiada. Nesse contexto, urge adotar uma abordagem mais crítica para lidar com os impactos do neoliberalismo. Intervenções sugerem a necessidade de repensar políticas econômicas e o papel do Estado, buscando alternativas com ética, justiça social e abordagem sustentável para o desenvolvimento das nações.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. Países sul-americanos. Paradigma neoliberal.

ABSTRACT: Numerous studies have explored the effects of neoliberalism in South America, highlighting its rapid dissemination and influence on the relationships between the state, market, and civil society. This study aimed to conduct a bibliometric analysis on the socio-economic implications of neoliberalism in South American countries. A systematic literature review (SLR) using the PICO-C method was performed, and bibliometric analysis employed the bibliometrix package in RStudio and the VOSviewer software. Scopus and Web of Science databases were utilized for their relevance in academic research. Out of 421 collected studies, 24 were identified after applying inclusion and exclusion criteria. The results revealed that neoliberalism has profoundly shaped socio-economic, political, cultural, and environmental policies in South America, leading to an unequal scenario with benefits concentrated among a privileged minority. In this context, there is an urgent need to adopt a more critical approach to address the impacts of neoliberalism. Interventions suggest a reevaluation of economic policies and the role of the state, seeking alternatives with ethics, social justice, and a sustainable approach to national development.

Keywords: Economic development. South American countries. Neoliberal paradigm.

RESUMEN: Varios estudios han explorado los efectos del neoliberalismo en América del Sur, destacando su rápida propagación e influencia en las relaciones entre el Estado, el mercado y la sociedad civil. El objetivo de este estudio fue realizar un análisis bibliométrico sobre las implicaciones socioeconómicas del neoliberalismo en los países sudamericanos. Para ello, se llevó a cabo una revisión sistemática de la literatura (RSL), utilizando el método PICO-C. También se utilizó el paquete bibliometrix de RStudio y

el software VOSviewer para el análisis bibliométrico. Se utilizaron las bases Scopus y Web of Science debido a su relevancia en la investigación académica. Se recopilieron 421 estudios y, al aplicar los criterios de inclusión y exclusión, se identificaron 24 estudios. Los resultados revelaron que el neoliberalismo ha modelado de manera corrosiva las políticas socioeconómicas, políticas, culturales y ambientales en América del Sur, dando como resultado un escenario desigual, con beneficios concentrados en una minoría privilegiada. En este contexto, es urgente adoptar un enfoque más crítico para abordar los impactos del neoliberalismo. Las intervenciones sugieren la necesidad de replantear las políticas económicas y el papel del Estado, buscando alternativas con ética, justicia social y enfoque sostenible para el desarrollo de las naciones.

Palabras clave: Desarrollo económico. Países sudamericanos. Paradigma neoliberal.

INTRODUÇÃO

O Estado tem passado por diversas transformações oriundas de suas relações com o mercado e a sociedade. Essas alterações na forma e na estrutura de atuação foram observadas em todo o mundo, mas tiveram um impacto mais significativo nas relações do Sul global, que possui um histórico de colonialismo e ainda enfrenta essa imposição hegemônica e ideológica pautada no ideário neoliberal (ANDRADE, 2019).

Nesse contexto, a preocupação com a inserção da América do Sul nessa nova realidade global é uma questão a ser explorada, bem como o mapeamento dos fatores que desafiam o desenvolvimento dessas nações no cenário neoliberal é essencial (VADELL; CARVALHO, 2014).

Ao longo de sua história foi evidenciada a evolução na interação entre o Estado e o mercado, o que resultou em importantes consequências políticas, socioeconômicas e culturais em seus territórios, conforme discutido por Gilpin (2002). A interdependência econômica global realça que choques em um mercado podem se espalhar rapidamente para outros, desencadeando movimentos sistêmicos que se assemelham a um efeito cascata (GILPIN, 2002).

A região da América do Sul é composta por 12 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, além de um território ultramarino sob o domínio da França, a Guiana Francesa. Isso demonstra que os vestígios da colonialidade histórica ainda persistem nas bases da sociedade e há lutas sociais intensificadas que resistem à tais pressões (VELTMEYER, 2019).

Enquanto, na visão dos países do Norte global, os avanços permitiram a perpetuação de sua hegemonia e resultaram em um projeto ideológico colonizador e exploratório em relação a outros territórios, como ocorreu na América do Sul, as nações consideradas do Sul global, durante esse período de transformação política e econômica global, demonstraram resistência e envolveram-se em lutas sociais. Elas vivenciaram cenários de crise, instabilidade política e incertezas socioeconômicas decorrentes dessa transição

ideológico-hegemônica para o espectro neoliberal (CARDOSO JR; SIQUEIRA, 2009; VADELL; CARVALHO, 2014).

Essas manifestações ou lutas sociais globais que ganharam destaque na América do Sul devido às disparidades decorrentes do modelo neoliberal levaram a debates significativos entre economistas clássicos e contemporâneos, bem como outros estudiosos, sobre o significado de um desenvolvimento real e sua compatibilidade com as premissas de uma modernidade capitalista sob as amarras neoliberais (ANDRADE, 2019).

O capitalismo, que atualmente alimenta os moldes neoliberais, teve suas origens nas trocas comerciais e na necessidade de acumulação de capital, resultando em uma abordagem mercantilizada. Com o tempo, essa abordagem deu lugar ao capitalismo industrial, que enfatizava a eficiência, a produtividade e a massificação da mão de obra, a qual, de forma frequente, foi precarizada, tornando-se a única alternativa de sobrevivência para muitos (DARDOT; LAVAL, 2016; HARVEY, 2008; HOBBSBAWN, 1995).

Entre os séculos XIX e XX, o capitalismo assumiu uma nova forma, tornando-se um modelo de financeirização. Os sistemas financeiros globais profissionalizaram-se e passaram a desempenhar um papel central no cenário mundial, com grandes corporações influenciando politicamente as diretrizes globais como atores do mercado (DARDOT; LAVAL, 2016).

À medida que o mercado se expande em diferentes segmentos e busca um desenvolvimento baseado na eficiência e lucratividade, seguindo as premissas neoliberais de redução do papel do Estado na economia, isso resulta na promoção da privatização, na redução de gastos com o bem-estar social, na desregulamentação financeira e no livre comércio. Isso, por sua vez, leva a uma distribuição desigual dos recursos nos territórios, criando disparidades sociais acentuadas e contribuindo para uma maior fragmentação social e polarização (HARVEY, 2007).

Diante dos impactos do neoliberalismo na América do Sul, o objetivo central deste estudo foi identificar estudos relevantes que exploram as implicações socioeconômicas do neoliberalismo em países sul-americanos.

Para isso, foi decidido conduzir o estudo utilizando uma abordagem de revisão sistemática de literatura (RSL) para examinar os efeitos socioeconômicos decorrentes da implementação da lógica do neoliberalismo na América do Sul. Essa metodologia permitiu uma análise abrangente dos eventos relacionados aos elementos que influenciam as consequências do neoliberalismo na região.

Com esta revisão sistemática de literatura (RSL), almeja-se destacar os impactos do neoliberalismo nas nações que compõem o Sul global, tendo em vista aspectos de governança pública, desenvolvimento socioeconômico e relações internacionais. Desta maneira, visa-se entender quais as implicações socioeconômicas que as nações sul-americanas vêm enfrentando sob a égide de uma racionalidade neoliberal?

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Neoliberalismo no Cenário Global

O mundo passou por profundas transformações nas esferas econômica, política e social. Impulsionado pelo modelo de crescimento enraizado na realidade empresarial norte-americana e europeia. Esse processo toma proporções monopolísticas e sistêmicas por meio da internacionalização de tais meios produtivos. Isso, por sua vez, exigiu que as nações reforçassem suas estruturas de poder e de mercado para lastrear a atuação do Estado frente ao avanço das corporações na busca de soluções para problemas cotidianos (ARRIGHI, 1996; MOORE, 2015; COSTA LIMA; SPELLMAN, 2022).

A criação das chamadas empresas-Estado e sua influência na fiscalidade, na acumulação do capital e nas transferências de recursos representaram robusta transformação de práticas com um viés centralizador e de controle operacional. Foi neste período que muitas realçaram estratégias de monopolização de abastecimento e regulamentação de preços como medida de competitividade no cenário global (ARRIGHI, 1996).

A atuação das corporações, a expansão dos mercados financeiros e a intensificação das especulações em outros mercados, como o de câmbio e o de capitais, fizeram emergir novas regras de mercado, que não se embriçaram a uma simples mudança econômica paradigmática.

A inclinação a um viés político de tais transformações, principalmente no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando as nações buscavam respostas rápidas e eficazes para os efeitos do período de guerras, que haviam visto o alastramento de correntes totalitárias e antidemocráticas em todo o mundo, fez com que as nações abrissem espaço para discutir sua reestruturação. Nesse contexto, surgiram diversos acordos gerais internacionais que preconizavam o fortalecimento das nações sob os ideais de liberalização do comércio e de investimentos internacionais, além das reformas de desregulamentação fiscal.

Nesse período, em resposta às transformações econômicas e à crise global, emergiram economistas proeminentes, como Milton Friedman, Friedrich von Hayek e Ludwig von Mises, entre outros. Eles foram impulsionados por líderes políticos como Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos, cujas influências transcenderam as fronteiras nacionais. Esses pensadores propuseram uma nova visão do mercado e do papel do Estado, enfatizando a redução da intervenção governamental e o fortalecimento do mercado, das liberdades individuais e da propriedade privada. Essa abordagem foi vista como um modelo autossuficiente na busca pelo equilíbrio e na promoção de empreendimentos cada vez mais prósperos.

Vale destacar que diferentes Estados atuaram de maneira distinta diante das crises e das incertezas desse período. É nesse cenário que o Consenso de Washington assume protagonismo como um evento de relevância que alterou significativamente a estrutura global, buscando balizar um capitalismo renovado, similar ao que havia sido vivenciado na era áurea, mas que, cumulativamente, devido aos rumos acordados em dados eventos globais, começaria a ruir ao final da década de 70, colapsando a antiga cartilha liberal na acumulação de capital para um novo direcionamento.

METODOLOGIA

Este estudo apresenta uma análise bibliométrica sobre as implicações socioeconômicas do neoliberalismo em países sul-americanos. Foi utilizada uma revisão sistemática de literatura (RSL) que seguiu alguns protocolos de validação, visando aprimorar o conhecimento em um campo do conhecimento específico (KITCHENHAM; CHARTERS, 2006).

A abordagem buscou identificar, selecionar e analisar criteriosamente estudos relevantes para resolver suas questões de investigação específicas (PETTICREW; ROBERTS, 2006; KITCHENHAM; CHARTERS, 2006).

Formulando as questões de pesquisa

As questões de pesquisa do estudo foram formuladas com base no método PICO-C, estruturado nos elementos: população, intervenção, comparação, resultado e contexto (Petticrew e Roberts, 2006). Sua análise (Quadro 1) foi gerenciada no software Zotero (SOUZA; MOREIRA; GOULÃO, 2019).

Quadro 1. Aplicação do método PICO-C no estudo.

P	<i>Population</i>	Estudos que revelam os impactos socioeconômicos e políticos do neoliberalismo na América do Sul
I	<i>Intervention</i>	Análise do paradigma neoliberal na América do Sul.
C	<i>Comparison</i>	Não se aplica no estudo.
O	<i>Outcomes</i>	Compreensão aprofundada dos impactos sociais, econômicos e políticos do neoliberalismo nos países da América do Sul.
C	<i>Context</i>	Neoliberalismo na América do sul

Fonte: Elaborado pelos autores (2023) adaptado de Souza, Moreira e Goulão (2019).

A partir do PICO-C possibilitou a formulação da questão primária e das questões secundárias para o estudo.

- Questão primária: Quais as implicações do neoliberalismo nas nações da América do Sul?
- Questão secundária 1: Quais são os principais efeitos socioeconômicos do neoliberalismo na América do Sul?
- Questão secundária 2: Quais políticas têm sido adotadas pelos governos sul-americanos para lidar com os efeitos do neoliberalismo?

A pesquisa nas bases de dados de forma automatizada

Foi realizada uma pesquisa automatizada nas bases de dados da Web of Science, Science Direct, Scopus e SciElo. Para isso, foram empregadas *strings* de busca específicas: “neoliberal*” e “South Americ*” separados pelo operador booleano AND. Foram adotadas as

aspas para delimitar termos específicos e o símbolo de asterisco para abranger variações dos termos pesquisados (SOUZA; MOREIRA; GOULÃO, 2019). O padrão de busca adotado foi tópico, que inclui a pesquisa baseada em título, resumo e palavras-chave (Quadro 2).

Quadro 2. Síntese da pesquisa nas bases WOS e Scopus (consulta inicial).

Bases	Strings	Descrição	Quantidade
Scopus (Elsevier)	TITLE-ABS-KEY (“neoliberal*” AND “South Americ*”)	Article title, Abstract, Keywords	318
Web of Science	TS=(“neoliberal*”) AND TS=(“South Americ*”)	Topic (Title, abstract, Keywords)	103
Total			421

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Os documentos provenientes das bases foram transferidos para arquivos de texto com sintaxe BibTeX (.bib) ou no formato *research information systems* (.ris). A importação utilizou o RStudio para realizar, realizou-se a importação das bases, seguida pela triagem inicial e manual, na qual os arquivos foram categorizados de acordo com os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos.

Primeira triagem: critérios de inclusão e exclusão

Buscando filtrar os estudos que tratam nas implicações do neoliberalismo nos países sul-americanos, bem como a não inserção daqueles que estão fora deste escopo (Jamshidi; Ghafari; Ahmad; Pahl, 2013; Souza; Moreira; Goulão, 2019), foram adotados os seguintes critérios de inclusão (In) e exclusão (En).

Para os critérios de inclusão temos:

- I1: Estudos revisados por pares nas buscas das bases online (automatizadas) que exploram as implicações socioeconômicas do neoliberalismo em países sul-americanos. Pelo rigor e o critério das avaliações no escopo pesquisado;
- I2: Estudos que não foram incluídos pelo método automático, mas que foram inseridos posteriormente por pesquisa exploratória através de *snowball sampling* (Coleman, 1958). Essa abordagem visa ampliar os estudos para além do alcance das bases automatizadas, proporcionando uma visão mais abrangente das implicações do neoliberalismo na região.

Para os critérios de exclusão obteve-se 8 crivos, sendo 6 em uma análise primária dos dados a partir das bases automatizadas:

- E1: Estudos que não são escritos no idioma inglês. Por não trazerem um alcance capilar e global para os acessos à dadas pesquisas. Estudos no idioma inglês representam acesso para outros pesquisadores no eixo global;
- E2: Estudos que não prestigiam o recorte temporal dos últimos cinco anos (2019 - 2023). Foi feito um estudo baseado nas transformações contemporâneas do neoliberalismo nos países da América do Sul;

- E3: Estudos do tipo acesso antecipado. Versões preliminares que podem não terem sido revisadas;
 - E4: Estudos em outros formatos que não são artigos ou artigos de conferência;
 - E5: Estudos duplicados. Foi utilizada a função merge no RStudio e posteriormente efetivado o tratamento manualizado com a leitura dos estudos;
 - E6: Estudos fora da temática pesquisada;
- Em complementariedade, os dois últimos crivos de exclusão, foram definidos a partir do download individual de cada estudo;
- E7: Estudos incompletos (*abstracts* ou textos curtos de até 6 páginas);
 - E8: Estudos com indisponibilidade de acesso ou acesso pago.

A triagem seguiu o fluxo de seleção de estudos (Figura 1).

	I ₁							E ₇
	I ₂	E ₁	E ₂	E ₃	E ₄	E ₅	E ₆	E ₈
Web of Science	103	72	28	26	25	25	20	19
Scopus	318	268	37	37	27	7	5	5
Total	421	340	65	63	52	32	25	24

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Figura 1. Mapa dos critérios de inclusão e exclusão por base de dados.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Panorama bibliométrico dos estudos

Após a triagem pelos critérios de inclusão e exclusão, identificaram-se 24 estudos provenientes de 23 fontes de periódicos revisados por pares (Tabela 1).

Tabela 1. Estudos identificados (ordenado pelo nome dos autores)

N.	Título dos artigos	Autores	Ano
1	Contested Infrastructures: Water, Privatization, and Place-Based Protest in Greater Buenos Aires	Akchurin, M.	2023
2	Delinking rhetorics of neoliberalism: An analysis of South American leftist presidents' speeches	Angel, A.; López-Londoño, L.	2019
3	New Municipalism in South America? Developing theory from experiences in Argentina and Chile	Arpini, E.; Panez, A.; Cumbers, A.; Pearson, B.	2023
4	Navigating transformations from artisanal fishers to entrepreneurial scallop farmers in Chile	Bakit, J.; Hurtado, A.; Márquez, R.; Villasante, S.	2023
5	“A cold, hard asset”: Conservation resource spectacle in Chilean Patagonia	Beer, C.	2023
6	Latin America's right-wing shift: cruelty and the government of other bodies during the neoliberal stage of capital	Bello, A.	2021
7	The World Bank and Healthcare Reforms: A Cross-National Analysis of Policy Prescriptions in South America	Carvalho, G.	2022
8	Food Procurement in Post-neoliberal Countries: Examples from South America	Coca, E.	2021
9	Soy states: resource politics, violent environments and soybean territorialization in Paraguay	Correia, J. E.	2019
10	Post COVID-19 ecological and social reset: moving away from capitalist growth models towards tourism as Buen Vivir	Everingham, P.; Chassagne, N.	2020
11	Multi-scalarity and neoliberalization. Notions and experiences for a policy of scales in Argentina and Brazil	Garcia, A. O.	2022
12	The IDB and the political neoliberal model in South America: The case of Peru	Hernández, W. V.	2023
13	Collective health and regional integration in Latin America: An opportunity for building a new international health agenda	Herrero, M.; Loza, J.; Belardo, M.	2019
14	Ambiguities at Sites of Acceptance: Agrarian Neoliberalism and Herbicide Exposure in Argentina	Lapegna, P.; Kunin, J.	2023
15	The interaction of elite networks in the Pinochet regime's macroeconomic policies	Morin, J.; Rossier, T.	2021
16	Populism in South America: Democratic Panacea or Pitfall?	Nyenhuis, R.	2019
17	Metropolization and functional organization of intermediate urban systems. Great La Serena, Concepción and Puerto Montt	Pastene, A. T. N.; McBride, A. O.	2019
18	The Brazilian Matrix: Between Fascism and Neo-Liberalism	Safatle, V.; Gandesha, S.	2020
19	Neo-development of underdevelopment: Brazil and the political economy of South American integration under the Workers' Party	Santos, F. L. B.	2019
20	Geographies of the Sea: Negotiating Human–Fish Interactions in the Waterscapes of Colombia's Pacific Coast	Satizábal, P.; Dressler, W. H.	2019
21	The management (or lack thereof) of COVID-19 in Brazil: implications for human rights and public health	Scherf, E.L.; Silva, M. V. V.; Fachini, J. S.	2021
22	Neoliberalism in rural South America: political trends in peasant-led unionization (2000–2020)	Soto, O.; Martin, F.	2023
23	Resistance, class struggle and social movements in Latin America: contemporary dynamics	Veltmeyer, H.	2019
24	A New Sense of CSR in the Age of Ecological and Migration Crisis	Yoldas, D.	2019

Fonte: Elaborado pelos autores (2023) com dados extraídos do WOS e Scopus.

Do total de artigos, doze são artigos com um único autor e a outra metade fruto de múltiplas parcerias, totalizando quarenta e dois autores no total. O indicador de coautores por artigo foi obtido o score de 1,75 que representa o quociente entre o número total de autores e o número de estudos identificados (Quadro 3).

A taxa de crescimento anual na busca pela temática no período analisado revelou um déficit de 6,09%. Já a taxa de coautoria internacional evidencia a força colaborativa da rede de pesquisas na temática do neoliberalismo na América do Sul, alcançando 20,83%. Essas contribuições delinearão o panorama a seguir:

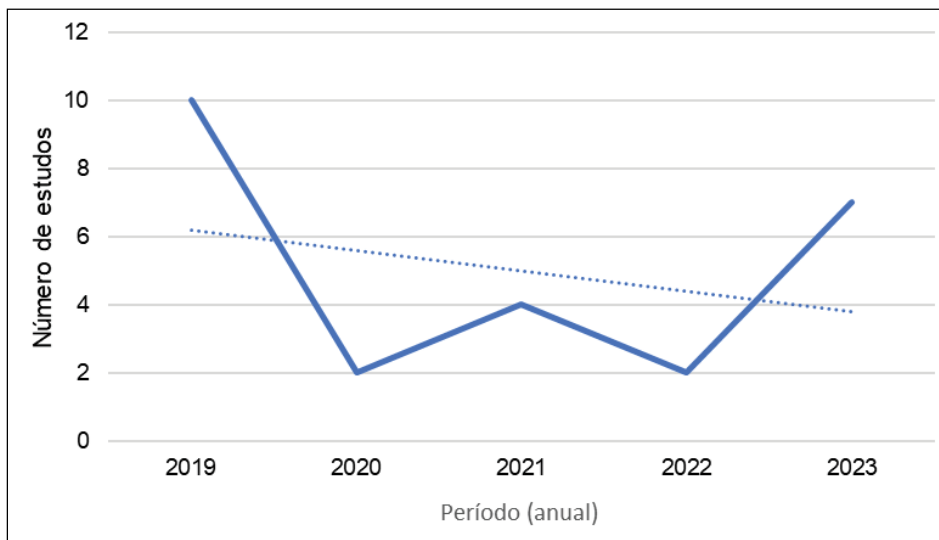
Quadro 3. Características dos estudos analisados.

INFORMAÇÕES PRINCIPAIS SOBRE OS DADOS	
Período de análise	2019:2023
Fontes (periódicos revisados aos pares)	23
Documentos	24
Taxa de crescimento anual (%)	-6,09%
Idade média dos documentos	2,17
Média de citações por documento	8,67
Referências	1453
CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS	
Palavras-chave Plus (ID)	110
Palavras-chave do autor (DE)	114
AUTORES	
Número de autores	42
Autores de documentos de autoria única	12
COLABORAÇÃO ENTRE AUTORES	
Co-autores por documento	1,75
Porcentagem de co-autoria Internacional	20,83%
TIPOS DE DOCUMENTOS	
Artigo	23
Revisão	1

Fonte: Elaborado pelos autores (2023). Adaptado de Bibliometrix (2023).

Percebe-se que a produção científica anual que trata do neoliberalismo na América do Sul teve uma tendência decrescente no período analisado, tendo como maiores expressões de busca o ano de 2019 e o ano de 2023 (Gráfico 1).

Gráfico 1. Produção científica anual.

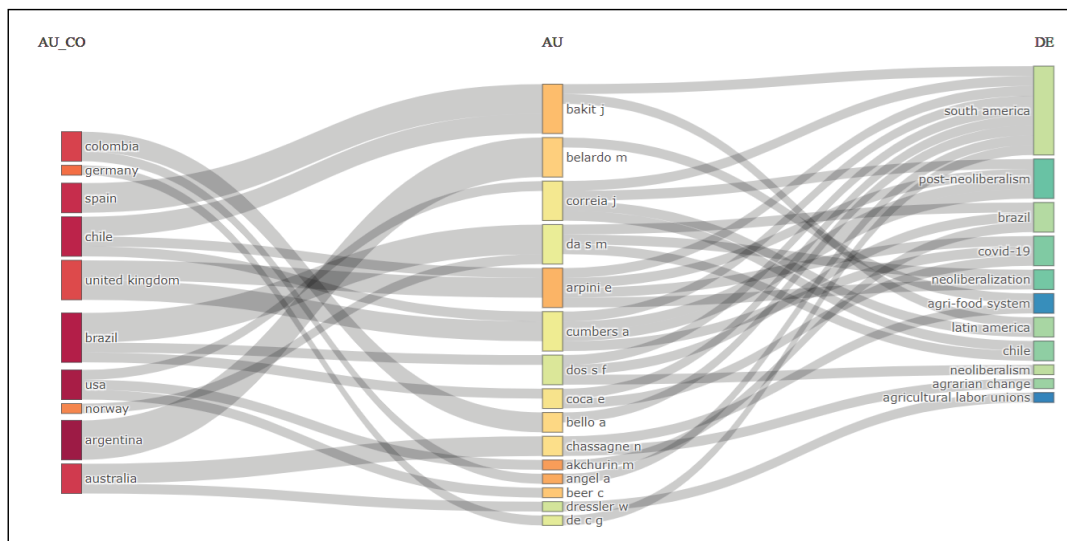


Fonte: Elaborado pelos autores (2023). Adaptado de Bibliometrix (2023).

O estudo bibliométrico permitiu mapear os materiais por palavras-chave (DE), países (AU_CO) e autores (AU) com representatividade em tais estudos que buscam as implicações do neoliberalismo na América do Sul.

O gráfico de três campos conseguiu associar tais elementos e demonstrar um panorama mais diretivo da análise (Gráfico 2).

Gráfico 2. Três campos: países, autores e palavras-chave.



Fonte: Elaborado pelos autores. Extraído de Bibliometrix (2023).

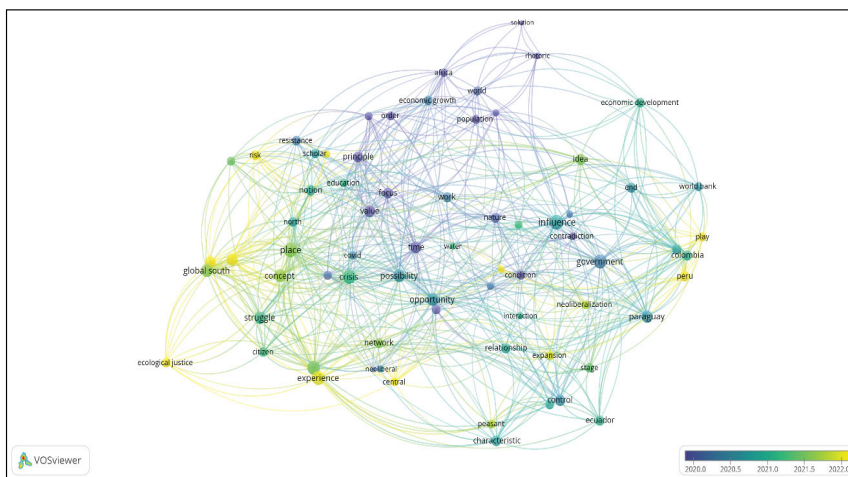
Ainda sobre o Gráfico 2, percebeu-se que ao longo da análise dos estudos, os termos *South America* e *post-neoliberalism* emergem como os mais proeminentes, delineando a trajetória e as nuances do debate.

Um elemento de relevância reside na identificação dos países que desempenham significativo papel em pesquisas sobre tais temáticas especificamente, cabendo destaque para estudos realizados dentro do próprio eixo da América Latina, reforçando a preocupação de tais países com a inserção paradigmática do neoliberalismo e seus impactos em aspectos políticos, socioeconômicos, ambientais e culturais.

Isso revela uma rede temática de co-ocorrência que foi segmentada em seis clusters, onde foram selecionados os cinco principais para cada agrupamento. O primeiro assume a incorporação de 15 termos e centra-se principalmente nas palavras *neoliberalization*, *contradiction*, *expansion*, *nature* e *network*; e demonstra o papel neoliberal que perpassa as ambivalências e se expande em rede no mecanismo global. O segundo com 14 itens reporta aos termos *citizen*, *crisis*, *ecological justice*, *neoliberal*, *society* e *covid*. Ele demonstra o período de crise, a pandemia e ao mesmo tempo a busca por uma justiça socioambiental dentro desse cenário paradigmático.

O terceiro agrupamento de termos possui 14 itens e centra nos cinco principais em *global south*, *education*, *neoliberal policy*, *resistance* e *risk*, exatamente trazendo a ideia das dinâmicas do sul global a partir do viés neoliberal que envolve um cenário volátil e de resistência em vários segmentos. O quarto opera com 11 itens e trabalha a ideia de *government*, *idea*, *economic development*, *world bank* e *influence*; traduz-se no papel do governo, na busca pelo desenvolvimento e a influência dos agentes financiadores internacionais.

O quinto com 9 itens traz a ideia de *control*, *experience*, *mechanism*, *opportunity* e *possibility*; reforçando o cluster anterior as políticas trazem mecanismos de controle que monitoram o cenário. E o último cluster, com 8 itens, sinaliza convergência para um novo cenário que preza pela articulação entre os países, mas cabe um alerta para narrativas esvaziadas de representantes das nações em suas construções políticas e econômicas. Assim as palavras destacadas foram *economic growth*, *political economy*, *regional integration*, *rethoric* e *solution* (Figura 2).



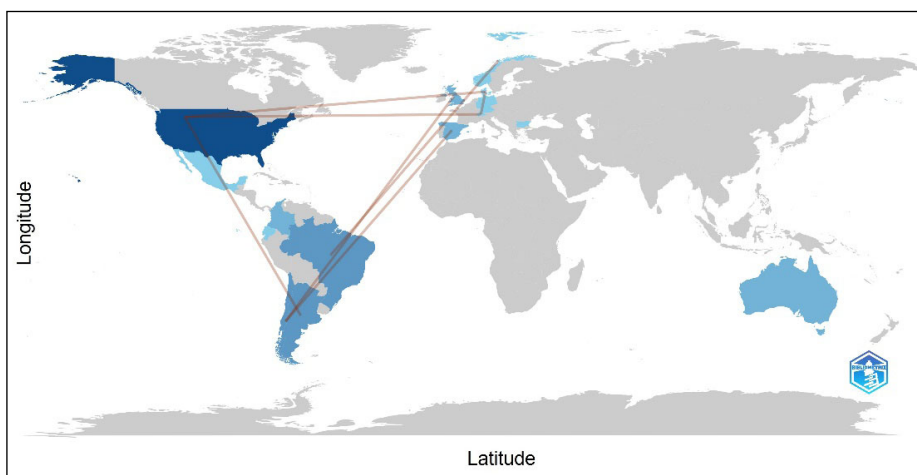
Fonte: Elaborado pelos autores (2023). Extraída do software *VOSviewer* (2023).

Figura 2. Rede temática de co-ocorrência de palavras-chave.

O mapeamento da rede de colaboração entre países revela uma complexa teia de interações, predominantemente concentrada nos eixos americano e europeu. Entre os países latino-americanos, Argentina, Brasil, Chile e Colômbia destacam-se como protagonistas na condução de investigações aprofundadas sobre o fenômeno do neoliberalismo.

Não obstante, os Estados Unidos figuram a representação dos países na América do Norte que pesquisam sobre o tema, enquanto Alemanha, Dinamarca, Espanha, Noruega, Reino Unido e Suíça contribuem substancialmente para aportes teóricos e empíricos de tal tema no cenário europeu.

A Austrália também se destaca com construtos relevantes, representando o continente da Oceania nas pesquisas que abordam o neoliberalismo e seus impactos na América do Sul. Foi identificada uma pluriversalidade de contribuições teóricas e empíricas que refletem a complexidade e a abrangência global das discussões do tema neoliberalismo (Figura 3).

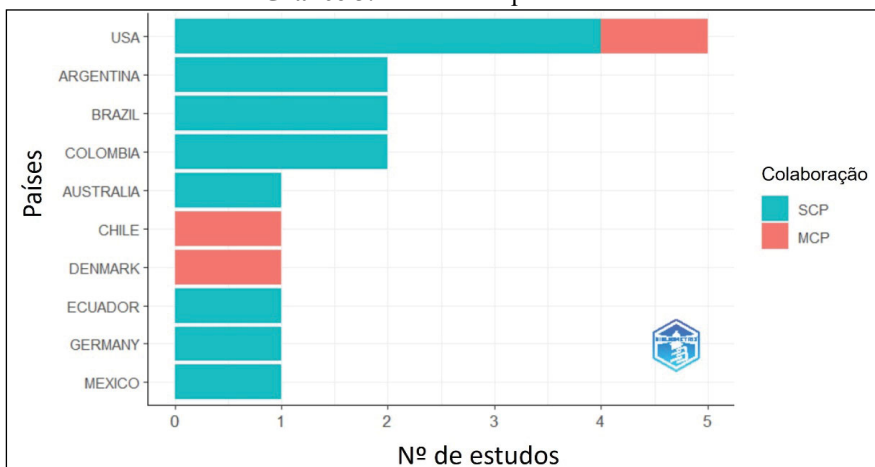


Fonte: Elaborado pelos autores (2023). Extraído de Bibliometrix (2023).

Figura 3. Mapa de colaboração entre países.

Através dessa rede científica colaborativa, é possível destacar a cooperação global envolvendo as nações mais produtivas. A análise permitiu identificar os estudos oriundos da parceria entre autores globalmente. As publicações de autores de um único país ou colaboração intranacional (*Single Country Publication - SCP*), e aquelas publicações realizadas em colaboração entre múltiplos países (*Multiple Country Publications – MCP*) (Gráfico 3).

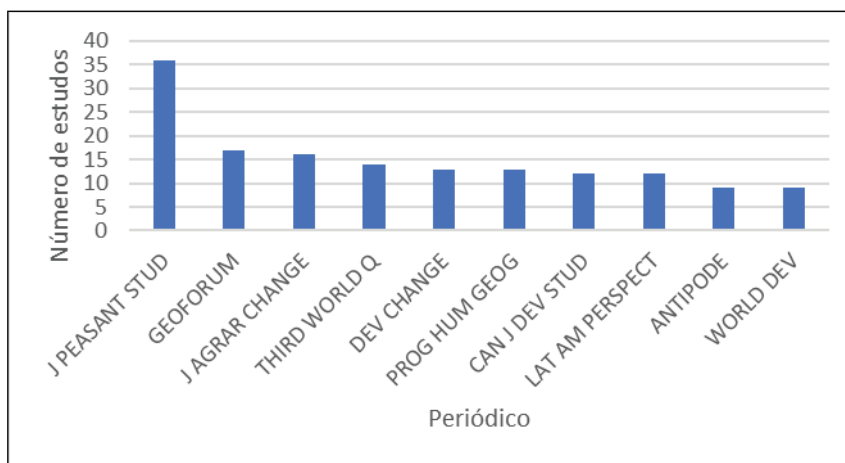
Gráfico 3. Países mais produtivos.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023). Adaptado de Bibliometrix (2023).

Dentre as fontes mais citadas localmente (Gráfico 4), que representam um indicador que mensura quantas vezes um documento (ou autor) incluído na coleção foi citado por outros documentos destacam-se *The Journal of Peasant Studies* (36 citações), *Geoforum* (17 citações) e *The Journal of Agrarian Change – JOAC* (16 citações).

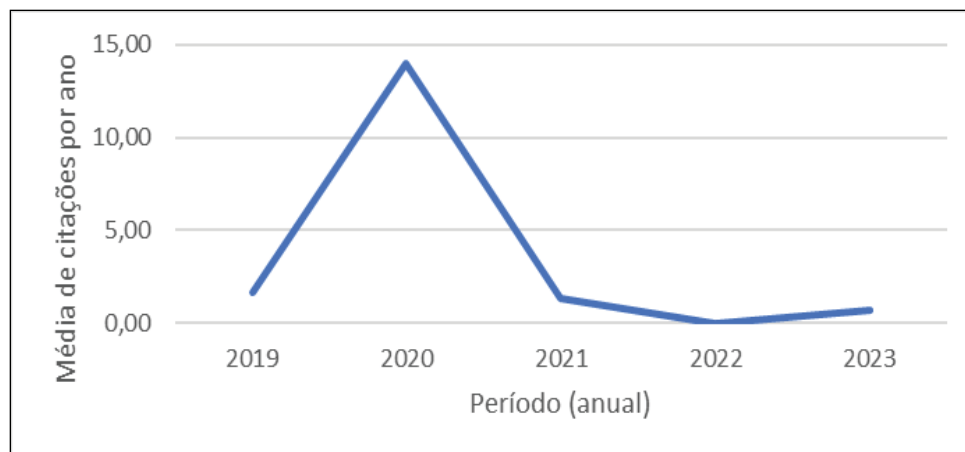
Gráfico 4. Fontes mais citadas localmente.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023). Adaptado de Bibliometrix (2023).

Seguindo tal parâmetro, entre os anos de 2019 e 2020, houve um aumento da média de citações dos estudos por ano. Tal fato foi impulsionado pelo efeito pandêmico que evidenciou uma busca por respostas à crise global por parte dos países. Havendo queda acentuada entre os anos de 2020 e 2021, tendo leve recuperação entre 2022 e 2023 (Gráfico 5).

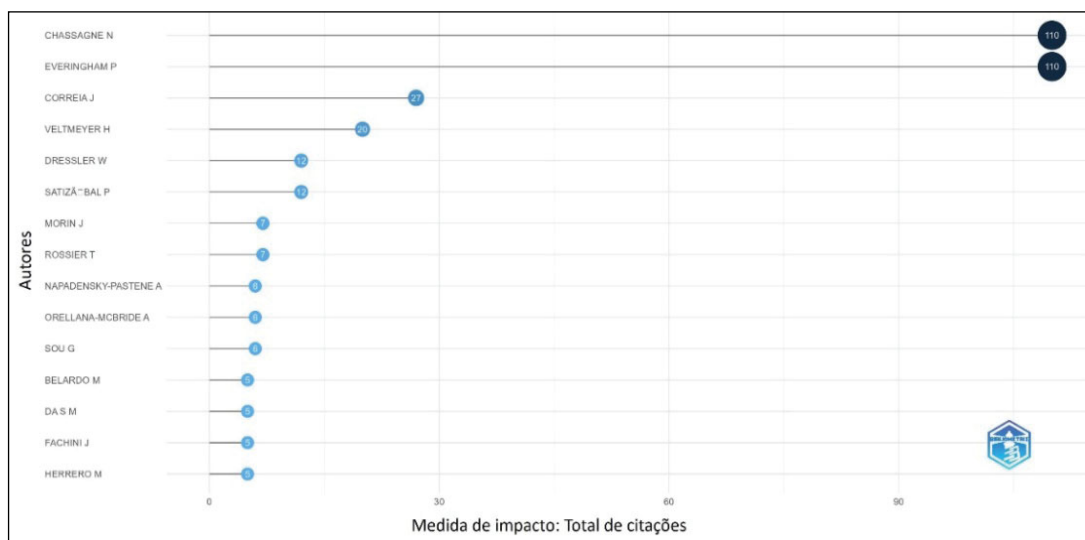
Gráfico 5. Média de citações por ano.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023). Adaptado de Bibliometrix (2023).

Os autores que tiveram maior impacto pelo número global de citações foram Phoebe Everingham e Natasha Chassagne com o artigo *Post COVID-19 ecological and social reset: moving away from capitalist growth models towards tourism as Buen Vivir* de 2020. Este estudo foi seguido pelo de Joel E. Correia com o artigo *Soy states: resource politics, violent environments and soybean territorialization in Paraguay* e de Henry Veltmeyer, *Resistance, class struggle and social movements in Latin America: contemporary dynamics*, estes dois últimos estudos publicados em 2019 (Gráfico 6).

Gráfico 6. Impacto dos autores por total de citações (TC index).



Fonte: Elaborado pelos autores (2023). Extraído de Bibliometrix (2023).

Análise narrativa dos estudos

Partindo para uma análise dos artigos, é relevante trazer que o estudo de Arpini, Panez, Cumbers e Pearson (2023), discute a agenda do Novo Municipalismo (NM), e enfatizam a importância da “política de proximidade” para que o Estado desempenhe seu papel com fluidez na implementação de políticas relevantes, centrando-se na participação ativa dos cidadãos.

Há destaque à resistência às diretrizes neoliberais na sociedade, e isso é discutido pelas novas lutas das classes sociais (VELTMEYER, 2019) contra os movimentos de elitização das estruturas ao ocuparem os espaços de poder e tomarem decisões influenciando todo o tecido social (MORIN; ROSSIER, 2021). Como também, resgata enfrentamentos sociais diante de um cenário de tomada do privado em detrimento do público, a partir das privatizações, da liberalização econômica excessiva, de um Estado com ação social reduzida, do descontrole inflacionário e do encarecimento dos produtos essenciais ao consumo básico, este último com implicações diretas no desenvolvimento social, principalmente referente às camadas da população menos abastadas.

Arpini, Panez, Cumbers e Pearson (2023), também reforçam que a partir do viés neoliberal, os entes públicos locais buscaram adotar moldes de governança municipal que importassem as inovações em suas práticas, e surge o uso de mecanismos mais participativos na gestão do território para mitigar tais efeitos da neoliberalização.

A década de 80 é considerada um ponto de virada para a descentralização, marcando o fim de períodos ditatoriais e resultando na expansão urbana e na adoção de políticas alinhadas ao espectro neoliberal. Esses moldes alastram-se pela década de 90.

O artigo aborda a saturação das demandas sociais ao longo desse processo, atribuindo-a à falta de capacidade e autonomia dos municípios. Essa constatação levou à emergência de novos mecanismos de governança municipal, que são essenciais para lidar com as complexidades das demandas locais. Os autores situam essa análise dentro do contexto pós-ditatorial, destacando as transformações políticas e urbanas que influenciaram a evolução do Novo Municipalismo, com casos exemplares no Chile e na Argentina.

Akchurim (2023) oferece uma análise perspicaz do contexto argentino, destacando casos de resistência à privatização do recurso hídrico urbano. O autor alerta para o fato de que, mesmo quando um bem universal como a água está sob a gestão do Estado, ativistas continuam suas lutas contra a dominação neoliberal. Essa resistência é motivada pelo temor de viés em direção à privatização, o que tende a resultar em aumento dos custos dos bens essenciais, cortes de investimentos sociais e corrupção.

O cenário descrito por Akchurim (2023) desencadeou um movimento local por parte da população argentina, que busca garantir condições básicas para todos os cidadãos. Os autores indicam que a abordagem participativa no planejamento, que considera os recursos disponíveis e leva em conta as capacidades do Estado, desempenha um papel fundamental na busca por soluções. Destacam a importância de evitar uma visão exclusivamente *top-down* e defendem a necessidade de envolvimento ativo da comunidade local na formulação

de estratégias para enfrentar os desafios socioeconômicos, ressaltando a relevância do diálogo e da cooperação entre Estado e sociedade.

Nos anos 2000, ressalta-se os esforços dos países sul-americanos em buscar um fortalecimento do papel do Estado, reafirmando os ideais sociais e de desenvolvimento. Essa abordagem visava expandir a visão do Estado para além de suas fronteiras, promovendo um maior engajamento social. Nesse sentido, a população seria incentivada a participar ativamente da construção das políticas locais por meio de fóruns, meios digitais de comunicação com o Estado e outras formas de participação cidadã.

Um aspecto crucial enfatizado pelos autores é a importância do reconhecimento das múltiplas dimensões da territorialidade. Eles atribuem essa visão do território e a legitimação dos movimentos territoriais como elementos eficazes no processo antineoliberalismo. Exemplos citados incluem lutas contra o extrativismo, defesa socioambiental, garantia de moradia digna, movimentos estudantis e busca pela liberdade social. As resistências também se estendem às lutas contra a financeirização da educação, ilustrando a amplitude das mobilizações empreendidas nesse contexto (ANGEL; ARPINI *et al.*, 2023).

O artigo de Yoldas (2019) traz um panorama sobre a Responsabilidade Sócio Corporativa na América do Sul. Além disso enfatiza um movimento global pela reestruturação das nações contra a corrupção e o subdesenvolvimento a partir de novos movimentos sociais (VELTMEYER, 2019). Seguiu-se novos rumos voltados à pressupostos econômicos, e organismos internacionais, entidades financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outras instituições financeiras que buscaram através de suas diretrizes oportunizar em algumas nações emergentes condições para seu impulsionamento econômico. Entretanto em paralelo a tais ações, que não se restringiam ao financiamento para o desenvolvimento, são inseridas medidas prescritivas sob o crivo neoliberal (ANGEL; LÓPEZ-LONDOÑO, 2019; CARVALHO, 2022).

Os países sul-americanos, como o Peru e o Brasil que vem aderindo à tais suportes de financiamento, são cooptados a um projeto de cooperação e parcerias técnicas onde tem um viés de poderio e hegemonia entre os credores e os países, agentes deficitários da relação. Além de preconizar reformas políticas que culminam na dependência pelo capital ao longo de anos. Isso é exemplificado através do caso do Peru por meio dos estudos de Hernández (2023), o qual atribui tais avanços neoliberais a políticas entre esses agentes financeiros internacionais e os países sul-americanos.

A análise crítica do ambiente rural é apresentada nos estudos de Soto e Martín (2023), os quais destacam as transformações nas dinâmicas laborais e o surgimento de novas entidades e forças sociais em meio ao cenário neoliberal. Os autores alertam para as repercussões decorrentes da fragilização das relações de trabalho, evidenciada pela disseminação da informalidade, pela adoção de regimes empregatícios mais flexíveis e pela reconfiguração das organizações sindicais e de classe. Além disso, valorizam a resistência da população rural diante da subalternidade imposta pelo neoliberalismo e da influência do capital, destacando o fortalecimento das bases sociais nas quais esses atores atuam.

García (2022) destaca a relevância das políticas públicas em nível de escalabilidade para abordar questões relacionadas ao emprego e crédito. O autor enfoca iniciativas brasileiras, como os bancos comunitários, exemplificados pelo Banco Mumbuca em Maricá, Rio de Janeiro, e pelo Fundo de Financiamento Solidário em San Martín, Buenos Aires, Argentina. Essas entidades visam transformar o padrão de vida, promovendo emprego e renda. O texto explora abordagens políticas em escala, adotando um padrão politicamente sistematizado para transformar a sociedade e superar a reprodução da lógica neoliberal na América do Sul.

Há exemplos dentro da área de saúde de países como Argentina, Bolívia, Colômbia, Paraguai e Peru seguiram um padrão de financiamento a partir de fontes externas - financiamento não público (CARVALHO, 2022). Esta dinâmica buscou angariar a não dependência dos fundos dos governos, e tentou sinalizar a realocação dos gastos públicos para áreas específicas, bem como promoveu a autorregulação corporativa das atividades (Lapegna e Kunin, 2023) e um perfil concorrencial entre público e privado (Carvalho, 2022). O estudo apontou que dadas nações que adotaram tais moldes obtiveram baixo nível de desenvolvimento e alta dependência dos recursos externos.

Tais políticas foram impulsionadas no período de redemocratização ainda na década de 80, primeiro na América Latina e depois espalhadas pelo mundo, com o resgate do modelo de exportações e por enxergar o setor público na condição de ineficiência e improdutividade (YOLDAS, 2019). Como uma das soluções, inseriu-se a abordagem do *New Public Management (NPM)*, que trouxe consequências negativas às nações ao prescrever práticas mercadológicas e privadas ao perfil das entidades públicas, visando a eficiência.

O insucesso de tais políticas foi deflagrado em 2002 pelas próprias entidades internacionais que admitiram tal processo e deu margem à novos mecanismos de governança e narrativas do sul que envolvem ética, equidade, um olhar mais reflexivo às questões ambientais e de justiça social. Isso é evidenciado nos trabalhos de Angel e López-Londoño (2019) que fazem um panorama sobre as novas narrativas dos presidentes do eixo sul, mas que também alertam para a continuidade da crítica às posturas neoliberais.

No caso específico do Brasil, é remontado o neodesenvolvimento do subdesenvolvimento na discussão de Santos (2018), que trouxe uma mudança paradigmática da política externa brasileira a partir de uma perspectiva de integração sul-americana e de um regionalismo aberto em colaboração entre os países visando a inserção econômica do Brasil no espectro do capitalismo com destaque às exportações de mercadorias e valorização do capital financeirizado, enfatizando o aspecto econômico e relegando importantes avanços sociais.

Após esse período o Brasil passou por um movimento narrado por Bello (2021) como “direita da mudança”, onde os governantes embebedos pela globalização e pelo capitalismo neocolonialista e neoliberal (EVERINGHAM; CHASSAGNE, 2020) trouxeram consequências desastrosas aos países latinos que incorporaram esse ideário.

Enquanto há avanços no extrativismo, particularmente em terras e comunidades de povos tradicionais (CORREIA, 2019), surge, por outro lado, um movimento desses povos engajados numa luta social contra-hegemônica, buscando criar alternativas sociais.

Everingham e Chassagne (2020) destacam em seus estudos a estratégia do turismo fundamentada no conceito de “Buen Vivir”, que fortalece as raízes ancestrais desses povos e procura valorizar suas identidades, compreendendo limites e possibilidades.

Ao priorizar aspectos culturais e a harmonia com o meio ambiente, essa abordagem se opõe ao avanço do neoliberalismo, passando a enfatizar o bem-estar social, a legitimidade cultural, a reciprocidade homem-meio, a diversidade de organizações coletivas e estruturas de governo locais que promovam uma gestão inclusiva e participativa, estabelecendo conexões mais profundas com a sociedade (EVERINGHAM; CHASSAGNE, 2020; SOTO; MÁRTIN, 2023).

Bello (2021) menciona outro evento preocupante: a perseguição política aos líderes comunitários locais que resistiram à marginalização de seus discursos e buscaram garantir seus direitos ao defenderem a autonomia territorial em oposição à territorialização neoliberal. Nesse contexto, o Estado delega a gestão dos espaços a atores privados, que empregam seus próprios recursos e tecnologia em áreas administráveis e controladas (BAKIT; HURTADO; MÁRQUEZ; VILLASANTE, 2023).

Tal cenário é evidenciado no exemplo chileno das baías de Tongoy e de Pichidangui, entre o final dos anos 80 e os anos 2000, onde os pescadores artesanais foram sendo gradualmente privados do direito de utilizar as praias em favor dos pescadores industriais e grandes corporações. Através de concessões de aquicultura, essas entidades maiores passaram a dominar os espaços, impedindo os pescadores artesanais de exercerem suas atividades econômicas. Essa situação deflagrou uma arena desigual na disputa por esses territórios (BAKIT; HURTADO; MÁRQUEZ; VILLASANTE, 2023). Na Patagônia, região do extremo sul localizada entre a Argentina e o Chile, é identificada tal movimentação ao basear atividades no ecoturismo com viés neocolonialista. O exemplo, demonstra perda do uso dos espaços pelas comunidades locais e seus usuários, alto controle privado sob narrativas com ênfase gerencialista. O grande fator é a associação da natureza ao capital, pela extração exacerbada dos recursos e pela apropriação destes (BEER, 2023).

A representação intergovernamental de cooperação técnica e que privilegia a autonomia das nações através da União de Nações Sul-Americanas – Unasul é citada por Herrero, Loza e Belardo (2019) como uma alternativa integrada entre países da América do Sul. Os autores citam a articulação de ações na saúde pública com viés participativo, e em outras áreas estratégicas como educação, segurança, dentre outras a fim de superar as desigualdades e impedir avanços das consequências neoliberais. Os autores deixaram claro que os avanços de perfis mais conservadores nas lideranças de tais países sul-americanos, tem causado enfraquecimento de tais alianças.

No Paraguai, isso ficou bem acentuado a partir de um processo da cultura da soja, conhecido por sojização do território, de modo a fomentar a mercantilização à níveis transnacionais do espaço agrícola. Neste cenário agro, Lapegna e Kunin (2023) estabelecem seu estudo para entender a ambivalência nos diálogos e ações sobre a aceitação do uso de herbicidas para fomento econômico na Argentina.

Interessante aspecto é narrado pelos estudos de Pastene e McBride (2019) que tratam dos processos desiguais de metropolização gerados pelo cenário neoliberal. Os autores alertam para situações específicas na transformação dos espaços urbanos, como

a proliferação dos grandes centros comerciais como shoppings, que mudaram o perfil de consumo das localidades, sufocando a opção pelos serviços ofertados em comércios públicos tradicionais. Bem como a instauração de comércios para além dos centros públicos das cidades, reordenando os acessos e os espaços.

Com a pandemia do Covid-19 percebeu-se padrões entre Estado e interação social no sentido de buscar salvaguardar serviços públicos básicos em um momento de crise extrema. Não foi o caso brasileiro, a partir de uma postura dos Estados construída com elementos populistas, negacionistas e de necropolítica somado à ofensiva neoliberal a partir da limitação de gastos sociais e narrativas nas redes promotoras de exclusão e com retóricas esvaziadas, como foi o caso do Brasil (NYENHUIS, 2019; SAFATLE; GANDESHA, 2020; SCHERF; SILVA; FACHINI, 2021).

Tais movimentos intensificam o padrão de deslegitimação da posse dos territórios pelas comunidades locais, o aumento da aceitação da racionalidade neoliberal, da superexploração dos recursos naturais, como no caso da busca por novos meios neoliberais de exploração da produção de carne de peixe na Colômbia, desencadeando desequilíbrios de natureza socioambiental. Além de proliferar uma devastação indiscriminada em detrimento de uma modernidade à serviço exclusivamente da lucratividade (BELLO, 2021; CORREIA, 2019; LAPEGNA; KUNIN, 2023; SATIZÁBAL; DRESSLER, 2019).

Segundo Coca (2021), nos últimos anos, os países latino-americanos têm se mostrado propensos às iniciativas pós-neoliberais adotando padrão de fortalecimento de um Estado mais ativo junto a sociedade e que preza por políticas integradas nas relações Sul-Sul. Ele exemplifica a partir dos casos brasileiro, paraguaio e equatoriano que estabeleceram políticas de abertura de mercados através de parcerias colaborativas incentivando políticas nas áreas de alimentos, como na agricultura familiar para combate ao subdesenvolvimento e as desigualdades socioeconômicas.

CONCLUSÃO

A pesquisa bibliométrica realizada proporcionou uma análise profunda das implicações socioeconômicas e políticas do neoliberalismo na América do Sul. Os estudos abordaram questões cruciais, como o Novo Municipalismo, novos moldes de governanças locais com participação cidadã ativa, lutas de classes sociais pelo uso dos territórios, o papel da Responsabilidade Social Corporativa, ressaltam a importância de um Estado mais próximo da sociedade na busca por soluções aos problemas cotidianos.

Ao longo da investigação, evidenciou-se uma tendência predominante de resistência aos movimentos de neoliberalização, que ameaçavam as garantias de povos e comunidades. Exemplos notáveis incluem a oposição à privatização no fornecimento de água na Argentina e ao ecoturismo no Chile, destacando as preocupações sobre os impactos negativos do neoliberalismo em escala global.

A análise das práticas de corporações e organismos internacionais revelou como tais agentes podem influenciar e ser influenciados pelo ambiente socioeconômico,

resultando em assimetrias de poder em países sul-americanos. A necessidade emergente de abordagens éticas e de justiça socioambiental, que transcendam a dinâmica puramente mercadológica, tornou-se evidente.

Os estudos criticam amplamente a abordagem neoliberal, apontando para resultados adversos, como a saturação das demandas sociais, desterritorialização, perda de legitimidade no uso de espaços e recursos por comunidades locais, dependência do capital financeiro e a ineficácia na descentralização de serviços essenciais.

Diante desse cenário, observou-se que várias nações sul-americanas passaram por mudanças paradigmáticas nos âmbitos político, ambiental, socioeconômico e cultural como forma de mitigar os efeitos do neoliberalismo. E tem-se observado que tais nações tem incluído em suas agendas políticas públicas mais inclusivas, pautadas na ética e na participação popular para promover o desenvolvimento e a equidade nas regiões sul-americanas.

No contexto das perspectivas futuras, identificou-se uma lacuna no entendimento das estratégias mais eficazes adotadas pelas nações sul-americanas para mitigar os efeitos do neoliberalismo e colaborar entre si. Além disso, uma análise aprofundada do impacto das mudanças paradigmáticas nas políticas internas e externas dessas nações sobre outros países sul-americanos poderia proporcionar insights valiosos.

É importante reconhecer as limitações do estudo, especialmente em relação à generalização de resultados para os países latino-americanos, dada a diversidade de contextos políticos, espectros ideológicos e contextos sociais na região. Contudo, a pesquisa atingiu seu objetivo ao destacar a complexidade do panorama sul-americano e a necessidade urgente de abordagens mais abrangentes e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, D. P. O que é neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**. 34, 211-239, 2019.
- ARIA, M.; CUCCURULLO, C. Bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. **Journal of informetrics**, v. 11, n. 4, p. 959–975, 2017.
- AKCHURIN, M. Contested infrastructures: Water, privatization, and place-based protest in Greater Buenos Aires. **City & community**, v. 22, n. 3, p. 171–194, 2023.
- ANGEL, A.; LÓPEZ-LONDOÑO, L. M. Delinking rhetorics of neoliberalism: An analysis of South American leftist presidents’ speeches. **Journal of international and intercultural communication**, v. 12, n. 1, p. 43–62, 2019.
- ARPINI, E; PANEZ, A.; CUMBERS, A.; PEARSON, B. New Municipalism in South America? Developing theory from experiences in Argentina and Chile. **Urban studies (Edinburgh, Scotland)**, v. 60, n. 11, p. 2290–2306, 2023.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Trad. RIBEIRO, V. Rev. de trad.: Benjamin, C. Rio de Janeiro: Contraponto. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- BAKIT, J.; HURTADO, A.; MÁRQUEZ, R.; VILLASANTE, S. Navigating transformations

from artisanal fishers to entrepreneurial scallop farmers in Chile. **Frontiers in marine science**, v. 10, 2023.

BEER, C. M. “A cold, hard asset”: Conservation resource spectacle in Chilean Patagonia. **Geoforum; journal of physical, human, and regional geosciences**, v. 143, n. 103773, p. 103773, 2023.

BELLO, A. Latin America’s right-wing shift: cruelty and the government of other bodies during the neoliberal stage of capital. **Cultural studies**, v. 35, n. 6, p. 1027–1048, 2021.

CARDOSO JR., J.C.; SIQUEIRA, C. H. R. **Desafios ao desenvolvimento brasileiro: contribuições do conselho de orientação do Ipea**. v. 1. Brasília: Ipea, 2009.

CARVALHO, G. The World Bank and healthcare reforms: A cross-national analysis of policy prescriptions in South America. **Social inclusion**, v. 10, n. 1, 2021.

COCA, E. Food procurement in post-neoliberal countries: Examples from South America. **Agrarian South Journal of Political Economy**, v. 10, n. 2, p. 275–295, 2021.

COLEMAN, J.S. Snowball sampling: Problemas and techniques of chain referral sampling. **Human Organization**, v.17, p. 28-36, 1958.

CORREIA, J. E. Soy states: resource politics, violent environments and soybean territorialization in Paraguay. **The journal of peasant studies**, v. 46, n. 2, p. 316–336, 2019.

COSTA LIMA, M.; SPELLMANN, S. DESIGUALDADE GLOBAL, CRISE MULTIDIMENSIONAL E AS FALÁCIAS DO DESENVOLVIMENTO. **Caderno CRH, [S. l.]**, v. 35, p. e022008, 2022.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Editora Boitempo, 2016.

EVERINGHAM, P.; CHASSAGNE, N. Post COVID-19 ecological and social reset: moving away from capitalist growth models towards tourism as Buen Vivir. **Tourism Geographies: An International Journal of Tourism Place, Space and the Environment**, v. 22, n. 3, p. 555–566, 2020.

GARCIA, A. O. Multi-escalaridad y neoliberalización: Nociones y experiencias para una política de escalas en Argentina y Brasil. **Economía Sociedad y Territorio**, p. 951–981, 2022.

HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. v. 2, n. 4, p. 1-30, 2007.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

HERNÁNDEZ, W. V. El BID y el modelo político neoliberal en América del Sur: el caso de Perú. **El Trimestre Económico**, v. 90, n. 357, p. 155–181, 2023.

HERRERO, M. B.; LOZA, J.; BELARDO, M. B. Collective health and regional integration in Latin America: An opportunity for building a new international health agenda. **Global public health**, v. 14, n. 6–7, p. 835–846, 2019.

HOBBSAWM, E. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914 - 1991)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

JAMSHIDI, P.; GHAFARI, M.; AHMAD, A.; PAHL, C. A framework for classifying and comparing architecture-centric software engineering research. In: 17th European Conference on Software Maintenance and Reengineering. **CSMR**, 2013.

- KITCHENHAM, B.; CHARTERS, S. (2007). **Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering**. [Technical report] EBSE Technical Report EBSE-2007-01. Disponível em: <https://www.elsevier.com/__data/promis_misc/525444/systematicreviewsguide.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.
- LAPEGNA, P.; KUNIN, J. Ambiguities at sites of acceptance: Agrarian neoliberalism and herbicide exposure in Argentina. **Environmental justice**, v. 16, n. 1, p. 82–88, 2023.
- MOORE, J. W. **Capitalism in the web of life: ecology and the accumulation of capital**. London: Verso, 2015.
- MORIN, J. G.; ROSSIER, T. The interaction of elite networks in the Pinochet regime’s macroeconomic policies. **Global networks** (Oxford, England), v. 21, n. 2, p. 339–364, 2021.
- NYENHUIS, R. Populism in South America: Democratic panacea or pitfall? **American journal of economics and sociology**, v. 78, n. 3, p. 717–739, 2019.
- PASTENE, A. T. N.; MC BRIDE, A. O. Metropolitación y organización funcional de sistemas urbanos intermedios. Gran La Serena, Concepción y Puerto Montt. **Bitácora urbano territorial**, v. 29, n. 1, p. 65–78, 2019.
- PETTICREW, M.; ROBERTS, H. **Systematic Reviews in the Social Sciences: A Practical Guide**. Malden: Blackwell Publishing, 2006.
- SAFATLE, V.; GANDESHA, S. The Brazilian matrix: Between fascism and Neoliberalism: Vladimir Safatle and Samir Gandesha in conversation. **Krisis**, v. 40, n. 1, p. 215–233, 2020.
- SANTOS, F. L. B. Neo-development of underdevelopment: Brazil and the political economy of South American integration under the Workers’ Party. **Globalizations**, v. 16, n. 2, p. 216–231, 2019.
- SATIZÁBAL, P.; DRESSLER, W. H. Geographies of the sea: Negotiating human–fish interactions in the waterscapes of Colombia’s pacific coast. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 109, n. 6, p. 1865–1884, 2019.
- SCHERF, E. DA L.; SILVA, M. V. V. DA; FACHINI, J. S. The management (or lack thereof) of COVID-19 in Brazil: implications for human rights and public health. **International journal of human rights in healthcare**, v. 14, n. 2, p. 158–174, 2021.
- SOTO, O.; MARTIN, F. Neoliberalism in rural South America: political trends in peasant-led unionization (2000–2020). **Revue canadienne d’études du développement** [Canadian journal of development studies], v. 44, n. 1, p. 77–96, 2023.
- SOUZA, E.; MOREIRA, A.; GOULÃO, M. Deriving Architectural Models from Requirements Specifications: A Systematic Mapping Study. **Information and Software Technology**, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.infsof.2019.01.004> Acesso em: 10 out. 2023.
- VADELL, J. A.; CARVALHO, P. H. N. DE .. Neoliberalismo na América do Sul: a reinvenção por meio do estado. **Contexto Internacional**, v. 36, n. 1, p. 75–111, jan. 2014.
- VELTMEYER, H. Resistance, class struggle and social movements in Latin America: contemporary dynamics. **The journal of peasant studies**, v. 46, n. 6, p. 1264–1285, 2019.
- YOLDAS, D. A New Sense of CSR in the Age of Ecological and Migration Crisis. **Economic Alternatives**, n. 2, p. 215–226, 2019.

EL NEGOCIO DEL LITIO POR DENTRO. EL CASO DE SALES DE JUJUY

**O NEGÓCIO DO LÍTIO POR DENTRO.
O CASO DE SALS DE JUJUY**

**THE LITHIUM BUSINESS INSIDE.
THE CASE OF SALS DE JUJUY**

Gastón Remy¹

gastonaremy@gmail.com

¹ Licenciado en Economía UBA. Docente en la Universidad Nacional de Jujuy. Diputado provincial en Jujuy por el PTS-Frente de Izquierda. E-mail: gastonaremy@gmail.com.

Artigo recebido em outubro de 2023 e aceito para publicação em dezembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMEN: La cuestión del litio se debate en todo tipo de ámbito. Las mineras instalan la idea de que la extracción de litio es beneficiosa para todos. Tanto para las empresas, trabajadores, comunidades y el propio medioambiente. Nos enfocamos en brindar algunos fundamentos que contradicen este sentido común. En esta ocasión lo haremos a través de un estudio de caso. La minera Sales de Jujuy propiedad del grupo Arcadium Lithium. Analizamos sus balances, la dinámica de rentabilidad e inversión. El impacto en el empleo en la zona operativa del salar de Olaróz, la cuestión salarial, el vínculo con las comunidades originarias, el rol del Estado y el impacto socio ambiental. A partir de estos datos y hechos llegamos a la conclusión que hay ganadores, perdedores relativos y absolutos. A modo de cierre se esgrime que hay alternativa al esquema de la minería de litio de carácter extractivista.

Palabras clave: Litio. Saqueo. Mineras. Estado. Trabajadores.

RESUMO: A questão do lítio é debatida em todos os tipos de áreas. Os mineiros instalam a ideia de que a extração de lítio é benéfica para todos. Tanto para as empresas, como para os trabalhadores, para as comunidades e para o próprio meio ambiente. Nós nos concentramos em fornecer alguns fundamentos que contradizem esse bom senso. Desta vez faremos isso através de um estudo de caso. A mineradora Sales de Jujuy, pertencente ao grupo Arcadium Lithium. Analisamos seus balanços, rentabilidade e dinâmica de investimento. O impacto no emprego na área operacional do Salar de Olaróz, a questão salarial, o vínculo com as comunidades indígenas, o papel do Estado e o impacto socioambiental. A partir destes dados e factos concluímos que existem vencedores, perdedores relativos e absolutos. Para encerrar, argumenta-se que existe uma alternativa ao esquema extrativo de mineração de lítio.

Palavras-chave: Lítio. Saques. Mineração. Estado. Trabalhadores.

ABSTRACT: The lithium issue is debated in all kinds of areas. Miners install the idea that lithium extraction is beneficial for everyone. Both for companies, workers, communities and the environment itself. We focus on providing some fundamentals that contradict this common sense. This time we will do it through a case study. The Sales de Jujuy mining company owned by the Arcadium Lithium group. We analyze their balance sheets, profitability and investment dynamics. The impact on employment in the operational area of the Olaróz salt flat, the salary issue, the link with the native communities, the role of the State and the socio-environmental impact. From these data and facts we conclude that there are winners, relative and absolute losers. In closing, it is argued that there is an alternative to the extractive lithium mining scheme.

Keywords: Lithium. Looting. Mining. State. Workers.

El litio se ha convertido en un tema de debate en todo el mundo. Y la discusión es transversal al ámbito político, en la academia abundan los papers y libros, en las redes sociales los videos y debates e incluso en las sobremesas en los hogares no falta aquel que dispare algún comentario sobre el tema. Pero los beneficios del litio, ¿son para todos por igual? Esto es lo que sostiene Martín Perez de Solay, Director General y CEO del grupo Allkem, propietario de la mina Sales de Jujuy que extrae litio en el salar de Olaroz. “En Allkem estamos orgullosos del rol que desempeñamos para hacer posible la mitigación del cambio climático mediante la contribución al almacenamiento de energía limpia y las cadenas de valor de los vehículos eléctricos”. (PÉREZ DE SOLAY, 2022).

En este trabajo nos abocamos a dar algunos fundamentos en pos de demostrar por qué no todos se benefician por igual, y cuando nos referimos al “todos”, vamos a identificar a los propietarios del capital, por un lado y su vinculación con los Estados; y a los trabajadores y comunidades originarias, por el otro. Considerando también al escenario donde las clases sociales producen y reproducen sus condiciones de vida, alterando y modificando ese territorio/espacio, o sea, la naturaleza. Tomamos como caso testigo el de la empresa Sales de Jujuy.

Esta empresa es parte del grupo Allkem el cual surge de la fusión de la minera australiana Orocobre y Galaxy Resources. Y este año Allkem, además se fusionó con la norteamericana Livent, que fue pionera de la minería de litio entrando en operaciones a fines de los años 90’ en la provincia de Catamarca. La primera conserva el 56% de las acciones, mientras la segunda el 44%. De esta forma, se crea el grupo Arcadium Lithium, pasando a ser la tercera compañía más grande del mundo, valuada en US\$ 10.600 millones. Con esta fusión, el capital norteamericano da un paso más en la región litiera donde compite cabeza a cabeza con los capitales de China.

Indagando aún más a fondo en los propietarios de Sales de Jujuy el grupo Allkem posee el 66,5% y la japonesa Toyota cuenta con una participación del 25% en el paquete accionario. A las que se suma como socia menor la empresa del Estado jujeño, Jemse, con el 8,5% de las acciones.

Pero si vamos un poco más allá, aparecen los “dueños del mundo”, los grupos de inversión y los bancos. La representación del capital financiero que hablara Lenin a principios del siglo XX para describir las características del capital en la nueva época imperialista. En el caso de Sales de Jujuy, entre sus accionistas se encuentran: BNP Paribas, Citicorp, HSBC, Merrill Lynch, JP Morgan, entre otros.

Lejos de una “competencia perfecta” entre estos actores lo que predomina es una puja despiadada de empresas monopólicas por el litio. La amenaza de mayor presencia del capital de China en la región, donde apostó inversiones en Exar próxima a Sales de Jujuy con la empresa Ganfeng Lithium, o en Salta con Tsingshan Holding Group, empresa que se prepara para desembarcar también en Chile, suena lógico entonces el mensaje de la Generala del Comando Sur, Laura Richardson, acerca de su interés por lo que Estados Unidos denomina el “triángulo de litio”. Sobre el mismo, Richardson, dijo que “la agresividad de China y su juego en el terreno con el litio, es muy avanzado y

muy agresivo.” [Palabras emitidas ante el comité de Servicios Armados de la Cámara de Representantes en marzo de 2023].

En esta disputa geopolítica se anota la Unión Europea. El viejo continente aceleró su carrera por el acceso a nuevas fuentes de materias primas energéticas a raíz del conflicto armado entre Ucrania y Rusia. Considera que la región de América Latina puede ser una zona de menores conflictos que le permita suplir en parte a los tradicionales proveedores de energía y materias primas. Y su preocupación es porque estaría llegando tarde, respecto a competidores como China y Estados Unidos.

Europa nunca podrá satisfacer su propia demanda de REE (elementos de tierras raras) o litio a nivel nacional, pero ese tampoco debería ser su objetivo. El objetivo, más bien, es asegurar el acceso a materias primas críticas para que no nos encontremos a merced de quienes podrían convertirlas en armas, como ha hecho el Kremlin con los hidrocarburos. Dicho acceso es crucial para fortalecer nuestra autonomía energética, mantener nuestra competitividad y cumplir nuestras ambiciones climáticas. “Europa debe tomarse en serio los minerales críticos. [HOYER, 2023].

La conjura de los mismos de siempre

Esta realidad de las potencias imperialistas y sus multinacionales encuentra a los gobiernos de la región lejos de aprovechar estas tensiones para sacar algún tipo de provecho. Ni siquiera eso. Es tan aguda su vocación de entregar los recursos que armaron una “mesa del litio” que unifica a los gobiernos de Catamarca, Salta y Jujuy. Desde allí promueven todo tipo de ayudas fiscales a las multinacionales, entrega de territorios, vía libre para que los estudios de impacto socio ambientales los hagan las propias mineras casi sin control externo, con toda una legislación nacional (Código Minero, Ley de Inversiones Mineras) y provincial que acepta los mecanismos de saqueo como si se buscara repetir, en pleno siglo XXI, el saqueo de las minas de Potosí durante la colonia española.

En el caso de la provincia de Jujuy el gobierno (Unión Cívica Radical), impulsó en acuerdo con el Partido Justicialista una reforma de la Constitución. El día en que inicio la Convención Constituyente, el gobernador y presidente de la misma, Gerardo Morales, por la tarde viajó al encuentro de Arminera 2023 realizado en el predio de la Sociedad Rural. Esto no fue una casualidad del calendario. El CEO de Allkem desde su palco aprovechó para exigir a los gobiernos estabilidad fiscal y seguridad jurídica para sus negocios. La Reforma ya estaba marcada por las necesidades de las multinacionales mineras, así se pudo corroborar durante el paso de los días. Artículos que venían a quitar derechos a las comunidades originarias, una re conceptualización del agua y los territorios como meras mercancías. Y en particular, la prohibición de la protesta social en rutas y calles a ser incorporada en el nuevo texto de la Constitución. La respuesta en las calles no se tardó en aparecer y el propio Morales tuvo que retroceder en algunos puntos. Quedando así

cuestionado a nivel de masas el negocio del litio que hasta entonces operaba como un saqueo solo cuestionado por las comunidades, grupos ambientalistas y la izquierda.

A esta asociación “lícita” los críticos la denominan “consenso extractivista” (GUDYNAS, 2015) haciendo alusión a la actividad de extracción en escala de toneladas y toneladas de minerales con destino de exportación dentro del esquema de cadenas globales de valor. En el caso de Argentina y el litio, el territorio (los salares) actúan de plataforma donde se emplaza la actividad extractiva, ocupando así el país un lugar subordinando en la cadena de agregado de valor que “aguas arriba” tiene a países como Japón y/o China como actores controlantes de la cadena y por ende de todo el negocio. El caso de Toyota es elocuente. El litio es un mineral estratégico en la industria automotriz, es un componente esencial en las baterías para los autos eléctricos. Las automotrices necesitan tener un control directo de este insumo y así conforman sus sociedades. Y esto además tiene una incidencia en la conformación del precio del litio, en los niveles de agregado de valor en los países que poseen el mineral, entre otras cuestiones, como veremos más adelante.

Ganadores

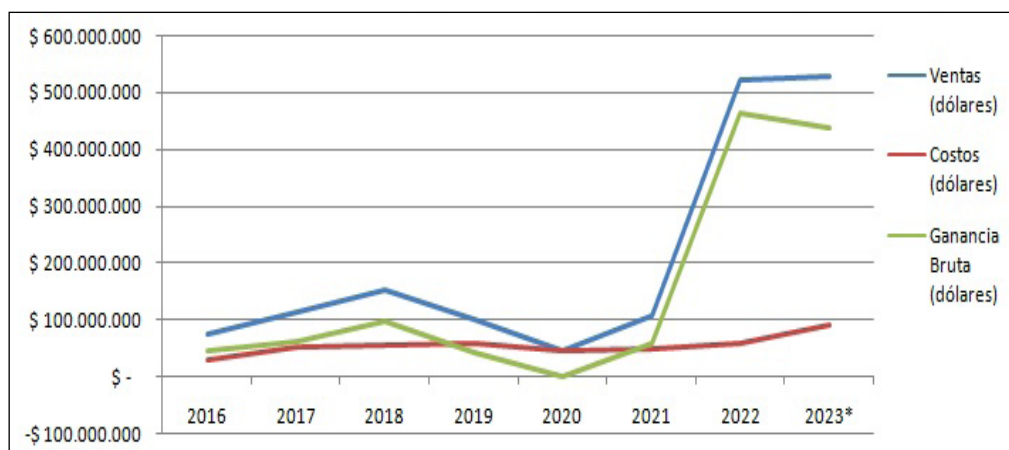
Sales de Jujuy comenzó sus operaciones en diciembre de 2015. La inversión inicial fue de U\$S 160 millones aproximadamente. En ese momento la tonelada de litio se vendía en U\$S 8.500. Mientras que en el año 2022 según los balances de la empresa la tonelada se vendió en promedio a U\$S 38.000. Aunque los registros privados del mercado del litio como BenchMark reportaron precios por encima de U\$S 80.000 la tonelada. La diferencia de precios es más que significativa. Resulta que no existe aún un mercado mundial del litio con precios de referencia, como sí lo existe para la plata, el oro, la soja, el petróleo u otras materias primas. El precio es todo un secreto, vulnerando la “ley de la oferta y la demanda”, dado que los propios oferentes actúan como los principales demandantes del litio. Toyota como socia de Sales de Jujuy transfiere el litio a la planta de procesamiento en Nahara (Japón) donde producen hidróxido de litio. Livent hace lo suyo vendiendo el litio a Estados Unidos. El escándalo por la subfacturación de esta última minera se hizo público. Finalmente llegó una multa de \$6.700 millones, insignificante para el volumen de exportación de la firma. No obstante, hizo que la Aduana tuviera que fijar un precio mínimo de referencia en mayo de 2022 de U\$S 53.000 la tonelada. Sin embargo, si se observa el Cuadro 1, Sales de Jujuy, en sus balances reporta precios de venta menores. Incluso aclara un diferencial de precios según si la venta es asimismo o a “terceros”. Todo este manejo poco claro ocurre a la luz del día. Los controles son irrisorios.

Cuadro 1. Sales de Jujuy, extracción, ventas, costos y ganancia en dólares. 2016-2023.

	Extracción en toneladas	Ventas en toneladas	Ventas (dólares)	Costos (dólares)	Ganancia Bruta (dólares)
2016	8509	8628	\$ 75.888.020	\$ 30.683.897	\$ 45.204.123
2017	11399	13446	\$ 113.690.383	\$ 51.406.861	\$ 62.283.522
2018	12477	14045	\$ 151.810.753	\$ 54.889.229	\$ 96.921.524
2019	13209	13312	\$ 101.116.411	\$ 58.707.944	\$ 42.408.467
2020	11322	11857	\$ 45.095.194	\$ 45.503.133	-\$ 407.939
2021	12978	13449	\$ 106.458.435	\$ 48.931.825	\$ 57.526.610
2022	13959	13449	\$ 523.393.615	\$ 58.441.010	\$ 464.952.605
2023*	18067	15442	\$ 529.557.246	\$ 89.374.612	\$ 440.182.634
*estimado					

Volviendo a la cuestión del negocio. Sales de Jujuy en los tres primeros años amasó una ganancia bruta de U\$S 204 millones, recuperando con creces la inversión inicial (U\$S 160 millones). La minera opera sobre 450 hectáreas del salar de Olaroz, en promedio exporta 13.500 toneladas por año y el destino final es casi con exclusividad la República Popular de China. El agregado de valor, carbonato de litio grado batería es bajo, ronda el 40% del total del litio extraído. Esto es una muestra más de la ubicación subordinada que establece la minera en sus operaciones en el país de donde obtiene el mineral. Tampoco existen leyes que exijan un mayor agregado de valor local. El caso de la producción de baterías por parte de YPF Litio no es algo que altere este esquema. Aún es una producción de baja escala y el litio se lo compra a Livent que exporta prácticamente el 100%.

En 2019 Sales de Jujuy anunció una inversión por casi U\$S 300 millones para ampliar la capacidad de extracción a 42.000 toneladas. Pasando de 450 a 1450 hectáreas en exploración. El Mizuho Bank Ltd, el tercer banco de Japón, aportó un crédito por U\$S 180 millones. La nueva planta fue finalizada en julio de 2023 y entro parcialmente en operaciones. La rentabilidad superó ampliamente a la inversión realizada. Tan solo con los precios récord de 2022, la ganancia bruta ese año superó los U\$S 464 millones. Visto de otra forma, la ganancia solo de ese año alcanzó para recuperar en más de una vez y media el capital invertido para la ampliación de la planta. El margen de rentabilidad bruta respecto al precio de exportación es del 77% (tercer trimestre de 2023). Un negocio redondo (Gráfico 1).

Gráfico 1. Sales de Jujuy. Ventas, costos y ganancia (en dólares).

El negocio si bien es controlado por Allkem “aguas abajo” habilita áreas de rentabilidad para empresas de la región que les resultan muy alentadoras. En la red de proveedores de Sales de Jujuy encontramos a grupos de constructoras locales ligadas a la obra pública como Jumi SRL, Villanueva e Hijos, Corralón Mercado. Tame (transportadora, propiedad del presidente del PJ, Rubén Rivarola), Trans Gol, Aconcagua o Ferretería Industrial Ferigutti. Empresas de colectivos, Jama Bus, Balut Hnos o Evelia. Y el que no podía faltar, el grupo Ledesma líder en producción de azúcar y papel, que en 2021 firmó un acuerdo con Livent y se ubica como el principal proveedor de soda cáustica y ácido clorhídrico en la industria nacional del litio.

Hay otros grandes jugadores fichando para jugar en la primera del litio. No quieren quedarse afuera del partido. Techint (Rocca) logró ingresar como socio de Alpha Lithium, con activos litíferos en Salta y Catamarca La familia Bulgheroni estaría presta a recibir miles de hectáreas de cateo en Jujuy o el grupo de Villa-Manzano, Integra, que ya desembarcó en Minera Aguilar (ubicada en la puna jujeña) y cuenta con 243.000 hectáreas de salares en Jujuy y Catamarca.

Perdedores

En el ámbito de la producción encontramos a los trabajadores mineros que podríamos decir son los perdedores relativos. Aquellos que con su trabajo hacen posible la extracción del litio. Si bien el salario minero está por encima del promedio de salarios del sector privado en la provincia de Jujuy (Cuadro 2). Pero cuando lo ponemos en comparación con la ganancia bruta de Sales de Jujuy la diferencia es notable (Cuadro 3). Por cada dólar pagado en salarios a los 628 trabajadores, la minera se embolsa 398 dólares en ganancia bruta a partir del salto del precio del litio como se observa en el año 2022. Una rentabilidad extraordinaria que se explica, en gran parte, por la apropiación de renta minera ante precios del litio por las nubes. Además hay que considerar el régimen de trabajo en la minería donde coexisten divisiones entre los trabajadores que acceden al

convenio AOMA y aquellos que los dejan con el convenio UOCRA. En este último caso, el salario de convenio no solo es menor, las condiciones de contratación, altas y bajas, son altamente flexibles. Por ejemplo, un trabajador convenio minero trabaja 7 días seguidos y 7 de descanso. Mientras que uno con convenio de la construcción lo hace 21 días con 10 de descanso con jornadas de trabajo de 12 horas. El trabajo en el campamento minero es muy sacrificado, puesto que están aislados de los pueblos más cercanos, y aunque las mineras dispongan de salas de juego y televisión, esto no compensa los efectos del aislamiento social y familiar de los trabajadores.

Cuadro 2. Salario bruto minería, salario bruto promedio sector privado y salario minería/salario promedio s.p.

Jujuy	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Salario bruto minería	\$ 31.126	\$ 40.648	\$ 53.395	\$ 86.500	\$ 122.310	\$ 212.679	\$ 340.723
Salario bruto promedio sector privado	\$ 16.363	\$ 20.702	\$ 25.865	\$ 37.647	\$ 52.643	\$ 78.688	\$ 138.224
Salario minería/Salario Prom.	1,9	2,0	2,1	2,3	2,3	2,7	2,5

Cuadro 3. Sales de Jujuy, Masa Salarial, Ganancia Bruta/Masa Salarial.

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Masa Salarial (628 trabajadores, en dólares)	\$ 1.214.105	\$ 1.350.633	\$ 868.711	\$ 862.257	\$ 860.624	\$ 1.239.560	\$ 1.167.661
Ganancia bruta (en dólares)	\$45.204.123	\$34.840.938	\$ 57.572.903	\$ 42.408.467	-\$ 407.939	\$ 57.526.610	\$464.952.605
Ganancia/Masa Salarial	37	26	66	49	0	46	398

Las mineras y gobiernos presentan estos contrastes como algo natural. Y lo refuerzan destacando el empleo directo e indirecto que generan. Por ejemplo, en el departamento de Susques donde se encuentra Sales de Jujuy en diciembre 2015 el total de empleo privado registrado ascendía a 1392 trabajadores. En diciembre de 2021 el mismo alcanzó los 3.436 trabajadores. Sin dudas, la radicación de la minera de litio dio lugar a nuevas fuentes de trabajo. Y también vale aclarar, que en el caso de la construcción de las plantas tiene un impacto positivo pero luego esos puestos se pierden una vez finalizada la obra. Los efectos en el empleo de las mineras lejos están de nivelar las condiciones laborales y de vida hacia arriba para el conjunto de las familias trabajadoras. Su presencia profundiza la desigualdad en la zona y el contraste más general con la dinámica de ingresos de la población en la provincia en relación a las ganancias de las mineras. Por ejemplo, si tomamos de conjunto la evolución de la pobreza en la provincia desde 2015, cuando se inicia la minería de litio (y el gobierno de Morales) hasta el segundo semestre de 2023, la pobreza creció un 64,2% y la indigencia un 93,3%. La contracara está en las ganancias de Sales de Jujuy que, salvo en 2020, nunca dejaron de crecer.

En ocasión de visitar escuelas en Susques, uno de los docentes nos comentó, “Esto es una Qatar pobre”. En esas escuelas, Sales de Jujuy deja su impronta con placas de bronce recordatorias de sus aportes como por ejemplo bolsas de cemento para la construcción de un herbario. El resto fue construido con fondos de la cooperadora escolar y en la

puerta de esta escuela había una convocatoria a una “lota” ese fin de semana a modo de reunir fondos. Esa misma escuela es calefaccionada a leña, tiene una chancha de gas que el estado provincial sólo había recargado a la mitad, en una zona donde el calendario escolar adelanta las vacaciones de invierno desde junio a septiembre por las intensas nevadas. En el municipio también las trabajadoras y trabajadores se calefaccionan a leña con salamandras. No obstante, el gobierno nacional está invirtiendo en un gasoducto que abastecerá a las mineras. El pueblo de esa región no corre la misma suerte.

La excepción puede llegar a comunidades y pueblos de la región que avalan el accionar de las mineras. Es el caso del pueblito, Olaroz Chico, que recibió inversiones de la minera asfaltando calles, donando electrodomésticos a las familias. En Huancar donde habitan 430 personas construyeron un albergue turístico de dos cabañas o en Catua donde habitan 450 personas construyeron una cancha de fútbol sintético. Entre ambas obras la minera declaró un costo de 39.476 dólares para el año fiscal 2022, el equivalente a los ingresos por la venta de 1 tonelada de litio. Una política con fines de cooptación de la población con sumas de dinero irrisorias para la minera, aunque significativas dadas las duras condiciones de vida en la zona. A la vez, que de esta manera las mineras y el gobierno, logra dividir a las comunidades para asegurarse el saqueo. Aun así, estas comunidades y localidades, que aceptan a las mineras tampoco se las puede considerar como ganadores, son perdedores más que relativos, dado que como decimos, lo que reciben en obras y ayudas económicas de las mineras es ínfimo respecto a lo que se llevan las mineras y al impacto ambiental que generan.

En el caso de las comunidades que no aceptan ser avasalladas por las mineras y el Estado, que rechazan las dádivas, como las que se encuentran en la cuenca de Salinas Grandes y Laguna Guayatayoc, luego reciben todo tipo de hostilidades por parte del gobierno y las propias mineras. Estas comunidades se mantienen firmes en la resistencia al saqueo desafortunado que ejecuta el capital.

Socios del saqueo

El estado provincial de Jujuy presenta un esquema de asociación a las mineras. Para ello cuenta con la empresa estatal Jemse. Según Gerardo Morales esta es la forma de compensar el exiguo pago de regalías mineras. Al respecto, cabe destacar que desde el inicio de operaciones de Sales de Jujuy, la estatal Jemse nunca informó sus ingresos, costos y ganancias. A propósito hemos solicitado esta información a la “Oficina gobierno abierto y transparencia”, aunque sin éxito aún de recibir una respuesta. Ocurre que el pago de regalías anual del conjunto de las empresas mineras es realmente ínfimo. En la actualidad se lo puede equiparar con la recaudación de un mes del cobro del estacionamiento medido en la ciudad capital (San Salvador de Jujuy).

Cuadro 4. Jujuy. Exportaciones mineras, regalías, valor boca mina.

Año/Jujuy	Exportaciones mineras (en U\$S)	Regalías (en U\$S)	Valor Boca Mina	Boca Mina/Exportaciones
2016	\$ 338.310.000	\$ 951.510	\$ 31.716.987,56	9%
2017	\$ 343.680.000	\$ 359.573	\$ 11.985.755,84	3%
2018	\$ 314.000.000	\$ 58.188	\$ 1.939.610,28	1%
2019	\$ 325.000.000	\$ 2.523.556	\$ 84.118.533,33	26%
2020	\$ 159.000.000	\$ 1.149.883	\$ 38.329.433,33	24%
2021	\$ 362.000.000	\$ 3.112.300	\$ 103.743.333,33	29%
2022	\$ 737.000.000	\$ 509.337	\$ 16.977.900,00	2%
2023*	\$ 421.000.000	\$ 107.465	\$ 3.582.166,67	1%

En el Cuadro 4 se puede observar los montos absolutos declarados de regalías que ingresan al Estado provincial según la cuenta ahorro inversión. A su vez, por estimaciones propias hemos publicado cifras estimadas del “valor boca mina”. Este concepto surge de la Ley de Inversiones Mineras que regula el pago de regalías. Establece que las mineras deben tributar hasta un 3% en regalías por la apropiación de recursos naturales del suelo de las provincias. Ahora este porcentaje se calcula sobre el valor del mineral extraído previo al transporte, descontando además los gastos de comercialización y administración, entre otros. De aquí surge, que el valor boca mina declarado es muy bajo respecto al valor de exportación del mineral. Considerando como dijimos antes, que no se desarrollan otras fases de agregado de valor en el territorio nacional, resulta muy llamativa entonces la declaración de este valor por parte de las mineras. Acerca del mismo también hicimos un pedido de informes al gobierno, que corre la misma “mala” suerte que el antes indicado.

Un cálculo alternativo sobre las regalías se puede considerar en base al documento de trabajo para la Cepal de Michel Jorratt. La fuente de la información fue recopilada de los informes de Sostenibilidad del grupo Orocobre/Allkem por parte del autor. El ítem regalías incluye impuestos provinciales, por lo que el dato sobre regalías está sobreestimado. Aún así como se puede observar en el Cuadro 3 el porcentaje de regalías sobre las ventas totales en el período que alcanza al trabajo citado muestra que se está por detrás del 3% estipulado por Ley (Cuadro 5).

Cuadro 5. Sales de Jujuy, regalías y otros impuestos prov., ventas en dólares.

Sales de Jujuy	2017	2018	2019	2020
Regalías y otros impuestos provinciales	\$ 1.600.000,00	\$ 1.800.000,00	\$ 1.900.000,00	\$ 300.000,00
Ventas en dólares	\$ 113.690.383	\$ 151.810.753	\$ 101.116.411	\$ 45.095.194
Regalías y otros imp./Ventas en Dólares	1,4%	1,2%	1,9%	0,7%

De aquí que no se puede considerar al Estado provincial como un ganador de su sociedad con las mineras de litio. Tampoco como un perdedor. Más bien es cómplice del saqueo, sosteniendo todo un andamiaje legal que a nivel provincial, por ejemplo, excluye a la minería del pago de ingresos brutos, la principal fuente de ingresos del Estado local. A la vez, que la sociedad a través de Jemse actúa como una cobertura del saqueo sin siquiera dar información de cuánto ingresa a esa empresa estatal y cuál es el destino de esos fondos. Lo único que se conoce de Jemse son sus funcionarios, entre otros, políticos tradicionales que ocupan cargos bien pagados.

Impacto socio ambiental

El marketing minero se nutre del rol del litio en su faceta de mineral estratégico para la denominada transición energética. Destacan en forma frenética sus cualidades útiles como cosa o valor de uso, para evitar hablar que el litio, también es una mercancía, o sea, una cosa útil que además posee un valor de cambio y un valor, que una vez comercializado arroja a las mineras una rentabilidad extraordinaria. Pero aquí no estamos ante un olvido del doble carácter del litio en cuanto mercancía. En realidad, la operación ideológica que impulsan con millones y millones en publicidad las mineras, recae en que la producción con fines de lucro puede ser compatible con el cuidado del medio ambiente.

Aquí entramos en el terreno de la transición energética que las mineras y los Estados promueven como una forma de utilizar progresivamente cada vez menos fuentes de energías fósiles a cambio de energías renovables. El litio vendría a jugar un papel fundamental al ser un mineral que permite el almacenamiento de la energía en baterías. Según un estudio de la Fundación Ambiente y Recursos Naturales se calcula que el consumo de grafito, litio y cobalto podría aumentar en casi un 500% para 2050, según el grupo del Banco Mundial (2023), en pos de alcanzar los objetivos climáticos que fijan las grandes potencias. (MARCHEGANI; NÁPOLI, 2023, p. 21). Este salto en la extracción del litio sin dudas se hará sentir en la región norte de Argentina, Chile y sur de Bolivia donde se concentra cerca del 58% del litio mundial. Pero cuando observamos la flecha que orienta la transición energética, en realidad, se observa que el consumo de energías fósiles lejos está de reducirse; mientras que las energías de fuentes renovables actúan como un complemento ampliando la oferta energética en el mundo.

En el caso del litio cerca del 90% de la demanda está orientada a la fabricación de automóviles eléctricos. Aunque los mismos pueden contribuir a una reducción de la emisión de CO₂, la huella de carbono de su fabricación sigue siendo considerable. Para la Agencia Internacional de Energía la producción de autos eléctricos pasaría de 2 millones a 280 millones en 2040, la demanda se multiplicaría por 42, pero la estimación de reducción de emisiones de gases de efecto invernadero es solo de... ¡1%! Entonces, lejos de recibir de las mineras, automotrices, compañías energéticas y los Estados, un compromiso por el cuidado del medio ambiente, en realidad lo que ocurre es la utilización de un anhelo de la población, ante el desastre ambiental creciente creado por el propio

capitalismo, a modo de cobertura de un negocio altamente rentable como lo es hoy día el del litio para todos los que participan en distintos niveles del mismo.

La extracción de litio bajo el esquema de las cadenas globales de valor dirigidas por las multinacionales y sus Estados, reproducen el esquema clásico de saqueo ambiental del norte sobre el sur global. Los salares de Argentina se ubican como “zonas de sacrificio” en pos de brindar los minerales críticos al norte global que encabeza la transición energética. El consumo de agua de las mineras que utilizan el método de extracción por evaporación solar de las salmueras, que en el caso de Sales de Jujuy, se encamina a contar con 70 piletas, ocurre en una geografía natural desértica como es la Puna de Atacama. Los problemas de acceso al agua potable ya existen, previo a la llegada de las mineras, y las mismas no harán más que agravarlos. En la actualidad el pueblo de Susques tiene que buscar agua para el comedor escolar en el pueblo de Huancar dado que su agua tiene alto contenido en arsénico. Estas problemáticas no resueltas por el Estado se verán aún más agravadas por el accionar de las mineras utilizando en forma abusiva el recurso más escaso de la zona, el agua. De más está decir, que los territorios y la naturaleza misma son parte del grupo de los perdedores absolutos del negocio minero.

La cuestión del litio en manos de las multinacionales mineras y los Estados es un asunto muy delicado. El costo derivado para con las mayorías sociales y hacia la propia naturaleza es altísimo. Esto no es un resultado al azar. Es propio de la naturaleza del capital donde la producción orientada al mercado, hunde sus raíces, en las posibilidades de valorización del capital invertido. “Al tratar a los recursos como meras mercancías, su única utilidad está en el valor que generan en el mercado. La tasa de explotación debe ser entonces máxima, para mejorar el abasto actual de dólares”, sostienen (SCHORR; CANTAMUTTO, 2023, p. 41). Y agregamos que esto conlleva a minimizar los costes, entre ellos, se encuentran no sólo los salarios; sino también, las técnicas de extracción que en el caso de las piletas de evaporación son más económicas que otras técnicas, al precio de un alto costo ambiental. Esto último el capital lo considera una “externalidad”, o sea, algo al que no se puede poner un precio y canalizarlo por los mecanismos de mercado. Sin embargo, las consecuencias ambientales terminan recayendo sobre las poblaciones del lugar con un gran costo social.

Lo importante para finalizar es que existe una alternativa al negocio del litio. La misma proviene de otra clase y de la construcción de otras relaciones sociales de producción. Es en la unidad de los trabajadores, comunidades originarias, profesionales, técnicos y académicos de donde puede emerger una fuerza social que aporte una verdadera racionalidad entre la extracción, la naturaleza y las necesidades sociales de las mayorías. Un conjunto de medidas que combinen la derogación de toda la legislación minera heredada de la década del 90’, la planificación de la actividad con criterios contrarios al extractivismo, o sea, una minería de litio acorde a las necesidades sociales y en consonancia con la búsqueda del menor impacto ambiental, tanto en la escala de extracción como en las técnicas utilizadas para la misma. Para ello, se necesita hacerse del control colectivo de la propiedad del recurso como así también de todos los medios necesarios en la extracción y producción del litio.

REFERENCIAS


- GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos, Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza**. 2015. Ed. Centro Latinoamericano de Ecología Social.
- HOYER, Werner. **Project Syndicate**. Septiembre 2023. Disponible en: <<https://www.project-syndicate.org/commentary/europe-critical-minerals-rare-earth-supply-chain-risk-by-werner-hoyer-2023-09?barrier=accesspaylog>>.
- JERÉZ HENRÍQUEZ, Bárbara. **Impacto socio ambiental de la extracción del litio en las cuencas de los salares alto andinos del cono sur**. Santiago de Chile, Ed. Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina, OCMAL. 2018.
- JORRATT, Michel. **Renta económica, régimen tributario y transparencia fiscal de la minería del litio en la Argentina, Bolivia (Estado Plurinacional de) y Chile**, Documentos de Proyectos (LC/TS.2022/14), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2022.
- MARCHEGANI, Pía; NÁPOLI, Andrés. **El laberinto de las transiciones**. Aportes para pensar una salida socioecológica en tiempos de crisis. Caba. Fundación Ambiente y Recursos Naturales, 2023.
- MERCATANTE, Esteban. **Ecología y comunismo**. Ideas de Izquierda. Noviembre, 2023. Disponible en: <<https://www.laizquierdadiario.com/Ecologia-y-comunismo>>.
- ROMERO, Amanda; AYLWIN José; DIDIER, Marcel. **Globalización de las empresas de energía renovable: Extracción de litio y derechos de los pueblos indígenas en Argentina, Bolivia y Chile (“Triángulo del Litio”)**. Ed. Observatorio Ciudadano. 2019.
- SCHORR, Martín; CANTAMUTTO, Francisco. **Ni Transición ni desarrollo**. Cinco cuestionamientos a la presión neodesarrollista. Publicado en El laberinto de las transiciones. Aportes para pensar una salida socioecológica en tiempos de crisis. Caba. Fundación Ambiente y Recursos Naturales, 2023.
- SLIPAK, A. M.; Argento, M. Ni oro blanco ni capitalismo verde. Acumulación por desfosilización en el caso del litio ¿argentino?. **Cuadernos De Economía Crítica**, 8(15), 15-36. 2022.

PADRONIZAR PARA GOVERNAR - A POLÍTICA EDUCACIONAL NA GESTÃO DE EXISTÊNCIAS


STANDARDIZATION TO GOVERN: THE EDUCATIONAL POLICY FOR MANAGING EXISTENCE

ESTANDARIZAR PARA GOBERNAR - POLÍTICA EDUCATIVA EN LA GESTIÓN DE LAS POBLACIONES

Ana Claudia Carvalho Giordani¹

 0000-0003-4240-1235
anagiordani@id.uff.br

Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira²

 0000-0001-8044-7854
sergio.teixeira@unila.edu.br

1 Professora no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4240-1235>. E-mail: anagiordani@id.uff.br.

2 Professor do Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8044-7854>. E-mail: sergio.teixeira@unila.edu.br.

Artigo recebido em outubro de 2023 e aceito para publicação em dezembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: Os vínculos entre as políticas territoriais e as políticas educacionais são desdobrados nas linhas (a) política educacional global; (b) governamentalidade algorítmica; (c) padronizar para governar - a política educacional na gestão de existências e (d) uso corporativo da escola como dominação. Antoni Verger, Evgeny Morozov, Milton Santos e Stephen Ball compõem a moldura teórica diante da intensificação de um conjunto de políticas neoliberais que tencionam a capacidade governativa democrática da educação, desde espaços escolares às esferas mais expansivas do poder (Estado e das redes políticas territoriais). As argumentações tecidas permitem concluir que as corporações são transmissoras das ordens globais que se impõem aos Estados intermediados por uma presença cada vez maior de suas ações nas esferas governamentais e no fazer escolar.

Palavras-chave: Políticas territoriais. Políticas educacionais. Governança e uso corporativo da escola.

ABSTRACT: The bonds connecting the territorial and educational policies are unfolded toward (a) the global educational policy, (b) the algorithmic governmentality, (c) the standardization to govern - the educational policy for managing existence/lives, and (d) the corporate use of schools for domination. Antoni Verger, Evgeny Morozov, Milton Santos, and Stephen Ball comprise the theoretical framework ahead of the intensification of a set of neoliberal policies that target the democratic governing capacity of education, from school spaces to the most expansive spheres of power (State and territorial political networks). The arguments imply that corporations are transmitters of global orders imposed on States through an increasing presence of their actions in governmental spheres and school activities.

Keywords: Territorial policies. Educational policies. Governance, and corporate use of schools.

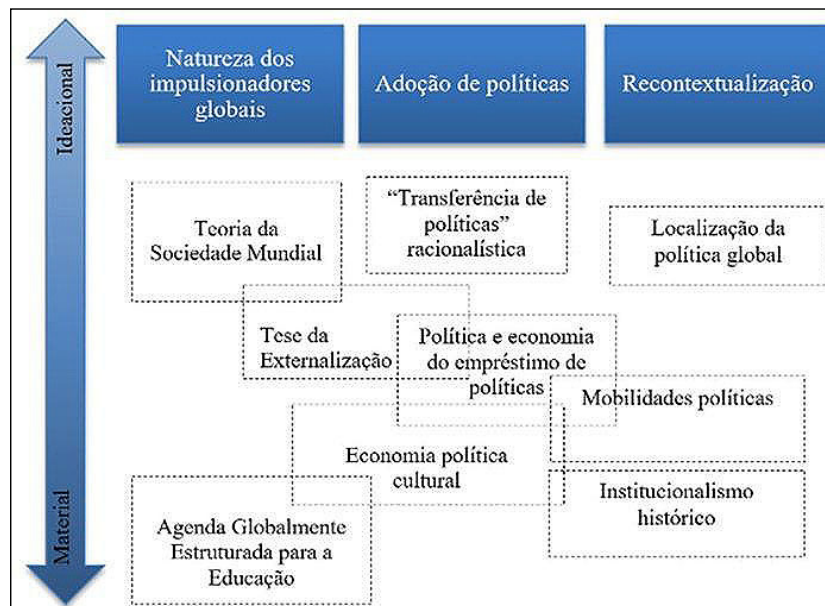
RESUMEN: Los vínculos entre las políticas territoriales y las políticas educativas se desglosan según (a) la política educativa global; (b) gubernamentalidad algorítmica; (c) estandarizar para gobernar - política educativa en la gestión de la existencia y (d) uso corporativo de la escuela como dominación. Antoni Verger, Evgeny Morozov, Milton Santos y Stephen Ball componen el marco teórico ante la intensificación de un conjunto de políticas neoliberales que planifican la capacidad de gobierno democrático de la educación, desde los espacios escolares hasta las más amplias esferas de poder (Estatal y redes políticas territoriales). Los argumentos expuestos permiten concluir que las corporaciones son transmisoras de órdenes globales que se imponen a los Estados, mediados por una presencia cada vez mayor de sus acciones en los ámbitos gubernamentales y en las actividades escolares.

Palabras clave: Políticas territoriales. Políticas educativas. Gobernanza y uso corporativo de la escuela.

POLÍTICA EDUCACIONAL GLOBAL

Os múltiplos desafios das mudanças econômicas e políticas em geral transformam a governança escolar nos rastros do neoliberalismo³. Como afirma Santos (2000), podemos dizer que as manifestações concretas das políticas educacionais nas formações socioespaciais não podem ser analisadas, se não levarmos em conta o papel decisivo que o neoliberalismo tem orquestrado para o sequestro dos bens públicos em favor da realização da mais-valia global.

A política educacional global (PEG) tornou-se uma rica área de estudo que analisa como e por que as reformas educacionais ocorrem em um espaço político cada vez mais globalizado. Especificamente, os estudos da PEG concentram-se no estabelecimento das agendas de educação global e na mobilização, na tradução e na recontextualização dessas agendas em múltiplas escalas de governança. Os estudos da PEG também estão interessados em analisar a forma como os modelos de reforma globais são colocados em prática em diferentes realidades educacionais e na descoberta dos principais resultados desses modelos em termos de desigualdade e equidade na educação. (VERGER, 2019, p. 24).



Fonte: Verger (2019).

Figura 1. Mapeamento das teorias para política educacional global.

Como é possível observar, a Figura 1 expõe a estruturação da PEG nos moldes da cartilha que transformou tanto o subdesenvolvimento quanto a dependência em um padrão de difusão das políticas neoliberais, tendo, como corolário, a subordinação do Estado às grandes corporações, que, em cerca de duas décadas, adentraram as tarefas estatais com tal força que o processo aparenta ser quase irreversível.

Vale dizer que a crescente internacionalização dos territórios e das economias nacionais esteve ancorada, de modo geral, na necessidade do capitalismo de impor a agenda dos poderes hegemônicos às infraestruturas escolares, atrofiando os centros nacionais de decisão, em favor dos desígnios de acumulação das corporações mundiais presentes nos setores educacionais, assim como espelhando o que ocorreu também no território nacional. Se por um lado o planejamento estratégico, eleito por esses agentes hegemônicos, como principal instrumento para se organizar a escola, estabelecendo o jargão empresarial e sua política de vigilância como elemento central da política educacional, por outro existe a adoção de uma outra perspectiva, ou seja, aquela compartilhada por Santos ([1979] 2007), Ball (2014) e Laval (2019).

A partir do que apontam esses pesquisadores, podemos assinalar que, ao contrário do que tem sido anunciado pela lógica neoliberal, o planejamento da política educacional tem servido como instrumento indispensável para a manutenção do subdesenvolvimento dos países pobres. Seus usos, em especial nos países latino-americanos, foi o legitimador da dimensão espacial da construção interrompida do continente, que, aos poucos, transformou-se em plataformas de valorização permanente do excedente de capital em crise.

Desde a década de 1970, o regime de acumulação fordista adentrou em uma crise associada ao impedimento da realização de produção-circulação-consumo. Para a realização da produção em escala planetária, o sistema capitalista deveria reestruturar os aspectos produtivos relacionados à circulação. Implica, no entanto, dizer que a realização do capital, por meio da circulação, constitui uma das contradições fundamentais do modo de produção capitalista, conforme Harvey (2016), ou seja, para ele tempo

é dinheiro para o capital. Atravessar espaços custa tempo e dinheiro. A economia do tempo e do dinheiro é a chave para a lucratividade. Cria-se um prêmio para a inovação – técnicas, organizacionais e logísticas – que reduzam os custos e o tempo de deslocamento espacial. (HARVEY, 2016, p. 140).

Nesse processo, Harvey (2005) identificou uma barreira, um limite para a plena realização da produção em nível global, o que levou o capitalismo a enfrentar uma forte crise de acumulação. Diante da crise, mudanças estruturais no sistema produtivo determinaram a ascensão de um sistema técnico global que possibilitou a reestruturação das empresas e o controle cada vez maior da circulação do capital. Para isso, um sistema mundialmente organizado de instrumentos técnicos, responsáveis pela circulação, produção e pelo planejamento tomou forma e organizou as diversas formações socioespaciais aos seus desígnios. Em nenhum outro momento da história, a ciência, a técnica e a informação tiveram papel tão relevante para o capital como nas décadas posteriores a 1970.

Somado a isso, a necessidade de mudanças organizacionais levou à ascensão de novos objetos técnicos mais modernos e informacionais que se impuseram de forma planetária à camada do presente. Para Santos (1996), a cada momento histórico, um arranjo das forças produtivas se materializa em novas famílias de objetos, formando uma

camada do presente que se metamorfoseia com camadas pretéritas, produzindo um padrão singular de organização espacial e social.

Segundo essa concepção,

[...] a vida social, tomada como um todo, se caracteriza pela incessante renovação das forças produtivas e das relações de produção, isto é, dos modos de produção. Cada modo de produção constitui uma etapa na produção da história e se manifesta pelo aparecimento de novos instrumentos de trabalho e novas práticas sociais. Como produzir e produzir espaço são sinônimos, a cada novo modo de produção (ou a cada novo momento do mesmo modo de produção) mudam a estrutura e o funcionamento do espaço. (SANTOS, 1996, p. 6).

Assim, tendo em vista reduzir os custos da circulação, a nova etapa da produção teve como foco uma reorganização radical da produção e de informação. Devemos considerar ainda que os novos sistemas técnicos requerem um novo sistema de normas e novos sistemas de ensino que passam a se ancorar nos processos de usos corporativo do território. E, somada a esse processo, uma nova arquitetura financeira é projetada, de modo a organizar um fluxo internacional de capital aplicado ao espaço escolar, com desregulamentação e novas normatizações internacionais que possibilitem transformar senão a escola em uma corporação, partes dela em funções empresariais, focando, sobretudo, na gestão.

Salienta-se que maior uso da ciência e da informação aplicado aos processos gerenciais da escola possibilitou o aprofundamento da divisão territorial da escola, em uma Geografia escolar complexa, entendida como um campo de pesquisa e da ação política essencial no entendimento e na transformação das atuais políticas educacionais sob a lógica neoliberal (GIORDANI *et al.*, 2022). Tal processo ocorre, sobretudo, por meio da transformação das funções da escola. E, para isso, foram promovidas as políticas de privatizações, concessões e terceirizações que atingiram toda a sociedade, porém com maior aprofundamento nos países dependentes e, em especial, nos países latino-americanos, nos setores de direitos básicos, haja vista sua dimensão de monopólio natural, tais como os setores de Saúde e de Educação, altamente custosos em sua estruturação, mas rentável após sua (des)estruturação em partes lucrativas e entregues às corporações.

Nesse cenário, a onda de privatizações, da tomada direta das empresas públicas por meio do processo de ajuste espacial, provocou a transformação da infraestrutura em plataformas de valorização mediada pela espoliação por acumulação (Harvey, 2004), tomando de assalto inúmeros setores e empresas públicas. Por conseguinte, a fragmentação territorial, a piora nos serviços prestados à população e o cercamento de direitos básicos, tais como a água, o saneamento, e o ar, foram apenas mais um dos elementos.

Entretanto, os setores menos lucrativos não passaram pelo processo de espoliação direta. Outrossim, o que se viu foi uma espoliação silenciosa, por dentro, por meio do adestramento do Estado a uma lógica espoliativa, de maneira a fragmentar setores onerosos, fazendo que fosse capaz de vender partes lucrativas que pudessem ser valorizadas como

ativos de aderência do capital excedente, deixando ao estado a tarefa de investimentos. É como se a nova forma da metáfora econômica fosse agora reformulada: ainda que o bolo não cresça, a fatia lucrativa é das corporações.

Na saúde, pontua-se, vimos crescer, em concorrência com o setor público, a lógica dos planos privados. Outro caso é o da privatização da água no Chile, da energia na Colômbia e das telecomunicações no Brasil, que ressaltam o modelo privatista único, de restrição ao público com características ainda mais corporativas.

Entretanto, em nenhum outro setor vimos esse processo acontecer com tamanha violência como no sistema educacional. Nele, as corporações tiveram que difundir uma psicofera de desmoralização dos educadores. Nessa conjuntura, a desvalorização, mistificação negativa da profissão, forma as senhas que fomentaram o desmantelamento dos sindicatos, para então, intermediados por projetos falaciosos de melhora da educação, promover a tecnologia e a informação com salvaguarda de uma suposta melhoria dá nos índices educacionais formulados nas organizações privadas de educação.

Diante disso, os computadores, a internet, a informação e a digitalização buscavam substituir o professor como detentor do saber e do processo educativo. E, sob o jargão de educação 4.0, metodologias ativas, o que esteve sempre em jogo foi a alocação do capital privado como modulador do ensinar, para, portanto, adentrar com a tecnologia, rendendo bilhões de dólares para as empresas de informação. Tal fato, ressalte-se, nos autoriza a dizer que se operou um uso corporativo da escola.

Sendo assim, a partir desse contexto, busca-se apontar alguns elementos comuns que fizeram parte do processo de uso corporativo da escola, tomando como foco as políticas educacionais na América Latina. Porém, longe de querer apontar uma finalização do debate, pretende-se, aqui, apontar alguns elementos ancorados em processos e em pesquisas recentes que nos apontem caminhos de interpretação e ação.

GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA

A governamentalidade algorítmica se caracteriza pela operação simultânea de quatro mecanismos: (1) captação, (2) armazenamento, (3) processamento automáticos e massivos de dados e (4) intervenção automatizada e personalizada sobre os comportamentos. Se consideradas estritamente em sua função de coleta de dados, as máquinas algorítmicas parecem estar em estado já bastante avançado de dissolução espacial – câmeras inteligentes, sistemas de localização, dispositivos vestíveis, sensores de presença, medidores biométricos, sistemas de cartão, superfícies sensíveis e drones vigilantes são alguns exemplos. (CARMELINI *et al.*, 2021, p. 148).

A materialidade da vida impõe, de uma forma extremamente violenta, relações sociais contemporâneas instituídas ao digital, acionando novas formas de poder, de classe, das infraestruturas e das ideologias. Portanto, explicitar o conceito de capitalismo antes da adjetivação

de capitalismo de vigilância⁴ é um exercício de pensamento fundamental para a argumentação dos vínculos entre a educação e o território nas diferentes escalas e governamentalidade.

Assim é o capitalismo do qual estamos tratando aqui, ou seja, desenvolvido a partir de uma complexidade que envolve questões de ordens históricas e sociais no que tange ao capital, trabalho, Estado e ao sistema monetário, tanto em relação à metrópole quanto à periferia. Isso posto, não se trata tão somente de uma reunião, como explica Morozov (2018), de empreendimentos empresariais em atendimento aos imperativos da mudança tecnológica e social.

Por sua vez, o ‘capitalismo de vigilância’ é essa ancoragem corporal feita por esse corpo aos pedaços. Lembra, por analogia, as cirurgias plásticas do abdômen, dos seios, essas próteses do nariz e toda a biologia molecular para fabricar um corpo, as nanotecnologias. É esse regime que agora estamos vendo da agricultura, da questão da precificação dos refrigerantes; então, essa disputa desse corpo pelas próteses, pelas nanotecnologias, pela alimentação e, também, essa ancoragem corporal no *cibercorpo* que vamos vendo... essa questão tanto do esticar a vida, do não envelhecer, como a busca incessante pelo belo.

Daí, seguimos nesses dois argumentos para fazer esse contraponto ao ‘capitalismo de vigilância’, bem como à educação que é a necessidade do material e essa ancoragem do corpo. Essa ancoragem do corpo vai nos trazer, então, a questão da interseccionalidade, de questões raciais, de questões de gênero, de questão, sobretudo, de classe, como também das opressões estabelecidas e intensificadas, a partir desse ‘capitalismo de vigilância’, que nutre as severas desigualdades que acompanhamos nas nossas relações sociais.

Há 22 anos, em seus últimos textos, Milton Santos nos trazia essa violência da informação, esse papel distópico da informação manipulada. Em outras palavras, essas camadas de manipulação da informação que confundem, que instruem e que convencem. Protestava sobre o fim da política, lembrando Morozov quanto ao poder dessa informação de decretar o fim da política. Ressaltava ainda sobre empresas globais e porque é tão difícil esses algoritmos que governam os governos por meio dessas corporações. Somado a isso, ressaltem-se essas técnicas, então, como elas trazem suas próprias regulações e essas formas dos lugares se relacionarem entre si.

Para ler o ciberespaço, partimos da ficção científica, porque esse conceito vem de uma obra de ficção científica. “Território fantasma”, um livro do Gibson, o território como real ou como virtual, o mundo, e aqui, no recorte do livro, é o recorte dos EUA, a revista. Todavia, o conceito desse território que o livro traz... ele é muito interessante para vermos as cartografias do invisível, porque ele nos apresenta o território como o que está diante dos nossos olhos e também como o que está oculto. Então, essa dimensão do oculto talvez seja um pouco do nosso trabalho, como cientistas sociais ancorados em uma espacialidade, descobrir essas cartografias do invisível, essas cartografias ocultas, esses fantasmas, que ele coloca no livro como esses agentes secretos, essas aparições.

Talvez o mais interessante de lermos a nossa realidade a partir da ficção científica é trazer essa dimensão do lugar em que estamos aprendendo a viver. As redes, elas nos consomem, elas nos fabricam, elas nos socializam, mas nós estamos aprendendo a viver e a produzir a partir delas. Portanto, quando a ficção científica nos traz essa questão de não ser dado e o próprio território fantasma vai especular a questão da criptografia, a questão

dos dados geoespaciais e a questão, sobretudo, religiosa, o que nos alarga as concepções e as metáforas do digital. Como na abordagem sobre Oxum, em livro de ficção científica que vai trazer essa dimensão dos orixás.

Então, o quanto importa vemos essas metáforas do digital, a partir dessas ligações com o religioso, com o sagrado, com o profano e que talvez o que essas religiões de matrizes africanas mais nos trazem, o Candomblé e a Umbanda, são formas desacostumadas de ver o mundo. Logo, essa leitura de Oxum, esse movimento das águas de Oxum nos chega aqui como uma leitura da ficção científica, movendo a criptografia, movendo os algoritmos, movendo essa geopolítica mundial mais subterrânea dessas cartografias invisíveis e traz, a partir dos orixás, essa dimensão do desacostumado.

A ficção científica também aponta o panorama de como essa indústria militar age nesses dados geoespaciais. No mesmo cenário, observamos o quanto a arte e a publicidade são fenômenos de linguagem colocados nesse caldeirão que a ficção científica nos coloca, em território fantasma, mas que é muito da nossa realidade real, virtual e contemporânea.

Erick Felinto⁵ aponta as camadas entre virtual e real. Ele traz desde as abordagens do final das décadas de 1970, 1980 e 1990, como metáforas celestiais, com os anjos que trariam esse nosso paraíso digital. Além disso, está aí a força da teoria do Pierre Lévy, no Brasil, com a inteligência coletiva, esse sujeito incorpora o influído. Notemos que no final das décadas de 1980 e 1990, bem como no início dos anos 2000 eram muito fortes essas teorias em relação à inteligência coletiva. E aí, chegamos a sonhar com o fim das fronteiras, essa globalização como fábula, como possibilidade, a perversa, mas, sobretudo, talvez, essas redes nos potencializaram a sonhar com a globalização das possibilidades, a cooperação. Assim, trazemos isso muito para a sala de aula, pensando nos processos educativos, os processos de cooperação. E a liberdade identitária. Então, nós sonhamos com a aldeia global.

De repente, acordamos agora em 2021, 2020, 2018, 2016, com o golpe, nessa questão toda dos identitarismos, da xenofobia e, sobretudo, no que Morozov nos coloca sobre a importância das plataformas digitais como agentes políticos. Portanto, esse domínio do que sonhávamos e de onde acordamos com essa apropriação das redes e da plataforma da extrema direita mundial nos trazem esses controles de movimentos de trânsito, e, a partir dessa proliferação em massa, traz a anticiência e a xenofobia. Logo, estamos nesse movimento que não é binário, pois temos, ao mesmo tempo, o livro de Manoel Castells sobre “Redes de indignação e esperança”, trazendo todos os movimentos acontecidos em vários países, como as primaveras. Também temos um conceito chamado *netativismo*. Tivemos ali, na década de 1990, ainda, os zabatistas utilizando das forças das redes, assim como os indígenas, o movimento negro, essa relação entre rua e rede.

A algoritmização está revolucionando os meios de produção e com eles as novas relações de produção são qualitativamente distintas das anteriores; essas novas relações de produção, por sua vez, estão fazendo emergir novas classes sociais que umas décadas atrás nos pareceriam ficção científica. Por exemplo, a uberização das relações trouxe à cena os chamados novos empresários de

si, os novos trabalhadores autônomos que sobrevivem de modo precário a serviços de plataformas como se fossem empreendedores de um negócio. Este modelo de prestador de serviços autônomo, que empresta sua força de trabalho e conhecimento através de plataformas digitais como se fosse um empresário de si, nada mais é que novas formas de precarização e exploração do trabalho em grande escala para maior benefício do capital. (RUIZ, 2021, p. 5).

Sobre a algoritmização e a gestão das nossas existências, podemos observar o episódio denominado *Queda Livre*. “Em face das formas próximas de um controle incessante em meio aberto...”, é a isso que a gente está submetido cotidianamente a questão desse controle incessante meio aberto. “... é possível que os confinamentos mais duros pareçam pertencer a um passado delicioso e benevolente”. Aqui, por meio desse episódio de *Queda Livre*, temos algumas questões relacionadas à educação, especialmente o debate da avaliação, do papel da avaliação externa na configuração de currículo, de políticas educacionais, e avaliação, como exame, vindo do Foucault, do Dias Barriga, do Silvo Galo e, especialmente, ancorada na filosofia do José Gil, quando ele nos traz a condição do homem avaliado. Então, chegamos, a partir desse episódio, vendo essa avaliação, esse exame e essa produção contemporânea de um homem avaliado.

Apenas 3% das nossas escolas públicas têm acesso à internet. Portanto, temos uma infoexclusão gigantesca no Brasil. Apesar disso, devemos levar em conta o quanto esse celular e o *smartphone* nos produzem modos de vidas com governanças com base nesse ornamento.

Ressalte-se, aqui, que o regime de visualidade algorítmica produz modos de ver enquadrados esse ornamento das telas e esses agenciamentos coletivos. Então, quando a nossa potência coletiva é mensurada, ela é ranqueada e, sobretudo, os nossos agenciamentos coletivos são fabricados pelos nossos algoritmos, nas nossas bolhas. Além disso, devemos considerar a gestão das existências, o quanto os algoritmos governam os governos e o quanto eles também fazem a gestão das existências.

O Corpo-drone: governamentalidade algorítmica e a modulação espaço-imagética. Então, esse corpo-drone... O que é um drone? É esse suporte técnico que controlamos a distância, manipulamos para captar imagem, fazer chamadas, tomar cenas a distância. É um veículo aéreo manipulado a distância. Então, quando os autores provocam essa adjetivação do corpo, como o corpo-drone, escancaram o quanto o nosso corpo está sendo pilotado e governado a distância, nascendo essa questão dessa modulação do espaço e da imagem.

PADRONIZAR PARA GOVERNAR - A POLÍTICA EDUCACIONAL NA GESTÃO DE EXISTÊNCIAS

Na interface entre a política educacional e o neoliberalismo, o dinheiro está em toda a parte. Como indiquei, a própria política é agora comprada e vendida, é mercadoria e oportunidade de lucro, há um mercado global crescente de ideias de políticas. O trabalho com políticas está também cada vez mais

sendo terceirizado para organizações com fins lucrativos, que trazem suas habilidades, seus discursos e suas sensibilidades para o campo da política, por uma taxa honorária ou por um contrato com o Estado. (BALL, 2014, p. 222).

Nesse caso, a produção de dados, bem como o trabalho informal acentuam a concentração de renda e a automatização da desigualdade. Fenômenos da nossa vida social, como o *uber*, o *Airbnb*, aplicativos de relacionamentos, de alimentação, de mobilidade, de leitura, de arte e a própria questão do habitar fazem parte desse novo arranjo, gerenciado como um processo social e espacial, ao qual Tozi (2020) tem diagnosticado como uma uberização do espaço.

Praticamente, toda essa nossa vida social contemporânea é mediada por esse ‘capitalismo de vigilância’. Daí, o que importa trazer aqui é que isso não é uma construção do digital. Não é porque agora nós somos governados pelos algoritmos que surgiram, o *uber*, o *Airbnb*, o *ifood*, surgiram os grupos de leitura, os aplicativos de relacionamentos. É certo, não há dúvida disso, que precisamos ser muito claros que temos uma condição material que permite esse afrouxamento do trabalho, das condições do trabalho, e essa desigualdade social. Assim, cada vez que fomos perdendo algumas condições sociais trabalhistas, fomos permitindo que surgisse um mercado completamente desregulado em relação ao trabalho, como o *uber*. Nesse contexto, a questão tecida por Morozov (2018), apresenta-se fundamental que indaguemos, ainda que já saibamos das possíveis respostas, se já existem os aplicativos em prol do combate da pobreza ou da discriminação racial, torna-se fundamental.

Recorrendo ao homem lento no que diz respeito à rapidez, à aceleração, o que nos fez essa erosão das condições mais básicas da nossa vida humana, da alimentação, da habitação, da mobilidade, será que podemos discutir o *homo mobilis* das nossas relações? Então, sobre que erosão, sobre quais sedimentos da vida social contemporânea, o ‘capitalismo de vigilância’, quais os grãos desse agregado sedimentar ele utilizou para fazer essas relações algorítmicas, de redes, de plataformas, que enxergamos hoje no contemporâneo? Pois bem, importa muito a materialidade, de uma materialidade como produtora também dessa existência, desse tipo de capitalismo.

Envolve ainda tecer questões sobre o mundo governado pelas grandes empresas que impõem paisagens urbanas condizentes ao crescente progresso das desigualdades socioespaciais e o aumento permanente do número de pobres. Então, em um horizonte de ‘capitalismo de vigilância’, a pobreza, a insegurança e a violência urbana, e, somados a isso, a questão do trânsito, da mobilidade, os equipamentos e serviços públicos coletivos sendo sucateados e com muitas deficiências, reveladores da seletividade socioespacial da cidade e, por fim, o papel da educação global neoliberal.

Na esteira das pautas mais educacionais, cabe ressaltar a violência do Estado-centauro liberal no topo e punitivo na base. Essa punição também se refere à grande violência a que as crianças estão submetidas. Vale lembrar, portanto, dos assassinatos em idade escolar de crianças indígenas, ribeirinhas, quilombolas, das periferias urbanas.

A produção política da marginalidade na perspectiva da gestão punitiva da pobreza, como um componente do neoliberalismo, aciona as políticas educacionais. A governança

educacional centra-se na operação das redes e dos organismos privados para a produção, a implementação e a avaliação da Base Nacional Comum Curricular. No rastro da BNCC, podem-se observar as políticas de fechamento de turmas, turnos de escolas públicas, a educação em casa, a militarização das escolas.

Cumpra, pois, dizer que o ‘capitalismo de vigilância’ traz a ciência como um afastamento do mundo. Essa geografia da produção do conhecimento e aí, volta, no tempo histórico, para trazer a reclusão espacial como um dos elementos de elaboração dos conhecimentos, esses desertos para os primeiros cristãos, os mosteiros como lugares da elite e as universidades medievais. Agora, esses tecnopolos nos trazendo esses lugares que, por meio de uma espacialização, de uma separação entre a mente e o corpo, fazem essa produção desse conhecimento entrelaçada com as classes, dizendo, então, quem pode produzir conhecimento e são reforçadas a partir de uma forma espacial colocadas nessa geografia desses tecnopolos no mundo.

Eis a nova gestão do trabalho, nessa nova classe perigosa, o precariado, do que são esses projetos de vida, do que são esses empreendedores, e essa questão da docência na educação básica. Daí, uma pergunta: por que fazer essa educação vigiada e essa educação produtora dessas subjetividades subalternas (Educação que produz subjetividades subalternas) nessa pedagogia de mercado?

USO CORPORATIVO DA ESCOLA COMO DOMINAÇÃO

Em conjunto com as mudanças na esfera do controle da produção e da circulação, articula-se a legitimação de uma lógica global de produção (e a produção global de uma lógica) que impõe um modelo de funcionamento para as empresas, como também espelha essa lógica para as escolas. Ou seja, derivada das ações das empresas, surge uma nova lógica, responsável por fornecer ideias e modelos sobre a gestão escolar. Nessa lógica, Dardot e Laval (2016) identificam uma razão global de ascendência da “governança” ou do “governo empresarial” como discurso e como prática de atuação política. Essa governança propõe que o funcionamento do Estado e das empresas seja feito por meio da avaliação contínua das corporações internacionais, como forma de subordinação.

A homogeneidade dos modos de pensar, a semelhança dos instrumentos de avaliação e validação das políticas públicas, as auditorias e os relatórios dos consultores, tudo indica que a nova maneira de conceber a ação da gestão escolar deve muito à lógica gerencial predominante nos grandes grupos multinacionais e corporações globais.

E, no que tange à escola, assevera Laval (2019), sua função

na formação de competências e os objetivos de eficiência que se esperam dela encontram no sistema educacional sua continuação lógica, sob os auspícios da “revolução gerencial”. O objetivo desta última é gerir a escola como uma empresa [...]. Na realidade, imitar a empresa teve como prolongamento lógico a vontade de colocar “chefes de verdade” na direção” das unidades

descentralizadas, encarregados por aplicar de maneira eficiente as políticas de modernização determinadas de cima e capazes de mobilizar energias, introduzir inovações e controlar professores. (LAVAL, 2019, p. 252).

O desenvolvimento dessa nova lógica tem como berço universidades internacionais, sobretudo estadunidenses. São teorias difundidas por “gurus” gerenciais internacionais e repassadas, de forma verticalizada, aos cursos de gestão e, mais recentemente, até mesmo nos cursos de formação de professores de pedagogia, com a ascendência das especializações e MBAs em gestão escolar.

É exemplar, portanto, que, diante do esboço que foi feito até aqui, não tenhamos conseguido ainda unificar um entendimento sobre a questão dos interesses corporativos que rondam as escolas. Isso, pois, o que legitima esse processo apresenta-se escondido na forma de gestão da escola. Ou seja, é o que, na verdade, busca ocultar o que está por trás da gestão, que é a forma mesma de operar a escola como uma corporação, facilitando a entrada fragmentada dos setores corporativos.

Laval (2019) demonstra para as escolas francesas como o processo de inserção da lógica neoliberal teve que adotar a tática do dividir para reinar, fazendo-o por meio da fragmentação da gestão escolar. Já no Brasil e na América Latina como um todo, o processo ocorreu por meio da aceitação do jargão de escola de rico e escola de pobre, anunciado e analisado ainda nas décadas de 1970 e 1980 por Saviani (1993; 2008). Nessa lógica, era aceita que a escola dos pobres não deveria ter infraestrutura e, quando muito, deveria ser aceita a existência de professores e sala de aulas como algo muito positivo.

Ocorre que, com a ascensão do Neoliberalismo e da lógica de mercado, associado ao capitalismo de vigilância e com sua consequente padronização, teve-se que recuperar a ideia de infraestrutura como necessária. Porém, agora, sob a insígnia das tecnologias da informação como basilares desse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Problematizamos como o uso corporativo da escola, por meio da privatização ou concessão de processos gerenciais de organização escolar e do controle das informações, se configura em uma espoliação desse espaço como direito fundamental. Exercendo seu poder de maneira espoliativa, as corporações causam impasses e obstáculos objetivos às tentativas de realização de um projeto nacional que tome como princípio a realização da nação, tendo em vista a distribuição equânime dos recursos, dos frutos do trabalho e da escola como direito básico. Assim, também as corporações são transmissoras das ordens globais que se impõem aos Estados intermediados por uma presença cada vez maior de suas ações nas esferas governamentais e no fazer escolar.

Seja a partir do discurso ideológico da eficácia empresarial, seja pela corrupção da política por meio de financiamentos de campanhas eleitorais e enriquecimento de agentes ligados às representações republicanas, as empresas controlam a política, ou seja, as

ações sobre a escola. Não é exagero afirmar que a realização do projeto de espoliação das empresas públicas tem como principal instrumento a gestão escolar exercida por meio do planejamento corporativo.

Portanto, podemos dizer que a política educacional global, a governamentalidade algorítmica, a governança para a gestão de existências e uso corporativo da escola como dominação, certamente, constituirão agendas e agências de pesquisa sobre os efeitos das políticas neoliberais e da globalização na educação da América Latina.

NOTAS

3 [...] o neoliberalismo está “aqui dentro” bem como “lá fora”. Ou seja, o neoliberalismo é econômico (um rearranjo das relações entre o capital e o Estado), cultural (novos valores, sensibilidades e relacionamentos) e político (uma forma de governar, novas subjetividades). [...] em um sentido paradoxal, o neoliberalismo trabalha a favor e contra o Estado de maneiras mutuamente constitutivas. Ele destrói algumas possibilidades para formas mais antigas de governar e cria novas possibilidades para novas formas de governar. (Ball, 2014, p. 229).

4 ZUBOFF, Shoshana. Big Other: Surveillance Capitalism and the Prospects of an Information Civilization. *Journal of Information Technology*, n. 30, p. 75–89, 2015.

5Palestra **#Fail Tecnológico**, proferida no evento **#FAIL | TECNOLOGIA E POLÍTICA: pensar e fazer mundos a partir de suas falhas e ruínas**, 2021.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. **Educação Global S. A.:** novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

CARMELINI, Leandro, MIZOGUCHI, Danichi H, ARAÚJO, Pedro. F. M. de. Corpodrone: governamentalidade algorítmica e a modulação espaço-imagética. **MATRIZES**, 15(1), 147-168, 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/178991>>. Acesso em: 13 nov. 2023.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016

GIORDANI, A.; GIROTTO, E. D. .; SOARES, M. de O. . Produzir a política a partir da escola: geografia da educação, docências e espacialidades escolares. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], 2022. DOI: 10.5418/ra2022.v18i36.16308.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa:** o neoliberalismo em ataque ao ensino

público. Boitempo Editorial, 2019.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.

MOROZOV, Evgeny. “Capitalism’s New Clothes. Shoshana Zuboff’s new book on ‘surveillance capitalism’ emphasizes the former at the expense of the later”. **The Baffler**, 4 fev., 2019. Disponível em: <<https://thebaffler.com/latest/capitalisms-new-clothes-morozov>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.

RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas. **Cadernos IHU ideias**. Ano XIX, n. 314, v. 19, 2021.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: espaço e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 27. ed. Campinas: Autores Associados, 1993.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2008

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** - do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial**: Críticas e alternativas. São Paulo: EDUSP, [1979] 2007.

TOZI, F. Da nuvem ao território nacional: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. **Geosp – Espaço e Tempo (On-line)**, v. 24, n. 3, p. 487-507, dez. 2020. ISSN 2179-0892.


VERGER, Antoni. A política educacional global: conceitos e marcos teóricos chave. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 9-33, jan./abr. 2019. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

EL DESARROLLO DEL TURISMO COSTERO EN EL CARIBE MEXICANO: BALANCES DEL PERÍODO NEOLIBERAL


O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO COSTEIRO NO CARIBE
MEXICANO: BALANÇOS DO PERÍODO NEOLIBERAL

DEVELOPMENT OF COASTAL TOURISM IN MEXICAN CARIBBEAN
COAST: BALANCE OF THE NEOLIBERAL PERIOD

Enrique Montiel Hernández¹

 0009-0005-1865-4031
eq.montielhz@gmail.com

Cristóbal Pérez Magaña²

 0000-0002-2506-4479
cristobal.perez@conahcyt.mx

Ano XXVII - Vol. XXVII - (4): Janeiro/Dezembro - 2023

CIÊNCIA
Geográfica
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
www.agbauru.org.br

1 Colegio de Geografía, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional Autónoma de México / Colegio de San Ignacio de Loyola Vizcaínas. Ciudad de México, México. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-1865-4031>. E-mail: eq.montielhz@gmail.com.

2 Consejo Nacional de Humanidades, Ciencias y Tecnologías. Ciudad de México, México. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2506-4479>. E-mail: cristobal.perez@conahcyt.mx.

Artigo recebido em agosto de 2023 e aceito para publicação em outubro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMEN: El desarrollo del neoliberalismo fue el factor esencial que marcó el inicio y crecimiento de la actividad turística en México, particularmente, en la región de la costa del Mar Caribe. El surgimiento de Cancún, como una ciudad planificada para el turismo, y el posterior crecimiento de la actividad por la región, así como su establecimiento como una de los sitios más visitados del mundo se explican a través de entender las políticas del Estado mexicano, en su búsqueda por insertar el Caribe en los circuitos globales del capital a través del turismo. Sin embargo, el acelerado y poco regulado crecimiento de la actividad turística se ha visto reflejado en la acumulación de capital en pocos y concentrados actores extranjeros, procesos de segregación social e impactos ambientales negativos.

Palabras clave: Turismo costero. Neoliberalismo. Cancún.

RESUMO: O desenvolvimento do neoliberalismo foi o fator essencial que marcou o início e o crescimento da atividade turística no México, particularmente na região da costa do Mar do Caribe. O surgimento de Cancun, como cidade planejada para o turismo, e o posterior crescimento da atividade na região, bem como sua constituição como um dos locais mais visitados do mundo, são explicados através da compreensão das políticas do Estado mexicano, em seu busca inserir o Caribe nos circuitos globais do capital por meio do turismo. No entanto, o crescimento rápido e mal regulado da atividade turística tem se refletido na acumulação de capital em poucos e concentrados atores estrangeiros, processos de segregação social e impactos ambientais negativos.

Palavras-chave: Turismo costeiro. Neoliberalismo. Cancun.

ABSTRACT: The development of neoliberalism was the essential factor that marked the beginning and growth of tourist activity in Mexico, particularly in the region of the Caribbean Sea. The emergence of Cancun, as a planned city for tourism, and the subsequent growth of activity in the region, as well as its establishment as one of the most visited sites in the world are explained through an understanding of the Mexican Government's policies, in its quest to insert the Caribbean into the global circuits of capital through tourism. However, the accelerated and deregulated growth of tourism activity can be seen in the accumulation of capital in a few and concentrated foreign actors, processes of social segregation, and negative environmental impacts.

Keywords: Coastal tourism. Neoliberalism. Cancun.

INTRODUCCIÓN

Generalmente se percibe al turismo como una actividad económica beneficiosa tanto para los consumidores como para los ofertantes. Se indica que el sector genera empleos, dinamiza los mercados, urbaniza y fomenta la construcción de infraestructura de

servicios en los lugares a los que llega; sin embargo, el turismo también genera una serie de consecuencias sobre las poblaciones y territorios que son integrados a esta dinámica. En el neoliberalismo, el turismo creció de manera inédita a escala global, esto debido a una serie de políticas que fomentaron su expansión desmedida. El Caribe mexicano es una región representativa de un tipo de turismo que floreció al amparo del libre mercado y que ha transformado la morfología, dinámica y funcionalidad de los territorios en los que se asentó.

Así, la presente investigación examina el período neoliberal a partir del desarrollo de la actividad turística en el Caribe mexicano, así como sus consecuencias más características sobre el territorio, sus recursos y la vida de las personas. Se sostiene que el turismo que floreció bajo el régimen de acumulación de libre mercado reprodujo las relaciones de dependencia entre los países desarrollados y los países no desarrollados, con lo que los últimos abrieron sus territorios, mercados y recursos naturales a las poderosas industrias turísticas de los países industrializados. Así, el florecimiento y desarrollo de dicha actividad en el Caribe mexicano, particularmente en la ciudad de Cancún, se puede caracterizar como expansivo, privatizador y excluyente, en el que unos cuantos concentraron los ingresos devengados de la actividad a costa del deterioro ambiental y el bienestar de la población.

Para exponer dicho análisis y sus resultados, la presente investigación se encuentra dividida en tres secciones. En la primera, se describen, teóricamente, las razones que subyacen al éxito del turismo durante el período neoliberal. En la segunda sección se examinan algunas de las políticas de libre mercado que promovieron la expansión de la oferta turística en México, el crecimiento de la misma, así como las consecuencias socioambientales que tuvo. Para finalizar, en la sección tres se describe la manera en la que la ciudad de Cancún, en la región del Caribe mexicano, se configura como un espacio dedicado al turismo, principalmente extranjero, en detrimento del territorio, sus recursos y la población local.

Cabe mencionar que, a lo largo del trabajo, se considera que en México el período neoliberal termina con el impulso de políticas públicas más próximas a las implementadas en los Estados de bienestar, a partir de 2018, y que buscan reconstruir la soberanía del país. Sin embargo, en diversos círculos académicos de México, todavía se discute sobre si la implementación de nuevas políticas económicas en la búsqueda de la conformación de un nuevo Estado de bienestar, a partir del 2018, se traducen en el fin del período neoliberal, al menos en un contexto nacional (Calva, 2019; Juárez y O'Quinn, 2019). En este sentido, es importante abrir el diálogo a sobre si las políticas económicas actuales están, verdaderamente, redireccionando las iniciativas y acciones del Estado mexicano en favor de la población y la protección del medio ambiente. Asimismo, reflexionar sobre si las políticas actuales que fomentan el desarrollo turístico lograrán distribuir parte de los ingresos históricamente concentrados por las grandes industrias del ocio y el entretenimiento.

LA POLÍTICA NEOLIBERAL Y EL DESARROLLO MUNDIAL DEL TURISMO

A nivel global, uno de los sectores de la economía que más ha crecido durante el período neoliberal es el turístico. Si bien el turismo ha generado empleos y fuentes de ingresos a lo largo de las últimas cuatro décadas, y es considerado como la única actividad en el sector terciario de la economía en todos los países, incluyendo los más pobres, obtienen un saldo positivo en la balanza comercial (EPLER WOOD apud CHÁVEZ, 2019), es necesario reconocer que también ha detonado procesos de transformación del territorio y los paisajes. Asimismo, ha concentrado los beneficios económicos resultantes en unas pocas y poderosas manos dentro del sector turístico, lo cual, generalmente, ha ido acompañado del deterioro del bienestar de las personas y el medio ambiente local y regional de los territorios en los que se inserta (PALAFOX, 2013).

Dos de las particularidades estructurales y transversales más características del neoliberalismo durante la época de su implementación, fueron la libertad de las grandes empresas para invertir con amplias concesiones, privilegios y tasas de rentabilidad en cualquier parte del mundo, y la posibilidad de éstas para trasladarse de un país a otro con pocas restricciones o sin las mismas (PETRAS; VELTMEYER, 2006). Todo esto, bajo el supuesto, que el mercado es una organización social que tiene el potencial de resolver los problemas que aquejan mundialmente a la población, además de ser el mejor mecanismo regulador de la producción y distribución de los recursos y la sociedad (CHOMSKY, 2000).

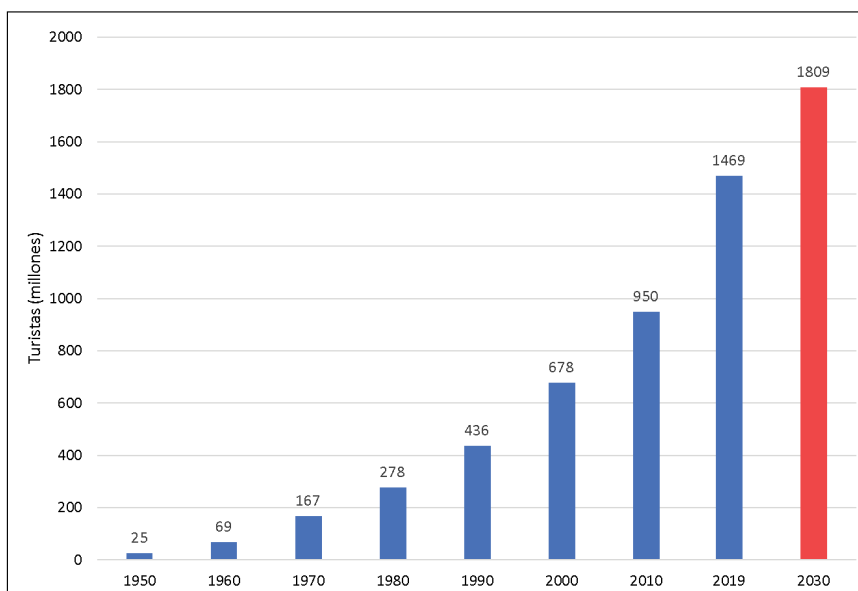
De esta manera, durante el período neoliberal, cualquier intento por regular la actividad económica, particularmente la de los grandes conglomerados e industrias internacionales, se veía como una acción antidemocrática y autoritaria que buscaba socavar las libertades de la sociedad (FRIEDMAN, 2012). Así, a través de las políticas de reajuste neoliberal, se logró que el Estado tuviera una intervención mínima en la economía, a la vez que debía establecer las condiciones sociales y políticas más que favorables para la inversión privada, así como crear órdenes jurídicos adecuados para el libre mercado, desregular la actividad económica y financiera, abrir los mercados nacionales y los recursos naturales a los inversionistas particulares, privatizar las empresas públicas y desmontar las políticas de bienestar y seguridad social (HARVEY, 2004; 2007).

Múltiples sectores de la economía se transformaron, beneficiaron y expandieron ampliamente debido a este orden económico-político, entre los que destaca el sector turístico. El turismo de la segunda posguerra tuvo un carácter convencional de masas y pre-empaquetado que se desarrolló en el régimen fordista de acumulación de capital, mientras que el turismo que se desplegó en el régimen neoliberal de acumulación, ha sido flexible y personalizado, el cual se desarrolla a través de múltiples vertientes de oferta turística: ecológico, sexual, médico, religioso, cultural, entre otros (FLETCHER, 2019).

El Estado se encargó de fomentar e incentivar esta actividad económica, apoyándose en la acelerada integración regional y global, incentivada por el desarrollo del sector de comunicaciones y transportes, así como de las transformaciones tecnológicas. Ello ha redundado no sólo en el crecimiento internacional de los flujos turísticos y su expansión hacia

nuevas fronteras y destinos, sino también, en el crecimiento y consolidación de corporaciones transnacionales dedicadas a la oferta de servicios turísticos, así como su diversificación y concentración en una escala global (LANFANT, 2004; PALAFOX, 2013).

Prueba de ello, ha sido el constante y acelerado crecimiento de los flujos de turistas internacionales, que viajan a un país distinto al de residencia desde la década de 1970, pues, para ese año, las llegadas de turistas internacionales se calculaban en cerca de 167 millones. Con el inicio de la implementación de políticas neoliberales, mientras que para 1990, estas llegadas se estiman en 436 millones, 950 millones para 2010 y alrededor de 1,500 millones para 2019, el año anterior a la pandemia de Covid-19 y que se ha colocado como el año con mayores flujos de turistas internacionales (Figura 1), en tanto, las proyecciones a futuro estiman que para el año 2030, los turistas internacionales alcanzarán los 1,800 millones (NIETO *et. al.*, 2016; OMT, 2023).

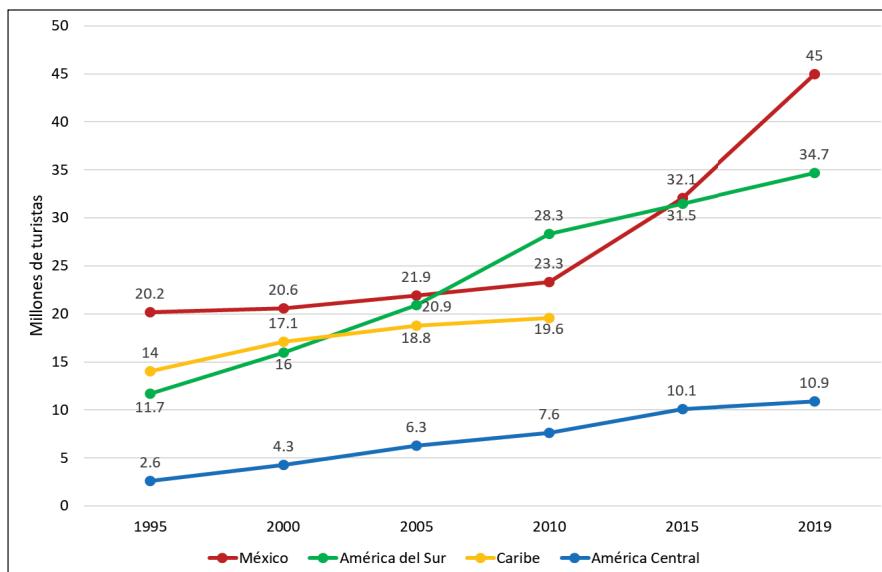


Fuente: Elaborado con base en Nieto *et al.* (2016); OMT (2023).

Figura 1. Arribos de turistas internacionales, 1950-2030.

El crecimiento de la actividad turística ha sido tal, que algunos autores como Córdoba y García (2003) lo consideran la actividad económica más diversa y dinámica del sector de comercio, comunicaciones y servicios y una de las actividades que más capital hacen circular y la que más acumulación de riqueza produce a nivel mundial.

Al poseer una amplia diversidad biológica y cultural, América Latina se reconoce como una de las regiones con mayor crecimiento en el número de arribos de turistas en las últimas décadas (Figura 2), pasando de 34.5 millones de turistas en 1995, sin incluir los países del Caribe, a más de 90 millones de turistas para el 2019. Sin embargo, entre los países de América Latina destaca México, que resulta, por mucho, el que mayor número de turistas internacionales recibe al año, pues para 2019, recibió 10 millones de turistas más que todos los países de América del Sur en conjunto (PALAFOX, 2013; OMT, 2023).



Fuente: Elaborado con base en Palafox (2013); OMT (2023).

Figura 2. Llegadas de turistas internacionales a América Latina por región.

El caso mexicano es un ejemplo de la expansión turística a lo largo y a ancho de su territorio en los últimos años, y el caribe mexicano ejemplifica sobradamente el desarrollo del turismo bajo el régimen de acumulación neoliberal y sus consecuencias sociales y ambientales en esta región del país.

EL CRECIMIENTO CONTINUO DEL TURISMO EN MÉXICO

El turismo, como muchas otras actividades del sector terciario de la economía, ha sido, históricamente, dominado por los países desarrollados, ya que Estados Unidos o los países del occidente de Europa, no sólo obtienen los mayores beneficios económicos de la actividad, sino que, además, concentran los recursos e infraestructura necesarios para el desenvolvimiento de la actividad dentro de sus contextos nacionales y el resto del mundo, a través de sus empresas transnacionales (WILLIAMS, 2002). En este orden de ideas, para continuar con el proceso de acumulación y rentabilidad, a estos países les es indispensable exportar su capital excedente a ubicaciones geográficas periféricas donde pueda ser reinvertido, por lo que, para algunos autores como Fletcher (2019) y Büscher y Fletcher (2017), el turismo es una manera en la que el capitalismo encuentra nichos de inversión y busca aliviar las crisis de sobreproducción.

Durante el neoliberalismo, la actividad turística avanzó geográficamente reproduciendo la relación de dependencia y desigualdad entre los países desarrollados y no desarrollados, pues, mientras que los segundos ofrecían y abrían sus destinos y patrimonio natural, cultural e histórico, como México y los países de América Latina, los primeros exportaban sus flujos de capital a estas regiones, fomentando y construyendo nuevos mercados para la creciente demanda turística, haciéndose del control de dicha actividad en los países receptores (GONZÁLEZ; VÁZQUEZ, 2016).

Los países desarrollados expandieron sus industrias turísticas a los países no desarrollados a través de múltiples iniciativas y estrategias que abrieron los mercados, recursos naturales y laborales de estos últimos. En este contexto promovieron que los países periféricos contrajeran créditos con organismos internacionales como el Banco Mundial, el Fondo Monetario Internacional (FMI), la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE) y el Banco Interamericano de Desarrollo (BID), con el objetivo de que los mismos financiaran la infraestructura de acceso y hospedaje, así como demás servicios requeridos, a través de dichos créditos. Asimismo, fomentaron que este tipo de países reorganizaran sus marcos normativos, redujeran o eliminaran los aranceles a la actividad turística y eximieran de impuestos a las empresas transnacionales dedicadas al turismo, además de buscar homogeneizar y funcionalizar los espacios para la instalación de una oferta turística con mercados particulares (PALAFOX, 2013; HIERNAUX, 2006). Esto último, quiere decir que los espacios pierden parte de su identidad y cultura, pues son sometidos a procesos de estandarización internacional, tal como ha sucedido con el corredor Cancún-Tulum y los procesos de disneyzación, entendida a partir de Córdoba (2009), como evidencia de la globalización y la homogeneización de la cultura y la oferta de recursos y sitios estandarizados alrededor del mundo.

De la misma manera que muchos otros países en desarrollo, México implementó estas iniciativas y acciones recomendadas por los países desarrollados tales como leyes, políticas e instrumentos públicos. Es con el fin de la Segunda Guerra Mundial y el cierre de los destinos turísticos de playa en la costa del Mediterráneo europeo, que los destinos turísticos costeros de América Latina, particularmente de México y Cuba, comenzaron a ganar popularidad y cobrar relevancia en el contexto del turismo internacional (TURNER; ASH, 1991). En este sentido, las primeras políticas públicas orientadas al control y fomento del desarrollo turístico en México, se comienzan a impulsar en función del turismo como potencial recurso económico. Durante el gobierno del presidente Miguel Alemán, de 1946 a 1952, se establecen once polos turísticos: Cabo San Lucas, Mazatlán, Puerto Vallarta, Manzanillo, Acapulco, Veracruz, Isla Mujeres, Cozumel, Guadalajara, Mérida y la Ciudad de México, de los cuales, los primeros ocho, corresponden con destinos costeros (MAGAÑA, 2009). Destaca la presencia de Isla Mujeres y Cozumel, en el Caribe mexicano, que si bien, se ofertaron como destinos, no tan exitosos como Acapulco o Manzanillo, se incluyeron debido a que contaban con poblaciones locales ya establecidas dedicadas principalmente a la pesca, situación que no existió en Cancún sino hasta un par de décadas después.

No es, sino hasta el gobierno de Luis Echeverría de 1970 a 1976, y la creación de la Secretaría de Turismo en 1975, que las políticas del Estado mexicano comienzan a orientarse hacia el desarrollo planificado del turismo y de destinos turísticos (Ibid.).

En este orden de ideas, destaca la modificación del artículo 27 de la Constitución en 1992, que permitió, entre otras cosas, la apropiación privada de la tierra, particularmente aquella constituida como ejidos y propiedad comunitaria, pero también, permitió a inversionistas extranjeros la adquisición de tierras en espacios hasta considerados como estratégicos y que coinciden con terrenos con acceso al litoral, privatizando costas y playas (OLIVERA, 2005; CARRILLO, 2010).

Fueron múltiples las consecuencias y resultados que tuvo el establecimiento y desarrollo de la actividad turística sobre el bienestar y salud de las personas, el territorio y el medio ambiente en México a lo largo del período neoliberal. Si bien la actividad turística promueve ciertos niveles y grados de desarrollo y fomenta la urbanización y la creación de infraestructura básica, para Palafox (2013), este sector económico supuso una fuente de conflictos en los territorios a los que se integró. Mientras que para Córdoba y García (2003) el turismo promueve serias transformaciones en los lugares en los que se inserta, dado que interviene activamente en la alteración de los modos de vida y modifica las estructuras sociales, laborales y territoriales.

El despojo territorial se muestra como uno de los graves resultados negativos que las comunidades, pueblos y localidades enfrentan, derivado de la actividad turística. Tal es el caso de sitios como Valle de Bravo en el Estado de México; las localidades de Mogotavo y Wetosachi en la Sierra Tarahumara, en el estado nortero de Chihuahua; Nuevo Vallarta en Nayarit; Ajijic en Jalisco; San Miguel de Allende en Guanajuato; Loreto en el estado de Baja California Sur y; Cancún y Tulum en Quintana Roo, en la Península de Yucatán, que representan sólo algunos ejemplos de los despojos más estudiados, ocasionados por la actividad turística a lo largo del país (PALAFOX; GARCÍA, 2018; ALMANZA; GUERRERO, 2018; MARÍN, 2020; GONZÁLEZ; VÁZQUEZ, 2016).

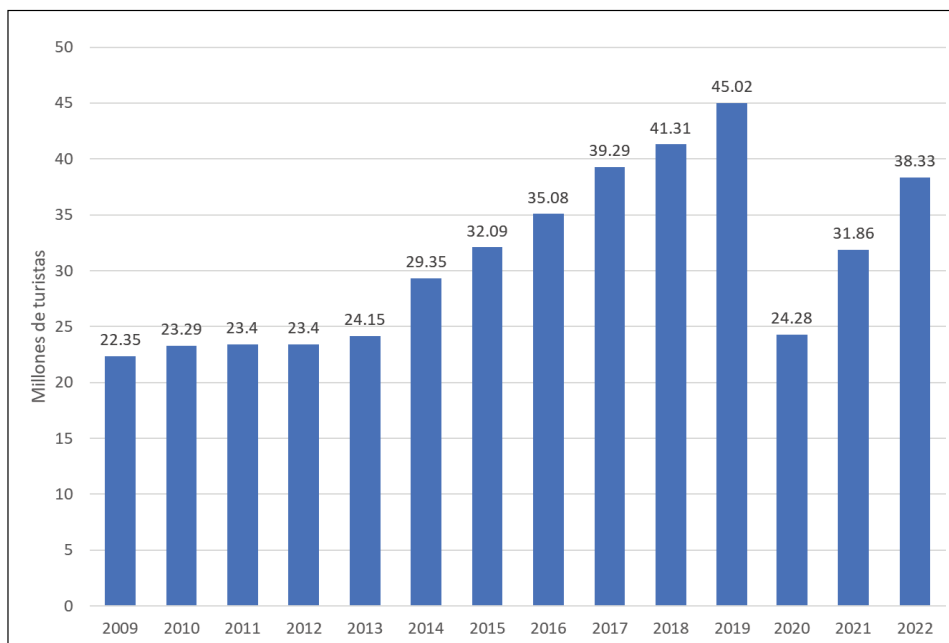
En este orden de ideas, la integración del territorio y la cultura al mercado turístico ha implicado que los paisajes urbanos y rurales, así como la riqueza biocultural que junto con ellos se desenvuelve, se vean transformados y refuncionalizados de forma material y simbólicamente a la oferta y demanda turísticas. Los parques temáticos, como Xcaret o Xel-Ha, la renovación de los centros históricos para los viajeros o la designación del programa Pueblos Mágicos, son algunos de los ejemplos de esta integración espacial (CÓRDOBA, 2009; GASPARELLO, 2023) al circuito global del capital.

Esta incorporación espacial, material y simbólica, ha resultado en la sustitución de la economía y los oficios tradicionales, el aumento de la marginación, migración y la urbanización desordenada, así como el incremento de los precios del suelo y, en general, del costo de la vida. Además, debe reconocerse que este desarrollo turístico masificado puede ir acompañado de la expansión de las actividades ilegales como el narcotráfico, la prostitución o la trata de personas, y del deterioro medioambiental (CÓRDOBA; GARCÍA, 2003).

En el caso de los Pueblos Mágicos, las identidades y prácticas culturales se adaptan y vuelven parte de los estándares del turismo cultural y se transforman en producto consumo para los visitantes, provocando la pérdida parcial o total de estas identidades y prácticas, así como la sustitución de conocimientos tradicionales (CHÁVEZ, 2019). Asimismo, y a pesar de las promesas que los programas de Pueblos Mágicos han hecho respecto al desarrollo local y la generación de empleos, en muchos casos, resultaron en la ampliación de los rezagos sociales y económicos, pues la concentración del ingreso, en aproximadamente 86% de los pueblos mágicos, se amplió y la creación de empleos distribuía marginalmente los ingresos generados (MILLÁN; COTA, 2021).

EL DESARROLLO TURÍSTICO EN EL CARIBE MEXICANO

De la misma manera que en el resto del mundo, la actividad turística ha crecido sustancialmente en México (Figura 3), tan sólo en 2019, un año antes de la pandemia de Covid-19, el país fue uno de los que más turismo internacional captó, con más de 45 millones de turistas, ocupando la séptima posición en la llegada de turistas internacionales, y para 2020 México se situó como el tercer país más visitado mundialmente (SECTUR, 2022). Dentro de México, el estado de Quintana Roo es el mayor receptor de turistas, tan solo de enero a abril de 2023 se reportaron 3,243,787 llegadas de turistas internacionales al aeropuerto de Cancún, seguido de 1,301,020 llegadas al aeropuerto de la Ciudad de México (SECTUR, 2023).



Fuente: elaborado con base en OMT, 2023

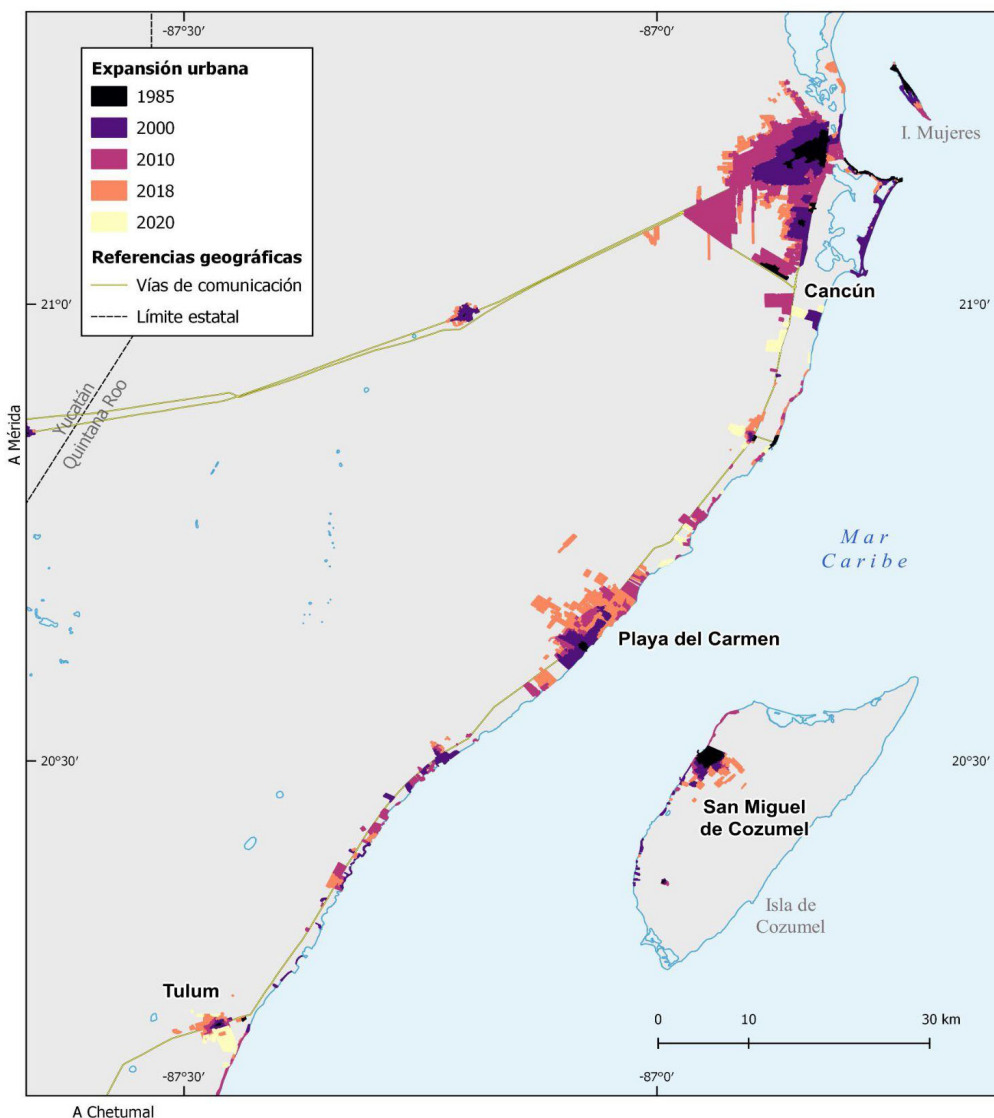
Figura 3. Llegada de turistas internacionales a México, 2009-2022.

Durante el neoliberalismo, una de las regiones con mayor desarrollo turístico en el país fue, precisamente, la región del Caribe mexicano en la Península de Yucatán. La región también es conocida como Riviera Maya y comprende el frente costero oriental de la península, en la porción más occidental del Mar de las Antillas dentro de los límites político-administrativos del territorio mexicano, extendiéndose en una franja de norte a sur desde la región del Cabo Catoche y la Isla de Holbox en el norte, hasta la Bahía de Chetumal al sur, todo dentro del estado de Quintana Roo y que incluye las ciudades de Cancún, Playa del Carmen, Tulum, Cozumel y Chetumal.

El Caribe mexicano se encuentra dentro de una de las regiones más biodiversas del mundo, pues alberga el bosque tropical más grande del continente, después de la selva amazónica, y culturalmente más diversas del país, pues es cuna de la civilización maya,

una cultura milenaria, de las más importante de Mesoamérica y que alcanzó un desarrolló superior en diversas expresiones a las culturas europeas de la época (VARGAS, 2005). Estas características naturales y culturales lo han llevado a ser la principal región turística de México.

Las ciudades de Cancún y Playa del Carmen, seguidas por Tulum, son las que han tenido un mayor desarrollo de infraestructura turística, lo que, a su vez, ha significado un rápido y descontrolado crecimiento urbano (Figura 4). Esto se ve reflejado con la aparición de grandes desarrollos turísticos e inmobiliarios en los años recientes, desde 1985 a la actualidad, con su período de mayor auge del 2000 al 2020, a lo largo de un eje paralelo a la costa entre Cancún y Tulum, en un corredor que incluye la ciudad de Playa del Carmen y su conexión a través de ferry con la isla de Cozumel, así como las localidades de Akumal y Puerto Morelos, en la región conocida como Riviera Maya.



Fuente: Elaborado con base en Flores y Deniau (2020).

Figura 4. Expansión urbana del Caribe mexicano, 1985-2020.

En la década de los años 70, el Banco de México, en conjunto con el, en aquel entonces, Fondo de Promoción de Infraestructura Turística (Infratur), solicitó al Banco Interamericano de Desarrollo (BID), un préstamo por 25 millones de pesos para el desarrollo de Cancún como centro turístico (PALAFOX, 2013). A la par, el Fondo Nacional de Fomento al Turismo (Fonatur) a través de su programa Centros Integralmente Planeados, apoyados con recursos de organismos financieros internacionales o regionales como el Banco Mundial o el BID, lograron la planificación turística de Cancún en el mediano y largo plazo (INDA; SANTAMARÍA, 2015).

Para la década de 1980, el crecimiento hotelero alrededor de la ciudad de Cancún se intensificó, se abrieron los parques temáticos de Xel-Há y Xcaret y se integraron los sitios arqueológicos mayas de Tulum y Chichén Itzá a la dinámica turística del circuito de la ciudad, con Cancún como lugar central para la estancia de los turistas y visitantes. Los años noventa vieron crecer la actividad turística de manera regional, pues las políticas de corte neoliberal, particularmente las del gobierno de Salinas de Gortari, de 1988 a 1994, desarrollaron una región turística de tipo lineal a lo largo del litoral (CÓRDOBA; GARCÍA, 2003). Así, se proyectó el desarrollo y consolidación de la Riviera Maya, situada entre Cancún y Tulum en la franja de la costa nororiental del estado de Quintana Roo, y la Costa Maya, como una proyección de la anterior, hacia el sur del estado. Consecuencia de estos grandes cambios, la región pasó de ser una región periférica en el circuito global del capital, a concentrar la mayor parte de la población y actividad económica del estado, pues, en 1970, albergaba un poco más del 22% de la población, mientras que, en la actualidad, el corredor turístico de Cancún a Tulum concentra el 77% de la población del estado (INEGI, 2021).

En este orden de ideas, es posible reconocer los inicios de la orientación turística de la costa del Caribe mexicano, como un plan desarrollado durante la década de 1970, a través del interés del Estado y de organismos internacionales por la creación de polos de desarrollo económico. La consolidación de estos polos se detonó mediante la creación de desarrollos turísticos planificados, no sólo en México, sino en países periféricos de América Latina y el sureste de Asia, buscando generar inversiones de capital en territorios que hasta entonces, se habían mantenido fuera de la circulación global de capital, y los cuáles se buscaba integrar a través de su amplia diversidad natural y cultural a los circuitos turísticos globales (CAMACHO, 2016). Es posible, por tanto, reconocer a Cancún como el polo atractor del turismo central y principal en la costa del Caribe mexicano, y como uno de los principales en la región del Caribe y en América Latina, al atraer a una importante cantidad de turistas al año. Así, Cancún destaca como el principal y más exitoso de los Centros Integralmente Planeados propuestos por Fonatur en 1974 (Figura 5), al superar, por mucho, la llegada de turistas y el desarrollo económico, turístico en inmobiliario, a los demás Centros planificados: Bahías de Huatulco, Oaxaca; Ixtapa, Guerrero; Costa Pacífico en el municipio de Escuinapa, Sinaloa y; Los Cabos y Loreto, Baja California Sur (FONATUR, 2015).



Fuente: Elaborado con base en Fonatur (2015).

Figura 5. Centros Integralmente Planeados.

De acuerdo con las ideas anteriores, Cancún se reconoce como la primera ciudad de México que nace a través de un proyecto de planeación del territorio y su correspondiente orientación económica especializada en la actividad turística, que, a su vez, busca satisfacer un mercado dirigido hacia el turismo internacional de mediano y alto poder adquisitivo de América del Norte y Europa, compitiendo y posicionándose frente a los principales destinos turísticos de sol y playa, insertos, hasta ese momento, en la dinámica del turismo global.

De esta manera, se entiende que la planeación y creación de Cancún se inserta en la lógica del turismo costero masificado, en los circuitos globales del capital. Es establecimiento de Cancún como centro turístico, y la posterior expansión de la frontera de la actividad turística en el corredor Cancún-Tulum, debe aprehenderse en el contexto del inicio de la implementación de las políticas neoliberales en México, a través de la creación del fideicomiso Fidecaribe por parte del gobierno federal y su posterior traspaso al gobierno del estado de Quintana Roo en la década de 1990, que quedó poseedor de la promoción, oferta y venta de la tierra con alto y creciente valor económico y un importante potencial especulativo para los capitales privados tanto nacionales como extranjeros, lo que, de acuerdo con Camacho (op. cit.: 34), se traduce en un “...clima positivo de negocios...” en el que se revela la intervención y participación del Estado en cuanto al patrón de disposición y ocupación del espacio y su asignación a actores privados, a través de la especulación y privatización de la tierra.

Una continua búsqueda de recursos y espacios naturales de alta calidad, principalmente paisajística, lleva a que estos sean aprovechados y explotados convirtiéndolos en excedentes

en la acumulación de capital (HARVEY, 2021), lo que se ve reflejado en gran medida en la mercantilización de lugares y regiones con características ambientales y culturales atractivas para la implementación y desarrollo de la actividad turística, a través de una nueva producción tanto material como simbólica del espacio geográfico transformando las dinámicas locales y los territorios (CAMACHO, op. cit.).

Dichas transformaciones en el espacio geográfico, y la producción material y simbólica de nuevos territorios, para su entrada y estandarización en los mercados turísticos globales, se ha llevado a cabo en los países periféricos, como México, a través de la implementación de políticas públicas neoliberales, en las que el Estado asume el papel de preparar el terreno jurídico y financiero para disponer y ordenar el territorio en función de los intereses del capital privado. El corredor turístico del Caribe mexicano, desde la creación de Cancún como Centro Integralmente Planeado, puede reconocerse como cúspide del desarrollo de políticas neoliberales en el sector turístico en México. Al respecto, y de acuerdo con Córdoba y García, (2003), Córdoba et al. (2007) y Córdoba y Córdoba (2008), la expansión turística y urbana a lo largo del Caribe mexicano puede ser caracterizada a través de las tres dimensiones siguientes:

a) Territorialmente expansiva

En donde se busca el aprovechamiento y utilización intensiva del territorio, a través de una ocupación exhaustiva del espacio geográfico, que ha llevado a la transformación de los espacios predominantemente naturales, y sustituyéndolos por un frente costero único, caracterizado por la expansión horizontal de las ciudad y la sucesión de construcciones y asentamientos urbanos en el corredor paralelo a la línea de costa, separando la porción interna del continente de las playas, creando espacios cerrados y privatizando los accesos y uso del territorio costero.

Esta expansión urbana horizontal, se ve caracterizada por un profundo impacto ambiental y social, ocasionado por los grandes desarrollos turísticos e inmobiliarios que se han introducido en las últimas décadas en el Caribe mexicano (Figura 6).

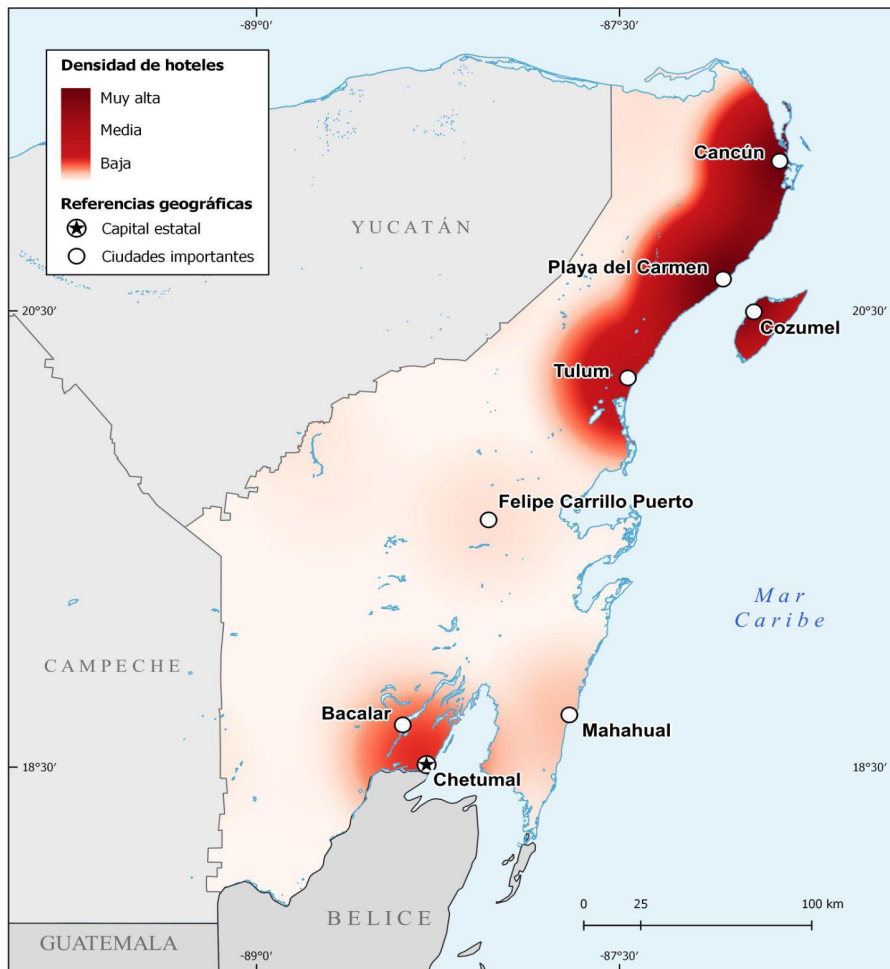
b) Privatizadora

En complementariedad a la dimensión anterior, incorpora a los circuitos del mercado lugares y prácticas que antes no lo estaban insertos en los procesos globales del capital, para el usufructo privado y que, en consecuencia, genera accesos restringidos a los recursos ahora aprovechados como recursos turísticos, principalmente las playas y el mar. Esta dimensión, se da como una de las principales consecuencias negativas de la implementación de las políticas neoliberales en el Caribe mexicano.

c) Segregadora

Debido a la disposición de los desarrollos turísticos e inmobiliarios, y su carácter de barreras físicas que separan y aíslan los atractivos turísticos de su entorno, tanto ambiental como social. En este sentido, el crecimiento urbano funciona como una muralla

que separa la costa del resto del territorio, produciendo dos espacios diferenciados. Las playas, con el equipamiento, servicios y recursos suficientes para el desenvolvimiento de la actividad turística, y el interior hacia el continente, que se proyecta como un área socialmente desigual, con la falta de servicios básicos como drenaje y agua potable, y desde la cual, la población local tiene limitaciones físicas en el espacio para acceder a las playas que se encuentran resguardadas por el personal de seguridad de los hoteles.



Fuente: Elaborado con base en Flores y Deniau (2020).

Figura 6. Densidad de hoteles y establecimientos de hospedaje en Quintana Roo.

El desarrollo turístico en el Caribe mexicano, se ha concentrado a lo largo de un estrecho corredor paralelo a la costa, desde la ciudad de Cancún, cuyo origen se debe al programa de Centros Integralmente Planeados, y que se extiende hacia el sur hasta la localidad de Tulum (Figura 6). Dicho desarrollo fue impulsado por las políticas económicas del período neoliberal, que favorecieron el ingreso de capitales extranjeros a la región, insertando el Caribe mexicano en los circuitos globales del turismo, proyectándola al mercado internacional, posicionándose como una de las regiones más competitivas a nivel mundial, y de las más atractivas, tanto para turistas como inversionistas.

Todo ello, ha llevado a la región a convertirse en un sitio aislado del resto del territorio, llevando a procesos de segregación social y de profundos impactos ambientales debido al aprovechamiento intensivo del medio ambiente como recurso turístico, y de la población local como mano de obra a bajos costos.

Desde 2018, el gobierno del presidente Andrés Manuel López Obrador, ha puesto en marcha diferentes proyectos en la península de Yucatán, con el fin, según se ha dicho, de detonar un mayor desarrollo e integración de la población marginada durante el período neoliberal, a través de la búsqueda de bienestar impulsado por la conducción del Estado sobre el desarrollo turístico en la región. En este sentido, el Proyecto Tren Maya, se inserta en la visión gubernamental de coadyuvar al desarrollo social y económico de la Península de Yucatán, a través de impulsar, entre otras actividades, el turismo. Sin embargo, con un proyecto aún en desarrollo, no está claro si traerá los mismos resultados que el turismo neoliberal, o podrá insertarse como una alternativa de desarrollo. Uno de los rasgos fundamentales del neoliberalismo fue la imposición absoluta de sus políticas y proyectos, mientras que, actualmente, desde distintos ámbitos de la administración pública en México, se busca incluir a las comunidades y localidades en el diseño y decisiones en torno a iniciativas y acciones gubernamentales, entre los que, además del Tren Maya, se encuentran muy diversas iniciativas de las distintas instituciones gubernamentales.

A MANERA DE CONCLUSIÓN

La costa del Caribe mexicano se ha posicionado, durante las últimas décadas, como una de las regiones con mayor crecimiento en el sector turístico en el mundo, en cuanto al capital invertido como al número de turistas que arriban cada año, representando la mayor proporción de turistas que llegan del extranjero, no sólo de México, sino de América Latina. Los orígenes de este crecimiento, sin embargo, son resultado de la implementación y aplicación de políticas neoliberales desde la década de 1980, en México, ejemplo de ello, es el surgimiento de Cancún, como una ciudad planificada especialmente para la actividad turística y que es, en la actualidad, el nodo principal y lugar central alrededor del cual se articula la actividad económica en la región.

La actividad turística en el Caribe mexicano no se mantiene territorialmente limitada a los alrededores de la ciudad de Cancún, sino que se han extendido a través del beneplácito de los gobiernos neoliberales, hacia el sur siguiendo la costa, hasta la localidad y ruinas arqueológicas de Tulum, lo que incluye el establecimiento de la ciudad de Playa del Carmen, y la inserción, también, de las localidades insulares de Mujeres y Cozumel a la dinámica turística del Caribe mexicano y su participación en el circuito global del turismo.

Dicho crecimiento, acelerado y poco controlado, es, a la vez, un resultado más de las prácticas neoliberales en la que tiene su génesis el turismo en la región. La promoción, especulación y venta de tierras a grandes capitales extranjeros ha sido, en buena medida, causa de las dimensiones expansiva, privatizadora y segregadora a través de las cuales se ha desarrollado la actividad turística en el Caribe mexicano.

Durante el neoliberalismo, la actividad turística se expandió detonando diversos procesos a través de la transformación del territorio, modificando por completo, en no pocas ocasiones, la vocación que tenía una determinada zona o región, así como la concentración del ingreso en detrimento del bienestar público y el medio ambiente. Ello, tuvo causa, entre otras, en una expansión turística fomentada y poco regulada por el Estado mexicano, en donde quedan dudas pendientes sobre si un desarrollo más regulado, con la participación activa del Estado, tendría menores impactos sociales o ambientales, e inclusive, podría ayudar a la restauración y cuidado del medio ambiente.

REFERENCIAS

- ALMANZA, H.; GUERRERO R. Paradojas del Turismo. Entre la transformación y el despojo. Los casos de Mogotavo y Wetosachi, Chihuahua (México). **Revista de análisis turístico**, 18, pp. 45-56. 2018.
- BÜSCHER, B.; FLETCHER, R. Destructive creation: capital accumulation and the structural violence of tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, 25 (5), pp. 651-667. 2017.
- CALVA, J. L. La economía mexicana en su laberinto neoliberal. **El trimestre económico**. Vol. LXXXVI, 3(343), pp. 579-662. 2019.
- CAMACHO, R. **Desarrollo geográfico desigual en el corredor turístico Cancún-Tulum**. Tesis de doctorado en Geografía. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional Autónoma de México. Ciudad de México, México. 2016.
- CARRILLO, J. J. La transformación del proyecto constitucional mexicano en el neoliberalismo. **Política y cultura**, 33, pp. 107-132. 2010
- CHÁVEZ, T. El turismo como instrumento de colonización neoliberal: una perspectiva foucaultiana. **DIMENSIONES TURÍSTICAS**, 3(4), pp. 110-116. 2019.
- CHOMSKY, N. (2000). **El beneficio es lo que cuenta: Neoliberalismo y orden global**. Barcelona, España: Crítica. 2000.
- CÓRDOBA, J.; GARCÍA, A. Turismo, globalización y medio ambiente en el Caribe mexicano. **Investigaciones Geográficas**, Boletín del Instituto de Geografía, UNAM, 52, pp. 117-136. 2003.
- CÓRDOBA, J.; CÓRDOBA, M.; GAGO, C.; SERRANO, M. Turismo y desarrollo: la eterna controversia a través del caso de Cancún (Quintana Roo, México). En GARCÍA, A.; GARCÍA M. L. (coords.), **Un mundo de ciudades**. Procesos de urbanización en México en tiempos de globalización. Barcelona, España: Editorial Geoforum, Barcelona, pp. 180-210. 2007
- CÓRDOBA, J.; CÓRDOBA, M. Turismo y desarrollo regional. Tres modelos de implementación turística en el estado de Quintana Roo (México). En MUSCAR, E. F.; BRUNO, H. (coords.), **Desarrollo local y medio ambiente en América Latina: instrumentos y acciones**. Madrid, España: Departamento de Análisis Geográfico Regional y Geografía Física, Facultad de Geografía e Historia, Universidad Complutense de Madrid. pp. 355-368. 2008.

- CÓRDOBA, J. Turismo, desarrollo y disneyización: ¿Una cuestión de recursos o de ingenio? Investigaciones Geográficas, **Boletín del Instituto de Geografía**, UNAM 70, pp. 33-54. 2009.
- FLETCHER, R. Neoliberalismo y turismo. En CAÑADA, E; MURRAY I. (eds.). **Turistificación global**. Perspectivas críticas en turismo. Madrid, España: Icaria. 2019.
- FLORES A.; DENIAU, Y. **El megaproyecto para la península de Yucatán**. Ciudad de México, México: GeoComunes. 2020.
- Fondo Nacional de Fomento al Turismo. **Compendio de Estadísticas Ambientales 2015**. Ciudad de México, México: Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales. 2015.
- FRIEDMAN, M. **Capitalismo y libertad**. Ensayos de política monetaria. Madrid, España: Síntesis. 2012.
- GASPARELLO, G. Apuntes sobre turismo y mercantilización de la cultura y los territorios mayas. En MARTÍNEZ, E.; GASPARELLO, G.; DÍAZ, M. Á. (coords.), **Territorios mayas en el paso del tren**. Riesgos previsibles y posturas independientes sobre el Tren Maya. Ciudad de México, México: Bajo Tierra Ediciones. 2023.
- GONZÁLEZ, L. A.; VÁZQUEZ TORIS, Rosalía. Megaproyectos turísticos y ecoturísticos, del despojo al cercamiento de bienes comunes de comunidades rurales en México. **Ecología Política**, 52, pp. 57-61. 2016.
- HARVEY, D. **El nuevo imperialismo**. Madrid, España: Akal. 2004
- HARVEY, D. **Breve historia del neoliberalismo**. Madrid, España: Akal. 2007.
- HARVEY, D. **Espacios del capitalismo global**. Hacia una teoría del desarrollo geográfico desigual. Madrid, España: Akal. 2021.
- HIERNAUX, D. Geografía del Turismo. En LINDÓN A.; D. Hiernaux (Dir.) **Tratado de Geografía Humana**. Ciudad de México, México: Antrophos – Universidad Autónoma Metropolitana. pp. 401-432. 2006.
- INDA, M. T.; SANTAMARÍA A. Los centros integralmente planificados en México. **Revista Latinoamericana de Turismología**, 1(1), pp. 36-53. 2015.
- Instituto Nacional de Estadística y Geografía Censo de Población y Vivienda 2020. Aguascalientes, México: INEGI. 2021.
- JUÁREZ, V. H.; O'QUINN, J. A. La comunicación política y el neoliberalismo en México. **Espacios Públicos**. 22(54), pp. 7-24. 2019.
- LANFANT, M. F. L'appel à l'éthique et la référence universaliste dans la doctrine officielle du tourisme international. **Revue Tiers Monde**, París, Francia, 45 (178), pp. 365 – 386. 2004.
- MAGAÑA, I. La política turística en México desde el modelo de calidad total: un reto de competitividad. **Economía, sociedad y territorio**. 9(30), pp. 515-544, 2009.
- MARÍN, G. Turismo, despojo de tierras ejidales y crisis de legalidad en Tulum, Quintana Roo. En TORRES, G.; APPENDINI, K. (eds.), **La regulación imposible**. (I)legalidad e (I)legitimidad en los mercados de tierra en México al inicio del siglo XXI. Ciudad de México, México: El Colegio de México. 2020.
- MILLÁN, H.; Cota E. C. **Pueblos Mágicos: Pobreza y Desigualdad**. Dimensiones

Turísticas, 5(8), pp. 63-86. 2021.

NIETO, J. L.; ROMÁN, I. M.; BONILLO, D.; PAULOVA, N. El turismo a nivel mundial. **International Journal of Scientific Management and Tourism**, 2(1), pp. 129-144. 2016.

OLIVERA, G. La reforma al artículo 27 constitucional y la incorporación de las tierras ejidales al mercado legal del suelo urbano en México. Scripta Nova. **Revista electrónica de Geografía y ciencias sociales**, Barcelona, España, Vol. IX, 194(33). 2005.

Organización Mundial del Turismo. **The UNWTO Tourism Data Dashboard**. [En línea]. Disponible en: <<https://www.unwto.org/tourism-data/unwto-tourism-dashboard>>. 2023.

PALAFIX, A. El turismo como eje de acumulación. Nómadas. **Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas**. Núm. Especial: América Latina. Universidad Complutense de Madrid, España. 2013.

PALAFIX, A.; GARCÍA, M. I. Acumulación por despojo a través del turismo y las áreas naturales protegidas: una mirada a Valle de Bravo, México. **Revista Estudios Ambientales**, 6(1). 2018.

PETRAS, J.; VELTMEYER, H. **Imperio con imperialismo: la dinámica globalizante del capitalismo neoliberal**. Ciudad de México, México: Siglo XXI. 2006.

Secretaría de Turismo. **Resultados 2020 Barómetro de Turismo Mundial OMT**, Gasto Medio per Cápita 2020 y Salidas de los “US Citizen Travel to International Regions 2021”. Ciudad de México, México: Sectur. 2022.

Secretaría de Turismo. **Resultados de la actividad turística abril 2023**. Ciudad de México, México: Sectur. 2023.

TURNER, L.; ASH, J. **La horda dorada: el turismo internacional y la periferia del placer**. Madrid, España: Endymion. 1991

VARGAS, P. El misterio maya. InterSedes. **Revista de las Sedes Regionales**, San José, Costa Rica, 5(8). 2005.


WILLIAMS, M. **Tourism liberalization, Gender and the GATS**. International Gender and Trade Network: Economic Literacy. Series: General Agreement on Trade in Services. 2002.

OS EFEITOS DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E DA GLOBALIZAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: O “NOVO” ENSINO MÉDIO E A ESCALADA DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

THE EFFECTS OF NEOLIBERAL POLICIES AND GLOBALIZATION ON BRAZILIAN EDUCATION: THE “NEW” HIGH SCHOOL AND THE ESCALATION OF VIOLENCE IN BASIC EDUCATION SCHOOLS


LOS EFECTOS DE LAS POLÍTICAS NEOLIBERALES Y LA GLOBALIZACIÓN EN LA EDUCACIÓN BRASILEÑA: LA “NUEVA” ESCUELA SECUNDARIA Y LA ESCALADA DE LA VIOLENCIA EN LAS ESCUELAS DE EDUCACIÓN BÁSICA

Lourenço Magnoni Júnior¹

 0000-0001-8275-5922

lourenco.junior1964@gmail.com

José Mauro Palhares²

 0000-0001-9311-1049

jmpalhares@gmail.com

Ano XXVII - Vol. XXVII - (4): Janeiro/Dezembro - 2023

CIÊNCIA
Geográfica

ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461

www.agbbauru.org.br

1 Docente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza: Escolas Técnicas Estaduais Astor de Mattos Carvalho (Agrícola) de Cabrália Paulista - SP / Rodrigues de Abreu de Bauru – SP / Faculdade de Tecnologia de Lins – SP e do Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica da UNESP/Campus de Bauru - SP. Membro do Grupo Assessor de Ciência e Tecnologia do Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres (UNDRR) das Américas e do Caribe. Membro da Diretoria Executiva da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Bauru – SP (www.agbbauru.org.br). Pós-doutoramento pelo Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) - Pós-Doutorado Estratégico – CAPES do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amapá (PPGEO/UNIFAP). Supervisor: Prof. Dr. José Mauro Palhares. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8275-5922>. E-mail: lourenco.junior1964@gmail.com.

2 Professor Adjunto do Colegiado de Geografia do Campus Oiapoque da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Professor vinculado a Pós-Graduação Lato Sensu em Geografia do Oiapoque/Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado) PPGEO/UNIFAP. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná UFPR (2011) e Estágio Pós-Doutoral pela Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ (2018). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9311-1049>. E-mail: jmpalhares@gmail.com.

Artigo recebido em outubro de 2023 e aceito para publicação em dezembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: O presente artigo objetiva refletir sobre os efeitos das políticas neoliberais e da globalização na economia, política, sociedade, organização estrutural da educação brasileira, os efeitos negativos do “novo” Ensino Médio, a escalada da violência nas escolas de educação básica e a necessidade da construção de projeto de escola pública democrática, participativa e preparada para atender a quantidade com qualidade.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Globalização. Educação. Violência. Democracia.

ABSTRACT: This article aims to reflect on the effects of neoliberal policies and globalization on the economy, politics, society, structural organization of Brazilian education, the negative effects of the “new” Secondary Education, the escalation of violence in basic education schools and the need to build a democratic, participatory public school project prepared to meet quantity with quality.

Keywords: Neoliberalism. Globalization. Education. Violence. Democracy.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre los efectos de las políticas neoliberales y la globalización en la economía, la política, la sociedad, la organización estructural de la educación brasileña, los efectos negativos de la “nueva” Educación Secundaria, la escalada de violencia en las escuelas de educación básica y la Es necesario construir un proyecto de escuela pública democrática, participativa y preparada para combinar cantidad con calidad.

Palabras clave: Neoliberalismo. Globalización. Educación. Violencia. Democracia.

O pensamento neoliberal (novo liberalismo) foi concebido a partir da queda abrupta da Bolsa de Valores de Nova Iorque em outubro de 1929 e a eleição de Franklin Delano Roosevelt (Democrata) para presidente dos EUA em 1932. O crash de 1929 foi resultado do excesso de liberdade econômica e provocou desemprego em massa. Logo após assumir a presidência dos EUA em 1933, Roosevelt lança o New Deal para promover a recuperação da economia norte-americana e combater as desigualdades sociais por meio da instituição do Estado de Bem-Estar Social (Welfare State), pensado e planejado pelo economista britânico John Maynard Keynes para reduzir a ação do livre-mercado e ampliar a intervenção do Estado sobre a economia, surgindo assim o keynesiano. Além do Estado de Bem-Estar Social instituído por Roosevelt, a profunda recessão econômica provocada pela crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial também contribuíram para a ascensão do pensamento neoliberal nos anos 40 do século XX.

Os principais pensadores do neoliberalismo foram Karl Popper (Áustria), Walter Eupken (Alemanha), Walter Lipman (EUA), Michael Polanyi (Hungria/Reino Unido), Salvador de Madariaga (Espanha), Ludwig Von Mises (Ucrânia/EUA), Friedrich Von Hayek (Áustria) e Milton Friedman (EUA).

Os neoliberais são críticos extremados da intervenção estatal e defendem que a economia deve ser aberta (sem nenhum tipo de barreira protecionista) e dirigida pela dinâmica do mercado e da empresa privada. O governo deve ser limitado e atuar ativamente em prol dos interesses do grande capital nacional e internacional, o Estado mínimo e a sociedade aberta, concorrencial, competitiva e selvagem, dentro da lógica do “salve-se quem puder”.

Para os defensores do neoliberalismo, o “excesso” de interferência estatal fere as liberdades fundamentais do indivíduo, que segundo Friedrich Von Hayek pode colocar em risco a liberdade política, econômica, religiosa e social de uma nação. Na visão neoliberal, a liberdade econômica é a mãe de todas as demais liberdades e tudo deve ser regulado pela dinâmica do “santo” mercado. Seus agentes atuam freneticamente contra as políticas estatais de universalização, igualdade e gratuidade dos serviços públicos, tais como saúde, seguridade social e educação pública de qualidade.

O golpe de Estado liderado pelo general Augusto Pinochet que derrubou e assassinou o presidente socialista Salvador Allende no ano de 1973, transformou a economia do Chile numa espécie de laboratório para a aplicação das teses econômicas neoliberais defendidas por um grupo de jovens economistas que ficou conhecido como Chicago Boys – por estes serem egressos da Universidade de Chicago. O ajuste econômico neoliberal da sangrenta ditadura de Augusto Pinochet custou muito caro para os extratos sociais mais pobres da população chilena.

Do Chile, o modelo de ajuste econômico proposto pelos Chicago Boys ganhou o mundo a partir do final anos 70 e início dos anos 80 do século XX, balizando a estruturação do programa de governo de Margareth Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos EUA, devido à crise econômica provocada pelo keynesiano provedor do Estado de bem-estar social. Com os governos de Thatcher e Reagan, as teses neoliberais do Estado mínimo e do livre mercado passam orientar a política econômica mundial por intermédio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Em 1989, foi instituído o neoliberalismo do “Consenso de Washington” para promover ajustes nas economias dos países pobres; principalmente da América Latina.

Segundo Batista (1994), no mês de novembro de 1989, foi realizada uma reunião em Washington que contou com a presença de funcionários do governo norte-americano e FMI, Banco Mundial e BID especializados em assuntos latino-americanos. A reunião foi convocada pelo Instituto de Economia Internacional (Institute for International Economics) tinha o seguinte título: Ajuste Latino-Americano: Quando aconteceu? (Latin American Adjustment: How Much Has Happened?). A referida reunião foi realizada para avaliar os impactos das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Diversos economistas latino-americanos estiveram presentes para relatar a experiência de seus países. A reunião ficou conhecida como “Consenso de Washington”, termo atribuído pelo economista inglês John Williamson.

O México foi o primeiro país latino-americano a aplicar o ajuste econômico neoliberal estruturado pelo “Consenso de Washington” durante o governo de Carlos Salinas (1988-1994). O neoliberalismo do “Consenso de Washington” instituiu três etapas para ajustar as economias dos países subdesenvolvidos da América Latina e de outras regiões do Planeta Terra no decorrer dos anos 90 do século XX. São elas:

- a) estabilização econômica por meio do combate da inflação, da disciplina fiscal para reduzir as despesas e o déficit público, da reforma tributária com o intuito de prejudicar a classe trabalhadora e os pobres para beneficiar os mais ricos e drásticos cortes de gastos e redução de investimentos públicos em setores estratégicos como educação, saúde, habitação e infraestrutura de saneamento básico;
- b) imposição de reformas estruturais profundas tais como a desregulamentação econômica para reduzir a interferência mínima do Estado sobre a economia para favorecer o mercado, flexibilização e precarização das leis trabalhistas nos moldes da “reforma” efetuada no Brasil durante o governo golpista de Michel Temer, privatização das empresas estatais, liberalização financeira para atrair os “investimentos” estrangeiros e comercial, dando prioridade ao comércio exterior em detrimento ao interno para manter a “estabilização” dos preços. É mesma estratégia anunciada por Javier Milei, extremista de direita que recentemente assumiu a presidência da Argentina para favorecer o grande capital globalizado;
- c) adequação das regras de proteção à propriedade intelectual para favorecer os países ricos e as grandes corporações transnacionais, a retomada dos investimentos estrangeiros para promover o “desenvolvimento” e a manutenção da política de juros altos para inibir o consumo e atrair os “investimentos” de capitais predominantemente especulativos, estratégia muito bem articulada durante o governo de Jair Bolsonaro pela dupla Paulo Guedes/Roberto Campos Neto presidente do “autônomo” Banco Central brasileiro.

Segundo Petras (1999), “um elemento-chave na ‘reestruturação neoliberal’ é a mobilidade do capital: de uma região geográfica a outra, de um setor da economia a outro, do trabalho intensivo ao capital intensivo” (1999, p. 14).

O neoliberalismo e a globalização sempre caminharam juntos. Na visão de Santos (1996),

A globalização constitui o estágio supremo da internacionalização, a amplificação em ‘sistema-mundo’ de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos. Nesse sentido, com a unificação do planeta, a Terra torna-se um só e único ‘mundo’ e assiste-se a uma refundição da ‘totalidade-terra’. Trata-se de nova fase da história humana. Cada época se caracteriza pelo aparecimento de um conjunto de novas possibilidades concretas, que modificam equilíbrios preexistentes e procuram impor sua lei. Esse conjunto é sistêmico: podemos, pois, admitir que a globalização constitui um paradigma para a compreensão dos diferentes aspectos da realidade contemporânea (SANTOS, 1996, p. 23).

O sociólogo Octavio Ianni (1994), resumiu a história da globalização do capitalismo em três fases:

- a) a primeira fase começou com as grandes navegações europeias do século XV e XVI, que propiciaram a descoberta de regiões do planeta até então desconhecidas pelos europeus. A partir deste período, o capitalismo mercantilista expandiu-se geograficamente por todo o mundo, integrando-o num sistema único de produção e consumo de mercadorias;

b) a segunda fase veio com a Primeira Revolução Industrial desencadeada na Inglaterra no final do século XVIII, num momento em que o capitalismo europeu já havia construído mercados consumidores em diversos lugares do planeta. O desenvolvimento tecnológico que acompanhou esta revolução, possibilitou o alcance de elevados índices de produtividade, graças à mecanização da produção e à redução de contratação de mão de obra, tornando os preços das mercadorias mais competitivos nos mercados internacionais e conseqüentemente garantindo maior lucratividade aos capitalistas;

c) a terceira fase, é a que presenciamos na atualidade, e vem sendo a responsável pelo processo de reestruturação e reengenharia da economia capitalista, caracterizando-se pelo domínio completo dos países ricos e corporações transnacionais sobre a economia mundial. As corporações transnacionais, tomaram grande impulso a partir dos anos 50 do século XX, após o término da Segunda Grande Guerra Mundial, quando estimuladas pelo Plano Marshall, passaram a investir maciçamente na reconstrução da Europa destruída pelo conflito. Hoje as corporações transnacionais controlam praticamente a economia e o mercado globalizado. Atualmente, podemos incluir uma espécie de quarta fase: a era da indústria 4.0.

Ainda segundo Ianni (1997),

A globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações (IANNI, 1997, p. 7).

Petras (1999), afirma que:

A globalização não é fenômeno novo: é novo nome que compreende diferentes processos sócio-políticos e econômicos. As origens históricas imperiais mantiveram-se incrustadas numa matriz na qual novos Estados e atores competem pelo acesso privilegiado a redes e apoio estatal. As principais agências de hoje, as empresas multinacionais, desempenham os papéis que antes cabiam às companhias de comércio, integrando e se apropriando de recursos e explorando mão-de-obra barata (PETRAS, 1999, p.28).

Kurz (1995), diz que a globalização é um novo sistema de coordenadas do capitalismo mundial, que surgiu a partir da década de 80 do século XX, com uma rapidez impressionante, impulsionado pelos satélites, a microeletrônica, a nova tecnologia em comunicação e em transportes e pela queda dos custos energéticos: para além dos limites nacionais, surgindo assim um mercado único e global.

Como sabemos, o neoliberalismo é a visão econômica e política responsável pelo processo de mudança e transformação em curso principalmente no mundo ocidental, sendo a espinha dorsal da globalização capitalista, difusora do moderníssimo aparato

tecnológico da terceira revolução industrial, científica e tecnológica e da referida era 4.0 da comunicação entre máquinas por meio da internet via a conectividade e sonorização. Sem as ações dos ajustes neoliberais, o capitalismo moderno não teria alcançado a sua hegemonia planetária, no nível de intensidade que se observa atualmente.

O neoliberalismo e a globalização comandam as transformações em curso no meio de produção, no comércio, na prestação de serviço e no trabalho cada dia mais precarizado com o avanço da uberização via aplicativos e do home office potencializado pela pandemia de Covid-19, aprofundando as desigualdades sociais e a luta de classes. A educação básica e superior pública também têm sofrido os impactos negativos das políticas neoliberais implementadas durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, impactando negativamente na atuação das professoras e professores dentro e fora do espaço escolar.

Desde o início dos anos 80 do século XX, o discurso econômico neoliberal e globalizante privatista sempre foi massivamente difundido no âmbito da mídia nacional e internacional como a melhor solução a ineficiência do Estado e de suas empresas estatais.

Nas eleições de 1989, a primeira eleição livre após o fim da ditadura militar, Fernando Collor de Mello foi eleito presidente da República ao se apresentar como o caçador de marajás, “inimigo” da corrupção e “defensor” da família, da moral e dos bons costumes. Membro da antiga e retrógrada oligarquia alagoana/nordestina, iniciou o seu governo confiscando mais de 80% do dinheiro aplicado nas cadernetas de poupança, em outros diversos tipos de aplicação e das contas correntes, iniciando o atrelamento a economia brasileira ao neoliberalismo do Consenso de Washington, liberando a importação desenfreada de produtos estrangeiros.

Porém, em pouco tempo o seu governo foi dominado por um mar de corrupção. No dia 30 de dezembro de 1992, Fernando Collor Mello é condenado pelo impeachment instituído pelo Congresso Nacional à perda do mandato e à inelegibilidade por oito anos. Em seu lugar, assumiu o então vice-presidente Itamar Franco.

O governo de Itamar Franco foi de conciliação, freou a implementação do ajuste econômico neoliberal de Collor e lançou em fevereiro de 1994 o Plano Real sobre o comando do então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC) para debelar a hiperinflação que assolava o país e promover a retomada do crescimento econômico.

O sucesso do Plano Real fez com que FHC deixasse o cargo de Ministro da Fazenda de Itamar Franco para concorrer à Presidência da República em 1994 pelo PSDB, sendo eleito no primeiro turno. Em 1998, ele foi reeleito para o segundo mandato mesmo diante do fracasso econômico resultante do ajuste neoliberal promovido no seu primeiro mandato.

FHC vai ser o presidente da República que implantou o ajuste econômico neoliberal do Consenso de Washington quase que na sua totalidade, promovendo a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial e financeira, atrelando a nossa economia de maneira submissa aos interesses do capitalismo globalizado comandado pelas nações ricas e suas empresas transnacionais, provocando o desaparecimento de inúmeras empresas privadas nacionais; muitas delas foram adquiridas por empresas estrangeiras. Também, não podemos nos esquecer das privatizações de empresas públicas estratégicas para o

desenvolvimento do país a preços aviltantes; quase foram dadas de graça para poderosos grupos econômicos nacionais e estrangeiros.

O Governo de FHC privatizou tudo o que foi para reduzir o tamanho e do papel do Estado brasileiro, classificado pelos neoliberais como inchado e ineficiente, contribuindo com o agravamento da crise econômica e o aumento da pobreza extrema no país. De 1995 até 2000, nossa balança comercial ficou negativa porque importávamos mais do que exportarmos; só a partir de 2001 o saldo comercial externo do país volta a ser positivo.

A debacle do ajuste econômico neoliberal de FHC foi responsável pela vitória de Luiz Inácio Lula da Silva na eleição presidencial de 2002, derrotando o tucano José Serra. Ao optar por uma política econômica de cunho nacionalista e pelo combate da desigualdade social para contrapor aos neoliberais, o Governo Lula conseguiu significativos avanços nos âmbitos interno e externo, projetando o Brasil no campo econômico e geopolítico global. Reeleito em 2006, Lula seguiu aprimorando a sua política econômica de cunho nacionalista para promover o desenvolvimento e a inclusão social, colocando o Brasil entre as oito maiores economias do mundo.

O sucesso dos oito anos dos governos Lula (2003/2011), culminou na eleição de Dilma Roussef para a Presidência da República em 2010, sendo a primeira mulher eleita da história do Brasil. O primeiro mandato de Dilma Roussef não teve o mesmo brilhantismo dos governos de Lula. Porém, a política econômica de cunho nacional e as políticas de inclusão social seguiram em frente, mesmo diante da pressão dos defensores dos ajustes neoliberais que começaram a reagir por meio da criação da Operação Lava Jato de Sérgio Moro e Deltan Dallagnol para “combater” a corrupção (só a do PT) e cooptação pela direita e extrema direita do movimento passe livre (MPL); ambos em 2013.

Do movimento passe livre (MPL) nasceram as manifestações contra a corrupção que teve adesão massiva da classe média brasileira que fora abduzida pela Operação Lava Jato e teleguiada pela Rede Globo. Como o ano de 2014 teve eleições, e Dilma Roussef era candidata à reeleição, ela foi duramente vaiada e hostilizada durante a cerimônia de abertura da Copa do Mundo, no Estádio do Maracanã que contou com a presença massiva de torcedores membros da classe média paneleira, nos envergonhando perante o mundo.

Entretanto, as manifestações do movimento passe livre (MPL) de 2013, o início das operações espetaculosas “contra” a corrupção da Operação Lava Jato divulgadas exaustivamente pela grande mídia tradicional, isto é, principalmente pela Rede Globo, os protestos da classe média antes e durante a realização da Copa do Mundo não impediram a reeleição de Dilma Roussef que derrotou o tucano Aécio Neves representante das elites e do grande capital nacional e internacional neoliberal e privatista no segundo das eleições de 2014. Na condição de mal perdedor, Aécio Neves se recusa reconhecer o resultado alegando fraude, iniciando a pavimentação do caminho para o Golpe sofrido pela então Presidente Dilma Roussef em 2016.

Dilma Roussef toma posse para exercer o seu segundo mandato no dia 01/01/2015 com o golpe já em curso. Ao indicar o neoliberal Joaquim Levy ligado ao mercado financeiro e Banco Bradesco para Ministro da Fazenda, fez concessões para a direita visando garantir a governabilidade. Porém, a derrota fatal para as pretensões de Dilma Roussef garantir a

estabilidade ao seu segundo mandato veio em fevereiro de 2015 com a eleição do Deputado Eduardo Cunha (PMDB - RJ) para presidente da Câmara dos Deputados já no primeiro turno da votação com o apoio “velado” do então vice-presidente Michel Temer (PMDB - SP).

Na condição de presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB - RJ) passa a segurar a votação dos projetos de interesses do Governo Federal e pautar para votação projetos que favorece o grande capital neoliberal nacional e internacional, pavimentando o caminho do golpe de 2016 que fora praticamente consolidado a fatídica carta enviada dia 7 de dezembro 2015 pelo então vice-presidente Michel Temer para presidente Dilma Rouseff, rompendo com o seu governo. O golpe foi consumado no dia 31 de agosto de 2016.

Ao assumir o governo em definitivo, Michel Temer, de imediato, inicia o ajuste da economia brasileira conectado com a cartilha do “Consenso de Washington”, penalizando os mais pobres e a classe trabalhadora com a precarização das leis trabalhistas e o arrojo salarial. Na área da educação, tivemos a homologação da BNCC e a instituição do malfadado Novo Ensino Médio. Também, tivemos a adoção da política de Paridade de Preço Internacional (PPI) dos combustíveis, adotada pela Petrobrás e a transferência do controle da extração do petróleo do Pré-Sal brasileiro para petroleiras estrangeiras. As mais favorecidas foram as petroleiras norte-americanas.

A crise produzida pelo golpe de 2016 e o governo desastroso de Michel Temer contra os interesses nacionais, permitiu a ascensão da extrema direita no país sob a liderança do então Deputado Federal Jair Bolsonaro que fora eleito presidente da República nas eleições de 2018.

Ao assumir o poder no início de 2019, Jair Bolsonaro instituiu um governo extremista, negacionista, armamentista, fomentador do ódio. Também, fez uma gestão desastrosa e corrupta da Pandemia do Covid-19 que matou milhares de brasileiros por falta de vacina. Em parceria com o seu Ministro da Economia Paulo Guedes (antigo fã dos Chicago Boys), aprofundou o ajuste econômico neoliberal e avançou o processo de privatização de empresas públicas estratégicas para o desenvolvimento do país. A Eletrobrás, por exemplo, foi privatizada por um preço muito abaixo do valor real de mercado. Jair Bolsonaro e Paulo Guedes também realizaram o desmonte da Previdência Social para favorecer banqueiros e especuladores nacionais e estrangeiros. Justamente por ter feito um mal governo, Bolsonaro foi derrotado nas eleições de 2022 por Luiz Inácio da Silva, atual Presidente da República, que está trabalhando para unificar e reconstruir o nosso país.

O Brasil atual é um país em desenvolvimento, membro dos BRICs e do G-20 que ainda não possui uma democracia plena e sólida devido a mentalidade colonialista, escravagista, patrimonialista, totalitária e golpista da nossa elite e da classe média tradicional defensora da meritocracia, da moral e dos bons costumes que sempre se posicionou contra a qualquer tipo de política pública distributiva de renda que visa amenizar as inúmeras dificuldades enfrentadas pela população pobre. O Brasil está entre os dez países mais desiguais e ocupa a segunda posição em concentração de renda do mundo.

A partir de agora, iremos refletir sobre os efeitos do neoliberalismo e da globalização sobre a educação e o reflexo do discurso do ódio da extrema direita para o avanço da violência nas escolas de educação básica.

De setembro de 2022 até outubro de 2023, treze seres humanos tiveram as suas vidas ceifadas em decorrência de atentados ocorridos em escolas de educação básica públicas e privadas brasileiras. Os atentados ocorreram nas seguintes unidades de ensino:

- a) Dia 26 de setembro de 2022: Colégio Municipal Eurides Sant’Anna de Barreiras – BA;
- b) Dia 05 de outubro de 2022: Escola Estadual Professora Carmosina Ferreira Gomes de Sobral – CE;
- c) Dia 25 de novembro de 2022: Escola Estadual Primo Betti de Aracruz – ES;
- d) Dia 27 de março de 2023: Escola Estadual Thomazia Montoro de São Paulo – SP;
- e) Dia 05 de abril de 2023: Creche Cantinho Bom Pastor de Blumenau – SC;
- f) Dia 19 de junho de 2023: Colégio Estadual Professora Helena Kolody de Cambé – PR;
- g) Dia 10 de outubro de 2023: Colégio Particular Dom Bosco de Poços de Caldas – MG;
- h) Dia 23 de outubro de 2023: Escola Estadual Sapopemba de São Paulo - SP.

De alguma forma, todos os referidos atentados têm ligação direta ou indireta com o avanço da extrema direita nazifascista e do discurso do ódio no Brasil e no mundo. No Colégio Estadual Professora Helena Kolody de Cambé – PR, por exemplo, o autor do atentado usava uma máscara *siege mask* que é muito popular entre os neonazistas e terroristas de extrema direita global. Já o ator do atentado da Escola Estadual Sapopemba fazia publicações com conotação racistas e nazistas nas suas redes sociais.

Como a situação é muito preocupante, na condição de docente do Ensino Médio, técnico urbano/rural e tecnológico, resolvi fazer uma breve reflexão sobre o avanço do extremismo nazifascista no Brasil que fora amplificado durante o governo de Jair Bolsonaro, violência coletiva que também está invadindo o espaço educacional das escolas brasileiras das redes públicas e privadas de educação básica.

É o ponto de vista de um professor de Geografia com mais de 34 anos de atuação na educação básica, em instituições públicas de ensino que ainda lutam pela construção de um projeto de escola capacitada para formar quantidades crescentes do alunado com qualidade educacional e social. Embora o extremismo tenha contaminado as redes de ensino básico, público e privado brasileiro, o foco da minha reflexão será a escola pública, o meu espaço vivido e experimentado como educador.

Defendo que a origem do autoritarismo social e político, que está avançando sobre as escolas públicas brasileiras, estimulando a violência e os ataques que ferem e ceifam vidas de alunos(as) e professores(as) é, ao mesmo tempo, interno e externo. Em muitas escolas públicas de educação básica, por exemplo, professores(as) “doutrinadores(as)” considerados(as) “piores” do que traficantes de diferentes áreas do conhecimento são coagidos(as) e perseguidos(as) por diretores(as), coordenadores(as) pedagógicos(a) e professores(as) que defendem cegamente o discurso do ódio propagado pelo “mito”, ex-presidente da República. Até pais de alunos extremistas tentam inibir os(as) professores(as) progressistas de discutir política ou outros temas sociais relevantes na sala de aula, por ter votado em partidos e candidatos democráticos ou, por apoiar o Governo Lula/Alckmin.

No decorrer do corrente ano de 2023, foram divulgados em diferentes mídias, relatos de professores(as) de escolas públicas e privadas de diferentes regiões brasileiras denunciando

que foram coagidos(as) de forma direta e indireta nos locais em que lecionam por refletirem na sala de aula sobre o pensamento político nacional e global atual, por abordar criticamente sobre a questão de gênero, alguns temas das últimas eleições e as motivações dos atentados terroristas praticados em Brasília em 8 de janeiro contra as sedes dos Três Poderes da República. Os docentes relataram que foram censurados e perseguidos nos seus ambientes escolares por discutirem a crise humanitária dos indígenas Yanomamis desencadeada pelo garimpo ilegal em suas reservas. O governo autoritário de Jair Bolsonaro induziu a invasão dos territórios de várias nações dos povos originários.

Nos últimos tempos, orientado pelas concepções de Paulo Freire, tenho refletido sobre a questão da liberdade de cátedra do professor e sobre a prática da educação escolar como ato político e instrumento de emancipação individual e de liberdade social. Considero a pedagogia freireana como a maneira mais objetiva para a construção de argumentos sólidos que sirvam para defender o direito e a liberdade do(a) professor(a), de debater política e outros temas contemporâneos no âmbito da escola e da sala de aula, sem que sofra nenhum tipo de cerceamento político-ideológico, religioso, ou de visão de mundo.

Parece-me que o foco dos atuais extremistas de direita, cuja maioria também é simpatizante da escola sem partido (ou melhor, de partido único) é evitar qualquer tipo de crítica ao ex-presidente Jair Bolsonaro que está inegável por meio de decisão histórica do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), aos bolsonaristas e, também, ao projeto neofascista de poder global alimentado socialmente e midiaticamente pela extrema direita mundial. O governo extremista de Jair Bolsonaro fomentou o ódio, racismo, preconceito contra as mulheres, preconceito contra o nordestino, preconceito contra os negros/indígenas e tentou criar um ambiente de colocar crianças até para pegarem em armas.

Penso que diante do rápido e intenso avanço da violência nazifascista propagada nas escolas públicas de ensino básico e técnico, também é preciso repensar os conceitos vigentes que orientam todos os profissionais da educação e a sociedade brasileira, com toda a sua pluralidade e complexidade. É preciso ouvir concretamente (não só por meio de consultas públicas burocratizadas via plataformas digitais) e dar voz aos docentes da educação básica, que estão diretamente na mira do extremismo cultivado e difundido pelo bolsonarismo. Inclusive, é preciso ampliar a participação do professorado universitário no atual debate das conjunturas educacionais e sociais brasileiras.

Porém, grande parte dos(as) professores(as)-pesquisadores(as) das universidades públicas brasileiras estão muito distantes da dura realidade pedagógica e funcional enfrentada pelos docentes das redes públicas de educação básica, da infinidade de dificuldades que eles enfrentam no dia a dia de suas atividades pedagógicas; é preciso provocar a universidade para que ela possa romper o muro que a separa do mundo externo e contribuir ativamente com a melhoria do processo de ensino e aprendizagem na escola pública básica.

Para os(as) professores(as) e pesquisadores(as), os maiores desafios do momento atual é desenvolver uma reflexão abrangente, crítica e estratégica sobre a natureza e finalidades das ações e dos projetos educativos e conceber uma conceituação adequada aos contextos nacionais e internacionais ou aos objetivos e projetos educacionais pretendidos pelas instituições brasileiras de ensino e aprendizagem.

No entanto, fazê-lo implica não só em refletir sobre métodos e processos para construção conceitual. É uma ação que, muitas vezes, se depara com a necessidade de atualizar ou reconstruir os conceitos analisados sobre a educação e suas diferentes áreas do conhecimento. Qualquer análise crítica dos contextos educacionais sempre poderá extrair da reflexão analítica, elementos conflitantes ou até mesmo corrosivos. Sendo assim, sempre apontará questões que poderão gerar instabilidade ou desavenças entre os profissionais da educação e os públicos atendidos pelas instituições de ensino.

No meu ponto de vista como geógrafo e educador da educação básica, propor saídas conceituais ou sistêmicas para os sistemas escolares, sempre irá exigir muita energia e precisão de quem fará a análise crítica. Trabalhar pela consecução de um projeto de “educação de qualidade” para frear o avanço da violência e combater o ódio extremista nas escolas é um conceito, como tantos outros construídos socialmente na relação que se estabelecem entre sujeitos, e de sujeitos com os objetos existentes num determinado contexto educacional cercado de complexidade e dificuldades resolutivas.

Os discursos e os posicionamentos contra a inserção na sala de aula da reflexão contínua sobre política, estão diretamente conectados com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Também há conexão direta e deletéria com o irreformável “novo” Ensino Médio, que reduziu drasticamente na grade curricular da referida modalidade de ensino, as aulas das disciplinas de ciências humanas e sociais para incluir outras de cunho meramente tecnicistas, como a tentativa do atual governador bolsonarista do estado de São Paulo de abolir os livros didáticos impressos para implementar a digitalização dos materiais didático-pedagógicos nas escolas públicas paulistas que sequer têm laboratórios de informática adequados e internet de qualidade. Ele também determinou que os(as) diretores(as) devem assistir às aulas dos(as) professores(as), preenchendo um instrumento de acompanhamento mensal individualizado com itens pré-estabelecidos pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

É pertinente destacar que os itinerários formativos do “novo” Ensino Médio foram gradualmente desenvolvidos e implementados desde o golpe de 2016 contra Presidente Dilma Rousseff; assim, estamos vivenciando uma reedição camuflada do tecnicismo didático-pedagógico da Lei 5692/1971 da ditadura militar. O projeto educativo seletivo e hierarquizado foi utilizado pelos governos autoritários, para adestrar e treinar os(as) alunos(as) das camadas trabalhadoras e pobres, uma forma perversa para evitar a pressão popular pelo acesso às vagas no ensino superior público, uma rede universitária destinada majoritariamente para formar os filhos da classe média e de parte da elite brasileira decidida a estudar no país.

Com o “novo” Ensino Médio, temos a sensação de que o atual modelo político-administrativo dos sistemas educacionais também resgatou os princípios elitistas e excludentes da Reforma Gustavo Capanema aprovada em 1942. Capanema instituiu no Brasil uma educação pública *dual* que reservava o ensino científico e clássico permitindo aos ricos ingressarem na universidade e obter altos títulos que lhes possibilitava ocupar os grandes cargos e funções administrativas privadas e públicas, enquanto o ensino profissionalizante era destinado para formar parte das camadas trabalhadoras com o objetivo de no máximo, melhorar a qualidade da mão da obra urbana dos setores produtivos industriais, do comércio e de alguns serviços públicos.

A maioria das populações rurais continuaram plenamente excluídas dos sistemas regulares de ensino até os anos 1970, década em que a ditadura militar começou a ampliar e a estender as redes de educação pública brasileira entre os setores trabalhadores das cidades e do campo.

Como professor com mais de três décadas de atuação em instituições de Ensino Médio, técnico e tecnológico, avalio que seria algo extremamente impopular uma medida governamental para acabar com cotas de ingresso no ensino superior público, que hoje são destinadas aos alunos oriundos da escola básica pública. Assim sendo, é necessário esclarecer as intenções e os objetivos dos itinerários “formativos” do “novo” Ensino Médio, que foram concebidos e implementados durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro; é um sistema baseado em concepções neoliberais radicais, que foram planejadas para dificultar o ingresso do(as) alunos(as) no ensino superior público.

Numa outra frente, o “novo” Ensino Médio abriu caminho para grupos privados ganharem dinheiro assessorando estados e municípios na implantação e implementação do novo modelo educacional e de seus itinerários “formativos”. Na prática, é uma reforma pedagógica que vislumbra preparar o terreno futuro para a privatização da educação básica pública brasileira.

Assim, a mobilização social abrangente pela revogação do “novo” Ensino Médio representa o primeiro passo para frearmos o avanço do neotecnicismo didático-pedagógico que esvazia as mentes das educandas e dos educandos em relação aos conhecimentos críticos relacionados com a realidade coletiva vivida no contexto local e global. O modelo educacional vigente abre caminho para a absorção de ideias radicalizadas propagadas pela extrema direita, que espertamente está ocupando o vazio formativo, que hoje não é mais preenchido pela formação propiciada pela educação básica formal pública e privada.

Como nas eleições de 2022 o presidente Lula derrotou nas seguras urnas eletrônicas a poderosa máquina do projeto neoliberal protofascista de extrema direita, ele tem respaldo popular para revogar o “novo” Ensino Médio e promover a reforma necessária para que a educação básica seja contemporânea da nossa época. Como o projeto de mudanças do “novo” Ensino Médio ficou para o ano de 2024, temos que nos organizar para barrar qualquer tipo de proposta de parlamentares do Centrão do Congresso Nacional que tente manter o seu viés neoliberal excludente.

Diante do contexto apontado, a breve reflexão volta-se até contra o conceito de qualificação pensado na dimensão de “concepção instrumental (tecnicista) da qualidade em educação”. Ou seja, àquele conceito vinculado aos resultados (rendimentos) cognitivos, mensurados por avaliações elaboradas e direcionadas pelos “parâmetros” de eficiência, de eficácia, de produtividade, que são aplicadas em larga escala no mundo do capitalismo neoliberal globalizado e da atual era industrial regida pelos novos parâmetros científicos, tecnológicos e informacionais da chamada era 4.0.

A “qualidade” presente no discurso ultra neoliberal é definida *à priori* e, unilateralmente, pelo sistema capitalista, pois é realizada sem ouvir os participantes do processo educativo e da sociedade para qual é destinada. É uma proposta educativa

que não nos interessa. As suas finalidades quantitativas excludentes confrontam com a educação necessária para formação efetiva da maioria de nossa população constituída por um povo trabalhador humilde, que segue desprovido de direitos e de oportunidades dignas de trabalho e renda.

Diante do avanço da proposta de educação para a dominação cultural e o patrulhamento ideológico na sala de aula, o Governo Lula/Alckmin deveria implementar um projeto para promover uma profunda reestruturação da vigente educação escolar brasileira, que deve voltar a ser capacitada para promover a emancipação, a autonomia e a transformação das camadas sociais populares.

Afinal, não haverá avanços democráticos sem as devidas capacitações do país nos âmbitos econômico, político, social, cultural e ambiental. Porém, um projeto de educação transformador só poderá ser construído a partir de um debate intelectual consistente maduro e abrangente, que seja sustentado por um governo com um projeto político-administrativo que contemple uma perspectiva política universalista, democrática e republicana, pública e laica. Entretanto, são pautas que só poderão resultar da ação político-administrativa de mandatários que almejem verdadeiramente a constituição de um sistema educacional abrangente, público e gratuito. A educação pública, gratuita e universal só poderá ser plenamente viabilizada com recursos do Estado, para que os sistemas escolares disponham de investimentos permanentes e suficientes para atender as demandas por formação escolar de todas as camadas populacionais.

No Brasil pós-golpe de 2016, a tarefa para retomar uma política educacional universalista, democrática e republicana, pública e laica é árdua porque o vácuo deixado pelo arrefecimento político-ideológico das organizações dos trabalhadores e dos movimentos sociais a partir do Governo de Michel Temer foi preenchido pelo extremismo de extrema direita, fomentador do avanço da violência e do patrulhamento ideológico nas escolas, pela cultura do consumismo, do entretenimento, da “espiadinha” tipo *big brother*, do culto aos corpos modelados em academias regadas à anabolizantes e por um fundamentalismo religioso alienante e retrógrado, difundido por muitas “doutrinas religiosas” neocrístãs, cujo foco é a “construção” de uma concepção de mundo pautada num individualismo matreiramente pensado para desarticular qualquer tipo de iniciativa que caminhe na direção da organização coletiva da sociedade e da concretização do Estado democrático, republicano e laico.

Na campanha eleitoral para Presidente da República em 2022, por exemplo, o então candidato a reeleição Jair Bolsonaro ao invés de promover um debate político maduro e compromissado com a consolidação do Estado democrático, republicano e laico, colocou no centro da disputa política a visão retrógrada e falso-moralista sobre o aborto e a união civil entre pessoas do mesmo sexo, resgatando as concepções de mundo do ultrapasado conservadorismo colonial escravocrata, o preconceito odioso contra os pobres (principalmente os nordestinos), a discriminação contra os negros, os indígenas, os mestiços e os homossexuais, deu ainda mais voz, poder econômico, político e midiático às doutrinas religiosas reacionárias, fundamentalistas e arcaicas. Ressurgiram sem disfarces durante os mandatos de Temer e Bolsonaro, as antigas forças da direita udenista e golpista que mobilizou multidões durante

a década de 1950 e, cujos resquícios autoritários e falso-moralistas se conservaram por mais de meio século entre segmentos mais conservadores da sociedade brasileira. Há hoje um retrocesso totalmente abominável, porque renega o contexto científico, tecnológico, informacional e inovador do homem do mundo globalizado do século XXI.

A consecução de um projeto de educação de qualidade social capacitado para promover a construção da unidade no âmbito da pluralidade das ideias, o desenvolvimento do sujeito na relação com o contexto em detrimento da produção do indivíduo no isolamento e egoísmo da concorrência de uma educação privada que, com o uso frequente de conteúdos resumidos, de apostilas descontextualizadas, promove apenas o adestramento e o treinamento cujo único foco é “preparar” para o vestibular ou, no inserir concepções privatizantes no bojo da educação pública proposto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o “novo” Ensino Médio, para deslocá-la dos interesses e anseios da nossa gente. *É o formar diante do forjar.*

A educação é responsabilidade de todos nós: alunos, pais, professores, dirigentes, de todos os trabalhadores das Escolas. Também dos professores universitários, principalmente daqueles envolvidos e responsáveis pelos cursos de formação de professores, políticos em todos os níveis, enfim, da comunidade escolar e não escolar.

Sem a presença de um debate democrático e participativo que abranja a escola básica, as universidades, governos, sociedade e a revogação do “novo” Ensino Médio, a luta contra o avanço do extremismo bolsonarista e da violência no âmbito das escolas públicas e privadas brasileiras será muito árdua e o caminho da emancipação humana será longo e tortuoso e exigirá muito conhecimento e ação.

Nesse processo dialético, a educação como prática social geral e, a educação escolar como forma dominante de Educação, têm papel decisivo no processo de conscientização imprescindível para se atingir a emancipação das camadas populares. A modernização da estrutura organizacional da educação básica e superior pública brasileira é urgente porque ela é determinante para a formação e qualificação profissional nas diferentes áreas do conhecimento, bem como para a produção de ciência, tecnologia de ponta e a inovação necessária para modernizar e desenvolver o Brasil conforme os parâmetros e exigências sociais, econômicos e culturais do século XXI.

Sem um projeto de educação e escola que forme o aluno em bases sólidas de ciência, tecnologia e compromisso social, a travessia de um sistema gerador de desigualdades para um sistema justo socialmente ficará para as calendas, pois sem o saber sistematizado dominado pelo maior número de pessoas não se dará o salto de qualidade no sentido da libertação indispensável para a transformação no campo econômico, político, social e cultural.

Felizmente, com a derrota de Bolsonaro, em outubro de 2022, os estados e municípios, com o apoio do Governo Lula/Alckmin, estão preocupados com a criação de ações que promovam a paz nas escolas e no âmbito da sociedade brasileira. Grande avanço se deu com a criação do Conselho da República contra a violência na escola que visa elaborar medidas preventivas para salvar vidas e a nossa juventude. Porém, ao contrário do se pensa, apesar dos esforços diários, o bolsonarismo, o fascismo e o discurso

e a prática do ódio ainda não foram vencidos e continuam a serviços dos interesses do capitalismo neoliberal globalizante.

Portanto, sem ouvir concretamente os professores da educação básica e revogar o “novo” Ensino Médio, o combate da escalada da violência nas escolas será demorado, podendo comprometer a máxima que **“Lugar de escola é lugar de paz, de acolhimento, de receber as crianças bem”**, como disse o Ministro da Educação Camilo Santana numa entrevista sobre o brutal atentado contra o Colégio Estadual Professora Helena Kolody na cidade de Cambé – PR.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995. p.9-23.
- BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. São Paulo: s.n. 1994.
- CAMPOS, R. A quarta globalização. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 de maio de 1997. Brasil, p. A 2.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo, Xamã, 1996.
- DOWBOR. L. Da globalização ao poder local: a nova hierarquia dos espaços. In: **A Reinvenção do Futuro**. São Paulo, Cortez, 1996. p.55-75.
- DOWBOR. L.; IANNI, O.; RESENDE, P. E. A. (Orgs.). **Desafios da globalização**. Petrópolis, Vozes, 1998.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Caderno Especial Globalização**. nov. 97, 12 p.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Caderno Especial Genética: Biologia desenha a cara do século 21**. 06/08/98, p. 1-10.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Caderno especial: o mapa da pobreza**. set. 98, 8 p.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **5º Caderno: Informática: Conheça a Microsoft**. 28/10/98, p. 03.
- FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo, Editora UNESP, 1997.
- GIANETTI, Eduardo. Saiba como os teóricos interpretam o processo. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 nov. 1997. Caderno Especial Globalização, p.2.
- GORENDER, Jacob. Estratégias dos Estados Nacionais diante do Processo de globalização. In: **Globalização, metropolização e políticas neoliberais**. São Paulo, Educ, 1997, p. 73-96.
- Harvey, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo, Edições Loyola, 1992.
- HOLLOWAY, J., PELÁEZ, E. Aprendendo a curvar-se: pós-fordismo e determinismo tecnológico. In: **Outubro**. São Paulo, v.2, p.21-29, 1998.
- IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993.
- IANNI, Octavio. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.
- IANNI, Octavio. O Mundo do Trabalho. In: **São Paulo em Perspectiva**, 8 (1), janeiro/março de 1994, p. 2-12.
- JOFILLY, Bernardo. Toyotismo e microeletrônica: uma revolução que desafia. In: **Revista**

- De Fato**, edição especial, São Paulo, CUT, 1994.
- KURZ, Robert. Perdedores Globais. In: **Folha de São Paulo**, 01 de out., 1995, p. 5-9.
- LIBÃNEO, J. C e Outros. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo, Cortez, 2003
- MORANDI, Sonia. O Processo de Globalização e Participação Política. In: **Caderno SERT/CEETEPS**, São Paulo, 1997.
- MORANDI, Sonia. **Espaços e Globalização**. Caderno de Geografia CEETEPS, setembro de 1995.
- MORAES, José Geraldo V. de. **Caminhos das Civilizações**. São Paulo, Atual, 1993.
- MOREIRA, Ruy. **O círculo e a espiral - a crise paradigmática do mundo moderno**. Rio de Janeiro, Coautor, 1993.
- MOREIRA, Ruy. **APós-Modernidade, a Globalização, a Terceira Revolução Industrial e o Mundo do Trabalho**. Palestra realizada no CEETEPS/UNESP, em 27/03/96.
- PETRAS, James. **Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina**. São Paulo, Xamã, 1999.
- RODRIGUES, Alberto Tossi. Neoliberalismo: Gênese, Retórica e Prática. In: **Revista Filosofia, Sociedade e Educação**. Marília, Pós-Graduação UNESP, 1995, p.193-226.
- ROSSI, C. Globalização diminui as distâncias e lança o mundo na era da incerteza. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 nov. 1997. Caderno Especial Globalização, p.2.
- ROSSI, C. A banalização da barbárie. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 nov. 1999. Opinião, p.2.
- SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo, Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. Entrevista AGB/Bauru. In: **O Espaço do Geógrafo**, n.º 05, Bauru, AGB/Bauru, 1996, p.4-9.
- VALE, José Misael Ferreira do. Educação e Globalização: reflexos no ensino brasileiro. In: **Ciência Geográfica**, n.º 12, Bauru, AGB, janeiro/abril de 1999, p.63-66.

VINCULACIÓN ENTRE LA EXPANSIÓN SOJERA Y LA DEFORESTACIÓN EN LA ARGENTINA, 1990-2020

LIGAÇÃO ENTRE A EXPANSÃO DA SOJA
E O DESMATAMENTO NA ARGENTINA, 1990-2020

LINKAGE BETWEEN THE SOYBEAN EXPANSION
AND THE DEFORESTATION IN ARGENTINA, 1990-2020

Graciela Patricia Cacace¹
cacacegraciela@gmail.com

Jorge Osvaldo Morina²
ojmorina@gmail.com

Ano XXVII - Vol. XXVII - (4): Janeiro/Dezembro - 2023

CIÊNCIA
Geográfica
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
www.agbauru.org.br

1 Lic. en Geografía, UNLu y Magíster en Políticas Ambientales y Territoriales de la FFyL, UBA. Miembro del Instituto de Investigaciones Geográficas (INIGEO), UNLu. E-mail: cacacegraciela@gmail.com.

2 Lic. en Geografía, UBA y Profesor Emérito de la UNLu. Miembro del INIGEO, UNLu. Miembro del Centro de Estudios Alexander von Humboldt. E-mail: ojmorina@gmail.com.

Artigo recebido em setembro de 2023 e aceito para publicação em dezembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMEN: La soja genéticamente modificada es la mayor expresión del agronegocio en Argentina, sino también uno de los más controversiales y problemáticos usos del territorio. Las consecuencias ambientales de este modelo son discutidas considerando el área de bosques nativos talada debido a la expansión de la frontera sojera. El poder político y legal opera como garante de la desposesión de indígenas y campesinos por medio de las órdenes de desalojo y aceptando como legítima la documentación falsificada de las empresas. Los cercamientos silenciosos y estrategias de violencia abierta han sido complementados por la deforestación. Cerca de 5 millones de hectáreas de bosques nativos fueron derribadas en exactamente 16 años (1998-2014). El avance sojero fue el mayor impulso de la reducción del área con bosques entre 2002 y 2011, directa e indirectamente. En suma, la producción de soja causa deforestación, pérdida de biodiversidad, exportación libre de suelo y agua virtual, desertificación, etc.

Palabras clave: Expansión sojera. Bosques nativos. Deforestación. Cercamientos.

RESUMO: A soja geneticamente modificada é a maior expressão do agronegócio na Argentina, mas também um dos usos da terra mais polêmicos e problemáticos. As consequências ambientais deste modelo são discutidas considerando a área de florestas nativas derrubada pela expansão da fronteira da soja. O poder político e jurídico atua como garantidor da desapropriação dos povos indígenas e camponeses por meio de ordens de despejo e aceitando como legítima a documentação falsificada da empresa. Cercamentos silenciosos e estratégias de violência aberta foram complementados pelo desmatamento. Cerca de 5 milhões de hectares de florestas nativas foram derrubados em exatos 16 anos (1998-2014). O avanço da soja foi o maior impulso na redução da área com florestas entre 2002 e 2011, direta e indiretamente. Em suma, a produção de soja causa desmatamento, perda de biodiversidade, livre exportação de solo e água virtual, desertificação, etc.

Palavras-chave: Expansão da soja. Florestas nativas. Desmatamento. Cercamentos.

ABSTRACT: GM soybean is the major expression of agribusiness in Argentina but one of the most controversial and troublesome uses of territory. The environmental consequences of this pattern are discussed by considering the area of native forests logged due to the soybean frontier's expansion. Political and legal power operate as dispossession guarantors by both ordering evictions for indigenous and peasants and accepting the fake companyowned documents as legal. Silent enclosures and undisguised strategies of violence have been complemented by deforestation. Almost 5 million hectares of native forests were cut down in just 16 years (1998–2014). Soybean's advance has been the major driver of forest area reduction between 2002 and 2011 as well as an indirect deforestation driver too. In addition, soybean production motive deforestation, loss of biodiversity, free exports of soil and virtual water, desertification, etc.

Keywords: Soybean expansion. Native forests. Deforestation. Enclosures.

INTRODUCCIÓN

En investigaciones realizadas y publicadas en años recientes analizamos el proceso de sojización en la Argentina, poniendo el acento en distintos aspectos y factores de su expansión y de sus consecuencias. Al estudiar la expansión de la agricultura industrial transgénica en el capitalismo agrario de nuestro país, la enmarcamos en un contexto internacional caracterizado por la incidencia de la concentración, centralización y especulación capitalista. Hemos expresado en distintas ocasiones, que los rasgos del agro argentino son el resultado de varias décadas de políticas ultraliberales entre finales del siglo XX y la primera parte del siglo XXI. En ese contexto, el camino elegido por los más fuertes actores económicos de nuestro país, siempre con el apoyo del Estado y el manejo de los medios masivos de comunicación, pasó y sigue pasando por el aumento de la producción agropecuaria con especialización en oleaginosas y por la exportación de sus derivados, perjudicando a los pequeños y medianos productores que no pudieron ingresar o ingresaron en desventaja al modelo sojero (MORINA; CACACE, 2010; 2013; 2016). En este caso, nuestro objetivo es mostrar la correlación empírica entre el avance de las superficies cultivadas con soja transgénica y los desmontes de bosques nativos en las últimas décadas. Para ello, utilizamos fuentes primarias y secundarias, incluyendo series estadísticas oficiales y privadas, observación directa y entrevistas a informantes calificados. Comenzando con la descripción y explicación del avance de los cultivares de soja en las áreas pampeana y extrapampeana, procedemos a identificar los procesos de deforestación vinculados a esa expansión mediante información cuantitativa y cualitativa. Nos expresamos también sobre otras consecuencias inescindibles de los desmontes y la sojización, como es el caso del desplazamiento y expulsión de comunidades campesinas y pueblos originarios.

MARCO DE REFERENCIA Y EXPANSIÓN DE LAS SUPERFICIES CULTIVADAS CON SOJA EN LA ARGENTINA

En un contexto internacional caracterizado por los *rasgos seniles del capitalismo* (AMIN, 2010), la Argentina, como muchos otros países de América Latina en el presente siglo, ha venido transitando un *modelo de desarrollo* anclado en la valorización financiera al que se le sumó la producción y exportación a gran escala de bienes primarios. Perfiles productivos exportadores que consolidaron una matriz *extractivista* y de *commodities* que, con algunos rasgos tradicionales y otros nuevos, sigue siendo funcional a la globalización comercial y a la integración subordinada de nuestro país al sistema económico mundial transnacionalizado.

Los grandes cambios en el agro argentino en las últimas décadas, con la acelerada expansión de la agricultura industrial transgénica, asociada al proceso de sojización, reafirman la posición periférica de la Argentina. El avance del modelo sojero ha implicado una notable dispersión geográfica, trasplantándolo desde la zona núcleo de la pampa húmeda hacia el norte de la provincia de Santa Fe, de La Pampa y de Córdoba, el sur de Entre Ríos y gran parte de las provincias de San Luis, Salta, Santiago del Estero,

Tucumán, Chaco y Formosa en un proceso de *pampeanización* de territorios (PENGUE, 2006). Permanentemente el avance de la frontera sojera desplaza otras producciones (ganaderas, forestales, etc.) en un proceso constante de agriculturización (Pengue, 2006).

El territorio argentino es escenario de circuitos productivos, cadenas agroindustriales de acumulación propias del agronegocio que expresan la espacialidad de un ciclo determinado de rotación y reproducción del capital. Allí proliferan pujas y conflictos, derivados de los intereses de los agentes hegemónicos por apropiarse de una cuota mayor del excedente generado (GÓMEZ LENDE; VELAZQUEZ, 2016) y la lógica generación de poder.

En la Argentina, la etapa neoliberal ha dejado una profunda marca en la sociedad argentina: (a) un dominio determinante del gran capital transnacional; (b) la consolidación de la posición periférica del ciclo del capital local en el ciclo del capital global basada en la preeminencia de la estrategia del saqueo de las riquezas naturales y (c) la precarización y superexplotación estructural de la fuerza de trabajo. Estos elementos dan cuenta de la continuidad y consolidación del ciclo de la dependencia.

En el siglo XXI se acentúa la reorientación de nuestros países latinoamericanos hacia actividades primario-extractivas con escaso valor agregado. Pensamos por ejemplo en hidrocarburos, metales y minerales, biocombustibles y producción de alimentos para la ganadería o para humanos, siempre con escaso procesamiento. El efecto de *reprimarización* se ve agravado por el ingreso de China como socio desigual en lo que respecta al intercambio comercial con la región. En lo social, implica la profundización de la dinámica de desposesión (HARVEY, 2004), representada por el despojo y la concentración de recursos y territorios, en una poco disimulada alianza multiescalar entre gobiernos y grandes corporaciones. En la primera década de este siglo las exportaciones de los países de la región y los altos precios de varias materias primas, favorecieron recurrentes balanzas comerciales superavitarias. Sin embargo, también hay que señalar que:

Un efecto positivo sobre las cuentas de resultados de las empresas transnacionales, lo que ha impulsado los dividendos de la Inversiones Extranjeras Directas - IED -para los países de origen hasta alcanzar entre 2007 y 2010 una media de 85.567 millones de dólares. Por otra parte, teniendo en cuenta que en muchas economías más de la mitad de los flujos de IED recibidos corresponden a reinversión de utilidades de las propias filiales, se puede concluir que la IED no representaban una entrada neta de capital para América latina y el Caribe (CEPAL, 2011, p. 149).

En la actualidad continuamos con políticas orientadas a la atracción de IED especializadas en la explotación de recursos naturales y en las primeras etapas de su procesamiento. De esa manera, el modelo fomentado por la IED consolida formas de producción que implican la sobreexplotación de la capacidad de carga de los ecosistemas y una transferencia de riqueza encubierta (agua, nutrientes) en las transacciones internacionales. Existen costos sociales y socio-ambientales que no son considerados.

Son nuevos mecanismos de expropiación de recursos naturales que violan los derechos, tanto humanos como naturales. Estos procesos generan profundas repercusiones sociales, políticas, económicas, ambientales y científicas.

La expulsión de los más pobres de la tierra, la afectación de los ecosistemas y de los hábitats humanos, los cambios en las condiciones de trabajo, la fragmentación social y territorial son parte de la dinámica principal y global que afianza una inserción económica internacional de la mano del capital financiero y las transnacionales (FERNÁNDEZ EQUIZA, 2013, p. 10).

En la Argentina, la soja fue, hasta comienzos de la década de 1970, poco más que una especie exótica y una rareza botánica (MORINA; CACACE, 2010; MARTÍNEZ DOUGNAC, 2013). Sin embargo, tres factores contribuirían a que este cultivo se expandiera durante los siguientes dos decenios: a) la introducción en la pampa húmeda de nuevas variedades híbridas de oleaginosas y cereales, como el trigo modificado con germoplasma mexicano; b) la funcionalidad de la soja como ‘cultivo de segunda’, susceptible de ser combinado con la producción triguera; y c) la demanda externa europea, vinculada a la sustitución de las harinas de pescado por las harinas vegetales en la elaboración de alimentos balanceados para ganado porcino y avícola (TEUBAL, 2006; GRAS; HERNÁNDEZ, 2016). Como resultado, entre 1970/1971 y 1986/1987 la superficie sembrada con soja aumentó exponencialmente en el país, pasando de 30.470 hectáreas a 3.700.000 hectáreas (MINAGRI, 2016). Surgió entonces un nuevo modelo agroalimentario - el llamado agronegocio -, basado en la profundización de la integración vertical agroindustrial, el aumento de la concentración, centralización y transnacionalización del capital, la penetración del “supermercado”, el fin de la rotación ganadería-agricultura, y la concentración de tierras (TEUBAL, 2006). El avance sojero se concretó sobre las tierras ya utilizadas para la agricultura como sobre aquellas con importante cobertura boscosa y selvática.

La agriculturización de las Pampas, como hemos señalado, forma parte de la agudización de los procesos de integración fuertemente subordinada o dependiente, en el marco de la globalización neoliberal o ultraliberal de las últimas décadas del siglo XX, verdadera estrategia capitalista en la lucha de clases, en la escala espacial en la que debe ser interpretada, esto es en la internacional. Hasta los años sesenta y parte de los setenta:

La demanda de los mercados locales y nacionales y las políticas en materia alimentaria de los gobiernos nacionales (precios mínimos y máximos, subsidios para la producción, infraestructura de caminos, políticas energéticas, cupos de exportación, etc.) eran los dos factores principales que determinaban los cultivos que sembraba el agricultor. Sin embargo, en los últimos 25 años la demanda de los mercados internacionales ha reemplazado en gran parte a los mercados locales y debido a la presión ejercida por los programas impuestos a

los gobiernos por organismos crediticios internacionales (sobre todo el FMI), los grados de libertad en materia de políticas agrarias de los gobiernos locales han disminuido considerablemente (PENGUE, 2008a, p. 56).

En algunos períodos de manera gradual y en otros abruptamente, los precios internos de las materias primas y de los productos alimentarios derivados de ellas se ajustan cada vez más a los del mercado mundial. Los acopiadores/exportadores exigen cobrar en la Argentina lo mismo que perciben internacionalmente. Es así que los patrones de producción se asocian fuertemente a las demandas externas. Hasta en áreas marginales para la producción, ahora tomadas en cuenta por la pampeanización, el valor de la tierra torna imposible el acceso para el pequeño productor. Por ejemplo, un informe del primer lustro de este siglo, afirmaba que los precios de la tierra en Las Lajitas (Departamento Anta, Salta) habían alcanzado entre los 2000 y 2500 dólares por hectárea para lotes agrícolas (BERTOLASI, 2004). A escala regional y nacional las consecuencias han sido la pérdida de la autosuficiencia alimentaria, el aumento de la proletarización y precarización del trabajo en el agro y el aumento de la pobreza y el despoblamiento rural (SOLBRIG; VERA, 1997).

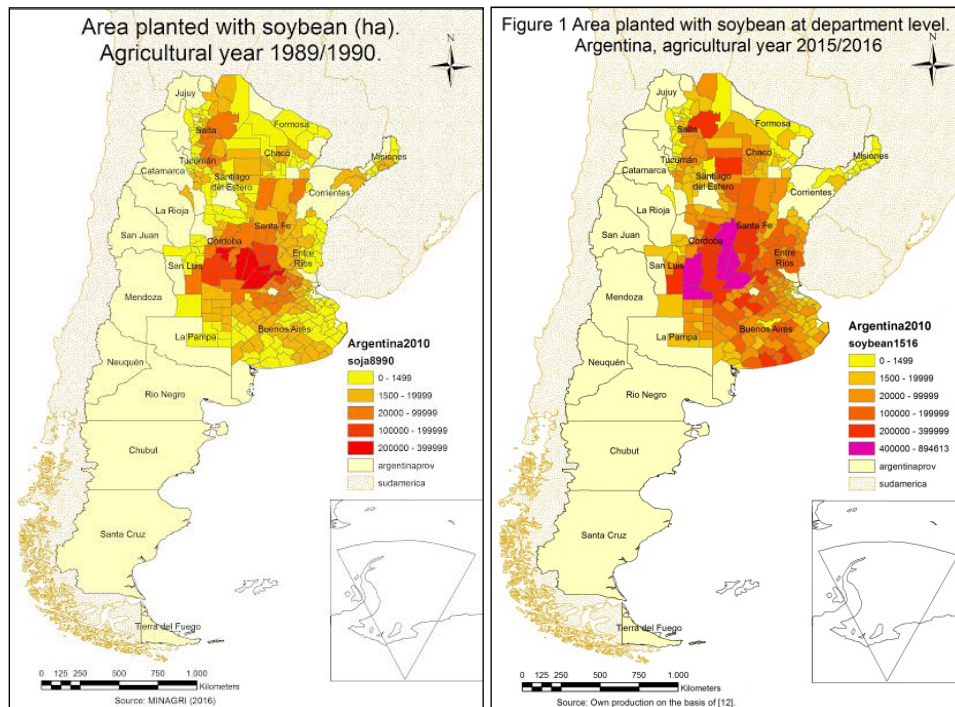
A partir de esos factores la soja se expandió rápidamente en el país. Entre las campañas agrícolas 1989/1990 y 2015/2016, su superficie pasó de 5.073.000 hectáreas a 20.602.542 hectáreas -aumentó un 306,1%-, en tanto que su producción granaria trepó de 10.671.100 toneladas a 58.800.498 toneladas - creció un 451% - (MINAGRI, 2016). De acuerdo a distintas fuentes, este cultivo actualmente acapara entre el 52% y el 59% del área nacional sembrada con granos, así como también el 93,2% de la producción nacional de cereales y oleaginosas (GIARRACCA; TEUBAL, 2013; GÓMEZ LENDE; VELÁZQUEZ, 2015; CIARA, 2016). La producción agroindustrial también aumentó significativamente. Sobre la base de datos proporcionados por la Cámara de la Industria Aceitera de la República Argentina, es posible estimar que la elaboración de harinas de soja creció un 622,7% entre 1989 y 2015 -pasó de 4.354.607 toneladas a 31.469.471 toneladas-, en tanto que la de aceite hizo lo propio un 759,4% -de 918.533 toneladas a 7.894.377 toneladas-. Como consecuencia, la soja representa el 88,1% y el 95,7% de la producción global de aceites y harinas, respectivamente (CIARA, 2016). A raíz de esta expansión, la Argentina se convirtió en el tercer productor y exportador mundial de granos de soja, así como también en el primer exportador de harinas y aceites de soja (MORINA; CACACE, 2010; 2013).

Cuadro 1. Superficie cultivada con soja en la Argentina, según provincias. Área sembrada, variación % y participación % (período 1990-2015) y % del área agrícola total (año 2008).

Provincia	1989/1990 (has)	2015/2016 (has)	Variación % 1990-2015	1989/1990 (%)	2015/2016 (%)	2008 (% área agrícola)
Buenos Aires	1.260.000	6.869.938	445,2	24,8	33,6	35,6
Catamarca	11.000	56.142	410,4	0,2	0,3	16
Chaco	68.000	551.940	711,7	1,3	2,7	38,4
Córdoba	1.410.000	5.579.530	295,7	27,8	27,1	49,3
Corrientes	15.000	20.000	33,3	0,3	0,1	3,9
Entre Ríos	51.000	1.466.000	2.774,5	1,0	7,1	51,3
Formosa	6.000	15.000	150,0	0,1	0,1	5,0
Jujuy	4.000	6.840	71,0	0,1	0,0	4,2
La Pampa	42.000	553.225	1.217,2	0,8	2,7	8,8
Misiones	3.000	1.550	-48,3	0,1	0,0	0,2
Salta	111.000	423.757	281,8	2,2	2,1	38,9
San Luis	500	396.926	79.285,2	0,0	1,9	11,4
Santa Fe	1.940.000	3.468.912	78,8	38,2	16,8	55,2
Santiago del Estero	70.000	980.572	1.300,8	1,4	4,8	36,1
Tucumán	81.500	212.210	160,4	1,6	1,0	39,7
Total del país	5.073.000	20.602.542	306,1	100,00	100,00	38,5

Fuente: Elaboración propia sobre la base de MINAGRI (2016) e INDEC (2016).

Los Mapas de la Figura 1 muestran la acelerada expansión de la frontera sojera hacia el oeste y el norte argentino durante el período 1990-2015. Como resultado, la soja ha absorbido entre la tercera parte y más de la mitad de la superficie agrícola de Buenos Aires, Santiago del Estero, Chaco, Tucumán, Córdoba, Entre Ríos y Santa Fe, según se desprende de datos del Censo Nacional Agropecuario de 2008 (INDEC, Argentina, 2016). Si bien la densidad del cultivo de soja es mucho mayor en el núcleo de la pampa húmeda, las provincias de Buenos Aires, Córdoba y Santa Fe han disminuido su participación relativa sobre la superficie del 90,4% al 77,3%, debido sobre todo a la caída santafesina -su aporte se redujo a menos de la mitad-. Así pues, la periferia de la región pampeana (Entre Ríos y La Pampa) aumentó su participación del 1,8% al 9,8%, en tanto que las provincias extra-pampeanas hicieron lo propio del 7,3% al 12,9%, empujadas por el crecimiento de Chaco, Santiago del Estero y San Luis (Cuadro 1).



Fuente: Gómez Lende y Velázquez (2016, p. 8).

Figura 1. Superficie sembrada con soja en la Argentina. Campañas agrícolas 1989/1990 y 2015/2016.

De acuerdo a los Censos Nacionales Agropecuarios, casi la tercera parte (32,9%) de las explotaciones agropecuarias argentinas desapareció entre 1988 y 2008 (INDEC, 1995, 2016). Esto ha contribuido, en idéntico lapso, al sustancial aumento de la superficie promedio de las unidades agropecuarias, que pasó de 421 hectáreas a 562 hectáreas (SCHWEITZER, 2012). Existe una fuerte correlación empírica entre la reducción del número de unidades productivas y la especialización sojera. Al compás del avance del monocultivo sojero, la concentración de tierras aumenta, ampliando la brecha entre los distintos estratos de agentes agropecuarios; de hecho, a comienzos del Siglo XXI se estimaba que 936 terratenientes acaparaban 35.515.000 hectáreas, en tanto que 137.021 agricultores sólo daban cuenta de 2.288.000 hectáreas (PENGUE, 2005; GÓMEZ LENDE; VELÁZQUEZ, 2015).

LA DEFORESTACIÓN DE BOSQUES NATIVOS ASOCIADA AL AVANCE DE LA SOJA TRANSGÉNICA

El *boom* sojero, la concentración de la propiedad rural y la integración vertical agroindustrial no afectaron sólo a los pequeños y medianos agricultores capitalistas. Por el contrario, campesinos y aborígenes enfrentan actualmente un silencioso e implacable proceso de arrinconamiento, con el consiguiente recrudecimiento de la violencia rural (GIARRACCA; PALMISANO, 2013, apud GÓMEZ LENDE; VELÁZQUEZ, 2016). Debido a la creciente demanda de tierras fértiles para monocultivo impulsada por la expansión de la frontera agrícola, la fiebre sojera implica nuevos cercamientos territoriales, plasmados en la usurpación de la tierra

y el desalojo de sus legítimos propietarios por parte de grandes productores, terratenientes, *pools* de siembra, fondos de inversión y aceiteras. Estas estrategias de desplazamiento y violencia abierta han sido complementadas por los desmontes efectuados para sembrar soja o pasturas para la ganadería que el monocultivo desplazó de las zonas más fértiles (MORINA; CACACE, 2013). Los conflictos por el avance sojero sobre poblaciones campesinas, incluyendo distintas etnias, se han hecho cada vez más frecuentes. Recordemos p.e. los asesinatos de Cristian Ferreira, el 16 de noviembre de 2011, o de Miguel Galván, en octubre de 2012, ambos jóvenes dirigentes del MOCASE (Movimiento Campesino de Santiago del Estero) –Vía Campesina. Los sicarios mataron por encargo de grandes productores de soja provenientes de Santa Fe en el primer caso y de Salta en el segundo. Mencionamos sólo esos dos casos de una larga lista de crímenes organizados por empresarios que se expanden con ambición y voracidad delictiva e inmoral. También se ha expresado un Presidente de la Sociedad Internacional de Economía Ecológica cuando denunció “el grave etnocidio contra la población indígena en el noreste del país como en el Chaco y Formosa, por el mero interés de apropiarse de sus tierras, para la producción de soja o agrocombustibles” (MARTÍNEZ ALIER, 2008, p.15).

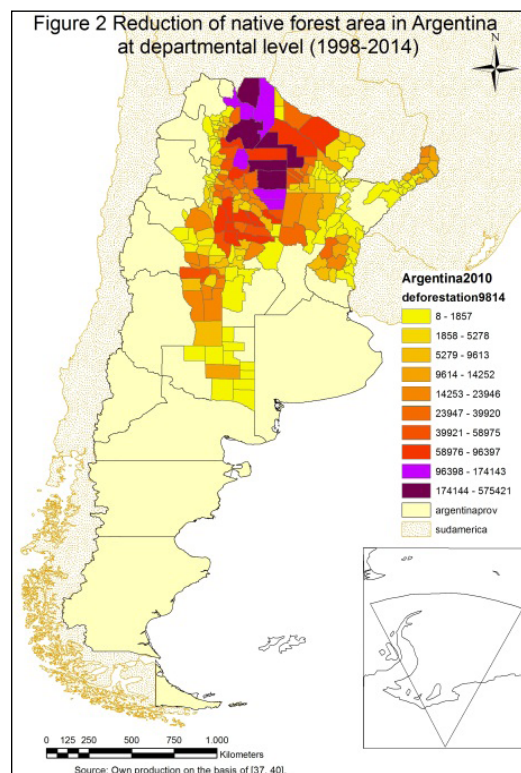
Con respecto a esta cuestión, el Ingeniero Agrónomo y Doctor Walter Pengue ha expresado:

La inversión fenomenal en compra y habilitación de tierras y en conversión de cultivos regionales tradicionales de los últimos 20 años se desarrolló bajo el estímulo del alto precio de la soja, y el proporcionalmente bajo precio de la tierra con bosques subtropicales secundarios de la llanura pedemontana de las Yungas, la Selva Misionera y el Chaco. Los capitales, la tecnología y los patrones culturales de los dueños de la tierra y sus colaboradores vinieron desde fuera de las regiones y del país (PENGUE, W., 2008b, p. 103).

Es pertinente además, consignar que existe un amplio consenso de que los desmontes masivos producidos en zonas de fuerte contraste de relieve, como es el caso de la región salteña en donde se pasa de un ambiente de montaña (Yungas) a una llanura deprimida (Chaco Seco), están vinculados al aumento de los riesgos de erosión y movimientos en masa en el primer ambiente, y flujos torrenciales e inundaciones en las áreas planas. Sin la vegetación propia del lugar, la estructura de las laderas se vuelve cada vez más inestable. Esto provoca que haya poca retención y se acelere el escurrimiento superficial. Es así que las crecidas no se regulan y el agua fluye a gran velocidad arrastrando las partículas del suelo, destruyendo puentes y caminos, aislando comunidades y alterando la dinámica propia de los sistemas naturales. Los suelos de textura fina, presentes en el Parque Chaqueño en esta zona, son fácilmente erosionables ante los procesos de desmonte. La ausencia de cobertura vegetal continua los expone a la energía calórica, lo que disminuye la disponibilidad hídrica para las plantas por la evaporación y produce la pérdida de la estructura del suelo por la volatilización del nitrógeno y el carbono: literalmente se quema la materia orgánica (ÁLVAREZ LEGUIZAMÓN, 2017).

En apenas 16 años (1998-2014) se talaron casi 5 millones de hectáreas de bosques nativos en el país (SAyDS, 2015). Esos datos no reflejan completamente la gravedad de la situación, toda vez que no consideran la pérdida adicional de masa boscosa ocasionada por la fragmentación y degradación de ecosistemas vinculada a la tala. De las conclusiones del Panel Intergubernamental sobre Cambio Climático realizado en 2014 se desprende que el 4,3% de la deforestación mundial ocurre en la Argentina (ARANDA, 2015). A pesar de que la gravedad de la situación instó al Estado a prohibir parcialmente la tala y realizar un inventario y ordenamiento territorial de los bosques remanentes, los desmontes clandestinos continúan, acicateados por la expansión de la frontera agropecuaria.

Tal como lo muestra el Mapa de la Figura 2, existe una correlación directa entre el avance de la soja y esta problemática. El 95,8% (4.754.747 hectáreas) de la superficie talada entre 1998 y 2014 correspondió a provincias que, o bien pertenecen a la zona-núcleo sojera (Córdoba, Santa Fe, Entre Ríos), o bien forman parte de las áreas marginales conquistadas por la expansión de la frontera agropecuaria para monocultivo oleaginoso. Sólo cinco provincias -Santiago del Estero (35,1%), Salta (26,6%), Chaco (11,2%), Formosa (6,3%) y Córdoba (6%)- concentraban el 85,2% del área desmontada en todo el país, justamente aquellas sindicadas como epicentro de la actual expansión sojera en el norte argentino (GÓMEZ LENDE; VELÁZQUEZ, 2015). La propia Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación reconoce que el cultivo de soja fue el principal responsable del retroceso del área boscosa entre 2002 y 2011 (SAyDS, 2007; 2008; 2012).



Fuente: Gómez Lende y Velázquez (2016, p.17).

Figura 2. Superficie de bosques nativos deforestada en la Argentina, según departamentos. Período 1998-2014.

Empresas de desmontes, inversores sojeros y agroindustrias desarrollan la llamada ‘fabricación de campos’, donde las superficies boscosas son arrasadas con topadoras y posteriormente calcinadas³.

El desmonte acordonado se quema in situ y no sólo se pierde rollizo sino leña campana, material carbonizable y leña de bajo diámetro (leña de panadería) y para horno de ladrillo. [...] se forman las llamadas ‘tierras cocidas’, biológicamente inertes y desaparece, por lapsos de tiempo no conocidos, la meso y microfauna edáfica. En una matriz de bosque perforada por grandes manchones con agricultura industrial, nuestro conocimiento de los procesos de conversión es imperfecto en temas como: a) tipo de interacciones entre enormes parches de cultivo intensivo y la matriz forestal que lo rodea; b) respuesta ecosistémica a la aparición de bordes rectos angostos y muy contrastados; c) en fumigaciones con plaguicidas no se han medido las consecuencias sobre la biota de la ‘deriva’, es decir la ampliación al ecosistema bosque de la pulverización (MORELLO, PENGUE; RODRÍGUEZ, 2008, p. 180).

Hay parches de desmontes que fueron cultivados durante pocos años y luego abandonados; un ciclo de años secos puede ampliar la superficie de los mismos, lo que demanda un programa de investigación sobre costos económicos y ecológicos de rehabilitación de cultivos abandonados en tierras forestales (SARAVIA TOLEDO, 1987).

La creación de un parche de monocultivo, de miles de hectáreas, va asociada a la cancelación de la posibilidad de usufructo de bienes del bosque utilizados por etnias locales y criollos del entorno. Esos bienes incluyen forraje natural, frutos, madera, cueros, pieles, carne de monte, fibras, tanantes, biota de uso medicinal (ARENAS, 2003; MARANTA, 1987), miel, una pequeña parcela para agricultura de subsistencia y agua para consumo humano y animal. Las consecuencias del acorralamiento social y económico de grupos desplazados y caseríos del entorno cultivado no son consideradas como prioridades a enfrentar y a resolver, ni por los empresarios capitalistas ni por el Estado. La justificación esgrimida para vender tierras públicas para desmontar es que se trata de bosques degradados, pero la experiencia indica que aún así tienen alta capacidad de restauración natural y asistida (CAZIANI, 2005).

Coincidimos con especialistas y citamos a uno de ellos cuando concluye que:

Los desmontes estallan aquí y allá, en cualquier punto del paisaje natural del Chaco, siguiendo la ocasión del negocio inmediato según la oferta de predios a la venta. Desaparecen o se fragmentan los bosques de distinto tipo y valor, antes de haberse asegurado que una parte por lo menos de cada uno quede resguardada como Área Protegida, muestra permanente de la condición natural de cada tipo de ambiente particular. Tipos de bosque diferentes, como las selvas de ribera del Chaco Húmedo y los de transición hacia el Chaco Seco y de esta ecorregión hacia

la de Las Yungas, en el oeste, están en vías de desaparición, al concentrarse allí la deforestación más intensa. [...] puede afirmarse que es más grave el desorden de ese avance sobre la naturaleza, que la cantidad de hectáreas que se desmontan. Cuando un cierto tipo de bosque natural está sujeto a desmontes, la extinción de algunas especies que viven en él se produce mucho antes que la desaparición completa de ese bosque (BURKART, 2009, p. 349-350).

En Salta, actualmente conocida como ‘la capital de la tala’, el gobierno provincial autorizó desmontes ilegales a pedido de los empresarios sojeros, modificando la zonificación establecida por la Ley de Bosques⁴; a esto se añaden las presiones que intendentes, empresas y organismos oficiales ejercen sobre las comunidades aborígenes para que firmen autorizaciones para desmontar o aceptar la recategorización de áreas de conservación a cambio de agua, comida y ambulancias (ARANDA, 2015). En 1996, cuando se liberó en la Argentina el cultivo de la soja transgénica, el gobierno provincial salteño lo promovió como “gran oportunidad de negocios”. Por eso, el entonces gobernador J. C. Romero es considerado colaborador y cómplice del devastador avance sojero. Más adelante se ganaría el mote de ecocida, al autorizar el desmonte de 500.000 ha. en 2007, mientras se discutía la Ley de Bosques. En sus distintas gestiones como gobernador, J. M. Urtubey, acompañado por la Unión Industrial de Salta y por las cámaras empresariales agrarias, impulsó y legitimó la naturalización de los procesos de expropiación de medios de subsistencia y de deforestación masiva ligados directamente al monocultivo de soja. De ese modo, el discurso productivista siguió pregonando la creencia en el “derrame”, justificando la depredación y la concentración de los medios de producción (Álvarez Leguizamón, 2017). Un claro ejemplo del lamentable posicionamiento oficial se observó en el contexto del litigio denominado “el caso Olmedo”, a partir del reclamo de los aborígenes expulsados de la reserva llamada Salta Forestal⁵. En esa ocasión, el diario El Tribuno, propiedad de la familia del gobernador, publicó un suplemento en cuya tapa se leía “Civilización o Barbarie”. La foto de tapa mostraba una familia wichi en primer plano, con su rancho atrás, refiriendo que esa “barbarie” se oponía al “desarrollo” encarnado por la expansión sojera (Álvarez Leguizamón, 2017). Cabe agregar que varios integrantes de la Alianza de ultraderecha que gobernó a escala nacional entre diciembre de 2015 y de 2019 y del partido controlante del Poder Ejecutivo Nacional (PEN) de esa etapa, poseen miles de hectáreas en Salta y destinan la mayor parte a la soja. Entre otros apellidos podemos mencionar los de Tonelli, Braun Peña y Macri. Algunas de las fincas propiedad de funcionarios de ese régimen antipopular, proyecto de dictadura mafiosa, y/o sus parientes en la provincia de Salta, están registradas como El Cuchuy, La Peregrina, Los Pozos y La Moraleja⁶.

La trama de relaciones e intereses entre alto funcionariado y grandes capitales es parte de la llamada estructura arborescente del colonialismo interno que se articula con los centros de poder del hemisferio norte, ya sean universidades, fundaciones u organismos internacionales presentados como “multilaterales” (RIVERA CUSICANQUI, 2004). La racionalidad dominante subestima y descalifica al colonizado, al que es imprescindible

expropiar y explotar en función de la producción y apropiación de excedentes por parte del capital concentrado. Alcira Argumedo entiende que el contexto de la expansión sojera abarca procesos equivalentes al *lebensraum*⁷. Estas ideas emergen en la Argentina bajo la modalidad del desmonte de bosques nativos, con el desplazamiento de campesinos e indígenas que desde tiempos ancestrales viven en ellos y de ellos obtienen sustento [...] entre otros, gobernantes y funcionarios corruptos, grandes corporaciones locales o extranjeras, junto con pools de siembra y empresarios amigos, son ahora las razas superiores que pretenden legitimarse en una moderna teoría del *lebensraum*, con el objetivo de desplegar sus negocios civilizados en esos espacios vitales (ARGUMEDO, 2009).

La expansión de la soja en la Argentina no constituye un proceso neutral desde el punto de vista ambiental sino que sus implicancias e impactos negativos son muy tangibles. La mercantilización de la naturaleza y la degradación del hábitat se expresan con crudeza, por ejemplo, en la deforestación de los bosques nativos. Si la floresta autóctona cubría 37.353.308 hectáreas en 1937, en 1987 dicha superficie había retrocedido a 35.180.000 has, y en 2002, a 30.073.385 has (SAyDS, Argentina, 2007a). Así pues, debió transcurrir medio siglo para que el territorio nacional perdiera el 5,8% de sus bosques nativos, pero bastaron sólo quince años para que fuera despojado del 14,5%. Si se considera como marco de análisis el período 1998-2014, los datos son tan elocuentes como alarmantes: casi 5 millones de hectáreas de bosques nativos fueron taladas en apenas 16 años -940.345 has (1998-2002), 1.193.206 has (2002-2006), 720.290 has (2006-2007), 1.160.984 has (2007-2011), 757.425 has (2011-2013), y 188.799 (2013-2014) - (Ver el Cuadro 2). Sin embargo, el retroceso de la floresta autóctona en el país ha sido aún mayor, debido a que esas estadísticas sólo consideran la superficie desmontada, no incluyendo la pérdida adicional de masa boscosa debido a la fragmentación y degradación de ecosistemas que la tala ocasiona (SAyDS, Argentina, 2007a).

La gravedad de la situación, aunada a las presiones de ONG's internacionales y comunidades aborígenes y campesinas debido a la enajenación a favor de inversores sojeros de la Reserva Ecológica Pizarro en la provincia de Salta, obligó al Estado nacional a sancionar tardíamente, en 2007, la Ley Nacional 26.331, denominada "Ley de Presupuestos Mínimos de Protección Ambiental de los Bosques Nativos"; esta norma insta a cada gobierno provincial a realizar un inventario y ordenamiento territorial de los bosques de su jurisdicción, prohibiendo los desmontes por dos años. No obstante, la sanción de dicha ley trajo aparejados impactos perjudiciales, entre ellos el aumento especulativo de la tala durante el bienio 2006-2007 y, posteriormente, los masivos desmontes clandestinos realizados en las provincias de Salta y Santiago del Estero. Es llamativo que, pese a su prohibición en 2007, la deforestación recién haya comenzado a desacelerarse a partir del bienio 2013-14, coincidiendo así respecto de la ralentización del proceso de expansión territorial de la soja en nuestro país.

El Cuadro 2 presenta los datos relativos a la superficie desmontada en cada sub-período, desagregados por provincias seleccionadas, todas ellas ligadas en mayor o menor medida al modelo sojero. El 92% del área deforestada en la pampa húmeda y el norte argentino

entre 1998 y 2006 involucra a provincias que en ese último año acaparaban el 65,8% de la superficie sojera nacional. En el mismo período, las tierras ganadas por ese monocultivo en Chaco, Formosa y Santiago del Estero representaron el 35,6%, el 42,2% y el 63,7% del área desmontada, respectivamente (Gómez Lende y Velázquez, 2015). La relación entre expansión sojera y pérdida de bosques nativos se tornó explícita e indiscutible⁸.

Cuadro 2. Superficie de bosques nativos deforestada en la Argentina (en hectáreas), según provincias y períodos seleccionados.

Provincia	1998-2002	2002-2006	2006-2007	2007-2011	2011-2013	2013-2014	Total	%
Catamarca	33.198		9.571	12.163	6.873	272	62.077	1,25
Chaco	117.974	127.491	71.552	110.889	107.145	19.350	554.401	11,18
Córdoba	122.798	93.930	31.255	39.936	5.048	2.038	295.005	5,95
Entre Ríos (*)	s/d	s/d	34.913		79.954	5.161	120.028	2,42
Formosa	19.977	3.296	44.737	129.603	92.153	24.378	314.144	6,33
Jujuy	6.174	s/d	1.826	14.843	9.082	1.492	33.417	0,67
La Pampa	6.156	s/d	2.643	3.164	1.504	8.040	21.507	0,43
Salta	194.389	414.934	204.697	236.246	213.326	57.396	1.320.988	26,63
San Luis	21.837	s/d	30.751	79.151	25.268	9.462	166.469	3,36
Santa Fe	20.737	11.327	9.580	11.692	5.397	1.958	60.691	1,22
Santiago del Estero	306.055	515.228	247.479	453.551	172.058	48.623	1.742.994	35,13
Tucumán	22.171	s/d	6.871	18.467	14.187	1.330	63.026	1,27
Subtotal	871.466	1.166.206	695.878	1.109.705	731.995	179.500	4.754.747	95,84
Total	940.346	1.193.206	720.290	1.160.984	757.425	188.799	4.961.050	100,00

(*) El valor consignado en el período 2011-2013 (79.954 has) incluye también al período 2007-2011. Los datos disponibles para la provincia de Entre Ríos no discriminan entre uno y otro relevamiento, tomando al período 2007- 2013 como un único marco temporal de análisis. No existe información disponible para los períodos 1998-2002 y 2002-2006.

Fuente: Gómez Lende y Velázquez (2015, p. 17).

Organismos internacionales como la FAO estiman que, a escala mundial, la superficie boscosa del planeta disminuyó a razón del 0,22% anual para el período 1990-2000, con medias del 0,18% anual y 0,14% anual para 2000-2005 y 2005-2010, respectivamente (FAO, 2012). El Cuadro 3 muestra que el ritmo de deforestación de bosques nativos en la Argentina rebasa ostensiblemente el promedio mundial, con tasas anuales que oscilan entre el 0,49% (2013-2014) y el 1,31% (2006-2007). El fenómeno se agrava año a año, pues en casi todos los sub-períodos se registran valores que superan los guarismos consignados en el primer relevamiento (1998-2002). Como resultado, el avance de los desmontes en el país sería, en el mejor de los casos, 3,5 veces superior a la media internacional, y en la peor situación relativa, 9,4 veces más rápido. En términos generales, los casos más extremos corresponden a las provincias de Córdoba y Santiago del Estero, secundadas por Salta, Formosa, Entre Ríos y Catamarca: por ejemplo, la tasa de deforestación del norte cordobés entre 1998 y 2006 fue 13 veces mayor a la media

mundial, en tanto que en el período 2006-2014 el ritmo alcanzado por la tala santiagueña resultó entre 7 y 19 veces superior al promedio internacional.

La vinculación con el modelo sojero queda expuesta una vez más. Las provincias cuyas tasas anuales de desmonte rondaron o superaron la media nacional en cada relevamiento son justamente aquellas más afectadas por la reciente expansión de la frontera oleaginosa hacia el norte - Santiago del Estero, Salta, Formosa, Chaco, el norte de Córdoba y Entre Ríos - y, en menor medida, hacia el oeste - San Luis - y sur del país - La Pampa -. Organismos oficiales como la Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación, encargada de llevar a cabo dichos relevamientos, señalan que los resultados arrojados por imágenes satelitales sindicaron al cultivo de soja como principal responsable del retroceso del área boscosa entre 2002 y 2011, especialmente en el Impenetrable Chaqueño (SAyDS, Argentina, 2007a; 2008; 2012). Por añadidura, la fiebre sojera expulsa a otras producciones (algodón, caña de azúcar, pastoreo) de sus núcleos históricos o tradicionales. La ganadería de monte, por ejemplo, ha debido migrar desde los bosques de planicie hacia los bosques de montaña (SAyDS, Argentina, 2012; 2014), con la consiguiente deforestación de tierras para pastoreo. En consecuencia, la soja opera a la vez como vector directo e indirecto de destrucción del bosque nativo en el país.

Cuadro 3. Tasa anual de deforestación de bosques nativos en la Argentina (en %), según provincias y períodos seleccionados.

Provincia	1998-2002	2002-2006	2006-2007	2007-2011	2011-2013	2013-2014
Catamarca	2,15	1,14	0,52	0,15	0,17	0,02
Chaco	0,57	0,75	0,92	0,63	0,88	0,35
Córdoba	2,93	2,49	1,67	0,90	0,30	0,09
Corrientes	0	0,02	0,09	0,20	0,09	0,12
Entre Ríos (*)	s/d	s/d		1,15	1,00	0,23
Formosa	0,16	0,25	0,89	1,10	1,14	0,62
Jujuy	0,16	0,27	0,09	0,44	0,50	0,07
La Pampa	0,19	1,14	0,15	0,09	0,04	0,46
Salta	0,69	1,55	1,99	1,03	1,23	0,83
San Luis	0,82	0,94	1,01	0,37	0,49	0,33
Santa Fe	0,95	0,54	0,61	0,23	0,17	0,17
Santiago del Estero	1,18	2,17	2,64	2,17	1,34	0,95
Tucumán	0,68	1,13	0,33	0,88	0,54	0,17
Total	0,82	1,25	1,31	1,04	0,88	0,49

(*) El valor consignado en el período 2011-2013 (1,15%) incluye también al período 2007-2011. Los datos disponibles para la provincia de Entre Ríos no discriminan entre uno y otro relevamiento, tomando al período 2007- 2013 como un único marco temporal de análisis. No existe información disponible para los períodos 1998-2002 y 2002-2006.

Fuente: Gómez Lende y Velázquez (2015, p. 18).

REFLEXIONES Y CONSIDERACIONES FINALES

Solapada con la tradicional división entre ‘centros’ y ‘periferias’, la oposición planteada entre el ‘Norte global’ y el ‘Sur global’ revela que las actividades desarrolladas en este último ya no se limitan a ser intensivas en capital, con bajos niveles de empleo, salarios y valor agregado, y mayoritariamente controladas por el capital extranjero. Por cierto, contemplan también mecanismos más o menos visibles y violentos de subordinación y despojo: el saqueo de los recursos naturales, el incremento exponencial de la degradación y destrucción ambiental, la intensificación del ritmo de transferencia de capacidad de carga y servicios ecológicos hacia los países centrales y la implementación de sistemas/métodos de explotación/producción prohibidos por las legislaciones ambientales del Norte.

En este caso, el avance de la soja deja tras de sí una estela de erosión, emisión de gases de efecto invernadero, pérdida de biodiversidad y exportación de suelo y agua virtual. Sólo entre 1998 y 2006, las emisiones de CO₂ vinculadas a los desmontes sumaron 14,5 millones de toneladas en la Selva Tucumano-Boliviana y 179,9 millones de toneladas en el Impenetrable Chaqueño (MANGHI *et al.*, 2009, apud GÓMEZ LENDE; VELÁZQUEZ, 2016). El monocultivo de soja, asimismo, drena gratuitamente al mercado mundial recursos edáficos esenciales -nitrógeno, fósforo, potasio, calcio, magnesio, azufre, hierro, manganeso, boro, zinc, molibdeno, cloro, cobre-; paralelamente, destruye suelos frágiles que, al quedar expuestos por los desmontes a las altas temperaturas, la escasa humedad y la erosión eólica, son afectados por un rápido -y a menudo irreversible- proceso de desertización (PENGUE, 2010). Según cálculos efectuados por Pengue (2006), producir una tonelada de soja requiere 1.128,6 metros cúbicos de agua. Esto significa que en 2012 ese cultivo fue responsable por la remesa al exterior de casi 54.000 millones de metros cúbicos de agua, es decir, el 46% de los 119.000 millones de metros cúbicos de agua virtual que, según Viano (2013), la Argentina exportó ese año. Finalmente, la pérdida de masa boscosa aumenta la frecuencia de inundaciones, aludes y deslizamientos.

Este proceso completa la expulsión de los aborígenes de sus dominios ancestrales al privarlos de sus medios materiales para la subsistencia y destruir su matriz étnica y cultural. A comienzos del Siglo XXI se estimaba que, de las 900.000 personas que formaban parte de los grupos originarios del norte argentino, la mitad había sido condenada por la deforestación a mendigar en las grandes ciudades de Santa Fe, Chaco, Formosa, Salta, Misiones y Buenos Aires.

Finalmente, nos inquietan algunas iniciativas orientadas a cuestionar, limitar y, si fuera posible, derogar de hecho, la ley nacional de protección de los bosques nativos. Así, en la provincia de Buenos Aires el gobierno ultraconservador finalizado en diciembre de 2019, logró que se sancionara una ley que “ordena” el bosque nativo provincial, que encaja perfectamente con los intereses inmobiliarios y el agronegocio (recordemos que el entonces secretario provincial de Agroindustria, otro personaje deleznable, es un ex alto directivo de Monsanto). La próxima provincia en sufrir un (re)ordenamiento a medida del agronegocio sería Córdoba, donde se han registrado masivas movilizaciones –de más de 30 mil personas– para defender el limitado 3% de bosque nativo que dicha provincia conserva de sus formaciones originales.

NOTAS

3 Hace más de una década las proyecciones sobre zonas deforestadas y afectadas por los monocultivos de soja en Sudamérica ya eran alarmantes: en Brasil, se llegarían a deforestar entre 70 y 100 millones de ha. entre Chaco, Mata atlántica y bosques tropicales; en Argentina, 25 millones de ha. entre Pampa húmeda, Yunga y Chaco; en Paraguay, 3,5 millones de ha. entre pantanal, Mata atlántica y Chaco; en Bolivia, 1,2 millones de ha. en bosques tropicales y Chaco (Bravo, 2007).

4 Como mostramos más abajo, entre 2002-2006 se talaron en Salta 414.934 ha. de bosques, más del doble que entre 1998-2002. Desmontes y desalojos violentos son motivados por la expansión de la soja, el cultivo más extendido en el país. Los departamentos más afectados fueron: Anta, Orán, Rosario de la Frontera, San Martín y General Güemes, todos en la transición entre la Selva Tucumano-Boliviana o Yunga y el Chaco seco. Las ciudades de Las Lajitas (en Anta), Metán y Tartagal (en San Martín), en la segunda mitad de los años '90, recibieron la radicación de oficinas, centros de insumos y silos agrícolas, de corporaciones como Monsanto, Bunge y Dreyfus, promoviendo los “beneficios” de la biotecnología (Álvarez Leguizamón, 2017).

5 Alfredo Olmedo tiene 110.000 ha., tres aviones y es el mayor productor individual con tierra propia, facturando más de U\$S 50 millones con la venta de porotos de soja a las empresas exportadoras. Parte de las hectáreas corresponden a las cedidas por la Provincia y que integraban la reserva. Las empresas formadas por Olmedo y sus socios no pagaron el canon durante años.

6 Es así que Alejandro Jaime Braun Peña, primo del entonces Jefe de Gabinete del PEN, fue responsable del desmonte de más de 10.000 hectáreas de bosques protegidos, con comunidades originarias adentro, en la Finca El Cuchuy. Al ser denunciado el ilícito por Greenpace Argentina, el sujeto mencionado asistió a una Audiencia de mediación para afirmar que invertiría dos o tres millones de dólares para destruir a dirigentes de esa organización (tomado de Greenpace Argentina y ADN en C5N, del 15/07/2018).

7 Teoría planteada por Ratzel a fines del siglo XIX, fundada en que los pueblos “superiores” tienen derecho a apoderarse de los territorios de los pueblos “salvajes, atrasados e inferiores”, siendo preciso eliminarlos para desplegar allí la “civilización”.

8 Entre 2002 y 2007 se talaron más de 1.100.000 hectáreas para incorporar cultivares de soja (SAyDS, 2008).

REFERENCIAS

ÁLVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia. **Formas de racismo indio en la Argentina y configuraciones sociales de poder**. Rosario: Prohistoria ediciones, 2017.

AMÍN, S. El socialismo, estadio superior de la civilización. Entrevista realizada por Eduardo Luque Guerrero. **El Viejo Topo**, México, Nros. 270/271, 18-22, marzo 2010.

ARANDA, Darío. **Tierra arrasada**. Petróleo, soja, pasteras y megaminería. Radiografía

- de la Argentina del Siglo XXI. Buenos Aires: Sudamericana, 2015.
- ARENAS, Pablo. **Etnografía y alimentación entre los toba-Nachilamolettek y Wichichuku'tas del Chaco Central (Argentino)**. Buenos Aires: Ediciones del Autor, 2003.
- ARGUMEDO, A. **El 'lebensraum' argentino del siglo XXI**. En Página 12, 31/08/2009. Disponible en: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/sociedad/3>>. [Consulta: 26/07/2010].
- BERTOLASI, Ricardo. **Argentina**. Estrategia Rural. Formas de Organización de la Producción. Buenos Aires: CP BM, 2004.
- BRAVO, E. **El nuevo colonialismo de los agronegocios**. El caso de la soja en el cono sur. Disponible en: <http://www.rapaluru.org/transgenicos/Soja/Nuevo_Colonialismo.html>. abril, 2008 [Consulta: 02/08/2008].
- BURKART, R. El Papel de las Áreas Naturales Protegidas en un Territorio Forestal en Desmantelamiento en el Caso del Chaco Argentino. En: J. H. MORELLO; A. F. RODRÍGUEZ (Editores). **El Chaco sin bosques: la Pampa o el desierto del futuro**. Buenos Aires: Orientación Gráfica Editora, 347-372, 2009.
- CAZIANI, S. **La venta de áreas protegidas: ¿es una opción válida desde el punto de vista de la conservación?** Inédito. Cátedra de Agroecología, Universidad Nacional de Salta, Salta, 2005.
- CEPAL. **La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe 2010**. Disponible en <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/43289/2011-322-2010-WEB_ultimo.pdf>. Santiago de Chile, 2011 [Consulta: 26/07/2015].
- CIARA-CEC. **Estadísticas nacionales**. Buenos Aires: Cámara de la Industria Aceitera de la República Argentina, 2016. Disponible en: <<http://www.ciaracec.com.ar/estadisticasNac.php>>. [Consulta: 02/08/2017].
- FAO. **El estado de los bosques del mundo 2012**. Roma: Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación, 2012.
- FERNÁNDEZ EQUIZA, A. M. Desarrollo y Conflictos Socioambientales. Indagaciones para construir nuevos posibles. En: A. M. Fernández Equiza (comp.) **Territorios, Economía Internacional y Conflictos Socioambientales**. Tandil: CIG-IGEHC-UNCPBA, 1-31, agosto 2013.
- GIARRACCA, N.; PALMISANO, T. Tres lógicas de producción de alimentos: ¿Hay alternativas al agronegocio?. En: N. GIARRACCA; M. TEUBAL (Comp.). **Actividades extractivas en expansión: ¿reprimarización de la economía argentina?** Buenos Aires: Antropofagia, 19-44, 2013.
- GIARRACCA, N.; TEUBAL, M. Las actividades extractivas en la Argentina. En: N. GIARRACCA; M. TEUBAL, (Comp.). **Actividades extractivas en expansión: ¿reprimarización de la economía argentina?** Buenos Aires: Antropofagia, 159-172, 2013.
- GÓMEZ LENDE, S. El modelo sojero en la Argentina (1996-2014), un caso de acumulación por desposesión. **Mercator** – Revista de Geografia da UFC, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, vol. 14, nro. 3: 7-25, octubre 2015.
- GÓMEZ LENDE, S.; VELÁZQUEZ, G. **El agronegocio sojero en la Argentina (1990-2015)**. Implicancias sociales, territoriales, ambientales y políticas. Documento de

- Trabajo. Tandil: Centro de Investigaciones Geográficas-Facultad de Ciencias Humanas-UNCPBA, 2016
- GRAS, Carla; HERNÁNDEZ, Victoria. **Radiografía del nuevo campo argentino**. Del terrateniente al empresario transnacional. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2016.
- HARVEY, David. **El Nuevo Imperialismo**. Madrid: Akal, 2004.
- INDEC. **Censo Nacional Agropecuario 1988**. Resultados definitivos por provincias y departamentos. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos, 1995.
- INDEC. **Censo Nacional Agropecuario 2008**. Resultados definitivos por provincias y departamentos. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos, 2016
- MANGHI, E. *et al.* Estimación de la pérdida de carbono por deforestación en el norte de Argentina en el período 1998-2006. Buenos Aires, **Congreso Forestal Mundial**, 2009.
- MARANTA, A. Los recursos vegetales alimenticios de la etnia matakó en el Chaco Centro Occidente. *Parodiana*. **Resistencia**, vol. 5, Nro. 1, 161-267, julio 1987.
- MARTÍNEZ Alier, J. Prólogo. Conflictos ecológicos y lenguajes de valoración. In W. A. PENGUE, (Comp.) **La Apropiación y el Saqueo de la Naturaleza**. Conflictos ecológicos distributivos en la Argentina del Bicentenario. Buenos Aires: Lugar Editorial, 13-23, julio 2008.
- MARTÍNEZ Dougnac, G. De los márgenes al boom: apuntes para una historia de la sojización. In D. MARTÍNEZ, (Comp.). **De especie exótica a monocultivo**. Estudios sobre la expansión de la soja en Argentina. Buenos Aires: Imago Mundi, 1-38, abril 2013.
- MINAGRI. **Estadísticas agrícolas, por cultivos, campañas, provincias y departamentos**. Buenos Aires: Ministerio de Agroindustria, 2016.
- MORELLO, J.; PENGUE, W.; RODRÍGUEZ, A. Una historia de producción depredadora y degradación socioambiental. ¿Cómo vamos hacia el Chaco del siglo XXI? En: W. A. PENGUE (Comp.) **La Apropiación y el Saqueo de la Naturaleza**. Conflictos ecológicos distributivos en la Argentina del Bicentenario. Buenos Aires: Lugar Editorial, 162-182, julio 2008.
- MORINA, J.; CACACE, G. Agro-capitalismo extractivo y depredador en una geografía periférica: la Argentina del bicentenario. En: J. O. MORINA (Dir. y comp.) Geografías de la Agricultura Industrial Sojera en la Argentina ¿Viaje de Ida? **PROEG** N° 9. Luján: Departamento de Ciencias Sociales, Programa de Estudios Geográficos, UNLu, 19-46, agosto 2010.
- MORINA, J.; CACACE, G. Capitalismo agrario y expansión sojera en la Argentina: ¿un extractivismo sin retorno? En: G. P. CACACE; M. E. GÓMEZ; J. O. MORINA; G. E. SUEVO (Coord./comp.). Geografías regionales y extractivismos en la Argentina de los Bicentenarios. **PROEG** N° 14. Luján: Departamento de Ciencias Sociales, Programa de Estudios Geográficos, INIGEO, UNLu. 287-328, setiembre 2013.
- MORINA, J.; CACACE, G. Expansión de la Agricultura Industrial Sojera en el Capitalismo Agrario de la Argentina. En: G. P. CACACE; M. P. DUBRAVKA; S. B. FRATINI; M. E. GÓMEZ; J. O. MORINA; G. E. SUEVO (Coord.). **Geografías de la Explotación de Recursos Naturales en la Argentina del siglo XXI**. Luján: EdUNLu, 41-61, marzo 2016.

- PENGUE, W. **Agricultura industrial y transnacionalización en América Latina.** ¿La transgénesis de un continente? Buenos Aires: PNUMA, 2005.
- PENGUE, W. Agua virtual, agronegocio sojero y cuestiones económico-ambientales futuras. **Realidad Económica**, Buenos Aires, Nro. 223, 58-77, octubre-diciembre 2006.
- PENGUE, W. El “valor” de los recursos. En: W. A. PENGUE (Comp.) **La Apropiación y el Saqueo de la Naturaleza.** Conflictos ecológicos distributivos en la Argentina del Bicentenario. Buenos Aires: Lugar Editorial, 51-99, julio 2008 a.
- PENGUE, W. (2008b). Los ejes del problema y las limitaciones de información. En: W. PENGUE (Comp.) **La Apropiación y el Saqueo de la Naturaleza.** Conflictos ecológicos distributivos en la Argentina del Bicentenario. Buenos Aires: Lugar Editorial, 101-114, julio 2008 b.
- PENGUE, W. Suelo virtual, biopolítica del territorio y comercio internacional. **Fronteras**, Buenos Aires, Nro. 7, 12-25, mayo 2010.
- RIVERA CUSICANQUI, S. Indígenas y mujeres en Bolivia. In **RIMA**, Red Informativa de Mujeres de Argentina, tomado de Revista Aportes Andinos, octubre 2004. Disponible en: <<http://agendadelasmujeres.com.ar/notadesplegada.php?id=782>>. [Consulta: 29/07/2007].
- SARAVIA TOLEDO, C. Restoration of Degraded Pastures in the Semiarid Chaco Region in Argentina. **Proceedings International Symposium on Ecosystem Redevelopment: Ecological, Economic and Social Aspects.** Budapest: UNESCO, 25-37, noviembre 1987.
- SAyDS. **Monitoreo del bosque nativo.** Períodos 1998-2002 y 2002-2006. Provincias de Chaco, Córdoba, Formosa, Salta, Santiago del Estero y Santa Fe. Buenos Aires: Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación, 2007.
- SAyDS. **Informe sobre deforestación en Argentina.** Buenos Aires: Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación, 2007 a.
- SAyDS. **Pérdida de bosque nativo en el norte de Argentina.** Diciembre de 2007-Octubre de 2008. Buenos Aires: Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación, 2008.
- SAyDS. **Monitoreo de la superficie de bosque nativo de la República Argentina.** Período 2006-2011. Regiones forestales Parque Chaqueño, Selva Misionera y Selva Tucumano Boliviana. Buenos Aires: Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación, 2012.
- SAyDS. **Monitoreo de la superficie de bosque nativo de la República Argentina.** Período 2011-2013. Regiones forestales Parque Chaqueño, Selva Tucumano Boliviana, Selva Misionera y Espinal. Buenos Aires: Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación, 2014.
- SAyDS. **Monitoreo de la superficie de bosque nativo de la República Argentina.** Período 2013-2014. Regiones forestales Parque Chaqueño, Yungas Selva Paranaense y Espinal. Buenos Aires: Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación, 2015.
- SCHWEITZER, M. El Modelo Extractivo y el Acondicionamiento del Territorio. La Hidrovía Paraná-Paraguay y la IIRSA. In: L. SORIA; B. GOLDWASER (Directoras/ editoras). **Problemáticas Geográficas Argentinas.** Territorios, actores sociales, sistemas productivos. San Miguel: GEPSE Ediciones, 257-284, abril 2012.

SOLBRIG, O.; VERA, R. Impacto de la globalización en las llanuras del Cono Sur. En: MORELLO, J.; SOLBRIG, O. (Comp.) **¿Argentina, granero del mundo: hasta cuando?** La degradación del sistema agroproductivo de la Pampa húmeda y sugerencias para su recuperación. Buenos Aires: Orientación Gráfica Editora SRL., 39-56, diciembre 1997.

TEUBAL, M. La expansión del modelo sojero en Argentina. De la producción de alimentos a los commodities. **Realidad Económica**, Buenos Aires, Nro. 220, 71-96, enero-marzo 2006.


Viano, L. **Argentina, uno de los mayores exportadores de agua virtual.** Diario La Voz del Interior. 22/09/2013. Disponible en: <<http://www.lavoz.com.ar/ciudadanos/argentina-uno-mayores-exportadores-agua-virtual>>. [Consulta: 14/10/2015].

“O NORTE ALIMENTA O SUL”: A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO ECONÔMICO RURAL DE GHANA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

“NORTH FEEDS SOUTH”: THE ORGANIZATION OF GHANA’S RURAL
ECONOMIC SPACE IN THE EARLY 21ST CENTURY

“LE NORD NOURRIT LE SUD”: L’ORGANISATION DE L’ESPACE
ÉCONOMIQUE RURAL DU GHANA AU DÉBUT DU XXIE SIÈCLE

Kauê Lopes dos Santos¹

 0000-0001-9996-1079

kauels@unicamp.br

¹ Professor do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (IG-UNICAMP) e Pesquisador Visitante do Latin American and Caribbean Centre at the London School of Economics and Political Science (LACC-LSE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9996-1079>. Email: kauels@unicamp.br.

Artigo recebido em outubro de 2023 e aceito para publicação em dezembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: A partir de uma percepção amplamente difundida entre a população ganense – a de que as regiões ao norte do território “alimentariam” as regiões ao sul –, este artigo objetiva analisar a organização do espaço econômico rural de Gana, país localizado na África Ocidental. Considerando esse objetivo, o estudo partiu do conceito de formação socioespacial para estruturar as etapas de investigação científica, que consistiram na coleta, sistematização e análise de dados qualitativos e quantitativos obtidos em fontes primárias e secundárias. A pesquisa revela diferentes aspectos relativos as forças produtivas e as relações de produção na organização das atividades agrícolas, pecuárias, pesqueiras e extrativistas que conformam o espaço econômico rural do país. Os resultados apontam para um mercado de equilíbrio regional na organização desse espaço.

Palavras-chave: Formação socioespacial. Espaço econômico rural. Agricultura alimentar. Agricultura comercial. Gana.

ABSTRACT: Based on a widely held perception among the Ghanaian population that the northern regions of the territory “feed” the southern regions, this article aims to analyze the organization of the rural economic space of Ghana, a country located in West Africa. Considering this objective, the study employed the concept of socio-spatial formation to structure the stages of scientific investigation, which involved collecting, systematizing, and analyzing qualitative and quantitative data obtained from primary and secondary sources. The research reveals different aspects of productive forces and production relations in the organization of agricultural, livestock, fishing, and extractive activities that shape the country’s rural economic space. The results point to a pronounced regional imbalance in the organization of this space.

Keywords: Socio-spatial formation. Rural economic space. Food agriculture. Commercial agriculture. Ghana.

RÉSUMÉ : À partir d’une perception largement répandue parmi la population ghanéenne, selon laquelle les régions au nord du territoire “nourrissent” les régions du sud, cet article vise à analyser l’organisation de l’espace économique rural du Ghana, un pays situé en Afrique de l’Ouest. Dans le cadre de cet objectif, l’étude s’appuie sur le concept de formation socio-spatiale pour structurer les étapes de la recherche scientifique, comprenant la collecte, la systématisation et l’analyse de données qualitatives et quantitatives obtenues à partir de sources primaires et secondaires. La recherche révèle différents aspects liés aux forces productives et aux relations de production dans l’organisation des activités agricoles, d’élevage, de pêche et d’extraction qui façonnent l’espace économique rural du pays. Les résultats indiquent un déséquilibre régional marqué dans l’organisation de cet espace.

Mots-clés: Formation socio-spatiale. Espace économique rural. Agriculture vivrière. Agriculture commerciale. Ghana.

INTRODUÇÃO

A frase “O Norte alimenta o Sul” está escrita com tinta preta nos muros azuis de um galpão industrial abandonado na beira da estrada que liga as cidades de Bolgatanga e Navrongo, no extremo norte do território ganense. Nas margens dessa estrada pode-se observar a predominância de plantações de cebola e tomate. Nelas, além do cultivo, ocorre também outras atividades, como o descarregamento de parte da produção em pequenos caminhões que irão rodar pelas precárias estradas da região. A frase escrita no muro revela uma percepção comum entre boa parte da população de Gana no que diz respeito a existência de uma desigualdade regional no país.

São aproximadamente 840 quilômetros que separam Paga de Takoradi, cidade costeira onde se localiza o principal porto voltado às exportações das principais *commodities* ganenses, como o cacau, o manganês, a bauxita e a madeira. Há uma densa rede de rodovias que articula Takoradi à capital do país, Acra, e às áreas onde ocorrem a produção de cacau e a extração dos recursos naturais, que correspondem as porções centro-sul do território. Boa parte dessas infraestruturas datam do período colonial – entre fins do século XIX e meados do século XX – no qual o território até então denominado “Costa do Ouro” esteve sob controle das forças imperialistas britânicas. Nesse período, a construção de infraestruturas era marcadamente seletiva e visava a eficiência na fluidez das *commodities* da área de produção ou extração até as áreas portuárias. Esse padrão se verificou em todo o continente e representou uma verdadeira “sangria” das riquezas africanas rumo às metrópoles da Europa Ocidental. Em 1957, contudo, a Costa do Ouro tornou-se a primeira colônia da África ao Sul do Saara a obter independência. Sob liderança de Kwame Nkrumah, esse território tornou-se uma república presidencialista e passou-se a chamar Gana.

Nos anos seguintes, em especial nas décadas de 1960 e 1970, os governos ganenses implementaram uma série de políticas econômicas visando a diversificação produtiva, sobretudo a política de substituição de importações. Contudo, o território manteve-se no período em questão como um grande exportador de *commodities*, especialmente de recursos naturais (como ouro, bauxita, manganês e madeira) e de produtos agrícolas (como cacau, óleo de palma, coco e borracha).

Ainda que os sucessivos governos tenham se preocupado como a produção de alimentos para a população, manteve-se no território algumas marcas que distinguem uma “região sul”, produtora de *commodities* e adensada de infraestruturas, e uma “região norte”, que produz alimentos para o mercado nacional e que recebe menos investimentos do Estado.

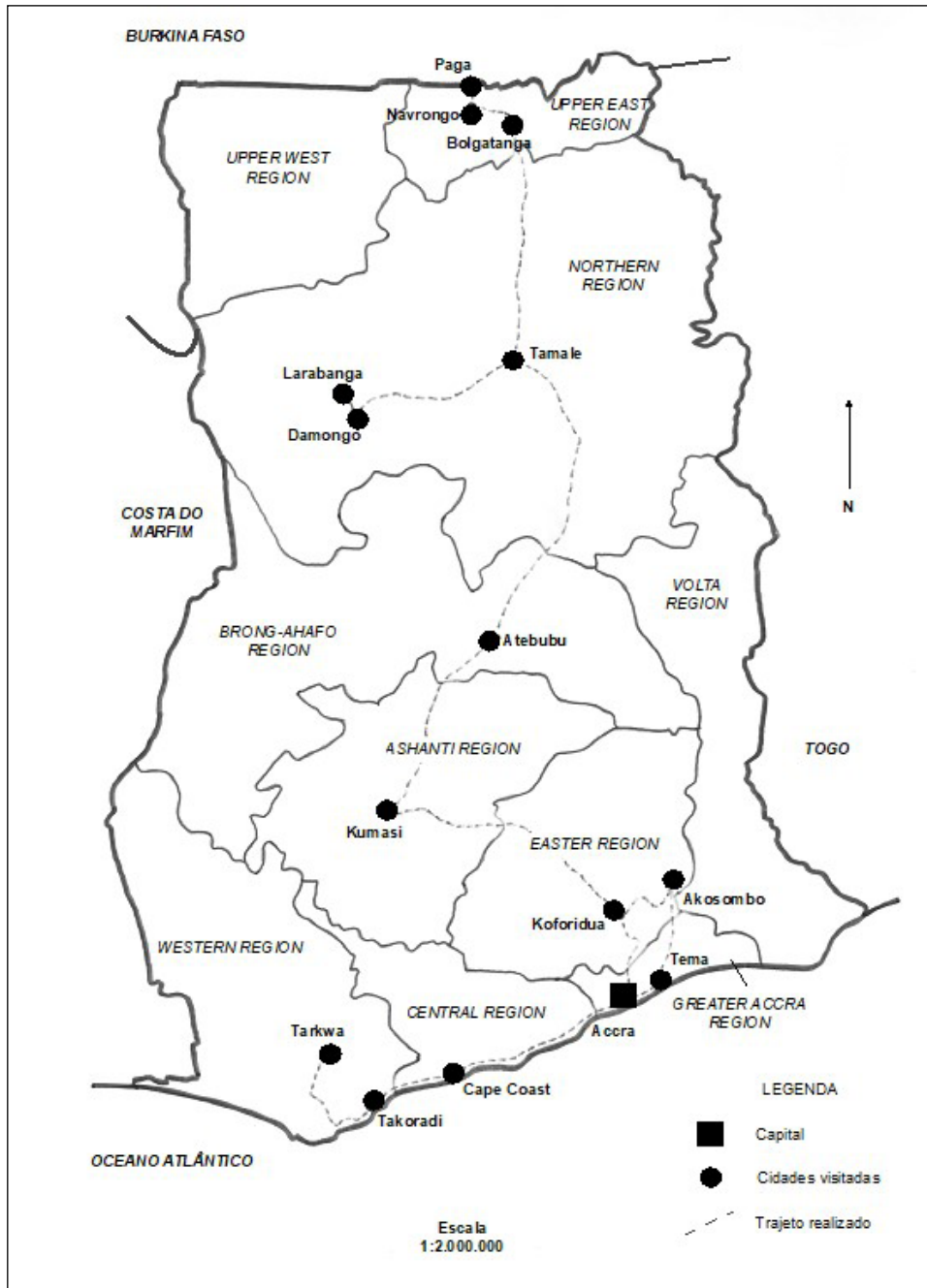
A partir dessa noção amplamente difundida de que “o Norte alimenta o Sul”, este artigo tem o objetivo de analisar a organização do espaço econômico rural de Gana. No próximo item, a metodologia da pesquisa é apresentada, metodologia essa que foi estruturada a partir do conceito de formação socioespacial, desenvolvido pelo geógrafo brasileiro Milton Santos na década de 1970. No item 3 são apresentados os resultados da pesquisa, que comunicam as análises empreendidas acerca: (i) dos aspectos naturais do espaço econômico rural ganense; (ii) dos aspectos técnicos e da força de trabalho desse

mesmo espaço rural; (iii) das lógicas de apropriação fundiária vigente em Gana e; (iv) da organização do espaço econômico rural entre a produção de alimentos e a produção de *commodities*. Por fim, no item 4, são apresentadas as considerações finais do artigo.

METODOLOGIA

Partindo da premissa teórica de que Gana pode ser estudada a luz do conceito de *formação socioespacial* – conceito este desenvolvido pelo geógrafo brasileiro Milton Santos na década de 1970 –, a pesquisa que fundamenta este artigo foi construída metodologicamente como um estudo de caso. Ao mesmo tempo em que a formação socioespacial busca entender como são forjadas as relações entre as forças produtivas e as relações de produção em uma determinada sociedade, e em seu respectivo espaço ao longo do processo histórico, ela também serve como um partido de método (SANTOS, 1977; MAMIGONIAN, 1996).

Nesse sentido, a coleta, a sistematização e a análise de dados qualitativos e quantitativos foram as etapas empreendidas na pesquisa: enquanto os dados quantitativos foram obtidos em diversas fontes secundárias, como livros, artigos, relatórios setoriais, leis e decretos e; os dados qualitativos foram obtidos nessas mesmas fontes secundárias e em fontes primárias que corresponderam à trabalhos de campo realizados entre Gana 2013 e 2016. *In loco*, foram levantadas descrições densas (GEERTZ, 1973) e registros fotográficos dos espaços econômicos rurais de oito regiões do país, a saber: Grande Acra, Central, Ocidental, Oriental, Ashanti, Brong-Ahafo, Norte e Alto Oriental (Figura 1).



Fonte: SANTOS (2021).

Figura 1. Trabalho de Campo em Gana.

Por meio desse percurso, buscou-se compreender a relação entre as forças produtivas – meios de produção (especialmente a terra e a técnica) e força de trabalho – e as relações de produção (a projeção das relações de poder sobre os meios de produção e a força de trabalho), ao longo do processo histórico, como forma de mapear a organização do espaço econômico rural de Gana no início do século XXI.

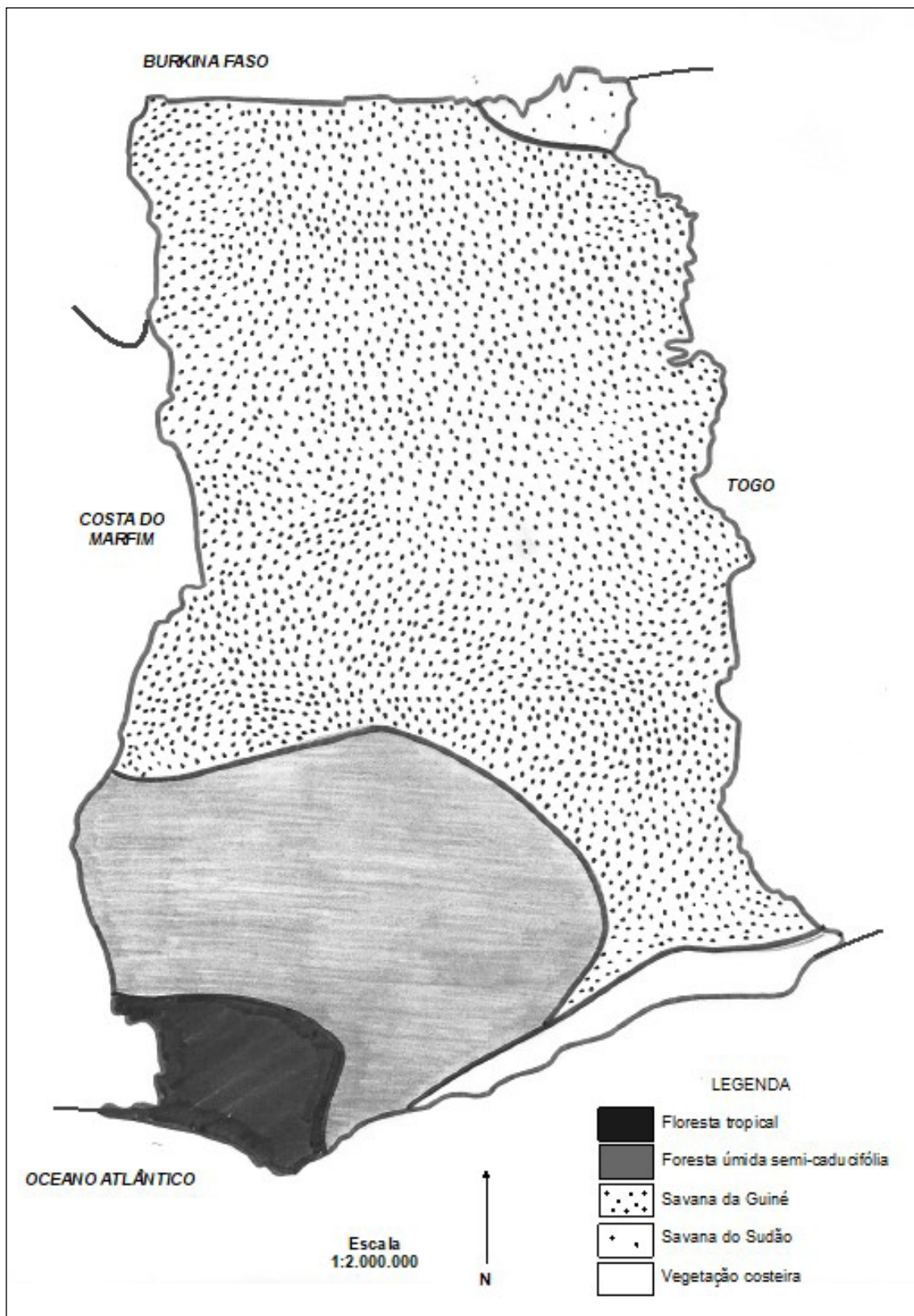
RESULTADOS

Os aspectos naturais do espaço econômico rural

Em um estudo intitulado “Problema da estrutura agrária e da economia rural”, publicado na década de 1940, o geógrafo francês André Cholley assegurava que a análise geográfica das atividades típicas da economia rural pressupunha o entendimento das combinações entre os elementos de ordem física, biológica e humana do espaço onde essas atividades ocorriam (CHOLLEY, 1946). Essa assertiva jogou luz para a relevância da articulação entre os diversos aspectos naturais – sejam eles geomorfológicos, climáticos, hidrográficos, pedológicos ou fitográficos – quando se busca entender a organização de um determinado espaço econômico rural. Nessa perspectiva, pode-se entender que as características naturais de uma determinada formação socioespacial são variáveis fundamentais para qualificar um dos principais meios de produção da economia rural: a terra.

No âmbito geomorfológico, as planícies e os planaltos predominam como formas de relevo na formação socioespacial ganense. Enquanto as primeiras estão distribuídas nas porções costeiras e nas margens dos rios que integram a bacia hidrográfica do Volta – principal rio do país –, as últimas estão distribuídas nas porções central, oriental e setentrional do território. O tipo climático predominante em Gana é o tropical, caracterizado por possuir temperaturas médias anuais que oscilam entre 21° C e 29° C e uma umidade relativa do ar que aumenta no sentido norte-sul, quando se vai do litoral no Oceano Atlântico até a fronteira como Burkina Faso (GOCKING, 2005).

Em Gana, os espaços rurais vêm sendo transformados pelas atividades agrícolas, pecuárias e pelo extrativismo vegetal há séculos por diferentes socialidades, e essas transformações ocorreram e ocorrem sobre áreas originariamente cobertas por florestas, savanas e vegetações costeiras (Figura 2), conforme já chamava atenção o geógrafo ganense Ernest Boateng no final da década de 1950 (BOATENG, 1959).



Fonte: SANTOS, 2021.

Figura 2. Vegetação natural em Gana.

Embora apresentem diferentes níveis de conservação, as florestas ocupam originariamente 33,6% do território de Gana. Pode-se identificar dois tipos distintos de florestas no país: a tropical e a úmida semicaducifólia. Essas formações se encontram distribuídas pelas porções meridionais da maior parte da África Ocidental, sendo caracterizadas por possuir uma elevada biodiversidade, com espécies de vegetação que alcançam todos os estratos (arbóreo, arbustivo e herbáceo) e que chegam a formar um dossel fechado de até 40 metros de altura (BOATENG, 1959; MINISTRY OF FOOD AND AGRICULTURE, 2019).

O solo dessas florestas é facilmente distinguível daquele das savanas, haja vista a composição de seus horizontes superficiais – ricos em matéria orgânica – e a maior umidade do ambiente, o que facilita a ocorrência do intemperismo bioquímico, químico e físico do material parental. De maneira genérica, esses solos são classificados como *Forest Ochrosols*, *Forest Ochrosol-Rubrisol* integrados, *Forest Lithosols* (em terra firme), *Forest Gleisols* e *Forest Gleisol-Alluviosol* integrados (em terras baixas). A pedogênese nesse caso se dá principalmente sobre rochas magmáticas (granito e basalto), metamórficas (filito, quartzito e *greenstones*) e sedimentares (arenito). A distinção entre a floresta tropical e a floresta úmida é estabelecida sobretudo em função das condições climáticas que incidem nas áreas onde estão localizadas (OBENG, 2000).

A floresta tropical se localiza majoritariamente na Região Oeste, próxima ao litoral. Na área são também registradas as maiores médias pluviométricas anuais do país (2200 mm), possuindo duas estações chuvosas (uma principal que vai de março até julho e outra que vai de setembro até novembro). As temperaturas elevadas ao longo do ano também auxiliam a compor a umidade do ambiente, já que ampliam suas altas taxas de evapotranspiração (BOATENG, 1959; FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2005). Historicamente, o desmatamento da vegetação natural esteve associado tanto aos cultivos da agricultura alimentar (voltadas a produção de milho, arroz, mandioca, inhame, banana, pimenta, quiabo, berinjela, cítricos e coco), quanto da agricultura comercial (voltadas a produção de óleo de palma e borracha).

Já a floresta úmida se distribui pelas regiões Ashanti, Brong-Ahafo, Leste e Central. Trata-se de uma vegetação que ocorre em áreas menos úmidas – se comparadas às áreas das florestas tropicais –, e são caracterizadas por possuir uma média pluviométrica anual de 1500 mm e duas estações chuvosas (uma entre março e julho e outra entre setembro e novembro). Em função da variação da umidade ao longo do ano, algumas de suas espécies são caducifólias, perdendo parcialmente a folhagem nos meses de estiagem (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2005). Historicamente, o desmatamento da vegetação natural também esteve associado tanto aos cultivos da agricultura alimentar (como milho, arroz, mandioca, banana, feijão, pimenta, quiabo, berinjela, tomate e cítricos), quanto da agricultura comercial (como cacau, café e óleo de palma).

Ocupando aproximadamente 62,8% do território, as savanas originariamente estão distribuídas por toda a porção central e setentrional da formação socioespacial ganense. Esse bioma distribui-se por 65% do continente africano e, na África Ocidental,

está presente em uma faixa latitudinal localizada entre o Deserto do Saara e as florestas tropicais. Em Gana, elas ocorrem nas regiões Brong Ahafo, Norte, Alto Oeste, Alto Leste e Volta. As savanas possuem árvores mais baixas e espaçadas entre si, além da presença de muitas espécies arbustivas e uma cobertura quase permanente de espécies herbáceas (BOATENG, 1959; MINISTRY OF FOOD AND AGRICULTURE, 2019).

No país ocorrem dois tipos de savanas: a da Guiné (Figura 3) e a do Sudão. Enquanto a primeira ocupa uma área de aproximadamente 147 mil km², a última ocupa 2,2 mil km² no extremo nordeste do território ganense, junto à fronteira com Burkina Faso. De modo geral, as savanas se desenvolvem em áreas significativamente mais secas que as áreas onde se desenvolvem as florestas e que registram uma média pluviométrica anual de 1000 mm, com a ocorrência de apenas uma estação chuvosa (entre maio e setembro). É importante notar que, no restante do ano e, em especial, nos meses de *Harmattan* – vento seco e quente gerado no deserto do Saara que sopra em direção ao golfo da Guiné entre os meses de novembro e abril –, o solo da região torna-se bastante árido, inviabilizando o cultivo de muitas espécies.



Fonte: SANTOS (2021).

Figura 3. Vegetação arbustiva de Savana da Guiné no *Mole National Park*, nas proximidades de Larabanga (Região Norte).

É em função dessas condições ambientais que as savanas apresentam uma vegetação mais adaptada às estações secas, com troncos grossos e resistentes ao fogo, como o baobá e o karité. Além disso, o solo conta com horizontes superficiais de matéria orgânica

menos espessos que as florestas. A pedogênese ocorre sobre diferentes tipos de rochas parentais: magmáticas (granito), metamórficas (finitos) e sedimentares (*greywaches*, xistos, arenitos), especialmente nas áreas próximas ao Rio Volta. Assim, garante-se uma diversificada composição pedológica na qual predominam os solos *groundwater laterites* e o *petrosols*. O desmatamento nas savanas dá espaço ao cultivo da agricultura alimentar (especialmente de milho, arroz, sorgo, painço, inhame, mandioca, batata doce, feijão, bambara, tomate, pimenta, cebola, amendoim, caju e karité). A pecuária também é mais intensa na região do que nas áreas de floresta (OBENG, 2000; FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2005).

Por fim, a vegetação costeira ocupa originariamente cerca de 3,6% do território ganense. Trata-se de uma estreita faixa paralela à costa que se inicia em Sekondi-Takoradi e chega até a fronteira com o Togo. Em linhas gerais, corresponde a um bioma de baixa biodiversidade na qual predominam espécies de porte herbáceo. Diferentes tipos de solos sustentam a vegetação – *Savannah Ochrosols*, *Savannah Lithosols*, *Savannah Ochrosol-Lithosol* integrados, *Tropical Black and Brown Clays*, *Savannah Gleisols*, *Tropical Grey Earths*, *Regosolic Groundwater Laterites*, *Sodium Vleisols* e *Savannah Regosols* –, e eles são originários sobretudo de rochas metamórficas (gnaisse e quartzitos) (OBENG, 2000). Essa vegetação está localizada em uma área de menor umidade que é caracterizada por registrar uma média pluviométrica anual de 800mm e apresentar duas estações chuvosas (uma entre março e julho e outra entre setembro e outubro). Historicamente, a área foi bastante desmatada para o cultivo da agricultura alimentar, (especialmente de milho, arroz, mandioca, feijão e tomate). A baixa disponibilidade das chuvas foi compensada pela construção de um sistema de irrigação associado ao Lago e ao Rio Volta (OBENG, 2000; FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2005).

As combinações entre os diferentes aspectos naturais do espaço são fundamentais para compreender as características da terra, que é um dos mais importantes meios de produção da economia rural. Contudo, junto aos aspectos naturais – que possibilitam uma maior ou menor capacidade de ambientação das espécies vegetais que serão cultivadas e das espécies animais que serão criadas – os aspectos sociais, ou “humanos” nas palavras de Cholley, são essenciais para compreender a economia rural. Dentre esses aspectos sociais, pode-se mencionar a tecnologia – que é mais um importante meio de produção – e a força de trabalho.

Os aspectos tecnológicos e a força de trabalho do espaço econômico rural

Entendida como um conjunto de instrumentos, máquinas e conhecimentos, a tecnologia é uma variável fundamental na mediação da relação entre a natureza e a sociedade ou, em outras palavras, entre a terra e a força de trabalho no espaço econômico rural.

Na formação socioespacial ganense predomina uma agricultura tradicional, que tem como ferramentas mais utilizadas a enxada e o cutelo. Além disso, os pequenos estabelecimentos agrícolas, com menos de 2 hectares são os mais comuns no país e, neles, os sistemas de irrigação são altamente dependentes da chuva, como vem ocorrendo há

séculos em boa parte da África ao Sul do Saara. Essa dependência acaba por impactar os níveis de produtividade e tem tornado as atividades agrícolas, pecuárias e de extrativismo vegetal mais vulneráveis ao longo do tempo, especialmente diante da variabilidade climática. O uso de maquinários e insumos agrícolas ocorre em menor escala dentro do país, estando associado sobretudo à agricultura comercial em grandes propriedades (como as de óleo de palma e borracha). Segundo os geógrafos britânicos Tony Binns, Alan Dixon e Etienne Nel:

Na ausência de fertilizantes químicos e maquinário sofisticado, os agricultores contam com o tempo e com os processos ambientais para restaurar os nutrientes do solo. O fogo era, e ainda é, usado para limpar terrenos em muitas partes da África, e alguns fazendeiros aplicam estrume animal e resíduos de cozinha em suas fazendas para melhorar a fertilidade e os rendimentos. O declínio dos rendimentos das colheitas indica que é hora de descansar a terra e cultivar em outro lugar (BINNS; DIXON; NEL, 2012, p. 116).

A produção nessas propriedades está vinculada tanto à subsistência familiar quanto à comercialização, e, nesse último caso, as mercadorias são vendidas em feiras regionais ou são compradas por empresas estatais de comércio. A policultura é a regra nos estabelecimentos que praticam a agricultura alimentar e, ao mesmo tempo, é amplamente difundida nos estabelecimentos que praticam a agricultura comercial, como no caso do cultivo do cacau, que ocorre junto ao cultivo da banana e mandioca na região Ashanti. A monocultura é menos frequente e está associada à produção em larga escala em fazendas comerciais (como no caso do coco, da borracha e do óleo de palma).

Ainda que o desenvolvimento tecnológico tenha viabilizado o aumento da produtividade no espaço rural ao longo do século XX, sobretudo através da Revolução Verde desde a década de 1950, é fundamental atentar ao fato de que tais tecnologias não se capilarizaram necessariamente a todos os tipos de cultivo. Considerando a escala continental, boa parte dos países africanos não acompanharam essa revolução, pois: as dietas da maior parte das suas sociedades é baseada em grãos (painço e sorgo) e tubérculos (mandioca, inhame e batata doce), que são considerados cultivos periféricos no quadro da Revolução Verde; a agricultura nessas propriedades é tradicionalmente alimentada pelas águas da chuva e não por sistemas de irrigação, de modo que monoculturas irrigadas levantam o temor do avanço de pestes e doenças; a precariedade das redes de transporte do continente encareceria o custo de insumos e também o custo das mercadorias agrícolas e; a baixa regularidade na concessão de apoio técnico e subsídios (públicos e privados) aos agricultores, especialmente às mulheres, que têm menor acesso às instituições financeiras, ao mesmo tempo em que são responsáveis por 70% da produção de alimentos no continente (SANTOS, 2022).

Essa é também a realidade em Gana, de modo então que prevalecem os pequenos estabelecimentos rurais que fazem uso de mão de obra intensiva, geralmente familiar, mas eventualmente chamando trabalhadores temporários em diferentes regimes contratuais e

para desempenhar variadas tarefas. Estima-se que 13,4 milhões de ganenses (40% da população) vivam em espaços rurais e que a força de trabalho na agricultura chegue a 6,5 milhões de pessoas (44,7% da População Economicamente Ativa)

As lógicas de apropriação fundiária

As lógicas de apropriação fundiária contemporânea em Gana se explicam não apenas pelo passado colonial dessa formação socioespacial – quando se chamava Costa do Ouro – mas também aos períodos que antecederam a dominação britânica, haja vista que as leis consuetudinárias ainda vigentes derivam dos arranjos de propriedade estabelecidos pelas diferentes sociedades africanas que ocupavam esse espaço geográfico em períodos anteriores ao final do século XIX. Segundo o economista ganense Ernest Aryteey *et al.*,

[...] a posse de terra em Gana e em muitas partes da África Subsaariana evoluiu, desde antes e durante o passado colonial, com um sistema dual: o formal e o informal ou consuetudinário [...]. Os arranjos de posse formal baseados na *Common Law* britânica eram aplicados principalmente para facilitar o acesso à terra entre a comunidade expatriada, enquanto as leis consuetudinárias existiam e guiavam a população indígena na aquisição e uso em suas comunidades (ARYTEEY *et al.*, 2007, p.5, tradução nossa).

Nos períodos anteriores a colonização, o uso da terra era comunal, sem a existência da propriedade privada. Os membros das famílias, clãs e reinos poderiam usufruir das terras comunais de acordo com as leis de cada sociedade. No entanto, havia três características principais relativas a essas terras que eram amplamente difundidas:

- Elas eram de direito inerente ao sujeito membro de um determinado grupo. Esse sujeito poderia beneficiar-se delas, já que eram entendidas socialmente como um bem e um recurso comum;
- Alguns membros da sociedade – geralmente aqueles com idade mais avançada – detinham o poder de decisão sobre a forma com que o supramencionado direito pudesse ser exercido. Assim, por mais que os membros de determinada sociedade tivessem o direito à terra, o uso dela estava alicerçado em uma série de leis locais;
- Havia a ausência da propriedade individual do solo em si, de modo que as titulações eram investidas na coletividade e não nos sujeitos individuais.

Sabe-se que a produção agrícola nas terras comunais esteve associada principalmente à produção de valor de uso, sobretudo de espécies nativas da África Ocidental, como: inhame, sorgo, painço, feijão e óleo de palma. O comércio de excedentes era também uma prática comum, tendo engrossado os fluxos dos circuitos comerciais que operavam em múltiplas escalas geográficas (SANTOS, 2021).

A colonização em fins do século XIX converteu algumas terras comunais em propriedades privadas. Esse processo esteve longe de ter sido realizado na totalidade do território da Costa do Ouro, uma vez que interessava mais à metrópole impor um determinado tipo de cultivo comercial (especialmente de cacau) e taxar os agricultores locais do que efetivamente estabelecer um mercado de terras nos moldes tipicamente capitalistas. Desse modo, efetivou-se a convivência entre as leis comuns britânicas (que serviam para as terras que seriam exploradas por expatriados europeus) e as leis consuetudinárias (que servia, para a população local), criando uma estrutura agrária dual. Esse suposto desinteresse dos britânicos em instaurar a propriedade privada da terra na totalidade da Costa do Ouro, deixando a população indígena organizar a maior parte de seu acesso à terra, fez com que o processo de colonização fosse considerado, por muitos, como indireto (ARYTEY et al., 2007; M'BOKOLO, 2011).

A estrutura dual foi mantida na atualidade, de modo que a posse de 80% das terras no país foi obtida dentro das leis consuetudinárias. Geralmente, os lotes são pequenos e neles se estabelecem diversos tipos de contratos de arrendamento. Nessas terras ocorre não apenas a produção de alimentos para a população, mas também à produção de *commodities*, em especial o cacau.

O restante das terras do país foi transferido ou adquirido de forma compulsória pelo Estado, por meio da *State Lands Act 125* (de 1962) e, ao longo desse processo, o poder público não efetuou a reparação de muitas famílias que tiveram suas terras tomadas de forma compulsória, sobretudo no norte do território (LUND, 2008). É importante salientar que o governo de Gana possui a aquisição compulsória como um direito quando a terra oferece um interesse público, o que significa, principalmente, o seu uso para construção de infraestruturas de circulação e distribuição (SANTOS, 2021).

Há, na atualidade, diversos tipos de problemas relativos à posse da terra, os quais decorrem da estrutura fundiária, tais como: indeterminações das fronteiras das terras consuetudinárias, o que pode ocasionar uma série de conflitos entre os grupos proprietários de terras e conflitos judiciais e; contratos e registros de arrendamento pouco seguros do ponto de vista legal, dentre outros. Existem na atualidade seis agências públicas que buscam resolver os impasses surgidos das estruturas fundiárias do país: a *Land Commission*, a *Town and Country Planning Department*, o *Survey Department*, o *Office of Administration of Stool Lands*, a *Land Title Registry* e a *Land Valuation Board* (ARYTEY et al., 2007).

A organização do espaço econômico rural entre a produção de alimentos e a produção de *commodities*

Embora se destaque nas porções ao norte do país, a agricultura alimentar está presente por toda a formação socioespacial ganense, colocando em xeque a afirmação popular de que, em Gana, “O Norte alimenta o Sul”. O que se pode observar é que a agricultura comercial, esta sim, está fundamentalmente nas porções centro-sul da formação socioespacial. A produção alimentar envolve diferentes tipos de cereais

(milho, painço, sorgo e arroz), legumes (feijão, feijão-bambara, amendoim e soja), frutas (mamão, abacate, manga, abacaxi, caju, melancia e banana), vegetais (tomate, berinjela, cebola, pimenta, quiabo, repolho, alface e cenoura), além de raízes e tubérculos (inhame, mandioca e batata doce) (Figuras 4 e 5).

Conforme já mencionado, essa produção é fundamental para garantir a segurança alimentar da população. Ela ocorre em pequenos estabelecimentos, geralmente próximas às rodovias, e é pouco mecanizada, recorrendo ao uso intensivo da força de trabalho, sobretudo familiar. Além disso, como forma de garantir a fertilidade, observa-se nesses estabelecimentos o uso da técnica da policultura em rotação e repouso do solo.



Fonte: SANTOS (2021).

Figura 4. Agricultores de verduras em Paga (Região Alto Oriental).



Fonte: SANTOS (2021).

Figura 5. Plantação de arroz nas proximidades de Cape Coast (Region Central).

Parte da produção nesses estabelecimentos se destina à subsistência dos agricultores e outra parte é comercializada em diferentes mercados, espalhados pelas principais cidades do país, como Acra, Kumasi e Tamale. Ainda que esses agricultores tenham maiores dificuldades em acessar linhas de crédito – que garantiriam o acesso a maquinários e insumos – tem se observado, a partir da década de 2010, um aumento da produtividade graças ao apoio técnico do governo (por meio de projetos de institutos de pesquisa e de universidades) e de organizações multilaterais, como a *Food and Agriculture Organization* (FAO) das Nações Unidas, com o objetivo de garantir a segurança alimentar no país, que sofreu com as estiagens prolongadas da África Ocidental na década de 1980.

Além disso, esse aumento da produção também esteve associado à ampliação da área cultivada nos últimos anos, que passou de 290 mil km² em 2002 para 340 mil km² em 2018. O aumento da produção no período se verificou entre os seguintes cultivos: o milho foi de 1.400 mil Mt para 2.306 mil Mt; o painço foi de 159 mil para 182 mil Mt; o arroz foi de 473 mil para 1.300 mil Mt; a mandioca foi de 9.700 mil para 20,800 mil Mt; a banana foi de 2.200 mil para 4.600 mil Mt, e o inhame foi de 3.900 mil para 7.700 mil Mt (GHANA MINISTRY OF FOOD AND AGRICULTURE, 2019).

A agricultura comercial, por sua vez, destina-se sobretudo ao mercado externo e tem grande importância para o país na medida em que garante a entrada de divisas. Esse tipo de agricultura conta com o apoio massivo do Estado e se desenvolve em pequenos ou grandes estabelecimentos onde o uso da força de trabalho é intensivo, apesar de possuírem mais fácil acesso a insumos e maquinários. Além disso, a localização nas porções centro-sul do território garante um escoamento mais eficiente aos portos (de Takoradi e Tema), por onde as *commodities* são exportadas. São justamente nessas regiões onde se concentram – desde o período colonial – as principais infraestruturas de circulação e distribuição do território (SANTOS, 2021).

Dentre os principais cultivos da agricultura comercial, destacam-se: o cacau (Figura 4), o café, o algodão, o tabaco, a palma (Figura 5) e o karité. Antes de serem exportados, todas essas produções passam por algum tipo de processamento dentro do próprio estabelecimento, como o processo de secagem e de fermentação das sementes de cacau, por exemplo, ou a extração do óleo de palma. Entre 2002 e 2018 observou-se também um aumento na produção de cacau, (passando de 496 mil Mt para 919 mil Mt) e de óleo de palma (de 1,6 milhão para 2,5 milhões Mt). Os demais cultivos não foram registrados com regularidade pelo *Ministry of Food and Agriculture*, de modo que, em 2014, a produção de café esteve calculada em 42 mil Mt e borracha em 19 mil Mt (GHANA MINISTRY OF FOOD AND AGRICULTURE, 2019) (Figura 8).



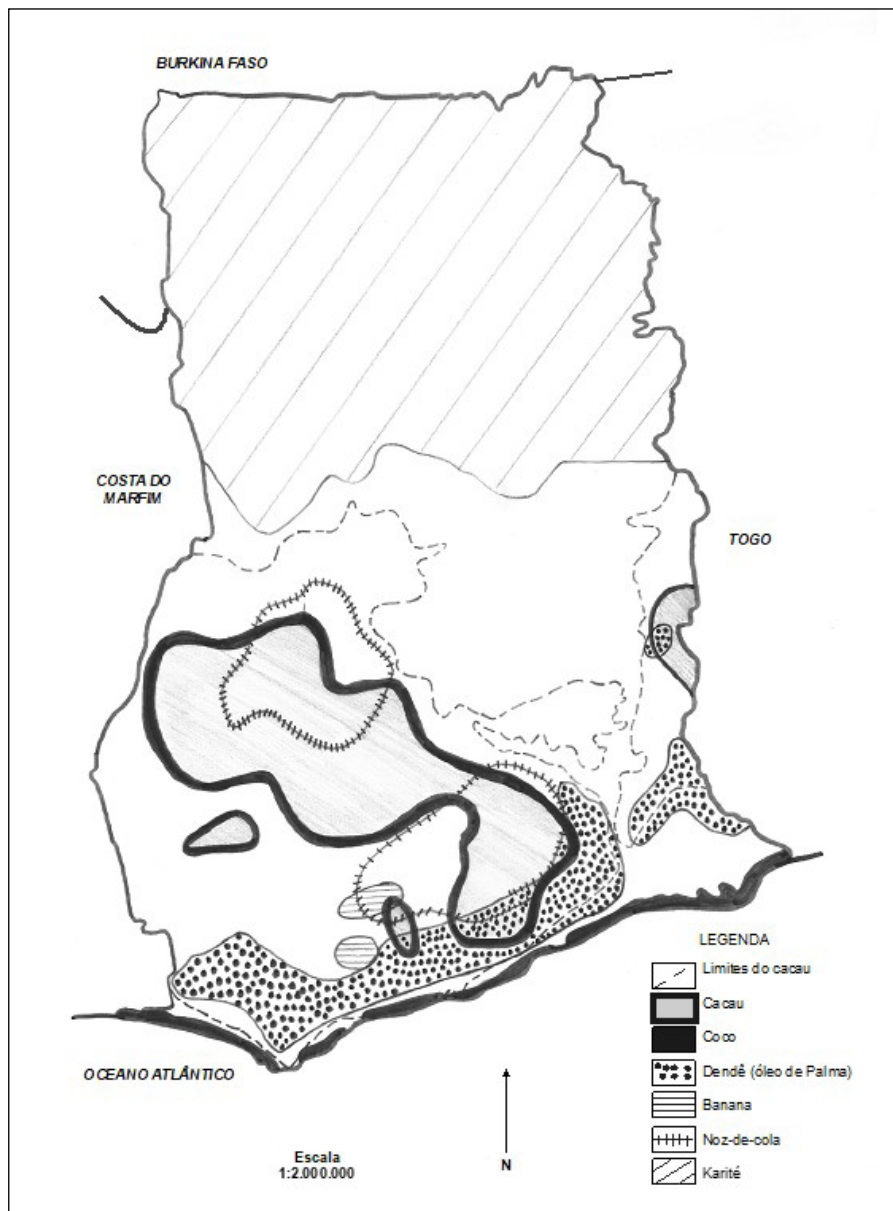
Fonte: SANTOS (2021).

Figura 6. Plantação de cacau em Adanwomase (Região Ashanti).



Fonte: SANTOS (2021).

Figura 7. Produção de Óleo de Palma nas proximidades de Tarkwa (Região Ocidental).



Fonte: SANTOS (2021).

Figura 8. Agricultura comercial em Gana.

Já a pecuária consiste em uma atividade voltada, fundamentalmente, à subsistência dentro de alguns estabelecimentos. Nas áreas de floresta ela é menos frequente do que nas áreas de savana, em função da ocorrência da mosca tsé-tsé: enquanto nas primeiras é possível encontrar rebanhos ovinos, caprinos e aviários; no norte do país destacam-se os mesmos rebanhos, além da criação bovina. Entre 2009 e 2018 observou-se um aumento na população de animais em diferentes rebanhos: a população bovina saltou de 1,4 milhões para 1,9 milhões; a população ovina foi de 3,6 para 5,1 milhões; a caprina de 4,6 para 7,3 milhões; a suína foi de 521 mil para 845 mil; e a aviária de 43,3 para 76,8 milhões (GHANA MINISTRY OF FOOD AND AGRICULTURE, 2019).

A pesca, por sua vez, também é desempenhada em diferentes pontos da formação socioespacial. Assim como a pecuária, trata-se de uma atividade realizada fundamentalmente por homens e é voltada ao abastecimento do mercado interno. Os peixes são obtidos ao longo dos 540 quilômetros de costa, além dos numerosos rios e do Lago Volta, que possui 8,4 mil km². A pesca ocorre de forma artesanal na maior parte do país, com pescadores utilizando pequenas e médias embarcações de madeira (motorizadas) e redes. Entre 2003 e 2012, a produção aumentou ligeiramente, passando de 406 mil para 428 mil t. Desse total, é importante atentar ao fato de que a pesca marinha equivale a 77% do total produzido pela atividade (GHANA MINISTRY OF FOOD AND AGRICULTURE, 2019).

A extração vegetal, por sua vez, está intimamente relacionada às áreas de floresta da formação socioespacial ganense. A extração de madeiras nativas – em especial do mogno – foi uma atividade econômica de grande importância antes e durante o período colonial, mas perdeu importância dentro da pauta de exportações nacionais ao longo do tempo, tendo sido limitada, em especial, por um conjunto de leis ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço econômico rural da formação socioespacial de Gana organiza-se fundamentalmente em pequenos estabelecimentos produtivos, intensivos em força de trabalho e que fazem uso de tecnologias tradicionais – com o uso instrumentos como enxada e cutelo –, tendo o abastecimento de água dependente do regime pluvial. Nesses estabelecimentos predomina a policultura, tanto nos casos daqueles que se dedicam a agricultura alimentar, quanto nos casos daqueles que se dedicam a agricultura comercial, como o cacau, que é o produto agrícola mais importante da pauta de exportações ganenses. Menos frequentes são os grandes estabelecimentos produtivos – aqueles mais capitalizados e que lançam mão de diversas tecnologias agrícolas modernas, como maquinários e insumos – os quais se dedicam fundamentalmente a agricultura comercial em monoculturas (produzindo óleo de palma, borracha ou coco).

Deve-se observar que esse espaço econômico rural de Gana só pode ser entendido a partir da relação historicamente estabelecida entre os meios de produção (especialmente a terra e a tecnologia), a força de trabalho e as relações de propriedade que se estabelecem entre eles. Essa relação é o que garante a particularidade desse espaço econômico rural, não só pela forma como a produção agrária acontece, mas também pelos próprios tipos de produtos agrícolas que são cultivados.

A predominância dos estabelecimentos que se dedicam a agricultura alimentar nas porções norte do país e dos estabelecimentos que se dedicam a agricultura comercial nas porções centro-sul, estão ligadas fundamentalmente ao passado colonial, que primava pela produção de *commodities* o mais próximo possível do litoral, para baratear o transporte das mercadorias até os portos. Ainda assim, nas porções centro-sul observa-se também o cultivo de alimentos, ainda que não sejam predominantes. Assim, mais importante que assegurar se o Norte alimenta o Sul ou não, é constatar a permanência de desequilíbrios regionais.

REFERÊNCIAS

- ARYTEEY, Ernest; AL-HASSAN, Ramatu; ASUMING-BREMPPONG, Samuel; TWEREFU, D.K. **The organization of land markets and production in Ghana**. Legon: Institute of Statistical, Social and Economic Research, 2007.
- BINNS, Tony; DIXON, Alan; NEL, Etienne. **Africa: diversity and development**. Londres: Routledge, 2012.
- BOATENG, Ernest A. **A geography of Ghana**. Cambridge: Cambridge University Press, 1959.
- CHOLLEY, Andre. Problèmes de structure agraire et d'économie rurale. **Annales de Géographie**. Issue 55, Volume 298, 1946, p. 81-101.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Fertilizer use by crop in Ghana**. Roma: FAO, 2005.
- GEERTZ, Clifford. **The Interpretation of Cultures**. Nova Iorque: Basic Books, 1973, p. 3-30.
- GOCKING, Roger. **The history of Ghana**. Westport: Greenwood Press, 2005.
- HUTCHFUL, Eboe. **Ghana's adjustment experience: the paradox of reform**. Oxford: James Currey, 2002.
- LUND, Christian. **Local politics and dynamics of property in Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- M'BOKOLO, Elikia. **África negra: história e civilizações**. São Paulo; Salvador: Casa das Áfricas; Edufba, 2011. Volume 2.
- MAMIGONIAN, Armen. A geografia e a formação social como teoria e como método. In: AUTORES. **Seminário Internacional O Mundo do cidadão, Um Cidadão do Mundo, USP**, set. 1996.
- MINISTRY OF FOOD AND AGRICULTURE. **Agriculture in Ghana: Facts and Figures (2018)**. Accra: SRID, 2019.
- OBENG, Henry. **Soil Classification in Ghana**. Accra: Centre for Policy analysis, 2000.
- SANTOS, Kauê Lopes dos. **Ouro por lixo: As inserções de Gana na Divisão Internacional do Trabalho**. Rio de Janeiro: Pallas, 2021.
- SANTOS, Kauê Lopes dos. **Africano: Uma introdução ao continente**. Rio de Janeiro: Record, 2022.
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 54, AGB, 1977, p.35-59.

EL SISTEMA DE TRANSPORTE DEL ÁREA METROPOLITANA DE BUENOS AIRES FRENTE A LAS POLÍTICAS NEOLIBERALES. 30 AÑOS DESPUÉS

O SISTEMA DE TRANSPORTE DA ÁREA METROPOLITANA DE BUENOS AIRES CONTRA AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS. 30 ANOS DEPOIS

THE TRANSPORTATION SYSTEM OF THE METROPOLITAN AREA OF BUENOS AIRES AGAINST NEOLIBERAL POLICIES. 30 YEARS LATER

Solange Paula Redondo¹
redondosolange@gmail.com

¹ Profesora y Licenciada en Geografía. Y Maestranda en la Universidad Nacional de Tres de Febrero / Centro Humboldt. E-mail: redondosolange@gmail.com.

Artigo recebido em outubro de 2023 e aceito para publicação em dezembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMEN: Los sistemas de transporte son en las ciudades actuales, un elemento clave para garantizar el derecho a la ciudad y a la movilidad, porque la expansión de las grandes áreas metropolitanas obliga a un alto porcentaje de la población a desplazarse para acceder a los bienes y servicios que necesitan. Las políticas neoliberales implementadas en la Argentina desde mediados de 1970, tuvieron un fuerte impacto en el transporte urbano, que pasaron de ser provistos por el estado, al sector privado. Esto cambió la lógica de provisión y manejo de los servicios de trasportes del Área Metropolitana de Buenos Aires, ya que las empresas priorizan sus ganancias, entonces se redujeron miles de km de vías férreas y el deterioro del autotransporte: reducción de las frecuencias, los recorridos y la calidad de las unidades de traslado y el incremento constante de los precios de las tarifas.

Palabras clave: Transporte. Políticas Neoliberales. AMBA.

RESUMO: Os sistemas de transporte são um elemento chave para garantir o Direito à Cidade e à mobilidade nas cidades atuais, porque a expansão das grandes áreas metropolitanas obriga uma alta porcentagem da população a se deslocarem para acessar aos bens e serviços que necessitam. As políticas neoliberais implementadas na Argentina desde meados de 1970 tiveram um forte impacto no transporte coletivo urbano, que passaram da provisão estatal para o setor privado. Isto mudou a lógica de provisão e gestão dos serviços de transporte da Área Metropolitana de Buenos Aires, já que as empresas priorizam o lucro, reduzindo milhares de quilômetros de linhas férreas e deteriorando o transporte por ônibus, com redução da frequência, das linhas e da qualidade dos veículos e o incremento constante dos preços das tarifas.

Palavras-chave: Transporte. Políticas Neoliberais. AMBA.

ABSTRACT: Transportation systems are, in today's cities, a key element to guarantee the right to the city and mobility, because the expansion of large metropolitan areas forces a high percentage of the population to move to access the goods and services they offer. they need. The neoliberal policies implemented in Argentina since the mid-1970s had a strong impact on urban transportation, which went from being provided by the state to the private sector. This changed the logic of provision and management of transportation services in the Buenos Aires Metropolitan Area, since companies prioritize their profits, so thousands of km of railway tracks were reduced and the deterioration of motor transportation: reduction in frequencies, routes and the quality of the transfer units and the constant increase in fare prices.

Keywords: Transportation. Neoliberal Policies. AMBA.

INTRODUCCIÓN

El Área Metropolitana de Buenos Aires representa un ejemplo para analizar el impacto de las políticas neoliberales ya que con aproximadamente 2.400 km² y 15 millones de habitantes, la movilidad y el sistema de transporte evidencian la heterogeneidad interna.

Las distancias a la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA) varían entre 10 y 40 km y para recorrerlos es necesario combinar varios modos de transporte e invertir altos costos económicos y temporales. Asimismo, es necesario considerar que las características socioeconómicas y el desarrollo de infraestructura urbana disminuye conforme aumentan dichas distancias impactando fuertemente en las condiciones de pobreza y aislamiento.

La planificación del transporte y las políticas de allí derivadas resultan insuficientes, con un sistema de transporte que presenta una cobertura territorial parcial, dejando vastas zonas sin servicios, pero tampoco se encuentra articulado ni integrado, razón por la cual los sectores poblacionales residentes en las periferias tienen importantes dificultades para movilizarse. A lo largo de los últimos años se han producido modificaciones no solo en la provisión y calidad de los servicios de transporte metropolitano, sino también un incesante incremento de las tarifas, lo que redujo aún más las posibilidades de desplazamiento de los sectores sociales más vulnerables, quienes ante el déficit de infraestructura deben afrontar costos económicos que superan su capacidad de inversión.

El Contexto Neoliberal en Argentina y su impacto en el sistema de transporte en el AMBA

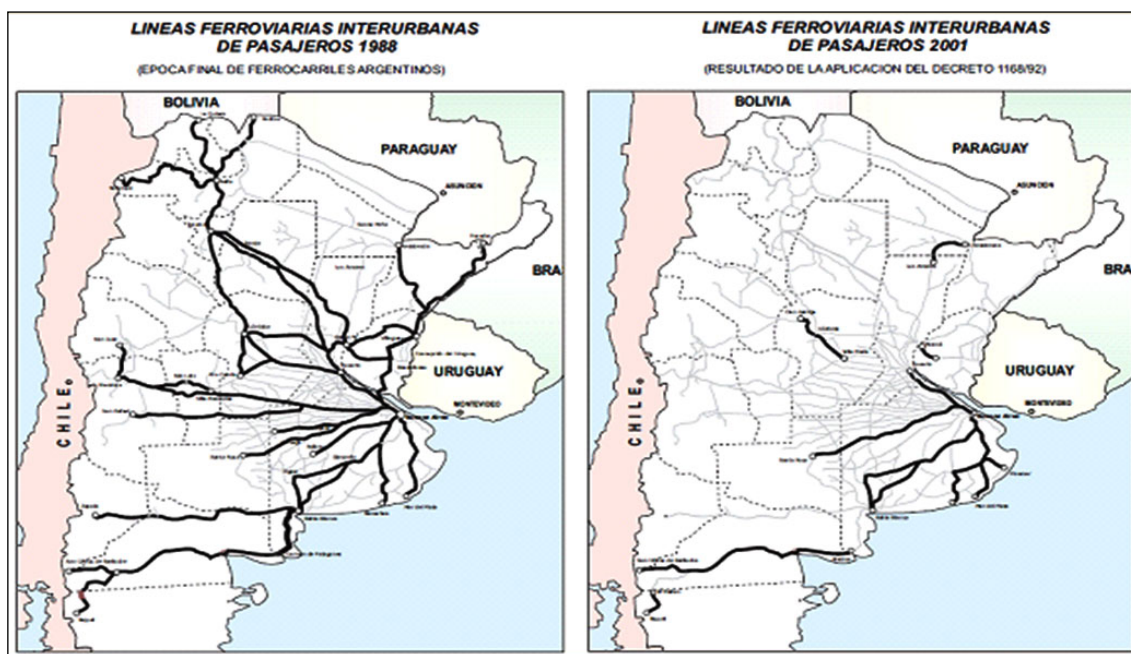
La implementación de políticas neoliberales que iniciaron con la última dictadura cívico-militar de mediados de 1970 y se profundizaron y efectivizaron en la década de 1990, durante el gobierno democrático de Carlos Menem, tuvieron un fuerte impacto en el sistema de transportes urbanos, especialmente en el Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA). Una de las medidas fue la privatización de los servicios de transporte ferroviario y de autotransporte de pasajeros que, en realidad, fueron concesionados a empresas privadas, es decir que de esta manera, el Estado Nacional continuaba reteniendo la propiedad de los bienes, pero dejaba el manejo de los mismos en manos de empresas privadas, aunque con un sistema de subsidios que el Estado les aseguró, sin ningún tipo de control. Entonces las empresas no solo decidieron que servicios continuar prestando, sino también manejando el precio de las tarifas, sin asegurar el mantenimiento de las unidades de traslado, con el consecuente deterioro de los servicios de transporte de pasajeros.

El sistema de transporte del AMBA en la actualidad

El sistema de transporte del AMBA cuenta con siete líneas férreas cuya cobertura es parcial, seis líneas de subterráneos que, a pesar de las ampliaciones concretadas en los últimos años, aun abastecen un área muy limitada en la Ciudad de Buenos Aires y los

servicios de autotransporte, representados por los colectivos que son provistos por empresas privadas que han formado monopolios y se transformaron en el modo de transporte más utilizado por los residentes del Conurbano Bonaerense. A pesar que las prestaciones realizadas evidencian importantes deficiencias, superponiendo recorridos tanto entre sí como con los servicios ferroviarios. Por último, el pre metro, es una línea de tranvía que sólo se extiende durante 7,5 km dentro de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires.

La característica fundamental del sistema de transporte del AMBA es la falta de complementariedad de los diversos modos de transporte y la falta de cobertura territorial en las áreas más periféricas.

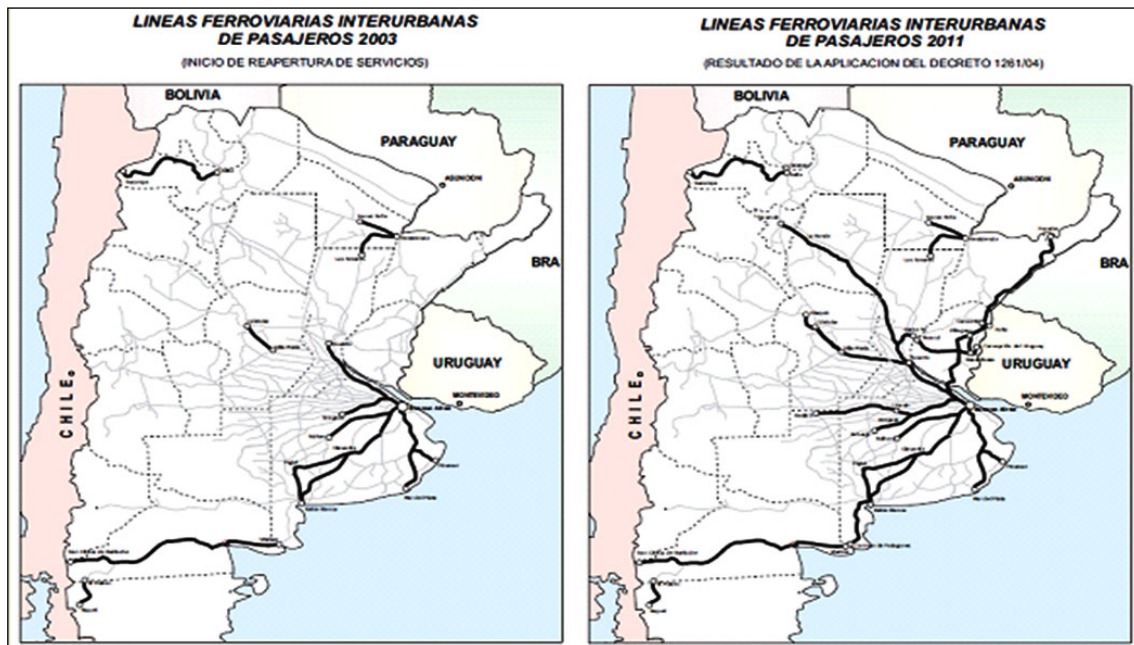


Fuente: Conurbanos. Blogspot

Figura 1. Redes de ferrocarriles entre 1988 y 2001.

El transporte ferroviario

Argentina que supo ser un “país ferroviario”, durante los primeros años de la década del '90, se suspendieron y cerraron los ramales ferroviarios que resultaban menos rentables para las empresas, con el consecuente aislamiento de los pueblos y localidades del área metropolitana y del interior de la provincia de Buenos Aires.



Fuente: Conurbanos. Blogspot

Figura 2. Redes de ferrocarriles entre 2003 y 2011.

Tal como plantea Pagano (2016, pp 5)

Preferimos referirnos al caso no como una concesión sino como una “privatización” (...) porque a futuro se comprobó que definitivamente se “privó” a los argentinos del servicio ferroviario de transporte de pasajeros y que se le restringió fuertemente el de cargas.

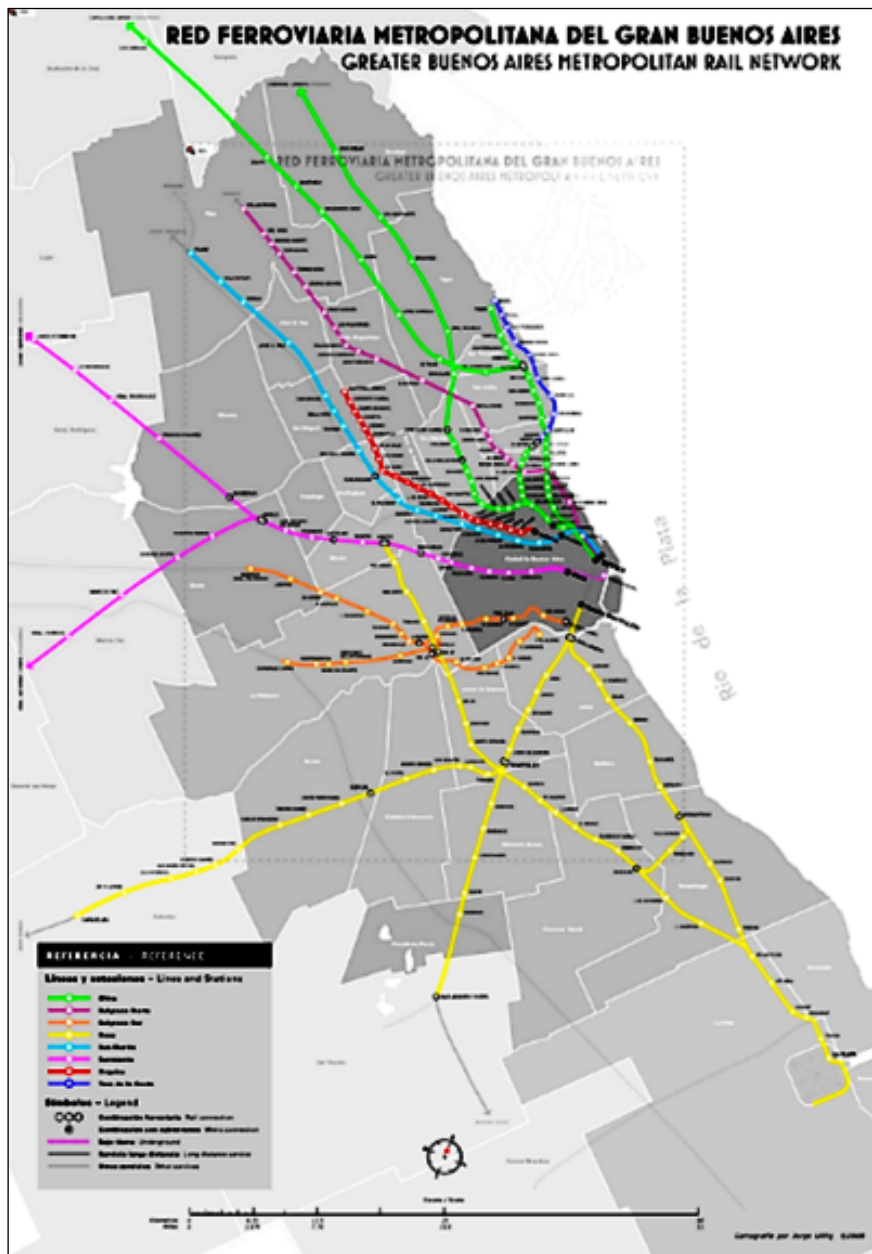
De tal modo que, en la actualidad, la red de ferrocarriles del AMBA está compuesta por 7 líneas que cubren parcialmente el territorio, que se distribuyen radialmente y están concesionadas por tres operadores: Metrovías, Ferrovías y Trenes Argentinos que operan las líneas Mitre, Sarmiento, Urquiza, Roca, San Martín; Belgrano Norte y Belgrano Sur. La red de ferrocarriles posee una extensión aproximada de 850 km, de los cuales el 27% se encuentra electrificada y el 73% circula con tracción a diésel (Informe Estadístico Anual 2022. Comisión Nacional de Regulación del Transporte).

Las líneas Mitre, Belgrano Norte y San Martín, parten desde la estación Retiro conectando la Ciudad Autónoma de Buenos Aires con la zona norte del Gran Buenos Aires; la línea General Roca que conecta la estación Constitución con la zona sur; la línea Sarmiento, que parte desde la Estación Once, la línea Urquiza que parte desde la Estación Lacroze en el barrio de Chacarita y Belgrano Sur, desde la estación Sáenz en el barrio de La Paternal que cubren la zona oeste y sudoeste.

Algunas de estas líneas férreas se conectan entre sí, como el ferrocarril Sarmiento en su ramal Merlo- Marcos Paz, desde donde se puede realizar trasbordo al ferrocarril

Belgrano Sur que conecta la localidad de Aldo Bonzi en el partido de La Matanza con Villars en el partido de General Las Heras. También la línea Sarmiento en la estación Haedo se une con el ferrocarril General Roca en su ramal Haedo- Temperley, que, a su vez, se conecta en la estación Km12/ De Elía con el ferrocarril Belgrano Sur. Por su parte, la línea Mitre en la estación Maipú conecta con el Tren de la Costa.

Según las estimaciones estadísticas de la Comisión Nacional de Regulación del transporte en el mes de agosto del año 2023, los trenes metropolitanos registraron más de 30 millones de pasajeros pagos (Estadísticas del transporte ferroviario, 2023).



Fuente: Comisión Nacional de Regulación del Transporte.

Figura 3. Red ferroviaria metropolitana actual.

El transporte subterráneo

Argentina fue el primer país latinoamericano en tener subterráneo, cuando en 1913 se inaugura la línea A de subtes, que recorría aproximadamente 3 km entre Plaza de Mayo y Plaza Miserere, un año más tarde llegaba al barrio de Caballito. En 1930 se inaugura la línea B, que recorría desde Lacroze hasta Callao, a lo largo de 7 km. Su última ampliación fue en el año 2013, cubriendo 11,8 km de extensión hasta la Estación Juan Manuel de Rosas, en el barrio de Villa Urquiza.

En el año 1933, comienza la construcción de las líneas C y D, el primero se inauguró un año después y unía la estación Constitución (cabecera del ferrocarril General Roca) y en 1936 se extendió hasta la estación Retiro (Cabecera del ferrocarril Mitre). Respecto a la línea D, se inauguró en 1937 y conectaba la catedral de la ciudad de Buenos Aires con Tribunales, pero también conectaba con la línea C y alcanzaba una extensión de 1,7 km, para ampliarse tres años después y llegar a Palermo, con un total de 6,5 km. En la década de 1990 se amplió aún más para alcanzar 11 km de extensión en la actualidad.



Fuente: <https://buenosaires.gob.ar/mapa-del-subte-y-combinaciones>.

Figura 4. Red de subterráneos de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires.

En lo que respecta a la línea E, fue inaugurada en 1944 uniendo Constitución con General Urquiza al sur de la ciudad en una zona menos próspera. En 1966 se amplía hasta llegar a avenida La Plata y la última ampliación se concretó en el año 2019, permitiendo la conexión con la línea B en el Correo Central y con la línea C en Retiro, además permitió integrar la zona del “bajo porteño”.

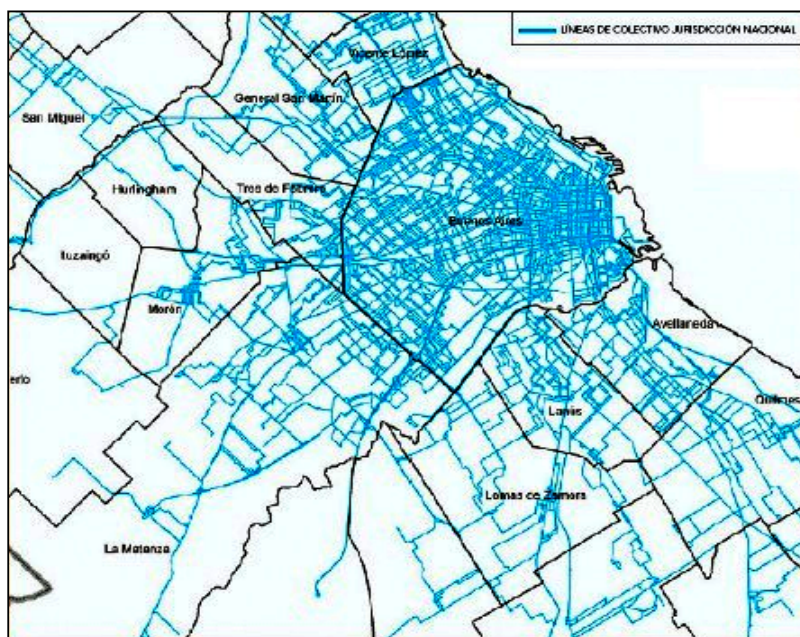
La línea H Se inauguró en el año 2007 y significó la reactivación de las obras de subterráneos, luego de 60 años sin que se construyeran líneas nuevas en la ciudad y se amplió en los últimos años, conectando actualmente el barrio de Parque Patricios con Recoleta, con una extensión de 8,8 km.

Resumiendo, entonces, la red de subterráneos de Buenos Aires posee más de 60 km de extensión y transporta más de 200 millones de pasajeros según datos del año 2022 (Estadísticas de la Comisión Nacional de regulación del transporte, 2022) y es prestada por la empresa concesionaria Metrovías, que también opera el ferrocarril General Urquiza.

Si bien las promesas de extender la red de subterráneos más allá de los límites de la ciudad Autónoma de Buenos Aires, siempre está presente, aun no se ha concretado y el futuro próximo tampoco parece cumplirse.

La red de transporte colectivo

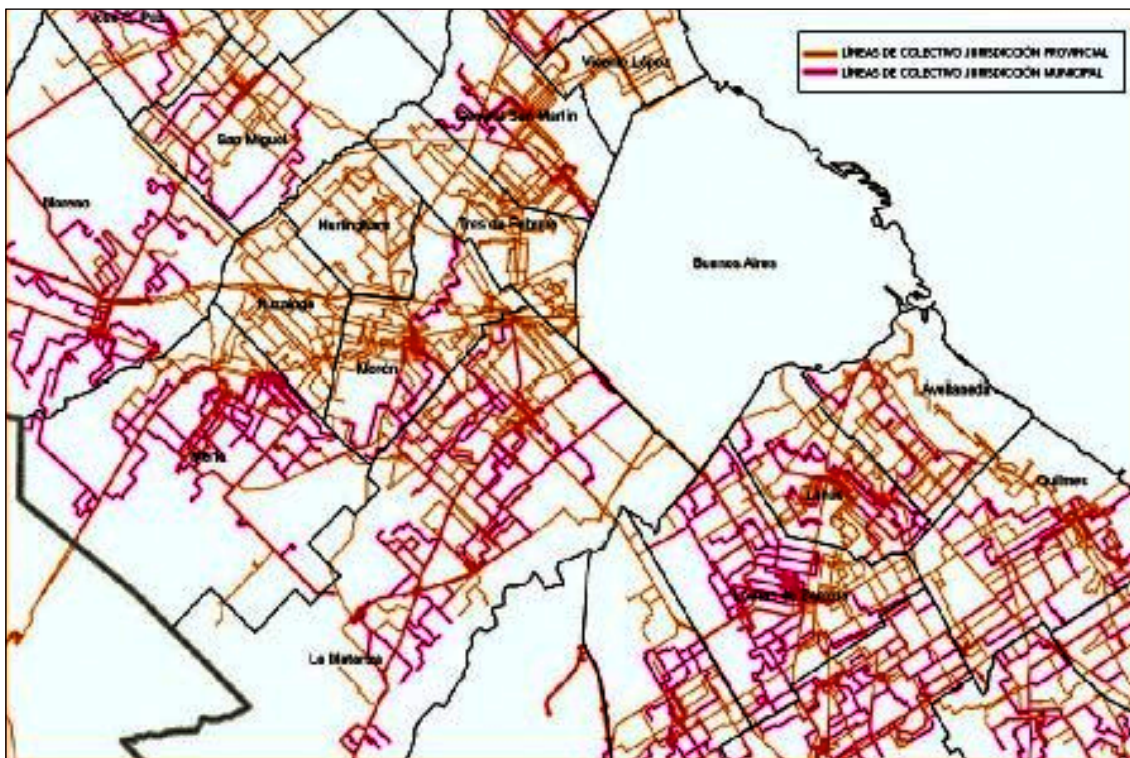
En Argentina el transporte de autobús es conocido como transporte colectivo, modo de transporte en la cual también fue pionera, ya que el origen de este modo de transporte se remonta a 1928 cuando un grupo de taxistas de Buenos Aires, decidieron prestar un novedoso servicio, con un recorrido fijo, que se anunciaba con un cartel en la parte delantera del auto y permitía trasladar a más de un pasajero. El recorrido se estableció entre Primera Junta (en el barrio de Caballito) hasta Rivadavia y Lacarra (en el barrio Vélez Sarsfield) y en cercanías al ferrocarril Sarmiento. En ese momento este transporte coexistía, no sin conflictos, con el tranvía. No fue hasta 1931 que comenzaron a circular los colectivos con coches que tenían mayor capacidad de usuarios, con tarifas fijas.



Fuente: INTRUPUBA.

Figura 5. Líneas de transporte colectivo de jurisdicción Nacional.

Progresivamente la red de transporte de colectivos se fue ampliando, hasta convertirse en la actualidad, en el modo de transporte más utilizado por la población del Área Metropolitana de Buenos Aires, compuesto por más de 400 líneas, que realizan más de 800 recorridos y cubren gran parte del territorio del AMBA, con una red vial aproximada de 8000 km. Aunque la principal desventaja es que se encuentran muchas veces desconectados del ferrocarril, que es la principal combinación que realizan los pasajeros. El servicio de colectivos comprende tres niveles de jerarquía: Nacional, bajo la órbita de la secretaría de Transporte de la Nación y que son las líneas que circulan por la Ciudad Autónoma de Buenos Aires y conectan con otros municipios del Conurbano Bonaerense. Las líneas de colectivo de jurisdicción provincial, circulan por los municipios del AMBA sin ingresar a la CABA; mientras que los de jurisdicción municipal solo circulan por los límites de sus propios municipios.



Fuente: INTRUPUBA.

Figura 6. Líneas de transporte colectivo de jurisdicción Provincial y Municipal.

En los mapas precedentes es posible evidenciar que efectivamente el transporte colectivo es el que presenta mayor cobertura territorial en el AMBA, lo que permite explicar por qué es el modo de transporte de quienes residen en el Conurbano Bonaerense, a pesar de las deficiencias en los servicios vinculados con la frecuencia, la calidad de las unidades de traslado y la falta de cobertura en los barrios más periféricos donde el colectivo es el único modo de transporte posible.

Algunos conflictos atravesados por el sistema de transporte en el AMBA

Si bien son numerosos los conflictos que atraviesa el sistema de transporte en el área estudiada, desde accidentes fatales, conflictos empresariales y gremiales y constantes incrementos en el precio de las tarifas, mencionaremos a continuación, algunos ejemplos que permitan aproximarnos al cuadro de situación.

Con respecto al transporte ferroviario, en los últimos años se han producido accidentes de gravedad, entre los que podemos mencionar el “Accidente ferroviario de Flores” ocurrido en el año 2011, en el cual colisionaron dos formaciones del ferrocarril Sarmiento (en su Ramal Once- Moreno) con la línea de colectivo 92 (que une la Ciudad Autónoma de Buenos Aires con el sudoeste del Conurbano Bonaerense), como consecuencia de las deficiencias de infraestructura y mantenimiento, ya que no funcionaba la barrera ni los sistemas de alarma, cuyo resultado fueron 11 fallecidos y más de 200 heridos. Un año después, la misma línea de tren, protagonizó una de las tragedias más importantes de la historia ferroviaria de Argentina, cuando una formación no logró frenar al llegar a la estación Once y colisionó con los parapetados de contención, provocando la muerte de 52 personas y más de 700 personas heridas. Al año siguiente, en la estación Castelar de la misma línea, dos trenes colisionaron, dejando un saldo de 3 personas fallecidas y más de 300 heridos.

Posterior a estos hechos, el Estado Nacional comienza a gestionar el ferrocarril Sarmiento y se impulsa la creación de la Agencia Metropolitana de Transporte, oficializada en el año 2014 y cuyo objetivo principal es coordinar entre las jurisdicciones acciones al transporte multimodal en el AMBA, aunque en los últimos años, en las distintas jurisdicciones han gobernado fuerzas políticas contrapuestas, por lo cual la agencia ha enfrentado limitaciones en sus acciones.

El transporte de colectivos, tampoco está exento de conflictos, a lo largo del año 2023, se han suscitado varios días de paro de transporte, a partir del conflicto por los subsidios a las tarifas, basado principalmente en que luego de la pandemia, los subsidios del Estado Nacional al transporte colectivos dejaron de regirse por la cantidad de kilómetros recorridos y pasaron a considerar la cantidad de pasajeros transportados, a través del registro de la tarjeta SUBE, que es el sistema único de boleto electrónico que permite controlar los viajes realizados.

El transporte subterráneo pasó a la órbita del gobierno de la CABA en el año 2013, luego de varios conflictos con el gobierno nacional, bajo la gestión Mauricio Macri como jefe de gobierno. Dos meses más tarde de dicho traspaso las tarifas de los subtes se incrementaron un 40% y esta última década estuvo caracterizada por intensos conflictos entre los trabajadores, la empresa concesionaria y el gobierno porteño. El eje de los reclamos se basa en la reducción de la jornada laboral, situación vinculada a la presencia de asbesto, un mineral altamente perjudicial para la salud, presente en las formaciones de subtes. Las medidas de fuerza implementadas consistieron desde la apertura de molinetes (es decir el no cobro del boleto) hasta el cese del servicio en determinadas franjas horarias y de manera alternada.

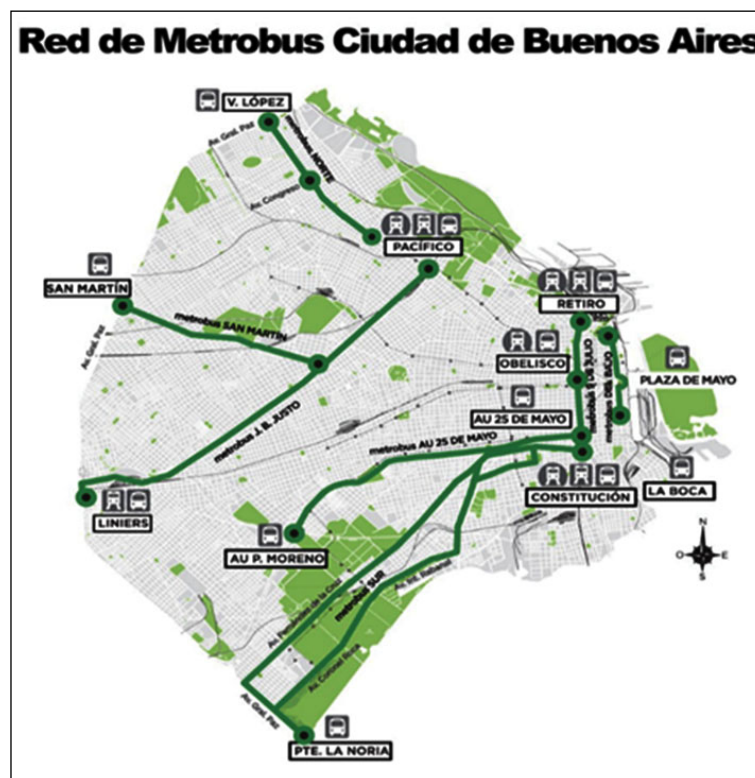
Políticas de transporte en el AMBA en las últimas décadas

El principal problema que enfrentan las políticas de transporte es la ausencia de una mirada integral respecto de la movilidad y el sistema de transporte del AMBA y que fundamentalmente atiendan las demandas y necesidades de lo usuarios.

Aunque en los últimos años las políticas de transporte del AMBA, estuvieron bastante alejadas de tal objetivo, más bien podríamos decir que han sido políticas parciales, descontextualizadas y altamente politizadas.

Una de las políticas mas promocionadas ha sido el sistema BRT (Bus Rapid Transit), conocido en Argentina como “Metrobus”, que ha sido implementado en otros países latinoamericanos con anterioridad y que consiste en el uso de carriles exclusivos de circulación para los colectivos en áreas metropolitanas. Una de las características de este sistema es que permite utilizar infraestructura y vehículos ya existentes. En el AMBA el primer “Metrobus” se inauguró en el año 2011, en la avenida Juan B. Justo, que conectó dos nodos importantes de la CABA (Liniers y Palermo) y logró reducir el tiempo de viaje un 32%. Esta política de transporte, impulsada por el Gobierno de la Ciudad, generó importantes desarticulaciones con el Gobierno Nacional y Provincial que por aquel entonces representaban fuerzas políticas enfrentadas.

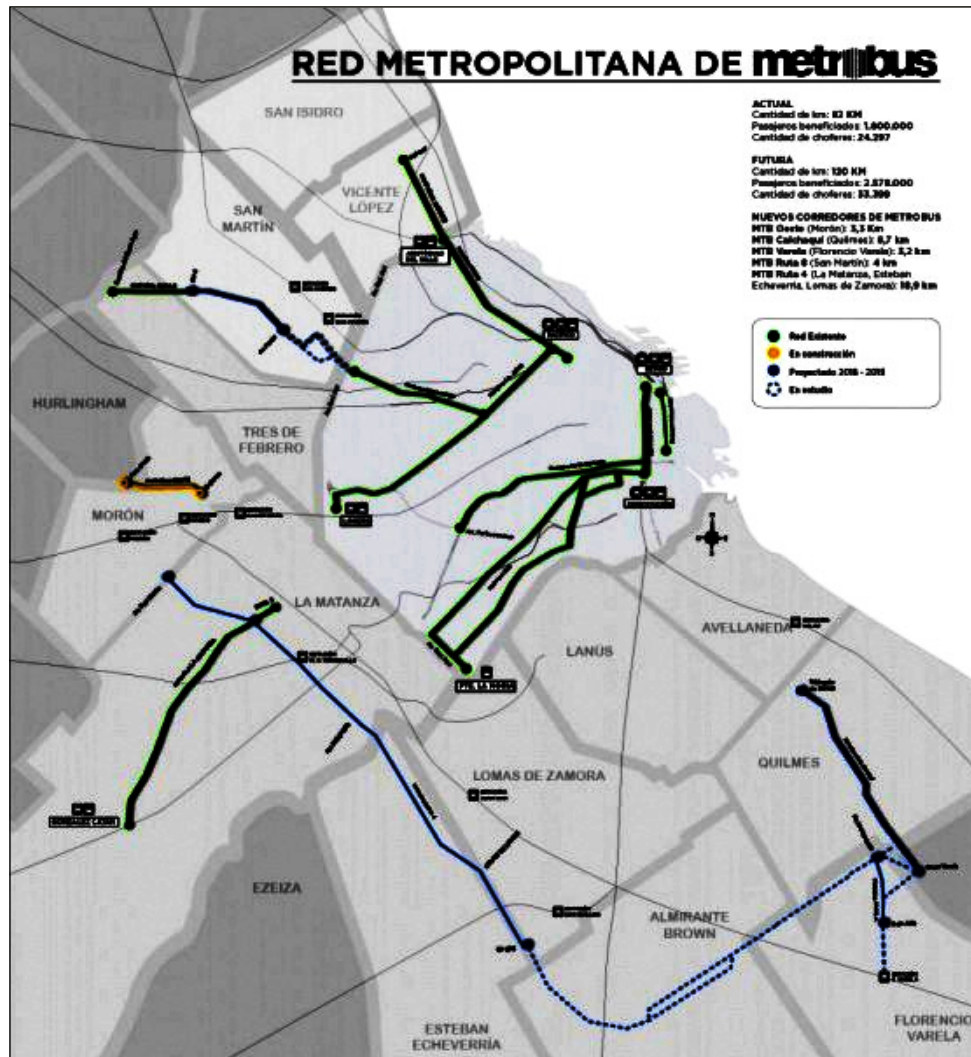
Luego en los años posteriores se avanzaron en otros corredores que conectan la CABA y se han extendido al Conurbano Bonaerense, aunque aún sin lograr integrarlos.



Fuente: www.observatorioamba.org.

Figura 7. Red de Metrobus de CABA.

Consideramos que una de las causas por las que los Sistemas de BRT están cobrando importancia, radica en que la implementación de este sistema en los principales corredores viales, permite reducir los costos que implicaría el desarrollo de otras infraestructuras de mayor envergadura como las vinculadas al ferrocarril y a los subterráneos. Pero esta política continúa alentando el uso de colectivos por sobre otros modos, lo cual contribuye a reforzar el manejo monopólico del autotransporte, en manos de empresas privadas, pero con un importante subsidio estatal.



Fuente: www.observatorioamba.org.

Figura 8. Red Metropolitana de Metrobus

Por otro lado, algunos estudios previos indican que “el sistema no es tan eficiente como el metro ya que ocupa superficie urbana y está a merced de obstrucciones más generales que se dan en las calles (protestas, accidentes, etc.), sin llegar a reducir los tiempos de manera tan significativa y sin operar una mayor capacidad de pasajeros que la del sistema de colectivos tradicionales” (UNTREF, 2015).

Otras de las políticas más destacadas referidas al sector de transporte metropolitano es la fuerte presencia de los subsidios estatales a las empresas prestadoras, con el principal objetivo de limitar el incremento de las tarifas que en los últimos cuatro años se han incrementado en promedio 500 %. A modo de ejemplo las tarifas de la línea Sarmiento pasaron de \$ 5,50 (pesos argentinos) en 2019 a \$ 52,95 (pesos argentinos) en 2023.

Debemos considerar también que, en los últimos años, se han recuperado algunas líneas ferroviarias, tanto para el servicio de pasajeros como con fines turísticos, tal es el caso del ramal González Catán-Marcos Paz que desde diciembre de 2022 llega a la estación Villars en el partido de General Las Heras con dos frecuencias diarias. Desde la misma estación desde el mes de septiembre de 2023, circula un tren turístico que une Villars con Lozano, el mismo circula los días sábado y domingo con un servicio de ida a las 11 am y uno de regreso a las 16 pm. También está en proyecto, casi concretado el Ramal Caseros- Haedo del ferrocarril San Martín, que permitirá unir tres líneas ferroviarias: San Martín, Sarmiento y Roca.

REFERENCIAS

CEPAL. ¿Qué es un BRT, o la implementación del metrobus en la Ciudad de Buenos Aires, Argentina. En: **Boletín FAL**. Edición 312- n° 8 de 2012.

KRALICH, SUSANA Incidencia de los gastos de transporte sobre el bolsillo del asalariado. El caso de la Región Metropolitana de Buenos Aires. En: asociación Argentina de especialistas en estudios del trabajo. **5° Congreso Nacional de Estudios de trabajo**. Buenos Aires, 1 al 3 de agosto. 2001.

KRUGER; RALPH. Diferentes patrones de movilidad en el Área Metropolitana de Buenos Aires. Una perspectiva desde la urbanización suburbanas. En: **Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica**. Universidad de Buenos Aires, mayo de 2010.

LIBERALI, ANA MARÍA; REDONDO SOLANGE. La heterogeneidad de las distancias en el Área Metropolitana de Buenos Aires. En: A. Liberali, S. Vidal Koppmann y M. Orduna (Eds.), **Movilidad y pobreza**. Una prioridad para el Área Metropolitana de Buenos Aires (pp. 81-98). CETAM/FADU/UBA. 2012.

LIBERALI, ANA MARÍA; REDONDO SOLANGE.(2014). Geografía de la pobreza. El caso del Área Metropolitana de Buenos Aires. En: **Movilidad y pobreza II**. Accesibilidad y políticas de transporte. CETAM- FADU- UBA.

PAGANO, ALEJANDRO. La privatización y desguace del sistema ferroviario argentino durante el modelo de acumulación neoliberal. En: **biblioteca digital UNCUIYO**, 2016 Disponible en <https://bdigital.uncu.edu.ar/objetos_digitales/10367/laprivatizacinydesguace.pdf>.

Provincia de Buenos Aires. Jefatura de Gabinete de Ministros. Agencia Provincial de Transporte. Corredor del sudoeste- BRT- Juan Manuel de Rosas. (S/F).

REDONDO, SOLANGE. Marginalidad social y acceso al transporte en González Catán, partido de La Matanza. En: ORDUNA, Martín; LIBERALI, Ana María; VIDAL

KOPPMANN, Sonia. **Movilidad y pobreza**. Una prioridad para el Área Metropolitana de Buenos Aires. 1º ed- Buenos Aires: el autor. 2012.

REDONDO, SOLANGE.; LIBERALI, ANA MARÍA. **Trabajo de campo en el Conurbano Bonaerense**. 2022.

REPÚBLICA ARGENTINA, Instituto Nacional de Estadísticas y Censos-INDEC **Encuestas de uso del tiempo**. Buenos Aires. 2022.

REPÚBLICA ARGENTINA, **Secretaría de Transporte de la Nación** (Investigación de Transporte Urbano Público de Buenos Aires (INTRUPUBA) 2010.


UNIVERSIDAD NACIONAL DE TRES DE FEBRERO. **Hacia una Política de Transporte de Calidad en el AMBA: Diagnóstico y Recomendaciones Informe Final**. Documento de uso interno. Fecha de versión 24/11/2015.

AS NOVAS DINÂMICAS ESPACIAIS URBANAS DE JUIZ DE FORA FRENTE A FINANCEIRIZAÇÃO

THE NEW URBAN SPATIAL DYNAMICS OF
JUIZ DE FORA IN THE FACE OF FINANCIALIZATION

LAS NUEVAS DINÁMICAS ESPACIALES URBANAS
DE JUIZ DE FORA FRENTE A LA FINANCIARIZACIÓN

Telma Souza Chaves¹

 0009-0004-7853-8086

telmachaves@gmail.com

¹ Graduada em Licenciatura e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF; Especialista em Análise Ambiental pela UFJF; Mestre em Geografia Urbana pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ e Membro Centro Humboldt. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-7853-8086>. E-mail: telmachaves@gmail.com.

Artigo recebido em novembro de 2023 e aceito para publicação em dezembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: Este artigo não tem o objetivo de discutir o conceito de financeirização, mas sim, demonstrar o avanço das políticas de financiamento do espaço urbano de Juiz de Fora, criando assim, novas dinâmicas espaciais. Sabemos que a dinâmica da estrutura urbana muda de acordo com as necessidades da sociedade. Essas modificações são identificadas na intensificação da ocupação urbana, nas edificações e características físicas do território. A reprodução do espaço nos faz refletir e analisar a conexão da relação entre a produção do espaço urbano e sua financeirização. A partir das modificações recentes no espaço urbano construído em Juiz de Fora, podemos identificar alterações relevantes nas formas da atual gestão na condução das políticas públicas urbanas do município. Inserida em um contexto global pautado no processo de financeirização, a produção do espaço urbano passou a incorporar novos agentes e grupos voltados a valorização do capital através de investimentos.

Palavras-chave: Financeirização. Espaço urbano. Obras públicas.

ABSTRACT: This article is not intended to discuss the concept of financialization, but rather to demonstrate the advancement of financing policies for the urban space of Juiz de Fora, thus creating new spatial dynamics. We know that the dynamics of the urban structure changes according to the needs of society. These modifications are identified in the intensification of urban occupation, in the buildings and physical characteristics of the territory. The reproduction of space makes us reflect and analyze the connection between the production of urban space and its financialization. From the recent changes in the urban space built in Juiz de Fora, we can identify relevant changes in the current forms of management in the conduction of urban public policies in the municipality. Inserted in a global context based on the financialization process, the production of urban space began to incorporate new agents and groups aimed at capital appreciation through investments.

Keywords: Financialization. Urban space. Public works.

RESUMEN: Este artículo no pretende discutir el concepto de financiarización, pero si, demostrar el avance de las políticas de financiación del espacio urbano de Juiz de Fora, creando así nuevas dinámicas espaciales. Sabemos que la dinámica de la estructura urbana cambia según las necesidades de la sociedad. Estas modificaciones se identifican en la intensificación de la ocupación urbana, en las edificaciones y características físicas del territorio. La reproducción del espacio nos hace reflexionar y analizar la conexión entre la producción del espacio urbano y su financiarización. A partir de los cambios recientes en el espacio urbano construido en Juiz de Fora, podemos identificar cambios relevantes en las formas actuales de gestión en la conducción de las políticas públicas urbanas en el municipio. Inserta en un contexto global basado en el proceso de financiarización, la producción del espacio urbano comenzó a incorporar nuevos agentes y grupos orientados a la valorización del capital a través de inversiones.

Palabras clave: Financiarización. Espacio urbano. Obras públicas.

INTRODUÇÃO

Este artigo não tem como objetivo discutir o conceito de financeirização, mas sim demonstrar o avanço das políticas de financiamento do espaço urbano de Juiz de Fora, criando assim, novas dinâmicas espaciais. Sabemos que a dinâmica da estrutura urbana muda de acordo com as necessidades da sociedade e de diversos fatores. Essas modificações são identificadas na intensificação da ocupação urbana, nas edificações e características físicas do território.

A reprodução do espaço nos faz refletir e analisar a conexão da relação entre a produção do espaço urbano e sua financeirização. Consideraremos Ribeiro e Diniz (2023) que descreve que a financeirização:

...deve ser compreendida como o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. Quer dizer, como um processo geral de transformação do capitalismo que se torna estrutural, cria novas formas institucionais, marca as estratégias de todos os agentes privados relevantes, altera a operação das finanças e dos gastos públicos e, de alguma maneira, diferencia-se dos modos de manifestação do capital enquanto expressão do valor-trabalho. (RIBEIRO; DINIZ, 2023 p.353).

Com o advento da globalização o processo de urbanização da América Latina foi incentivado e financiado pelo capital dos países ricos. Ele foi o responsável pela reordenação dos territórios nacionais, preparando-os para sua inserção na economia que se globalizava.

Estudos vem revelando que as cidades não são mais somente financiadas e produzidas “... por atores urbanos históricos, tais como proprietários, incorporadores, construtoras, Estado, bancos e, muitas vezes, habitantes (LORRAIN, 2011 apud SHIMBO; RUFNO, 2019 p.9).

Ainda de acordo com Shimbo e Rufno, (2019), uma das maiores transformações está relacionada ao aumento progressivo do papel dos investidores financeiros na elaboração de grandes projetos urbanos e nos empreendimentos imobiliários (HALBERT; ATTUYER, 2016 apud SHIMBO; RUFNO, 2019, p.9).

Por sua vez, a financeirização do espaço é uma aplicação associada ao neoliberalismo que no mais simples conceito é a transferências de serviços públicos ao setor privado com redução dos encargos e redução de barreiras ao comércio internacional. Com isto, tem-se a abertura da economia ao capital estrangeiro com ênfase na globalização. Como resultado, novas reestruturações são necessárias para a inserção na economia globalizada que se faz em sua maioria de maneira privada, uma vez que, dentro do neoliberalismo, o Estado se reduz a um regulador meramente teórico de um mercado livre e “bárbaro”.

Assim sendo, seguiu-se, no decorrer da globalização a estruturação socioespacial dos países latino-americanos e vimos então, o desmonte de quase todo o aparato produtivo estatal dos países latino-americanos com privatizações em áreas de vital interesse estratégico para o capital estrangeiro: a produção de matérias-primas e de base. Neste cenário, vimos o

Brasil abrir seu território ao capital global e a financeirização. Por sua vez, o capital global se interessa por aqueles espaços e pela parte da sociedade que melhor renderá.

No Brasil, foram as grandes metrópoles que se encontravam preparadas para receber os investimentos. Estas já possuíam, mesmo que de maneira instável e concentrada em áreas específicas no espaço urbano, condições básicas para a instalação materializada dos capitais globalizados. Após as grandes metrópoles, o capital seguiu para as grandes e médias cidades do país.

É nesse contexto do capital global e da financeirização, referente à produção capitalista do espaço urbano, que se insere a atual gestão do município de Juiz de Fora. Podemos afirmar que a cidade está vivenciando uma nova forma de dinâmica espacial urbana frente ao arranjo financeiro.

A FINANCEIRIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE JUIZ DE FORA

Juiz de Fora é um município brasileiro do interior do estado de Minas Gerais, pertencente à mesorregião da Zona da Mata e microrregião de Juiz de Fora. Cidade de evidência na Zona da Mata Mineira, de fácil acesso através de rodovias e ferrovias, o município localiza-se próximo a grandes metrópoles: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, sendo a última a capital do Estado de Minas Gerais.

O município tem sido foco de atração de grandes empreendimentos da construção civil, de instituições de ensino superior, de eventos culturais e artísticos, de investimentos em geral, ocasionando um crescimento econômico em diversos setores, principalmente de serviços, educação e do imobiliário.



Figura 1. Localização de Juiz de Fora na Região Sudeste.

Como capital regional (IBGE), Juiz de Fora exerce uma influência marcante sobre sua circunvizinhança. Isso se percebe na importância que o saldo migratório tem no crescimento demográfico da cidade, já historicamente registrado.

De acordo com o resultado do censo, Juiz de Fora atualmente tem 540.756 habitantes (IBGE, 2023), correspondendo a um crescimento populacional de 4,75% em comparação ao censo de 2010. Sua população corresponde a 78,42 % do total de sua microrregião e, sua área é de 1.433,87 Km², o que corresponde aproximadamente cerca de 16% da área total da microrregião. Seu território está dividido em 8 distritos: o Distrito-Sede, com área de 750,30 Km²; o Distrito de Torreões, com 147,72 Km²; o Distrito Humaitá de Minas com 109,62 Km²; Distrito Monte Verde de Minas, com 87,517 Km², Distrito de Rosário de Minas, com 113,21 Km², Distrito Penido com 55,22Km², Distrito de Valadares com 67,14 Km², Distrito Caetés de Minas com 30,25 Km² e o Distrito de Sarandira, que ocupa uma área de 75,10 Km².

Nos últimos anos Juiz de Fora tem vivenciado grandes investimentos por grandes corporações no setor imobiliário que ampliam cada vez mais seus lucros. Os investimentos destas corporações, alterou consideravelmente a configuração urbana de algumas Regiões de Planejamento – RP² do Distrito Sede. Em consequência deste fato, as gestões têm que acompanhar as novas mudanças no território do município, seja na dotação de infraestrutura básica, na mobilidade, na lei de parcelamento do solo, dentre outras.

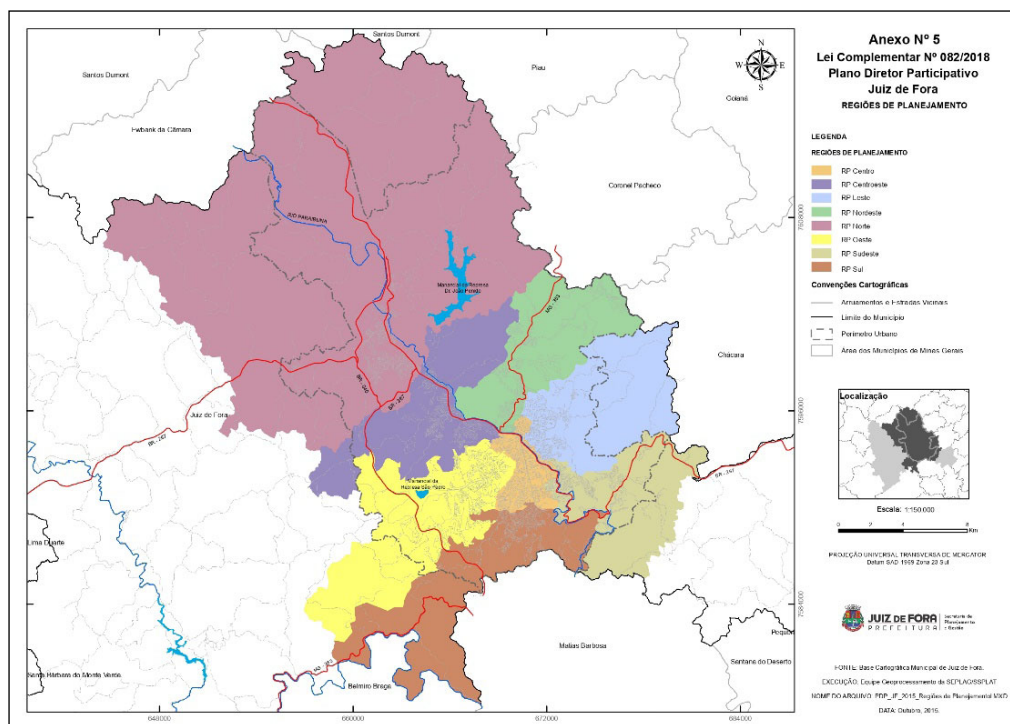


Figura 2. Regiões de Planejamento - RPs.

Na conjuntura de financeirização e do avanço de políticas e instrumentos neoliberais, observa-se em Juiz de Fora um intenso processo de busca de capital para financiar as grandes obras que se tornam necessárias ao desenvolvimento urbano do Distrito Sede.

Com o processo de construção da infraestrutura, de bens público, mobilidade, saúde, educação etc., verifica-se a busca de diversas fontes de recursos que são utilizadas nas etapas de construção civil, mais precisamente em obras. Assim sendo, diversos agentes atuam conjuntamente, como: União, Estado, empreiteiras, empresas de tecnologia, trabalhadores, entre outros. Todos os agentes estão envolvidos e inseridos no modo de produção capitalista do espaço urbano de Juiz de Fora.

Para a realização das obras públicas a Prefeitura formalizou empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, ao FINISA, que é o financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento voltado ao Setor Público, do Banco Latino-Americano de Desenvolvimento (CAF), que é uma instituição financeira multilateral cuja missão é apoiar o desenvolvimento sustentável, além de impulsionar a integração regional na América Latina, através do financiamento de projetos dos setores público e privado.

No caso de Juiz de Fora, o financiamento do CAF está direcionado para o setor público em obras para o controle de inundações, requalificação urbana e soluções baseadas na natureza, no âmbito do Município.

Em conformidade com a Prefeitura o recurso do Finisa está sendo aplicado de maneira parcelada, isto é, 50% do recurso total recebido, foi aplicado no ano de 2022 e o restante está sendo utilizado em 2023. Sendo que dos recursos anuais, 50% serão voltados e empregados em obras de pavimentação e drenagem.

Ainda de acordo com a Prefeitura foram elencadas 31 ações em todo o território do município de Juiz de Fora. Os recursos também compreenderão ações no âmbito social, mobilidade urbana, meio ambiente, tecnologia da informação, esporte e lazer e segurança alimentar. Para isto a Prefeitura desenvolveu projetos de acordo com as 14 Unidades Gestoras - UGs participantes das ações.

Além destes recursos, destacamos também o convênio firmado com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e a parceria entre o município e Malha Regional Sudeste – MRS³, na construção de viadutos transpondo a linha férrea que corta a área urbana do município.

Salientamos aqui, que o convênio com o DNIT é de 2012, convênio este, que engloba recursos para construções de novos viadutos, como também recapeamento e revitalização de grandes corredores da cidade, mais precisamente as avenidas Brasil, Juscelino Kubitschek e Garcia Rodrigues Paes, pois elas compõem o trecho urbano da Rodovia BR-267 no município.

Obras Financiadas

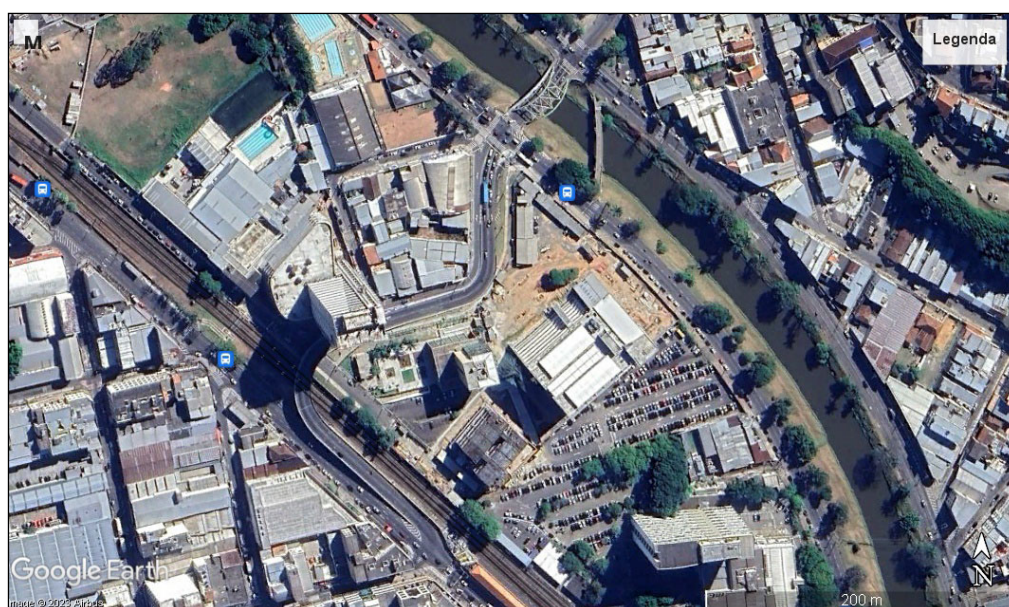
Em dezembro de 2020, após 4 anos do início das obras, o Viaduto Engenheiro Renato José Abramo foi entregue, ele liga a rua Osório de Almeida a Avenida Brasil. Esta foi uma importante obra viária do município com o intuito de melhorar a mobilidade urbana da cidade.



Fonte: Google Earth (2023).

Figura 3. Vista aérea do Viaduto Engenheiro Renato José Abramo.

Nove anos após ser anunciado, o viaduto da Arquiteto Hélio Fádel Araújo foi inaugurado em dezembro de 2021, ligando a avenida Francisco Bernardino a Avenida Brasil que proporcionou melhor tráfego da cidade. De acordo com a Prefeitura, esse viaduto foi fruto da parceria Prefeitura, DNIT e MRS, o contrato incluiu além das obras do viaduto o complexo urbanístico no seu entorno.



Fonte: Google Earth (2023).

Figura 4. Vista aérea do Viaduto Arquiteto Hélio Fádel Araújo.

Tiveram início em maio de 2023 as obras do viaduto da Rua Benjamin Constant, considerado uma das maiores intervenções viárias, por se tratar de uma via de intenso tráfego de veículos. Além de proporcionar ligação mais rápida entre a RP Leste e o Centro (núcleo urbano do Distrito Sede).



Fonte: Google Earth (2023).

Figura 5. Vista aérea da rua Benjamim Constant.

De acordo com a Tribuna de Minas (2021), um jornal local, com a renovação do contrato de concessão de uso da linha férrea, União e MRS que está tramitando, a concessionária anunciou que o plano de investimento traçado prevê intervenções urbanas em Juiz de Fora, na cidade devem ser construídos mais cinco novos viadutos.

Outra obra entregue a população em Juiz de Fora, foi o restauro do Museu Mariano Procópio e a reabertura da Villa Ferreira Lage, conhecida como Castelinho. A Villa faz parte do complexo do Museu que ficou fechada por 16 anos. O Museu Mariano Procópio abriga um dos principais acervos do período Imperial brasileiro, considerado também, o segundo mais importante em acervos do Império e conta com aproximadamente 53 mil peças.

Para as obras de restauro, a Prefeitura angariou recursos do Ministério da Cultura e teve apoio do Ministério do Turismo, com intermédio do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).



Fonte: T. Chaves (2023).

Figura 8. Vista parcial interior ginásio poliesportivo.

Salientamos que as transformações e obras de infraestrutura já refletem no espaço urbano de Juiz de Fora. A financeirização do ambiente urbano associada “...ao avanço das políticas neoliberais e à conformação de novos instrumentos normativos, resulta na consolidação de arranjos inovadores para a produção de infraestruturas, com entrada de novos agentes e conformação de fluxos financeiros...” (MAGALHÃES, 2023, pg.184).

A consolidação de arranjos inovadores na produção da dinâmica urbana foi possível com o avanço das políticas neoliberais que se deu nas cidades brasileiras e de acordo com Sanfelici (2013):

O esforço por converter o ambiente construído urbano em um título financeiro, dotado de um grau mais ou menos elevado de liquidez, constitui condição *sine qua non* para que os grandes investidores institucionais possam se apropriar dessa fonte gigantesca de rendimentos. No Brasil, houve um nítido empenho por parte do Estado, nos últimos vinte anos, em aprimorar as condições jurídicas e institucionais que fortalecem os negócios com a propriedade privada do solo e as relações desses negócios com o sistema financeiro. Como resultado dessas intervenções e reformas, o capital-dinheiro pode agora circular mais livremente pelo ambiente construído urbano, se apropriando das rendas geradas pelo processo de urbanização, sem jamais se desfazer por completo de sua figura de capital-dinheiro... (SANFELICI, 2013 p.42)

Corroborando com Sanfelici (2013), está ocorrendo em Juiz de Fora um nítido empenho por parte da gestão em angariar recursos para as obras públicas. Sejam elas de infraestrutura, saneamento, equipamentos públicos, educação lazer e cultura como já abordado. Como demonstrado, os recursos provêm de diferentes fontes e agentes, a capitalização destes recursos, tornaram-se um dos objetivos principais de grande parte dos projetos urbanos que acontecem no município, com a predominância da financeirização para o setor de infraestruturas.

Em consonância com Caneteri (2023) que analisa a financeirização e aborda que:

...a cidade, que passa a ser regida pela ordem neoliberal, tende a operar sobretudo orientada para o mercado – ou seja, as decisões de seus governantes acerca do que se fazer em determinados territórios, os tipos de políticas públicas e os investimentos passam a seguir a lógica que opera no âmbito privado, otimizando custos e benefícios em busca do lucro. Nesse processo, o solo urbano se torna uma mercadoria da cidade-empresa, agenciado pelo seu planejamento e por políticas públicas e, recentemente, com desdobramentos na direção de uma financeirização da produção do espaço urbano (MAGALHÃES, 2015, apud CANETERI, 2023 p.183).

Na conjuntura do neoliberalismo, podemos dizer que a cidade de Juiz de Fora está sendo regida por uma lógica e ordem de financeirização. Estamos experimentando a adoção de uma política urbana com ênfase na nova dinâmica espacial contemporânea. De acordo com Canetri (2023), inspirada “...em conceitos e técnicas do planejamento empresarial, como é o caso do planejamento estratégico... (CANETRI, 2023 p. 183).

Ainda em conformidade com a análise de Canetri (2023) ao escrever que segundo Vainer (2000) o planejamento:

...tornou-se um imperativo para os governos das cidades, pois hoje o urbano está submetido às mesmas condições e desafios que as empresas. De acordo com o autor, o nexos central do urbano é a competitividade, uma vez que se tornou uma mercadoria. O “vender o urbano” tem se revelado a mais primordial função dos governos, pois é “insumo valorizado pelo capital” (VAINER, 2000, p. 79 apud CANETRI, 2023 p.183).

Sendo assim, na produção do espaço temos a promoção do marketing urbano, o qual vende a cidade e está embutido de determinados atributos com interesse nos regimes de valorização.

De acordo com Daminani (2011, p.43), “na produção do espaço, tem-se a possibilidade de decifrar a relação estreita entre o político e o econômico, determinando a direção, o perfil e o projeto envolvendo os recursos disponíveis.”

Aqui sublinhamos atenção para as novas habilidades demandadas do poder público em intermediar as expectativas dos investidores e aplicá-las às necessidades de Juiz de Fora. De acordo com Magalhães (2023, p.123) sabemos que “isso requer uma grande capacidade de controle e articulação política, para coordenar as várias expectativas envolvidas, não só dos capitais imobiliários, fundiários, como também do capital financeiro”.

CONSIDERAÇÕES

De acordo com Caneteri (2023) “A produção capitalista do espaço está vinculada diretamente a uma racionalidade prática do neoliberalismo como uma “nova razão do mundo...” (DARDOT; LAVAL, 2016 apud CANETERI, 2023 p.178)”.

Como vimos, o município de Juiz de Fora, vem recebendo grandes investimentos de infraestrutura e diante disso, uma nova reestruturação urbana. Diante do exposto é preciso reconhecer o desenvolvimento urbano por meio da financeirização do seu espaço.

Juiz de Fora está vivenciando, de forma direta, os efeitos das transformações da dinâmica do processo econômico em seu planejamento urbano. O processo de financeirização e de mercantilização que a cidade perpassa, demanda de maiores estudos e análises. Porque, ainda estamos no processo de angariar mais recursos e aguardando a liberação de alguns que já foram tramitados. Como todos os recursos vieram a partir de uma operação de financiamento, conseqüentemente virá ao longo do tempo o pagamento dos empréstimos

Podemos assim, dizer que, Juiz de Fora iniciou diversas transformações e tornou-se um grande “mercado aberto”, firmando-se ainda mais como capital regional, o que vem ocasionando concorrência por parte das empresas da construção civil e de empreendimentos imobiliários.

Damiani (2011, p.43) nos fala que “o Estado prepara o terreno, para numerosos investimentos urbanos, consolidando as legislações de uso; indicando projetos de urbanização...”. Contudo não é somente o Estado que prepara o terreno. Com o poder das administrações municipais, elas também oferecem facilidades de acordo com seus interesses.

Analisando a fala de Damiani, fica elucidado que a Prefeitura de Juiz de Fora na lógica de desenvolvimento urbano do município, vem utilizando e buscando no financiamento as soluções necessárias de infraestrutura urbana.

Ainda segundo Damiani (2011, p.44), “atualmente, nos grandes centros, fala-se do significado das grandes operações urbanas, redefinindo centralidade na direção dos investimentos, a partir de legislação pertinente e investimentos programados”.

Em Juiz de Fora, como podemos verificar, os investimentos têm a direção certa, mas, às vezes, “o público e o privado, ao mesmo tempo, se contrapõem e se condicionam simultânea e mutuamente”. (DAMIANI, 2011, p.42). A busca do desenvolvimento promovida pela financeirização através de planos e projetos com certeza possibilita a geração de riquezas e o desenvolvimento do município.

NOTAS

2 Para fins da gestão da política de desenvolvimento urbano e territorial, visando a integração das políticas de planejamento do uso do solo, habitação, saneamento básico e mobilidade urbana, o Distrito Sede é constituído por 8 (oito) Regiões de Planejamento (RPs), Lei Complementar 082/2018.

3 A MRS é uma operadora logística que administra uma malha ferroviária de 1.643 km nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. A companhia foi criada em

1996, quando o governo transferiu à iniciativa privada a gestão do sistema ferroviário nacional. Nossa malha conecta regiões produtoras de commodities minerais e agrícolas e alguns dos principais parques industriais do país aos maiores portos da região Sudeste, o que confere à nossa operação uma importância econômica diferenciada.

REFERÊNCIAS

- CANETTI, T. Dívida, território e a nova forma de financiamento do desenvolvimento urbano por meio do mercado financeiro: o caso da PBH Ativos S/A em Belo Horizonte, Brasil. In: **Financeirização e metropolização do espaço: imobiliário e infraestruturas sob domínio de grandes grupos econômicos** [recurso eletrônico] / organização Beatriz Rufino, Isadora Borges, Vinicius Nakama. - 1. ed. - Rio de Janeiro, Letra Capital, 2023.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CHAVES, T.S. **JUIZ DE FORA–MG: uma análise da reestruturação urbana – entre o discurso e a realidade**. 2013, 155 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade do Estado do Rio de Janeiro–UERJ, Rio de Janeiro, 2013.
- COMPANS, Rose. **Empreendedorismo Urbano: entre o discurso e a prática**. São Paulo: UNESP, 2005.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 1. Ed. São Paulo: Ática S.A, 1995.
- DAMIANI, A.L. A geografia e a produção do espaço da metrópole entre o público e o privado. In: CARLOS, A.F.A.; CARREIRA, C. (Org.) **A Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. 2 ed São Paulo: Contexto, 2011.
- MAGALHÃES, A.L.de C. Financiamento das infraestruturas no capitalismo patrimonial: a emergência de processos de capitalização no metrô de São Paulo. In: **Financeirização e metropolização do espaço: imobiliário e infraestruturas sob domínio de grandes grupos econômicos** [recurso eletrônico] / organização Beatriz Rufino, Isadora Borges, Vinicius Nakama. - 1. ed. - Rio de Janeiro, Letra Capital, 2023.
- MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C. & MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- PREFEITURA JUIZ DE FORA. Disponível em: < <https://www.pjf.mg.gov.br/> > Julho de 2023.
- RIBEIRO, L.C.de Q.; DINIZ, N. Financeirização, mercantilização e reestruturação espaço-temporal: reflexões a partir do enfoque dos ciclos sistêmicos de acumulação e da teoria do duplo movimento. In: **Cadernos Metrôpole** v. 19, n. 39, pp. 339-690 maio/ago 2017.
- REIS, C.dos; SOUZA, L.H.da S.; TESTA, J.A. Sob os Escombros: Financeirização do Espaço e da Vida Urbana em Porto Alegre. **Polis e Psique**, Número especial: Corpos, Cidades, Hospitalidades, 2021, 160-176
- SANFELICI, D. Financeirização e a produção do espaço urbano no Brasil: uma

contribuição ao debate. **Revista EURE** vol.39 no.118, Santiago set. 2013

SHIMBO, L.; RUFINO, B. (Org) **Financeirização e estudos urbanos na América Latina**. Rio de Janeiro. Editora Letra Capital, 2019.


TRIBUNA DE MINAS. **Plano de investimentos da MRS prevê cinco novos viadutos para Juiz de Fora**. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/01-12-2021/plano-de-investimentos-da-mrs-preve-cinco-novos-viadutos-para-juiz-de-fora.html#goog_rewarded> Acesso em: Julho de 2023.

O AVANÇO DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO- INFORMACIONAL NO CAMPO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA DIFUSÃO DO AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO NO MATOPIBA BAIANO

THE ADVANCE OF THE TECHNICAL-SCIENTIFIC-INFORMATIONAL
ENVIRONMENT IN THE COUNTRYSIDE: AN ANALYSIS BASED
ON THE EXPANSION OF GLOBALIZED AGRIBUSINESS IN THE
MATOPIBA REGION OF BAHIA

EL AVANCE DEL MEDIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL
EN EL CAMPO: UN ANÁLISIS A PARTIR DE LA DIFUSIÓN DEL
AGRONEGOCIO GLOBALIZADO EN MATOPIBA BAHÍA

Matheus Dezidério Busca¹

 0000-0003-1408-9408

m184242@dac.unicamp.br

¹ Bacharel em Geografia (2019) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UNICAMP (IG/UNICAMP) com bolsa de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Castillo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1408-9408>. E-mail: m184242@dac.unicamp.br.

Artigo recebido em março de 2023 e aceito para publicação em dezembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: No plano abstrato, o agronegócio globalizado pressupõe de uma modernização geral da agricultura, mas no plano real, o que temos é um quadro conflitante entre as áreas e os agentes modernizados e os não-modernizados. O problema central está na seletividade dessas modernizações, que, ao contrário dos discursos, não têm a intenção de abarcar todos os agentes e nem todo o campo. Na realidade, essas modernizações buscam materializar nos territórios sistemas técnicos (densos em técnica, tecnologia, ciência e informação) voltados à produção de *commodities*, como a soja. Os pequenos agentes, menos capitalizados, são postos às margens das possibilidades de acesso a esses sistemas técnicos, pondo em xeque a sua própria (re)produção social e econômica. A partir deste quadro, o objetivo deste trabalho é mostrar como o avanço desigual do meio técnico-científico-informacional no campo do MATOPIBA baiano está atrelado diretamente ao avanço da modernização seletiva e conservadora da agricultura na região.

Palavras-chave: Agronegócio globalizado. MATOPIBA. Meio técnico-científico-informacional. Modernização seletiva e conservadora.

ABSTRACT: In the abstract, globalised agribusiness presupposes a general modernisation of agriculture, but in real, what we have is a conflicting between modernised and non-modernised areas and agents. The central problem resides in the selectivity of these modernisations, which, contrary to discourse, are not intended to encompass all agents or the entire field. These modernisations seek to materialise in the territories technical systems (dense in technique, technology, science and information) focused on the production of commodities such as soybean. Small agents, less capitalised, are placed at the margins of the possibilities of access to those technical systems, putting their own social and economic (re)production at risk. Based on this situation, the objective of this work is to show how the unequal advance of the technical-scientific-informational in the countryside of MATOPIBA in Bahia is directly linked to the advance of selective and conservative modernisation of agriculture in the region.

Keywords: Globalized agribusiness. MATOPIBA. Technical-scientific-informational environment. Selective and conservative modernization.

RESUMEN: En el plano abstracto, la agroindustria globalizada presupone una modernización general de la agricultura, pero en el plano real, lo que tenemos es un panorama conflictivo entre zonas y agentes modernizados y no modernizados. El problema central reside en la selectividad de estas modernizaciones, que, en contra del discurso, no pretenden abarcar a todos los agentes ni a todo el ámbito. En realidad, estas modernizaciones buscan materializarse en los territorios sistemas técnicos (densos en técnica, tecnología, ciencia e información) enfocados a la producción de *commodities* como la soja. Los pequeños agentes, menos capitalizados, se sitúan al margen de las posibilidades de acceso a esos sistemas técnicos, poniendo en peligro su propia (re)

producción social y económica. A partir de este marco, el objetivo de este trabajo es mostrar cómo el avance desigual del entorno técnico-científico-informativo en el ámbito del MATOPIBA en Bahia está directamente relacionado con el avance de la modernización selectiva y conservadora de la agricultura en la región.

Palabras clave: Agroindustria globalizada. MATOPIBA. Medio técnico-científico-informacional. Modernización selectiva y conservadora.

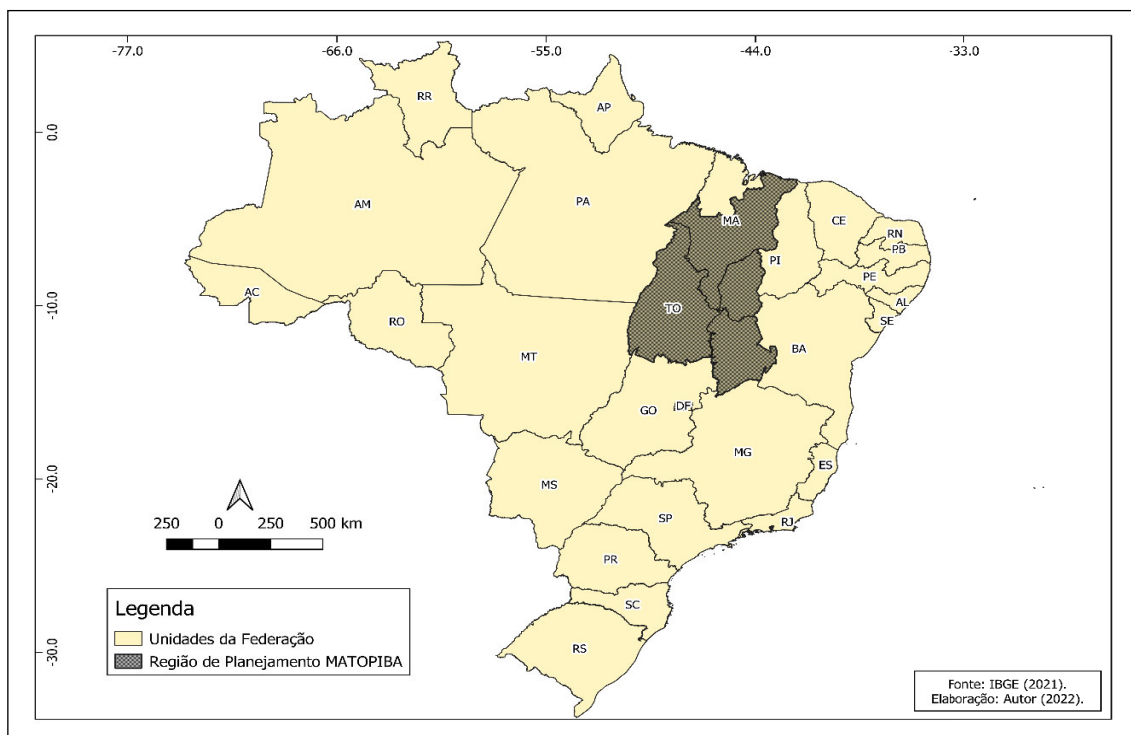
INTRODUÇÃO

O meio técnico-científico-informacional, como apresentado por Santos e Silveira (2006), tem como um dos principais elementos a intencionalidade das ações. Essas intencionalidades – voltadas para a produção *lato senso* – materializam no espaço cada vez mais sistemas de objetos, não apenas detentores de densidades técnicas, mas, e tão importante quanto, de densidades científicas, tecnológicas e informacionais.

É “sob a égide do mercado” (SANTOS, 2006a, p. 159) que esses objetos técnicos (dotados de informação) vão requalificar o espaço, isto é, a instalação dessas novas densidades técnicas carrega consigo a intencionalidade dos agentes hegemônicos. É a partir desse processo que podemos começar a pensar na formação dos sistemas de ações (SILVEIRA, 2002), que buscam a racionalização dos territórios, bem como a sua utilização, para a (re)produção de capital (SANTOS, 2006a; SILVEIRA, 2015).

No Brasil, dada a sua formação socioespacial (SANTOS, 1977), além da consolidação de espaços globais emblemáticos e amplamente estudados – como as metrópoles –, também podemos considerar como exemplo da expansão do meio técnico-científico-informacional as regiões produtivas do agronegócio (ELIAS, 2006; 2011; 2013). Afirmamos isso à medida que o processo de mundialização do espaço geográfico (MORAES, 1984) ocorre tanto nas cidades no campo, tendo como função principal servir como um vetor de modernização. O campo modernizado, dotado de sistemas de objetos e de ações, passa a estabelecer interações espaciais (fluxos materiais e imateriais) em diversas escalas a partir da constituição de circuitos espaciais produtivos globais, particularmente de *commodities*.

Ainda sobre o campo modernizado, todo este processo de materialização de sistemas de objetos ocorre de forma seletiva, isto é, apenas porções selecionadas e específicas são dotadas com esses sistemas. Com isso, o objetivo central deste trabalho é discutir como o meio técnico-científico-informacional vem se expandindo de maneira desigual e seletiva no campo da porção baiana do MATOPIBA² (Figura 1), e como essa expansão está na base do processo de difusão do agronegócio globalizado.



Fonte: IBGE (2021). Elaboração: Autor (2022).

Figura 1. Região de planejamento MATOPIBA.

Trataremos, num primeiro momento, sobre a conceitualização do processo geral de modernização do campo brasileiro, pensando-o por meio da expansão do meio técnico-científico-informacional, e admitindo como base para esta o pacto político e econômico entre a classe burguesa nascente no Brasil e as elites econômica e política detentoras de terra. E, num segundo momento, analisaremos a expansão do meio técnico-científico-informacional no campo do MATOPIBA baiano, em particular.

A MODERNIZAÇÃO SELETIVA E CONSERVADORA DO CAMPO BRASILEIRO

Partimos do pressuposto de que o Brasil, desde a sua formação socioespacial (SANTOS, 1977), se caracteriza como um país agroexportador (GONÇALVES; 2011 SILVA; 2019; MOREIRA, 2020), constituindo, portanto, um capitalismo dependente, a partir da divisão internacional do trabalho (DOWBOR, 1982; SMITH, 1988). A constituição desde capitalismo dependente das economias da Europa e dos Estados Unidos – além da dependência de outros países atualmente, como a China – tem origem no modo pelo qual a burguesia nacional compactuou em sua formação, e ainda compactua, com as antigas elites econômicas e políticas detentoras de terras no país (PIRES; RAMOS, 2009).

Como apontam alguns autores³, a forma como a revolução burguesa se processa define, até certo ponto, o modo como se desenvolverá o processo de acumulação num país. No Brasil, como aponta Pires e Ramos (2009), a ascensão da burguesia urbano-industrial

(MOREIRA, 2013; 2020) não foi capaz de romper totalmente com os poderes políticos e econômicos de outras elites, e aqui nos referimos às elites agrárias, detentoras de terras. O que ocorreu no Brasil foi, na realidade, um pacto político e econômico entre essa nova burguesia e as antigas elites, num processo no qual o “projeto conjunto de construção de uma sociedade capitalista” está ancorado “em uma estrutura de dominação”, onde os “interesses da classe dos proprietários rurais se mantivesse[m] enraizados” (PIRES; RAMOS, 2009). Este processo reproduz ao longo da história nacional uma de nossas principais desigualdades: a falta de acesso à terra e a sua grande concentração (SILVA, 2019).

A partir do que foi dito, devemos entender que o processo de modernização do campo brasileiro, justamente pelo fato de ter como base um pacto político e econômico, se apresenta como conservador, já que, ainda de acordo com Pires e Ramos (2009), o acesso às terras, ao capital e ao trabalho não foram democratizados, ao contrário, foram criados cada vez mais obstáculos a esses acessos. Em outros termos, a modernização do campo, isto é, o avanço do meio técnico-científico-informacional, só de deu para aqueles produtores que “tiveram acesso ao mercado de dinheiro” e “conseguiram incorporar em suas funções de produção as inovações tecnológicas desenvolvidas, principalmente pelas multinacionais dos setores voltados para a agricultura” (PIRES; RAMOS, 2009, p. 419).

Podemos afirmar que a modernização do campo possui, nesse sentido, duas dimensões centrais: *i*) uma dimensão conservadora, isto é, relacionada ao pacto político e econômico conservador, o qual criou barreiras ao acesso democrático à terra e aos mercados, privilegiando as elites agrárias – os detentores de terras; e *ii*) uma dimensão seletiva, tanto econômica quanto geográfica (espacial), já que o avanço do meio técnico-científico-informacional não se distribui de forma homogênea sobre o território (SANTOS; SILVEIRA, 2001), ou seja, sua espacialização ocorre de forma desigual, seja porque os vetores hegemônicos privilegiam algumas porções do espaço em detrimento de outras, ou porque apenas têm acesso a essa modernização aqueles grupos de produtores que possuem determinado grau – bastante elevado – de capitalização.

A profunda discussão acerca das regiões produtivas – Elias (2006; 2011; 2013); Bernardes (2009); Castillo *et al.*, (2016); Castillo e Bernardes (2019) – nos permite afirmar que esse tipo de formação regional é um dos exemplos mais emblemáticos do avanço desigual e concentrado do meio técnico-científico-informacional no campo. Essas formas regionais, em específico, podem ser tomadas nesse sentido como a expressão geográfica da globalização das cadeias produtivas do agronegócio, uma vez que seu processo de regionalização produtiva se dá por meio da fragmentação do território.

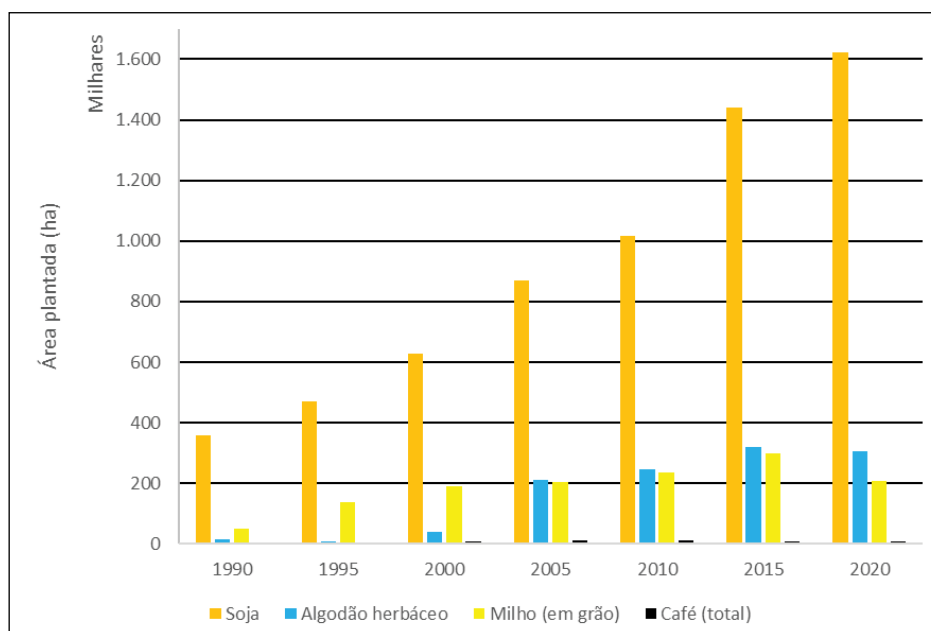
A formação de regiões produtivas com profunda divisão territorial do trabalho e forte especialização produtiva representa a consolidação do meio técnico-científico-informacional no campo – agora modernizado –, já que, de acordo com Silva (2019, p. 462), há uma ideologia de modernização por trás da “transformação dos espaços agrários e agrícolas brasileiros a partir dos reclamos da industrialização da agricultura”, além de evidenciar que este processo leva à subordinação dos “esquemas de acumulação financeira em escala global”.

Nesse sentido, o bioma do Cerrado brasileiro aparece com um particular destaque, sobretudo a partir das décadas de 1960 e 1970, quando se tem início, no Brasil, o avanço das fronteiras agrícolas, pautadas pelo paradigma da revolução verde (MÜLLER, 1989; MAZZALI 2000; DELGADO, 2012; FREDERICO, 2013). No que se refere a este trabalho, os cerrados do Centro-Norte (ALVES, 2015; 2019) – onde está localizado o MATOPIBA –, são locais considerados ótimos ao contínuo avanço do meio técnico-científico-informacional, uma vez que as poucas rugosidades desta porção de espaço (SANTOS, 2006a) favorece e facilita a materialização de novas “estruturas produtivas, eixos de transporte para importação e exportação de mercadorias, bem como inserir localidades no mercado financeiro mundial” (SILVA, 2019, p. 469).

Desde a década de 1990, a soja aparece como uma cultura hegemônica na região do oeste da Bahia. De acordo com dados da pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM-IBGE, 2020), em 1990 a soja ocupava 69% da área plantada dentre as principais culturas da região⁴. Recentemente, no ano de 2020, essa participação chegou a 71%.

O Gráfico 1 apresenta a dinâmica da área plantada (em hectares) das principais *commodities* da região, e o que mais se evidencia é o aumento contínuo das áreas de soja, algodão (segunda maior área plantada da região) e milho – com exceção entre 2015 e 2020, onde apresenta uma pequena diminuição. Além disso, podemos observar que a área plantada de soja é quase três vezes maior que a soma das áreas plantadas de todas essas culturas, em 2020.

Gráfico 1. Dinâmica da área plantada (ha) das principais *commodities* da região – MATOPIBA baiano (1990-2020).

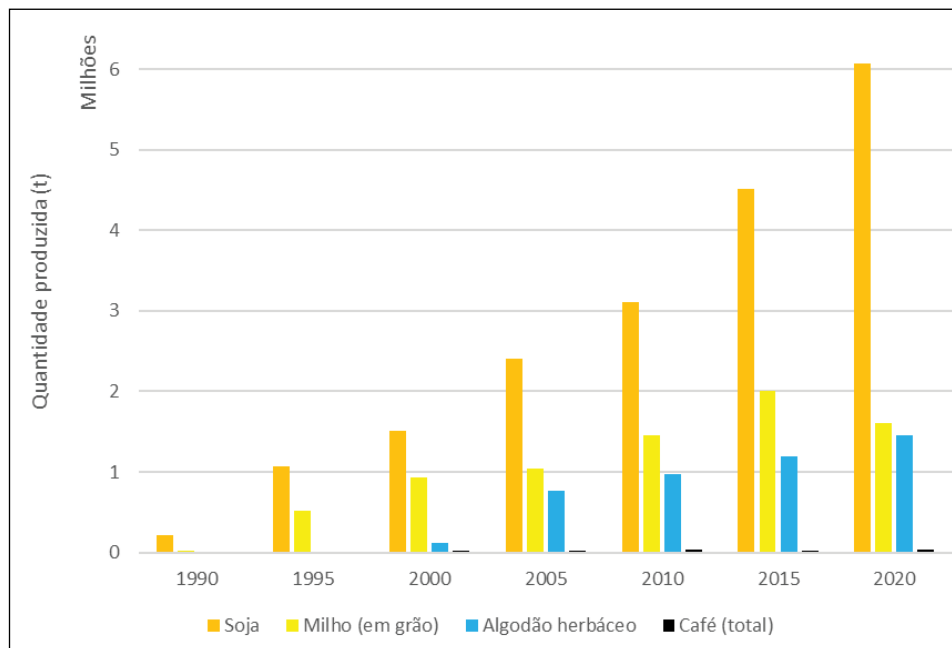


Fonte: PAM-IBGE (2020). Elaboração: Autor (2022).

Outros dados que nos auxiliam a compreender o avanço do agronegócio globalizado no MATOPIBA baiano são a quantidade produzida (em toneladas) e o rendimento médio (em quilograma/hectare). Essas medidas, em análise conjunta à área plantada, nos dão um panorama bem detalhado sobre como o investimento no rendimento da produção é essencial para as *commodities*, o que nos faz refletir sobre as densidades técnicas, científicas, tecnológicas e informacionais no campo.

No Gráfico 2 podemos observar que as tendências de crescimento da quantidade produzida são bastante parecidas com as da área plantada, isso significa que o avanço dessas *commodities* ocorre tanto por incorporação de novas áreas como também pela melhora no rendimento médio das culturas (Gráfico 3).

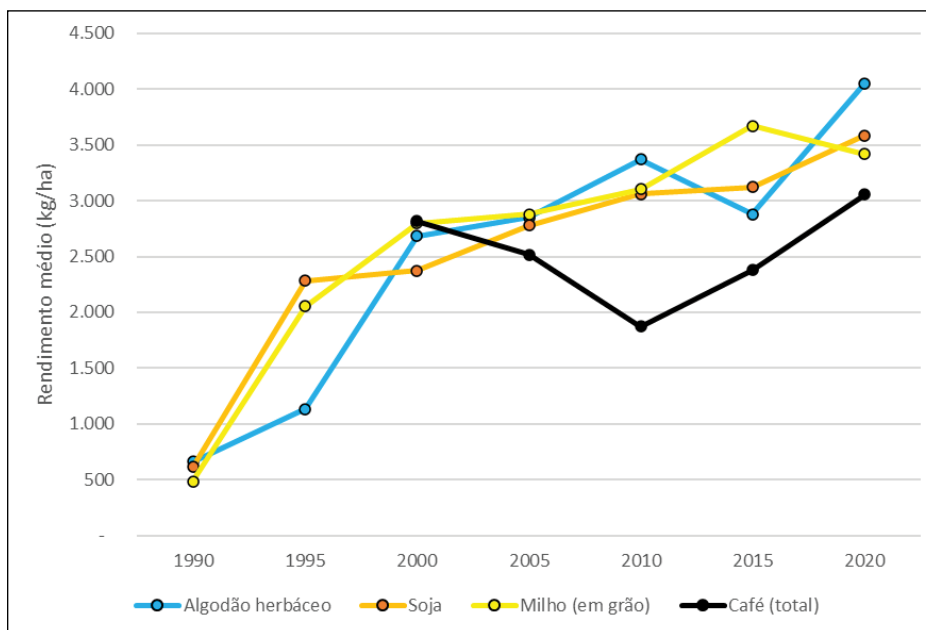
Gráfico 2. Dinâmica da quantidade produzida (t) das principais *commodities* da região – MATOPIBA baiano (1990-2020).



Fonte: PAM-IBGE (2020). Elaboração: Autor (2022).

De forma semelhante, os rendimentos médios estão relativamente próximos uns dos outros e com uma tendência de aumento de 1990 a 2020 – com exceção do café, que sofreu uma forte queda de 2000 a 2010, mas se recuperou de 2010 a 2020, chegando a mais de 3 mil kg/ha. Essa tendência crescente do rendimento médio ocorre justamente por incorporação de ciência e tecnologia na produção.

Gráfico 3. Dinâmica do rendimento médio (kg/ha) das principais *commodities* da região – MATOPIBA baiano (1990-2020).



Fonte: PAM-IBGE (2020). Elaboração: Autor (2022).

A partir das informações apresentadas acerca do avanço das *commodities*, em especial a soja, no MATOPIBA baiano, podemos analisar de que modo, e através de quais sistemas técnicos, o meio técnico-científico-informacional pode ser identificado nessa região.

O AVANÇO DESIGUAL E SELETIVO DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL

Para que consigamos mensurar o avanço do meio técnico-científico-informacional no campo é necessário elencarmos quais sistemas de objetos estão mais relacionados a esse processo. Como já dito anteriormente, o agronegócio globalizado, no atual paradigma da agricultura científica globalizada (SANTOS, 2006b), necessita do estabelecimento de sistemas de objetos bastante específicos. Em outras palavras, a (re)produção desta atividade econômica como tal não pode ser realizada (MARX, 2008) sem determinados sistemas técnicos, científicos, tecnológicos e informacionais (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

Elencamos, portanto, as seguintes variáveis que, em conjunto, representam uma parcela significativa da difusão da modernização no campo do MATOPIBA baiano: *i)* a forma de obtenção de informações técnicas para a produção agropecuária, o que nos indica a permeabilidade de algumas tecnologias no campo, como televisão, rádio e, principalmente, internet; *ii)* o número de estabelecimentos agropecuários com acesso à rede elétrica; *iii)* a rede de cobertura de internet (2G, 3G, 4G e 5G) no campo; *iv)* a distribuição espacial dos pivôs centrais, dos armazéns e dos aeródromos no campo; e *v)* o número de máquinas e implementos agrícolas⁵ utilizados.

As variáveis *i) forma de obtenção das informações técnicas; ii) número de estabelecimentos agropecuários com acesso à rede elétrica e v) o número de máquinas e implementos agrícolas utilizados* foram analisadas de acordo com a estrutura fundiária da região, para dessa forma possamos observar as desigualdades no acesso e no uso de objetos técnicos a partir da estrutura fundiária.

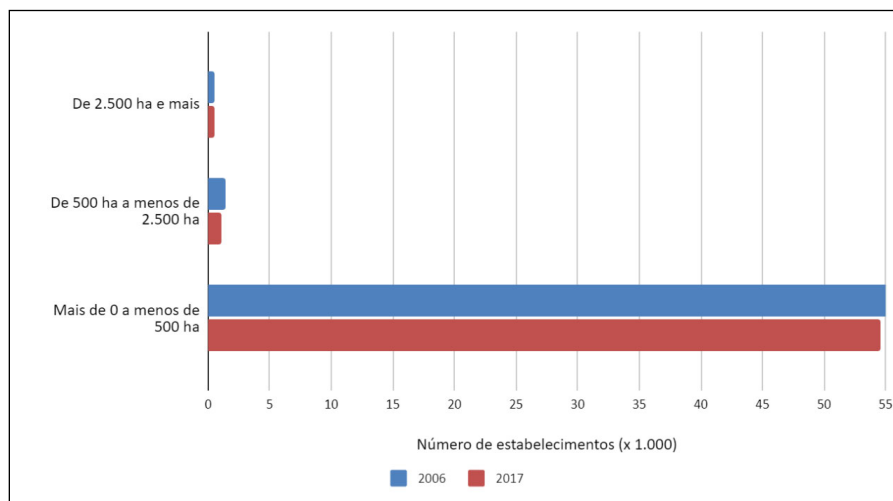
É importante que comentemos sobre a metodologia de classificação dos estabelecimentos agropecuários aplicada. Estamos considerando três classes de área de estabelecimentos agropecuários: 1) pequenos: mais de 0 a menos de 500 hectares (ha); 2) médios: de 500 ha a menos de 2.500 ha; e 3) grandes: a partir 2.500 ha. Para chegarmos a essa classificação, levamos em conta, em primeiro lugar, as especificidades da região do oeste da Bahia, isto é, as características intrínsecas que são próprias da região, como a elevada concentração fundiária, e em segundo lugar, a Resolução N° 2.191, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁶, que define um limite máximo de quatro módulos fiscais⁷ para a certificação da agricultura familiar. Desta forma, a agricultura familiar, está contida no primeiro grupo (pequenos estabelecimentos).

De acordo com o Gráfico 4, com dados do Censo Agropecuário (2006; 2017), o número de grandes estabelecimentos aumentou de 537 para 577, entre 2006 e 2017, enquanto os pequenos e os médios tiveram uma redução de, respectivamente, 1.496 e 314 estabelecimentos. Entretanto, assim como em 2006, a grande maioria dos estabelecimentos agropecuários em 2017 eram pequenos, cerca de 96% em ambos os anos. Em 2017, os médios representavam cerca de 2%, e os grandes apenas 1%. (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006; 2017).

Mas a concentração fundiária apenas é efetivamente reconhecida ao contrastarmos os dados de quantidade de estabelecimentos com os dados sobre a área ocupada por esses estabelecimentos. O Gráfico 5, também com dados do Censo Agropecuário (2006; 2017), apresenta essas informações. É possível notar que de 2006 a 2017 a área total ocupada pelos grandes estabelecimentos aumentou em quase 260 mil ha, enquanto os pequenos diminuíram em mais de 180 mil ha.

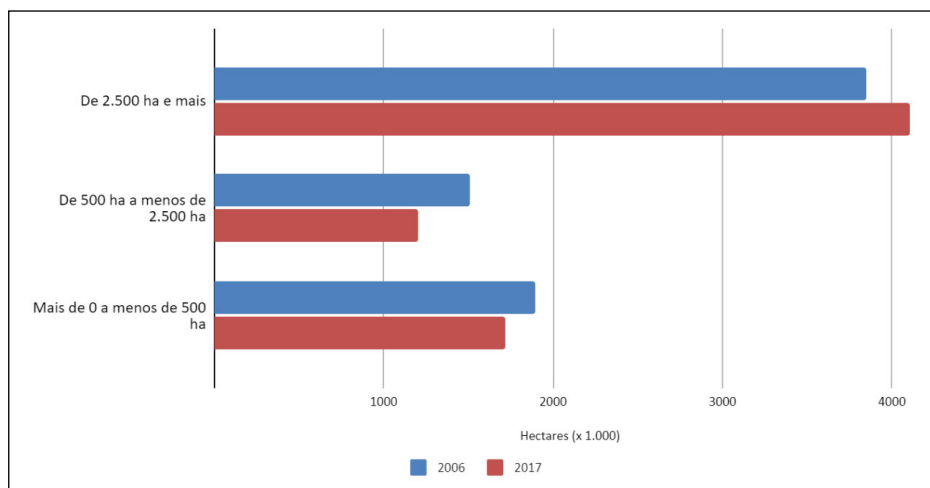
Em suma, o que esses dois gráficos mostram é que mais da metade da área ocupada por estabelecimentos agropecuários – cerca de 58%, em 2017 – está sob controle de 577 grandes estabelecimentos, ou seja, cerca de 1% do total. Em contrapartida, os 96% do total de estabelecimentos dispõem de apenas 24% da área (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006; 2017).

Gráfico 4. Comparação do número de estabelecimentos agropecuários por classe de área, em 2006 e 2017 – MATOPIBA baiano (2006 e 2017).



Fonte: Censo Agropecuário (2006; 2017). Elaboração: Autor (2022).

Gráfico 5. Comparação da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, por classe de área, em 2006 e 2017 – MATOPIBA baiano (2006 e 2017).

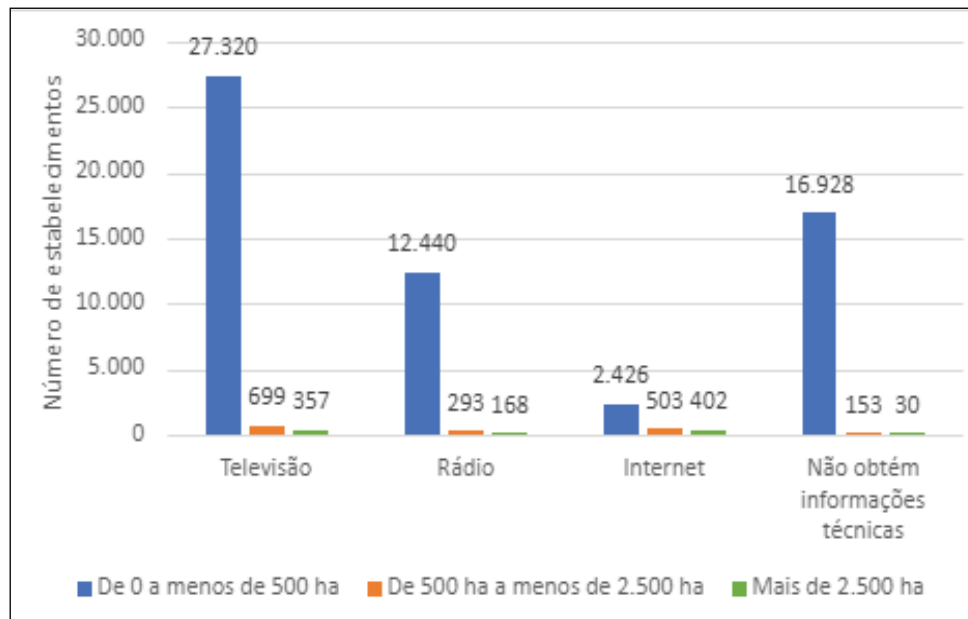


Fonte: Censo Agropecuário (2006; 2017). Elaboração: Autor (2022).

Tendo em mente o quadro acentuado de concentração fundiária na região do oeste da Bahia, podemos partir para a análise das variáveis. A forma de obtenção de informações técnicas (Gráfico 6) nos fornece a informação de quão permeável no campo são algumas tecnologias, e o quanto essas tecnologias são economicamente seletivas aos agentes, a depender do seu grau (maior ou menor) de capitalização.

Segundo os dados do Censo Agropecuário (2017), a forma mais utilizada para se obter informações técnicas da agricultura, dentre as três classes de área, é através da televisão, com mais de 28 mil estabelecimentos agropecuários, sendo que desses, cerca de 96% são pequenos e apenas pouco mais 1% são grandes estabelecimentos.

Gráfico 6. Número de estabelecimentos agropecuários por forma de obtenção de informações técnicas e por classe de área – MATOPIBA baiano (2017).



Fonte: Censo Agropecuário (2017). Elaboração: Autor (2022).

Em relação ao uso do rádio para tal fim, os pequenos produtores ainda mantêm os maiores números, mais 12 mil estabelecimentos, o que representa também cerca de 96% do uso. O uso da internet também apresenta o mesmo comportamento da televisão e do rádio – com mais informações obtidas pelos pequenos estabelecimentos –, entretanto com um número de estabelecimentos significativamente menor, 2.426 pequenos estabelecimentos. A forma mais utilizada pelos grandes estabelecimentos é justamente a internet, somando 402 estabelecimentos.

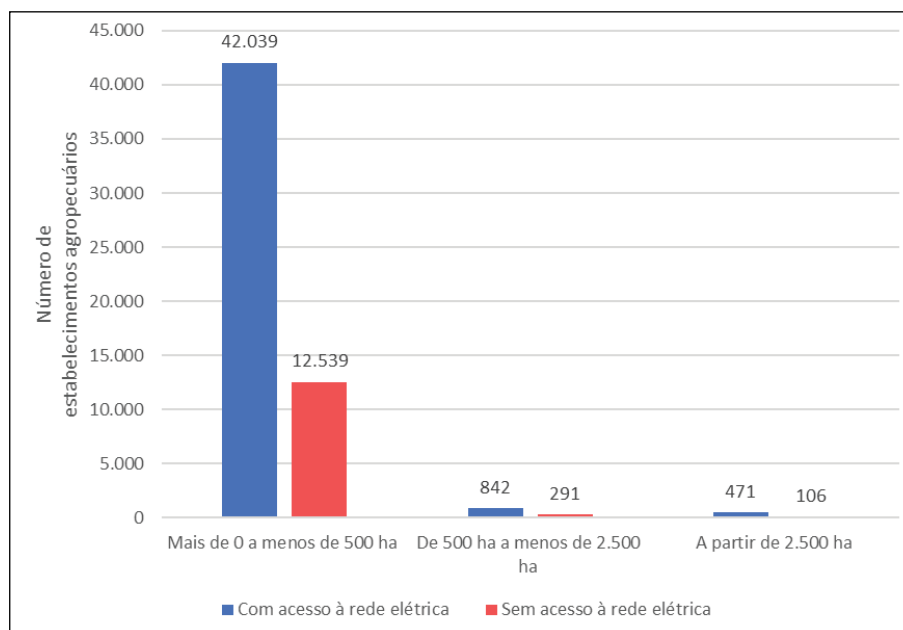
Esses dados nos possibilitam afirmar que: em primeiro lugar, o uso de internet é muito menos permeável ao pequeno produtor do que a televisão e o rádio, os quais possuem redes de cobertura muito mais abrangentes no território. Em segundo lugar, não devemos interpretar o baixo número de médios e grandes estabelecimentos que obtêm informações técnicas através da televisão, do rádio e da internet como se esses estabelecimentos não obtivessem tantas informações. Ao contrário, essas duas classes de estabelecimentos (médios e grandes) recebem orientações técnicas de outras formas. Também segundo o Censo Agropecuário (2017), a principal forma é através da contratação de serviços oferecidos por profissionais especializados, por empresas integradoras e por empresas privadas de planejamento.

Outro fato que corrobora com o argumento da seletividade da modernização, é a quantidade de pequenos estabelecimentos que não obtêm nenhuma informação técnica através dessas redes – aproximadamente 17 mil, segundo os dados do Censo Agropecuário (2017). Em comparação, o número de médios estabelecimentos nesta situação é de 153, e os grandes, apenas 30 (Gráfico 6).

Fica-nos ainda mais evidente que os pequenos produtores dependem dessas redes telemáticas para obter informações técnicas relacionadas à produção⁸, mesmo que algumas dessas redes, sobretudo a internet, ainda não apresente uma permeabilidade tão grande no campo. Há uma profunda desigualdade no que se refere a disponibilidade de acesso e a distribuição das redes técnicas e informacionais no território (SANTOS, SILVEIRA, 2006), sobretudo para os pequenos produtores.

A segunda variável a ser considerada é a existência de energia elétrica no estabelecimento agropecuário. O Gráfico 7 nos mostra, também a partir dos dados do Censo Agropecuário (2017), que a quantidade de estabelecimentos sem acesso à rede elétrica, no geral, é baixa, cerca de 23%. Entretanto, desses, 96% são pequenos estabelecimentos. Além disso, enquanto a classe dos grandes apresenta apenas 18% dos estabelecimentos (106) sem acesso à rede elétrica, na classe dos médios e pequenos as porcentagens são sensivelmente menores, 26% (291 estabelecimentos) e 23% (12.539 estabelecimentos), respectivamente.

Gráfico 7. Número de estabelecimentos agropecuários com e sem acesso à rede elétrica, por classe de área - MATOPIBA baiano (2017).



Fonte: Censo Agropecuário (2017). Elaboração: Autor (2022).

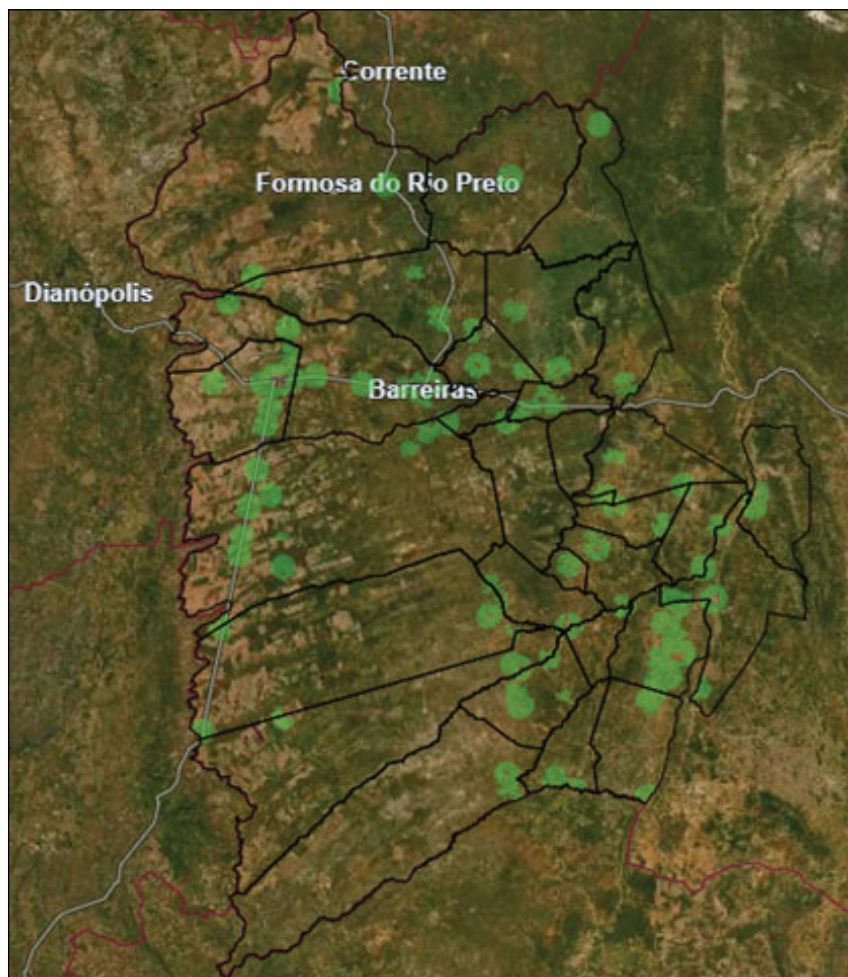
Cabe aqui uma ressalva. Não podemos nos deixar influenciar pela alta porcentagem de pequenos estabelecimentos com energia elétrica, pois ela acaba mascarando a situação precária de mais de 12 mil estabelecimentos que não possuem. É evidente o quão profunda é a desigualdade no acesso a serviços básicos de comunicação no campo de forma geral, mas essa desigualdade recai com muito mais peso sobre os pequenos.

Outro caso emblemático dessa desigualdade no campo e, sobretudo no que diz respeito aos pequenos produtores, é a rede de cobertura de internet (2G, 3G, 4G e 5G) – nossa terceira variável. A partir dos dados disponibilizados pela Agência Nacional de

Telecomunicações (ANATEL)⁹, foi possível elaborarmos um mapa que representa as áreas de cobertura de internet apenas no *setor rural* – segundo a denominação da Agência – nos municípios do MATOPIBA baiano (Figura 2).

É possível observar que a maior parte das áreas de cobertura (áreas verdes no mapa da Figura 2) estão concentradas: 1) nos arredores das sedes municipais; e 2) ao longo das rodovias BR-242 e BR-020 – rodovias, respectivamente, transversais e longitudinais à região. Essas rodovias são importantes meios de transporte de *commodities*, já que a BR-242 conecta a região produtiva à Salvador/BA, onde a soja segue para o porto, e a BR-020 que passa por importantes municípios produtores, como Luís Eduardo Magalhães/BA, Barreiras/BA, São Desidério/BA e Correntina/BA.

A concentração das áreas de cobertura próxima às rodovias se deve ao fato de que o *backhaul* das redes de internet utiliza as rodovias como rede-suporte, isto é, aproveitam infraestrutura já construída. Entretanto, essa distribuição espacial se traduz em seletividade espacial, já que os estabelecimentos agropecuários mais próximos às redes rodoviárias terão mais acesso à rede de internet banda larga (BERTOLLO; BUSCA, 2021).



Fonte: ANATEL (2022). Elaboração: Autor (2022).

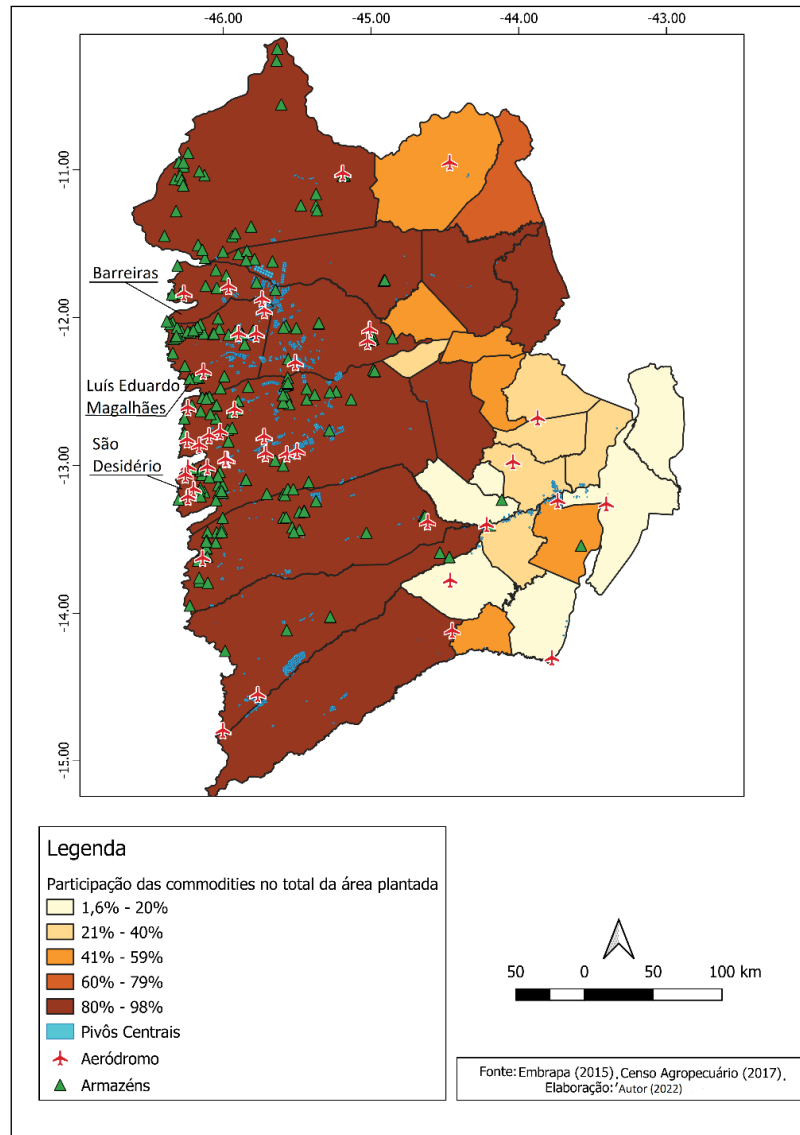
Figura 2. Áreas de cobertura de internet no setor rural – MATOPIBA baiano (2022).

Outro aspecto importante a ser considerado é a reduzida área de cobertura dessas redes no campo. Os municípios que mais apresentam área de cobertura no campo são Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério (por conta das rodovias supramencionadas) e Serra do Ramalho (ao longo do curso do Rio São Francisco). O restante do campo na região apresenta baixíssima cobertura de internet, mesmo nas áreas de cultivo das monoculturas, porém isto não implica no fato de não haver acesso à internet nessas áreas. Outras tecnologias são utilizadas, sobretudo pelos grandes produtores, mas também, possivelmente, pelos pequenos e médios produtores, para contornar esta situação (BERTOLLO; 2021).

O quarto ponto a ser investigado é a associação das distribuições espaciais de algumas variáveis, como os pivôs centrais, os armazéns e os aeródromos, nos permite visualizar diretamente a materialização desse meio técnico-científico-informacional, pois é direta a relação entre as modernizações impostas ao território pelo avanço das monoculturas e a distribuição especial das infraestruturas supracitadas (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

A partir dos dados do portal Geoweb Matopiba, criado pela EMBRAPA, elaboramos um mapa que representa a distribuição espacial das variáveis supracitadas e a combinamos com a participação das áreas plantadas de soja, milho, algodão, café e sorgo sobre o total da área plantada, por município (Figura 3).

O fato que mais nos chama a atenção nesse mapa é a justaposição entre as principais participações da área plantada de soja, milho, algodão, café e sorgo e as maiores concentrações de pivôs centrais, armazéns e aeródromos, sobretudo nos municípios de Barreiras/BA, Luís Eduardo Magalhães/BA e São Desidério/BA. Dessa forma, se torna nítido como a especialização produtiva do agronegócio – todos os municípios do extremo oeste da região apresentam participações entre 80% e 98% – exige que novos sistemas técnicos sejam construídos, a fim de viabilizar as produções.



Fonte: EMBRAPA (2015); Censo Agropecuário (2017). Elaboração: Autor (2022).

Figura 3. Distribuição espacial de infraestruturas do agronegócio globalizado e a participação das áreas plantadas de soja, milho, algodão, café e sorgo sobre o total da área plantada, por município – MATOPIBA baiano (2017).

Devemos chamar a atenção para o fato de que não é todo o campo, desses municípios ou de outros, que apresenta condições para a instalação, por exemplo, dos pivôs centrais. Essa é uma necessidade do agronegócio globalizado que apenas alguns grandes produtores mais capitalizados conseguem financiar tais infraestruturas para a produção (pivôs centrais, aeródromos, armazéns dentro dos próprios estabelecimentos agropecuários).

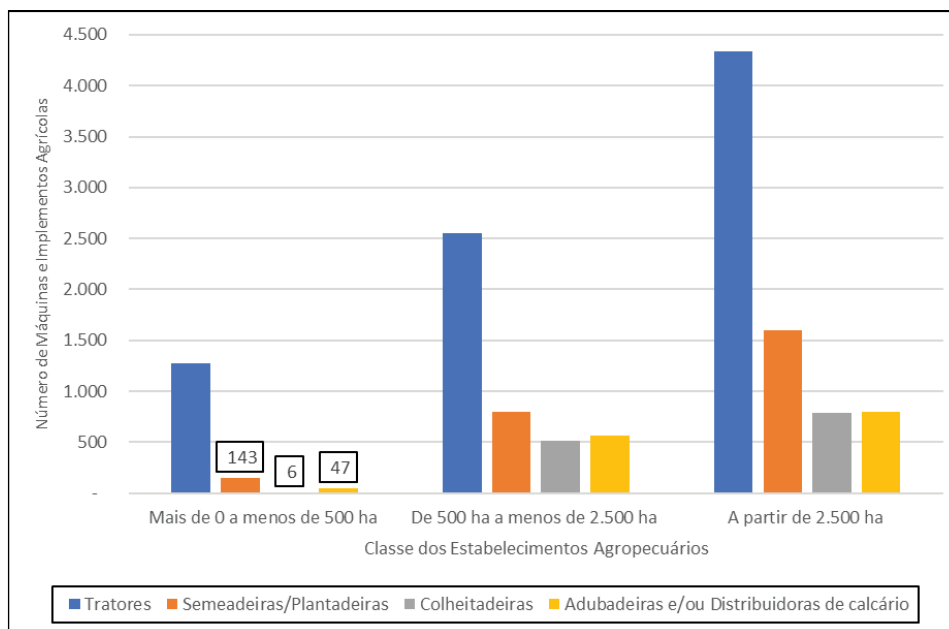
Talvez o exemplo mais emblemático seja justamente em relação aos armazéns, que, em suma maioria, pertencem e/ou estão sob uso das *tradings Co.* e das agroindústrias – ADM, Amaggi, Bunge, Cargill, COFCO, Luis Dreyfus, entre outras. Dessa forma, de um lado, os grandes e médios produtores ficam reféns dessas empresas, enquanto, de outro, os

pequenos ficam à margem da possibilidade de uso. Aqui reside a importante fundamental e estratégica dos armazéns públicos da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) para os pequenos e médios produtores.

Para além dos municípios do extremo oeste da região, uma outra área também se destaca, sobretudo, pela concentração de pivôs centrais. Na porção sudoeste, os municípios de São Félix do Coribe, Santa Maria da Vitória, Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato e Bom Jesus da Lapa se destacam pela significativa concentração de pivôs, inclusive com aeródromos próximos. Essas áreas também estão relacionadas às monoculturas de soja e, sobretudo, de milho.

Finalmente, a última variável a ser considerada é o número de máquinas e implementos agrícolas no campo. No Gráfico 8¹⁰ é possível observarmos uma profunda desigualdade no acesso a essas máquinas, que são fundamentais para a produção agrícola. Os pequenos produtores possuem por volta de 1.470 máquinas e implementos agrícolas, cerca de cinco vezes menos do que os grandes produtores, que possuem aproximadamente 7.515 máquinas e implementos.

Gráfico 8. Número de máquinas e implementos agrícolas, por tipologia e por classe de estabelecimento agropecuário – MATOPIBA baiano (2017).



Fonte: Censo Agropecuário (2017). Elaboração: Autor (2022).

Outro fato interessante é em relação à tipologia dessas máquinas e implementos, quanto mais modernas e específicas elas são, menor é número de unidades possuídas pelos pequenos produtores. Os tratores são o tipo mais comum entre todas as classes, o que indica que o acesso a esse tipo de máquina agrícola é mais facilitado. Já em relação às semeadeiras/plantadeiras, às colheitadeiras e às adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário, suas unidades ficam quase restritas aos médios e pequenos, que apresentam

um total de cerca de 1.861 e 3.179, respectivamente, contra apenas 196 da classe dos pequenos estabelecimentos.

É importante salientar que um número reduzido de semeadeiras/plantadeiras, colheitadeiras e, até certo ponto, de adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário, já era esperado para a classe dos pequenos estabelecimentos, tendo em vista que as culturas produzidas por essa classe se distinguem bastante das culturas produzidas pela classe dos grandes estabelecimentos – que se dedicam exclusivamente às *commodities*. Entretanto, a enorme diferença no número de tratores entre essas duas classes corrobora ainda mais com o nosso argumento da seletividade econômica da modernização da agricultura, observada aqui pelo aspecto da mecanização do campo, pois há quase 100 vezes mais pequenos estabelecimentos (54.578) do que grandes (577). Mesmo com essa profunda diferença, os grandes estabelecimentos possuem mais de cinco vezes mais máquinas e implementos agrícolas.

CONCLUSÕES

Ao longo deste trabalho buscamos demonstrar como podemos observar empiricamente o processo de modernização seletiva e conservadora no campo do MATOPIBA baiano utilizando a compreensão do meio técnico-científico-informacional. É possível, portanto, provarmos que se o processo geral da modernização da agricultura no Brasil ocorreu – e ainda ocorre, porque o processo é contínuo, dada a própria lógica capitalista de maximização dos ganhos – de forma política, econômica e geograficamente seletiva e conservadora, os processos reais da imposição dessa modernização nos variados cantos do território não poderiam ser senão através da materialização de um meio técnico-científico-informacional seletivo e desigual.

A modernização capitalista do campo é sempre incompleta, pois não busca uma integração social, política, econômica, cultural e geográfica, mas sim a maximização dos ganhos. Dessa forma, podemos observar que o imperativo da modernização é na realidade uma *racionalidade* produtiva perversa, que é disfarçada – e socialmente construída – com termos como *desenvolvimento*, *competitividade*, *progresso*, *crescimento econômico sustentável*, entre outros a depender do período.

Por de trás do cipoal de processos econômicos, sociais, políticos e geográficos que ocorrem nessa porção do território, se omite o motor das mudanças das relações sociais, a acumulação de capital. A intencionalidade dos agentes do capital é voltada à homogeneização dos territórios – embora contraditória –, ao aumento de sua fluidez efetiva e potencial e à sua normatização, tecnificação e organização, visando a maximização dos ganhos.

A atual configuração do território expressa essas intencionalidades no espaço, de certa forma como se fosse a história dos *vencedores*, entretanto é fundamental que levemos em consideração a existência de inúmeros agentes nesses espaços, e que nem sempre podem/conseguem participar efetivamente da modernização dos territórios. No que se refere à agricultura, a importância desses pequenos agentes ultrapassa a dimensão

econômica, uma vez que são os responsáveis pela sustentação da população brasileira através do abastecimento alimentar dos mercados locais e regionais. Esses agentes vêm sendo cada vez mais marginalizados pelos processos de modernização impostos pelo agronegócio globalizado.

NOTAS

2 O MATOPIBA é uma região de planejamento, delimitada pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e institucionalizada em 2015 pelo Decreto Nº 8.447, cujo objetivo principal é o desenvolvimento e o incentivo ao agronegócio globalizado no bioma Cerrado. A região é composta pelas porções sul e leste do Maranhão, sul-sudoeste do Piauí, oeste da Bahia e todo o estado do Tocantins. A sigla dos estados integrantes forma o acrônimo que nomeia a região. A porção oeste da Bahia merece destaque dentro do MATOPIBA no que se refere à produção de *commodities* (soja, milho, algodão, café, sorgo), sendo considerada a principal área de produção de soja da região.

3 Moore Jr. (1975), Lênin (1982), Polantzas (1986) e Rangel (2000).

4 Soja, algodão herbáceo, milho (em grão), feijão, sorgo, banana, café (total), mandioca, cana-de-açúcar, mamão, manga, laranja, maracujá, arroz, limão, tangerina, tomate e batata-inglesa.

5 Tratores, semeadeiras/plantadeiras, colheitadeiras, adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário.

6 De acordo com esta Resolução, os critérios que definem a agricultura familiar são: *i*) explorar parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; *ii*) não manter empregado permanente, com exceção quando a natureza sazonal da atividade agrícola o exigir; *iii*) não deter, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor - que atualmente para os 30 municípios do Oeste Baiano somam-se 260 hectares (ha); *iv*) obter, no mínimo, 80% de sua renda bruta anual proveniente da exploração agropecuária ou extrativa; e *v*) residir na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos.

7 Em todos os 30 municípios da região, um módulo fiscal equivale a 65 ha, totalizando 260 ha.

8 Ressaltamos que essa também não é a única forma de obtenção dessas informações para essa classe de estabelecimentos.

9 Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/infraestrutura/areas-cobertas>. Acesso em: set./2022.

10 Os valores apresentados neste gráfico estão subestimados, de acordo com a metodologia de divulgação de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o Censo Agropecuário (2017).

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL). **Base de Dados**. Disponível em: <<https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/infraestrutura/areas-cobertas>>. Acesso: set./2022.
- ALVES, V. Agronegócio, apropriação dos recursos naturais e avanço dos impactos socioambientais nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil (Matopiba). In: ALVES, V. (org.). **Do sertão à fronteira agrícola: o espaço geográfico brasileiro em transformação**. Rio de Janeiro: Consequência, p. 279-312, 2019.
- ALVES, V. Modernização agropecuária e urbanização na região de cerrados do Centro-Norte do Brasil: as novas dinâmicas urbanas no oeste da Bahia. In: ALVES, V. (org.). **Modernização e Regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, p. 227-167, 2015.
- BERNARDES, J. Fronteiras da Agricultura Moderna no Cerrado Norte/Nordeste: Descontinuidades e permanências. In: BERNARDES, J.; BRANDÃO FILHO, J. (org.). **Geografias da Soja II: a territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Archimedes Edições, p.13-39, 2009.
- BERTOLLO, M. A informação no campo brasileiro: o papel das Agtechs e dos Institutos de Pesquisa Públicos. **Anais do IV Simpósio Internacional de Geografia do Conhecimento e da Inovação (SIGCI)**, 09 pp., 2021.
- BERTOLLO, M.; BUSCA, M. A informacionalização do agronegócio globalizado: uma discussão sobre a instalação de agtechs nos municípios de Barreiras/BA e Luís Eduardo Magalhães/BA. **Anais do IV Simpósio Internacional de Geografia do Conhecimento e da Inovação (SIGCI)**, 11 pp., 2021.
- CASTILLO, R.; BERNARDES, J. Apresentação e apontamentos teórico-metodológicos. In: CASTILLO, R; BERNARDES, J. (org.). **Espaço geográfico e competitividade: regionalização do setor sucroenergético no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, p.7-16, 2019.
- CASTILLO, R. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional e expansão para o bioma Cerrado. **GEOgraphia**, ano 17, nº 35, pp. 19-119, 2015.
- CASTILLO, R.; ELIAS, D.; PEIXINHO, D.; BÜHLER, È-A; PEQUENO, R.; FREDERICO, S. Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. **Revista da ANPEGE**, v. 12, n. 18, p.265-288, 2016.
- DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1985-2012)**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.
- DOWBOR, L. **A formação do capitalismo dependente no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- ELIAS, D. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste, p. 25-82, 2006.
- ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos**

Urbanos e Regionais, v. 13, n. 2, p. 153-167, 2011.

ELIAS, D. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **ACTA Geográfica**, ed. Especial Geografia Agrária, p. 13-31, 2013.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Geoweb Matopiba**. Base de Dados. Disponível em: <<http://mapas.cnpm.embrapa.br/matopiba2015/>>. Acesso em: set./2022.

FREDERICO, S. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna. **Revista Confins**, n.º. 17, 17 p., 2013.

GONÇALVES, J. Reprimarização ou desindustrialização da economia brasileira: uma leitura a partir das exportações para o período 1997-2010. **Análises e Indicadores do agronegócio**, vol. 06, n.º. 12, 07 p., 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Base de Dados**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>>. Acesso: set./2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário. **Base de Dados**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso: set./2022.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2ª ed., 2008 [1859].

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2000.

MORAES, A. **Os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação no espaço**. Trabalho de avaliação, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.

MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 3ª ed., 2020.

MOREIRA, R. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil: classes urbanas e rurais na formação da geografia operária brasileira**. Rio de Janeiro: Consequência, 2ª ed., 2013.

MÜLLER, G. Cem anos de República: notas sobre as transformações estruturais no campo. **Revista Estudos Avançados**, p. 109-136, 1989.

PIRES, M.; RAMOS, P. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **REN - Revista Econômica do Nordeste**, vol. 40, n.º. 03, pp. 411-424, 2019.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo**. Razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 04 ed., 02 reimpr. 2006a.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2ª ed., 2006b.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, pp. 81-99, 1977.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 9ª ed., 2006.

SILVA, C. **A modernização distópica do território brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora

Consequência, 2019.

SILVEIRA, M. Modernização contemporânea e novas constituições dos circuitos da economia urbana. **Geosp – Espaço e Tempo (online)**, v. 19, n. 02, pp. 246-262, 2015.

SILVEIRA, M. Uma globalização desnecessária, um território instável. **Ciência Geográfica**, v. VIII, n. 21, pp. 43-46, 2002.


SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. R

OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO EM CIDADES PEQUENAS NO BRASIL: O CASO DE JUSCIMEIRA-MT


THE CHALLENGES OF DEPLOYMENT ON BASIC SANITATION IN THE
SMALL TOWNS IN BRAZIL: THE CASE OF JUSCIMEIRA

LOS DESAFÍOS DE LA IMPLANTACIÓN DEL SANEAMIENTO BÁSICO
EN CIUDADES PEQUEÑAS EN BRASIL: EL CASO JUSCIMEIRA – MT

Beatriz Camila Roeski Martins Miranda¹

 0009-0002-0829-1861
beatrizcmm@gmail.com

Jeater Waldemar Maciel Correa Santos²

 0000-0003-0486-6517
jeatermaciel@gmail.com

Ano XXVII - Vol. XXVII - (4): Janeiro/Dezembro - 2023

CIÊNCIA
Geográfica

ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461

www.agbauru.org.br

1 Professora da Rede Pública de Ensino Fundamental do Estado de Mato Grosso e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondonópolis. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-0829-1861>. Email: beatrizcmm@gmail.com.

2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondonópolis. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0486-6517>. Email: jeatermaciel@gmail.com.

Artigo recebido em abril de 2023 e aceito para publicação em outubro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: A pesquisa descreve o processo histórico de organização do espaço urbano da cidade de Juscimeira–MT ocorrido entre os anos 1950 e 1990, com foco na estruturação do sistema de saneamento básico. Para tanto foram levantados documentos históricos em órgãos oficiais e realizado entrevistas com moradores antigos da cidade e funcionários dos órgãos públicos que trabalhavam nessa época. Após análise dos resultados, verificou-se que os órgãos públicos responsáveis pela organização do espaço da cidade aprovaram os seus primeiros loteamentos residenciais sem qualquer infraestrutura de saneamento básico. Assim, as ações iniciais para instalação da rede de água potável foram tomadas e custeadas pela própria população com apoio de representantes da igreja católica local. Como conclusão, constatou-se que muitos dos sérios problemas existentes (como a regularização fundiária de imóveis e oferta mais estruturada de serviços de saneamento básico) decorrem do fato da organização espacial da cidade ter começado de forma desordenada.

Palavras-chave: Rede de abastecimento de Água. Organização do Espaço. Mato Grosso.

ABSTRACT: The research describes the organization of historic process on the urban area of Juscimeira city in the state of Mato Grosso that occurred among the years 1950 and 1990 with focus on the structure of basic sanitation system. For this purpose was taken some historic documentation at official organ and was carried out some interviews with older city's residents and with public's staff who had worked there at the same time. As main results we could verified that the public department are responsible for the organization of places in the city and they approved their first residential properties without any urban infrastructure including the basic sanitation. In this way, the initial actions for install the drinkable water net was made and paid by owners citizen and the catholic church at the local place. The conclusion was that many of current real problems (like land regularization of property and a supply more structured at basic sanitation services) arise from the fact the space's organization had started in a disordered way in this city.

Keywords: Water supply net. Space organization. Mato Grosso.

RESUMEN: La investigación describe el proceso histórico de organización del espacio urbano de la ciudad de Juscimeira – MT ocurrido entre los años 1950 y 1990, con foco en la estructuración del sistema de saneamiento básico. Para ello se levantaron documentos históricos en órganos oficiales y realizó una entrevista con residentes antiguos de la ciudad y funcionarios de los órganos públicos que trabajaban en esa época. Como principales resultados se verificó que los órganos públicos responsables por la organización del espacio de la ciudad aprobaron sus primeros lotes residenciales sin cualquier infraestructura de saneamiento básico. Así, las acciones iniciales para la instalación de la red de agua potable fueron tomadas y costeadas por la propia población con apoyo de representantes de la iglesia católica local. En conclusión, se constató que muchos de los serios problemas existentes (como la regularización de la propiedad y la oferta más estructurada de los

serviços de saneamento básico) derivam do hecho de que la organización del espacio de la ciudad ha comenzado de forma desordenada.

Palabras clave: Red de abastecimiento de agua. Organización del espacio. Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico é a expressão da produção material do homem que traz características do grupo que o transformou. Para atender as necessidades básicas de sobrevivência, o homem desenvolveu técnicas para produzir o espaço. Ao levarmos em consideração que este é produzido de maneira a atender interesses específicos e nem sempre com a mesma finalidade, percebemos que é singular o início de formação de cada aglomerado humano.

Mesmo havendo disparidades no processo histórico de produção dos espaços urbanos das cidades, algumas ações são padronizadas e indispensáveis para que o ser humano consiga produzir e se manter neste espaço, que sofreu uma alteração/transformação. Uma ação que se torna indispensável e também segue um padrão neste contexto é a existência de água potável, ela é um condicionante a prosperação ou não desta organização espacial.

O forte movimento de urbanização que se verifica, a partir da década de 1950 é contemporâneo de um forte crescimento demográfico nas cidades brasileiras, sobretudo, as cidades da região sudeste. Nesse período começaram a surgir os problemas urbanos que podem ser atribuídos a diversos fatores, ficando cada vez mais visíveis e presentes no cotidiano das pessoas (SANTOS, 1993).

A política neoliberalista defende a redução do papel do Estado e permitindo que o setor privado desempenhe um papel maior na formulação de políticas econômicas e públicas. O papel do Estado na atividade economia é redefinido, uma vez que este não age mais diretamente no processo produtivo, cumprindo apenas o papel de repassador de recursos para o setor privado através de um conjunto de medidas como as isenções fiscais, os subsídios, além da política monetária, fiscal e salarial, passando a interferir sobre o mercado como agente financiador da iniciativa privada (MELLO, 2013).

Ugeda (2014), reforça que a realidade da urbanização é muito diferente do ideal. Na maioria das vezes, esse processo ocorre por falta de planejamento, crescimento desordenado e falta de infraestrutura capaz de garantir um mínimo de qualidade digna de vida e ambiental.

Segundo Mota (1999, p. 17) “O aumento da população e a ampliação das cidades deveria ser sempre acompanhado do crescimento de toda a infraestrutura urbana, de modo a proporcionar aos habitantes uma mínima condição de vida.”

Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente, nos últimos 50 anos, a população brasileira subiu de 60 para 200 milhões de habitantes, a taxa de urbanização passou de 45% para cerca de 85%.

Contudo esse intenso crescimento dos espaços urbanos não ocorreu de modo ordenado dando margem ao surgimento de diversos problemas que afetam a qualidade de vida de seus habitantes e a própria conservação da natureza nesses ambientes (VALLE,

2015). Em muitas cidades as estruturas de saneamento básico são muito deficitárias, sendo um desafio garantir até mesmo o fornecimento de água potável para a população.

A exemplo, temos a área que envolve este produzido, o qual a partir da década de 1950, impulsionado por um projeto proposto pelo governo do Estado de Mato Grosso, implantou uma empresa privada, Colonizadora Industrial Pastoril e Agrícola – CIPA, que envolve o atual Vale do São Lourenço, a fim de realizar venda de terras onde os proprietários destas, dedicavam-se a produção agrícola e pecuária (SIQUEIRA, 2002).

O esquema de colonização do Vale de São Lourenço passou a atrair migrantes vindos de várias partes do Brasil, nomeadamente das regiões Sudeste e Sul do país, atraídos pelo preço baixo e fertilidade das terras, onde o cultivo da cana-de-açúcar era uma atividade altamente produzida e o interesse do capital visava, no início, a formação de núcleos para obtenção/reserva de mão-de-obra e não levava em consideração as condições sanitárias entregues a esta população (OLIVEIRA, 2008).

Desta forma, o início da formação socioespacial da cidade de Juscimeira teve como finalidade principal o uso e ocupação das terras, sem levar em consideração a importância a curto, médio e longo prazo de uma estrutura adequada de saneamento para o desenvolvimento da cidade. Sendo assim, buscamos compreender e retratar como ocorreu o processo histórico de produção do espaço urbano da cidade de Juscimeira-MT, com foco na estrutura de abastecimento público de água.

FUNDAMENTO TEÓRICOS DA DISCUSSÃO

No escopo abaixo, será apresentado de forma sucinta os fundamentos teóricos que estão sendo utilizados no presente artigo, para discutir o processo de formação histórico do espaço geográfico da cidade de Juscimeira.

Uma das primeiras relações que o ser humano teve diante sua fixação em uma determinada parte do espaço geográfico surge com a “moradia” para os mortos. O homem paleolítico, mesmo sem ter um lugar fixo, preocupava-se em garantir uma moradia permanente (covas identificadas, cavernas, túmulos) aos que deixavam este plano terreno. As cavernas, embora não fossem um lugar fixo para o homem paleolítico, trazia abrigo, segurança e ainda servia para guardar seus instrumentos de uso diário ou não. Diante desses fatos, podemos identificar que o período paleolítico é determinante para o aprofundamento da relação entre homem e lugar, plantando as primeiras sementes para o surgimento das primeiras cidades (SPOSITO, 2004).

Existem vários autores que definem o conceito de cidade e sua origem/desenvolvimento atribuindo inúmeros elementos e causas. Uns discutem essas causas separadamente, outros entrelaçam duas ou mais. Nesse sentido, Carlos (2003), aborda que a cidade é um produto histórico e social que possui relações com a sociedade a qual vai se transformando conforme a sociedade vai modificando-se.

A cidade é entendida aqui como uma totalidade de fatores que vão interferir e ocasionar sua produção, observando que cada uma, embora tenha algum padrão presente, é única dentro das suas particularidades.

Na visão de Carlos (2003), o urbano é produzido pelas necessidades da sociedade que é dividida em classes, envolvendo lutas e interesses no âmbito social cuja a força social pode levar a solução de problemas frente aos jogos políticos. O urbano aparece como obra histórica que se produz continuamente a partir das contradições inerentes à sociedade, estas produzidas pelo desenvolvimento desigual das relações sociais que são responsáveis em criar conflitos entre as classes, nesse entendimento torna-se impossível separar a cidade do espaço urbano.

... a cidade é pensada enquanto trabalho social materializado, objetivado, que aparece na articulação do “construído e o não construído” de um lado, e do movimento (de mercadorias, pessoas, ideias) de outro. Esse processo é marcado pela inter-relação contraditória do novo com o velho, imposta pelo processo de reprodução (CARLOS, 2003, p.71).

No período mesolítico outros fatores intensificaram a fixação do ser humano em algumas áreas, os quais podemos citar a domesticação dos animais e o processo, mesmo que lento, das atividades agrícolas. Já no período neolítico, o homem tornara sedentário e conhecedor de algumas técnicas para produzir no espaço, acarretando em uma organização espacial sincronizada com a divisão do trabalho diante a produção de subsistência e ao excedente desta (SPOSITO, 2004).

A produção do excedente alimentar é, portanto, condição necessária — embora não seja a única — para que efetivamente se dê uma divisão social do trabalho, que por sua vez abre a possibilidade de se originarem cidades. (SPOSITO, 2004, p. 8).

Carlos (2003) reforça que as primeiras cidades surgem em locais onde a agricultura já apresentava certo estágio de desenvolvimento, ou seja, na Ásia, e só muito mais tarde, na Europa, sendo a divisão do trabalho um fator que implicou na divisão de classes determinando as atividades entre os homens do campo e da cidade.

Para Santos (1993), o início da formação das cidades brasileiras estava correlacionado com um certo grau de hierarquia e subordinação, ambos vistos como naturais, tendo na agricultura um fator marcante para isto.

Subordinado a uma economia natural, as relações entre lugares eram fracas, inconstantes, num país com tão grandes dimensões territoriais. Mesmo assim, a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram a base de um povoamento e uma criação de riquezas redundando na ampliação da vida de relações e no surgimento de cidades no litoral e no interior. A mecanização da produção (no caso da cana-de-açúcar) e do território (não apenas no caso da cana) vêm trazer novo impulso e nova lógica ao processo. (SANTOS, 1993, p.20).

Para Santos (1994), o “urbano”, seria frequentemente o abstrato, o geral e o externo, e a “cidade”, seria o particular, o concreto e o interno, desta forma elenca que o urbano é oposição à cidade.

...o desenho urbano, as manifestações de carência da população são realidade a ser analisada à luz dos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais, assim como das realizações técnicas e das modalidades de uso do território nos diversos momentos históricos. (SANTOS, 1993, p.11).

Por muito tempo a organização espacial brasileira foi formada por subespaços que evoluíam seguindo lógicas independentes de outros espaços para atender o interesse do capital internacional. Entretanto, após a segunda metade do século XIX, o Estado de São Paulo torna-se um polo dinâmico com a intensa produção brasileira de café, e acaba incluindo neste processo outros estados do país articulando uma cadeia que traria futuramente a interligação destes espaços com infraestrutura básica, tais como, ferrovias, meios de comunicação, melhoria nos portos, desencadeando uma nova organização do território frente um processo que ocorreria a partir da década de 1930, quando as novas condições políticas e organizacionais permitiriam que a industrialização na região sudeste do Brasil tornasse-se um fenômeno prestes a acontecer nas décadas seguintes. (SANTOS 1993).

Carlos (2003), defende que o processo de produção do espaço envolve uma série de mudanças sociais, onde a apropriação do solo pelo capital desenvolve uma série de desigualdades sociais, pois o sistema capitalista produz contraditoriamente riqueza e pobreza.

Nessa perspectiva, Santos (1993) pontua que o fenômeno da urbanização não ocorre de forma homogênea no território uma vez que são diferentes os graus de desenvolvimento e expansão da fronteira agrícola no país, o que acaba em ocasionar uma ocupação e um desenvolvimento econômico, social e político irregular nas regiões, pontos que intensificam a desigualdade em várias esferas nacionais.

O uso do solo está vinculado ao processo de produção capitalista, determinado pelo modo de ocupação de determinado lugar. O ser humano necessita para sobreviver ocupar um lugar no espaço, por outro lado, é preciso analisar o uso do solo, vinculado à teoria do valor, pois para produzir e habitar é necessário pagar determinado preço ao espaço.

Sandel (2015) explica de forma clara e central que o neoliberalismo pressupõe passos de uma economia de mercado para uma sociedade de mercado. O mercado tornou-se o centro de influência e todos os recursos são alocados para satisfazê-lo. Tal fato, reforça que a sociedade não é o centro das preocupações e das atenções e torna-se apenas uma consequência dos interesses capitais.

A primeira campanha do governo federal para ocupar e colonizar as terras do Mato Grosso, conhecida como “Marcha para o Oeste”, foi realizada a partir de 1937 sob o incentivo do presidente Getúlio Vargas, cujo objetivo era a convergência das fronteiras econômicas e políticas sendo necessário povoar os espaços “em branco” existentes no território. A instituição criada para realizar essa tarefa foi a Expedição Roncador-Xingu,

que posteriormente passou a integrar a Fundação Brasil Central a qual além de reforçar as práticas para o povoamento da região buscava criar condições infraestruturais a fim de que os migrantes além de adentrarem no território pudessem se fixar neste (SIQUEIRA, 2022).

Waechter (2015) ressalta que que diversos assentamentos e grande parte das Colônias Agrícolas Estaduais passaram a ser responsáveis pelo surgimento de vilas no entorno de Cuiabá, no início do século XX.

O primeiro código de terras do Estado foi promulgado em 1949 e modificado em 1951 no governo de Fernando Corrêa da Costa, que com percepção que ainda havia vários vazios demográficos no território, visto que não considera as populações indígenas, implementou uma modernização na legislação fundiária com a intenção de faticitar o processo de venda das terras devolutas, colocando em ação a atuação das empresas particulares de colonização (SIQUEIRA, 2022).

O neoliberalismo, envolto em muita retórica sobre as virtudes da liberdade individual, do empreendedorismo, da autonomia, da responsabilidade pessoal, da privatização, dos mercados livres e do comércio livre, apoia políticas poderosas para restaurar e fortalecer o poder da classe capitalista, especialmente da classe financeira (HARVEY, 2011, p.15).

Neste contexto temos as Colônias Agrícolas Estaduais que ficaram associadas à iniciativa privada, com projetos de colonização executados por empresas privadas (WAECHTER, 2015).

Entre 1940 e 1950, foram criadas as colônias agrícolas (estaduais e particulares) na região Sul do estado pelo Departamento de Terras e Colonização (DTC, órgão estadual): de Mutum (1939), Paraíso (1943), Nossa Senhora de Fátima (1947), Paulista (1948), Coronel Ponce (1948), Alto Coité (1948), Naboreiro (1949), Macacos (1949) Rondonópolis (1948), Dourados, Taquari-Mirim e Ministro João Alberto (atualmente Nova Xavantina) (GONTIJO, 1988). Entre 1950 e 1955, o governo mato-grossense adotou uma política para sistematizar a ocupação das terras e a expansão da fronteira agrícola. De início, o governo incentivou a implantação de empresas colonizadoras particulares, mas não teve êxito, pois algumas das terras colonizadas ficaram inadimplentes, sendo devolvidas ao estado posteriormente. (SANTOS, 2012, p.04).

O plano de metas do governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960) também trouxe uma grande visibilidade para a venda de terras mato-grossenses. Com a intencionalidade de estimular a produção industrial nacional, intensificar o uso de matéria-prima e a circulação de produtos industrializados, houve a abertura de estradas de rodagem para interligar a região Centro-Oeste e a Amazônia a região sudeste do Brasil (SIQUEIRA, 2002).

De acordo com Santos (2012) entre as décadas de 1960 e 1970 a criação dos eixos rodoviários da BR-364 e da BR-163 abriram caminhos para o processo de colonização, de urbanização, de ocupação humana e desenvolvimento regional em Mato Grosso.

Nas décadas seguintes, o governo federal e estadual continuaram por criar programas que visavam a expansão da fronteira agrícola do Estado Mato, bem como o desenvolvimento e a permanência dos colonizadores nessas áreas. Para as empresas capitalistas, a dilatação dessa fronteira, possibilitou a aquisição de latifúndios, de pastagens para o gado e o controle sobre a produção mineral representou mais uma chance para a expansão do capital e de seus lucros (SIQUEIRA, 2022).

Nesse cenário, os direitos sociais, econômicos e políticos, que foram conquistados através das lutas históricas dos trabalhadores, estão em risco de serem anulados pela hegemonia do pensamento neoliberal. Sob o ponto de vista da dinâmica urbana, o resultado é a negação do direito à cidade expressa na irregularidade fundiária, no déficit habitacional e na habitação inadequada, na precariedade e deficiência do saneamento ambiental, na baixa mobilidade e qualidade do transporte coletivo e na degradação ambiental (FELDMAN, 2007, p. 288).

Os problemas urbanos, a falta de saneamento básico ou parte dela, traz sérios problemas para o desenvolvimento de um determinado lugar. A distribuição irregular, falta ou má qualidade da água é um dos problemas mais prejudiciais para a população e economia (SANTOS, 1998).

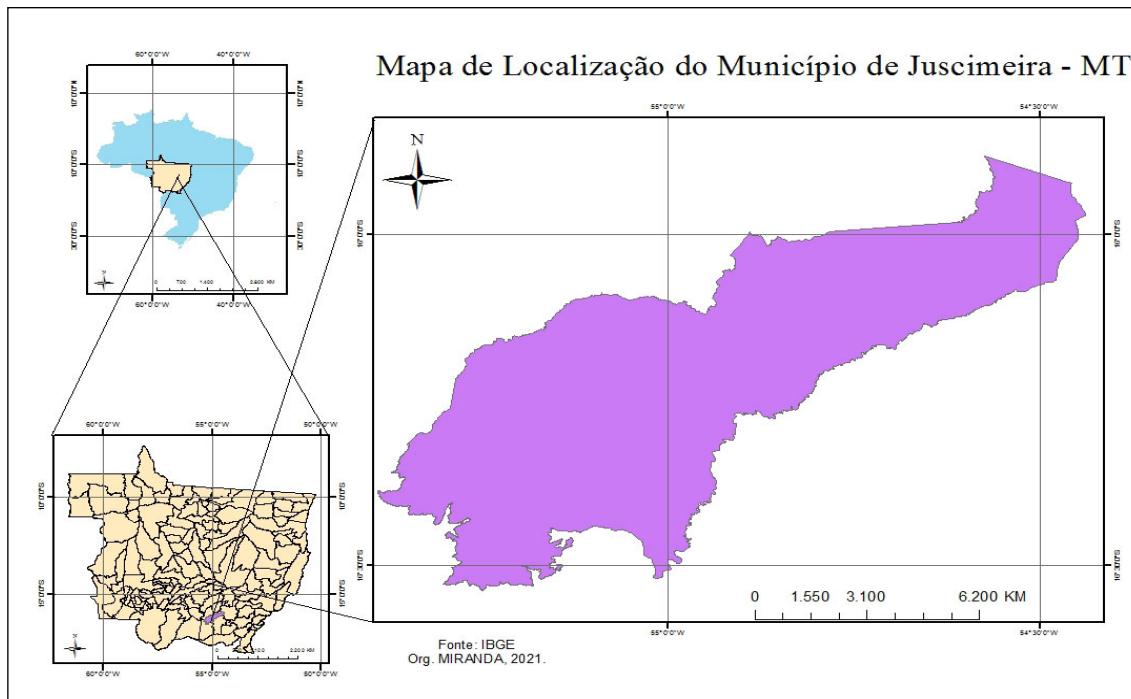
De acordo com Monte-Mór (1994), o principal problema das áreas urbanas dos países em desenvolvimento é o de saneamento, sua natureza precária gera sérios problemas ambientais e de saúde, pois os serviços de saneamento (água e esgoto) são inadequados ou inexistentes e afetam a qualidade de vida cotidiana, sobretudo dos mais pobres economicamente, enquanto a disposição final dos resíduos (sólidos e líquidos) atinge todas as regiões da cidade.

Segundo Mota (2018, p. 119), a falta de saneamento básico coloca em risco a saúde de grande parte da população brasileira, “com incidência de doenças, principalmente, de veiculação hídrica, como diarreias, hepatite, cólera, amebíase, febre tifóide e esquistossomose, entre outras.”

LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

O município de Juscimeira está situado na região Centro-Oeste do Brasil, na porção sudeste do Estado de Mato Grosso, entre os paralelos 15°30' e 17°00' de latitude sul e os meridianos 54°00' e 55°30' de longitude oeste de Greenwich (Figura 1), uma altitude de 251 metros (IBGE, 2007), e a cerca de 157km da capital do Estado, Cuiabá.

Segundo o IBGE, Juscimeira possui uma área territorial de 2.720,481 km² e uma população estimada de 11.124 habitantes em 2021. E com relação a distribuição de sua população em seu território, no ano de 2010, 74,34% habitava suas áreas urbanas e apenas 25,66% sua área rural.

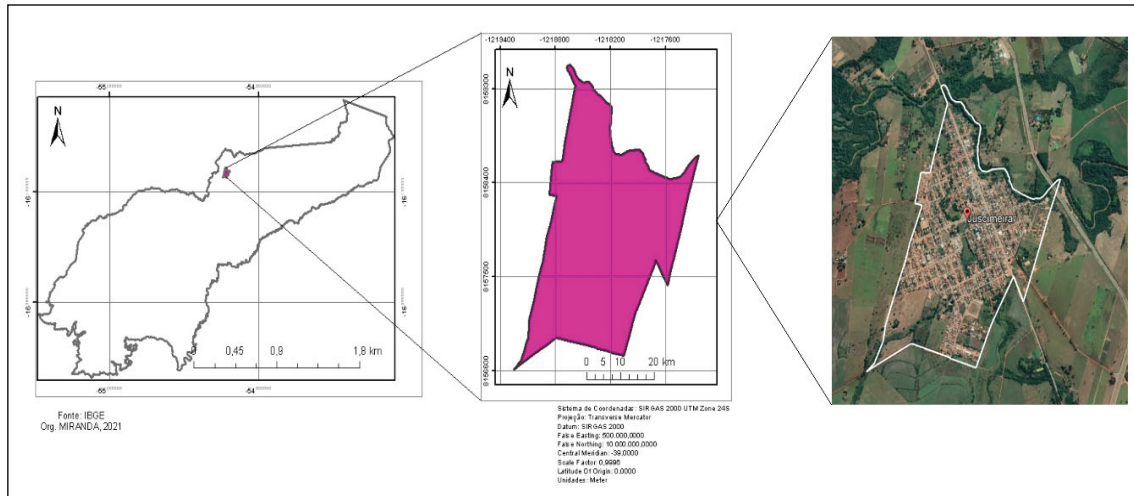


Fonte: IBGE. Org.: Miranda (2021).

Figura 1. Mapa de Localização do Município de Juscimeira no contexto nacional e do Estado de Mato Grosso,

A área de estudo engloba especificamente o perímetro urbano da sede administrativa do município de Juscimeira, ou seja, a cidade de Juscimeira. Contudo ela situa-se numa região, que por influência da BR 364/163 está formando um agregado de diversas áreas urbanas que reúne as cidades de Jaciara, São Pedro da Cipa e Juscimeira, e mais 4 de seus distritos (Irenópolis (7km), Placa de Santo Antônio (8km), Santa Elvira (16km) e Fátima de São Lourenço (28km). Ou seja, Juscimeira integra uma espécie de uma mini rede urbana da região sudeste do estado de Mato Grosso, de cidades desenvolvidas em função da agricultura comercial do cerrado. Além destas, Juscimeira também sobre influência da cidade de Rondonópolis que se situa a cerca de 50km, mas que em função do seu porte e diversidade de serviços é a capital da região intermediária que abrange todas as cidades/distritos dessa mini rede urbana.

Em termos logísticos, Juscimeira é servida pelos principais acessos rodoviários da região, como as BR- 364 e 163 e as MT-130, 270 e 340



Fonte: Organização: Miranda (2021).

Figura 2. Localização do Perímetro Urbano da cidade, no contexto do território do município de Juscimeira - MT.

O município tem como base mais específica de sua economia as atividades desenvolvidas no setor primário, representadas sobretudo pela agricultura comercial do cerrado (soja, algodão, milho, cana-de-açúcar etc.) e a pecuária comercial de gado de corte.

O setor de turismo também é um dos pontos fortes da sua economia e com grande potencial de crescimento, tendo destaque a grande quantidade de cachoeiras na qual a mais conhecida é a Cachoeira do Prata, que localiza-se a apenas cerca de 15 km do limite do perímetro urbano, nesse viés o município de Juscimeira é considerado a capital mato-grossense das águas quentes por seu território situar-se sobre um importante aquífero de águas quentes. Além disso, o município conta com um grande potencial hidroelétrico e pertence a grande bacia do Prata.

Segundo o IBGE (2010), 7.8% dos domicílios apresentavam esgotamento sanitário adequado, 48% dos domicílios urbanos estão em vias públicas com arborização e 10.4% dos domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

De acordo com o IBGE (2020), o salário médio mensal da população era de 2.4 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 12.4%, e considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, temos cerca de 37.2% da população nessas condições.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa baseou-se em levantamentos bibliográficos e documentais, levantamentos *in loco* para coleta das coordenadas geográficas, registros fotográficos e reconhecimento da infraestrutura. Na busca em plataformas digitais utilizou-se como filtro algumas palavras-chave: Juscimeira, Limeira, Juscelândia, Emancipação, Saneamento Básico, entre outras.

O Google Earth Pro, foi utilizado para espacializar algumas localidades e dar visibilidade da área de estudo, com a coordenadas geográficas coletas em visita ao campo.

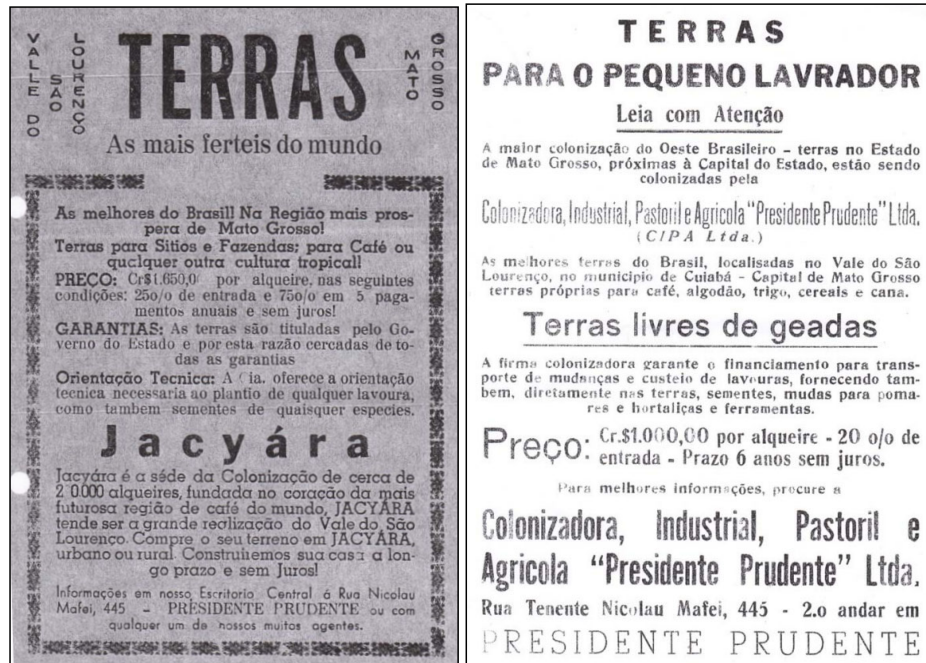
RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo de povoamento de Juscimeira se deu a partir de 1950, com o movimento de colonização impulsionado por um projeto proposto ao governo do estado de Mato Grosso que visava uma política de desenvolvimento de novas áreas através de projetos de colonização instituídos por empresas privadas (MARTINS, 2014).

Neste mesmo ano (1949), teve início o processo de colonização sob comando da CIPA – Colonizadora Industrial Pastoril e Agrícola, empresa privada, com sede na cidade paulista de Presidente Prudente. Depois de demarcar as glebas, a CIPA iniciou a propaganda, objetivando a venda de terras. Para isso, contratou corretores e arregimentou pessoal para disseminação de folhetos informativos junto às estações da Estrada de Ferro de Sorocabana. O resultado foi a compra das glebas e o assentamento dos proprietários, que se dedicaram a agricultura e à pecuária. O primeiro comprador da CIPA foi Nicola Rádica que, viajando da cidade paulista de Jardinópolis para Presidente Prudente, tomou conhecimento da colonização e, utilizando-se de um monomotor, viajou para a atual região de Jaciara (SIQUEIRA, 2002, p. 239).

Para isso, a Colonizadora Industrial Pastoril e Agrícola Limitada (CIPA) recebeu incentivo do governo do Estado para se instalar na região do Vale do São Lourenço, à qual pertence Juscimeira, e por meio de uma campanha publicitária mostrar que seu projeto colonial era promissor, levando algumas famílias adquirirem aquela área. O projeto colonial do Vale do São Lourenço passou a atrair cada vez mais imigrantes de todo o Brasil, principalmente das regiões Sudeste e Sul do país, atraídos pela alta fertilidade da produção agrícola, com destaque para o cultivo da cana-de-açúcar (OLIVEIRA, 2008).

Waechter (2015), pontua que as propagandas da CIPA para a venda de terras apresentavam como principal atrativo a fertilidade do solo encontrado no território de Jaciara (nesse contexto histórico, as terras que futuramente se transformariam no território juscimeirense perteciam a Jaciara, já que Juscimeira foi distrito de Jaciara). As campanhas publicitárias e os panfletos insistiam em frases de efeitos tais como: "as terras mais férteis do mundo", sobretudo para a produção de café (fato não concretizado pois as terras estão localizadas no cerrado brasileiro, que por sua vez possui solos ácidos e pobres em nutrientes), e "melhores terras do Brasil" e para atrair compradores da região sul enfatizavam com a frase "terras livres de geadas".



Fonte: Waechter (2015).

Figura 3. Planfletos utilizados pela CIPA, para divulgação de vendas de terras em Jaciara no fim da década de 1940 e início da década de 1950.

Oliveira (2008) destaca que a real intenção de empresas como a CIPA, não é de colonizar a terra, mas tão somente criar uma reserva de mão de obra, de modo a tornar viável o seu empreendimento de colonização agrícola, subordinando os trabalhadores ao sistema capitalista de produção.

Ao analisar a forma da produção do espaço da região do Vale de São Lourenço, percebe-se que esta ocorreu em entrelinhas muito semelhantes com as da maior parte das áreas do território brasileiro, sobretudo matogrossense, onde o interesse do capital trouxe uma estrutura fundiária que não visava a produção deste espaço a fim do desenvolvimento no campo social, ao contrário, trazia uma proposta de exploração camuflada na oportunidade de melhoria de vida das pessoas economicamente mais pobres, que ao investirem em terras que eram vendidas como “super férteis”, viam a esperança de tornarem-se donas do seu próprio capital.

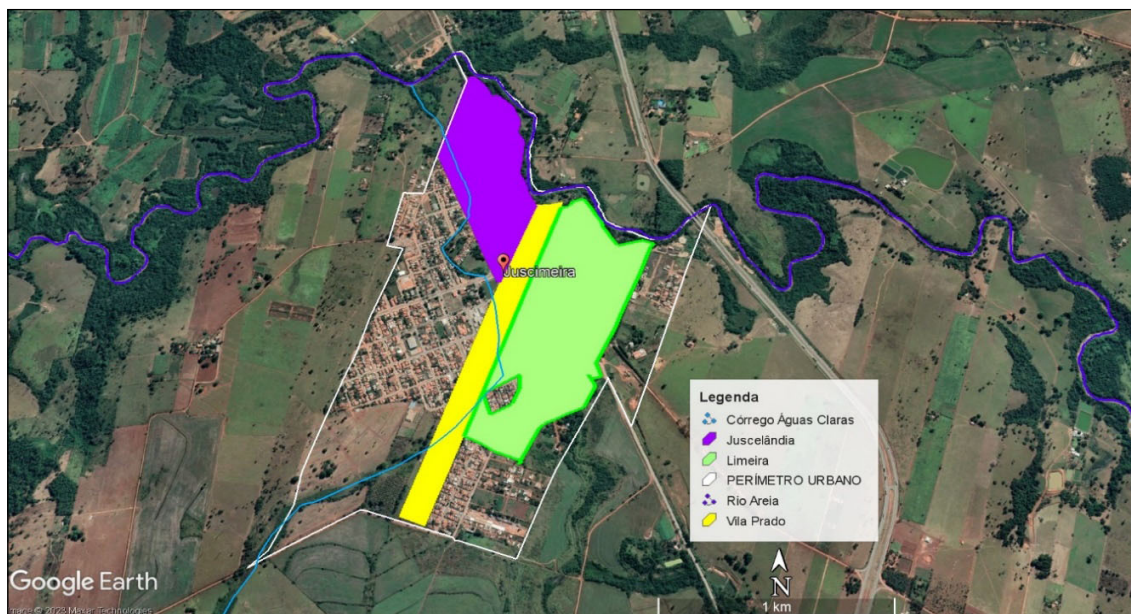
Em 1952, começa a formar-se a Gleba Areia, que passa a ser o ponto inicial da organização do território, que hoje constitui a cidade de Juscimeira (OLIVEIRA, 2008).

Um dos resultados do investimento da campanha publicitária, foi a chegada do Sr. João Matheus Barbosa no ano de 1954, na região que hoje constitui a cidade de Juscimeira. Em busca de terras férteis, juntamente com sua família, adquire o Lote 21, com 50 alqueires paulistas, ou sejam, 121 hectares. Em homenagem a Juscelino Kubitschek de Oliveira deu às suas terras o nome Juscelândia (MARTINS, 2014).

Atraído pelo baixo custo das terras e pelo solo fértil, o Sr. José Cândido de Lima e sua família chegam em solo juscimeirense no ano de 1957. Adquire o Lote 25, com 20 alqueires paulistas, ou seja, 48 hectares e 40 ares, instando-se a cerca de um quilômetro

de distância das terras do senhor João Matheus Barbosa. Em homenagem ao seu próprio sobremone batizou suas terras como o nome de Limeira (MARTINS, 2014).

No ano seguinte, o Sr. Antônio Cardoso Sales adquire da CIPA o lote 22 da gleba Areia, medindo cinco alqueires da medida paulista, ou sejam, 12 hectares e 10 ares de terras. Tal lote, estava localizado entre as terras do Sr. Barbosa e do Sr. Lima, e anos mais tarde recera o nome de Vila Prado. Foi assim que no início da década de 1960 já encontrava-se constituído os três primeiros núcleos habitacionais urbanos da Gleba Areia que anos mais tarde veio a se transformar na cidade de Juscimeira (Figura 4).



Fonte: Prefeitura Municipal de Juscimeira (2020); Imagem da Plataforma Google Earth (2021); Drenagem plotada por fotointerpretação da imagem. Org. Miranda (2023).

Figura 4. Área dos três primeiros loteamentos que deram início ao núcleo urbano inicial da cidade de Juscimeira entre as décadas de 1960 e 1970, plotados sobre imagem contendo a organização espacial de sua malha urbana atual e Cursos D'água que passam pelo limite do seu perímetro urbano.

Como os três primeiros núcleos urbanos não eram assistidos pelo poder público com instrumentos para o abastecimento de água, tais habitantes foram forçados executar ações, para que pudessem suprir suas necessidades básicas diárias referentes a água para consumo. Para isto, utilizam diversos tipos de recipientes como baldes, bacias, tambores, garrafas, e outros, para buscarem água no Rio Areia e Córrego Águas Claras (Figura 4), sendo estes os primeiros mananciais superficiais a serem utilizados no início da formação da cidade.

A instalação destas famílias trouxe para a localidade uma organização espacial visando a produção agrícola, primeiramente de subsistência. Para tal atividade torna-se indispensável uma fonte hídrica. Neste contexto, temos também o Córrego Águas Claras e o Rio Areia, sendo utilizados como fontes de captação de água superficial, para o desenvolvimento das atividades agrícolas.

Não sabe-se ao certo, quanto houve a primeira captação de água por manancial subterrâneo feito pela própria população, porém cabe ressaltar que o conhecimento empírico trazido por estas famílias foi de grande importância no momento da utilização deste tipo de manancial, visto que, não havia na época nenhum estudo hidrogeológico daquela região.

Na região de Juscimeira e arredores, a agricultura canavieira teve um desaque significativo. O desenvolvimento começa a se consolidar na região a partir da década de 60 com a construção da BR 364, que impulsionou ainda mais o desenvolvimento de Juscimeira, pois passou a ligar a localidade à Rondonópolis (ao sul) e à Cuiabá (ao norte). Essa estrada deslocou todo fluxo rodoviário que passava por Fátima de São Lourenço e ligava a capital de Mato Grosso ao estado de Goiás, dando mais visibilidade à aquele aglomerado humano, pois aumentava o movimento de ir e vir de pessoas e mercadorias.

A propaganda feita em cima das frases de efeitos atraía novos migrantes a atual Região do Vale do São Lourenço, tornando cada vez mais habitado o espaço que hoje constitui a cidade de Juscimeira. Um dos motivos para tal fato, é a fundação em Jaciara, no ano de 1963 por interesse da CIPA, da Usina de Jaciara, que era de pequeno porte, porém precisava de mão de obra, já que tinha uma capacidade nominal de produção de açúcar de 60.000/100.000 sacas por safra (WAECHTER, 2015).

No entanto, quando ocorre a aglomeração urbana, o consequente uso da água, a disposição de resíduos sólidos e o esgotamento sanitário tornam-se atividades coletivas óbvias e essenciais.

A Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso – SANEMAT era a empresa responsável pela prestação de serviços de saneamento na época da formação socioespacial da cidade de Juscimeira. Na Lei nº 24/67 em 27 de Dezembro 1.967, foi firmado o convênio com o município de Jaciara – MT, sede administrativa da vila de Juscimeira, para a prestação de serviços de água e esgoto, entretanto, as primeiras ações da SANEMAT, ficaram restritas a Jaciara. Em 1.968, o vereador Jurandir Pereira da Silva propôs a fusão do nome das duas principais vilas, e assim o vilarejo passou a ser chamado de Juscimeira.

Os moradores do Vilarejo de Juscimeira tinham no Rio Areia e no Córrego Águas Claras suas fontes popularizadas de água. Não havia rede pública de distribuição de água e as pessoas precisavam ir até estes mananciais superficiais com recipientes coletores de água, diariamente, em busca deste recurso essencial. Dependendo da relação social, algumas casas eram abastecidas também com a água proveniente dos poços privados que existiam em algumas restritas residências.

A construção da Paróquia Bom Jesus de Juscimeira, tem um importante significado na espacialização, pois estava localizada na Vila Prado, entre as terras de Juscelândia e Limeira, e tinha como um dos objetivos fortalecer os vínculos afetivos entre os habitantes de todo vilarejo.

Até o ano de 1972, cerca de 20 anos após o vilarejo já ter formado um núcleo urbano inicial, este não tinha sistema público de abastecimento de água, tendo ainda que ir buscar água nas costas dos rios que passam pelo local ou canalizar de forma improvisada água de uma mina de uma propriedade privada, afim de minimamente poder dispor de água para suas necessidades básicas diárias.

Neste contexto, a comunidade local, liderada pelo padre João Henning, iniciou as escavações para a construção da primeira rede de distribuição pública de água. Esta ação popular repercutiu na região, e a SANEMAT chega à localidade e toma para si a responsabilidade da execução e término na obra.

Ainda na década de 1970, foi implantado o loteamento Vila Prado e, com o desenvolvimento da cidade e a chegada de novos moradores, fez-se necessário ampliar a rede de distribuição e utilizar outras fontes de água, como a água do poço que estava localizado atrás da Paróquia Matriz Bom Jesus. Essas ações demonstram que o poder público não desfrutava de planejamento para a ampliação no número de residências, que poderiam ser construídas diante a potencialidade de crescimento urbano, visto que, primeiro eram aprovados os loteamentos e só posteriormente pensado nas ações que poderiam ser realizadas para ofertar água via sistema público. A intencionalidade portanto, era lucrar com as vendas de terras sem ter como prioridade a qualidade de vida dos habitantes.

Caminhando para emancipação política administrava, em 29 de junho de 1976, a Lei Estadual nº 3.761, elevou a Vila de Juscimeira à categoria de distrito. Após um período de estagnação política, em 10 de Dezembro de 1979, o governador Frederico Campos saneou em praça pública a Lei Estadual nº 4.148 de autoria do deputado Alvez Ferraz e criou o município de Juscimeira.



Fonte: Acervo da Paróquia Bom Jesus de Juscimeira (1979).

Figura 5. Momento em que o governador Frederico Campos assina a lei que eleva Juscimeira a categoria de município em 1979.

Conforme página 8 do Diário Oficial de 27 de agosto de 1980, o edital SANEMAT nº 116/80 anunciou a abertura de licitação para aquisição de uma ETA Compact aberta em Juscimeira. Ou seja, somente cerca de 30 anos após os primeiros bairros da cidade terem se formado, as pessoas desse assentamento humano começaram a receber água tratada por métodos adequados e seguros.

Na página 5 do Diário Oficial da União de 24 de setembro do mesmo ano, consta uma licitação que foi realizada no dia 10 de setembro e a empresa FMC - do Brasil - Indústria e Comércio é creditada pela prestação deste serviço. Ainda no mesmo ano, em 15 de outubro a Indústria de Bombas Centrífugas Ltda – ABS, é a responsável através de licitação pela aquisição de dois conjuntos de motobombas submersíveis para bombagem de água bruta. Todas essas ações visavam a adequada estruturação do sistema público de abastecimento de água, visto que no início da década de 1980 a cidade apresentaria uma ligeira expansão urbana, pois passou a contar também com o loteamento Curitiba e assim, totalizando quatro loteamentos.

No ano de 1981, chega no município de Juscimeira o governador do Estado Frederico Campos para a inauguração da Estação de Tratamento de Água – ETA, que inicialmente utilizava apenas a água do Rio Areia. No anos posteriores é construído um reservatório de água margeando a BR 365 (que neste período passava por dentro da cidade), sentindo Rondonópolis, com capacidade de armazenamento de 300 mil litros.



Fonte: Secretaria de Estado de Comunicação Social de Mato Grosso - Superintendência de Arquivo Público. Fotografia produzida por Lenine Martins em 18 de Julho de 1981.

Figura 6. Prefeito Ramón Itacaramby (usa terno) e Frederico Campos no hasteamento da bandeira na inauguração da rede pública de água em 18 de Julho de 1981.

Quando o reservatório foi construído, a água da mina passou a ser direcionada diretamente para ele. A rede pública de abastecimento de água passa a distribuir a água desse reservatório, captada do poço localizado atrás da paróquia (manacial subterrâneo)

e água do rio Areia (manancial superficial) tratada na ETA. Ou seja, nesse momento, o abastecimento público de água de Juscimeira passa a contar com água tanto de manancial superficial como subterrâneo.

Em entrevista com senhor Onofre Marcos, foi pontuado que dependendo de como ocorria o consumo diário de água da população, poderia haver excesso de água na rede de distribuição, principalmente nas madrugadas. Essa água excedente escoava para o reservatório através de uma rede de tubos de 110mm, que poderia continuar fornecendo água aos moradores por aproximadamente 3 a 4 horas em caso de problema no sistema de captação. Além disto, Onofre Marcos também informou que em 1985, a rede pública de abastecimento de Juscimeira contava com apenas 890 ligações de água e que neste mesmo ano começaram a ser instalados os primeiros hidrômetros com um fiscal de consumo fazendo a leitura do aparelho.



Fonte: Identificado a partir de informação verbal fornecida pelo senhor Onofre Marcos, ex funcionário da SANEMAT, em entrevista realizada no dia 24 de setembro de 2021. Registro feito pela autora (2022).

Figura 7. Primeiro Reservatório de Água da cidade de Juscimeira criado na década de 1980 e desativado atualmente.

Acreditando no desenvolvimento da cidade o prefeito da época, em meados da década de 1980, senhor Ramon Araújo Itacaramby, com o apoio do governador do Estado Frederico Campos, reservou uma área para o ser o Centro Administrativo de Juscimeira. Nesse sentido:

... desapropriou quase 120 hectáres de terras, às margens do córrego seco loteou a área, reservou parte dela para o Centro Administrativo de Juscimeira, destinou uma parte para lotes maiores e a parte restante para lotes menores, para as pessoas de menor poder aquisitivo. Parte da área foi doada pelos padres João e Mário Henning (ITACARAMBY, s/d, p. 8).

Em 1988, o governo do Estado, liberou recursos para construção de uma rede pública de abastecimento de água para o Centro Administrativo de Juscimeira (CAJUS).

A Lei nº 174, de 26 de outubro de 1990, autoriza a doação de terreno da COHAB/MT ao Município de Juscimeira com a meta de construção de no mínimo 150 residências populares com toda infraestrutura, incluindo água, luz e arruamento viário. A localidade ficou denominada Cohab Boa Esperança.

Entre os anos 1991 e 2000, a população da cidade cresceu a uma taxa média anual de 0,42%. Para atender a demanda de abastecimento de água após esse crescimento populacional, a SANEMAT teve que perfurar um outro poço artesiano, localizado dentro do seu próprio terreno, para ajudar no abastecimento de água à população.

Após a perfuração deste poço, que é um tipo de poço não jorrante, foi instalado uma bomba, para que pudesse obter um fluxo maior de água, afim de contribuir para o abastecimento de água na cidade.

No ano de 1996, houve uma ampliação do loteamento CAJUS, com a criação de novas quadras e lotes. Diante disso, foi ampliada a rede de distribuição de água para atender as necessidades da nova população que habitara essas casas. Nesse mesmo período a SANEMAT, visando resolver os problemas de vazamentos (JESUS, 1996), fez a substituição por uma tubulação mais moderna, de mais de 4.500 metros lineares da rede já existente em alguns pontos das partes mais antigas da cidade.

Até o final da década de 1990, a organização espacial da cidade estava formada pelos seguintes loteamentos na sequência de formação cronológica: Juscelândia, Limeira, Vila Prado, CAJUS e Cohab Boa Esperança.



Fonte: Prefeitura Municipal de Juscimeira, 2020; Imagem da Plataforma Google Earth (2021); Drenagem plotada por fotointerpretação da imagem. Org.: Miranda (2023).

Figura 8. Organização espacial dos loteamentos da cidade de Juscimeira na década de 1990.

Até meados da década de 1990, o abastecimento de água da sede do município de Juscimeira era proveniente da captação de manancial superficial e subterrâneo.



Fonte: Informação verbal fornecida pelo senhor Onofre Marcos, em entrevista realizada no dia 24 de setembro de 2022. Org.: Miranda (2022).

Figura 9. Organização espacial da estrutura de abastecimento público de água na década de 1990.

As medidas que foram tomadas na época se tornaram insuficientes para sanar os problemas de abastecimento de água da cidade, frente a expansão urbana que ela estava experimentando. Isso porque ainda havia muito problema com a gestão da pressão da rede, e por conta disso havia-se a necessidade de desligar o fornecimento de água, na parte mais antiga da cidade (e também mais baixa), para conseguir fazer com que a mesma chegasse nas residências recém construídas na região periférica ao centro e também naquelas situadas em terrenos com maior altitude no perímetro urbano. Para tanto, a SANEMAT utilizava a técnica de manobra, que consiste em setorizar a distribuição da água melhorando a pressão desta dentro da tubulação.

Entretanto, essa ação ocasionava um déficit no abastecimento de água nas residências localizadas no bairro Limeira e nas demais residências situadas nas proximidades da BR – 364, o que resultava na interrupção do fornecimento de água para as mesmas durante algumas horas todo dia promovendo problemas para que a população pudesse manter suas atividades rotineiras dentro do normal.

A SANEMAT prestou serviço para o município até o ano de 1998, quando o governo do Estado de Mato Grosso passou a incentivar os municípios a assumirem a responsabilidade da prestação dos serviços de saneamento básico.

Atualmente, a Secretaria Municipal de Saneamento e Abastecimento de Água – Saneag, é a titular da prestação de serviços de abastecimento público de água na cidade

de Juscimeira. Contudo, a municipalização do serviço não foi suficiente para melhorar a qualidade do serviço prestado a população, que ainda se vê obrigada a conviver com os problemas gerados pela negligência histórica na estrutura de saneamento básico no espaço urbano produzido na cidade de Juscimeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início da formação socioespacial experimentada pela cidade de Juscimeira permite entender que a produção do seu espaço urbano ocorreu de maneira controlada, sobretudo, em função dos interesses imobiliários e capitalistas da empresa de colonização que o conduziu (CIPA), sob o olhar passivo do Estado.

Mesmo o núcleo urbano inicial exibindo um certo nível de planejamento este foi muito aquém do necessário para se garantir as necessidades básicas e, também, a dignidade do aglomerado populacional que o mesmo passou a abrigar. Fato que obrigou a própria população a se organizar para prover os serviços básicos de saneamento, que era obrigação da empresa que estava coordenando e lucrando com a colonização do lugar e, também do próprio poder público que acompanhava todo o processo.

A água é um fator determinante para o início de qualquer assentamento humano, entretanto, a infraestrutura de abastecimento de água potável não foi considerado um fator imprescindível na aprovação e implantação dos loteamentos Juscelândia e Limeira, que foram os primeiros da cidade de Juscimeira.

A população destes primeiros loteamentos da cidade, após décadas de espera em vão pela iniciativa do poder público em implantar a estrutura de saneamento básico, e de busca de água com baldes nos rios que passam pelo local, teve que por iniciativa própria tentar estruturar esse serviço de saneamento básico e de suma importância para sua saúde e qualidade de vida. E mesmo após, o Estado ter assumido tal empreita, suas ações sempre estiveram em descompasso com a velocidade da expansão da malha urbana de Juscimeira.

A falta de compromisso e vontade política do poder público local em vincular a expansão do espaço urbano à capacidade do município em prover minimamente, o saneamento básico para sua população (pelo menos o abastecimento de água potável), não foi resolvido nem mesmo com a aprovação da Lei Federal de Parcelamento do Solo Urbano, que passou a exigir desde o ano de 1979, que os loteamentos fossem aprovados com equipamentos urbanos públicos (BRASIL, 1979), e que resultou nos problemas atuais de saneamento básico que Juscimeira enfrenta e que comprometem a qualidade de vida de sua população.

Por fim, fica mais uma vez evidente que a produção do espaço urbano no Brasil, sobretudo em cidades de pequeno porte, é controlado e direcionado mais por interesses de agentes do mercado imobiliário do que pelo atendimento por parte do Estado das necessidades básicas da população (sobretudo a mais desprovida de recursos financeiros) para habitar um dado lugar. Além disso, o abastecimento de água, bem como, os demais serviços de saneamento básico devem ser prioridades em qualquer civilização e sua organização socioespacial não deve ser (re)produzida a modo de atender somente os interesses do capital, pois estes não podem estar acima dos direitos constitucionais, sendo dever do Estado provê-los.

REFERÊNCIAS


- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 7ª Ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 1. Ed. São Paulo: Ática S.A, 1995.
- FELDMAN, Sarah. FERNANDES, Ana. **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios**. Salvador : DUFBA, 2007.390 p. : il
- JESUS, Manoel de. **Revista de Juscimeira-MT**. 1996.
- HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARTINS, B. C. R. **A formação socioespacial e expansão urbana da cidade de Juscimeira – MT**. Monografia. UFMT, 2014.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 30ª ed, São Paulo: Malheiros Editores, 2013.
- MONTE-MÓR, R. L. de (1994). Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M. et alii. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo, Hucitec.
- MOTA, S. **Urbanização e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: ABES, 1999. 353p
- MOTA, Suetônio. Conhecimentos para Promoção do Saneamento, Saúde e Ambiente. In:PHILIPPI JR, Arlindo (Coord.). **Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. 2.ed. Barueri: Manole, 2018.
- OLIVEIRA B. D. S; **Performances Políticas e Potencialidades Econômicas de Desenvolvimento Local no Município de Juscimeira – MT**. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Dom Bosco, 2008.
- SANDEL, Michael. **Justiça: o que é fazer a coisa certa**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**. São Paulo, Hucitec, 1993.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 14ª ed. São. Paulo: Contexto, 2004.
- UGEDA JÚNIOR, J. C. **Planejamento da paisagem e planejamento urbano: reflexões sobre a urbanização brasileira**, 2014.
- VALLE, C. N. L. **A autonomia dos municípios e o estatuto das cidades**. Dissertação (Mestrado) Escola Superior Dom Helder Câmara, Belo Horizonte - MG, 2015.
- WAECHTER PEDROSO, Claudia Maria. **Jaciara/MT : do tempo passado da colonização e da usina ao tempo futuro da agricultura moderna e do turismo**. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Cuiabá, 2015.

OS GUARDIÕES DAS SEMENTES CRIOLAS DE RIO GRANDE/RS E SUAS TEMPORALIDADES: RESISTÊNCIA ÀS TRANSFORMAÇÕES NA RELAÇÃO COM A NATUREZA


THE GUARDIANS OF THE CREOLE SEEDS OF RIO GRANDE/RS AND THEIR TEMPORALITIES: RESISTANCE TO CHANGES IN THE RELATIONSHIP WITH NATURE

LOS GUARDIANES DE SEMILLAS CRIOLAS DE RIO GRANDE/RS Y SUS TEMPORALIDADES: RESISTENCIA A LAS TRANSFORMACIONES EN LA RELACIÓN CON LA NATURALEZA

Darlan Goulart¹

 0009-0002-6468-2074
darlangoulart@furg.br

Jussara Mantelli²

 0000-0002-5252-4418
jussaramantelli@furg.br

1 Geógrafo pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Mestrando em Geografia pelo PPGGeo (FURG). ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6468-2074>. E-mail: darlangoulart@furg.br.

2 Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5252-4418>. E-mail: jussaramantelli@furg.br.

Artigo recebido em setembro de 2023 e aceito para publicação em dezembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: Este artigo aborda a Revolução Verde como agente principal da transformação do modo tradicional de produção agrícola, da *Terra Mater* para *Terra Nullius* (SHIVA, 2001), trazendo profundas mudanças nas relações técnicas e sociais no campo, alterando a conexão do agricultor com a natureza. Este evento contribuiu para a modernização da agricultura e acúmulo de capital, mas também causou perda de biodiversidade e degradação ambiental. Nos últimos anos, sob a perspectiva de espoliação da natureza e sua mercantilização, estreitamente ligada ao avanço da extrema-direita na América Latina, é presente a transição da relação com a terra, destacando perda de biodiversidade, liberação de agrotóxicos e descaso com os elementos tradicionais como as sementes crioulas, que trazem consigo uma carga de conhecimentos tradicionais. No espaço geográfico, a relação entre guardiões de sementes e a natureza também é analisada, revelando uma resistência mediante ao avanço capitalista e a modernização agrícola.

Palavras-chave: Sementes Crioulas. Guardiões. Neoliberalismo. Natureza.

ABSTRACT: This article approaches the Green Revolution as the main agent of the transformation of the traditional way of agricultural production, from *Terra Mater* to *Terra Nullius* (SHIVA, 2001), regarding the profound changes in technical and social relations in the field, besides shifts in the connection between farmer and nature. This event contributed to the modernization of agriculture and capital accumulation, but also caused biodiversity loss and environmental degradation. In recent years, from the perspective of the spoliation of nature and its commodification, closely linked to the advance of the extreme right in Latin America, there has been a transition in the relationship with the land, highlighting the loss of biodiversity, the release of pesticides and disregard for elements as traditional seeds, which bring with them a load of traditional knowledge. In geographic space, the relationship between seed guardians and nature is also analyzed, revealing resistance to capitalist advances and agricultural modernization.

Keywords: Creole Seeds. Guardians. Neoliberalism. Nature.

RESUMEN: Este artículo aborda la Revolución Verde como el principal agente de transformación de la forma tradicional de producción agrícola, de *Terra Mater* a *Terra Nullius* (SHIVA, 2001), trayendo cambios profundos en las relaciones técnicas y sociales en el campo, cambiando la conexión del agricultor con la naturaleza. Este evento contribuyó a la modernización de la agricultura y la acumulación de capital, pero también provocó pérdida de biodiversidad y degradación ambiental. En los últimos años, desde la perspectiva del expolio de la naturaleza y su mercantilización, muy ligada al avance de la extrema derecha en América Latina, se ha producido una transición en la relación con la tierra, destacando la pérdida de biodiversidad, la liberación de pesticidas y el desprecio por ciertos elementos, como las semillas tradicionales, que traen consigo una gran carga de saberes tradicionales. En el espacio geográfico, también se analiza la relación entre

los guardianes de las semillas y la naturaleza, revelando la resistencia a los avances capitalistas y la modernización agrícola.

Palabras clave: Semillas criollas. Guardianes. Neoliberalismo. Naturaleza.

INTRODUÇÃO: TRANSFORMAÇÕES NA RELAÇÃO COM A NATUREZA

O presente artigo aborda o evento da Revolução Verde, como principal responsável pela ruptura do modo de produção agrícola tradicional — da *Terra Mater* a *Terra Nullius* (SHIVA, 2001) —, desencadeando profundas mudanças nas relações técnicas e sociais no campo, alterando a relação do agricultor com a natureza. Por um lado, este evento contribuiu diretamente, através da técnica, para a modernização e a industrialização da agricultura, viabilizando o acúmulo de capital por parte de agentes hegemônicos. Por outro, acarretou perda da biodiversidade por meio da introdução de sementes geneticamente modificadas, dependência dos insumos químicos da indústria, entre outros, resultando em um processo contínuo de degradação ambiental.

Este processo se aprofunda a partir de 2019, calcado na concepção de espoliação da natureza, e na sua mercantilização — *Terra Nullius* — estreitamente ligada ao avanço da extrema-direita na América Latina, representada pelo bolsonarismo no território brasileiro. Nessa perspectiva, através do debate estabelecido especialmente com Milton Santos (2002, 1999) e Vandana Shiva (2001), é possível compreender a transição da relação com a terra por parte dos sujeitos, do meio natural ao meio técnico, processo que acarretou perda de biodiversidade e invisibilizou a produção de sementes crioulas, transgeracionais, que carregam em seu gene o conhecimento tradicional, a história dos lugares em que foram cultivadas e adaptadas no transcorrer do tempo. Com base no exposto, ocorre uma mudança no modo como a humanidade passou a conceber a natureza, mediada pelo modo de produção capitalista.

O espaço geográfico, através da relação estabelecida entre o Global e o Local, também evidencia outras premissas de relações entre agricultores e a natureza. Uma delas, que será evidenciada neste artigo, refere-se aos guardiões das sementes — agricultores familiares — e suas (r)existência frente ao avanço do capitalismo e a modernização da agricultura, que se relaciona com a terra a partir de uma lógica baseada na degradação. Esses sujeitos encontram-se à mercê do território e das normas estabelecidas pelo Estado e pelo Mercado, cultivando outro tipo de relação com a natureza.

CONSTRUINDO O ENTENDIMENTO DA QUESTÃO

Para entender a transformação da relação das sociedades com a natureza, fez-se uso do método de reconstrução de processos sociais. Este método permite a reconstrução de processos que operam em nível quase invisível no espaço e no tempo. Para chegar neste entendimento foi necessário buscar subsídios em documentos, livros e artigos acadêmicos relacionados com o tema de pesquisa (ALONSO, 2016). Essa abordagem metodológica

possibilitou a compreensão acerca da transformação no modo como a sociedade passou a se relacionar com a natureza: do Meio Natural ao Meio Técnico.

Por conseguinte, uma das formas de compreender os fenômenos sociais é observando-os enquanto ocorrem no aqui e agora. Essa maneira de construir o conhecimento data do século XIX nas ciências sociais. Para entender os hábitos e a vida cotidiana dos guardiões das sementes crioulas, fez-se um estudo de campo baseado na observação participativa. Esse método qualitativo de pesquisa permite ao pesquisador inserir-se na comunidade estudada, ao nível microssocial (ALONSO, 2016). As informações disponibilizadas pelos guardiões das sementes crioulas do município de Rio Grande - RS, foram de extrema importância para as reflexões, para além da literatura e dos estudos bibliográficos. E, por fim, fez-se uso da análise de conteúdo (BARDIN, 2007) com o intuito de significar os dados coletados através da análise dos documentos e das observações feitas inicialmente.

DO MEIO NATURAL AO MEIO TÉCNICO: A TRANSFORMAÇÃO NA RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA

Para falar sobre os guardiões das sementes crioulas é preciso, inicialmente, retroceder no tempo histórico, voltar a um momento da existência em que o modo de produção capitalista não integrava a relação do homem com a natureza. A literatura nos conta que as primeiras sociedades se organizavam como caçadoras e coletoras. Isso significa que esses sujeitos viviam o cotidiano como nômades, em pequenos grupos, migrando de uma região para outra conforme suas necessidades de subsistência.

As considerações sobre a origem das espécies de Charles Darwin facultam que a sobrevivência das espécies está ligada à capacidade adaptativa em relação ao meio. No entanto, ao contrário dos demais seres vivos que habitam o planeta, os seres humanos possuem a capacidade de adaptar a natureza às suas necessidades — o que, para alguns, representa a “racionalidade”, a distinção entre os homens e os animais.

Pode-se dizer que em um determinado momento do tempo, em um fragmento da história humana, quando a natureza ainda podia ser compreendida como natural, “teríamos, a rigor, uma diversificação, da natureza em estado puro. O movimento das partes, causa e consequência de suas metamorfoses, deriva de um processo devido unicamente às energias naturais desencadeadas” (SANTOS, 2002, p. 131). A relação entre o homem e a natureza provocou aquilo que Marx chamaria de segunda natureza.

Quando se considerava que tudo ainda era natural, “o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais que constituíam a base material da existência em grupo” (SANTOS, 2002, p. 235). As primeiras sociedades que conviviam nesse meio natural “generalizado”, interagiam com a natureza em um movimento de pouca transfiguração.

Nesse momento da existência, a técnica e o trabalho operavam em harmonia com o meio natural, de modo que inexistiam outros meios de mediação entre esse processo, como o próprio

modo de produção capitalista. “As transformações impostas às coisas naturais já eram técnicas, entre as quais a domesticação de plantas e animais aparece como um momento marcante: o homem mudando a Natureza, impondo-lhe leis” (SANTOS, 2002, p. 235). É nesse contexto, por meio do domínio de determinadas espécies de sementes, que ocorre a transição de uma sociedade caçadora e coletora, para uma organização social agricultora e sedentária.

Nesse processo de transição do nomadismo para uma sociedade sedentária e agricultora, os seres humanos desenvolveram novas técnicas de domesticação dos cultivares, selecionando aqueles que melhor se adaptavam a determinadas regiões. As sementes crioulas têm disso, estão muito associadas às características regionais, embora ocorra trocas de sementes com o intuito de resguardá-las. De acordo com Milton Santos “as técnicas são datadas e incluem tempo, qualitativa e quantitativamente. As técnicas são uma medida do tempo: o tempo do processo direto de trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação” (2002, p. 54).

Nesse momento da técnica, a motivação de uso dos recursos naturais, no caso dos cultivares, eram locais. Essas sociedades, na medida em que se caracterizavam como criadoras das técnicas, também eram “comandantes dos tempos sociais e dos limites de sua utilização” (SANTOS, 2002, p. 236). O processo de transmutação de uma nova natureza, de sua transfiguração, era feito de forma harmônica, no qual respeitava-se a razão, preservação e continuidade da vida.

Exemplo disso são, entre outros, o pousio, a rotação de terras, a agricultura itinerante, que constituem, ao mesmo tempo, regras sociais e regras territoriais, tendentes a conciliar o uso e a “conservação” da natureza: para que essa possa ser outra vez, utilizada. Esses *sistemas técnicos sem objetos técnicos* não eram, pois, agressivos, pelo fato de serem indissolúveis em relação à Natureza que, em sua operação, ajudava a reconstruir (SANTOS, 2022, p. 236).

É por essa razão que dissertar sobre os guardiões das sementes crioulas é, também, falar sobre outro tempo do trabalho no campo. Pinheiro (2022), destaca que a conservação, a manutenção, o compartilhamento e a reprodução das sementes crioulas se encontram inseridas em um espaço-tempo que pode ser denominado como vida, precisamente na escala do lugar, no vivido e experienciado.

Uma coexistência de sujeitos que contrapõem a lógica capitalista, “são encontros de vida de seres vivos que pelos compassos dos processos evolutivos das espécies encontraram-se em um dado momento, o qual a partir desse passaram a conviver, co-habitar e estabeleceram relações simbióticas onde um necessita do outro para a sua sobrevivência, uma co-sobrevivência” (PINHEIRO 2022, p. 66).

A lógica da produção, da conservação e do compartilhamento das sementes crioulas representa outro tempo ao se considerar o avanço da técnica no mundo contemporâneo e a tecnificação dos processos relacionados ao campo. A técnica deve ser compreendida como um fenômeno histórico que viabiliza, por meio da produção do espaço, tornar o

tempo concreto. Trata-se de distinguir a história não pelo modo como se fazia algo, mas sim qual instrumento era utilizado para tal (SANTOS, 2002).

Ao passo que as sociedades foram se desenvolvendo, a relação com a natureza mudou significativamente. O avanço da técnica permitiu que a humanidade passasse a construir relações alheias ao estado natural, no momento em que se vivia o espectro de liberdade e igualdade. Num determinado momento da existência, a noção de propriedade privada e a noção de posse, transformou as relações sociais tornando-as dissimétricas, desiguais. A sociedade da técnica, “civilizada”, por meio de suas instituições, moldou os sujeitos de modo que as vantagens individuais em detrimento do bem comum tornaram-se majoritárias.

De acordo com Milton Santos (2002, p. 63), “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Nessa perspectiva, no início, tudo fazia parte da natureza selvagem constituída por objetos naturais. Porém, ao longo da história humana, as sociedades substituíram os objetos naturais por objetos artificiais, criando uma natureza artificial, transfigurada, uma segunda natureza (SANTOS, 2002).

É a partir dos sistemas de objetos e ações que o espaço geográfico encontra a sua dinâmica e sofre transformações. Os sistemas de objetos possuem a capacidade de subordinar o modo como as ações se dão, na medida em que as ações condicionam a criação de novos objetos ou atuam sobre aquelas que já existem no espaço. Nos sistemas de ações, tanto os homens — individualmente — quanto as instituições — controladas por eles —, desempenham papel elementar. No entanto, no mundo contemporâneo, as ações mostram-se cada vez mais precisas, cegas e obedientes a determinados projetos (SANTOS, 2002).

As ações dizem respeito à interação entre diferentes atores sociais. Isso quer dizer que tanto suas práticas quanto as estruturas as delineiam. Um sistema de ações é composto tanto pela relação entre os atores sociais quanto pelas normas, regras e instituições que determinam e orientam essas interações. A “Revolução Verde” que ocorreu com maior intensidade entre os anos de 1950 e 1970 representa o avanço da técnica na agricultura e pode ser interpretada por essa lógica, uma vez que se refere à implementação de novas tecnologias nas práticas agrícolas — sistema de objetos — que envolvem diversos atores sociais, sendo esses: cientistas, organizações internacionais, agricultores, empresas agroquímicas, governos, entre outros.

Através da implementação da técnica, determinados atores desenvolveram insumos químicos — veneno —, sementes geneticamente modificadas e maquinários para dar conta de suprir as demandas dos grandes latifúndios. As práticas atreladas a esse movimento que surgiu ligado à ideia de acabar com a questão da fome no mundo, desencadeou transformações socioespaciais significativas, reorganizando as estruturas agrárias, promovendo a concentração de terras, a dependência de insumos químicos e modificações na forma como as pessoas passaram a consumir os alimentos.

Todavia, o paradigma da Revolução Verde surgiu com a ideia de romper com a lógica do saber tradicional, substituindo o ciclo de nutrientes regenerativos por um fluxo

linear de compostos químicos oriundos das grandes fábricas (SHIVA, 2001). A natureza então transfigurada transformou-se em matéria-prima, em produto, em capital.

A partir de então, a fertilidade deixou de pertencer ao solo, mas sim aos produtos químicos criados pela indústria e comercializados pelo mercado. A Revolução Verde está diretamente ligada à dependência de sementes técnicas que necessitam dos insumos químicos para prosperar no solo (SHIVA, 2001). Desse modo, por meio da técnica, a Revolução Verde, ligada intimamente à dinâmica de globalização, inferiu diretamente na biodiversidade alimentar.

Nesse processo, a revolução biotecnológica retirou das sementes crioulas sua capacidade auto-regenerativa, “colonizando-a de duas maneiras principais: por meios técnicos e pelos direitos de propriedade” (SHIVA, 2001, p. 74). De acordo com Shiva (2001), o processo técnico de hibridização impede que a semente se reproduza. É dessa forma que o capital consegue driblar a natureza, tirando sua fertilidade, sua auto-reprodução. Como as sementes técnicas não possuem a capacidade de produzir mais sementes, os agricultores tornaram-se dependentes do mercado.

De acordo com Jack Kloppenburg (apud SHIVA, 2001, p. 74) “a semente é tanto meio de produção como produto”. Ou seja, se cultivadas em condições corretas, possuem a capacidade de se reproduzirem e se multiplicarem. Esse movimento, para o capital, representava um empecilho biológico para o processo de mercantilização das sementes, visto que vender algo que se auto-reproduz não é lucrativo. As sementes modificadas pela técnica, então, transformaram “em mera matéria-prima o que é, simultaneamente, meio de produção e produto» (SHIVA, 2001, p. 74). As sementes técnicas possibilitaram e continuam possibilitando o acúmulo de capital para as indústrias privadas através de sua comercialização de modo que hoje, “vivemos um momento da História, no qual a natureza, e sua degradação, é apropriada como forma, cada vez mais ampliada, de produção/acumulação (SUERTEGARAY, 2002, p. 161). Nesse movimento, as sementes técnicas também se tornaram causadoras de perturbação ecológica, visto que descartam o processo regenerativo da natureza. As sementes que circulam no mercado são ecologicamente incompletas em duas camadas (SHIVA, 2001).

Primeiro, embora a semente seja por definição um recurso regenerativo, as sementes técnicas não possuem essa capacidade. Segundo, a semente não possui a capacidade de se reproduzir sozinha, dependendo, portanto, dos insumos químicos criados pela indústria. Gonçalves (2004, p. 22), também enfatiza que “salta à vista a limitação ecológica desses agroecossistemas, posto que sendo extremamente simplificados, tornam-se, por isso mesmo, dependentes de insumos externos para manter seu equilíbrio dinâmico”. Dessa forma, “esse deslocamento dos processos ecológicos, da produção por meio da regeneração, para processos tecnológicos de produção não regenerativa é a base da espoliação dos lavradores e da drástica redução da diversidade biológica na agricultura” (SHIVA, 2001, p. 75). Tal processo encontra-se estritamente ligado à agricultura não sustentável: as monoculturas.

Por intermédio desse evento chamado Revolução Verde e da técnica, as empresas transnacionais se apropriaram dos recursos genéticos, privatizando-os por meio de concessão de patentes, restringindo o acesso dos agricultores à diversidade genética, limitando-a a

fim de maximizar seus lucros com algo elementar para a existência humana: o alimento e, para alguns, a subsistência. Todavia, diferente das sementes técnicas, as sementes crioulas, também chamadas de cultivares primitivos, evoluíram no transcorrer do tempo através da seleção humana sendo produzidas e trocadas pelos agricultores (SHIVA, 2001). As sementes crioulas representam um tempo passado do trabalho no espaço geográfico, “elas consistem de material melhorado e selecionado, incorporando a experiência, a inventividade e o trabalho árduo de lavradores, passados e presentes; os processos materiais evolutivos [pelos quais] passaram satisfazem necessidades ecológicas e sociais” (SHIVA, 2001, p. 77).

A coexistência entre as sementes técnicas e as sementes crioulas tornam explícito os tempos da divisão do trabalho (SANTOS, 2002). Os lugares presentes no espaço geográfico possuem o privilégio de testemunhar, de forma simultânea, as várias divisões do trabalho expressas no espaço. É um tipo de regra universal, de modo que, “em cada subespaço, novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem exclusão da presença dos restos de divisões do trabalho anteriores” (SANTOS, 2002, p. 136). As divisões do trabalho, portanto, possuem a capacidade de criar seus próprios tempos. No entanto, esse tempo é abstrato, dimensionado por meio de sua leitura e interpretação, “na vida ativa, pelos diversos agentes sociais” (SANTOS, 2002, p. 136).

As sementes crioulas representam outro Modo de Produção. Milton Santos (2002) enfatiza que, no que tange a relação entre a técnica e o espaço, a primeira realidade elementar é que existe uma difusão desigual da técnica, de modo que coexistem, em um mesmo território, elementos técnicos de épocas distintas. O sincronismo existencial dessas sementes transgeracionais — crioulas — com as sementes técnicas representa o *reverse salients*, proposto por Th. Hughes (1980 apud SANTOS, 2002), um tipo de anomalia decorrente do processo histórico, resultado direto da expansão não homogênea das técnicas no espaço geográfico.

Por conseguinte, a manutenção das sementes crioulas, o trabalho dos guardiões que carregam em seu gene o conhecimento tradicional, a história dos lugares em que foram cultivadas e adaptadas no transcorrer do tempo, representam aquilo que Milton Santos (2002) chamaria de *temporalidades* — as formas de uso de um tempo passado, matrizes das espacialidades vividas no espaço que, conseqüentemente, distinguem os lugares. As sementes crioulas, além de representarem o *reverse salients*, quando cultivadas e germinadas, em contraposição às monoculturas de sementes técnicas que representam a técnica do tempo atual, podem ser compreendidas, também, como uma rugosidade — a marca da resistência à homogeneização e a dependência das sementes técnica. As rugosidades podem ser compreendidas como formas que representam outro tempo do trabalho no espaço geográfico e, “ainda que sem tradução imediata, [...] nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” (SANTOS, 2002, p. 140).

A Revolução Verde e a técnica representam a substituição da diversidade de cultivares. Nesse sentido, a crise da biodiversidade não se refere somente à apropriação da matéria-prima em prol do acúmulo de capital, mas representa, também, uma ameaça aos sistemas responsáveis por sustentar a vida e os meios de subsistência dos sujeitos (SHIVA, 2001).

Nessa perspectiva, “a biodiversidade — contrariamente à atmosfera ou aos oceanos — não é uma terra comunitária global no sentido ecológico. A biodiversidade existe em países específicos e é utilizada por comunidades específicas” (SHIVA, 2001, p. 92). Conforme ditou a lógica hegemônica, a técnica transformou a base de sustentação de diversos grupos sociais em mercadoria e matéria-prima para grandes empresas, que ao se apropriarem da biodiversidade, promoveram aquilo que Vandana Shiva (2001) chamou de biopirataria.

O evento Revolução Verde marcou na história da agricultura a transição da concepção de *Terra Mater* a *Terra Nullius*. Rousseau (1971, p. 86), há muito tempo disse em seu livro “O Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens” que “o verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: *isto é meu*; e encontrou pessoas, suficientemente simples, que acreditaram nele”. Tal sujeito deve ter sido, também, o primeiro — ou um dos — que concebeu o mundo como uma terra sem dono, como terra vazia e disponível para apropriação, como *Terra Nullius*.

No decorrer do tempo, a técnica ampliou a concepção de *Terra Nullius*, contribuindo diretamente para sua degradação, promovendo a mercantilização dos recursos naturais e sua privatização, da escala Global, afetando diretamente o Local, desconsiderando comunidades tradicionais, sua cultura e seus modos de subsistência (SHIVA, 2001). De acordo com Milton Santos (2002, p. 164), “cada evento é um fruto do Mundo e do Lugar ao mesmo tempo”. Assim, na história da agricultura, a lógica Global, amparada pela técnica, impôs a concepção de *Terra Nullius*, a concepção ocidental de exploração da natureza.

O agronegócio é a materialização da concepção de *Terra Nullius*. Esse modelo agroexportador tanto no Brasil quanto na América Latina foi fomentado por governos progressistas que possibilitaram a aceleração, bem como a implementação desse modelo de exploração da terra e o agronegócio encontrou solo fértil para se expandir com o aparato do Estado.

A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO, O AGRONEGÓCIO E A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

No território brasileiro, a hegemonia do agronegócio consolidou-se no final do século XX através do projeto cultural, ideológico e político criado pelos governos de Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma e Temer. Esse projeto, pautado na tecnificação do campo, no acúmulo de terras, sempre atendeu os interesses do capital internacional, ou seja, a demanda da grande burguesia que, nos primórdios da colonização e da expropriação do território indígena, já havia nos atribuído esse papel. Na divisão internacional do trabalho, atribuiu-se ao Brasil o papel de exportador de matéria-prima.

A história da América Latina é marcada por um intenso período de escravidão e de exploração dos recursos naturais. Eduardo Galeano, em seu livro, “As Veias Abertas da América Latina”, coloca que a divisão internacional do trabalho nada mais é do que a especialização de alguns em ganhar muito e de outros em basicamente perder na mesma

proporção. Salienta, também, que esse território, marcado pela exploração ocidental, especializou-se em perder desde sempre e em satisfazer as necessidades alheias, fornecendo aos seus colonizadores ferro, petróleo, jazidas de ouro, cobre, carne, frutas, café, ou seja, todo tipo de matéria-prima.

Jared Diamond (2020), identificou três conjuntos de fatores que foram determinantes para a invasão e expropriação da terra dos povos que aqui viviam. O primeiro foi o fato de a Eurásia iniciar primeiro o seu processo de povoamento em relação às Américas. O segundo é que a produção de alimentos e a técnica empregada por esses povos proporcionou maior disponibilidade de animais e plantas domesticáveis. E, o terceiro, diz respeito às barreiras geográficas e ecológicas menos prejudiciais à propagação intracontinental. Além desses três fatores, como podemos perceber na transição do Meio Natural ao Meio Técnico, existia, também, uma diferença nítida entre essa civilização relacionada ao modo como concebiam a natureza, como a interpretavam e relacionavam-se com ela. Tratava-se, portanto, de diferentes cosmovisões e não é por coincidência que as colonizações ocorreram da maneira como a história nos conta.

De acordo com Milton Santos (2002, p. 132), “a divisão internacional do trabalho é o processo cujo resultado é a divisão territorial do trabalho”. O planeta terra, vagando no espaço abstrato da física, representa para a Geografia a totalidade do espaço geográfico. Nele, existem recursos distribuídos conforme as leis naturais impostas a nossa existência. Compreendemos, aqui, “por recurso, toda possibilidade, material ou não, de ação oferecida aos homens (indivíduos, empresas, instituições)” (SANTOS, 2022, p. 132). Os recursos podem ser naturais, artificiais, relações espontâneas e compulsórias — como as próprias relações de consumo —, os valores, as ideias e os sentimentos. É por meio da distribuição desses dados que os sujeitos transformam a si e tudo que habita o seu entorno.

Na história humana universalizada, “a cada momento, cada lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher muitos” (SANTOS, 2022, p. 133) e essa premissa vai de encontro com o que disse Galeano. A divisão territorial do trabalho estabelece hierarquias entre os lugares, entre as nações, conforme sua localização geográfica, redefinindo a capacidade de ação tanto de empresas, quanto de instituições e pessoas. Essa divisão territorial do trabalho evidencia a existência de conflitos, como a disputa entre o Mercado e o Estado, muito presente na história recente da América Latina. Essas duas entidades, no entanto, não podem ser concebidas como um dado bruto.

O Mercado é composto por um número significativo de empresas que estabelecem suas relações segundo suas próprias motivações, de acordo com seus processos produtivos, de forma que induzem a uma divisão territorial do trabalho que atende aos seus interesses pessoais. No âmbito público a lógica não difere, uma vez que existem diversas escalas de poder que disputam, também, uma divisão territorial do trabalho que atenda às suas prerrogativas (SANTOS, 2002). De acordo com Milton Santos (2002, p. 135), “as modalidades de exercício da política do poder público e da política das empresas têm fundamento na divisão territorial do trabalho e buscam modificá-las a sua imagem”.

Na história humana universalizada, atribuiu-se ao Brasil o papel de exportador de cultivares, ou seja, o modelo de desenvolvimento agroexportador extrativista. Essa lógica existe

desde os processos colonizatórios e, ainda hoje, permanece. Esse modelo de expropriação e exploração da natureza resultou em uma série de processos de desindustrialização em diversos países da América Latina, como o Brasil, além de resultar também na degradação ambiental, sobretudo pela intensificação das políticas neoliberais da extrema-direita brasileira e a abertura aos mercados externos. A colonização que outrora ocorreu através das navegações marítimas, hoje, ocorre por meio das grandes multinacionais, e da propagação da informação, em especial a internet. É o meio-técnico-científico-informacional controlado pelas grandes bigtechs que atendem aos valores do Mercado dito global.

Podemos dizer, de acordo com David Harvey (2005), que a mercantilização da natureza acontece por meio da degradação dos habitats e da aniquilação dos recursos. Isso pode acontecer na forma de supressão de formas alternativas de produção e de consumo, na aniquilação dos direitos dos camponeses a terras comuns, na mercantilização da força de trabalho e do tempo de vida, na transformação da terra em produto, entre outros fatores. O termo acumulação por espoliação, no sentido de acontecer como um processo, explica a relação do agronegócio e a degradação ambiental que ocorreu no Brasil nos últimos anos, intensificado no governo Bolsonaro, no período de 2019 ao final de 2022, por conta de suas opções governamentais.

O século XXI marca um período de ascensão de movimentos extremistas e conservadores na América Latina. Os golpes de Estado como o que ocorreu em 2012 no Paraguai, em 2016 no Brasil e em 2009 em Honduras expressam a ascensão desse pensamento, fortemente marcado por políticas neoliberais (CARDOSO; HOVELER, 2022). No Brasil, o bolsonarismo representa a ascensão da lógica da degradação ambiental em larga escala e a naturalização da barbárie (NANNINI, 2023).

No mundo globalizado, o capitalismo avança por intermédio daquilo que os economistas neoliberais chamam de “livre-mercado”. No entanto, ao contrário da concepção clássica acerca do liberalismo que atua na ausência do Estado, o neoliberalismo imputa ao Estado o papel de servir às demandas do Mercado. Nesse modelo, o Estado limita-se somente a garantir a integridade do dinheiro, bem como das formas, das funções e das estruturas do seu território, garantido acima de tudo o direito de propriedade individual (HARVEY, 2008).

O Estado Neoliberal costuma olhar para o mundo através das lentes do Mercado em detrimento das questões sociais, do direito à existência digna e universal e do direito ao trabalho mais humano. Isso quer dizer que, em casos de conflito, os Estados neoliberais tendem a favorecer o sistema financeiro e suas instituições, atribuindo pouco significado ao bem-estar populacional e a conservação do ambiente (HARVEY, 2008). Essa lógica torna-se nítida quando pensamos nos governos pós-golpe de 2016 no território brasileiro de Michel Temer e de Bolsonaro. Nesse período, no que tange a regulamentação desse setor, o Estado distanciou-se tanto da população quanto da regulamentação, de forma que o Mercado moldou o setor ainda mais às suas necessidades, exemplos disso são as privatizações de Estatais a um preço consideravelmente baixo. Todavia, no governo Bolsonaro, a lógica da degradação ambiental, da liberação de agrotóxicos e o negacionismo científico construíram raízes profundas entrelaçadas com o poder do Estado (NANNINI, 2023).

No território brasileiro, existe uma estrutura organizada quando o assunto diz respeito ao agronegócio e aos atores que mantêm seus interesses. Havíamos dito que tanto o setor político quanto o Mercado são estruturas complexas que tentam criar uma divisão territorial do trabalho que atenda a suas necessidades. Nesse sentido, a sua hegemonia encontra-se, na maioria das vezes, atrelada ao poder político e econômico dos grandes latifundiários que fazem parte do próprio Congresso Nacional, por exemplo. O agronegócio brasileiro é constituído por uma parcela significativa da elite política brasileira, representantes diretos da pequena parcela que detém a maior fatia dos recursos e, conseqüentemente, capital. Dele, fazem parte os militares, os burgueses, a bancada religiosa composta por maioria evangélica e os ruralistas. Esses sujeitos possuem o poder de criar leis relativas ao ambiente, a economia e a educação, interferindo diretamente nas camadas mais frágeis da sociedade brasileira. (NANNINI, 2023).

O agronegócio é vendido como o símbolo da modernidade pela mídia e através das propagandas e do algoritmo. É o “setor mais dinâmico e eficiente da economia do país, o agente capaz de promover recordes de produção e produtividade, contribuindo para o superávit da balança comercial” (NANNINI, 2022, p.59). De acordo com Milton Santos (2002), o meio-técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização. Para o autor, quanto mais contemporâneo for o objeto técnico, mais subordinado encontra-se a lógica hegemônica e ocidental. Pode-se dizer que a extrema-direita bolsonarista soube aproveitar os objetos técnicos contemporâneos — às redes, os smartphones, os aplicativos — para disseminar o discurso “Agro é tech, Agro é pop, Agro é tudo” engendrado, também, ao discurso contra minorias e povos originários.

O governo conduzido pelo projeto de extrema-direita bolsonarista, operou através de ações autoritárias e normas infralegais que enfraqueceram a ordem democrática, ampliaram a degradação ambiental, favoreceram a concentração de terra e de renda, aumentaram a violência no campo e os conflitos de classe (NANNINI, 2023, p. 66).

Na figura do bolsonarismo, as entidades e os sujeitos que representam o agronegócio no Brasil, enxergaram a oportunidade de desmanchar qualquer política ambiental, explorando ao máximo os recursos, negando a fertilidade do solo e a sua manutenção — a terra compreendida como mercadoria a qualquer custo. As principais promessas eram extinguir as multas ambientais, combater o ativismo social e ambiental, não demarcar nenhuma terra indígena, além de permitir avanço de garimpeiros sobre o território tradicional. E, durante seu governo, assim o fez (NANNINI, 2023).

O governo neoliberalista concedeu livre acesso de decisão para os agentes e entidades políticas que representam o agronegócio brasileiro, como o Instituto Pensar Agropecuária (IPA) e o Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Através das decisões tomadas por meio do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, fizeram com que o Congresso Nacional aprovasse suas reivindicações, convertendo-as em políticas que

atendessem somente o modelo tecnificado e agroexportador. Dentro deste contexto não havia espaço para a agricultura familiar, produtora de alimentos, para as comunidades tradicionais, entre outros grupos de grande relevância sociocultural.

De acordo com o De Olho nos Ruralistas (2022), o governo bolsonarista foi o que mais liberou uso de agrotóxicos em toda a história do Brasil. Os levantamentos estimam um total de 1.682 agrotóxicos liberados nos três primeiros anos de governo. Além da liberação dos agrotóxicos, na Agenda do agronegócio estava a redução das pastas voltadas ao atendimento às minorias, com o intuito de sufocar o poder de atuação do setor público. Por exemplo, retirou-se do Ministério do Meio Ambiente a capacidade de conduzir políticas elementares para o pleno funcionamento da pasta, extinguiu-se a Secretaria de Mudanças do Clima e Florestas, atribuindo as competências do SFB (Serviço Florestal Brasileiro) e o CAR (Cadastro Ambiental Rural) para o MAPA e a Agência Nacional de águas (ANA) para o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) (ASCEMA, 2020).

Essa movimentação de atribuições deixou as decisões políticas de cunho ambiental nas mãos dos ruralistas e grandes latifundiários. Políticas como a demarcação de terras indígenas e reforma agrária passaram a ser debatidas pela perspectiva dos grandes proprietários de terras. Através do poder público e do jogo político, o governo bolsonarista interferiu “na política nacional do meio ambiente e dos recursos hídricos, nas políticas de fiscalização, proteção e de licenciamento ambiental, bem como nas políticas de demarcações de terras e de reforma agrária” (NANNINI, 2023).

Enquanto estava à frente do Ministério do Meio Ambiente, o Ministro Ricardo Salles agiu na contramão das políticas ambientais voltadas à proteção e preservação. Na realidade, Salles foi o promotor de uma série de atentados contra o ambiente, e a natureza. Entre as ações adotadas pelo Ministro, encontra-se o PL 191/20 que possuía o objetivo de regulamentar a realização de pesquisa, a exploração de petróleo e gás, bem como a construção de hidrelétricas em território tradicional sem a necessidade de ter-se a concordância e autorização dos povos originários. Tratava-se da tomada do território por meio da força do Estado e seus agentes (ASCEMA, 2020). Todavia, além de facilitar a degradação ambiental e a espoliação da terra, Ricardo Salles também foi responsável enquanto Ministro do Meio Ambiente por proteger os sujeitos que promoviam a degradação em nome dos grandes donos de terra (NANNINI, 2023).

O governo Bolsonaro, além de estrangular órgãos ambientais, minando o orçamento ou sabotando ações de fiscalização, simultaneamente adotou uma política de punição zero, criando uma burocracia extra que favorece os infratores ambientais, ou seja, instituiu a conciliação, a renegociação e o perdão de multas (NANNINI, 2023).

As ações tomadas pelos agentes que faziam parte da base bolsonarista no governo de extrema-direita contribuíram diretamente para o desmatamento metódico que ocorreu no Brasil durante a sua gestão. O governo Bolsonaro deixou um vazio de 56 mil quilômetros

quadrados de vegetação nativa na Amazônia, tornando o país o principal ator na esfera do desmatamento no ano de 2020 (WERNECK et al, 2022). Durante sua gestão, o número de queimadas aumentou significativamente. Essas queimadas criminosas, em sua maioria, estavam ligadas ao agronegócio e foi o primeiro governo eleito de forma democrática, que não demarcou nenhuma terra indígena. Tratava-se da completa negligência com os sujeitos que habitam e habitavam esse território há séculos, com a presença da grilagem das terras.

De acordo com Monteiro (2022), a grilagem pode ser entendida como um exemplo claro de espoliação no território brasileiro, “onde os instrumentos ainda arcaicos de produção de capital abrem espaços para a inserção de territórios no sistema-mundo capitalista/competitivo” (MONTEIRO, 2022, p. 81). Os mecanismos que criam artificios jurídicos e políticos para burlar, “a psicofera criada no local e, posteriormente, a legalização via aparato do Estado, caracterizam o espólio de áreas não-capitalistas, transformando-as em territórios calcados numa lógica produtivista” (MONTEIRO, 2022, p. 81). Nessa perspectiva, entende-se, também, que a grilagem da terra mostra que o desmatamento de áreas preservadas não possui sua máxima na extração de madeira e no comércio ilegal, embora isso também ocorra. A grilagem está intimamente ligada à especulação da terra e ao acúmulo de capital. No final das contas, a ideia do grileiro é transformar a terra em sua propriedade privada — em poder.

Na história do Brasil, desde os processos colonizatórios até os dias atuais, a posse de grandes extensões de terra significa ter poder — poder político e econômico. De acordo com Milton Santos (1999), o mundo globalizado permitiu a ampliação das trocas, ou seja, a ampliação do comércio, de modo que, a partir da interdependência crescente das sociedades por produtos e matérias, ocorreu a complexificação do dinheiro. E, para garantir a estabilidade das trocas e da quantidade de produtos produzidos, as sociedades passaram a regulamentar o dinheiro, os processos que giram em seu entorno e do modo de produção capitalista. Para o agronegócio, para os grandes latifundiários e donos de terra, a degradação ambiental representa o avanço da fronteira agrícola e, conseqüentemente, maior carga de exportação.

Esse modelo agroexportador e a intensiva exploração dos recursos revelou a fragilidade da sociedade e demonstrou que nenhum avanço no campo social é permanente. Enquanto o agronegócio alcançava patamares elevados de exportação, os preços dos produtos alimentares nos supermercados subiram drasticamente. De acordo com Silveira (2022), aproximadamente 125,2 milhões de brasileiros durante a gestão Bolsonaro viviam com insegurança alimentar, enquanto 33,1 milhões não tinham o que comer no cotidiano. Quando analisamos as últimas décadas, percebe-se que o agronegócio priorizou, majoritariamente, a produção de produtos destinados à exportação, diminuindo significativamente os cultivos alimentares e agropecuários produzidos para abastecer o mercado interno e alimentar a população. Essa exportação feita em larga escala, durante o governo de extrema-direita neoliberal, fez com que ocorresse o aumento de diversos produtos alimentícios, o exemplo é o óleo de soja (NANNINI, 2023).

De acordo com Monteiro (2022), o avanço do agronegócio sobre as fronteiras agrícolas para o plantio de commodities produz uma série de conflitos e rastros de

destruição, bem como prejuízos ao ambiente. A lógica do agronegócio, que obedece à técnica atual, não viabiliza a diversidade, pelo contrário, transforma o meio de produção e produto dos trabalhadores do campo em mercadoria, tornando-os dependentes do pacote tecnológico. O propósito do agronegócio não é alimentar o mundo, é gerar lucro para uma elite minoritária, passando por cima de tudo no caminho, seja a floresta, o território indígena e quilombola, a produção alimentar etc.

Desse modo, a ordem — então construída, idealizada e propagada pelos agentes hegemônicos — cria, na escala do local, desordem, não somente porque induz a mudanças funcionais e estruturais no modo que os sujeitos vivem seu cotidiano, “mas, sobretudo, porque essa ordem não é portadora de um sentido, já que o seu objetivo — o mercado global — é uma auto-referência” (SANTOS, 2002, p. 334), ou seja, preocupa-se somente em atender a si e suas necessidades intimamente ligadas a acumulação de capital e, quando adentram no Estado, submetem a ordem do território às suas necessidades. No mundo globalizado, a ordem Global impõe a todos os lugares uma única racionalidade, a racionalidade da exploração e da degradação. Esses lugares, no entanto, respondem à ordem Global de acordo com os seus modos de viver, de pensar, e conceber o mundo. Existe, portanto, uma relação dialética.

De acordo com Milton Santos (2002), o Local se opõe ao global na medida em que também se confunde com ele. Nessa concepção, o mundo torna-se o nosso estranho. Embora seja abstrato e não tangível, a existência do global se dá nos lugares.

No Lugar, nosso Próximo, se superpõem, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e tempo (SANTOS, 2022, p. 322).

No mundo globalizado, na escala do Local, da vivência e da troca de experiências, seja compartilhado com os sujeitos, com as empresas e com as instituições, a base da vida cotidiana é marcada pelo sentimento de cooperação e de conflito. Conflitos que se expressam através das relações verticais, tomadas pelos agentes hegemônicos que modificam de forma direta o cotidiano das pessoas. E, também, pelas relações horizontais de cooperação entre os sujeitos que sofrem os impactos das decisões alheias a seus territórios. A escala do Local, do Lugar, então, expressa-se como um quadro que representa o pragmatismo contemporâneo. Nele, conseguimos vislumbrar as ordens intencionais e precisas e suas ações condicionadas. Nele, é possível enxergar, também, “o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações, da espontaneidade e da criatividade” (SANTOS, 2002).

Existem lugares globais simples e outros complexos. Nos simples, por exemplo, os vetores técnicos não são amplamente implementados, ao contrário dos complexos — que geralmente são as metrópoles próximas a ela — que tendem a aderir ao aparato técnico. A ordem Global impôs ao Brasil o papel de agroexportador, a concepção de Terra Nullius,

a concepção ocidental. Através do Mercado e do Estado, especialmente comandado por governos neoliberais, por meio da técnica e da introdução e expansão de sementes geneticamente modificadas, houve um atendimento às demandas internacionais, afetando diretamente os lugares. Em contrapartida, na escala do Lugar, (r)existem sujeitos, como os guardiões das sementes crioulas do município de Rio Grande - RS, que cultivam suas sementes transgeracionais, que cultivam a biodiversidade, que sobrevivem ao avanço do capitalismo e que cultivam, também, a *Terra Mater*.

SIGNIFICANDO OS GUARDIÕES DAS SEMENTES: UM POSSÍVEL DIÁLOGO COM PLATÃO

Embora este termo — guardião — possua significados adjacentes ao senso comum, no sentido de “guardar algo”, tal compreensão talvez não seja a mais “adequada” para entender a importância dos guardiões das sementes, bem como sua relevância no que se refere à conservação da biodiversidade dos lugares. Considerando essa questão, recorrer a algumas significações além dessas, mostrou-se elementar para tentar entender e mensurar a relação dos guardiões das sementes crioulas com suas sementes, com seu território.

No primeiro momento, considerando que a Filosofia é a mãe de todas as ciências, recorreu-se a Platão que, há muito tempo, discorreu acerca da importância dos guardiões em seus manuscritos. Na sociedade ideal projetada por Platão, existem três classes, sendo essas: os Filósofos-reis, os Governantes, os Guardiões e os Trabalhadores. No entanto, interessamos a sua concepção acerca dos guardiões. Embora no modo de produção capitalista a tendência seja nivelar as classes conforme o acúmulo de capital, a classificação realizada por Platão não se refere a modelos econômicos ou de castas — nascimento. As classes são estabelecidas conforme as virtudes e capacidades inerentes de cada sujeito na cidade ideal.

Em seu diálogo “A República”, a discussão sobre o papel dos guardiões em uma sociedade ideal pode servir de base interpretativa. Embora essa obra forneça uma visão idealizada acerca da sociedade e da própria natureza humana, como metáfora, possui a capacidade de explicar a importância dos guardiões. Em seu diálogo, os guardiões são uma classe especial de sujeitos que desempenham papel elementar na defesa da cidade ideal, *Kallipolis* — Cidade Justa e Bela. Os guardiões são sujeitos selecionados desde o nascimento com base em critérios rígidos voltados à sabedoria, virtude e liderança. Os guardiões possuem uma vida comunitária, na qual compartilham os bens e as propriedades, de modo que inexistem o acúmulo de riquezas. A ideia de proteger um bem valioso, seja material ou imaterial, fora das relações atreladas ao dinheiro é o que torna o guardião especial. Esses guardiões, para Platão, representam a defesa, a harmonia e a estabilidade de *Kallipolis*.

Para entender o sentido de ser guardião é preciso, também, entender a tradição e o papel do guardião nesse emaranhado. A tradição em si, em essência, em concepção, possui a capacidade de despier o véu que o capitalismo vestiu nas relações sociais. Diz respeito a olhar o mundo material e o imaterial para além das relações econômicas de comércio. Significa transcender, como concepção da existência, essa lógica. Quer dizer

que implica, também, em uma visão clara e privilegiada acerca do tempo, de modo que exige, dialeticamente, essa mesma percepção acerca do espaço. A tradição é um meio de identidade pelo qual os sujeitos significam seus territórios e suas relações sociais (GIDDENS, 1997). De acordo com Giddens (1997), é impossível pensar em tradição sem guardiões. Os guardiões possuem papel crucial nas comunidades tradicionais.

Nesse sentido, no modo tradicional de vida, alheio ao modo capitalista, “a autoridade, em seu sentido mais genérico, é o território dos guardiões” (GIDDENS, 1997, p. 104). O termo a ser descrito aqui, com primazia, deve ser, também, a sabedoria, o saber tradicional. O guardião é aquele que detém o saber tradicional, que difere do saber técnico-científico. É aquele que detém as qualidades elementares adquiridas no transcorrer do tempo, é quem possui conhecimentos geracionais. O saber tradicional coexiste no mesmo espaço-tempo que a técnica atual. A globalização como fábula (SANTOS, 2002, p. 19), nos apresentam “um mercado avassalador dito global [...] como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas”. Existe uma busca pela homogeneidade, atreladas a ações de sujeitos alheios ao território na escala Local, que transforma o mundo em fragmentos, desunindo as comunidades, “tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado” (SANTOS, 2002, p. 19). A tradição reflete, no caso dos guardiões, outro tempo da técnica, outra sociedade.

Assim como os guardiões de *Kallipolis* desempenham papel elementar na sociedade ideal descrita por Platão, os guardiões das sementes crioulas também os fazem na sociedade contemporânea. Enquanto os guardiões da República possuem funções atreladas à segurança, a defesa da constituição e do Estado, os guardiões das sementes crioulas defendem as práticas e os saberes tradicionais, conservando seu território, defendendo a soberania alimentar. Na medida em que os guardiões de *Kallipolis* precisam preocupar-se com a conservação da diversidade cultural, social e política, os guardiões das sementes crioulas (r)existem conservando e protegendo a diversidade genética e cultural de suas regiões. As concepções convergem, também, quando pensamos na defesa da soberania e da autonomia dos povos, na defesa do saber tradicional que, muitas vezes, é negado em detrimento do conhecimento acadêmico-científico. *A priori*, o diálogo com Platão e com Giddens (1997) nos direciona ao entendimento de que ser guardião significa, para além de guardar algo, proteger recursos importantes para a manutenção de uma determinada sociedade.

OS GUARDIÕES DE RIO GRANDE/RS: REFLEXÕES E TEMPORALIDADES

O Município do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, encontra-se hoje em terras que, em um momento de sua história, foram habitadas pelos indígenas tapes e umbus. Esses povos tradicionais viviam como caçadores e coletores de modo que constituíam uma relação simbiótica com o meio natural. Embora muito de sua herança cultural tenha se perdido ao longo do tempo, existem registros históricos de sambaquis que ainda resistem à erosão e ao intemperismo nos arredores dos lagos e corpos hídricos do município. Sabe-se que tanto a formação geológica, os ventos, as chuvas, os tipos de

sedimento em deposição, o relevo, entre outros, são fatores elementares no que se refere ao tipo de solo de um lugar (MANTELLI; MOURA, 2015).

No caso da agricultura, é fundamental conhecer esses fatores, já que a fertilidade da terra é um dos atributos condicionantes da produção, que interferem diretamente na sociedade baseada no modo de produção capitalista. Rio Grande fica localizado em uma região subtropical, seu clima é úmido e ameno, “com distribuição regular das chuvas, estações definidas, com alguma ocorrência de formação de geadas no inverno, e verão quente. O regime pluviométrico é na média de 1300 mm/ano, sendo sua distribuição uniforme nos meses do ano” (MANTELLI; MOURA, 2015, p. 136).

Com o passar do tempo, os lugares mudam, ganham outras formas e funções em detrimento da sociedade que habita um determinado território. Essas mudanças ocorrem em razão da ação da sociedade, do tempo que faz e não do tempo que escoia, o tempo da natureza — o tempo geomorfológico (SUERTEGARAY, 2002). Em vista disso, os desafios que a terra impunha outrora aos povos originários, são os mesmos que os guardiões das sementes crioulas enfrentam hoje. A fertilidade do solo em Rio Grande é “baixa nas áreas não-inundáveis, ficando restritas à pecuária as áreas inundáveis e arenosas” (MANTELLI; MOURA, 2015, p. 136). Já nas terras consideradas não-inundáveis, a fertilidade pode ser considerada média. Em razão disso, o solo é mais indicado para produção de cultivares diversificado — como o fazem os guardiões das sementes — ou seja, são pouco recomendáveis para a prática de monoculturas. De maneira geral, ocorre a predominância de solos completamente arenosos, que, embora cobertos por vegetação pioneira, são pobres em nutrientes, geralmente mal drenados e com déficit hídrico em algumas ocasiões” (MANTELLI; MOURA, 2015, p. 136).

No espaço geográfico, as ações acontecem conforme os seus próprios tempos, de modo que, em sua totalidade, se dão de forma conjunta. Nesse sentido, a vida cotidiana “nas suas diferenças e hierarquias, dá-se segundo tempos diversos que se casam e anastomosam, entrelaçados no chamado viver comum. Esse viver comum se realiza no espaço, seja qual for a escala — do lugarejo, da grande cidade, da região, do país inteiro, do mundo” (SANTOS, 2002, p. 159). É no território de Rio Grande, no eixo das coexistências, que os guardiões das sementes crioulas existem, cultivando a biodiversidade, evidenciando a dialética da relação Global e Local, da lógica do “o dinheiro, que tudo busca desmanchar, e o território, que mostra que há coisas que não se podem desmanchar” (SANTOS, 1999, p. 7).

De acordo com Milton Santos (1999, p. 7), “o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas fraquezas, isto é, onde a história plenamente se realiza a partir das manifestações da existência”. É preciso, portanto, compreender o território como o *território usado* por um povo. “O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 1999, p. 8).

Essa categoria analítica do espaço geográfico nos permite distinguir suas fragmentações geradas pelo próprio uso da natureza, que no caso dos guardiões, difere muito do uso

atribuído pela lógica do agronegócio. Possibilita, portanto, olhar para os guardiões das sementes crioulas e compreender suas relações com a terra, com seu território abrigo, com seu local de vivência e pertencimento. É nele que trabalham, cultivam, plantam, selecionam as sementes, compartilham, distribuem e redistribuem o produto do seu trabalho que carrega gerações de conhecimentos alheios à técnica hegemônica. É nele, também, que enfrentam as normas impostas de forma vertical, enquanto constroem suas relações horizontais no território. É no território que se sentem as normas impostas pelo Estado e pelo Mercado. Os guardiões das sementes crioulas são, também, produtores e produtoras familiares, assentados da reforma agrária e quilombolas. São sujeitos que se encontram inseridos em contextos políticos e sociais diversos. Seus cotidianos materializam a luta pela ampliação dos recursos genéticos, ou seja, pela biodiversidade alimentar (PINHEIRO, 2022).

No Município de Rio Grande, existem cerca de 23 sujeitos que fazem parte da Associação dos Guardiões das Sementes. No entanto, nem todos são *militantes*. A definição, de acordo com os próprios guardiões, diz respeito aqueles que além de guardar as sementes, também participam ativamente de feiras e projetos. O lugar de viver dos guardiões é uma zona rural com economia pautada na agricultura e na pecuária e em pequenos comércios. Rio Grande pode ser entendido como uma cidade dispersa, e, na medida em que nos deslocamos pelas estradas, o tempo da cidade, esse tempo rápido, começa a diminuir gradativamente. Os guardiões não vivem o tempo acelerado das grandes cidades, vivem o tempo lento, o tempo do lugar.

Vivenciar essa troca gradativa de tempo — essa “dilatação temporal da consciência” é que permite adentrar nesse universo, para além da literatura. Ao serem questionados sobre a dinâmica de um guardião de semente, é surpreendente as falas proferidas pelos mesmos. Se remetem à uma prática antiga, lembrando que o contato com as sementes remonta à infância. Um guardião contou que, desde criança, sua paixão era guardar sementes. Lembrou de quando ainda era criança e vivia com seus pais e gostava de comer frutas. Disse que sempre guardava as sementes nos seus bolsos. O mais interessante é que essa prática de guardar as sementes não era somente dele. Disse que aprendeu isso com o pai dele, que aprendeu com seu pai, também. Ficava clara sua relação com a natureza, com seu território. Pinheiro (2022, p. 67), em seus estudos sobre os guardiões das sementes, também percebeu essa relação com o ambiente, que existe

uma preocupação, por parte das famílias guardiãs de sementes relacionada às suas ações com o ambiente em que estão inseridos, embora muitas vezes não está explícita, mas percebe-se no íntimo de cada conversa que esses são detentores de uma consciência de que é necessário proteger, cuidar, conservar, preservar por intermédio de práticas mais respeitosas e menos agressivas a seus agroecossistemas.

A lógica dos guardiões difere muito da lógica que a sociedade vivencia a cidade. Dificilmente, no mundo marcado pelo modo de produção capitalista, o coletivo supera a

individualidade. Embora nos grandes condomínios existam um número significativo de sujeitos habitando-os, no final do dia, cada um adentra seu apartamento, seu particular e juntos vivenciam suas solidões. O meio técnico-científico-informacional, afastou as pessoas do convívio social em detrimento do convívio virtual. A lógica vivida pela sociedade todo dia é a do capitalismo, na qual comprar possui diversos significados. A dos guardiões das sementes crioulas é dar para reproduzir e manter vivo o patrimônio.

Essa concepção de mundo, de relacionar-se com os sujeitos escapa da ideia construída pelo mercado, da própria ideia de mercantilização da natureza. Talvez, por essa razão, Virginia Nazarea tenha definido de forma certa as sementes crioulas como “seeds that have been passed down by families and neighbors for more than 50 years and have never been bought or sold” (NAZAREA, 2005, apud WINSKIE; MURRAY, 2013, p. 4) — em uma tradução livre, sementes transmitidas por famílias e vizinhos há mais de 50 anos e que nunca foram compradas ou vendidas.

A mesma lógica se aplica, também, às percepções de McAnally (2013), sobre as sementes crioulas presentes no estado de Tennessee, nos Estados Unidos da América e ao trabalho de Winskie e Murray (2013) sobre as sementes crioulas presentes nos limites do Condado de Lumpkin, na Geórgia. Existe uma resistência por parte dos guardiões em comercializar aquilo que, para eles, é um meio de subsistência, não um produto. Suas produções crioulas possuem o objetivo de alimentar suas famílias, é assim que protegem a sua biodiversidade alimentar. As sementes crioulas não representam acúmulo de renda para os guardiões das sementes, visto que, para além dessa atividade, os guardiões, aposentados que continuam dedicando seu tempo de vida à terra. Esta situação levanta um questionamento: qual será o futuro dessas sementes que estão sob a guarda destes agricultores?

CONSIDERAÇÕES FINAIS: É PRECISO DESCOLONIZAR O PENSAMENTO ÚNICO?

Em seu livro intitulado de “por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal”, Milton Santos (2002), escreveu que a globalização como está ocorrendo não é irreversível. Enfatizou, também, que a movimentação em prol de mudanças nas estruturas estabelecidas após 1945 não sairá dos países hegemônicos, atribuindo esse papel aos países emergentes, como o Brasil, por exemplo. O autor fala na construção de intelectuais que discutam isso. O modo como os guardiões das sementes se relacionam com a terra, difere muito do modo como o agronegócio constrói sua relação com ela. Distingue-se, portanto, da lógica ocidental de degradação e exploração dos recursos naturais.

É perceptível que o evento da Revolução Verde, através da lógica hegemônica, contribuiu diretamente para a perda da biodiversidade alimentar, através do avanço da técnica e de suas intencionalidades. Os produtos comercializados cotidianamente nos apresentam essa realidade. Os agentes hegemônicos, por meio da técnica, criaram sementes inférteis e transformaram o meio de produção e produto dos trabalhadores do campo em mercadoria, criando dependência do pacote tecnológico. No entanto, embora

o Global se imponha no Local, existem sujeitos em seus territórios que resistem à lógica da degradação da natureza.

Através do estudo teórico e bibliográfico, percebe-se que, ao longo do tempo, a forma de relacionar-se com a natureza se alterou a partir do momento em que passou a ser mediada pelas relações de acumulação e de mercantilização da natureza. Na história da América Latina, existem raízes históricas profundas ligadas à exploração de seus territórios.

No espaço Global, atribuiu-se ao território brasileiro o papel agroexportador e, embora o agronegócio tenha se mostrado como o carro chefe de governos progressistas também, com o avanço da extrema-direita, na história recente, o espaço agrário serviu aos interesses internacionais intensamente, adotando a concepção de *Terra Nullius*. Governos esses marcados, também, pela lógica de espoliação da terra e da degradação ambiental, que flexibilizou as normas ambientais, liberando agrotóxicos, não demarcando terras indígenas, permitindo e defendendo o avanço ilegal do garimpo nos territórios tradicionais.

No entanto, embora o cenário dos últimos anos tenha sido trágico no Brasil, ainda existe esperança. A globalização perversa, conforme Milton Santos (2002) nos apresenta, começou a ser questionada nos eventos internacionais, colocando suas estruturas sociais, que existem nos acordos estabelecidos após 1945, em pauta. Embora a lógica ocidental de degradação seja imposta verticalmente pelos agentes hegemônicos afetando o Local, existem sujeitos que resistem em seus territórios.

A relação dos guardiões das sementes crioulas com a terra difere do modo como o agro a enxerga. Existe um sentimento de pertencimento e de respeito por parte dos guardiões, respeito esse que os povos originários cultivavam, a concepção de *Terra Mater*. Existe, também, uma resistência por parte dos guardiões em comercializar aquilo que, para eles, é um meio de subsistência, não um produto. Suas produções crioulas possuem o objetivo de alimentar suas famílias, é assim que protegem a sua biodiversidade alimentar. As sementes crioulas não representam acúmulo de renda para os guardiões. Sua relação com a natureza e seu território se constitui de forma harmônica, prezando por práticas sustentáveis. Concordando com Milton Santos (2002, p. 164), “jamais houve na história sistemas tão propícios a facilitar a vida e a proporcionar a felicidade dos homens”. Para tal, seria necessário construir uma nova lógica, assim como os guardiões fizeram.

REFERÊNCIAS

ABDAL, Alexandre, et al. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**: Bloco Qualitativo. Sesc São Paulo, 2016.

ASCEMA – Associação Nacional dos Servidores de Meio Ambiente. **Cronologia de um desastre anunciado**: Ações do Governo Bolsonaro para desmontar as políticas de Meio Ambiente no Brasil. SCEN/SAIN trecho 2 – Ed. Brasília, 2020.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

- DE OLHONOS RURALISTAS. **Os Financiadores da Boiada**: como as multinacionais do agronegócio sustentam a bancada ruralista e patrocinam o desmonte socioambiental. São Paulo: Observatório do Agronegócio no Brasil, 2022. Disponível em: <Os-Financiadores-da-Destruicao-2022-ptbr.pdf (deolhonosruralistas.com.br)>. Acesso em 21/07/2023.
- GALEANO, Eduardo. 2010. **As veias abertas da América latina**. São Paulo: L&PM.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **INTERThesis**, v. 1, n. 1, 2004.
- HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. Edições Loyola, 2005.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, p.249, 2008.
- MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques. Processos de espoliações no Brasil atual: ofensivas do agronegócio sobre os direitos ambientais e territoriais. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 1, p. 74-95, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.63317>>. Acesso em: 20/07/2023.
- MCANALLY, Fiona Evelyn. **Heirloom Seeds of Tennessee**: Seeds and Their Stories. 2013. 80 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Sustentável) - University of Tennessee, Knoxville, 2013.
- NANNINI, W.T. Agronegócio e a extrema-direita bolsonarista: Simbiose que engendra e amplia a barbárie socioambiental no Brasil. **AMBIENTES**. Volume 5, Número 1, 2023, pp. 55-100.
- MANTELLI, Jussara; MOURA, José Francisco. A produção agroecológica do município do Rio Grande/RS. Bol. Geográfico. Maringá, v. 33, n. 3, p. 134-152, set.-dez., 2015.
- PINHEIRO, Regis de Araujo. **Tecendo olhares aos processos coevolutivos estabelecidos pelas famílias agricultoras guardiãs de sementes e o sistema solo**. 2022. 316 f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.
- PLATÃO. **A República**. Organização e tradução J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. Tradução de J.A. Barbosa. Edição: Garnier-Flammarion, Paris, 1971.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o Território. **GEOgraphia** - Ano. 1 - N. 1 - 1999.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SILVEIRA, Daniel. **Fome no Brasil**: número de brasileiros sem ter o que comer quase dobra em 2 anos de pandemia. G1, 2022. Disponível em:<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/06/08/fome-no-brasil-numero-de-brasileiros-sem-ter-o-que-comer-quase-dobra-em-2-anos-de-pandemia.ghtml>>. Acesso em 27/07/2023.
- SHIVA, Vandana. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Tradução

de Laura Cardellini Barbosa de Oliveira; prefácio de Hugh Lucy e Marcos Barbosa de Oliveira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Tempos Longos... Tempos Curtos... Na análise da Natureza. **Geografares**, Vitória, p. 159-163, 2002.

WERNECK, Felipe; ANGELO, Claudio; ARAÚJO, Suely. **A conta chegou**: o terceiro ano de destruição ambiental sob Jair Bolsonaro. São Paulo: Observatório do Clima, 2022. Disponível em: <<https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2022/02/A-conta-chegou-HD.pdf>> . Acesso em 21/07/2023.


WINSKIE, Jonathan; MURRAY, Jessica. Heirloom Seed & Story Keepers: Growing Community & Sustainability through Arts-Based Research. **Papers & Publications: Interdisciplinary Journal of Undergraduate Research**, Vol. 2, Art. 10, 2013.

BRASIL HOJE E AMANHÃ NA DIVISÃO PLANIFICADA DO TRABALHO

**BRAZIL TODAY AND TOMORROW
IN PLANNED DIVISION OF LABOUR**

**BRASIL HOY Y MAÑANA EN
LA DIVISIÓN PLANIFICADA DEL TRABAJO**

João Victor Moré Ramos¹

 0000-0002-6622-1477

jaumbgood@gmail.com

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professor no Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Jaraguá do Sul – Centro. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6622-1477>. E-mail: jaumbgood@gmail.com.

Artigo recebido em setembro de 2023 e aceito para publicação em dezembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: Neste artigo procura estabelecer um exercício sistemático dos caminhos e tendências dignas de antecipação às inúmeras crises cíclicas ulteriores do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, e suas possíveis implicações nas distintas e desiguais formações sociais que recobrem o mundo. Longe da justaposição entre as contradições fundamentalmente nacionais e os problemas que remetem ao desenvolvimento das forças produtivas, é no progresso técnico expressado pelas relações desiguais de centro-periferia que se encontram as respostas aos desafios e as contradições lançados à longa marcha dos povos (subalternos) em superar a “via da supremacia” pela capacidade de tomar em suas mãos o seu próprio destino. Por certo, se trata naturalmente da transição do capitalismo (imperialismo) ao seu estágio superior (socialismo) da humanidade ainda em vias de gestação nesse século XXI.

Palavras-chave: Imperialismo. Divisão Planificada do Trabalho. Industrialização.

ABSTRACT: This article seeks to establish a systematic exercise of the paths and trends worthy of anticipating the countless subsequent cyclical crises in the development of brazilian capitalism, and their possible implications in the different and unequal social formations that cover the world. Far from the juxtaposition between the fundamentally national contradictions and the problems that refer to the development of the productive forces, it is in the technical progress expressed by the unequal relations between center and periphery that the answers to the challenges and contradictions launched in the long march of the (subaltern) peoples are found in overcoming the “way of supremacy” through the ability to take your own destiny into your own hands. Of course, it is naturally about the transition from capitalism (imperialism) to its higher stage (socialism) of humanity still in the process of gestation in this 21st century.

Keywords: Imperialism. Planned Division of Labour. Industrialization.

RESUMEN: Este artículo busca establecer un ejercicio sistemático de los caminos y tendencias dignos de anticipar las innumerables crisis cíclicas posteriores en el desarrollo del capitalismo brasileño, y sus posibles implicaciones en las diferentes y desiguales formaciones sociales que recorren el mundo. Lejos de la yuxtaposición entre las contradicciones fundamentalmente nacionales y los problemas que se refieren al desarrollo de las fuerzas productivas, es en el progreso técnico expresado por las relaciones desiguales entre centro y periferia donde se encuentran las respuestas a los desafíos y contradicciones lanzados en la larga marcha de los pueblos (subalternos) se encuentran en la superación del “camino de la supremacía” a través de la capacidad de tomar en sus propias manos su propio destino. Por supuesto, se trata naturalmente de la transición del capitalismo (imperialismo) a su etapa superior (socialismo) de la humanidad aún en proceso de gestación en este siglo XXI.

Palabras clave: Imperialismo. División planificada del trabajo. Industrialización.

INTRODUÇÃO

Situar o desafio do desenvolvimento econômico e social brasileiro, - considerando que até os anos 1980 este país havia se transformado em uma pequena potência industrial mundial e, logo adiante, passou por um brutal processo de desindustrialização nesse início do século XXI - não seria possível através de uma mera tarefa econométrica, ou uma simples sociologia generalizante (MAMIGONIAN, 2018) como quer Soares² (2014a, p.135), que afirma categoricamente que a derrota política e ideológica da esquerda brasileira em 2016 se deu por conta de um simples erro conceitual de linguagem enquanto “expressão prática da consciência”.

Se tomarmos a *intelligentsia* brasileira como ponto de partida, é mister voltar-se atenção aos reais problemas nacionais exercidos pela grande política nas continuidades e descontinuidades do processo histórico, ressaltando, sobretudo suas dívidas com o passado, pois se almeja aqui, na perspectiva de um moto-contínuo, decifrar a realidade concreta em suas múltiplas esferas e especificidades, contribuindo assim, com sua efetiva transformação. Muitas vezes, o elogio às derrotas do passado, e seus respectivos obstáculos como “única rota para as possíveis vitórias” (SANTOS, 1997, p.17), incorre no equívoco de assumir apostasias como processos cristalizados e não transitórios da própria História (MAMIGONIAN, 2014).

Ao longo do século XX, o pensamento independente de Ignacio Rangel nos legou que “a verdade é uma arma prodigiosa”, ao passo que a “luta deve começar, portanto, pela liquidação desses equívocos”, isto é, a necessidade de substituir a contrarrevolução pelo planejamento econômico (RANGEL, 1986b, p.16). Dito de outro modo, se o gigantesco esforço da industrialização brasileira fora erigido sob a máxima do “acertar por equívocos” (RANGEL, 1986c), na qual soubemos superar todas as nossas crises de decisão ao longo desse virtuoso processo, - basta lembrar a introdução do instituto de correção monetária que preparou o “milagre de Delfim” – não há mais dúvidas que as chances de resolver os atuais erros e os problemas de nossa realidade nacional a *currente calamo* estão na ordem do dia. Afinal, a concessão dos serviços de utilidade pública à iniciativa privada é condição *sine qua non* no combate a inépcia do pensamento nacional, pois “quem não sabe que o Brasil é useiro e vezeiro em acertar por equívocos, não sabe da missa a metade” (RANGEL, 1987b, p.64).

Ora, em “Dialética do Subdesenvolvimento”, Ignácio Rangel (1968, p.6), atento às ciências de vanguarda, sobretudo, ocidentais, chamou atenção para os problemas intrínsecos a intelectualidade latino-americana restrita a modelos e “certas super-simplificações” acadêmicas em busca de “sugerir princípios programáticos” como alternativas ao subdesenvolvimento, bem como ao próprio marxismo³. No caso brasileiro, por exemplo, há “muita gente que gostaria de se passar por marxista – numa época em que se tornou moda ser revolucionário” e “vive de fato em plena neblina alquimista, no que concerne à apreciação dos fenômenos sociais, isto é, da história”. Ao fim e ao cabo, esta intelectualidade não se dá “o trabalho de indagar se as opções que propõem estão ou não incluídas no leque das possibilidades objetivas” e “imaginam-se chamados a rearrumar demiürgicamente todo o mundo” (RANGEL, 1968, p.6-8).

Diante desse quadro acima esboçado, pretende-se nesse artigo discutir todo o problema da luta anti-imperialista colocada nesse início do século XXI que se expressa, a rigor, homogênea e generalizada a reboque do pensamento único neoliberal, e desconsidera a própria dialética da dualidade inerente as relações centro-periferia que, por assim dizer, adquire um conteúdo objetivamente reacionário - que preserva ou restaura “velhas estruturas pré-capitalistas... hostis ao desenvolvimento das forças produtivas” (RANGEL, 1968, p.4). Outrossim, levando em conta a apostasia como um aspecto de “brevidade” nas crises inerentes as mudanças de fases dos ciclos de Kondratiev (RANGEL, 1990a, 1991a), procura-se também aqui, situar os reais desafios da conjuntura econômica brasileira na divisão planificada do trabalho, que tem em suas origens o nacional-desenvolvimentismo como antítese dos modelos teóricos “europeizantes” forjados pela angústia da influência como bem assinalou Bloom (1991).

Com efeito, seria cabível perguntar qual o papel do Brasil diante dos desafios atuais na transição imperialismo-socialismo no século XXI exposto pela rivalidade entre os EUA e a China? Teria o Brasil condições de retomar o caminho do vitorioso Projeto Nacional de Desenvolvimento ainda nessa primeira metade do século XXI, queimando etapas do desenvolvimento econômico em resposta a aquilo que Rangel definiu como a tarefa da “revolução brasileira” na consolidação de sua 4ª Dualidade? (RANGEL, 1984, p.87). Ademais, dado o aspecto geográfico de continentalidade do território nacional, o Brasil será capaz de liderar a conformação de um mega-estado sul-americano a partir de um novo quadro regional estabelecido por uma política de “substituição supranacional de importações” (RANGEL, 1982a, p.36) nessa fase depressiva do 4º ciclo longo de acumulação que se estende nesse primeiro quartel do século XXI?

PROJETO NACIONAL BRASILEIRO: UM DEBATE EM CURSO

Qualquer tentativa de responder as questões acima colocadas pelo exercício de futurologia, seja em matéria das ciências sociais ou naturais, corre o risco de se limitar as anedotas da personagem Leokadja Begbick na comédia “Um homem é um homem” de Bertolt Brecht onde se diz que “de todas as coisas certas, a mais certa é a dúvida” (BRECHT, 1991, p.193). Para isso, como uma das medidas necessárias para superar a era de incertezas instalada na América Latina e no Brasil nesse primeiro quartel do século XXI, adotaremos como ponto de partida o critério científico e metodológico que Visconde de Mauá atribuiu como “força das circunstâncias”, substituindo o bom senso nacional “pela investigação sistemática de nossas peculiaridades” (RANGEL, 1957b, p.20).

De fato, a adoção desse critério científico, a dualidade brasileira por excelência, dado a complexidade em que se movem as leis da ciência no tempo e no espaço pela inquietação criadora, permite nos situar ao lado dos fatos e da conjuntura, ao mesmo tempo em que exercemos uma espécie de força gravitacional ao lado da ciência de nosso tempo, a saber: o materialismo histórico encampado atualmente pelo Príncipe Moderno Chinês.

É característica comum no processo histórico recorrer-se constantemente ao exercício de futurologia como caminho viável de antecipar, ou até mesmo modelar o futuro. Inúmeros são os exemplos de previsões que ao longo do tempo lograram atingir

certo grau de proximidade aos enunciados apresentados, mesmo que em épocas ulteriores. Antes da evolução das ciências, a astrologia viveu momentos de prestígio na direção das sociedades primitivas que levantavam suas hipóteses em busca de decifrar o mundo, bem como suas realidades particulares. Mas, só foi com a ascensão da burguesia inglesa em meados do século XVII que a futurologia encontrou seu desfecho mais acabado universalizando-se em todas as ciências – uma vez que estas se dedicavam a “definir as leis que governam certa ordem de processos” (RANGEL, 1982a, p.108).

É diante desse compromisso social que Andrade (1992, p.148) dirá que o exercício de futurologia é um “saber muito incerto e dependente do próprio processo evolutivo, que se faz de forma não linear, cheio de avanços e recuos de difícil previsibilidade” (ANDRADE, 1992, p.148). Em contraponto a essa afirmação, Delfim Netto sustenta que, a futurologia não passa de uma mera proposição “metafísica de longo prazo” (DELFIN NETTO, 1970, p.3), pois o “futuro não está contido no passado” (DELFIN NETTO, 2016).

Se estamos de acordo com Andrade (1992b), é possível dizer que se partimos de premissas que corroboram a existência concreta de uma “lei geral do processo histórico” combinadas a uma segunda lei do desenvolvimento de ritmos desiguais deste mesmo processo (TROTSKY, 2007, p.21), não resta dúvidas da possibilidade de estabelecer análises econômico-sociais buscando compreender “o futuro como história”, que, segundo Antônio Barros de Castro diz nada ter “de metafísico” (CASTRO, 1988, p.12-13).

No entanto, é preciso considerar as advertências de Rangel, sob o exercício de futurologia como não necessariamente científica, apoiada, sobretudo em profecias e ficções, que nem sempre condicionaram o desenvolvimento “num sentido progressista” (RANGEL, 1982a, p.109). Segundo Rangel, a técnica é a peça central da engrenagem no progresso científico, e por assim dizer, no desenvolvimento desigual e combinado das forças produtivas sociais em diferentes escalas no tempo e no espaço. Supor que um país terá um mesmo ritmo determinado de desenvolvimento no futuro, pelos seus feitos do passado, é não levar em conta o “acelerado prosseguimento da histórica corrida de revezamento” entre economias, até então inertes, que passaram a absorver com rapidez a tecnologia de vanguarda do centro dinâmico mundial (RANGEL, 1982a, p.113).

Por outro lado, não há dúvidas que no exercício de futurologia, longe de uma ligeira utopia, a construção de uma sociedade universal, “uma comunidade única”, com o desaparecimento gradual das “sociedades nacionais presentes” se faz necessário. Já lembrava Kant em seu Projeto Filosófico pela “Paz Perpétua” que “uma Federação de Estados, cujo propósito é simplesmente evitar a guerra, constitui o único estado jurídico compatível com a sua liberdade” (KANT, 2008, p.50). Mas, seria um equívoco “tomar os desejos por realidade, a ponto de esquecer que em nossos dias temos ainda o colonialismo antigo e novo e o racismo” obstruindo o planejamento e a programação do desenvolvimento nacional de países periféricos (RANGEL, [1960-80] 2005, p.450).

A título de demonstrar parte destes equívocos futuroológicos, basta lembrar a reunião do Fórum Social Mundial sediado na cidade de Porto Alegre (RS) em 2005, quando Hugo Chávez e Luís Inácio Lula da Silva foram colocados equivocadamente pela juventude,

movimentos sociais e partido de esquerda em campos diametralmente opostos da grande política, quando estes dirigentes na verdade, e cada qual a suas peculiaridades, tinha como critério fundamental o enfrentamento dos problemas latino-americanos “a partir do encontro prático com a realidade” (SANTOS, 2010, p.269).

Desse episódio de tamanha magnitude, não de menor importância foram as palavras de José Saramago em uma das mesas do encontro (Quixote Hoje: Utopia e Política) que caiu como um balde de água fria aos adeptos da “globalização” justa e solidária. Conforme disse o escritor português, “considero a utopia, não só o conceito de utopia, inútil”, basta lembrarmos que “o que transformou o mundo não foi a utopia, foi a necessidade” (SARAMAGO, 2005; 2015).

Ora, voltando-se na esteira dos fatos históricos concretos da Comuna de Paris, quando haviam se esgotado “todos os germes nascidos em 1789” (GRAMSCI, 1968, p.47), Marx nos diz que os trabalhadores em “plena consciência de sua missão histórica”, não tinham “nenhuma utopia” pronta para ser introduzida por um “decreto do povo”, e que para “atingir sua própria emancipação, e com ela essa forma superior de vida” teriam que passar “por longas lutas, por uma série de processos históricos” (MARX, 2011, p.60). A esse respeito, Lukács é elucidativo:

A coisa pode ser esclarecedora com um simples exemplo: enquanto alguém quebra a cabeça em torno de uma grande descoberta científica, aparece-lhe uma dor de dente insuportável. Na imensa maioria dos casos, é certo que não estará em condições de prosseguir seus raciocínios enquanto não seja vencido o mal imediato. A negação do capitalismo, a nova organização socialista da economia, significa, para toda humanidade, a cura de todas as dores de dente. Desaparece da consciência dos homens tudo que lhes impedia até agora de viver seus problemas verdadeiramente fundamentais: sua consciência se abre para o essencial. Mas este exemplo mostra também o limite da transformação. Por certo, é necessário que a dor de dente tenha desaparecido para poder retomar a atividade intelectual; mas tão certo como isso é que essa atividade não se reinicia automaticamente por si mesmo ao cessar a dor: é necessário um novo esforço, uma nova vocação, um novo ímpeto. Então a humanidade que trabalha não chegou ainda a meta pelo fato de que desaparecem todos os seus sofrimentos econômicos: só criou as possibilidades como para poder pôr-se a caminho com novas forças para a autêntica meta. A cultura é a forma da ideia de ser-humano do homem. E então, criada pelo homem, não pelas circunstâncias. Toda reestruturação da sociedade configura somente a moldura, a possibilidade da livre autorrealização, da espontânea força criadora dos homens (LUKACS, 1978).

A partir dessas considerações é possível estabelecer alguns elementos centrais acerca das discussões sobre o Projeto Nacional brasileiro na divisão planificada do trabalho e a luta ant imperialista no século XXI. Tomando parte das duas classes sociais brasileiras mais avançadas e diametralmente opostas em matéria de compromissos e interesses, isto

é, a grande burguesia progressista e o proletariado (SOARES, 2014b), é possível dizer que há, sem sombra de dúvidas, consenso teórico entre ambas as partes no que tange a sistematização de um projeto nacional no longo prazo, mas, que, ao nosso entendimento, não resistem “à tentativa de lançar fora o menino, junto com a água do banho, isto é, de abandonar as categorias do materialismo histórico” (RANGEL, 2005b, p.633) – ou, dito em outras palavras, a presença do “socialismo” (RANGEL, 2005a, p.705).

Em seu artigo “Um projeto de Nação, por favor”, Delfim Netto ao mobilizar a sociedade brasileira para “um consenso social mínimo em torno de um Projeto Nacional capaz de unir [...] vontades por meio do processo democrático” assentados na “filosofia da Constituição de 1988”, retoma a ideia da exigência de um Estado Forte, “constitucionalmente regulado e com poder para ajustar os mercados, particularmente, o financeiro”, através do planejamento estratégico – 25 anos - de investimentos necessários em infraestrutura nos setores estrangulados da economia – via setor privado. Ademais, partindo das contribuições de seus pares como Celso Furtado e Roberto Campos no nível teórico, bem como do embate entre E. Gudín e Roberto Simonsen no plano prático sobre os rumos do Brasil, Delfim sustenta que nem o “laissez-faire, que produz um caminho aleatório, nem o socialismo real, que restringe a liberdade à medida que aumenta sua ineficiência, tem condições de atendê-lo” (DELFIN NETTO, 2017).

Na mesma direção, Bresser-Pereira convida uma gama de intelectuais (Belluzzo, André Singer, Celso Amorim, Emir Sader, Ciro Gomes, etc.) em torno do Manifesto “Projeto Brasil Nação”, colocando no debate cinco pontos econômicos estratégicos como metas intermediárias para o desenvolvimento brasileiro: “1) Regra fiscal que não seja mera tentativa de reduzir o tamanho do Estado à força, como é a atual regra; 2) Taxa de juros mais baixa, semelhante àquela de países de igual nível de desenvolvimento; 3) Superávit em conta corrente necessário para que a taxa de câmbio assegure competitividade para as empresas industriais eficientes; 4) Retomada do investimento público; e 5) Reforma tributária que torne os impostos progressivos” (BRESSER-PEREIRA, 2017).

Já Carlos Lessa, ao retomar a insistência do Projeto Nacional revela que em um regime democrático não há política econômica capaz de reativar o crescimento econômico sem levar em consideração os direitos essenciais como emprego, trabalho e planejamento da atividade pública que possa garantir uma “grande pauta de referência para juventude” (LESSA, 2011; 2015) - a não ser que o Projeto Nacional esteja subordinado à sugestão “da chamada minimização do gasto público” pelo Consenso de Washington que coloca a nação como “figura derivada do jogo das empresas” (LESSA, 2017).

Segundo o ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), abandonar a questão nacional por uma espécie de “execração do nacionalismo” é o mesmo que virar de costas à qualidade de vida do seu povo, bem como dos povos sul-americanos (LESSA, 2016a), sendo que é mais do que possível reconstruir “salvaguardas tributárias” bem como manejar “estoques regulatórios públicos” para acelerar a justiça social (LESSA, 2009, p.97). Ainda aqui, insiste que é preciso distinguir radicalmente a visão que se tem do BNDES como um banco de investimentos – modelo

que, aliás, foi posto em prática pelos neoliberais que acabaram com os fundos setoriais – pois, é bem sabido que política industrial só administra “as indústrias existentes”, e nesse caso, um banco de desenvolvimento está muito além dessas funções restritas, já que atua como “um grande guerrilheiro das forças dinâmicas de uma sociedade” que “tem de lançar um olhar para o futuro desejado e procurar fazê-lo nas condições do presente” (LESSA, 2016b, p.258-59).

Tanto é assim que Darc Costa, ao aprofundar a temática do Projeto Nacional, convida a “diplomacia brasileira [...] posicionar o país na região como um terceiro interessado na disputa que” está em andamento “entre a China e os EUA, pelo domínio do comércio internacional” (COSTA, 20017a). Aliás, o Brasil precisa retomar o debate sobre o Planejamento Nacional ancorado no triângulo indissociável “que liga o que fazer ao como fazer e com que meios fazer”, posto que a “política nacional ou projeto nacional” responde somente “ao que fazer” (COSTA, 2010a, p.2-4).

Costa (2010b, p.68) sustenta ainda que é preciso ampliar a integração nacional iniciada pela Era Vargas para além da Federação, sendo o Brasil peça central nessa nova “racionalidade geográfica por trás da oferta de infraestrutura” contribuindo assim na conformação da América do Sul em megaestados regionais. Para tanto, contrapondo a métrica do tripé macroeconômico de curto prazo como componente de projetos de governo, sugere, como ponto de partida, um projeto de Estado⁴ – no longo prazo - que reafirme a ideia de “economia do desenvolvimento, com uma combinação de políticas monetária e fiscal que nos coloque no rumo do pleno emprego” (COSTA, 2017b). É que não basta intervenções aleatórias sem uma “visão de estruturação sistêmica”, isto é, sem um planejamento maior que os planejamentos setoriais – como foi o caso do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) onde o setor logístico estava descolado do setor energético (COSTA, 2016, p.283).

Recentemente, o debate em torno do Projeto Nacional como categoria imprescindível da realidade foi reestabelecido por Ciro Gomes (2020), com a publicação de seu livro “Projeto Nacional: o dever da Esperança”, em uma tentativa de síntese sobre a atual quadra histórica do desenvolvimento brasileiro, bem como dos desafios abertos pela conjuntura mundial, sugerindo uma nova agenda de reformas em todos os institutos da vida social nacional, chamando atenção para a falta de um projeto nacional de desenvolvimento que possa construir um consenso nacional ancorado em uma nova base de política industrial, científica e tecnológica.

Para a realização de tais tarefas, começa Gomes (2020, p.84) por conceituar as noções de Projeto, de Nacional e de Desenvolvimento, como forma de enquadrar sua visão contrária aos ditames hegemônicos do pensamento único elaborado pela “globalização neoliberal”. Segundo o autor, a definição de “Projeto” deve ser entendida como “um conjunto de metas para as quais se estabelecem prazos, métodos de execução, supervisão, avaliação, e controle, bem como orçamentação e definição de fontes de recursos”. Disso resulta que a noção de Projeto “pressupõe recuperar a capacidade de planejamento de curto, médio e longo prazo”.

Já a noção de “Nacional” refere-se a não homogeneidade do desenvolvimento capitalista, pois “as condições de empreender, produzir e trabalhar seguem dramaticamente dramas nacionais e não globais”, ao passo que a ideia de “Desenvolvimento” refere-se ao “aumento da riqueza produzida por um país”, bem como “as capacidades e habilidades de seu povo, suas condições de vida e felicidade”, - pois não basta somente o “crescimento econômico” para superar o subdesenvolvimento e seus mecanismos da dependência (GOMES, 2020, p.84).

Logo adiante, Gomes (2020) traça um balanço da história econômica brasileira no século XX, procurando identificar as raízes da crise econômica dos anos 1980 até nossos dias, os efeitos da transição do capitalismo ao imperialismo no século XXI, - sobretudo em termos do contexto geopolítico e das mudanças nas relações internacionais entre os países do centro e da periferia do sistema - procurando sinalizar o papel do Brasil na integração com outras economias, e os possíveis caminhos de sua inserção na “nova” divisão internacional do trabalho.

Na sequência, Gomes (2020, p.93) convoca toda a sociedade (os trabalhadores, o mundo da produção, e a universidade) ao debate público em torno do Projeto Nacional de Desenvolvimento com uma agenda de reformas estruturais capazes, tanto nas questões de curto prazo - como superar o desequilíbrio externo, consolidar o passivo privado e recuperar o consumo das famílias - quanto no projeto de futuro para o país, onde sugere cinco grandes temas necessários “para o êxito civilizatório” de médio e longo prazo, isto é, recuperação do Estado, reforma Tributária, reindustrialização, revolução educacional, agregação de valor ao produto rural.

Por fim, em termos de diretrizes de ordem política, Gomes (2020) convida aos leitores e partidários do nacional-desenvolvimentismo retomar a construção de um novo pacto político em torno de “uma nova esquerda” capaz de unificar-se sob o acicate do horizonte nacional, destruído anteriormente pela agenda neoliberal imperialista dos anos 1980 e pela crise das experiências do socialismo real de cunho autoritário.

Ulteriormente, como forma de estimular o debate a partir das ideias esboçadas por Gomes (2020), Samuel Pessoa, pesquisador do Ibre da Fundação Getúlio Vargas, elaborou uma série de críticas pontuais a agenda de reformas propostas pelo ex-ministro da Integração, Ciro Gomes, além de tecer agudos comentários discordantes com a leitura da história econômica do Brasil nos últimos 120 anos, sobretudo no que concerne a temática do imperialismo abordado em tela.

Afeito por uma narrativa liberal, Pessoa (2020), ao longo de exatamente 66 páginas escritas em forma de comentário, tenta convencer o leitor através da lógica formal ancorada em dados estatísticos e comparações muito próximas de um empirismo abstrato, os equívocos da narrativa de Gomes (2020, p.173), a começar pelo estranhamento de sua afirmação mais acertada no livro, isto é, aquela que não dá os devidos créditos a originalidade do pensamento de Ignacio Rangel que, pioneiramente, havia decifrado que após a Revolução Nacionalista de 1930, “o Brasil foi o país que mais cresceu no mundo entre 1930 e 1980”.

De todo modo, seria dispendioso de nossa parte aqui nesse debate buscar estabelecer pontes entre ambos os autores, pois, a rigor, a questão central do Projeto Nacional de Desenvolvimento não é abordada com tamanha profundidade, demonstrando que o debate se restringe a discutir somente as finanças do Estado, a competência ou incompetência da gestão das contas públicas pelos governos tanto à direita quanto à esquerda do espectro político, sem qualquer ligação com o “pano de fundo” que recobre a realidade nacional e internacional em suas múltiplas determinações, a começar pelo imperialismo e o fenômeno dos ciclos econômicos conjunturais (Kondratiev-Juglar).⁵

Em outras palavras, mesmo que a narrativa de Gomes (2020) se aproxima mais da realidade nacional, ao sinalizar que os anos 1980 representam um divisor de águas no virtuoso ciclo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e, que, a partir daí o país mergulhou em um processo de desnacionalização e desindustrialização da economia dos anos 1990 em diante, em nosso entendimento, a explicação fornecida pelo autor sobre as raízes da crise se resume somente ao problema inflacionário do período (1981-1994), seguidas do rentismo executado nos governos de FHC como um problema maior de incompetência na equação das políticas monetária e fiscal, sustentando a alta taxa de juros pelo tripé macroeconômico (câmbio flutuante, metas de inflação, e superávit primário), que, logo, seriam herdadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores sob os auspícios da armadilha da renda média.

Por outro lado, Pessoa (2020, p.12) ao negar o papel da “blitzkrieg”⁶ do imperialismo estadunidense, reduz o debate aos exageros numéricos de Gomes (2020) quanto ao endividamento durante os governos de FHC, demonstrando que os gastos públicos haviam subido já no governo de Itamar Franco, que fez com que a despesa primária passasse de “10,6% do PIB para 14%”, com o ajuste de 29% dos servidores entre 1992-94 – um reajuste, diga-se de passagem, feito de forma acertada.

No entanto, Pessoa (2020, p.10) concorda com Gomes (2020) quanto aos equívocos do Plano de Estabilização do Real (1995) que, semelhante ao recente governo de Macri na Argentina (2015-2019), não soube inverter a lógica das etapas, isto é, promover a elevação da carga tributária para compensar as receitas advindas da estabilização econômica antes mesmo das reformas estruturais capazes de acelerar o crescimento, acreditando que por si só se daria o “ajuste fiscal”.

Na verdade, é preciso dizer que nem mesmo um ajuste fiscal é capaz, sozinho, de promover uma aceleração significativa de crescimento econômico e, mesmo que no período de 1999-2004, a participação da indústria brasileira no PIB passou de “14% para 18%” (PESSOA, 2020, p.19), isso se deu, a rigor, pela desvalorização cambial do período (2002-2004) quando se ampliou a exportação de manufaturados (OREIRO, 2018, p.14). Conforme assinalou Oreiro (2021)

A eliminação da alta inflação no Brasil a partir da implementação do Plano Real durante o governo Itamar Franco teve como efeito colateral a persistência de patamares extremamente elevados para a taxa real de juros de curto-prazo, a taxa Selic. Durante o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, creditava-se essa persistência à adoção de um regime de bandas cambiais

deslizantes, no qual o Banco Central do Brasil definia um “teto” e um “pisso” para a taxa nominal de câmbio, definindo ex-ante o ritmo de depreciação de ambos de maneira a produzir uma desvalorização controlada da taxa de câmbio, ao mesmo tempo que se permitia que, no intervalo da banda cambial, a taxa de câmbio pudesse flutuar “livremente” com base nas condições de oferta e demanda de moeda estrangeira. Durante a vigência desse regime cambial, a taxa Selic real média oscilou em torno de 20% a.a, permitindo que aplicações financeiras livres de risco tivessem taxa de retorno muito superior ao que poderia ser obtido com qualquer tipo de empreendimento do lado real da economia. Nesse contexto, a justificativa que os economistas convencionais davam para o elevado patamar da taxa Selic era a de que o regime de câmbio administrado impedia o ajuste na conta de transações correntes do balanço de pagamentos – fortemente deficitária durante o primeiro mandato de FHC –, o que exigia a entrada de capitais externos para financiar o balanço de pagamentos e, dessa forma, a manutenção da Selic em patamares elevados para atrair a “poupança externa” necessária para “financiar” o crescimento da economia brasileira.

Ainda segundo o autor, se as análises desses economistas fossem corretas,

o abandono do regime de câmbio administrado em janeiro de 1999, no início do segundo mandato de FHC, deveria ter reduzido a taxa Selic para patamares mais civilizados. Não foi isso o que ocorreu. Embora a Selic real tenha se reduzido para um valor próximo a 10% a.a no ano 2000, ela permanecerá num patamar de quase 9% a.a até o início da crise financeira internacional de 2008. Se considerarmos o período 2003-2016, a taxa Selic real média foi de 6,25% a.a, um valor 2,57 p.b superior à estimativa da taxa de juros de equilíbrio da economia brasileira, ou seja, da soma entre a taxa de juros internacional e do prêmio de risco país. Apesar do elevado patamar da taxa Selic, a análise da variação acumulada do IPCA em 12 meses no período compreendido entre janeiro de 2003 e setembro de 2017 mostra que a inflação acumulada em 12 meses permaneceu a maior parte do tempo acima do centro do regime de metas de inflação, tendo estourado o teto desse regime em diversos momentos (OREIRO, 2021).

Com efeito, não é nossa pretensão aqui reduzir o debate ao nível estritamente pontual das propostas debatidas por Gomes (2020) e Pessoa (2020), considerando que o diagnóstico de ambos autores, restringe todo o problema da questão nacional e, por conseguinte, a crise da industrialização brasileira, ao problema das contas públicas, isto é, as finanças do Estado (reformas fiscais, tributária, previdenciária, etc.), como se as “receitas não fossem razoavelmente previsíveis”, como se elas não estivessem já “comprometidas desde anos passados, e sua destinação é, portanto o que, em gíria de finanças públicas, chamamos de *matière cotée*” (capital listado) (RANGEL, 1987b, p.65).

Para efeito de contabilidade, 3% do PIB com “diversas medidas de majoração de impostos” (PESSOA, 2020, p.33) encontradas pela estratégia de tributar grandes fortunas pela dupla tributação dos lucros e dividendos do IRPF e do IRPJ, nos parece que é uma quantia razoavelmente pequena para alocação de recursos em áreas estranguladas do setor público, como é o caso dos serviços de utilidade pública⁷.

É curioso observar que nesse longo período de desindustrialização da economia brasileira, o debate sobre o que fazer, como fazer, e com que meios fazer para resolver a crise da industrialização, não ultrapassou a semântica da reprimarização entre os cientistas sociais brasileiros, mesmo que se possa considerar um certo consenso entre as alas da ortodoxia e da heterodoxia, afeitas em sublinhar que o Brasil durante quatro décadas seguidas enfrentou paulatinamente: 1) o recuo expressivo da indústria no PIB⁸ e; 2), que, as tentativas de retomada do crescimento econômico nos anos 2000 foram favorecidas pelo boom da exportação de commodities para o mercado chinês, possibilitando, por consequência, a manutenção do superávit primário.

Porém, se a retomada do debate tem o mérito de abrir o diálogo entre as forças políticas internas, que visam construir um programa de “unidade nacional”, é claramente expressivo o dissenso na explicação sobre a questão cambial e a alta dos juros, quando não, a falta nos diagnósticos do “pano de fundo” que recobre a contradição fundamental posta em marcha pela fase depressiva do 4º ciclo longo de acumulação aberto em 1973 e que impera até hoje, bem como suas peculiaridades e irregularidades sustentadas pela administração das pequenas crises locais pelos Bancos Centrais que acabaram desaguando na crise de 2008.

Ora, sem uma perspectiva de permanências das relações centro-periferia que permeiam o universo da transição do imperialismo ao socialismo nesse século XXI é impossível pensar e propor as saídas para a planificação do comércio exterior como também a formação bruta de capital fixo sem um mínimo grau de planejamento. Aliás, quando se coloca o problema da questão nacional em sua totalidade no debate, o problema que envolve a construção de uma estratégia de desenvolvimento nacional sustentado a longo prazo, é comum nas análises a fuga para o ambiente disciplinar das especializações do *mainstream* econômico, sem qualquer envolvimento com a busca de um ponto de vista nacional ancorado a partir de uma visão interdisciplinar de conjunto, ou por assim dizer, de uma visão de totalidade tão caras a própria geografia e o marxismo.

O PROJETO, A NAÇÃO, E O DESENVOLVIMENTO

Todavia, para efeito de debate, mobilizemos aqui os conceitos elencados acima por Gomes (2020) a respeito da ideia de Projeto Nacional, para passar, num segundo momento, a introdução de algumas considerações sobre a problemática da economia brasileira atual.

De modo geral, pode-se dizer que a definição do conceito de Projeto Nacional apresenta grande elasticidade pelas formas e pelas funções que adquirem no tempo e no espaço quando se toma como exemplo os “grandes experimentos civilizatórios da humanidade” de que nos fala Gomes (2020, p.84), mas é preciso lembrar, como Ernest Renan, que a ideia de

nação costumeiramente recai no grave erro de confundi-la com “raça”, e atribuir a grupos etnográficos, ou antes linguísticos, uma soberania análoga à dos povos realmente existentes” (TITAN JÚNIOR, 1997, p.158). Conforme assinala o autor, é preciso considerar que

A nação moderna é, então, um resultado histórico produzido por uma série de fatos convergentes. Por vezes, a unidade foi construída por uma dinastia como no caso da França; ou então pela vontade direta das províncias, como na Holanda, na Suíça e na Bélgica; ou finalmente por um espírito geral, que tardiamente vence os caprichos feudais, como na Alemanha e na Itália. Há sempre uma profunda razão norteando essas formações; os princípios em questão, vem a luz por meio das mais inesperadas surpresas. Em nossos dias, vimos a Itália unificada por suas derrotas, e a Turquia demolida por suas vitórias. Cada nova derrota fazia avançar as questões italianas; enquanto cada vitória levava a Turquia à perdição - pois a Itália é uma nação, e a Turquia, fora da Ásia Menor, não o é [...] Mas que é afinal uma nação? Por que a Holanda é uma nação, enquanto que Hannover ou o Grão-ducado de Parma não o são? Como a França pode persistir como nação, quando o princípio que a gerou desapareceu? Como a Suíça, que tem três línguas, duas religiões, três ou quatro raças, é uma nação, enquanto, por exemplo, a Toscana tão homogênea não o é? Por que a Áustria é um Estado e não uma nação? Em que o princípio das nacionalidades difere do princípio da raça? Eis aqui os pontos sobre os quais um espírito reflexivo deve se fixar para se chegar a um acordo consigo mesmo. Os negócios da vida real não se regulam por esta espécie de raciocínio; mas os homens aplicados desejam sempre por alguma ordem nessas questões e desfazer as confusões em que se emaranham os espíritos superficiais (TITAN JÚNIOR, 1997, p.163).

Ora, diante dessa questão, é possível estabelecer um elo histórico que permita definir com precisão o conceito de Projeto Nacional, a começar pela ideia de nação, que encontra substância na formação dos Estados nacionais modernos e seus respectivos movimentos nacionais democrático burgueses, isto é, nas vias de transição do feudalismo para o capitalismo que podem ser divididas, segundo Lenin (1984, p.280, tradução nossa) em duas grandes épocas “radicalmente diferentes do ponto de vista dos movimentos nacionais”, mas que estão entrelaçadas uma na outra, isto é: 1) o colapso do feudalismo e do absolutismo, quando se constitui os Estados democrático burgueses, com a participação política de todas as classes sociais (na imprensa, e nas instituições representativas, etc.) e; 2) a fase imperialista, com os Estados capitalistas já formados e consolidados, e com um regime constitucional já estabelecido.

No primeiro caso, é possível dizer que tanto a 1ª Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, que passaria a engendrar ainda no final do século XVIII os ciclos econômicos de longa duração (Kondratiev) ampliando os termos de intercâmbio no comércio exterior, e por assim dizer, a divisão internacional do trabalho, bem como os próceres iluministas da Revolução Francesa cuja aliança entre o campesinato e a burguesia parisiense procurou

reagir aos desafios internos e externos imposto pelo dinamismo econômico do Império Britânico, são marcos que configuraram a irrupção das primeiras experiências de Projeto Nacional, consideradas aqui sob a pedra angular do capitalismo industrial inglês e da soberania nacional autoproclamada do Estado francês.

Em outras palavras, esse primeiro tipo de Projeto Nacional encampado nos movimentos nacionais que nascem na Europa Ocidental, e que se estende pelo período de 1789 a 1871, com a tardia unificação alemã, tem-se como regra geral a formação de Estados Nacionais homogêneos sob uma mesma base econômica, - isto é, a conquista do mercado nacional interno pela burguesia – que manteve em coesão a unidade do território e a unidade do idioma, condição essa imprescindível para “a circulação mercantil realmente livre e ampla, correspondente ao capitalismo moderno” (LENIN, 1984, p.275).

Aliás, é justamente o processo de unificação alemã na segunda metade do século XIX que configura, em princípio, aquilo poder-se-ia considerar uma segunda forma de Projeto Nacional, que nasce a partir da vitoriosa classe dos médios latifundiários feudais prussianos (junkers) como resposta ao atraso (econômico, político e cultural), imposto pelo expansionismo do capitalismo inglês e francês, e sua zona de influência nos movimentos nacionais democrático-burgueses da Europa Ocidental (LENIN, 1984).

Segundo Pereira (1989, p.104), a aristocracia feudal prussiana conseguiu promover a unificação por diversos fatores, entre os quais: 1) a herança de um exército permanente de mais de trinta mil homens, formados por Frederico Guilherme I; 2) o “sentimento de dever e de adoração a ordem” pela burocracia semifeudal; 3) o desenvolvimento da filosofia clássica alemã, aplicado ao ensino obrigatório nas escolas e; 4) a submissão da sociedade através do Estado, que aqui, eis que a nação moderna emerge como produto do Estado, “mas não para unificar um mercado interno prévio”, mas para “instaurar um mercado nacional unificado”, estabelecendo as “fronteiras voltadas para o exterior” (PEREIRA 1989, p.184 apud POULANTZAS, 1985, p.121).

Por outro lado, a conjuntura mundial aberta pela fase depressiva do ciclo longo da economia mundial (1815-1848), impôs ao mundo uma contração nos termos de intercâmbio do comércio internacional, encontrando saída no avanço do colonialismo imperialista praticado pelo centro dinâmico da economia capitalista (a Inglaterra à frente), em busca do espraiamento das tecnologias da 1ª Revolução Industrial no setor de transportes, como foi o caso das ferrovias.

Desse período, é possível extrair as bases do Projeto Nacional de segundo tipo, quando, o pioneiro economista G. F. List, inspirado nas lições vitoriosas da industrialização inglesa e das ideias política e sociais da revolução francesa, propôs o “nacionalismo econômico” crítico do capitalismo liberal (livre-comércio) como meio de projetar a integração econômica e política dos reinos germânicos a partir da criação do Zollverein (União Aduaneira Nacional dos Estados Alemães), - esta que aboliu as tarifas aduaneiras internas e estabeleceu um sistema alfandegário e comercial comum, como também estabeleceu o Sistema Nacional Ferroviário alemão, órgão que foi capaz de manter a unidade das forças produtivas, muito próximo do se fazia pela Sociedade da Pensilvânia, nos EUA, em matéria de industrialização (SZPORLUK, 1988).

Para a F. List, a categoria Nação, estava muito próxima da concepção de classe para Marx, de *classe em si* e *classe para si*, ou seja, com base na filosofia hegeliana, o proletariado só se constitui como classe na medida que se organiza e adquire consciência de classe, logo a Nação, enquanto a nação *para si*, como categoria histórica, era um fenômeno recente na história. E no caso da Alemanha, seu desenvolvimento econômico-industrial tardio necessitava de uma enérgica intervenção do Estado centralizado, combinando protecionismo e livre-cambismo como faces de uma mesma moeda para se alcançar o estágio do desenvolvimento das economias capitalistas centrais (SZPORLUK, 1988).

Ora, diante desse quadro, é possível extrair uma terceira forma de Projeto Nacional que se realiza em grande parte na periferia do sistema capitalista ao longo do século XX, combinando os dois tipos assinalados acima pela atuação dos movimentos nacionais democrático-burgueses, mas que, por conta das relações centro-periferia, o componente anti-imperialista nasce enraizado em seu nacionalismo. Todavia, sem cair em falsas generalizações, tomemos o caso brasileiro em análise, pois, como se sabe,

o desenvolvimento do capitalismo brasileiro emerge como uma forma especial de anticapitalismo, tendendo a associar-se à economia socialista mundial, pois somente ela pode atender a suas próprias necessidades e dar consistência a suas aspirações à indispensável autodeterminação nacional (RANGEL, 1963a, p.23).

Posto essas considerações, é possível dizer que o Projeto Nacional brasileiro nasce dual, ao mesmo tempo em que se aproxima do caso alemão e se difere pela condição de ser perifericidade do centro dinâmico da economia mundial. “Ao contrário dos Estados Unidos, onde a nação terminou por constituir-se em Estado, o Estado-Império instituído no Brasil, desmembrado do Estado português, foi o que construiu a nação” (MONIZ BANDEIRA, 2008, p.42)⁹.

Como se sabe, a longa marcha de construção ininterrupta das dualidades brasileiras (meias-revoluções) definidas por Ignacio Rangel (1957b), marcaram os caminhos do Projeto Nacional aberto com a (Abertura dos Portos/Independência), isto é: 1) os pactos de poderes entre as classes dominantes que conduziram o comando do Estado e o processo econômico ininterruptamente do primeiro quartel do século XIX até os anos 1980, queimando etapas do desenvolvimento brasileiro ao promover a industrialização; 2), e por outro lado, o otimismo nacionalista (vontade nacional) em constante estado de *boulerversement*¹⁰, que se apresentou regularmente com as flutuações dos ciclos longos (Kondratiev), e soube, mesmo que “acertando por equívocos”, - seja pelo desconhecimento dos “segredos do processo econômico” - orientar-se “na trama de contradições que o movem”, distinguindo-se “os amigos dos inimigos, sem atentar muito para seus respectivos preconceitos” (RANGEL, 1963a, p.16).

Sem essas prévias diferenciações básicas capazes de determinar o atual estágio histórico do desenvolvimento do capitalismo no Brasil nesse início de século XXI, e quais são as particularidades da questão nacional que estão à frente no país, as definições

dos conceitos de Projeto, Nacional e Desenvolvimento apresentados por Gomes (2020) acabam por cair num vazio, “frequentemente de boas intenções”, mas que de boas intenções e bons conselhos o “inferno” está cheio, encobrendo “a falta de vontade ou a incapacidade para os utilizá-los na prática” (LENIN, 1984, p.282, tradução nossa).

Noutros termos, Projeto Nacional deve ser definido a partir de categorias históricas inteligíveis cuja estrutura, forma e função se definem pelo processo de transição que, aliás, em nossa atual quadra histórica encontra seu curso na rivalidade entre capitalismo e socialismo nesse século XXI. Isso quer dizer que qualquer tentativa de apresentar o planejamento, como um “planejamento geral” não passa de “um mito” (RANGEL, 1957a, p.76), do mesmo modo que, ao considerar, como quer Corsi (2008, p.68) que o conceito de Projeto Nacional de Desenvolvimento, deve ser entendido “não como um projeto que integra os interesses coletivos da nação, mas como um projeto de cada classe e facção de classe para a nação”, não deixa de fazer tábula rasa das peculiaridades e particularidades das leis objetivas do desenvolvimento brasileiro. Assim o é, que a dinâmica da sociedade de classes no Brasil não se dá em “termos de direita ou de esquerda, mas de adesão ou repúdio às ideias de unidade, soberania e planejamento” (RANGEL, 1963a, p.17), ou seja, não se dá (na) e entre uma disputa de Projetos Nacionais por frações de classes.

A originalidade que compete a estrutura da economia brasileira, se dá na substituição ordinária de uma “mudança de atitude das antigas classes dirigentes”, sem a substituição de uma classe por outra, “fazendo com que as elites dirigentes permaneçam fundamentalmente as mesmas – perdendo alguns contingentes de elementos mais retrógrados e ganhando outros mais progressistas” (RANGEL, 1963a, p.18).

Isso quer dizer que não existe aqui em nossas dualidades o fenômeno da “aliança de classes” como os que ocorrem nas formações sociais asiáticas, e europeias. A rigor, o caso brasileiro revela uma fusão de “duas classes”, como é o caso do latifundiário e o capitalista que, na verdade, são as mesmas pessoas. Nesse caso, quando há o amadurecimento das contradições, significa que abre apenas a possibilidade de mudança do “centro de gravidade” dos polos de poder sem que as classes dirigentes percam sua “identidade” – como ocorre nos processos químicos onde “certo grupo de átomos – os radicais – podem passar de uma molécula para outra [...] como se fossem simples átomos” (RANGEL, 1978, p.82).

Dessas contradições, eis que as opções são condicionadas pelas mudanças de atitudes cuja “ação política das outras classes sociais” influem “pelas suas lutas e reivindicações, no sentido de antecipar ou retardar essa mudança de atitude” (Rangel, 1963a, p.19). Em outras palavras, e como forma de sustentar nosso argumento, as mudanças que dever-se-iam ocorrer nos anos 1980, com a passagem da burguesia industrial de uma classe em si (conscientemente) em classe para si, assumindo a direção do Estado brasileiro, acabou por não se firmar, e grande parte da explicação, pode-se encontrar no campo progressista (de esquerda) dos chamados “desenvolvimentistas do Plano Cruzado” (BRESSER-PEREIRA, 2015, p.4), que a rigor, acabaram por retardar o planejamento do segundo estágio da industrialização brasileira, isto é, o “Segundo Programa de Metas” (Rangel, 1987), justo por não compreenderem que a luta contra “a hegemonia mundial do imperialismo” posto

na ordem do dia, só seria possível pela determinação “consciente” e não espontânea, do que poderíamos denominar projeto nacional (RANGEL, 1980b, p.12).

Afinal, o Brasil, enquanto uma das “nações-crianças” surgidas na segunda metade do século XX, difere por completo das nações surgidas no século passado, e até mesmo das que emergiram a partir dos movimentos nacionais democrático-burgueses, na Europa e na Ásia no início do século XX imbuídos do direito de “autodeterminação dos povos”, como assinalou Lenin (1984), afirmando sua “soberania”, “unidade” e enquadramento jurídico e político para o mercado nacional”, pois segundo Rangel, o Brasil, como uma nação-criança nasceu pela afirmação categórica do desenvolvimento, manifestado “pela vontade de planejar ou programar esse mesmo desenvolvimento”¹¹ (RANGEL, 1963a, p.7). Tanto é que as primeiras iniciativas “pré-científicas” do planejamento/projetamento¹² orientadas pelos planejadores cepalinos (estruturalistas), resultaram em “um esforço de racionalidade em matéria de alocação de recursos”, um esforço, aliás, “para frente”, alavancando o processo de substituição de importações coroado pelo I Programa de Metas (1956-1960).

Todavia, se esse esforço “soube estabelecer normas para a boa aplicação desses recursos” no nível da economia da firma, carecia, por outro lado, de reconhecer o esforço que deveria ser feito “para trás”, isto é, de encontrar os meios de utilização da capacidade ociosa já existente, aproveitando seu “potencial produtivo” e seus fatores, tais como uso das instalações, a mão-de-obra, “além dos recursos naturais”, etc. (RANGEL, 1963a, p.26).

Ora, foi diante dessas condições da problemática da capacidade ociosa/alocação de recursos que Ignacio Rangel (1957a), elaborou todo um arcabouço conceitual capaz de responder as questões do que fazer, como fazer, e com que meios fazer, para que o Projeto Nacional tenha sua “razão de ser”.

De início, é preciso definir cientificamente as bases programáticas do Plano Nacional de Desenvolvimento, para que a intervenção do Estado seja racionalmente programada/projetada, pois o desafio não está no campo teórico, mas sim prático, sendo o “projetamento” a “ação sobre as unidades” – que decide as ações sob a mudança quantitativa dos fatores (o homem, o trabalho, e sua vida), ora “mudando o número de unidades”, ora fazendo com que surjam unidades de diferentes tamanhos, que podem “se desdobrar em mudanças de qualidade” - e a “programação” que é a ação, de nível superior “sobre o sistema nacional” (RANGEL, 1957a, p.131).

Isso quer dizer que quando se trata da alocação de recursos, estamos colocando a questão do “que fazer” para a elaboração do Plano Geral, - pois é aqui que o Projeto faz sentido - enquanto que a seleção da técnica, nesse acaso responde diretamente ao “como fazer”, e para isso, é necessário conhecer a estrutura dos recursos. Essa condição faz com que surja o problema da adoção dos critérios de prioridades do Projeto que, para se efetivar, deve se manter sob a disciplina da programação e não do mercado (ditadura do consumidor). Ao descobrir quais “atividades devem ser desenvolvidas prioritariamente”, já é “quase a metade do caminho a percorrer”, posto que o planejamento se “converterá no problema da elaboração e análise de projetos” (RANGEL, 1987b, p.63).

Nesse sentido, a regra fundamental a ser adotada aqui é a produção de “coisas” que não possuímos pelo acertado emprego do que temos disponíveis em nossas mãos, logo,

balanceando os recursos disponíveis, sem necessidade de se negociar a soberania nacional. Daí que o papel de seleção da técnica a ser utilizada, tem como fundamento resolver os problemas da conversão das coisas que nos faltam pelas coisas que já produzimos, ou, possuímos como potencial produtivo, já que o trabalho só pode ser considerado “produtivo, se este consegue acrescentar no produto alguma parcela de utilidade contida nos fatores, a qual é sacrificada no processo produtivo”. Noutros termos, o fundamento da “técnica não está na tecnologia, mas sim na economia” (RANGEL, 1958b, p.173).

Assim, para efeitos de um projetamento racional, a tarefa habitual consiste em decifrar os recursos tanto privados como públicos disponíveis na economia brasileira, indicando os recursos disponíveis de tecnologia, (superabundantes e escassos) para que se possa encontrar a solução da convertibilidade dos primeiros nos segundos.

Contudo, considerando que grande parte dos recursos da economia brasileira (poupança) se concentra nas mãos da iniciativa privada (os particulares), o projetamento deve ser realizado de tal modo que interessem a esses mesmos particulares a inversão. Fugir dessa regra básica “criará uma estrutura de demanda de recursos financeiros incompatível com a verdadeira estrutura da oferta dos mesmos recursos”, e projetará uma crise cambial além do endividamento do país, visto que, se a moeda se comporta como eixo principal do sistema do mercado nacional, ao desconsideramos a estrutura real da oferta de recursos, caminhamos para insolvência no exterior, e como ignoramos a estrutura financeira da mesma oferta, caminhamos para o colapso da oferta (RANGEL, 1958a, p.165).

Dito isso, o caminho a ser traçado é promover a substituição de importações a partir de uma filtragem da lista de importações, fixando o tipo de câmbio em cada caso específico, estudando as curvas de custos relativos das indústrias potenciais, bem como o exame qualitativo dos custos, - este que permite separar “as substituições verdadeiras das falsas” (RANGEL, 1990b, p.119). Eis daí que surge a necessidade de planificação do comércio exterior, pois como se sabe, o balanço de pagamentos não passa de ficção contábil se levada a generalização, ou seja, se não tratada como uma série de balanços de pagamentos com problemas específicos.

E nesse caso, é preciso planificar o comércio exterior direcionado para as áreas onde nossa moeda apareça como escassa, áreas estas em que todo esforço de expandir as exportações não seja indiferente ao volume de nossas próprias compras, podendo assim, ao fixar o volume de comércio com esses países, utilizar os setores ociosos da economia nacional, a princípio subutilizados. Por outro lado, o esforço de substituição de importações deve-se se orientar para bens e serviços dos países onde a moeda é escassa para nós, utilizando-se assim das vantagens da divisão internacional do trabalho (RANGEL, 1958a).

Em resumo, o critério do comércio exterior para identificar quais moedas estrangeiras são escassas é a própria experiência do comércio, sabendo o comportamento de compras de determinadas áreas e as variações de importações dela provenientes. Assim é possível converter a disponibilidade de certas divisas em disponibilidade de produtos ou de capacidade produtiva no interior da economia brasileira (RANGEL, 1958c).

Com efeito, dessas observações apresentadas, pode-se extrair duas questões que nos interessam mais de perto e merecem serem levadas as últimas consequências para

efeito da retomada do Projeto Nacional brasileiro ao longo desse longo século XXI. A primeira, é que para os efeitos da conjuntura cíclica, “sem planejamento não pode haver desenvolvimento, porque programar ou planejar é o supremo emprego que uma nação pode dar a soberania” (RANGEL, 1958b, p.173). Mas, como já foi assinalado, o caminho do Projeto ao Plano precisa ser equacionado, à luz de estabelecer “a escala de prioridades”, agrupando os projetos “de acordo com a especificação dos recursos a usar, tanto na construção quanto na operação” (RANGEL, 1990b, p.120).

Naturalmente, é o projeto que constrói o Plano, e na medida em que os projetos criam procura, “a escassez tende a converter-se em pressão sobre o balanço de pagamentos” e, nesse sentido, o Estado é chamado a se antecipar nas decisões dos desequilíbrios criados, seja pela “manipulação do tipo de câmbio”, seja na execução de projetos relativos a procura derivada, criando oportunidades de inversão (RANGEL, 1990b, p.121).

Já a segunda questão diz respeito ao imperativo da capacidade ociosa (áreas de poupança) e dos pontos de estrangulamento (áreas de investimento) que acompanham os ciclos médios (juglarianos brasileiros) no processo de industrialização substitutiva de importações e seu ingresso econômico autarcizante (autossuficiente) na divisão internacional do trabalho, interessando mais de perto a formulação do Plano Geral. É que a utilização da capacidade ociosa para efeitos de projeto/planejamento aparece “como a meta-síntese do plano, isto é, como meio de produzir uma redistribuição de renda”, comportando-se muito além de uma simples “alternativa para o endividamento externo e para o arrocho salarial” (RANGEL, 1982, p.168).

Em resumo, para que haja um planejamento sério, com capacidade de determinar as perspectivas de continuidade do processo e quantificar o tempo de amadurecimento dos projetos encetando novos desequilíbrios, faz-se necessário partir desses pressupostos básicos apresentados acima.

DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA JANELA DE OPORTUNIDADES PARA O PLANEJAMENTO

Certa vez na Paraíba, em agosto de 1991, foi organizado um seminário em torno das ideias de Celso Furtado¹³, que contou com a participação de Ignacio Rangel no 2º Painel - “O Exílio na França, o retorno ao Brasil; do Ministério da Cultura aos dias atuais (1964-1990)”. Nessa ocasião, quando foram abertos os debates, Rangel demonstrou profunda insatisfação com a precária síntese alcançada naquela reunião, como se observa no relato de Corrêa (2008, p.94)

“ – Rossini, eu estou preocupado. Como as pessoas estão pensando mal o Brasil! E gente de responsabilidade! Vou solicitar quinze minutos a Arraes, para desfazer estes equívocos e virar a mesa”.

No entanto, sua solicitação foi negada três vezes por Arraes, argumentando-se que a qualquer momento chegaria o “Deputado Ulysses Guimarães para a solenidade

de encerramento do seminário”. Nesse interim de tempo, Rangel voltou-se a palavra a Rossini e disse: “ – Afinal, quem é que é, Rossini, este Ulysses Guimarães de quem eles tanto falam!?” (CORRÊA, 2008, p.94).

Passados mais de três décadas do seminário, as palavras de Rangel continuam atuais se observarmos como as pessoas continuam pensando mal o país, até mesmo as análises mais cadimas de intelectuais que tentam tratar a desindustrialização brasileira como um epifenômeno – semelhante à questão da inflação. É que atualmente as escolas tanto da ortodoxia, quanto da heterodoxia econômica, continuam insistindo na universalização de diagnósticos parciais cuja terapêutica para os problemas difusos do desenvolvimento econômico e social, acabam por estreitar suas causas em uma visão de mundo compartimentada, próximas, portanto, do ardid do conceito¹⁴.

Ora, a chamada hipótese da desindustrialização brasileira, dever-se-ia ser apresentada em outros termos, isto é, substantivada como hipótese da desindustrialização/desnacionalização na periferia do imperialismo conforme já assinalamos anteriormente, pois sem a pressuposição da técnica do planejamento como ferramenta imprescindível para a retomada do desenvolvimento, o debate continuará costumeiramente redundante em torno das disputas de conceitos e classificações. Os que omitem a ciência política nos estudos econômicos, se esquecem que a política nada mais é do que a “economia levada a cabo por outros meios”, do mesmo modo que a guerra é a política levada a cabo por outros meios”, isto é, “por meios violentos acrescentaria Lenin” (RANGEL, 1982b, p.25). Isso quer dizer que,

os conflitos que não encontram solução no seu campo de origem, que é, basicamente o econômico, tendem a comprometer as classes sociais, no campo interno, e os povos, na arena internacional; vale dizer, tendem a transferir-se para o campo político onde, eventualmente, encontrarão solução. Se, entretanto, isso não ocorrer, o conflito humano, ou regredirá para o campo econômico ou evoluirá para o militar. Assim, os conflitos fundamentais de interesses suscitados pela presente crise econômica mundial do capitalismo assumem a forma de conflito político (RANGEL, 1982b, p.26).

Nesse sentido, se não se leva em conta o contexto da contrarrevolução neoliberal imposta pela agressividade do imperialismo desde os anos 1980 com os governos de Reagan e Thatcher, e seus múltiplos desdobramentos na desaceleração da economia brasileira até nossos dias, é praticamente impossível, - quando não um assalto a razão - buscar parâmetros comparativos com países desenvolvidos ou em desenvolvimento que levaram (e estão levando) o planejamento econômico as últimas consequências, como são os casos da Coreia do Sul¹⁵, Singapura, Indonésia, Índia, China, etc.

Segundo Rangel (1990c, B-2), o Brasil, até o final dos anos 1980 havia aplicado, mesmo que de forma ingênua, as ideias de planejamento econômico, pois tanto as classe dominantes a direita quanto à esquerda do espectro político, queriam o desenvolvimento e a industrialização, caminhando *pari passu*, “no sentido geral desejado, mas não na medida

desejada”, ao promover respostas as crises e recessões de forma sábia, como o foram as políticas cambiais, o investimento do Estado, e a própria implantação do direito trabalhista.

Todavia, nos anos 1990 os pressupostos do planejamento foram abandonados, e com ele a possibilidade de “revisão do direito de concessão” – ponto de partida para se combater a recessão criando empregos, demanda e renda nas atividades subinvestidas - na medida em que as privatizações dos serviços de utilidade pública passaram a ser feitas via conversão das dívidas externas, sem capacidade de promover a utilização da capacidade produtiva, gerando um profundo *dumping* na economia nacional (RANGEL, 1990c, B-2).

Ademais, a destruição do Instituto de reserva de mercado bloqueou a possibilidade de planificação da abertura econômica que, objetivamente, se realizaria no comércio exterior, onde o Brasil se abriria planejadamente aos países que comprassem nossos produtos, assegurando tanto o mercado para os produtos de nossos parceiros, e vice-versa (RANGEL, 1991b).

No entanto, ao longo desses trinta anos assinalados acima, nenhuma palavra foi dita sobre a retomada do planejamento econômico por parte dos intelectuais supostamente “progressistas”, incluindo aqui os chamados novos-desenvolvimentistas da (Fundação Getúlio Vargas, Unicamp, UNB) que, mesmo possuindo méritos em denunciar as políticas macroeconômicas nefastas dos pacotes neoliberais impostos pelo Fundo Monetário Internacional, continuam a diagnosticar o problema da industrialização, ou como dizem, da desindustrialização tratando “da indústria como um todo homogêneo” (MORCEIRO, 2018, p.137).

Por outro lado, os recentes estudos de Morceiro (2018, p.131) têm contribuído de forma singular para se pensar medidas em que os pressupostos do planejamento do comércio exterior brasileiro se organizem pela pauta das importações, conforme proposto Ignacio Rangel, já que há uma ampla qualificação na abordagem setorial da indústria nacional, seus graus de desindustrialização, o adensamento produtivo e a inserção nas cadeias globais de valor, bem como o “coeficiente importado de insumos e componentes comercializáveis” (CIICC). Os resultados apresentados da pesquisa são reveladores, pois não há homogeneidade no processo de desindustrialização brasileira, já que

Primeiro, a manufatura brasileira apresentou uma diminuição significativa do adensamento produtivo na década do século XXI de maior crescimento industrial após os anos setenta. No entanto, o retrocesso no adensamento não provocou desindustrialização absoluta das classes industriais, pois estas não apresentaram diminuição do emprego ligado as operações industriais. Certamente, o crescimento industrial do século XXI ocorreu com menor transformação industrial e maior uso de mão de obra pouco qualificada ligada as operações de montagem de insumos e componentes importados [...] segundo a indústria de transformação brasileira ainda possui grau de adensamento produtivo alto, sobretudo porque os setores manufatureiros de baixa e média-baixa tecnologia (BT-MBT) são muito adensados e possuem um peso grande na estrutura industrial do país. BT-MBT correspondem a dois terços da produção manufatureira e o país possui competitividade nas indústrias

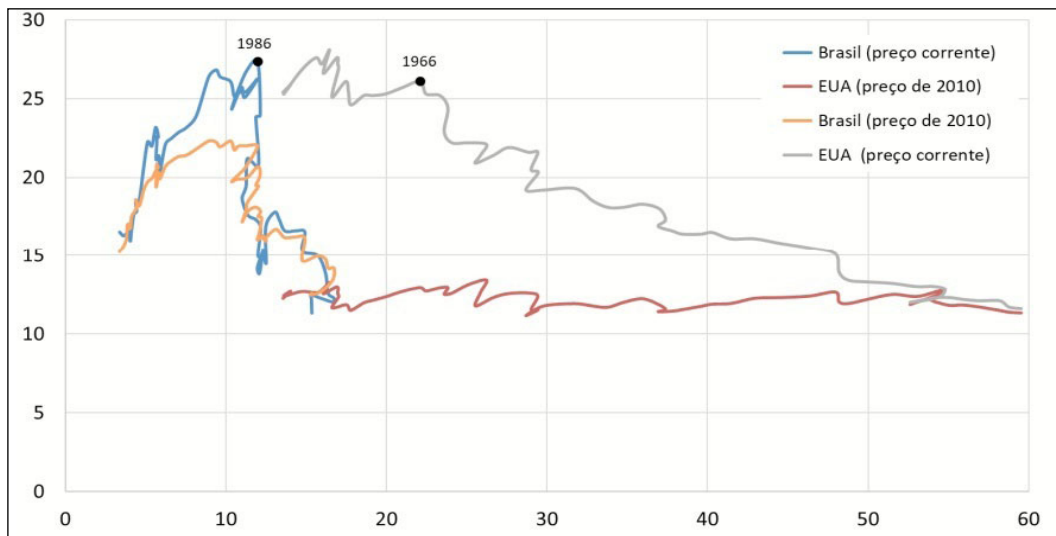
intensivas em insumos agropecuários, minerais e energéticos. No entanto, a categoria de alta e média-alta tecnologia (AT-MAT) possui adensamento relativamente baixo e inferior à média dos 15 países detentores dos maiores parques industriais do mundo [...] Terceiro, a maioria das classes industriais apresentaram adensamento produtivo elevado, mas não é uma característica de toda a indústria de transformação [...] Quarto, as classes industriais dos setores “eletrônicos, informática e ópticos”, “farmacêutica” e “outros equipamentos de transportes” estão muito esgarçadas pelas importações. Do ponto de vista do grau de transformação industrial, partes expressivas do tecido industrial desses setores encontram-se em processo de desindustrialização avançado e assemelham-se a uma indústria de aparafusamento ou maquiladora. O setor químico possui grau de adensamento produtivo intermediário ao passar por esgarçamento produtivo significativo em poucas classes expressivas em produção industrial. Esses quatro setores são responsáveis por cerca de metade dos gastos empresariais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) do planeta. Dessa forma, o esgarçamento diagnosticado restringe bastante o desenvolvimento tecnológico do país [...] Quinto, os demais setores de AT-MAT - automobilístico, máquinas e equipamentos e máquinas e aparelhos elétricos - possuem grau de adensamento elevado e poucas classes encontram-se fragilizadas pelas importações de insumos intermediários, porém há indícios de aumento significativo de importações de produtos acabados, finais ou intermediários [...] Sexto, no caso das poucas classes de BT-MBT com maior CIICC predominaram importações não competitivas de insumos e componentes porque o país não possui capacidade de produção na quantidade e qualidade demandadas, principalmente devido à técnica produtiva, escassez de alguns recursos minerais (como metais preciosos), tipo de clima pouco favorável à produção de trigo, entre outros [...] Portanto, o desadensamento produtivo foi mais forte nos segmentos de AT-MAT, que possuem maior qualidade em termos tecnológicos, maiores ligações entre os setores manufatureiros, alta remuneração por trabalhador, além de alta elasticidade-renda da demanda e grande dinamismo no comércio internacional (MORCEIRO, 2020, p.856-857).

Diante desse quadro atual da indústria brasileira, é possível dizer que, contrariando as análises pessimistas, o Brasil possui grande musculatura industrial ainda disponível, e pronta para a retomada do crescimento, bastando que as políticas industriais e macroeconômicas sejam feitas a partir da “ciência do planejamento”, - condição *sine qua non* tanto para o mundo capitalista, que necessita planejar cada vez mais seu comércio exterior, como o próprio mundo socialista sob a liderança do planejamento econômico chinês, que a rigor, tem demonstrado prudência em se colocar acima do bem e do mal, como foi o planejamento soviético, diante dos ciclos econômicos de Kondratiev.

Nesse sentido, se os estudos de Morceiro (2020) tem o mérito de apontar para a possibilidade de planificar nosso comércio exterior, a partir dos setores onde os coeficientes de importação se tornaram predatórios da indústria nacional, por outro lado, não ultrapassa o

pensamento que gravita em torno da literatura sobre o processo de desindustrialização, restrita a explicar o fenômeno apenas pelo viés econômico estrutural (Gráfico 1), sem qualquer visão de conjunto que envolva o complexo de múltiplas determinações (geográficas, políticas, econômicas, morais, culturais, etc.) da qual estamos insistindo ao longo desse trabalho.

Gráfico 1. Manufatura (% no PIB) versus PIB per capita, 1947 a 2018: Brasil x EUA - PIB per capita em 1.000 US\$ PPC de 2017.



Fonte: Morceiro e Tessarin (2019, p.19).

O que diz Morceiro e Tessarin (2019, p.18) sobre o gráfico acima é esclarecedor a esse respeito, pois para os autores, o que interessa na explicação da comparação desses dois tipos de desindustrialização, - a “prematura” brasileira e a “normal” dos EUA – é que os dois países “têm suas similaridades, pois são países populosos, continentais, ricos em recursos naturais, foram colônias e tiveram períodos de escravidão”. Não há dúvidas que os dois países possuem algumas similaridades, mas a rigor, desde sua gênese e evolução, Brasil e EUA possuem mais diferenças¹⁶ do que denominadores comuns, a começar pelo fato primordial que explica o gráfico acima assinalado, a saber, a contrarrevolução neoliberal que bloqueou o desenvolvimento da economia mais dinâmica do Ocidente capitalista entre os anos de 1930 e 1980, isto é, o Brasil.

De todo modo, não caberia aqui aprofundar essa questão, mas dizer que se os economistas, como Morceiro (2020), procurassem realizar, com a mesma capacidade e competência, - como foi seu estudo setorial do processo de desindustrialização brasileira que demonstrou a não homogeneização no trato industrial – outras combinações nas quais a geografia e o marxismo têm contribuído para explicar os fenômenos em sua totalidade, não há sombra de dúvidas que a “ciência do planejamento” no Brasil teria condições de ser retomada.

À GUIA DE CONCLUSÃO

É curioso que nesse primeiro quartel do século XXI grande parte da intelectualidade brasileira ainda insista adotar em suas pesquisas aportes teórico-metodológicos já superados como se estivessem inventando alguma “novidade”. Por outro lado, argumenta-se que o inverso também é verdadeiro, quando se parte das pesquisas que postulam novos conceitos e hipóteses, que mesmo apresentando sólida base empírica carecem de contraprovas condizentes com a realidade.

Parece ser este o caso da “guerra de mercados” patrocinada pela “cruzada” entre a historiografia paulista e carioca que, longe de promover um debate promissor assentado nas tarefas da atual quadra histórica do desenvolvimento brasileiro, voltam-se ao passado sem compromisso algum com o presente e com o próprio planejamento do futuro ancorado no interesse nacional. O beco sem saída, nesse caso, pode ser visto pelo acordo tácito de “compadres” acadêmicos que promovem a “conspiração do silêncio” em torno da transição imperialismo-socialismo e, que, em seu lugar, substituem-na pela estruturação de análises baseadas em “modelos” apriorísticos.

Em outros termos, essas escolas que se autointitulam “do pensamento nacional”, ao invés de orientar o sentido da historiografia para a atualidade, - contribuindo de algum modo na superação da crise e dos desafios que se impõe na ordem do dia - abandonam o fio de Ariadne da História balizada pela tese central de que “sem ideologia do desenvolvimento, não há desenvolvimento nacional” (PINTO, 1960, p.29), em troca da autopromoção intelectual garantida pelos arraiais universitários ligados a interesses forâneos.

Como é de se esperar, o resultado do imbróglio não poderia ser diferente, pois vida de regra o predomínio do compromisso com o “status quo” se manifesta no ambiente acadêmico por uma via de mão dupla: a) primeiro na elaboração de falsas hipóteses que se reproduzem em larga escala procurando assegurar o “monopólio das ideias” e o controle do “mercado de ideias” como é o caso dos grupos de pressão dos maiores centros de pesquisa localizados no eixo Rio-São Paulo; e b) segundo, pela subordinação indiscriminada à ciência estrangeira ou qualquer “espécie” de ciência autóctone sem compromisso algum com o “bom senso nacional”, - critério básico de investigação sistemática das peculiaridades das formações sociais complexas esboçadas pelos fenômenos em suas múltiplas determinações (políticas, econômicas, sociais, naturais, culturais, etc.) sem perder de vista o processo geral.

Em linhas gerais, se tomarmos como ponto de partida a recente historiografia, - ou nova historiografia como se tem chamado - não é difícil perceber que a continuidade do debate sobre o desenrolar do processo de industrialização no Brasil tem enfrentado grandes obstáculos para se firmar no ambiente intelectual. O próprio tema da desnacionalização da economia brasileira, questão fundamental da problemática nacional, ainda se encontra em estado latente de “generalização” quando não de explicação, fato que comprova a lentidão em que se desenvolve o debate no país, e que aliás, só reforça nosso argumento histórico da persistência das peculiaridades do feudalismo brasileiro que se move no espectro político, social e intelectual de modo lento, gradual e seguro.

Na verdade, o ritmo do debate tem-se revelado em perfeita sintonia com a dança do “samba do crioulo doido”, que desde os anos 1980 foi perdendo seu “gingado” para a mecânica “pop” do imperialismo norte-americano, - aquele padrão “musical” dominante, que tem na inflação “a inimiga número um”, combinada com a “harmonia da desindustrialização” ao coro unívoco da melodia cantada pelas políticas cambiais, fiscais, creditícias, etc., comumente cambaleantes.

Ora, diante do *mainstream* acadêmico, não seria forçoso dizer que os avanços da ciência social brasileira lidas aqui em sua totalidade – isto é, sob os interesse nacional-popular - fornecem elementos mais convincentes para a argumentação que aqui se almeja, pois, a natureza das amarras “intelectuais” produzidas *in loco* nas universidades têm cada vez mais limitado a compreensão dos fenômenos complexos que se dá na transição em curso – mesmo que aos “trancos e barrancos” - do capitalismo ao socialismo em troca de um apelo quase “insofismável” ao rigor da teoria que rompe com o processo histórico, e com a própria visão da história como ciência.

Nesse sentido, nada mais apropriado do que tecer uma breve nota sobre a divisão planificada do trabalho que tem seu centro dinâmico ancorado no sudeste asiático, a partir dá aproximação com a clássica paródia de Sérgio Porto (pseudônimo Stanislaw Ponte Preta), “O Samba do Crioulo Doido”, que longe de ser gratuita, fornece, a princípio, um quadro válido para explicar o revisionismo que tem ditado os rumos da “nova” historiografia brasileira, e seus paladinos afeitos em reinterpretar o Brasil a luz de juristas apegados a “instituições herdadas do passado, de modo que, deixados ao seu alvedrio, estarão sempre ocupados em reconstruir alguma coisa, não raro já caduca e perempta” (RANGEL, 1986a).

Como se sabe, o desenvolvimento econômico e social chinês dirigido pelo Partido Comunista nos últimos cinquenta anos tem demonstrado um dinamismo colossal diante do mundo ocidental, não só pelos altos índices de crescimento que o país mantém em ritmo acelerado, mas também por uma plêiade de elementos geográficos, econômicos e culturais, que garantiram a precoce unificação nacional em meados do século III a.C. quando a dinastia Qin na figura de rei Shi Huangdi “recomeçou a construção da Grande Muralha” (MAMIGONIAN, 2008b, p.45).

Um país que, aliás, embora se mantenha nas fronteiras do subdesenvolvimento diante das humilhações sofridas no passado pelo “condomínio imperialista composto pela Inglaterra, França, Alemanha, Japão, Rússia” no século XIX (MAMIGONIAN, 2008a, p.42), hoje se encontra em marcha forçada em transição ao socialismo (MAMIGONIAN, 2008a), combinando um crescimento de quase 35 vezes no período que se estende de 1978 a 2017 sob a taxa média anual de 9,5% (ROSS, 2018) com deficit na balança comercial, sobretudo pelos investimentos de suas receitas em alguns países da África e da América Latina onde o capital norte-americano e europeu não conseguiu chegar (OLIVEIRA, 2008).

Isso indica que há uma mudança na direção dos ventos, pois a tentativa de desacelerar o crescimento econômico da China nos últimos anos com inúmeras guerras comerciais, os EUA têm infortunadamente demonstrado ao mundo a superioridade do sistema econômico socialista chinês, oriundo de um forte planejamento estatal, que tem

crescido mais que o dobro da economia americana, investindo em tecnologia avançada como inteligência artificial, computação quântica e biotecnologia (ROSS, 2019).

Com efeito, considerando os feitos realizados pelo Partido Comunista Chinês (PCC) ao longo desses cinquenta anos de transição e abertura comercial ao mundo a cargo do binômio Mao-Deng, seria um equívoco entoar coro junto ao filósofo francês Alan Badiou, no qual diz que a forma-partido (o príncipe-moderno) estaria suplantada no século XXI, ou mesmo que o paradigma leninista de tomada do poder estatal estaria hoje superado (KEUCHEYAN, 2015).

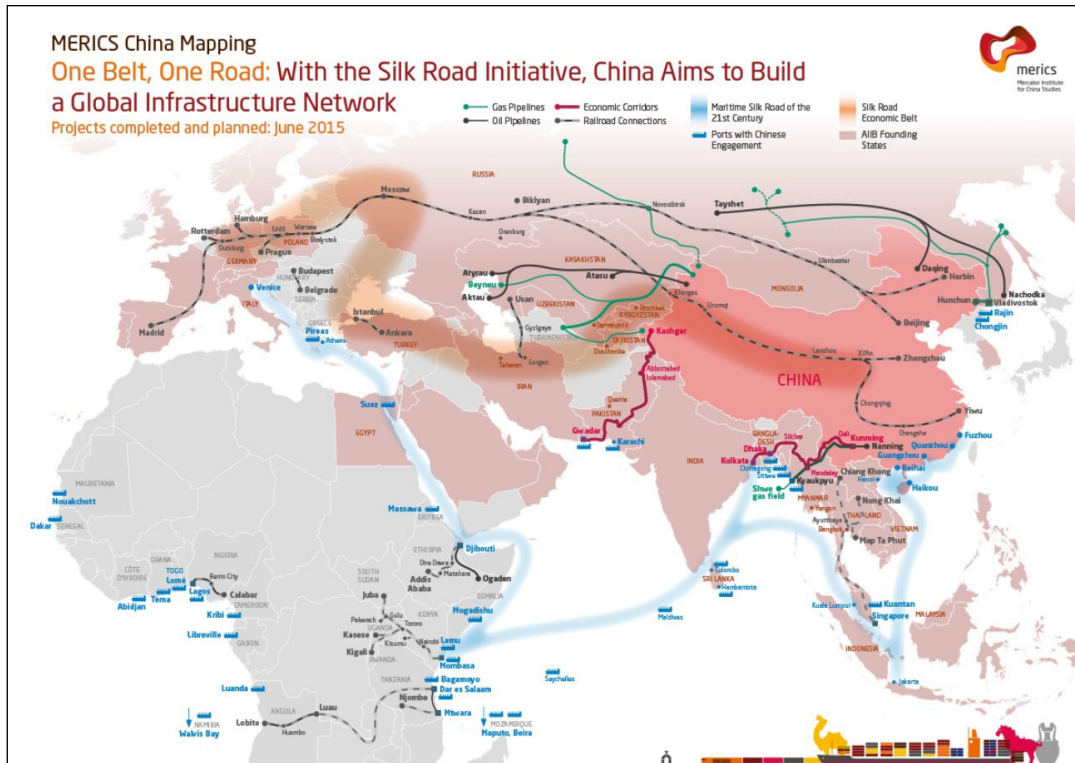
Frente a esse cenário mundial é justamente as certezas diretivas que mobilizam blocos geopolíticos e geoeconômicos entre Estados-Nação periféricos e centrais num alto grau de complexidade sistêmica que se devem buscar as mudanças no ordenamento aberto pelas lacunas deixadas pela divisão internacional do trabalho já em transição a divisão planificada do trabalho.

Se os chamados ciclos longos de acumulação hoje gerenciam a economia mundial, é no resultado da direção das classes dominantes internas de cada Estado Nacional que se podem alçar uma via de superação das contradições expostas pelas relações de produção internas e externas frente ao desenvolvimento de suas forças produtivas (MAMIGONIAN, 2018).

Todavia, é preciso ter em mente que a transição capitalismo (imperialismo) ao socialismo não se esgota nas inovações promovidas pela revolução científico-técnica ora em curso ancoradas no “socialismo com características chinesas”, pois elas precisam ser enquadradas jurídicas e politicamente a uma nova condicionante externa, isto é, os termos de intercâmbio do comércio internacional. Isso quer dizer, que o pano de fundo que move as engrenagens da 3ª Revolução Industrial está intimamente ligadas a possibilidade de integração das economias nacionais em “formas socialistas” de comércio exterior, isto é, aquilo que segundo Rangel (1982b, p.24), consistiria em uma Divisão Planificada do Trabalho (DPT) “no campo internacional”, - uma forma aliás ampliada de um comércio planificado de Estado.

Ora, a China, a partir do lançamento em 2013 da Nova Rota da Seda conhecida como programa “One belt, one road” (Figura 1), tem desafiado o imperialismo e suas práticas de comércio exterior de tipo tradicional (capitalista) cujas “permutas de excedentes” são “mais ou menos eventuais” (RANGEL, 1982b, p.24), ao ampliar sua área de influência mundial através da “diplomacia da dívida”, investindo em infraestruturas a juros baixos e com carências de longo prazo em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento¹⁷.

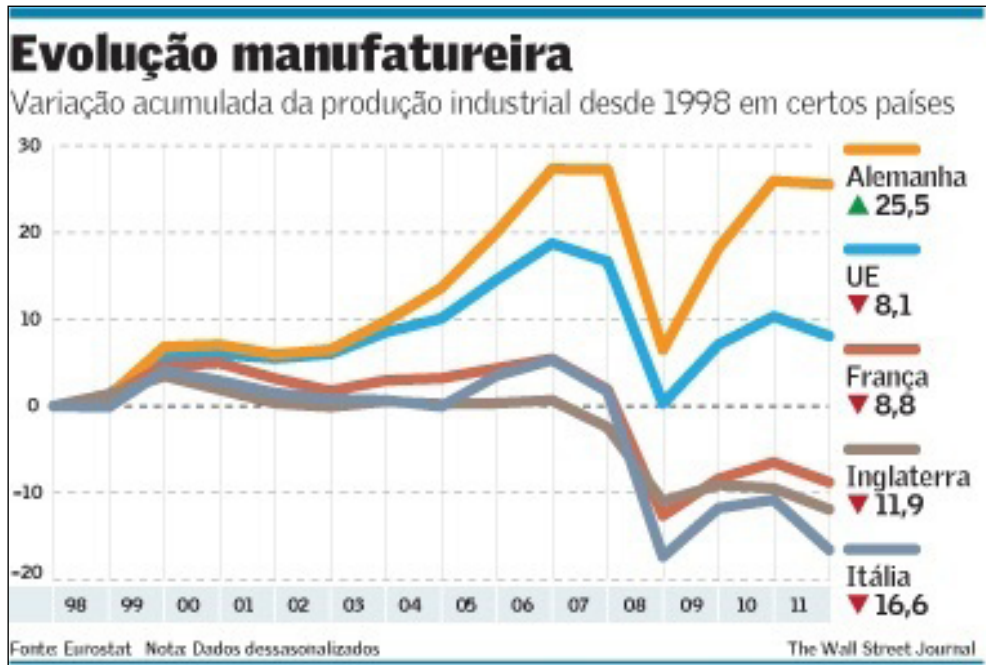
De 2013 para cá, China possui um montante de empréstimos e créditos no exterior como algo em torno de US\$ 1.500 bilhões em infraestruturas¹⁸ espalhadas pela Ásia, África e Europa¹⁹, como é o caso do recente investimento de US\$ 6 bilhões – 60% de empréstimos do governo chinês – para a construção da ligação ferroviária eletrificada de 1.035 km entre a cidade de Kunming na China e a capital Vientiane no Laos²⁰, bem como a construção da nova capital administrativa do Egito a leste do Cairo, com investimentos na ordem de US\$ 3 bilhões pagos pelos bancos estatais da China.



Fonte: Diplomatic World, <https://thediplomat.com/2015/09/chinas-silk-road-initiative-is-at-risk-of-failure/>

Figura 1. Rotas Terrestres e Marítimas da Nova Rota da Seda.

Trocando em miúdos, o Projeto de desenvolvimento chinês “One belt, one road” tem forçado nos últimos anos a consolidação da paz ao colocar o planejamento do comércio exterior a um alto grau de complexidade, pois se nos anos 1980, a construção dos 5.000km do gasoduto transiberiano pela parceria da URSS e dos países da OTAN, representaram uma possibilidade de planificação do comércio exterior, diminuindo assim, os riscos de guerra, pelo simples fato do dinheiro investido pelo Ocidente (RANGEL, 1982b), hoje, a situação é outra, já que a China tem induzido o mundo capitalista a retomar as inversões, como é o caso do Plano “Global Gateway” lançado recentemente pela União Europeia, que pretende investir 300 bilhões de euros em países em desenvolvimento nos setores de infraestrutura²¹ como tentativa de evitar a desindustrialização na Europa (Figura 2).



Fonte: The Wall Street Journal (2013).

Figura 2. Evolução manufatureira em países europeus (1998-2011).

Por outro lado, alguns autores têm chamado atenção para a perda de participação industrial dos países europeus muito por conta da iniciativa chinesa “Nova Rota da Seda”, mas em resumo, poder-se-ia afirmar aqui, com Mamigonian (2021), que a complexidade do fenômeno da desindustrialização é muito mais ampla e complexo, se vistos em sua totalidade a partir das combinações das Revoluções Industriais com as relações centro-periferia imperialista, pois se

Depois de bloqueada pelos EUA nos anos 1980, a Terceira Revolução Industrial, provavelmente a última, está se acelerando, como na robotização. O mercado mundial de robótica industrial deverá crescer de US\$ 45 bilhões anuais em 2020 para US\$ 73 bilhões em 2025 (The Economist, Estadão 16/1/2021). Mas o que a imprensa ocidental não diz é que estes avanços nos países capitalistas aumentará o desemprego, enquanto no planejamento chinês o rápido avanço da robotização deverá levar, nas próximas décadas, à diminuição da jornada de trabalho. Hoje em dia alguns países pequenos passaram a adotar a semana de cinco dias de trabalho. A diminuição da jornada de trabalho que ocorreu com a Segunda Revolução Industrial será mais importante com a atual Terceira Revolução Industrial. Os países capitalistas terão dificuldade de iniciá-la devido à concorrência entre eles, mas serão forçados a adotá-la, até visando salvar o capitalismo, depois que a China iniciar o processo, que deverá inaugurar uma fase superior do socialismo, combinando planejamento central com autogestão nas fábricas. Diante do exemplo chinês, certamente os sindicatos dos

trabalhadores nos países capitalistas, começando pela França e pela Alemanha, forçarão seus governos e empresas a adotar a diminuição, instituindo novas relações entre empresas e sindicatos (MAMIGONIAN, 2022, p.110)

Dessas considerações, acrescentaríamos aqui uma outra, pois no caso das formações periféricas, a transição capitalismo-socialismo posta em marcha no século XXI, fica evidente que o elevado grau de planejamento do comércio exterior levará o socialismo “pela mesma porta por onde entraram os outros modos de produção, tanto pré-capitalistas, como capitalistas”, isto é, pelos “impulsos engendrados no exterior” (RANGEL, 1982a, p.125), sobretudo pela China, que tem demonstrado que o “planejamento econômico não é apenas um instrumento capaz de permitir a um país prescindir em grande parte do comércio exterior”, - como uma espécie de autarcia – mas também uma ferramenta “que pode ser utilizado para, pelo aumento do intercâmbio, aumentar o grau de integração da economia do sistema” e do mundo (RANGEL, 1982b, p.28).

Por fim, cabe ao Brasil retomar sua participação ativa e altiva nas relações exteriores, sendo capaz de defender seus interesses soberanos, na medida em que reencontre seu destino nos trilhos da terceira revolução industrial ora em curso.

NOTAS

2 É interessante observar que a crítica ao neoliberalismo esboçado por Soares quando afirmar que “política pública é a negação da rede de proteção social” ou, em outras palavras, “é a entrega da vida ao comando do mercado” (SOARES, 2014a, p.135) não passa de um empirismo vulgar já denunciado por Hegel, ou de um positivismo acrítico da qual nos conta Marx, pois afinal, reduz o significado de uma guerra através do recurso da lógica binária restrita a “generalizações vazias” que não leva em conta “o contexto histórico e o contencioso geopolítico e geoeconômico” (AZZARÁ, 2012, p.157). Ora, quando Soares (2014a, p.138) diz que “o PT constrói sua própria derrota quando fica divulgando que transformou todo mundo em classe média, que gerou um sistema de mercado com oportunidade para todos”, e daí segue com inúmeros exemplos empíricos, tais como, “que o pobre, burro desinformado, ignorante, que melhorou de vida comece a se sentir rico e aí como é praxe, entre os ricos neste país com forte herança colonial-escravista, comece a ter desprezo e até mesmo raiva do pobre”, ou mais adiante, quando afirma que o “pobre que virou classe média pensa como esta e passa a não gostar de pobre”, ou que até mesmo o “cara que trabalha no mercado financeiro, enche a conta de dinheiro, mas tem raiva do Lula, porque não percebe que o cassino financeiro foi estimulado pelo PT”, mas pressupõe que enriqueceu por próprio brilhantismo, ou que até mesmo, o varejista que expandiu suas redes de lojas vendendo para pobre, se expandiu por “competência própria”, na verdade, o que se pode ler dessas conclusões é o nítido reconhecimento dos direitos sociais garantidos pelo Estado Providencial (Welfare State), chame-se de políticas públicas, ou rede de proteção social. Aliás, esse típico processo de dedução binária, cara a lógica positivista, é o mesmo

que permitiu Friedrich August Von Hayek, “patriarca do neoliberalismo e Prêmio Nobel de Economia em 1874”, reconhecer a influência da revolução marxista russa no Ocidente, mesmo que as avessas, quando criticou deliberadamente a declaração dos direitos humanos sancionados pela ONU (LOSURDO, 2015, p.372).

3 É que, segundo o autor, “entre um esforço de conceituação científica do subdesenvolvimento, por muito bem-sucedido que seja, e um programa de ação política prática há uma grande distância a vencer” (RANGEL, 1968, p.7).

4 Segundo Costa (2017b), desde já é preciso tomar quatro medidas conjugadas: (a) “transformação progressiva e ordenada da dívida pública em investimento produtivo, em obras de infraestrutura e em novas fábricas; (b) controle da entrada e saída de capitais; (c) redução da taxa básica de juros para níveis internacionais; (d) administração do câmbio em um patamar favorável ao equilíbrio das contas externas; (e) uma política fiscal e monetária que busque a estabilidade dos preços”.

5 Sobre a influência dos ciclos econômicos na industrialização brasileira, ver (RAMOS; BASTOS, 2021).

6 A alusão ao termo militar Blitzkrieg se refere as inúmeras táticas de guerras-relâmpagos promovidos pelos EUA mundo afora, seja em seus estrangulamentos econômicos, como também em matéria de política especial, isto é, guerra de cunho militar.

7 Os grandes serviços de utilidade pública são fenômenos geográficos e econômicos muito complexos e que estão no centro do destino da nação brasileira na atual conjuntura. Atualmente, os referidos serviços no Brasil representam verdadeiros nós-de-estrangulamentos que precisam de maciços investimentos, muito próximos de 8,7 trilhões de reais investidos até 2038, para que o país volte a integrar a 20ª posição mundial em matéria de “infraestruturas” (Relatório 2020, Projeto Infra2038).

8 Até mesmo os ortodoxos, que chegaram a corrigir a série histórica do valor adicionado da indústria brasileira admitem que a participação do peso da indústria “foi de 25% em 1985 para 15% em 2011” (BONELLI; PESSOA; MATOS, 2013, p.49).

9 Para mais informação sobre a dualidade do Projeto Nacional Brasileiro em sua transição de Estado-Nação independente, isto é, um Estado em si, para constituir-se em Estado para si a partir da irrupção da Revolução Nacionalista de 1930 liderada por Getúlio Vargas ver a tese de doutorado (FFLCH-USP) de Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira, “A geografia e as bases da Formação Nacional Brasileira: uma interpretação fundamentada nas ideias de Ignacio Rangel (1998)”.

10 O conceito de bouleversement para Marx (1983, p.25), se limitava a uma época de mudança, de subversão, uma época de revolução, ou seja, o ponto em que o desenvolvimento das forças produtivas encontra entraves nas relações sociais de produção e, cujos “homens tomam consciência deste conflito, levando-o as últimas consequências”. Todavia, segundo Rangel (1963a, p.16), o caso brasileiro revela uma ampliação do conceito, pois aqui, via de regra, o caminho do desenvolvimento e da industrialização colocou no “posto de comando da economia pessoas que não acreditavam, nem no desenvolvimento nem na industrialização”.

11 Segundo Rangel (1963a, p.20) “a opção pelo planejamento – que envolve as opções pela unidade e pela soberania nacional, sem as quais aquele seria impossível – foi até

pouco tempo, fundamentalmente do tipo inconsciente e ingênuo. Todavia, vale lembrar que mesmo sob a espontaneidade do sistema, a ideia de planejamento que veio se desenvolvendo com a fundação do Estado Nacional, e sua construção da nacionalidade ao longo do século XIX e início do século XX, provou a capacidade de “aceitar transferências não compensadas de renda”, que mantiveram a unidade nacional como “prova de solidariedade”, - condição prévia para o plano – como o foram as obras da União no Nordeste, carecidas de “justificação econômica” (RANGEL, 1963a, p.16).

12 Até mesmo a União Soviética foi obrigada a perceber que a nação é uma pré-condição para o Plano, mesmo sob todas “as posições universalistas do internacionalismo proletário”, isto é, a nação é, objetivamente, a estrutura que melhor satisfaz as pré-condições do planejamento, adquirindo assim nova e decisiva razão de ser” (RANGEL, 1957b, p.15).

13 Para mais informações sobre o seminário e a apresentação dos painelistas ver “Era da Esperança. Teoria e Política no Pensamento de Celso Furtado (Org.) GAUDÊNCIO, F. de S.; FORMIGA, M. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

14 A literatura recorrente sobre o processo de desindustrialização brasileira, conforme aponta Morceiro (2012), encontra-se restrito a três grupos de abordagens (emprego, produção – valor adicionado, e desempenho do comércio exterior), que as vezes, as variáveis aparecem combinadas ou não. Ainda segundo o autor, não há consenso entre nas abordagens, seja nos aspectos de definição do conceito, pois as variáveis são imobilizadas de acordo com o arbítrio do pesquisador, seja no aspecto de conclusão se há ou não desindustrialização no Brasil. Se para alguns que combinaram as três variáveis em suas análises não houve desindustrialização no Brasil, como é o caso de Coriat (1989), que “sob a ótica do emprego” os números se mantiveram em níveis de equilíbrio, para outros, como (Oreiro, Bresser-Pereira, Cano, entre outros), a perda de participação nas duas outras variáveis (comércio exterior e valor adicionado) confirmam a hipótese da desindustrialização.

15 Sobre a intervenção do Estado aliada as grandes empresas familiares coreanas (Chaebols) na edificação dos Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico (PQDE) que lograram a partir do planejamento econômico orientar o empresariado “a futura direção básica das políticas econômicas do governo” e construir a partir da cooperação entre governo, empresas e sociedade, um consenso capaz de estimular a industrialização, a estabilização e a modernização tecnológica, ver (YOON; SOUZA, 2001, p.340).

16 O recente trabalho publicado de (ROCHA; VIEIRA, 2021) são esclarecedores sobre a gênese e evolução do Brasil e do EUA, revelando, por exemplo, além de suas peculiaridades geográficas, econômicas, políticas, culturais, etc. que engendraram a via revolucionária (pequena produção mercantil) como motor primordial da acumulação capitalista, o papel do casamento do banco com a indústria nos EUA do final do século XIX que acabou por dar origem a um precoce capitalismo financeiro nacional, que se por um lado financiou a industrialização brasileira até os anos 1980, reagiu - semelhante ao capitalismo industrial inglês no século XIX, interrompendo o surgimento do capitalismo industrial brasileiro – bloqueando a irrupção de nosso casamento nacional dos nossos bancos com a nossa própria indústria.

17 Informações disponíveis em <<https://chinadialogue.net/en/business/8470-chinese-loans-to-africa-could-trigger-another-debt-crisis/>>.

18 Informações disponíveis em <<https://www.istoedinheiro.com.br/plano-chines-de-infraestruturas-deixa-paises-pobres-com-divida-oculta-diz-estudo/>>.

19 A China tem investido maciçamente na Europa, como é o caso do Porto de Pireus na Grécia, localizado em um dos maiores entroncamentos portuários que ligam a Europa, a Ásia e a África, administrado atualmente pela gigante estatal chinesa Cosco, que acaba de assumir participação de 35% na Container Terminal Tollerot GmbH (Hamburgo), além de ser “terceira maior exportadora de contêineres do mundo e quinta maior operadora de terminal portuário em termos de taxa de transferência”. Vale lembrar também da recente aquisição do controle do porto Haifa em Israel, pela Shanghai International Port Group. (MARDEL; GIAMELLO, 2021).

20 Informações disponíveis em <<https://www.voanews.com/a/can-europe-compete-with-china-s-belt-and-road-initiative-/6337145.html>>.

21 Informações disponíveis em <<https://www.istoedinheiro.com.br/o-plano-global-de-investimentos-da-ue-para-fazer-frente-a-china/>>.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. América Latina: Presente, Passado e Futuro. In: **Revista Terra Livre**, n.10, (AGB) - Geografia, Espaço e Memória, jan.- jul., 1992, p.140-148.

AZZARÁ, Stefano G. Crítica ao liberalismo, reconstrução do materialismo. Entrevista com Domenico Losurdo. **Crítica Marxista**, n.35, Campinas, 2012, p.157-159.

BONELLI, Regis; PESSOA, Samuel; MATOS, Sílvia. Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretações. In: **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. (Orgs.) BACHA, E., BOLLE, M. de. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BRECHT, Bertold. “Um Homem é um Homem” (pp. 145-218). In: **Teatro Completo 2**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. **Por um Brasil-Nação**. 2017. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/manifesto/17.04.Por-um-Brasil-Nacao.pdf>>. Acesso em 20/08/2018.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. **Reindustrialização como Projeto Nacional**. Le Monde Diplomatique Brasil, out. 2015. Disponível em <<http://bresserpereira.org.br/articles/2015/15.10-LMD-Brasil-Reindustrializa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso 23/04/2018.

BLOOM, H. **A angustia da influência: uma teoria da poesia**. (Tradução de Miguel Tâmen). Lisboa: Edições Cotovia, 1991.

CASTRO, Antônio Barros de. **7 ensaios da economia brasileira**. Vol.1. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.

CORRÊA, José Rossini C. Campos do C. Eu e Ele: minhas memórias de Ignacio Rangel. In: **A singularidade do pensamento de Ignacio Rangel**. (Orgs.) SILVA, R. N. P.; SOUSA, J. U. P. São Luís: IMESC, 2008.

- CORSI, Francisco Luiz. Política externa, projeto nacional e política econômica ao final do Estado Novo. **Política e Sociedade**, n.12, abr. de 2008.
- COSTA, Darc. **Em Prol do Ocidente Profundo**, 2017b. Disponível em <<http://www.patrialatina.com.br/em-prol-do-ocidente-profundo/>>. Acesso 30/10/2017.
- COSTA, Darc. **O Brasil na Era Trump**, 2017a. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/opiniao/brasil-na-era-trump-20884158>>. Acesso em 30/10/2017.
- COSTA, Darc. Conversas Informais. In: **Memórias do desenvolvimento** – Ano 5, n.5, (2016). Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2007.
- COSTA, Darc. Integrar é desenvolver a América do Sul. In: **Integração da América do Sul**. Brasília: FUNAG,2010b.
- COSTA, Darc. Palestra 1: Estratégia de desenvolvimento nacional de longo prazo. In: **I Seminário da ASSECOR** – “Estado, Planejamento e Desenvolvimento”. Brasília: ASSECOR, 2010a.
- DELFIN NETTO, Antônio. Um projeto de Nação, por favor. **Revista IHU-Online**, 2017. Disponível em <<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/571634-um-projeto-de-nacao-por-favor>>. Acesso 08/10/2019
- DELFIN NETTO, Antônio. É preciso aprender. In: **Revista Carta Capital**, ed.896, Opinião, abril, 2016, Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/896/e-preciso-aprender>>. Acesso em 07/02/2018.
- DELFIN NETTO, Antônio. Deem-me o ano e não se preocupem com décadas. In: **Jornal do Brasil** (Revista Econômica), Rio de Janeiro, 20 de março, 1970, p.3.
- GOMES, Ciro. **Projeto Nacional: o dever da esperança**. São Paulo: Leya, 2020.
- GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- KANT, Immanuel. **A Paz Perpétua: um Projeto Filosófico**. Trad. Artur Morão. Textos Clássicos de Filosofia. Covilhã: Universidade da Beira interior, 2008.
- KEUCHEYAN, Razmig. **Alain Badiou: Evento, fidelidade, Sujeito**. 2015. Disponível em: <<https://overquil.wordpress.com/2015/04/11/alain-badiou-evento-fidelidade-sujeito-por-razmig-keucheyan/>>. Acesso em: 21 de jul. 2018.
- LENIN, Vladimir I. **Obras Completas: Tomo 25 – marzo-julio de 1914**. Moscú: Editora Progreso, 1984.
- LESSA, Carlos Francisco T. M. Ribeiro de. **Estamos abrindo mão da identidade nacional**, 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/09/11/estamos-abrindo-mao-da-identidade-nacional-diz-carlos-lessa/>>. Acesso em 22/10/2017.
- LESSA, Carlos Francisco T. M. Ribeiro de. Conversas Informais. In: **Memórias do desenvolvimento** – Ano 5, n.5, 2016b. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2007.
- LESSA, Carlos Francisco T. M. Ribeiro de. **BNDES quer privatizar o Brasil**. A sociedade quer isso?, n.120, 2016a. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/120/o-bndes-quer-privatizar-o-brasil-2607.html>>. Acesso em 22/10/2017.

- LESSA, Carlos Francisco T. M. Ribeiro de. **Quem lidera?**, 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/843/quem-lidera-5452.html>>. Acesso em 22/10/2017.
- LESSA, Carlos Francisco T. M. Ribeiro de. **Projeto Nacional e democracia**, 2011. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/158201-1>>. Acesso em 22/10/2017.
- LESSA, Carlos Francisco T. M. Ribeiro de. Infraestrutura e Logística no Brasil. In: CARDOSO JR, J. C. **Desafios ao Desenvolvimento Brasileiro** – contribuições do conselho de orientação do Ipea – Livro 1. Brasília: Ipea, 2009.
- LOSURDO, Domenico. Revolução de outubro e democracia no mundo. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis – PPGICH**. Florianópolis, v.12, n.1 jan/jun-2015. Tradução de Marcos Aurélio da Silva. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2015v12n1p361>>. Acesso: 07 de ago. 2018.
- LUKÁCS, Georg. **Velha e Nova Cultura**. 1978. Velha e Nova Cultura, de György Lukács, foi publicado originalmente em 1920 na revista Kommunismus, nº 43.. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lukacs/1920/mes/cultura.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- MAMIGONIAN, Armen. O enigma brasileiro atual: Lula será devorado?. In: **Brasil e Mundo no início do século XXI: geografia, história e economia**. MAMIGONIAN, A.... [et al.] (Orgs.) 1ª Ed. Florianópolis, SC: UFSC, 2021.
- MAMIGONIAN, Armen. Ascensão da China e rivalidade com os EUA. In: **Quando acordei o Dragão estava lá: A geografia da China no século XXI** (Org.) MARTIN, A., MAMIGONIAN, A., RIBEIRO, F. G. dal B., SANTOS, K. L. São Paulo: Hucitec, 2022, p.87-110.
- MAMIGONIAN, Armen. O mundo no final do século XX e início do século XXI. **Boletim Paulista de Geografia**, n.100, (Edição Comemorativa), p.173-205, 2018.
- MAMIGONIAN, Armen. Ignácio Rangel e seus interlocutores. In: HOLANDA, F. M. de et al. (Org.). **Ignácio Rangel: Decifrador do Brasil**. São Luís: Edufma, 2014.
- MAMIGONIAN, Armen. As bases naturais e sociais da civilização chinesa. In: **Geografia Econômica**. Anais de Geografia Econômica e Social. Grupo de Pesquisa/CNPq Formação Sócio-Espacial: Mundo, Brasil e Regiões. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Impressão no Departamento de Geociências, 2008b, p.41-66.
- MAMIGONIAN, Armen. A China e o marxismo: Li Dazhao, Mao e Deng. In: ROIO, M. d. (Org.) **Marxismo e Oriente: quando as periferias tornam-se os centros**. São Paulo: Ícone; Marília, SP: Oficina Universitária da FFC-Unesp Marília, 2008a, p.179-182.
- MARDEL, Jacob. GIAMELLO, Giovanni. **COSCO takes in Hamburg Port Terminal**. 2021. Disponível em: <<https://merics.org/en/tracker/cosco-takes-stake-hamburg-port-terminal>>. Acesso em 02/11/2021.
- MARX, Karl. **A guerra civil na França**. Seleção de textos. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. Prefácio. MARX, K. **Contribuição a Crítica da Economia Política**. 2 Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. A ideia de Nação no Brasil. In: **Nação, Câmbio e Desenvolvimento**. (Org.) BRESSER-PEREIRA, L. C. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- MORCEIRO, Paulo César. Adensamento produtivo e esgarçamento do tecido industrial

- brasileiro. Unicamp, **Economia e Sociedade**, v.29, n.3, set./dez. 2020.
- MORCEIRO, Paulo César; TESSARIN, Milene S. **Desenvolvimento Industrial em Perspectiva internacional comparada**. Instituto de estudos para o desenvolvimento industrial, 2019. Disponível em: <https://iedi.org.br/media/site/artigos/20190802_desind_intern_comp.pdf>. Acesso em 18/08/2021
- MORCEIRO, Paulo César. **A indústria brasileira no limiar do século XXI: uma análise de sua evolução estrutural, comercial e tecnológica**. (Tese de Doutorado). FEA-USP, Departamento de Economia, 2018.
- MORCEIRO, Paulo César. **Desindustrialização na economia brasileira no período entre 2000-2011**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita, Araraquara, Departamento de Economia, 2012.
- OLIVEIRA, Amaury Porto de. A China constrói uma parceria estratégica com a África. In. **Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – III CNPEPI: (2: Rio de Janeiro: 2008): O Brasil no mundo que vem aí**. Seminário: China. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.
- OREIRO, José Luis. **O retorno do rentismo no Brasil**. 2021. Disponível em: <<https://www.fundacaoastrojildo.org.br/rpd-jose-luis-oreiro-o-retorno-do-rentismo-no-brasil/>>. Acesso 1/12/2021.
- OREIRO, José Luis. **Espantos e fábulas**. Jornal do Brasil, 03 abr. 2018. Disponível em: <<https://jlcoreiro.wordpress.com/tag/samuel-pessoa/>>. Acesso 20/03/2021.
- PEREIRA, Raquel Maria Fontes do A. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. Florianópolis: UFSC, 1989.
- PESSOA, Samuel. **Comentário ao livro “Projeto Nacional; o dever da Esperança de Ciro Gomes**. Mar. 2021. 3ª versão. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/comentario-ao-livro-projeto-nacional-o-dever-da-esperanca-de-ciro-gomes>>. Acesso 18/08/2021.
- PINTO, Álvaro Borges Vieira. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.
- PROJETOINFRA2038. **Relatório2020**. Perspectivas para o avanço da infraestrutura brasileira: os desafios da pandemia e seus desdobramentos. Disponível em: <https://159146a3-f37e-4128-a17e52af8299c800.filesusr.com/ugd/63fe2f_d467f2188ebc45ebb3bf7ba1db0afb7a.pdf>. Acesso 23/03/2023.
- AUTOR; BASTOS, José Messias. Notas sobre a via prussiana brasileira e a industrialização no oeste paulista, in: XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, São Paulo, **Anais do XIV ENANPEGE**. Campina Grande: Realize Editora, 2021.
- RANGEL, Ignacio Mourão. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b. Vol. 2.
- RANGEL, Ignacio Mourão. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a. Vol.1.
- RANGEL, Ignacio Mourão. Recursos Ociosos e política econômica. In: **Obras reunidas/ Ignacio Rangel**. Rio de Janeiro: Contraponto, [1960-80] 2005. v.1, p. 447-535.
- RANGEL, Ignacio Mourão. O mercado e o plano. **Folha de São Paulo**, 13/6/1991b. Dinheiro 3.
- RANGEL, Ignacio Mourão. Apostasias. **Folha de São Paulo**, 2/1/1991a. B-2 Opinião Econômica.

- RANGEL, Ignacio Mourão. Pressupostos do Plano. **Folha de São Paulo**, 27/1/1990c. B-2 Opinião Econômica.
- RANGEL, Ignacio Mourão. **Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro**. 2ª Ed. São Paulo: Bional, 1990b.
- RANGEL, Ignacio Mourão. Fogo, Blindagem e Conjuntura. In: **Geosul**, n.10, Florianópolis: Ed. UFSC, 1990a.
- RANGEL, Ignacio Mourão. **A Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Bional, 1987b.
- RANGEL, Ignacio Mourão. O futuro da dívida externa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 67, nº21.170, 20 mar 1987a, Opinião Econômica, p.A-20.
- RANGEL, Ignacio Mourão. Acerto por equívoco. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 66, nº20.964, 20 mar 1986c, Opinião Econômica, p.A-30.
- RANGEL, Ignacio Mourão. A inflação e o juros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 66, nº20.819, 03 abr 1986b, Economia, p.16.
- RANGEL, Ignacio Mourão. Federalismo e Unitarismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 66, nº20.989, Opinião Econômica, 20 de set. 1986a, p.74.
- RANGEL, Ignacio Mourão. Dualidade e ciclo longo. São Paulo, **Revista de Economia Política**, v. 4, n.1, 1984.
- RANGEL, Ignacio Mourão. A Polônia e o Ciclo Longo. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. SILVEIRA, Ênio; *et al.* Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1982b. (Encontros com a civilização brasileira, v.29).
- RANGEL, Ignacio Mourão. **Ciclo, Tecnologia e Crescimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982a. (Coleção Retratos do Brasil; v.158).
- RANGEL, Ignacio Mourão. A 4ª Dualidade. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. SILVEIRA, Ênio; *et al.* Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1980b. (Encontros com a civilização brasileira, v.25).
- RANGEL, Ignacio Mourão. Dualidade e escravismo colonial. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, 1(3): 79-92, set. de 1978.
- RANGEL, Ignacio Mourão. Prefácio à Losada Aldana. In: **Dialética do Subdesenvolvimento**. Tradução de Ignácio M. Rangel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- RANGEL, Ignacio Mourão. **A inflação brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1963b.
- RANGEL, Ignacio Mourão. A economia e a política ou Resposta a Guerreiro Ramos. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.4-5, p.14-24, jun-set, 1963a.
- RANGEL, Ignacio Mourão. **Balancear Recursos para Projetar**. Serviço de Imprensa Inter, Rio de Janeiro, Edição Diária, n.23, 1958b.
- RANGEL, Ignacio Mourão. **Bases de um Programa de Desenvolvimento Nacional**. Serviço de Imprensa Inter, Rio de Janeiro, Edição Diária, n.21, 1958a.
- RANGEL, Ignacio Mourão. **Dualidade Básica da Economia Brasileira**. Textos brasileiros de Economia -21.4.-. Rio de Janeiro: ISEB, 1957b.
- RANGEL, Ignacio Mourão. Desenvolvimento e Projeto. **Separata** n.9, Belo Horizonte, Revista Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, 1957a.
- ROCHA, Isa de Oliveira; VIEIRA, Maria Graciana E. de Deus. Notas sobre a formação

social dos Estados Unidos da América. In: **Brasil e Mundo no início do século XXI: geografia, história e economia**. MAMIGONIAN, A.... [et al.] (Orgs.) 1ª Ed. Florianópolis, SC: UFSC, 2021.

ROSS, John. **Despite himself Trump admits the superiority of China's socialist economy to capitalism**. 2019. Disponível em: <<https://www.learningfromchina.net/despite-himself-trump-admits-the-superiority-of-chinas-socialist-economy-to-capitalism%EF%BB%BF/>>. Acesso em: 02/03/2019.

ROSS, John. **China's is the fastest growth by a major economy in human history – 40 years of China's 'reform and opening up'**. 2018. Disponível em: <<https://www.learningfromchina.net/chinas-socialist-reform-and-opening-up-improved-the-lives-of-a-greater-proportion-of-humanity-than-any-other-country-in-human-history/>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

SANTOS, Manoel da Conceição. **Chão de minha Utopia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SANTOS, Milton. O intelectual e a Universidade estagnada. **Revista ADUSP** n.º 11. São Paulo: Edusp, out. de 1997.

SARAMAGO, José. Especial FSM – 2005: O ano em que Chávez foi ovacionado. In: **Sul 21**, Geral, 28 de novembro, 2015. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/jornal/especial-fsm-2005-o-ano-em-que-chavez-foi-ovacionado/>. Acesso em 17 jan. 2018.

SARAMAGO, José. Escritor português critica utopia e pede revisão conceitual da esquerda. In: **Folha de São Paulo**, Brasil, domingo, 30 de janeiro de 2005.

SOARES, Paulo de Tarso Presgrave L. Convergências entre Ignácio Rangel e Delfim Netto: uma leitura com base em Lenin. In: HOLLANDA, F. M de; ALMADA, J. U. P. S de; PAULA, R. Z. A de (Org.) **Ignácio Rangel, Decifrador do Brasil**. São Luís: Edufma, 2014b.

SOARES, Paulo de Tarso Pesgrave L. Políticas Públicas: confusão de ideias e/ou subordinação ideológica?. **Geosul**, v. 29, Florianópolis, ESPECIAL, p 117-142, jul./dez. 2014a.

SZPORLUK, Roman. **Comunism and Nationalism – Karl Marx versus Frederich List**. New York: OXFORD UNIVERSITY PRESS, 1988.

THE WALL STREET JOURNAL. 2013. **O risco da desindustrialização na Europa**. Por Stephen Fidler e Colaboração de Daniel Michaels. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/SB10001424127887324082604578487714211039302>>. Acesso 23/10/2020.

TITAN JÚNIOR, Samuel. Que é uma Nação? De Ernest Renan. **Plural-Revista de Ciências Sociais/USP**, v.4, n.1, 1997, p.154-175.

TROTSKY, Leon. Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia. In: **História da Revolução Russa**. São Paulo: Ed. Sundermann, 2007.


YOON, Taek Dong; SOUZA, Nali de Jesus. de. Uma análise empírica sobre os fatores de desenvolvimento Econômico da Coreia do Sul: 1961-1990. **Estudos Econômicos (USP)**, São Paulo, v.31, n.2, 2001.

INDÚSTRIAS CERVEJEIRAS EM PONTA GROSSA/PR: A GELADA QUE ESQUENTA A ECONOMIA


BREWING INDUSTRIES IN PONTA GROSSA/PR:
THE COLD BEER THAT HEATS UP THE ECONOMY

INDUSTRIAS CERVECERÍAS EN PONTA GROSSA/PR:
EL HELADO QUE CALIENTA LA ECONOMÍA


Luiz Henrique Toscani¹

 0009-0007-9210-9394
toscani2507@gmail.com

Rafael dos Santos²

 0000-0003-0914-8127
rafaeldossantos0804@gmail.com

Edson Belo Clemente de Souza³

 0000-0003-3307-0518
ebelosouza@uepg.br

Ano XXVII - Vol. XXVII - (4): Janeiro/Dezembro - 2023

CIÊNCIA
Geográfica

ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461

www.agbauru.org.br

1 Bacharelado em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-9210-9394>. E-mail: toscani2507@gmail.com.

2 Bacharelado em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0914-8127>. E-mail: rafaeldossantos0804@gmail.com.

3 Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3307-0518>. E-mail: ebelosouza@uepg.br.

Artigo recebido em outubro de 2023 e aceito para publicação em dezembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: As indústrias cervejeiras no município de Ponta Grossa, Paraná, nomeadamente a Heineken e a Ambev, contribuem no fortalecimento da economia local, haja vista o aporte de recursos disponíveis. O presente artigo tem como objetivo analisar as Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*) dessas indústrias, por meio da metodologia SWOT. Essa metodologia é amplamente aplicada em estudos de casos por diversas disciplinas, mas, em Geografia, a abordagem utilizada se aproxima das Teorias Clássicas de Localização Geográfica. Além desses procedimentos teórico-metodológicos, consultas na mídia digital forneceram informações sob o ponto de vista do arcabouço empírico. Apresenta-se também a confecção cartográfica, por meio do *software* QGIS, complementada por imagens de satélite do Google Maps. Dentre os resultados esperados, evidencia-se a importância da indústria, enquanto força motriz, para a cidade de Ponta Grossa - PR.

Palavras-chave: Metodologia SWOT. Localização geográfica. Cerveja.

ABSTRACT: The brewing industry in the city of Ponta Grossa, in the State of Paraná, Brazil, specifically Heineken and Ambev, contribute to strengthening the local economy, given the resources available. The aim of this article is to analyze the Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats of these industries, using the SWOT methodology. This methodology widely applied in case studies in different fields of knowledges, but when it comes to Geography, the chosen approach is close to the Classical Theory of Geographical Location. In addition to these theoretical-methodological procedures, consultation in the digital media provided information from the empirical framework point of view. Using the QGIS software, we developed maps, which were complemented with satellite images from Google Maps. Among the expected results, the importance of industry as a driving force for the city of Ponta Grossa is highlighted.

Keywords: SWOT methodology. Geographical location. Brewing.

RESUMEN: Las industrias cerveceras del municipio de Ponta Grossa, en el estado brasileño de Paraná, a saber, Heineken y Ambev, contribuyen con el fortalecimiento de la economía local, dados los recursos disponibles. Este artículo pretende analizar las Fuerzas (*Strengths*), Debilidades (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) y Amenazas (*Threats*) de estas industrias, utilizando el metodología SWOT. Esta metodología es ampliamente aplicada en estudios de caso en diversas áreas del conocimiento, pero, en Geografía, el enfoque utilizado se aproxima a las Teorías Clásicas de la Localización Geográfica. Además de estos procedimientos teórico-metodológicos, las consultas en los medios digitales aportaron información desde el punto de vista del marco empírico. Con el software QGIS, se produjeron mapas, complementados con imágenes de satélites de Google Maps. Entre los resultados esperados, se destaca la importancia de la industria como motor de la ciudad de Ponta Grossa.

Palabras clave: Metodología SWOT. Localización geográfica. Cerveza.

INTRODUÇÃO

As indústrias cervejeiras representam uma força motriz para o desenvolvimento econômico. A partir da análise da Heineken e Ambev, localizadas no município de Ponta Grossa - PR (Figura 1), podemos constatar suas relevâncias.

A Heineken nasceu em 1864, em Amsterdã, Holanda. Em 1973, a cervejaria iniciou sua produção com o nome de Heineken. Em Ponta Grossa - PR, inicialmente, a localidade onde estabelece seu pátio fabril pertencia à Kaiser, desde 1997 até 2010, quando a marca brasileira foi agregada à Heineken.

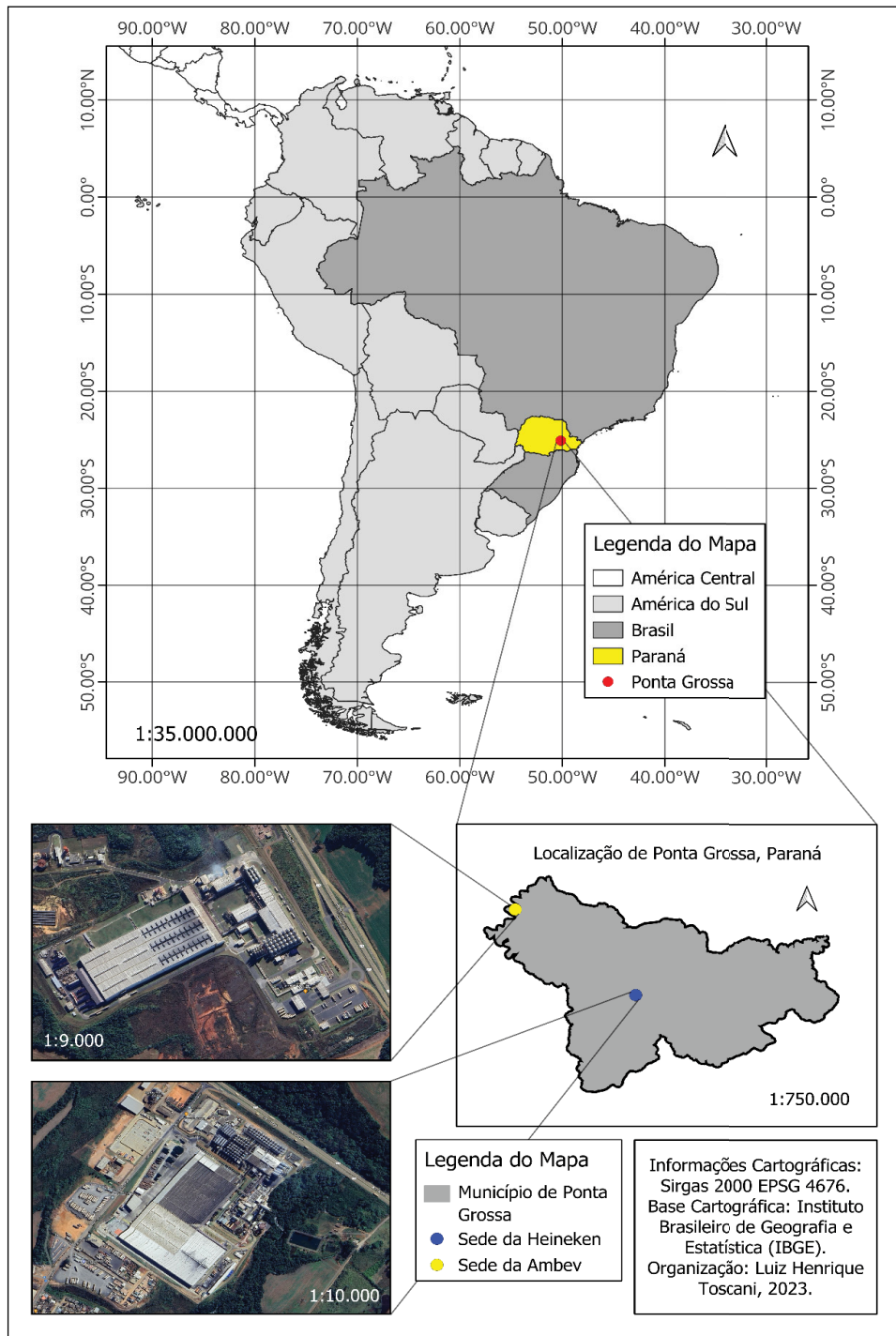
Até 2020, a produção da Heineken era de 1,42 milhão de litros por dia. Porém, com a aprovação de ampliação de sua produção, em agosto de 2022, a fábrica elevou em 117,3% sua produção, totalizando cerca de 1,13 bilhão de litros por ano. Um dos investimentos que impactou no bom resultado no Paraná, em 2022, é o da própria cervejaria Heineken, que nos dois últimos anos destinou 865 milhões de reais para a planta de Ponta Grossa - PR (IMPULSIONADA, 2023). Em 2017, a empresa comprou a cervejaria Brasil Kirin e, com ela, marcas como Devassa, Baden Baden, Schin, Glacial e Eisenbahn, tornando-se a segunda maior fabricante de cerveja no país, atrás apenas da Ambev. Atualmente, dezembro de 2023, a fábrica emprega diretamente 576 pessoas da região, além de outras 19.574, de forma indireta ou induzida.

A Ambev nasceu em 1999, após a união da cervejaria Brahma e a companhia Antártica. Alguns anos após essa união, une-se ao grupo belga Anheuser-Busch, criando assim a Anheuser-Busch Inbev, ou apenas AB Inbev, contemplando mais de duzentas marcas agregadas. Até 2021, a estimativa da capacidade de produção da cervejaria em Ponta Grossa/PR era de 600 milhões de litros por ano. Porém, a Ambev recebeu, no mês de dezembro de 2023, a aprovação para ampliação de sua produção para 900 milhões de litros/ano.

Desde 2017 a 2020, Heineken e Ambev ocupam a segunda e terceira maiores indústrias de Ponta Grossa (Saiba, 2020). Segundo o secretário de Indústrias, Comércio e Serviços do Estado do Paraná, no estado, há matéria-prima, mão de obra qualificada, água de qualidade e logística. Esses fatores, junto aos incentivos fiscais do governo do Estado, permitem a consolidação desses investimentos do setor de bebidas no Paraná (IMPULSIONADA, 2023).

Devido ao seu alto índice de urbanização, em torno de 95%, Ponta Grossa/PR é uma cidade média e desempenha importante papel não só na produção propriamente dita, mas em todas as esferas dos Circuitos Espaciais de Produção (produção propriamente dita, distribuição, comercialização e consumo), pois integra e comanda a economia em diferentes escalas espaciais, representando um “nó de rede”, não só na intermediação como também na articulação, sendo parte da Região Geográfica Imediata de Ponta Grossa(RGI)⁴.

O presente artigo tem como objetivo analisar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças dessas indústrias, por meio da metodologia ou matriz SWOT. Apresenta-se também um levantamento bibliográfico de artigos, dissertações e teses, que dão conta do estado da arte da aplicação dessa matriz, o que demonstra a importância dessa mesma para fins de análise qualitativa, posteriormente utilizado no arcabouço empírico.



Fonte: Organizado por Luiz Henrique Toscani (2023).

Figura 1. Localização da Ambev e Heineken no Município de Ponta Grossa/PR.

Assim sendo, as Teorias Clássicas da Localização Geográfica nos ajudarão a compreender o papel do lugar e da localização para as indústrias se desenvolverem, destacando os trabalhos de Alfred Weber, August Lösch, Walter Christaller, Michael Eugene Porter, François Perroux, Walter Isard e Johann Heinrich Von Thünen.

O artigo está estruturado da seguinte maneira: além desta breve introdução, o tópico seguinte trata dos procedimentos teórico-metodológicos, incluindo o estado da arte sobre a aplicação da matriz SWOT, interpretada também como uma metodologia de análise. Em seguida, serão apresentados a discussão e os resultados sob o ponto de vista de demonstrar a realidade relacionada à intersecção do significado do conceito, da teoria e da metodologia. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A matriz SWOT é de extrema aplicabilidade no meio das concorrências industriais e sua utilização, no meio cervejeiro e nas principais empresas do ramo, é de relevante importância. Sendo a cerveja uma das bebidas mais consumidas no mundo e no Brasil, que é considerado, por muitas pesquisas, parte do *top 5* de consumidores da bebida alcoólica. A sigla SWOT, original do inglês, recebe esse nome devido aos seus eixos: *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças).

Cada matriz é separada em quatro grupos, correspondentes aos eixos SWOT, os grupos formam um quadro separado em quatro partes, que se divide da seguinte maneira: na horizontal, tem-se o Ambiente Interno, que engloba Forças e Fraquezas; e o Ambiente Externo, com Oportunidades e Ameaças. Na vertical: as Contribuições para a empresa, que engloba Forças e Oportunidades, e as Dificuldades para a empresa, com Fraquezas e Ameaças. Ilustra-se a matriz SWOT no Quadro 1:

Quadro 1. Ilustração Matriz SWOT.

SWOT	Contribuições	Dificuldades
Interno	FORÇAS <i>Strengths</i>	FRAQUEZAS <i>Weaknesses</i>
Externo	OPORTUNIDADES <i>Opportunities</i>	AMEAÇAS <i>Threats</i>

Dessa forma, juntamente com as Teorias Locacionais e dos Teóricos Clássicos da Localização, pode-se analisar o espaço, juntamente com a estratégia e a capacidade de cada empresa; assim, é possível comparar cada empresa, e/ou indústria. A seguir, o Quadro 2 apresenta o estado da arte desta matriz.

Quadro 2. Estado da Arte da matriz SWOT.

Nº	Título	Palavras-chave	Referência	Sobre o tema
1	Uma visão sobre a análise da matriz SWOT como ferramenta para elaboração da estratégia	Matriz SWOT; Estratégia; Planejamento Estratégico.	FERNANDES, Djair Roberto. Uma visão sobre a análise da Matriz SWOT como ferramenta para elaboração da estratégia. Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais, v. 13, n. 2, 2012.	O artigo trata como a matriz SWOT pode contribuir para a construção de uma estratégia a partir dos pontos oportunos e inoportunos.
2	Análise SWOT e estratégia de diferenciação da rede de restaurantes Madero	Análise SWOT; Estratégia de Diferenciação; Planejamento Estratégico.	MARTINS, PKB; Turczyniak, B.; Pizyblski, E. M. Análise SWOT e estratégia de diferenciação da Rede de Restaurantes Madero. In: Congresso Internacional de Administração. 2016.	Aplicação da matriz SWOT em uma análise da empresa Madero e seus restaurantes.
3	A utilização da Matriz SWOT como ferramenta estratégica – um estudo de caso em uma escola de idioma de São Paulo	Matriz SWOT; Ambiente Interno; Ambiente Externo; Estratégia; Escolas de Idiomas.	SILVA, Andréia Aparecida et al. A utilização da matriz Swot como ferramenta estratégica -- um estudo de caso em uma escola de idioma de São Paulo. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, v. 8, p. 1-11, 2011.	Aplicação da matriz SWOT para uma escola de Idiomas de SP. Interessante pois relata como foi criado o SWOT e aplica para uma empresa de relativo pequeno porte, porém de importante valor.
4	A matriz SWOT como ferramenta de gestão estratégica: o caso do Centro de Operações da Área Financeira Petrobras	Gestão estratégica; Matriz SWOT; Petrobras.	DIAS, Rosane de Oliveira Gomes Guimarães; FERREIRA, Aracéli Cristina Sousa. A matriz SWOT como ferramenta de gestão estratégica: o caso do Centro de Operações da Área Financeira Petrobras. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2009.	Aplicação do SWOT como instrumento de análise da implantação do Centro de Operações da Área Financeira Petrobras (COFIP).
5	Inteligência competitiva em cervejarias brasileiras: uma análise sob a perspectiva da gestão do conhecimento	Inteligência competitiva; Cervejarias; Gestão da informação; Diferencial competitivo; Gestão do conhecimento.	ALCANTARA, Marcos Willian Venâncio de. Inteligência competitiva em cervejarias brasileiras: uma análise sob a perspectiva da gestão do conhecimento. 2021. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.	A tese trabalha sobre a competitividade das empresas cervejeiras, em específico, e como funciona o dinamismo dessas empresas e da gestão de cada uma. A tese se utiliza até da competitividade das empresas durante a pandemia do COVID-19 e como elas lidaram com a situação em questão. Além de utilizar, como métodos, a análise SWOT e as 5 Forças de Porter.
6	Estratégias competitivas genéricas: um estudo de caso da AMBEV	Concorrência; Cerveja - Indústria.	GADELHA, Italo Barros. Estratégias competitivas genéricas: um estudo de caso da AMBEV. 2013. 45 f. TCC (graduação em Administração) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza-CE, 2013.	A tese trabalha com foco na empresa Ambev, e como ocorrem as concorrências e competitividades no ramo. Evidencia a obra "Estratégia Competitiva", de Michael E. Porter, de 1980. "[...] as características mais relevantes do mercado cervejeiro brasileiro e de seus principais competidores e como essas indústrias evoluíram historicamente e passaram a ser bastante relevantes no cenário nacional".
7	Contribuições à Teoria da Localização Industrial: Seqüências e Conseqüências	-----	DA SILVA LEME, Ruy Aguiar. Contribuições à Teoria da Localização Industrial: seqüências e conseqüências. Análise Econômica, v. 8, n. 13, 1990.	O artigo aborda a Teoria da Localização Industrial e como ela funciona, e também sobre os respectivos autores de destaque.

continua

continuação

Nº	Título	Palavras-chave	Referência	Sobre o tema
8	Um estudo da teoria da localização e das políticas públicas: algumas evidências do caso da região Oeste do Paraná	Teoria da Localização; Políticas Públicas; Poder Local.	PEREIRA, João Arami M.; LIMA, Jandir Ferreira; STAMM, Cristiano. Um estudo da teoria da localização e das políticas públicas: algumas evidências do caso da região Oeste do Paraná. Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional: Processos, Políticas e Transformações Territoriais, v. 9, 2019.	Este artigo aborda como a Teoria Localizacional é de amplo interesse para empresas e academias. Estes setores buscam por uma melhor tecnologia, aplicando tal teoria à situação das Políticas Públicas do Oeste Paranaense.
9	A teoria da localização industrial e o Programa Paulista de Arranjos Produtivos Locais: limites do modelo de competitividade no plano regional (2002 a 2012)	Distrito industrial; Arranjos Produtivos Locais; Aglomeração produtiva; Desindustrialização; Urbanização.	NOGUEIRA, Rodrigo Hisgail de Almeida. A teoria da localização industrial e o Programa Paulista de Arranjos Produtivos Locais: limites do modelo de competitividade no plano regional (2002 a 2012). 2015. 203 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.	Esta tese trabalha com a análise ao sistema paulista e como o Programa de Arranjos Produtivos Locais (APLs) aplicado no ABC Paulista. As APLs são, em outras palavras, como as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) que ocorrem na Terceira Itália. Ou seja, são clusters de um mesmo ramo de produção, para uma melhor e mais eficiente produção, ou seja, um aglomerado de empresas com uma mesma finalidade. Além de aplicar a Teoria da Localização para ser melhor trabalhado. E mostrado que a região do ABC, como diz o próprio autor: “[...] constatou-se que apesar das contribuições, a competitividade regional como proposta de desenvolvimento é insuficiente e não responde por si só às necessidades e interesses sociais historicamente determinados nestas regiões”.
10	Um estudo sobre a localização industrial da Região Sul do Brasil	-----	DE PAIVA, Cláudio Cesar et al. Um estudo sobre a localização industrial da Região Sul do Brasil. In: Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e a Conferência Internacional de História de Empresas [Proceedings of the 3rd Brazilian Congress of Economic History and the 4th International Conference on Business History]. ABPHE – Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (Brazilian Economic History Society), 1999.	O artigo é sobre um estudo realizado nos estados do Sul do Brasil, durante os anos de 1980 a 1995. Explicar e detalhar a Teoria da Localização não é o foco, é apenas aplicá-la, e principalmente utilizando o “Métodos de Análisis Regional” de Walter Isard.

Fonte: organizado por Luiz Henrique Toscani, 2023.

A matriz SWOT, desenvolvida na década de 1960, na *Harvard Business School*, está muito relacionada à estratégia, que serve de objeto comparativo. Cada empresa deve ter a sua estratégia e, para isso, é necessário um planejamento. Sendo assim, no caso das cervejarias, há fatores que podem interferir no habitual funcionamento, como uma estiagem e/ou intensas chuvas e, por consequência, perda da matéria-prima.

Ou seja, a análise do ambiente externo e como ocorre seu dinamismo, somada à visão de futuro, basicamente, forma o planejamento estratégico, que é a causa de sucesso de muitas empresas. Entender esse meio externo instável é de suma importância, e a matriz SWOT é a que melhor define esse planejamento. Uma vez que a matriz SWOT permite que sejam analisados os pontos fortes e fracos, externos e internos, atuais de cada empresa, assim como ocorre com o sistema global, pode-se projetar em termos de futuro. É possível analisar, por exemplo, situações em que o que antes já fora um ponto forte para a ascensão de uma empresa, hoje, tornou-se um ponto fraco, e/ou vice e versa. Tal dinamismo é importante e entendê-lo é de suma importância. Entendê-lo, porém, não basta: é necessário aplicá-lo. Por exemplo, se é identificado um ponto fraco, a empresa deve focar em seu fortalecimento; por outro lado, pode também ocorrer de um ponto forte tornar-se fraco e, por isso, pode ser necessário modificá-lo também. O que anteriormente representou uma força, pode não mais sê-lo, e/ou muda-se esse ponto, ou se perde mercado.

Há vezes que tal ponto é algo tradicional dessa empresa. Neste caso, mudá-lo por completo pode significar a perda da identidade da empresa, a característica que a alavanca. Então, alterar esse ponto por completo não seria algo vantajoso. Nessas situações, deve-se analisar o que precisa ser alterado, até qual ponto se deve mudar. Por exemplo, uma cervejaria é conhecida regionalmente por seu *modus operandi*, ou seja, o modo como ocorre a produção de sua cerveja, e pela sua receita. Porém, com o avanço da tecnologia, ciência e afins, viu-se que não era o modo correto de se produzir essa cerveja e que o processo de produção poderia ser anti-higiênico. Em um caso como este, com toda certeza a cervejaria deve alterar sua maneira de produzir sua cerveja, porém não precisa, necessariamente, mudar a sua receita, pois pode ser ela que a identifica dentro o variado mercado. Então, a alteração de certos pontos é necessária, mas nem sempre por completo.

Utilizando do mesmo exemplo, se tal receita se torna inviável e de difícil acesso, tem-se que procurar outras formas de produzir. Isto é, se para a confecção dessa cerveja utilizava-se outra matéria-prima, além das convencionais: água, malte, lúpulo e leveduras, e essa matéria-prima é de difícil acesso, pensando a nível de expansão de produção, deve-se analisar e repensar sua receita, uma vez que a cervejaria queira aumentar o mercado de consumo. Embora alterar a receita possa significar perda de mercado local e de tradição, pode-se tentar localizar alguma essência que se assemelhe com a matéria *in natura*, assim conseguindo obter o mesmo resultado esperado, tornando-se uma cerveja que alterou, ou melhor, adequou sua receita com o fim de modernização e expansão de mercado. Como podemos visualizar, Silva *et al.* (2011) citam um trecho do artigo de Porter, de 1996:

Para Porter (1996), um dos mais respeitados estudiosos sobre o assunto, estratégia significa fazer as coisas de forma diferente quando comparado com as ações dos competidores, significa escolher, conscientemente, um conjunto diferente de atividades para se posicionar como competidor na arena comercial. A estratégia é a criação de uma posição única e valiosa que engloba um conjunto diferente de atividades, para que a organização possa ser percebida

distinta, dentre todas as competidoras, e se manter perene no mercado. Nas palavras do autor: “Estratégia é a criação de uma posição única, distinta e valiosa que conjuga um conjunto de atividades da organização” (PORTER, 1996, p. 75). Justifica o estudioso afirmando que para o delineamento da estratégia é necessário decidir sobre o caminho a seguir, o que significa deixar de fazer certas coisas para fazer outras consideradas adequadas para a estratégia escolhida (SILVA *et al.*, 2011).

Conciliando o entendimento sobre a matriz SWOT, estratégia e competitividade com a Teoria Clássica da Localização, podemos ter um entendimento, senão completo, quase integral sobre a análise industrial de duas cervejarias competidoras: Heineken e Ambev. Para melhor entendimento de tal teoria, busca-se os teóricos clássicos da localização, como o considerado “criador” da Teoria Locacional, Johann Heinrich Von Thünen. Thünen escreveu, em 1826, a obra *Teoria do Estado Isolado*. Sua teoria é bem focada no setor primário, em um relevo idealizado: uma Alemanha ainda agrícola e não unificada. Em seu contexto espaço-temporal, mesmo com suas problemáticas, foi bem aplicável e de suma importância para estender tal teoria e aplicá-la ao setor industrial, num segundo momento, em uma Alemanha já unificada e industrializada. Em 1909, Alfred Weber aplica a teoria de Von Thünen para o setor industrial e elabora a obra *Teoria da Localização das Indústrias*.

Alguns teóricos tentam complementar ou explicar “furos teóricos” na obra de Weber, propondo suas próprias visões sobre a teoria. Esse grande repertório de teorias e as várias formas de aplicá-las fortalece ainda mais o meio acadêmico, e ainda mais as pesquisas que as usam como fonte. Contando com mais de uma visão acadêmica sobre uma mesma temática, a pesquisa se torna muito mais fundamentada. Alguns dos principais teóricos da localização que têm suas abordagens muito utilizadas são: Walter Christaller, com a obra *Os Lugares Centrais no Sul da Alemanha* (1933); August Lösch, com *A Economia de Localização* (1939); François Perroux, com *Teoria dos Pólos de Crescimento* (1955); e Walter Isard, com *Localização e Espaço Econômico: uma teoria geral relacionada com a localização industrial* (1956).

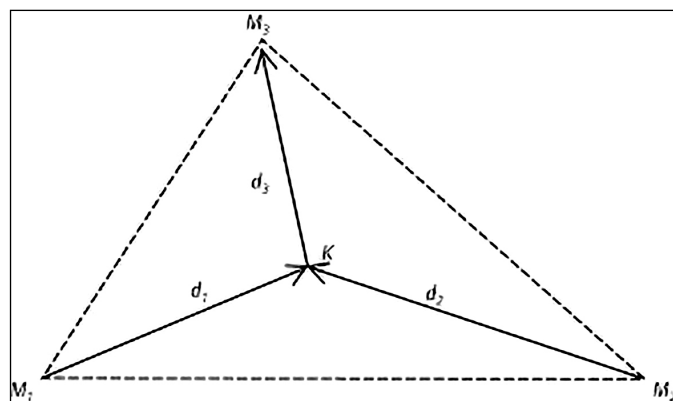
Aplicando tal teoria no contexto do Brasil, nos dias e circunstâncias atuais, podemos articular as teorias, de forma geral, correlacionando-as. No nível do ramo cervejeiro, por sua vez, conseguimos entender como funciona a estratégia competitiva dessas cervejarias. Essa análise pode incluir desde o local onde elas se estabeleceram, seja a cidade, bairro ou *cluster*, na beira da estrada ou em ruas que as ligam às estradas, até estradas específicas, que podem facilitar a logística de distribuição. Outras possibilidades são locais próximos de rios para captação de água; se os rios principais são muito consumidos, prioriza-se a captação de afluentes, mesmo que mais distantes. Essa é a importância do entendimento das Teorias Locacionais, seja priorizando uma melhor logística ou uma determinada matéria-prima.

Um exemplo é privilegiar a proximidade a uma maltaria, para obtenção do malte de cevada, ou distanciar-se de plantações de lúpulo, se este é importado, para priorizar a proximidade da água. Até mesmo, em alguns casos, distancia-se uma fábrica da matéria-

prima para aproximá-la da distribuição. Estes são alguns exemplos de planejamentos e estratégias que as empresas devem tomar para ter uma melhor dinâmica e lucro, obviamente. Para Leme (1990):

Na analogia física, é estendido o raciocínio mecanicista de Weber pelo qual indústrias são assimiladas a massas atraídas por forças. As indústrias passam a ser gotas de líquido que, além de massa, possuem volume, densidade e tensão superficial. Futuros desenvolvimentos deste tópico exigem conhecimento de física superiores aos possuídos pelo autor e pela maioria dos interessados em teoria da localização (LEME, 1990).

Podemos entender, portanto, que a Teoria Locacional Industrial gira em torno não apenas de matérias-primas e transporte. Como mostra o Triângulo Locacional de Weber (Figura 2), podemos ver que a empresa pode determinar onde se estabelecerá perante o preço do transporte de cada matéria-prima e também da facilidade, ou dificuldade, de obter cada uma. Esses são, com efeito, fatores que podem decidir onde a empresa se localizará. Porém, já tendo idealizado e estudado tal molde, conclui-se que são necessários outros fatores. De acordo com Leme (1990), utilizamos três fatores decisórios: demanda, oferta e transporte. Sendo o transporte presente nos outros três fatores, conclui-se que a empresa deve escolher um local onde será aceita e terá ótimos lucros no mercado, que é a demanda, um local onde terá ofertas para se estabelecer, como isenções de impostos, e/ou ofertas de matérias-primas, como também de mão de obra local qualificada, que pode ser tanto uma oferta como uma demanda, assim como o transporte, que é necessário para comercializar com o município em que a empresa se localiza, assim como outros municípios, estados e, inclusive, outros países.



Fonte: Mccann, 2013, apud Betarelli Junior, 2016.

Figura 2. Triângulo Locacional de Weber.

Na Figura 2 podemos observar as variáveis M , que significa matéria-prima; d , que significa distância; e K , que significa a indústria e/ou empresa.

Pensando desta maneira, entende-se como deve ocorrer a escolha de local onde se estabelecerá a indústria, com base nos pontos positivos e negativos, internos e externos de cada empresa. Além disso, com base no estudo das Teorias Locacionais, será possível obter um melhor entendimento sobre a instalação. Conclui-se que, para a obtenção de um produto muito consumido no país, é necessário realizar estudos que abranjam a estratégia de cada empresa, seus competidores, seu mercado, sua logística e sua localização. Mais que isso, tal estudo deve ser idealizado, analisado e ponderado. Com isto, a marca ganhará destaque e, se já for de destaque, obterá a ampliação de seu mercado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da metodologia apresentada, compararemos os elementos que expressam a realidade da Heineken e da Ambev, para entendermos a relevância das mesmas para o município de Ponta Grossa/PR, conforme Quadro 3.

Quadro 3. Aplicação comparativa da matriz SWOT.

		Ambev	Heineken
Aspectos Internos	Strengths (Forças)	<ul style="list-style-type: none"> -Ótima localização (Localização, 2023a); -Mais de 200 marcas agregadas (Sobre, 2022); -Parte da frota terceirizada é de caminhões elétricos (Estigarribia, 2020); -Fábrica de garrafas em Carambeí, PR (Brick, 2023); -Investimento em Tecnologia (Das assessorias, 2023). 	<ul style="list-style-type: none"> -Ótima localização (Localização, 2023c); -Mais de 30 marcas agregadas (Heineken, 2023a); -Mais controle sobre a logística da empresa, embora ainda terceirizada (Santana, 2023); -Plano de Energia Sustentável (Heineken, 2023b); -Investimento em Tecnologia (Istoé Dinheiro, 2020).
	Weaknesses (Fraquezas)	<ul style="list-style-type: none"> -Menor produção anual comparada à sua concorrente (Eichelbaun, 2023). 	<ul style="list-style-type: none"> -Terceirizar fabricação de garrafas (Folhapress, 2021).
Aspectos Externos	Opportunities (Oportunidades)	<ul style="list-style-type: none"> -Pandemia do COVID-19 (Nascimento, 2022); -Qualidade da água (Localização, 2023b); -Aumento do Salário Mínimo (Steil, 2023); -Instalação de uma Maltaria no Município (Rogala, 2023); -Mão de Obra Qualificada (Ambev, 2023). 	<ul style="list-style-type: none"> -Pandemia do COVID-19 (Nascimento, 2022); -Qualidade da água (Localização, 2023c); -Aumento do Salário Mínimo (Steil, 2023); -Instalação de uma Maltaria no Município (Rogala, 2023); -Mão de Obra Qualificada (Ribeiro, 2022).
	Threats (Ameaças)	<ul style="list-style-type: none"> -Falta de manutenção das estradas (Jacomini, 2023) -Guerra entre Ucrânia e Rússia (BBC News, 2023); -Eventos climáticos que podem prejudicar a produção agrícola (Jornal Nacional, 2023). 	<ul style="list-style-type: none"> -Falta de manutenção das estradas (Jacomini, 2023) -Guerra entre Ucrânia e Rússia (BBC News, 2023); -Eventos climáticos que podem prejudicar a produção agrícola (Jornal Nacional, 2023).

Fonte: Organizado por Luiz Henrique Toscani (2023).

AMBEV

Forças

A localização representa uma força efetiva da empresa, uma vez que se localiza nas margens da BR-376, direção Noroeste do município (LOCALIZAÇÃO, 2023a).

A Ambev tem uma grande quantidade de marcas agregadas, contando com mais de duzentas marcas de bebidas. Dentre elas, as cervejas Brahma, Antarctica, Skol, Budweiser, Corona, Leffe, Original, Patagonia, Spaten, Stella Artois, etc. A empresa também conta com refrigerantes, como Sukita, Pepsi, Guaraná e Tônica Antarctica, H2O, etc. Há ainda outras marcas de chopes, sucos, chás, energéticos e outras bebidas (SOBRE, 2022).

A empresa vem buscando integrar à sua frota de caminhões, embora terceirizada, veículos movidos por energia renovável, ou seja, caminhões elétricos. Isto representa uma força da empresa perante suas concorrentes, no mercado de trabalho. Ademais, outros pontos fortes são que veículos movidos por energia são notavelmente mais econômicos que veículos movidos a combustão, além de visar uma melhor qualidade do meio ambiente (ESTIGARRIBIA, 2020).

A fábrica de garrafas retornáveis da Ambev, localizada nas margens da PR-151, em Carambeí, distante 30 km de Ponta Grossa - PR, sentido Sudoeste, será uma grande força comparada a competidoras do ramo cervejeiro, uma vez que não necessitará terceirizar a produção das garrafas, como é feito. Durante a Pandemia do COVID-19, por exemplo, a fábrica foi afetada por conta da queda na produção das garrafas, e por consequência, ocorreu a dificuldade de envasar o produto, o que acarretou no aumento do preço das cervejas. Além do mais, a nova fábrica de garrafas se localiza próximo a Ponta Grossa - PR (BRICK, 2023).

A Ambev investe em grande quantidade de tecnologia. A empresa economizou, por exemplo, cerca de 22,6 litros de água, após esses investimentos, reduzindo, com isso, o consumo de energia. A empresa utiliza *geobags* desde 2022. Segundo a mídia eletrônica *Diário dos Campos*, *geobags* são “bolsões que contêm pequenas fissuras que permitem a passagem de água, misturando-as com produtos químicos. A água, neste processo, passa por uma “bomba sapo” do tanque de lodo e, posteriormente, é inserida na *geobag*. Ali, ocorre uma formação de flocos que purificam a água, permitindo sua reutilização”; ou seja, basicamente, são bolsas que filtram a água (DAS ASSESSORIAS, 2023).

Fraquezas

A Ambev produzirá 900 milhões de litros por ano, o que demonstra um grande potencial. Porém, ainda assim, são 230 milhões de litros a menos que sua concorrente, que produzirá 1,13 bilhões de litros por ano, resultando em um maior crescimento de produção, de potencial e de lucro de uma empresa sobre a outra (EICHELBAUN, 2023).

Oportunidades

A Pandemia do COVID-19 teve resultados negativos em inúmeros fatores, mas há pontos positivos, como ocorreu com a indústria cervejeira. Um dos resultados da Pandemia do COVID-19 foi o acréscimo no consumo da bebida e, mais recentemente, a instalação de uma fábrica de garrafas da Ambev, em Carambeí (NASCIMENTO, 2022).

A qualidade da água do município de Ponta Grossa - PR é uma oportunidade, bem como a proximidade a fontes de água. A Ambev se localiza a, aproximadamente, 5,6km de distância da sua captação de água, no Rio Bitumirim, afluente do Rio Tibagi (LOCALIZAÇÃO, 2023b).

O aumento do salário mínimo, em 2023, assim como em 2024, resulta em um aumento do poder de compra da população e dos consumidores dos produtos; logo, age como uma oportunidade para a empresa (STEIL, 2023).

A instalação de uma maltaria na cidade de Ponta Grossa - PR, nas margens da BR-151, sentido Nordeste do município, proporcionou, tanto às duas grandes cervejarias de Ponta Grossa - PR, como às cervejarias artesanais, facilidade, economia de tempo e de dinheiro, uma vez que se reduz a distância para obtenção de malte para a produção cervejeira (ROGALA, 2023).

A mão de obra qualificada no município não representa um problema para as indústrias, uma vez que são ofertados cursos, oportunidades e estágios. Esse é o exemplo da Ambev, que vem abrindo vagas para estagiários e *trainees*, que é um profissional que está em treinamento na empresa (AMBEV, 2023).

Ameaças

A falta de manutenção das estradas, devido à falta de pedágios, foi e está sendo um empecilho para as empresas, uma vez que impõe desafios à necessidade de escoar a produção em direção aos portos. Embora já tenham sido selecionados, o Lote 1 e 2 da concessão de pedágios, ainda há uma defasagem no resto do estado, mesmo que antes este tenha sido um empecilho ainda maior. Esse contexto causa dificuldades de escoamento, pois as rodovias ficam deterioradas, desgastadas e abandonadas. Além disso, vários trechos são em pista simples, o que aumenta o tempo necessário para o deslocamento logístico (JACOMINI, 2023)

A dependência da produção de outros países a partir das redes globais de comércio pode, muitas vezes, ser prejudicial. Se algo ocorrer com essas nações, é possível que haja o encarecimento de algumas matérias-primas e/ou produtos, que também se encarecerão a partir disto. Um exemplo é a guerra entre Ucrânia e Rússia, que são dois dos maiores exportadores de cevada do mundo, a matéria-prima que resulta no malte de cevada, utilizado na produção de cerveja. Isso resulta no encarecimento do grão e, por sua vez, do produto, a cerveja (BBC NEWS, 2023).

Embora boa quantidade do grão da cevada seja exportado, e, atualmente, a produção de lúpulo no Brasil ainda esteja no estado inicial, a pequena produção regional

dessas matérias-primas, quando afetada por eventos climáticos, sofre consequências em todos os seus estágios. Isso sempre tem resultados visíveis no preço do produto. Eventos climáticos também podem ocorrer nos países exportadores dessas matérias-primas e, de forma semelhante, isso resultará no encarecimento do produto de exportação e do produto final. Dois maiores exemplos de eventos climáticos que afetam a produção de matérias-primas são a inundação e a estiagem (JORNAL NACIONAL, 2023).

HEINEKEN

Forças

A localização é uma força da empresa, uma vez que ela se localiza nas margens da BR-376, direção Sudeste do município (LOCALIZAÇÃO, 2023c).

A Heineken tem uma boa quantidade de marcas agregadas, contando com mais de 30 marcas de bebidas. Dentre elas, estão as cervejas: Heineken, Amstel, Sol, Eisenbahn, Devassa, Baden Baden, Schin, Kaiser, assim como outras marcas (HEINEKEN, 2023a).

A Heineken ainda terceirizará parte da logística de distribuição de seus produtos, detendo agora mais controle efetivo sobre tal logística terceirizada, antes pertencente à FEMSA, que vendeu sua participação na Heineken, em maio de 2023 (SANTANA, 2023).

Com seu Plano Sustentável de Energia Limpa, Energia Verde, a Heineken tem como meta até o presente ano, 2023, aplicar o uso de energia limpa ou renovável para a produção de algumas de suas fábricas, como nas cervejarias de Araraquara - SP, Ponta Grossa - PR, Alagoinhas - BA e, até 2023, de Jacareí - SP. O plano consiste basicamente em:

A energia térmica das caldeiras é produzida pela queima do cavaco de madeira reflorestada e do biogás, que é gerado pelo tratamento de efluentes da cervejaria. Essa queima produz vapor, gerando o calor necessário para o processo de produção da cerveja. Já a energia elétrica renovável é necessária para que todos os equipamentos utilizados na produção e envase da cerveja funcionem (HEINEKEN, 2023b).

A Heineken investe em uso de tecnologia que facilita e possibilita a melhor produção da empresa. Além de trazer resultados mais lucrativos e rápidos, melhora também seus equipamentos, estratégias e *modus operandi*. “A nova área de Digital e Tecnologia” possibilitará todas estas melhorias à empresa (ISTOÉ DINHEIRO, 2020).

Fraquezas

Uma fraqueza da Heineken veio a partir de uma ameaça: a Pandemia do COVID-19. Nesse período, a empresa não investiu na produção de garrafas. Embora transporte, garrafas e latinhas não sejam o foco da empresa, ainda assim, isso se torna uma fraqueza perante

sua concorrente, uma vez que depende de terceiros e de como esses terceiros funcionam e se mantêm. Ainda assim, notável parcela de garrafas da Heineken são retornáveis, o que auxilia no processo de obtenção das mesmas (FOLHAPRESS, 2021).

Oportunidades

A Pandemia do COVID-19 resultou negativamente em inúmeros fatores, mas há pontos positivos. No que se refere à indústria cervejeira, a pandemia resultou no acréscimo do consumo da bebida (NASCIMENTO, 2022). Esta oportunidade também serviu para a Ambev, conforme visto acima.

A qualidade da água do município de Ponta Grossa - PR é uma ótima oportunidade, assim como a proximidade com fontes para abastecimento. A Heineken se localiza próxima ao Rio Tibagi (LOCALIZAÇÃO, 2023c).

O aumento do salário mínimo, em 2023, corresponde aos mesmos efeitos de oportunidades da Ambev.

A instalação de uma maltaria na cidade de Ponta Grossa - PR, nas margens da BR-151, sentido Nordeste do município, tornou possível, tanto para duas grandes cervejarias de Ponta Grossa - PR, como para cervejarias artesanais, facilidade, economia de tempo e de dinheiro, uma vez que se reduz a distância para obtenção de malte para a produção cervejeira (ROGALA, 2023).

A mão de obra qualificada no município não é um problema para as indústrias, uma vez que estas ofertam cursos, oportunidades e estágios, como é o exemplo da Heineken, que vem abrindo vagas para estagiários. Essa é uma grande oportunidade para o estagiário, que aprende como exercer a função e, após a conclusão, tem a possibilidade de ingressar na própria empresa que lhe deu a oportunidade (RIBEIRO, 2022).

Ameaças

A falta de manutenção das estradas, correspondem àquelas apresentadas para a Ambev. A dependência da produção de outros países a partir das redes globais de comércio pode, muitas vezes, ser prejudicial. Se algo ocorrer com essas nações, é possível que haja o encarecimento de algumas matérias-primas e/ou produtos, que também se encarecerão a partir disto. Um exemplo é a guerra entre Ucrânia e Rússia, que são dois dos maiores exportadores de cevada do mundo, a matéria-prima que resulta no malte de cevada, utilizado na produção de cerveja. Isso resulta no encarecimento do grão e, por sua vez, do produto, a cerveja (BBC NEWS, 2023).

Embora boa quantidade do grão da cevada seja exportado, e, atualmente, a produção de lúpulo no Brasil ainda esteja no estado inicial, a pequena produção regional dessas matérias-primas, quando afetada por eventos climáticos, sofre consequências em todos os seus estágios. Isso sempre tem resultados visíveis no preço do produto. Eventos climáticos também podem ocorrer nos países exportadores dessas matérias-primas e, de

forma semelhante, isso resultará no encarecimento do produto de exportação e do produto final. Dois maiores exemplos de eventos climáticos que afetam a produção de matérias-primas são a inundação e a estiagem (JORNAL NACIONAL, 2023).

A análise do conjunto das variáveis da matriz SWOT (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) demonstraram ser reveladoras da realidade existente das indústrias cervejeiras, sobretudo aplicado para a Ambev e a Heineken. São grandes empresas de repercussão econômica, em escalas locais, regionais, nacionais e internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a indústria sob o ponto de vista geográfico é corroborar a relação existente entre espaço e indústria, pois demanda vários aspectos de infraestrutura, serviços, comércios, ações e circulação, inerentes à atividade industrial.

As instalações da Heineken e Ambev em Ponta Grossa - PR demonstram mudanças significativas no município, pois além de gerarem emprego e renda, estão auxiliando no crescimento de outros setores.

Ponta Grossa - PR possui plantações de cevada, está recebendo a construção de uma maltaria, conta com unidades de duas das maiores cervejarias do mundo e com pequenas indústrias premiadas internacionalmente, isso sem contar que é o maior entroncamento rododiferroviário do Sul do país, o que facilita, e muito, a sua logística de escoamento.

Neste sentido, os teóricos clássicos da localização aqui abordados confirmaram a importância do transporte, pois além de otimizar recursos, geram lucros e facilitam o fluxo das mercadorias, acelerando a circulação.

A idealização das teorias de localização geográfica estão contextualizadas em dimensões espaço-tempo distantes de nossa realidade, porém, foi possível atualizar, conforme demonstrado na contemporaneidade de uma sociedade global e neoliberal. Esta atualização, à luz da globalização e do meio técnico-científico informacional nos assegura a densidade das teorias, salvo as ressalvas já manifestadas pelos seus limites de alcance explicativos.

A relação local-global se confirma quando o comércio internacional interfere nos negócios internos, ou vice-versa, haja vista as ameaças e fraquezas da matriz SWOT, tanto da Ambev como da Heineken.

Não obstante, a pandemia da Covid-19, fenômeno global, surtiu efeito positivo para as cervejarias, haja vista o aumento do consumo das diversas marcas produzidas, o que gerou maior riqueza sob diversos aspectos já apontados. O que poderia ser uma ameaça, tornou-se uma oportunidade.

Esta matriz evidenciou sua eficácia, por vários campos de conhecimento, conforme o estado da arte, assim como demonstrou sua aplicação neste estudo sobre as duas cervejarias. De modo que, as duas cervejarias, Ambev e Heineken serviram de objeto de estudo e pesquisa para a aplicação da teoria e da metodologia, ou seja, a relação destes pareceu exequível na análise. Assim, outros estudos poderão apontar caminhos da aplicação desses procedimentos reveladores da realidade.

NOTA

4 Esta região, segundo IBGE (2017), é formada por 12 (doze) municípios, sendo: Ponta Grossa, Arapoti, Carambeí, Castro, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Palmeira, Pirai do Sul, Porto Amazonas, São João do Triunfo e Sengés. O Valor Adicionado Bruto (VAB) desta RGI, do setor industrial, corresponde a R\$8.197.366,29, ou seja, aproximadamente 32% do VAB total, que é de R\$26.038.907,20, segundo o IPARDES (2022).

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Marcos Willian Venâncio de. **Inteligência competitiva em cervejarias brasileiras**: uma análise sob a perspectiva da gestão do conhecimento. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

AMBEV abre vagas para trainee e estágio em todo o país. *In: aRede*, Ponta Grossa, Paraná, 13 set. 2023. Disponível em: <<https://arede.info/cotidiano/487573/amb-ev-abre-vagas-para-trainee-e-estagio-em-todo-o-pais?d=1>>. Acesso em: 07 dez. 2023.

BBC NEWS. Cerveja: por que bebida vai ficar mais cara em 2022 com a guerra na Ucrânia. *In: G1*, 26 mar. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/03/26/ce-veja-por-que-bebida-vai-ficar-mais-cara-em-2022-com-a-guerra-na-ucrania.ghtml>>. Acesso em: 07 dez. 2023.

BRICK, Luciana. Ambev deve inaugurar fábrica em Carambeí no final de 2024. *In: aRede*, Ponta Grossa, Paraná, 17 nov. 2023. Disponível em: <<https://arede.info/campos-gerais/496509/amb-ev-deve-inaugurar-fabrica-em-carambei-no-final-de-2024?d=1>>. Acesso em: 07 dez. 2023.

DAS ASSESSORIAS. Ambev de PG investe em sistema e economiza 22,6 milhões de litros de água. *In: DCmais*, Ponta Grossa, Paraná, 06 nov. 2023. Disponível em: <<https://dcmais.com.br/ponta-grossa/amb-ev-de-pg-investe-em-sistema-e-economiza-226-milhoes-de-litros-de-agua/>>. Acesso em: 07 dez. 2023.

DE PAIVA, Cláudio Cesar *et al.* Um estudo sobre a localização industrial da Região Sul do Brasil. *In: Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e a Conferência Internacional de História de Empresas* [Proceedings of the 3rd Brazilian Congress of Economic History and the 4th International Conference on Business History]. ABPHE- Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (Brazilian Economic History Society), 1999.

DIAS, Rosane de Oliveira Gomes Guimarães; FERREIRA, Aracéli Cristina Sousa. A matriz SWOT como ferramenta de gestão estratégica: o caso do Centro de Operações da Área Financeira Petrobras. *In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*. 2009.

EICHELBAUN, Melissa. Ambev recebe licença para ampliar produção em Ponta Grossa. *In: DCmais*, Ponta Grossa, Paraná, 05 dez. 2023. Disponível em: <<https://dcmais.com.br/ponta-grossa/amb-ev-recebe-licenca-para-ampliar-producao-em-ponta-grossa/>>. Acesso

em: 07 dez. 2023.

ESTIGARRIBIA, Juliana. Volkswagen vai entregar 100 caminhões elétricos para a Ambev em 2021. In: **Exame**, 16 out. 2020. Disponível em: <<https://exame.com/negocios/volkswagen-vai-entregar-100-caminhoes-eletricos-para-ambev-em-2021/>>. Acesso em: 07 dez. 2023.

FERNANDES, Djair Roberto. Uma visão sobre a análise da Matriz SWOT como ferramenta para elaboração da estratégia. **Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais**, v. 13, n. 2, 2012.

FOLHAPRESS. Heineken sofre com falta de garrafas de vidro para cerveja em algumas regiões. In: **O Tempo**, 06 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/economia/heineken-sofre-com-falta-de-garrafas-de-vidro-para-cerveja-em-algumas-regioes-1.2421059>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

GADELHA, Italo Barros. **Estratégias competitivas genéricas: um estudo de caso da AMBEV**. 2013. 45 f. TCC (graduação em Administração) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza/CE, 2013.

HEINEKEN. **A energia verde das nossas cervejarias, agora na sua casa com mais economia e zero investimento**, 2023a. Disponível em: <<https://energiaverde.heineken.com.br/#>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

HEINEKEN. **As melhores marcas em uma só casa**, 2023b. Disponível em: <<https://www.heinekenbrasil.com.br/>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

HEINEKEN. **A história da Heineken**, 2023c. Disponível em: <<https://www.heineken.com.br/pt/nossa-historia>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil: Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100600>>. Acesso em: 08 jan. 2023.

IMPULSIONADA por PG, indústria de bebidas do Paraná cresce 21%. In: **aRede**, 08 fev. 2023. Disponível em: <<https://arede.info/cotidiano/457848/impulsionada-por-pg-industria-de-bebidas-do-parana-cresce-21?d=1>>. Acesso em 30 nov. 2023.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico Município de Ponta Grossa**. 2022.

ISTOÉ DINHEIRO. Heineken cria área de Digital & Tecnologia com executivo ex-Unilever e Coty. In: **Istoé Dinheiro**, 10 set. 2020. Disponível em: <<https://istoedinheiro.com.br/heineken-cria-area-de-digital-tecnologia-com-executivo-ex-unilever-e-coty/>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

JACOMINI, Grasiani. Novo modelo de pedágio no Paraná indica construção de 3ª faixa na BR 277, diz Fiep. In: **CBN Curitiba**, 25 abr. 2023. Disponível em: <<https://cbncuritiba.com.br/load-iframe.html?url=https://cbncuritiba.com.br/materias/novo-modelo-de-pedagio-no-parana-indica-construcao-de-3a-faixa-na-br-277-diz-fiep/>>. Acesso em: 07 dez. 2023.

JORNAL NACIONAL. Eventos climáticos extremos afetam diretamente a produção agrícola do país. In: **G1**, 17 nov.2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal>>

nacional/noticia/2023/11/17/eventos-climaticos-extremos-afetam-diretamente-a-producao-agricola-do-pais.ghtml>. Acesso em: 30 nov. 2023.

LEME, Ruy Aguiar da Silva. Contribuições à Teoria da Localização Industrial: sequências e consequências. **Análise Econômica**, v. 8, n. 13, 1990.

LOCALIZAÇÃO da Ambev. In: **GOOGLE MAPS**, 2023a. Disponível em: <[LOCALIZAÇÃO da fonte de água da Ambev. In: **GOOGLE MAPS**, 2023b. Disponível em: <\[LOCALIZAÇÃO da Heineken. In: **GOOGLE MAPS**, 2023c. Disponível em: <\\[MARTINS, PKB; TURCZYNIAK, B.; PRIZYBLSKI, E. M. Análise SWOT e estratégia de diferenciação da Rede de Restaurantes Madero. In: **Congresso Internacional de Administração**. 2016.\\]\\(https://www.google.com.br/maps/search/heineken/@-25.1715205,-50.1679659,13z?entry=tту>. Acesso em 30 nov. 2023.</p></div><div data-bbox=\\)\]\(https://www.google.com.br/maps/place/Capta%C3%A7%C3%A3o+Cervejaria+Adri%C3%A1tica+-+Ambev/@-25.0045621,-50.4970301,13z/data=!4m10!1m2!2m1!1sambev!3m6!1s0x94e847a1204e2009:0xcff6b5a85b33486c!8m2!3d-24.9993365!4d-50.430684!15sCgVhbWJldiDiAEBkgEQY29ycG9yYXRlX29mZmljZeABAA!16s%2Fg%2F11jchvg8dt?entry=tту>. Acesso em: 6 dez. 2023.</p></div><div data-bbox=\)](https://www.google.com.br/maps/place/Cervejaria+Ambev+-+Adri%C3%A1tica/@-24.9659741,-50.4494799,13z/data=!4m10!1m2!2m1!1sambev!3m6!1s0x94e810aac51d399f:0x8653c02da32362eb!8m2!3d-24.9659741!4d-50.3888531!15sCgVhbWJldiDiAEBkgEHYnJld2VyeABAA!16s%2Fg%2F11b6gn_z5t?entry=tту>. Acesso em: 07 dez 2023.</p></div><div data-bbox=)

NASCIMENTO, Talita. Consumo de cerveja que migrou para as casas permaneceu alto em 2021, diz estudo. In: **CNN Brasil**, 11 out. 2022. Disponível em: <[NOGUEIRA, Rodrigo Hisgail de Almeida. **A teoria da localização industrial e o Programa Paulista de Arranjos Produtivos Locais**: limites do modelo de competitividade no plano regional \(2002 a 2012\). 2015. 203 f. Dissertação \(Mestrado em Economia\) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.](https://www.cnnbrasil.com.br/economia/consumo-de-cerveja-que-migrou-para-as-casas-permaneceu-alto-em-2021-diz-estudo/>. Acesso em: 07 dez. 2023.</p></div><div data-bbox=)

PEREIRA, João Arami M.; LIMA, Jandir Ferreira; STAMM, Cristiano. Um estudo da teoria da localização e das políticas públicas: algumas evidências do caso da região Oeste do Paraná. **Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional**: Processos, Políticas e Transformações Territoriais, v. 9, 2019.

RIBEIRO, Morgana. Heineken abre mais de 100 vagas em 14 estados; veja como se candidatar. In: **Istoé Dinheiro**, 14 dez. 2022. Disponível em: <[ROGALA, Fernando. Heineken mais do que dobra capacidade produtiva em PG. In: **aRede**, Ponta Grossa, Paraná, 2022. Disponível em: <\[---

Ciência Geográfica - Bauru - Ano XXVII - Vol. XXVII - \\(4\\): Janeiro/Dezembro - 2023 2713\]\(https://arede.info/ponta-grossa/433751/heineken-mais-do-que-dobra-capacidade-produtiva-em-pg?d=1>. Acesso em 07 dez. 2023.</p></div><div data-bbox=\)](https://istoedinheiro.com.br/heineken-abre-mais-de-100-vagas-em-14-estados-veja-como-se-candidatar/>. Acesso em: 30 nov. 2023.</p></div><div data-bbox=)

ROGALA, Fernando. Maltaria Campos Gerais inicia testes de produção em novembro. *In: aRede*, Ponta Grossa, Paraná, 2023. Disponível em: <<https://arede.info/ponta-grossa/491312/maltaria-campos-gerais-inicia-testes-de-producao-em-novembro?d=1>>. Acesso em: 07 dez. 2023.

SAIBA quais são as maiores empresas de Ponta Grossa – ano-base 2020. *In: DCmais*, Ponta Grossa, Paraná, 05 out. 2021. Disponível em: <<https://dcmais.com.br/ponta-grossa/saiba-quais-sao-as-maiores-empresas-de-ponta-grossa-ano-base-2020/>>. Acesso em 19 dez. 2023.

SANTANA, Wesley. Coca-Cola Femsa vende participação de 3,3 bilhões de euros na Heineken. *In: InfoMoney*, 2023. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/negocios/coca-cola-femsa-se-desfaz-de-6-das-acoes-de-heineken/>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

SARTORI, Millena. Como a ‘gelada’ ‘esquenta’ a economia de Ponta Grossa. *In: DCmais*, Ponta Grossa, Paraná, 10 fev. 2023. Disponível em: <<https://dcmais.com.br/ponta-grossa/como-a-gelada-esquenta-a-economia-de-ponta-grossa/>>. Acesso em: 07 dez. 2023.

SILVA, Andréia Aparecida *et al.* A utilização da matriz Swot como ferramenta estratégica – um estudo de caso em uma escola de idioma de São Paulo. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, v. 8, p. 1-11, 2011.

SOBRE a Ambev, 2022. Disponível em: <<https://www.ambev.com.br/sobre-ambev>>. Acesso em: 07 dez. 2023.

STEIL, Juliana. Salário mínimo 2024: Saiba qual é o valor previsto pelo governo. *In: Valor Econômico*, 2023. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/11/10/salario-minimo-2024-valor-previsoes.ghtml>>. Acesso em: 07 dez. 2023.


WILTEMBURG, Geane Caroline. Cervejaria Adriática. *In: Universidade Estadual de Ponta Grossa*, 2018. Disponível em: <<https://www2.uepg.br/dicion/adriatica-ervejaria/>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

EXPANSÃO URBANA EM PONTA GROSSA-PR: UMA ANÁLISE SOBRE SEU PROCESSO E SUAS CONSEQUÊNCIAS


URBAN EXPANSION IN PONTA GROSSA-PR: AN ANALYSIS
ON ITS PROCESS AND CONSEQUENCES

EXPANSIÓN URBANA EN PONTA GROSSA-PR: UM ANÁLISIS
ACERCA DEL PROCESO Y CONSECUENCIAS

Karla Volaco Gonzalez Stamoulis¹

 0009-0006-9418-7938
karlagz@hotmail.com

Nisiane Madalozzo²

 0000-0001-9607-9275
nmadalozzo@uepg.br

Ano XXVII - Vol. XXVII - (4): Janeiro/Dezembro - 2023

www.agbauru.org.br
CIÊNCIA
Geográfica
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461

1 É arquiteta urbanista, especialista em Habitação e Desenvolvimento Urbano pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9418-7938>. E-mail: karlagz@hotmail.com.

2 É arquiteta urbanista, mestre em Geociências, doutora em Geografia, docente e pesquisadora pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. É vice-líder do Grupo de Estudos Urbanos e Regionais – GEUR, cujo líder é Edson Belo Clemente de Souza. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9607-9275>. E-mail: nmadalozzo@uepg.br.

Artigo recebido em outubro de 2023 e aceito para publicação em dezembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: Este estudo problematiza a expansão urbana horizontal ocorrida em Ponta Grossa-PR, município de porte médio, entre os Planos Diretores (PDM) de 2006 e de 2022. Através de pesquisa exploratória qualitativa, buscou-se investigar os motivos para a indução das expansões de perímetro urbano e suas consequências. Trata-se de assunto relevante para a Gestão Municipal, visando balizar políticas públicas para um desenvolvimento urbano mais sustentável e justo. Foi realizada revisão teórica sobre a produção do espaço urbano, especulação imobiliária, o processo histórico de urbanização do município e sobre planejamento urbano local. Foi realizado levantamento de dados referentes às áreas expandidas e foram elaboradas de planilhas e cartogramas para análise dos dados coletados. Foi possível concluir que as premissas existentes no PDM 2006 para evitar a expansão urbana desordenada não foram suficientes para contê-las, visto que ocorreram em 12 dos 16 anos, intensificando a segregação socioespacial e onerando o poder público municipal.

Palavras-chave: Expansão Urbana. Plano Diretor. Produção social do espaço urbano.

ABSTRACT: This study aims to understand the horizontal urban expansion occurred in Ponta Grossa-PR from year 2006 to 2022. It sought to investigate the possible reasons inducing urban expansions, as well as their consequences. This is a relevant issue for Municipal Management, and might contribute to the development of more sustainable and fair public policies. For such, the authors have made a theoretical review on the production of urban space, real estate speculation, the historical process of urbanization in the municipality and on urban planning, as well as a survey of data referring to the expanded areas and an analysis through spreadsheets and cartograms. The conclusion is, although there are premises in the PDM 2006 to avoid disorderly urban expansion, they were not enough, since similar expansions have been identified in 12 of the 16 years studied, intensifying socio-spatial segregation and burdening the municipal public power.

Keywords: Urban Expansion. Master Plan. Social production of urban space.

RESÚMEN: En este estudio, se busca comprender la expansión horizontal ocurrida en Ponta Grossa-PR entre los Planos Directores de 2006 y 2022. Las autoras buscaran investigar razones para la inducción de estas expansiones, así como sus consecuencias. Se trata de una temática interesante para la Gestión Municipal, y podrá contribuir para el desarrollo de políticas públicas más sostenibles y socialmente justas. Fueran hechos una revisión teórica de la producción social del espacio urbano; especulación inmobiliaria; el proceso histórico de urbanización local y de la planificación urbana. Se investigaron los datos referentes a las áreas de expansión y un análisis con tablas de datos y cartogramas. Se concluye que, mismo con premisas en el PDM de 2006 buscando prevenir expansiones urbanas desordenadas, las mismas han ocurrido en 12 de los 16 años estudiados, lo que ha intensificado la segregación socio espacial y sobrecargado el poder público municipal.

Palabras-clave: Expansión urbana. Plano Director. Producción Social del Espacio Urbano.

INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XX, intensificou-se o processo de urbanização no Brasil devido à industrialização do país que atraiu grande contingente populacional para as cidades. No sistema capitalista, no qual o Brasil está inserido, estas são centro de consumo, de produção e das relações sociais e refletem as contradições e conflitos inerentes deste sistema.

De forma dinâmica e flexível, as cidades transformam-se conforme os diversos interesses dos agentes que as produzem e passam, constantemente, em maior ou menor intensidade, pelo processo de expansão urbana que implica em seu crescimento. Este crescimento pode ser analisado pelo aspecto demográfico ou pelo aspecto territorial. Ambos estão relacionados (SANTORO, 2012, apud JAPIASSU; LINS, 2014) pois, quando a cidade cresce territorialmente, há uma redistribuição populacional pelo território urbano (BRITO; SOUZA, 2005, apud JAPIASSU; LINS, 2014).

De acordo com Japiassu e Lins (2014) em termos territoriais, a cidade cresce de modo a ampliar sua área urbana, ou seja, o perímetro urbano; ou aumentando sua mancha edificada; ou ainda parcelando o solo em áreas não ocupadas. Limitaremos este trabalho, a analisar o modo de crescimento horizontal que implica na ampliação do perímetro urbano. Ocorre pela conversão de áreas de uso rural, localizadas no entorno imediato do perímetro urbano, em áreas de uso urbano. (NASCIMENTO; MATIAS, 2011). Em Ponta Grossa, percebe-se esse fenômeno ocorrendo ao longo dos anos, e é imprescindível para um desenvolvimento urbano sustentável entender quais seriam suas causas e quais suas possíveis consequências.

É sob esta temática que se desenvolveu este trabalho. Buscou-se analisar e compreender, a configuração do espaço urbano que se desenha também através da incorporação de novas áreas ao espaço da cidade, ou seja, através da expansão urbana horizontal. O entendimento dessa dinâmica de crescimento é essencial para um planejamento e uma gestão democrática, que tenham como objetivo o desenvolvimento sob os princípios da sustentabilidade e da função social da cidade e da propriedade. Para Nascimento e Matias, 2011, a análise destas expansões permite inclusive caracterizar a estruturação interna e a distribuição das classes sociais na cidade, bem como o principal mecanismo de produção de novas áreas urbanas, que é a valorização fundiária.

Nas cidades capitalistas, onde tudo vira mercadoria, inclusive a terra e a habitação, muitas das expansões visam apenas a especulação imobiliária podendo trazer consequências socioeconômicas e ambientais negativas para o município. De acordo com Nascimento e Matias (2011), este tipo de crescimento, desordenado, é socialmente injusto, onera o poder público, e intensifica a segregação socioespacial. Identificar sua ocorrência em Ponta Grossa juntamente com suas motivações são importantes para o desenvolvimento de políticas públicas municipais que contribuam para um crescimento urbano mais justo e condizente com a capacidade de investimento do município.

Foi sob este contexto e ancorado em uma revisão bibliográfica que se procurou, neste artigo, investigar a expansão urbana territorial horizontal ocorrida em Ponta Grossa,

no Paraná, analisando o processo de produção do espaço urbano no município, levantando as expansões horizontais urbanas ocorridas entre os planos diretores de 2006 e 2022 e buscando identificar as possíveis causas e consequências destas expansões e a influência do plano sobre elas. Assim, este trabalho pode contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas que visem um desenvolvimento urbano sustentável e socialmente justo.

DESENVOLVIMENTO

O espaço urbano e seus agentes de produção

O espaço urbano é o onde ocorrem as disputas entre diferentes grupos sociais pela satisfação de suas necessidades, muitas vezes conflitantes. “A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem” (CORREA, 1999).

De acordo com Correa (1999), a organização espacial da cidade definida pelo conjunto de usos da terra: residencial, comercial, industrial, de lazer, entre outros é, em realidade o espaço urbano, que aparece assim como espaço seccionado. Ainda segundo o mesmo autor, “o espaço urbano capitalista é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável”. Para ele trata-se de “um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço”. Correa (1999) considera ainda o espaço urbano um reflexo e também um condicionante da sociedade e assim sendo, na sociedade capitalista a desigualdade constitui-se também em característica própria do espaço urbano.

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano [expansão urbana], densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (CORREA, 1999).

Os agentes sociais que fazem e refazem a cidade são, de acordo com Correa (1999): os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Para o autor, com exceção dos primeiros, todos os demais têm interesses na expansão urbana destacando-se dentre estes os proprietários fundiários.

Capel (1974, apud MADALOZZO, 2022) distribui os agentes modeladores do espaço de forma similar em 4 categorias: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os grandes proprietários de terra e o Estado. Madalozzo (2022) relata que Souza (1994), Gottdiener (1997) e outros autores propõem categorizações ligeiramente diferentes e que para Souza (1994, apud MADALOZZO, 2022) um mesmo agente pode assumir múltiplos papéis na produção do espaço urbano. Madalozzo (2022) constata esse fato na realidade de Ponta Grossa ao escrever:

Em realidades de porte pequeno ou médio, como no caso de Ponta Grossa, os mesmos cidadãos chegam a ocupar papéis de diferentes agentes, de forma a se transcenderem os limites do que é privado e do que é público, tornando indistinguíveis esses dois setores (MADALOZZO, 2022).

A pouca presença dos movimentos sociais, lutas e insurgências como agentes de destaque nessa categorização, em Ponta Grossa, é relatada por Madalozzo (2022) que considera que, na efetivação das dinâmicas urbanas, esse grupo ainda tem sua voz abafada pelos demais agentes. Já quanto à atuação do Estado, as autoras consideram que, devido ao contexto capitalista, sua intervenção não é suficiente para corrigir a natureza desigual do processo privado de desenvolvimento das cidades. Para Capel (1974, apud MADALOZZO, 2022), a complexidade singular do Poder Público, faz do Estado agente primordial na modelação do espaço urbano. Tal dinâmica de poderes entre os diferentes agentes produtores do espaço urbano se manifesta de forma singular conquanto Ponta Grossa possa ser enquadrada enquanto uma cidade média.

Para Batella (2019), no âmbito dos estudos urbanos, faz-se necessário discutir as cidades médias. O debate acerca desse tópico tem sido alargado, abarcando uma diversidade de contextos e complexidades entre essas cidades. Em especial a partir dos anos 1980, é possível identificar novos quadros de relações entre cidades, atribuindo às cidades médias certos papéis em processos como a desconcentração econômica e de população, quando em comparação a décadas anteriores.

Assim, em municípios como Ponta Grossa - cidades regional e internacionalmente relevantes, que cumprem um papel de intermediação entre grandes centros e pequenas localidades - passa-se a discutir de que forma as relações espaciais acontecem em diferentes escalas, através da circulação de bens e de pessoas. Segundo Batella:

“A leitura do processo de estruturação urbana articula os tempos e espaços das cidades, com o fito de se interpretar a evolução do uso do solo urbano e identificar particularidades da economia urbana dessas cidades. Na perspectiva da urbanização brasileira, as cidades médias têm se destacado a partir da década de 1970, em função de uma economia capitalista pautada na acumulação flexível, o que tem desencadeado processos de reestruturação urbana que podem ser expressos de diversas maneiras (BATELLA, 2019, p. 210).

No recorte que se busca apresentar neste trabalho, pode-se identificar certas dinâmicas típicas das cidades classificadas como médias. Como colocado por Batells (2019), são dinâmicas que não superam as redes nas quais essas cidades se incluem, e que se restringem ao comando de seu espaço regional. São, ainda, dinâmicas identificáveis em nível global, pois se repetem em diferentes cidades brasileiras de forma análoga. A produção do espaço urbano ponta-grossense, notadamente aquele relacionado à oferta de habitação, tem acontecido, paulatinamente, através de dinâmicas de expansão horizontal e de especulação imobiliária historicamente assistidas - e não barradas - pelo próprio poder público.

Expansão urbana horizontal, especulação imobiliária e a política habitacional Programa Minha Casa Minha Vida

De acordo com Nascimento e Matias (2011), a expansão urbana é uma das expressões mais concretas do processo de produção do espaço na atualidade, e seu estudo é fundamental para se compreender a configuração espacial atual das cidades. Devido à necessidade de novas áreas para a implantação de atividades produtivas e para a constituição de áreas habitacionais, “a ampliação da área urbanizada ocorre em direção às terras utilizadas, até então, para fins agropecuários, sendo estas anexadas ao perímetro dito urbano”. Portanto, o aumento da demanda por terras incentiva a expansão urbana, mas, de acordo com estes autores, não há uma relação direta entre a demanda por terras e a velocidade com que novas áreas são urbanizadas, nem com o grau de ocupação efetiva dessas terras. A produção de novas áreas urbanizadas normalmente vincula-se muito mais a uma expectativa, pelos proprietários de terras, de obter uma remuneração mais elevada pela terra do que o uso rural pode permitir (SINGER, 1982 apud MATIAS; NASCIMENTO, 2011).

Neste processo de produção do espaço urbano, Campos Filho (1999), descreve como condições para o seu funcionamento a infraestrutura de serviços urbanos, especialmente de comunicação e transporte de pessoas e mercadorias e a legislação urbanística controladora do uso e ocupação do solo que pode garantir uma redução do nível de conflito social de interesses existentes, mas, também pode apenas consolidar legalmente privilégios de grupos sociais.

O fenômeno de ganho privado pelo proprietário de imóveis à custa de um investimento da comunidade, através, inclusive, da ação estatal, Campos Filho (1999), define como especulação imobiliária. E é a partir da década de 40, que ela começa a se intensificar a ponto de atualmente, nas cidades brasileiras de médio e grande portes, cerca da metade do espaço utilizável para fins de edificação estar vazia.

Após o controle do crescimento dos aluguéis, a partir de 1942, o investimento em terra vazia, dentro das cidades ou nas zonas de expansão urbana, ganha as preferências gerais dos investidores imobiliários, por ser ofertado em grande volume e não haver controle governamental sobre o montante dos seus ganhos (a não ser controles indiretos muito pouco efetivos, a nível do imposto de renda) (CAMPOS FILHO, 1999, p.40).

Para Nascimento e Matias (2011), os proprietários fundiários assumem, papel de destaque na expansão da área urbana, uma vez que, de um modo geral, tal processo possibilita-lhes a obtenção de importantes ganhos financeiros, seja com a incorporação de glebas rurais ao perímetro urbano e seu posterior parcelamento em lotes para venda, seja com a manutenção de glebas desocupadas entre a malha urbana contínua e áreas loteadas nos limites da área urbanizada, para que tais terras valorizem-se com a ocupação e a dotação de serviços públicos nas áreas circunvizinhas. Sempre que possível, os proprietários fundiários buscam então influenciar a atuação do Estado - no direcionamento

dos investimentos públicos e na definição da legislação urbana municipal - para que esta venha beneficiar suas terras (CORRÊA, 1999; CAMPOS FILHO, 1999).

O processo de expansão urbana, implica sobre a organização restante do espaço e a distribuição dos segmentos sociais na cidade pois, a incorporação de novas áreas urbanizadas e a ampliação do perímetro urbano, alteram, de acordo com Nascimento e Matias, 2011, o valor não só das áreas recém incorporadas, mas também das áreas que tinham localização periférica segundo o perímetro anterior. Ademais, o crescimento urbano “desordenado”, impulsionado pela especulação fundiária, é também socialmente injusto, pois tende a elevar os preços no mercado imobiliário, limitando as possibilidades de compra de imóveis pelos segmentos populacionais de menor renda, além de encarecer, para a municipalidade, a dotação de infraestrutura nas áreas mais longínquas (MATIAS; NASCIMENTO, 2011). Isso notadamente tem contribuído para a periferação de segmentos populacionais empobrecidos, bem como para o acirramento da segregação socioespacial, expressos pela multiplicação de subequipados loteamentos nas periferias e de favelas nos interstícios da malha urbana, paralelamente à implantação de áreas condominiais fechadas, exclusivas às classes de renda mais elevada (MATIAS; NASCIMENTO, 2011).

Nesse contexto, a política habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), parece não ter contribuído para evitar a especulação imobiliária, a expansão do tecido urbano e a segregação socioespacial. De acordo com Martins e Polli (2018), o programa que visava à dinamização do setor da produção habitacional, foi expressivamente baseado nas ações do setor privado, em oposição ao papel estratégico do governo que havia sido estabelecido no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), retomando a produção habitacional federal em escala. Estruturado como uma política de subsídio concedido pelo governo federal, com a criação do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) para o financiamento de unidades habitacionais de famílias com renda de até três salários mínimos, construídas em parceria com o setor privado o PMCMV tinha o objetivo de construir 1 um milhão de moradias para famílias de baixa renda. (MARTINS; POLLI, 2018). O fundo possibilita que a parcela paga pelo mutuário seja compatível com sua renda e garante a rentabilidade do empreendimento realizado por construtoras privadas contratadas pela Caixa Econômica Federal, que se responsabiliza pela fiscalização das obras e entrega dos imóveis (CARDOSO, 2013 apud MARTINS; POLLI, 2018).

Oito pontos críticos sobre o programa, são elencados por Cardoso (2013 apud MARTINS; POLLI, 2018) que são: a falta de articulação com a política urbana; a ausência de instrumentos que facilitassem o enfrentamento da questão fundiária; a localização precária dos empreendimentos; o excessivo privilégio dado ao setor privado; a escala dos empreendimentos; a baixa qualidade dos projetos dos empreendimentos; a perda de controle social e a descontinuidade do SNHIS; e as desigualdades na distribuição dos recursos. Novamente sobre as críticas do PMCMV, Fix e Arantes (2009) citam que:

Na ânsia de poder viabilizar o maior número de empreendimentos, o poder local ficará refém de uma forma predatória e fragmentada de expansão da cidade. O “nó da terra” permanecerá intocado e seu acesso se dará pela compra de terrenos por valores de mercado (ou ainda acima destes). O modelo de provisão mercantil e desregulada da moradia irá sempre procurar a maximização dos ganhos por meio de operações especulativas. Não há nada no pacote, por exemplo, algo que estimule a ocupação de imóveis construídos vagos (que totalizam 6 milhões de unidades, ou 83% do déficit), colaborando assim para o cumprimento da função social da propriedade. A existência desse imenso estoque de edificações vazias é mais um peso para toda a sociedade, pois são em sua maioria unidades habitacionais providas de infraestrutura urbana completa, muitas delas inadimplentes em relação a impostos (FIX; ARANTES, apud MARTINS; POLLI, 2018).

Para Martins e Polli (2018), “a implantação de programas habitacionais nas franjas, ou até mesmo fora das cidades, tem sido uma das principais causas e efeitos da valorização imobiliária, processo cíclico altamente excludente, desigual e agressivo”.

O acesso à terra é, sem dúvida, o principal entrave para a solução da problemática habitacional no Brasil, pois a retenção da terra urbanizada pelas camadas de mais alta renda ainda impera de forma generalizada. [...]. O preço fundiário alto é evidentemente transferido para o preço da unidade habitacional, fazendo com que, em relação às faixas de menor renda, o mercado tenha que se deslocar em direção às regiões mais distantes onde a terra é mais barata (FERREIRA, 2012 apud MARTINS, 2017).

A maioria das cidades brasileiras tem crescido de acordo com este padrão, desigual e contraditório de produção do espaço urbano resultando, conforme Nascimento e Matias, 2011 afirmam, mesmo nas cidades mais ricas, na consolidação de espacialidades excludentes, abrigando populações privadas das principais fontes de renda e dos bens e serviços urbanos. A cidade de Ponta Grossa insere-se neste contexto, onde a evolução do processo de expansão urbana tem limitado o acesso à terra e à moradia digna, contribuindo para segregar segmentos empobrecidos da população e comprometendo suas condições de vida (NASCIMENTO; MATIAS, 2011).

O Planejamento Urbano e o Plano Diretor

O espaço urbano, segundo Corrêa (1999), é o resultado da ação, muitas vezes conflitante, de diversos atores sociais. Entre eles cita-se o Poder Municipal a quem cabe a função de ordenar e planejar o crescimento das cidades. “Se o espaço urbano é um condicionante social, ele é também condicionado socialmente e, seja pela ação ou omissão, é principalmente por meio do Estado que se dá este condicionamento” (SILVA; OLIVEIRA, 2011).

Segundo Silva e Oliveira (2011) o Estado atua de forma direta na produção do espaço urbano quando realiza obra de infraestrutura, sistema viário, equipamentos públicos e ainda quando constrói habitações de interesse social. Pode também atuar de forma indireta, quando realiza a regularização fundiária de favelas, em que se reconhece a efetividade da função social do solo urbano legitimando a ocupação inicialmente irregular.

Entretanto, as formas mais frequentes e generalizadas, de participação indireta do Estado na produção do espaço urbano de acordo com Silva e Oliveira (2011) são por meio da criação de normas técnicas e jurídicas de ordenação e condicionamento das cidades. Entre estas normas estão as leis de parcelamento, zoneamento, uso e ocupação do solo urbano, as leis do sistema viário, as leis de posturas, os códigos de obras, meio ambiente, etc. além dos planos diretores que, em tese articulam todas as demais legislações, tornando coerente e lógico o conjunto de normas que disciplinam o espaço urbano (SILVA; OLIVEIRA, 2011). A existência de planos diretores, para as maiores cidades brasileiras, remonta as primeiras décadas do século XX. Mas é a Constituição Federal de 1988 que consolida esse instrumento técnico e jurídico, tornando-o obrigatório para todas as cidades com mais de 20 mil habitantes (OLIVEIRA, 2013).

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 182, atribuiu ao município a responsabilidade de executar a política de desenvolvimento urbano, seguindo as diretrizes legais fixadas por meio de planos diretores. No capítulo específico sobre política urbana Título VII, capítulo II, artigos 182 e 183), o texto prioriza, sobretudo, a função social da propriedade e a sua relação com o direito à moradia (BRASIL, 1988). No âmbito da União, entre os marcos regulatórios anteriores a 1988, destaca-se o papel da Lei Federal 6766/79 que, ao tratar do parcelamento do solo urbano, definiu algumas importantes diretrizes para estruturação física das cidades, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), Lei Federal 9503/97, que dentre determinações, estão as normas de ordenamento da circulação, estabelecendo com clareza a classificação e a hierarquização das vias. Destaca-se a interdependência entre a tipologia das vias, a circulação e o zoneamento do uso e ocupação do solo urbano.

Em 2001, foi sancionada outra lei federal sobre política urbana. Considerada por muitos estudiosos como um marco jurídico moderno, a lei 10.257/01, mais conhecida como Estatuto da Cidade, que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e consolidou o princípio da obrigatoriedade de Planos Diretores para algumas categorias de cidades (NASCIMENTO; MATIAS, 2011).

PLANEJAMENTO EXPERIMENTAL

Para execução deste trabalho, foi, num primeiro momento, realizada uma pesquisa bibliográfica sobre assuntos pertinentes ao tema em questão como a evolução da ocupação do território em Ponta Grossa, a produção do espaço urbano e seus agentes, planejamento urbano, especulação imobiliária e a política habitacional, tanto em livros como em artigos científicos, a fim de se explorar os conceitos, o histórico do crescimento em Ponta Grossa, e conhecer um pouco do que já foi abordado sobre o tema em outras pesquisas.

Num segundo momento, procurou-se identificar, através de um levantamento, as leis municipais que incluíam áreas no perímetro urbano após a revisão do Plano Diretor Municipal de 2006, que era o plano vigente até dezembro de 2022, quando foi sancionado o novo Plano, buscando identificar o intuito destas ampliações e se estas seguiram as premissas estabelecidas no plano de 2006. Para uma análise e melhor compreensão do processo de ocupação, os dados foram planilhados e as áreas levantadas em leis foram espacializadas em um cartograma, elaborado no software *QGIS*. Posteriormente, analisando o histórico de ocupação, os fatos e o referencial teórico estudado, deduziram-se as causas e as consequências destas inserções de áreas rurais ao perímetro urbano.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Expansão Urbana no município de Ponta Grossa

O Município de Ponta Grossa localiza-se na região dos Campos Gerais, no estado do Paraná a 117,7 km da capital, Curitiba (IPARDES, 2016). Com uma população de aproximadamente 391.654 habitantes de acordo com a prévia do censo 2022 (IBGE de 2022), caracteriza-se como uma das cidades mais populosas da região. Em relação à posição entre as regiões administrativas do Estado do Paraná, Ponta Grossa faz parte da Mesorregião Geográfica Centro-Oriental Paranaense e seu grau de urbanização é de 97,79% (IBGE, 2010).

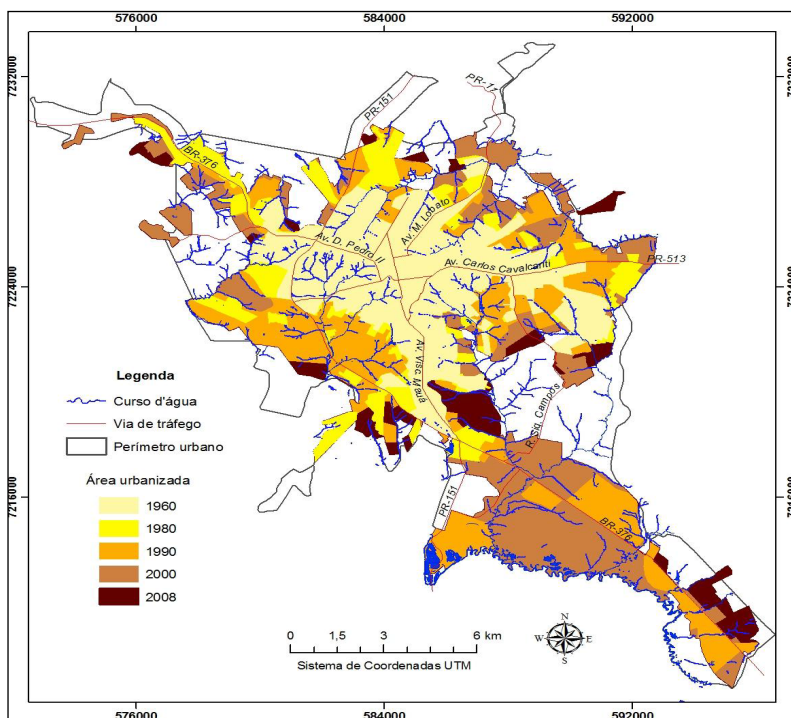
Esta região em que Ponta Grossa se insere, tem sua ocupação iniciada no séc. XVIII, com a integração econômica da área ao movimento do tropeirismo. Assim como em grande parte das cidades brasileiras, o início da expansão urbana em Ponta Grossa foi realizado de maneira espontânea pela população que se instalava sempre no entorno do núcleo urbano consolidado, que atualmente é identificado como o centro da cidade (IPLAN, 2022). A forma e desenho desta ocupação, desde o início até o presente, estiveram condicionados primeiramente pelas condições topográficas e posteriormente pelas forças sociais. Em Ponta Grossa, a evolução da expansão horizontal e da respectiva ocupação do espaço urbano resulta de um conjunto de forças sociais, cuja ação foi influenciada pelas características particulares de seu sítio (LÖWEN SAHR, 2001).

No início do século XX, Ponta Grossa já apresentava uma população urbana maior que a rural, distinguindo-se da maioria dos municípios paranaenses de mesmo porte. Este fator é decorrente, em grande medida, da construção de ferrovias que ampliaram as possibilidades comerciais do setor secundário e terciário da cidade (MATIAS; NASCIMENTO, 2011). Até o final da década de 1910, o crescimento da área urbanizada ocorria sobretudo ao redor do alto topográfico, onde a cidade teve origem. A partir da década de 1920 alguns processos de organização foram estabelecidos, sobretudo por agentes privados, que buscaram definir algumas diferenciações entre os usos do espaço e de melhoramento das vias. Neste sentido, o crescimento da cidade passou a acompanhar as divisões topográficas. Lowen, 2001 afirma que nesta década, a cidade começou a se expandir radialmente ao longo dos principais interflúvios, com destaque para a implantação de importantes loteamentos nos eixos sul

(bairro Oficinas) e leste (bairro Uvaranas), seguindo a estrada de ferro que, à época, cruzava a área central da cidade (LÖWEN SAHR, 2001).

Na década de 1.930 a expansão radial da cidade segue nas direções norte, noroeste e sudoeste, dando origem, respectivamente aos atuais bairros Órfãs, Nova Rússia e Ronda. Na medida em que o espaço foi se tornando uma mercadoria cada vez mais valiosa (SANTOS, 1991), os proprietários de terras exerceram pressão sobre o poder público municipal para o aumento da malha urbana, de forma que foram aprovados diversos loteamentos, inclusive alguns desligados da malha urbana, e o tecido urbano foi sucessivamente ampliado até o ano 2000 (NASCIMENTO; MATIAS, 2011). O centro dotado de infraestrutura fora historicamente ocupado pelas classes de renda alta e média, enquanto os distantes loteamentos compreendiam a população de mais baixa renda, em que se concentra um grande número de pessoas.

Analisando a Figura 1 (MATIAS; NASCIMENTO, 2011), verifica-se que em 1960 a área urbanizada se limitava à atual área central, e às ocupações ao longo dos eixos dos principais divisores topográficos, seguindo as avenidas Carlos Cavalcanti, Monteiro Lobato, D. Pedro II e Visconde de Mauá. Ocorreram nas décadas de 1960 e (em menor número) na de 1970 a implantação de loteamentos afastados da malha urbana contínua, que contribuiu para um espraiamento da área urbanizada, sobretudo nas direções norte, sudoeste e sul. Segundo Nascimento (2011) em 1960, de toda a área urbanizada do município, que perfazia um total de 43,06 km², em apenas 29,4% das terras havia algum tipo de edificação (residencial, comercial, de prestação de serviços etc.), ao passo que 60,12% eram compostas por glebas e lotes desocupados (2,03% chácaras, 6,74% mata e 1,67% outros), como expresso na Figura 1.



Fonte: MATIAS; NASCIMENTO (2011).

Figura 1. Evolução da área urbanizada em Ponta Grossa no período de 1960 a 2008.

Segundo Löwen Sahr (2001), durante as décadas de 1970 e 1980, além da implantação de novos loteamentos, o crescimento urbano de Ponta Grossa ocorreu também por meio da construção de diversos conjuntos habitacionais pelo Estado, o que ajudou a densificar a ocupação da periferia. O crescimento vertical da cidade também se acelera nesse período, com a produção de edifícios especialmente na área central e nas proximidades desta, acompanhando as principais vias de ligação às porções sul e oeste do espaço urbano (LOWEN SAHR, 2001).

Oliveira (2013) e Nascimento e Matias (2011) consideram que a Lei Federal nº 6.766 de 1979, que reflete na legislação municipal como veremos mais adiante, faz com que a partir dos anos 1980, diminuísse a implantação de loteamentos afastados da malha contínua. Nesta década, conforme Nascimento (2011), a área urbanizada do município totalizava 60,55 km² (aumento em 40,7% em relação a 1960), e os percentuais de áreas com edificações e desocupadas somavam respectivamente 49,74% e 44,07% (2,42% chácaras; 3,03% mata e 0,74% outros). Verifica-se neste período a urbanização de terras situadas entre terrenos periféricos já parcelados e a densificação nas áreas centrais. De outra parte, a destacada expansão da área urbanizada no sentido sudeste é particularmente explicada pela densificação da ocupação na área do distrito industrial ao longo da rodovia BR-376.

Segundo Nascimento (2011) a taxa de ocupação por edificação, em 2004, totalizava 51,78% (aumento em 4% em relação a 1980), e os percentuais de áreas com edificações e desocupadas somavam respectivamente 51,78% e 17,01% (19,98% chácaras; 5,04% mata e 6,19% outros). Comparativamente a 1980 percebe-se com relação as áreas desocupadas uma forte retração do percentual (passou de 44,07 para 17,01). Outro destaque é o percentual elevado de incorporação de chácaras a área urbanizada. No período de 1.990 a 2.000, a urbanização de Ponta Grossa avança consideravelmente ao longo da BR-376 (sudoeste e sudeste da área urbanizada).

O planejamento Urbano e os Planos Diretores de Ponta Grossa

No caso de Ponta Grossa, Oliveira (2013) menciona o decreto-Lei Federal nº 58, de 10 de dezembro de 1.937, como um pequeno avanço no controle de uso e ocupação do solo, até então inexistente. Entretanto, percebe-se um expressivo aumento da área loteada em Ponta Grossa a partir desta legislação, altamente permissiva. Diante do fato destes loteamentos terem ocorrido em áreas periféricas e isoladas e da constatação da existência de diversos vazios urbanos, Oliveira conclui que se trata do resultado de um real processo de especulação imobiliária.

O Decreto-Lei Federal nº 271 de 1.967 repercute em Ponta Grossa com a criação da lei municipal 2.018 de 1968 que dentre outros, estabelece as dimensões mínimas dos lotes de acordo com a zona em que estão inseridos, e obriga o loteador a abrir vias de circulação e rede de escoamento de águas pluviais. Em 1.976, a lei municipal nº 2.839, incluiu, dentre outras, a obrigatoriedade para o loteador de contemplar no projeto de loteamento o sistema de esgoto sanitário, distribuição de água potável, iluminação pública e pavimentação das vias públicas. Esta lei foi substituída pela Lei Municipal 4840/92 que

por sua vez foi revogada e substituída pela Lei Municipal 10.408/2010 que fixava as normas para aprovação de arruamentos, loteamentos e desmembramentos de terrenos no município de Ponta Grossa (OLIVEIRA, 2013). Com a entrada em vigor da Lei Municipal 14.468 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o parcelamento e ocupação do solo em Ponta Grossa, oriunda do processo de revisão do Plano Diretor em 2018, a lei 10.408/2010 foi revogada.

Os Planos Diretores de 1967 e 1992, de acordo com Oliveira, 2013, não apresentavam dispositivos para a inibição da especulação imobiliária. As penalidades para proprietários que subutilizassem seus imóveis - ou não os utilizassem - não constavam nestas legislações. Já o Plano Diretor de 2006 do município, Lei Ordinária nº 8.663 de outubro de 2006, estabelece normas, princípios e diretrizes fundamentados, principalmente, na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade que prevê mecanismos com vistas a evitar a especulação.

De maneira geral, as finalidades do Plano Diretor 2006 expressam semelhanças às estabelecidas pelo art. 2º do Estatuto, como por exemplo, a gestão democrática; a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização; a ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivo ou inadequado em relação à infraestrutura e a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na subutilização ou não utilização (OLIVEIRA, 2013).

O Plano de 2006 também revela a relação entre a função social da cidade e da propriedade urbana. A propriedade, agora inserida no bojo da legislação, municipal, exercerá sua função adequando-se à infraestrutura urbana. A propriedade deve agora cumprir exigências cujo intuito é a distribuição de usos e intensidades de ocupação do solo de forma equilibrada em relação à infraestrutura disponível, aos transportes e ao meio ambiente, de modo a evitar ociosidade e sobrecarga dos investimentos coletivos (OLIVEIRA, 2013).

Em relação ao conjunto de instrumentos que se destinam a inibir o processo de especulação imobiliária - parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; IPTU progressivo no tempo e desapropriação com pagamento em títulos - pode-se dizer que eles integram a linha coativa trazida pela Constituição Federal de 1988 (art. 182, § 4º) e complementada e materializada pelo Estatuto da Cidade. São imposições ao proprietário que, ao não cumprir suas obrigações estabelecidas na legislação urbanística, pode vir a perder a posse de seu imóvel (BONIZZATO apud OLIVEIRA, 2013).

A partir da definição pelo poder público no Plano Diretor Municipal dos critérios a serem adotados, para se estabelecer que uma propriedade não esteja cumprindo sua função social, poderá ser exigido do proprietário o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória em um prazo estabelecido. Em caso de descumprimento, o Estatuto da Cidade, bem como o Plano Diretor de Ponta Grossa preveem a aplicação do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) progressivo no tempo por um período de cinco anos consecutivos, com alíquota progressiva não maior que o dobro da aplicada do ano anterior. O imposto será cobrado até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar, dependendo do caso. No caso de esgotamento do prazo, com a área permanecendo incompatível com os usos e densidades previstas, o município poderá proceder à desapropriação do imóvel com pagamento em títulos da dívida pública,

conforme prevê o texto constitucional, o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor de Ponta Grossa (OLIVEIRA, 2013).

Embora previsto no Plano Diretor de 2006, somente em 2011 a Câmara Municipal de Ponta Grossa apresentou um projeto de lei visando penalizar os proprietários de terrenos ociosos. Contudo, o projeto, aprovado pela Câmara em 19 de outubro de 2011 e transformado na Lei nº 10.753 foi vetado em 21 de novembro do mesmo ano pelo poder executivo.

O texto referente ao veto do prefeito expressa em diversos momentos a postura conservadora que o Executivo quer preservar não acatando as leis de caráter progressista. Como introdução, se justifica que o veto à lei se deu “em função de ser considerada inconstitucional e contrária ao interesse público” (PONTA GROSSA, 2011e, p.1). Ainda coloca que “a presente lei afronta os princípios constitucionais do livre exercício da propriedade privada, da livre iniciativa, da capacidade contributiva e do não confisco” (p.1).

Em outro momento, a redação do veto explicita que “a Lei 10.753 é excessivamente onerosa para o proprietário de imóvel, inviabiliza o exercício da propriedade privada e impede completamente o investimento imobiliário, que é um dos focos da propriedade” (p. 2). Por fim, como forma de consolidar o veto dado à lei, o Executivo reafirma que ela, “além de inconstitucional, afronta o interesse público na medida em que repercute negativamente sobre o patrimônio privado e o exercício da propriedade, o que não se coaduna com o interesse da comunidade” (p. 4) (OLIVEIRA, 2013).

A partir dessas afirmações, percebe-se que o poder Executivo em Ponta Grossa em 2011 seguia rumos diferentes da política urbana atual, que tanto prezam o princípio da função social da propriedade. Nota-se na concepção do veto, os interesses individuais dos proprietários, acima dos direitos coletivos, “portanto a legislação municipal concebe a propriedade urbana como fonte somente de direitos, negligenciando suas obrigações sociais, o que é extremamente benéfico para a lógica especulativa do mercado, que vê na propriedade somente o seu valor de troca” (OLIVEIRA, 2013). A interpretação conservadora do executivo, favoreceu para a existência de diversos terrenos ociosos e edifícios subutilizados ou vazios no município (OLIVEIRA 2013). Mesmo o veto tendo sido rejeitado pelo poder legislativo, não se tem conhecimento de que esta lei tenha sido aplicada e seu decreto regulamentador tenha sido sancionado.

O Plano Diretor 2006 trouxe dispositivos para evitar a especulação imobiliária e garantir a função social da cidade, porém estes não foram suficientes para evitar a expansão urbana, conforme veremos adiante. A partir de 2016, um novo trâmite passou a ser realizado para efetivação das expansões. O procedimento a partir de então, consistia em solicitar parecer ao Conselho da Cidade, antes do encaminhamento do projeto de Lei à Câmara. Esse procedimento, tinha o intuito de simular a participação popular na gestão pública. Conforme observado nas atas das reuniões que analisaram a inclusão de

áreas no perímetro urbano, as discussões possuíam pouco embasamento técnico, e todas tiveram parecer favorável. Na ata da 19ª Reunião Ordinária deste conselho realizada em 2019 a justificativa de alguns dos conselheiros para voto favorável foi: “favorável, pelo fato de que na região haverá uma quantidade significativa de loteamentos”; “tudo que for anterior ao Plano Diretor tem que votar favorável”; “favorável pois na região serão construídos vários empreendimentos e também pelo fato de que ao tornar a área urbana, já há incidência automática da tributação dentro do Município”.

Em dezembro de 2022, a nova lei do Plano Diretor foi aprovada. Esta Lei, 14.305/2022, mantém e aprimora os avanços da lei anterior quanto à função social da cidade e aos instrumentos urbanísticos que visam desestimular a especulação imobiliária. A necessidade de consultas e audiências públicas para revisão e alterações de leis urbanísticas e planos setoriais, está agora expressa no artigo 214 da nova lei.

Constituem alguns dos princípios do novo Plano: a função social e ambiental da propriedade e da cidade; a garantia do direito a uma cidade sustentável e a equidade social. Dentre seus objetivos consta: promover o reordenamento do território priorizando-se a racionalização, a sustentabilidade e a ocupação dos vazios urbanos. Quanto a inclusão de novas áreas no perímetro urbano a lei obriga que sejam de iniciativa do poder executivo e que sejam realizadas audiências públicas, consulta pública, publicação e disponibilização.

As Expansões Urbanas em Ponta Grossa entre os Planos Diretores de 2006 e 2022

Ao longo de sua história, Ponta Grossa teve por vários momentos, um crescimento periférico, muitas vezes desconectado da malha urbana. Destacam-se os anos entre 1950 e 1960, que resultaram num acréscimo de mais de 100% da área do perímetro urbano do município. Para Nascimento (2008), este período revela o auge da especulação imobiliária em Ponta Grossa, que para Oliveira (2013) é comprovada pela existência dos diversos vazios urbanos entre as áreas periféricas e o centro. Salienta-se nesse período a implantação de 2 conjuntos habitacionais, um em 1952 e outro em 1956. Destaca-se ainda a inexistência de Plano Diretor Municipal nesse período, visto que o primeiro Plano pontagrossense, de acordo com Larocca (2015), data de 1967. Posteriormente, na primeira década dos anos 2.000, na qual foi promulgado o Estatuto da Cidade e instituído o Plano Diretor Participativo no Município, novas áreas foram incluídas, sendo duas delas em 2009 e uma em 2010, conforme o Quadro 1.

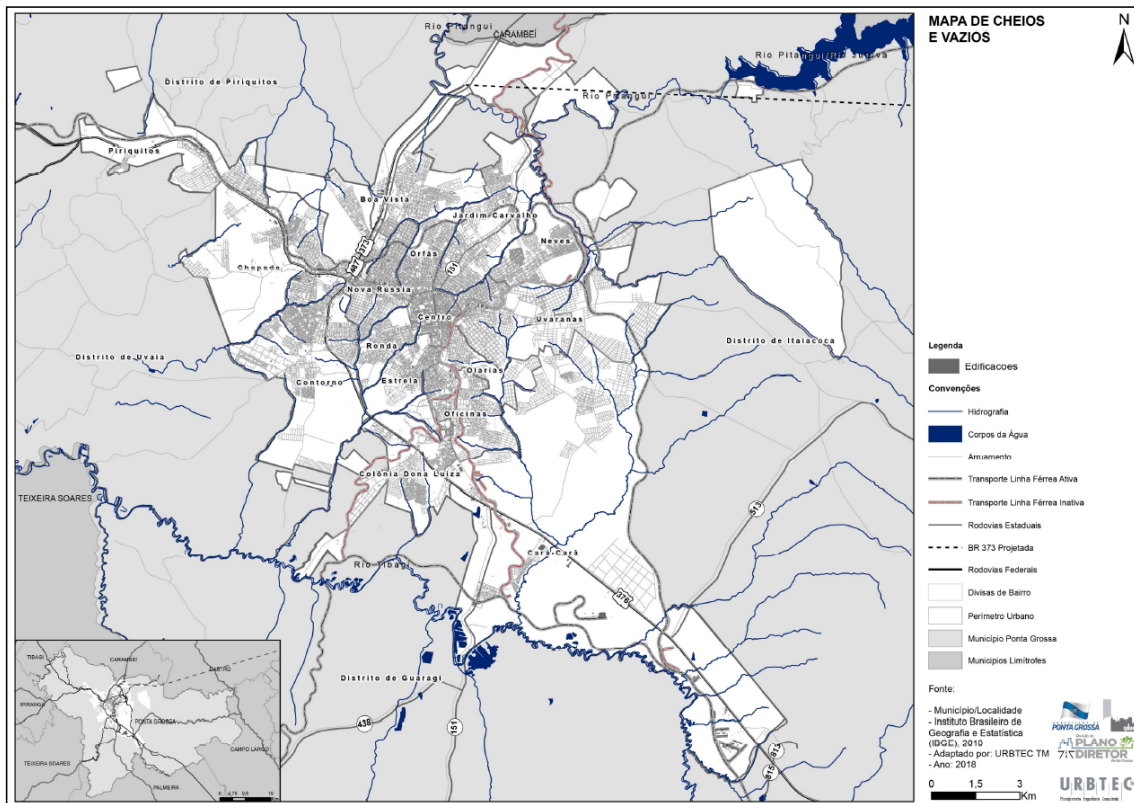
Quadro 1. Inclusões e exclusões de áreas no Perímetro Urbano.

Lei Municipal	Data de inclusão	Iniciativa do poder:	Descrição	Loteamento	Tipo de empreendimento
Não identificada			Área a nordeste	Terras Alphavile	Condomínio Fechado
10.099	2009	executivo	Fazenda Inhazinha	Itapoa	PROLAR
10.134	2009	executivo	Chácara Ipê	não localizado (entre São Martin e Tropeiros)	
10.297	2010	executivo	inclui ZI	dist ind. Norte (Frísia)	INDUSTRIA
10.634	2011	executivo	inclui ZEIS	Res. Roma e Athenas	PROLAR
10.688	2011	legislativo			
10.749	2011	executivo		vazio	
10.793	2011	executivo		Conj. Res. Costa Rica	PROLAR
10.842	2011	legislativo		Alagados Rural	Loteamento
10.952	2012	executivo	inclui ZEIS	Jd Boreal 2	PROLAR
11060	2012	executivo	zeis	Jd Santa Edwiges	Loteamento de interesse social
11.085	2012	legislativo		Jd Royal	Loteamento
11.214	2012	executivo	ZR2	não localizado	
11.250	2012	executivo	ZEIS	Res Buenos Aires	PROLAR
11.634	2013	executivo	ZR2	já incluído em 2006	
11.715	2014	executivo	ZR4	Vazio	vazio
11.739	2014	legislativo		Jd Porto Feliz	Conjunto Habitacional de interesse social (MCMV)
11.860	2014	legislativo		vazio	vazio
12.365	2015	executivo	ZR2	Jardim das Flores	Condomínio Fechado e Loteamento de interesse social (MCMV)
12.583	2016	executivo	ZR2 e ZEIS	vazio	vazio
12.487	2.016	executivo	ZR2	Recanto Brasil	Loteamento de interesse social
12.460	2.016	executivo	ZR2	Condomínio Fechado EOS Mirage	Condomínio Fechado
13.338	2018	executivo	ZR2	vazio	
13.611	2019	executivo	ZR2	vazio	
13.612	2019	executivo	ZR2	Loteamento Bela Vista (em análise EIV)	Loteamento aberto
13.795	2020	executivo	ZEIS	Mirante do Arcaño	Loteamento aberto
14.537	2022	executivo	ZEI	Maltaria Campos Gerais	Industrial

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Analisando o Quadro 1 verifica-se que 27 novas áreas foram incluídas no perímetro urbano entre os planos de 2006 e 2022, sendo 5 delas para implantação de empreendimentos de conjuntos residenciais da Companhia de Habitação de Ponta Grossa - Prolar, 02 para implantação da indústria Frísia e Maltaria Campos Gerais e as demais, acredita-se serem resultados da especulação imobiliária e da política do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Na Figura 2 pode-se observar a existência de grandes vazios, principalmente a sudeste. Em breve passeio pela área central de Ponta Grossa e seu entorno imediato, também se nota quantidade significativa de terrenos ociosos. Estas constatações corroboram com a afirmação de que os proprietários de terras e a especulação imobiliária desenham o espaço urbano de Ponta Grossa. Não foi objetivo deste trabalho levantar precisamente os terrenos subutilizados, apenas sinalizar a existência destes e visualizar sua ocupação como possível alternativa às expansões de perímetro.



Fonte: IPLAN (2018).

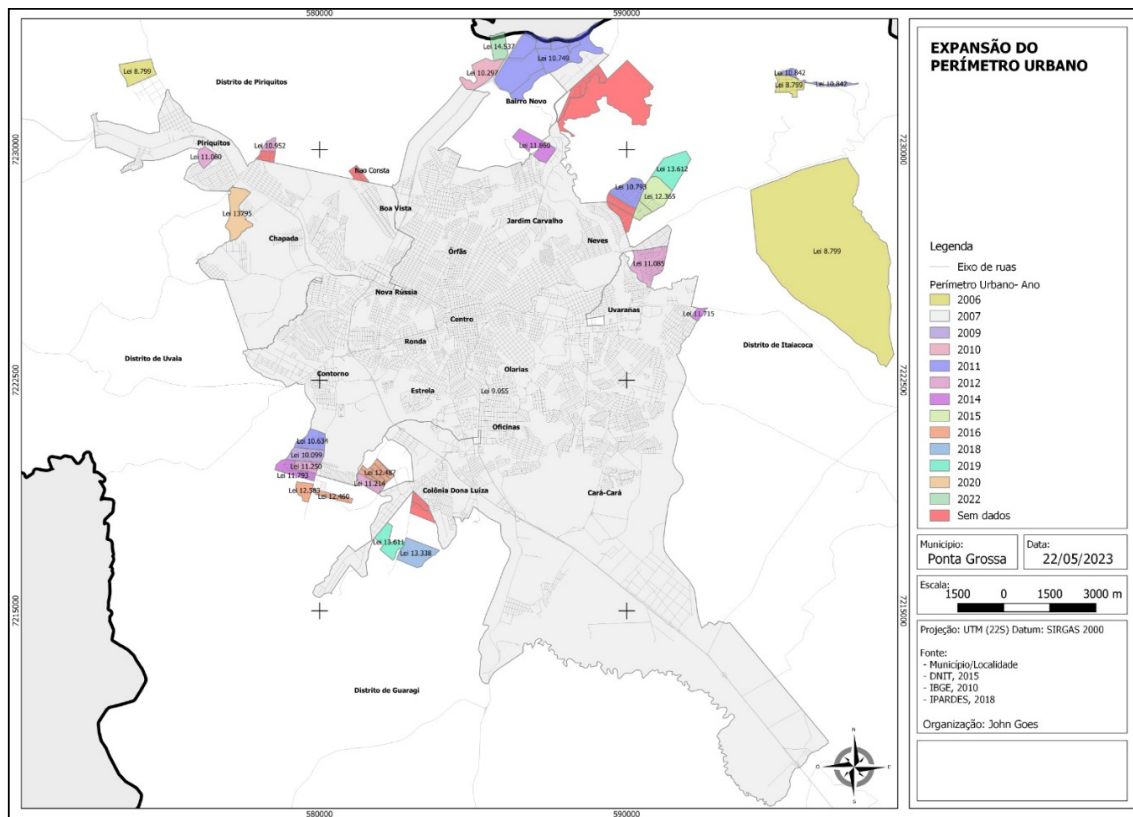
Figura 2. Mancha urbana e vazios urbanos no Município de Ponta Grossa em 2018.

A finalidade que se foi dada à maioria das expansões é a implementação habitações de interesse social, acusando também como causa da periferização a política habitacional vigente na época. Para Martins e Polli (2018) a produção habitacional do Município sempre esteve atrelada ao processo de expansão urbana, porém, após o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, em 2009 esse processo acentuou-se. Com os Municípios tendo controle absoluto sobre a produção do espaço urbano e a aprovação

dos projetos urbanísticos, os vazios urbanos - tão presentes no cenário pontagrossense, não foram utilizados. O governo optou por estimular a simbiose entre o mercado imobiliário e segregação espacial (MARTINS; POLLI, 2018)

Ainda sobre essa temática, Scheffer (2011) certifica que como a definição dos locais de implantação dos empreendimentos Minha Casa Minha Vida parte dos agentes privados (proprietários fundiários e construtoras), com consentimento dos agentes governamentais, verifica-se a alta influência desses agentes sobre a produção do espaço.

A Figura 3 revela as direções das expansões (nordeste, noroeste e sudoeste), as áreas isoladas inseridas no perímetro criando vazios entre o limite do perímetro e a área expandida, a inclusão posterior desses vazios unindo a área desconectada ao antigo limite do perímetro urbano e a existências de grades vazios urbanos no perímetro limitado em 2007 que, até 2022, não haviam sido urbanizados.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Figura 3. Expansões do Perímetro Urbano de 2006 a 2022.

Este padrão de espraiamento da urbanização da cidade produz distâncias entre as zonas residenciais situadas na periferia e as principais áreas geradoras de empregos e de consumo. Isto encarece a implantação de elementos de infraestrutura pelo poder público. Constata-se, de acordo com a pesquisa realizada, o processo de transformação de Ponta Grossa inclui a expansão da malha urbana desde o princípio até os dias atuais. No início, a ausência de regulamentação permitiu o crescimento desarticulado da cidade,

voltado aos interesses dos proprietários fundiários com vistas à especulação imobiliária. Atualmente percebe-se que embora, pareçam ocorrer em menor quantidade, as causas não diferem muito do passado, a especulação imobiliária e os interesses dos proprietários de terras continuam entre elas, uma vez que, continuam sendo incluídas áreas no perímetro urbano, inclusive desconectadas da área consolidada, mesmo diante de inúmeros vazios urbanos. Para exemplificar, basta observar na Figura 4, as expansões de 2016, antigas áreas rurais, desconectadas da malha urbana que por interesse de seus proprietários, foram transformadas em áreas urbanas garantindo sua valorização sem que fosse feito, neste caso, nenhum investimento por parte de seus proprietários.

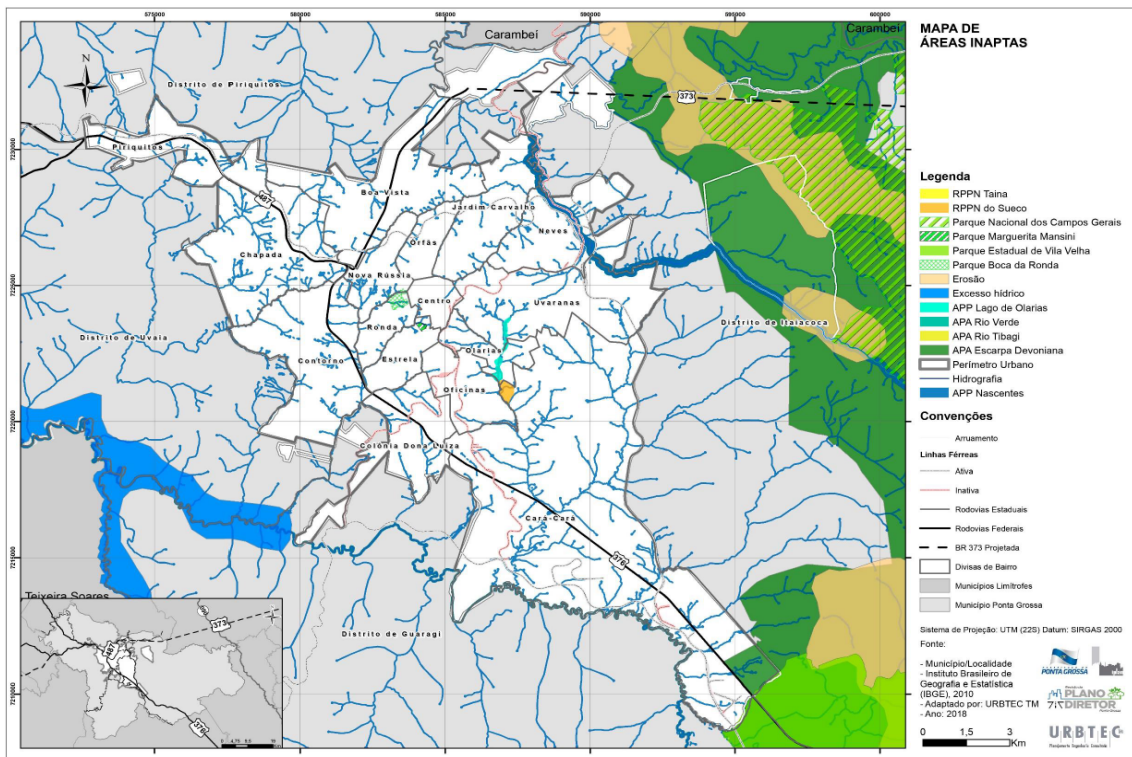
Apartir do momento que a terra é, na sociedade capitalista, entendida como mercadoria, ela passa a se submeter à dinâmica do mercado imobiliário altamente especulativo. Aguardar o incremento no valor de troca do terreno por meio de melhorias advindas da coletividade e a conversão de terra rural em urbana (mais rentável) fazem parte do processo de especular com a terra, de acordo com Oliveira (2013). São essas ações que foram identificadas no processo de expansões urbanas horizontais em Ponta Grossa desde o princípio.

Analisando a legislação municipal verifica-se a cumplicidade da ação do poder municipal neste processo de especulação e expansão territorial. A Lei Municipal 8.799 de 26/12/2006 que define o perímetro urbano para fins de planejamento do uso do solo e da administração política, fiscal e tributária, promulgada logo após a Lei do Plano Diretor de 9/10/2006 teve sua redação alterada já em 2007 e áreas incluídas no perímetro através de leis ordinárias desde 2009, ou seja, a lei de dezembro de 2006 é uma lei de pouca efetividade que permitiu um crescimento sem planejamento desde sua sanção. Com relação ao Plano Diretor de 2006, Stefaniak (2015) relata que o Plano está em sintonia com os princípios e diretrizes gerais da política urbana estabelecidas na Constituição Federal, porém, “a análise positiva do Plano Diretor não guarda consonância com a gestão da cidade e com a política de desenvolvimento urbano adotado pela administração municipal”. Verificou-se também, que a iniciativa do poder legislativo municipal, através da Lei 10.753/2012, em instituir um dos instrumentos para cumprimento da função social da propriedade e quem sabe assim, inibir a expansão urbana, foi vetada pelo poder executivo de modo conservador, contrariando as diretrizes do Estatuto da Cidade, e mesmo tendo o veto rejeitado pela câmara de vereadores, permanece até hoje, apenas no papel, sem efetividade alguma.

Oliveira (2013) resume essas constatações quando escreve:

O parcelamento de novos loteamentos periféricos quase nunca está vinculado à escassez de imóveis ou à necessidade de espaço para suportar o crescimento populacional, sendo habitual o contraste de vazios urbanos com o crescimento horizontal excessivo da malha urbana. Tais circunstâncias são sintomáticas do predomínio dos interesses imobiliários, denunciando que não há, por parte do poder público, perspectiva em se pensar na otimização de áreas já infraestruturadas, ou na indução da ocupação de lotes vazios ou subutilizados (OLIVEIRA, 2013).

Ainda sobre a permissividade dos poderes municipais, Duarte (2011), considera que as vantagens orçamentárias de transferirem um imposto federal o Imposto Territorial Rural (ITR) para um imposto municipal o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), fazem com que a legislação seja frontalmente desrespeitada, ou seja, que se criem perímetros urbanos ilusórios. Para este autor, em deixar que o próprio município defina se determinada área é rural ou urbana corre-se o risco de que, visando aumentar o recolhimento de impostos, ocorra a ocupação de áreas ambientalmente frágeis ocasionando desastres ambientais. Neste sentido, percebe-se o perigo das expansões recentes à nordeste, direção onde encontra-se a APA da Escarpa Devoniana e áreas de erosão e onde, no passado, já foi incluída a área do loteamento Jardim São Jorge em 1954.



Fonte: IPLAN (2018).

Figura 4. Áreas com restrições de Ocupação Urbana – APA da Escarpa Devoniana.

Como já mencionado, a maioria das expansões em Ponta Grossa destinaram-se a habitações de interesse social ora implementadas pela Companhia de Habitação de Ponta Grossa - PROLAR, ora por empresas privadas. Estas últimas também implantaram alguns condomínios fechados de classe média e média-alta como os empreendimentos *EOS Mirage* e *Terras Alphavile*, elencados no Quadro 1. Pode-se assim, concluir como uma das consequências deste processo de periferização a segregação socioespacial.

Sobre esse aspecto, Duarte (2011) elucidada:

O processo de periferização diz respeito não somente à ocupação das bordas territoriais dos centros urbanos, mas também reflete, comumente, um processo de periferização socioeconômica. São as camadas da população que não tem condições financeiras de morar mais próximas aos centros (mas, que delas dependem para o trabalho), que ocupam as áreas limítrofes das cidades (...). Essas pessoas são segregadas do usufruto pleno da cidade. Isso é estudado como segregação urbana, fenômeno que deve ser combatido ao se buscar a oferta de condições equânimes para todos.

Mas, há um fenômeno relativamente recente na história das cidades no Brasil: a autoss segregação. Ela ocorre quando pessoas de classes sociais de alto poder aquisitivo agrupam-se em condomínios fechados, normalmente distantes dos centros urbanos. Esses enclaves de autoss segregação têm se estendido para classes sociais medianas, ao se tornarem um objeto de desejo imobiliário (DUARTE, 2011).

Esse crescimento sem planejamento, desconexo dos planos setoriais conforme Larocca (2015), pautado pelos interesses da classe dominante através do setor imobiliário e dos proprietários fundiários, acaba por onerar o poder público municipal, uma vez que será ele o responsável pela implantação dos equipamentos públicos de educação, saúde, lazer, saneamento básico, transporte público, coleta de lixo, dentre outros. Larocca (2015), também alerta sobre a ausência de estabelecimentos de comércio e serviços nestes conjuntos que acaba por obrigar seus moradores a se deslocarem cotidianamente para o trabalho e para prover seu abastecimento alimentar diário.

Para Rolnik e Nakano (2009):

O modo de produção de moradias populares para além dos limites da cidade tem consequências graves que acabam prejudicando a todos. Além de encarecer a extensão das infraestruturas urbanas, que precisam alcançar locais cada vez mais distantes, o afastamento entre os locais de trabalho, os equipamentos urbanos e as áreas de moradia aprofundam as segregações socioespaciais e encarecem os custos da mobilidade urbana. As longas viagens diárias entre a residência e os locais de trabalho ou de ensino congestionam as vias e os transportes coletivos, prejudicando a qualidade de vida coletiva (ROLNIK; NAKANO, 2009).

Oliveira (2013) identifica também, como uma consequência dessa expansão territorial a deterioração do centro urbano, uma vez que a prioridade da sociedade não é mais a região central. Martins e Polli (2018) identificam o esvaziamento do centro de Ponta Grossa, sendo o bairro com a maior taxa de imóveis vagos. Para eles, a população de baixa renda que mais se beneficiaria da infraestrutura desta localização acaba indo morar em grandes empreendimentos em áreas de expansão urbana.

CONCLUSÃO

Ponta Grossa revisou seu Plano Diretor em 2006, seguindo as premissas do Estatuto da Cidade e orientando as ações para o desenvolvimento integrado do município para o decênio 2006-2016. Havia no plano a intenção em conter a expansão urbana de forma desordenada ao contemplar a Lei do Perímetro Urbano promulgada ainda no mesmo ano, e ao estabelecer dentre suas finalidades evitar o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura. Entretanto, conforme verificado nesta pesquisa, tais diretrizes não foram respeitadas logo nos anos seguintes, possibilitando que Ponta Grossa crescesse horizontalmente de forma desordenada, criando dificuldades para a gestão pública em promover qualidade de vida aos seus moradores.

Conforme exposto, áreas rurais foram transformadas em urbanas e incluídas no perímetro urbano tão logo este tivesse sido delimitado para fins de planejamento e continuou ocorrendo pelos anos seguintes, o que para o crescimento de forma planejada e sustentável de uma cidade é praticamente impossível. Como planejar a implantação dos equipamentos públicos, realizar um orçamento público, dentre outros, se a cada ano a cidade cresce horizontalmente exigindo mais e mais investimentos em infraestrutura, em serviços públicos sem que sejam supridas as necessidades das áreas já urbanizadas.

Como causas para este fenômeno analisaram-se a especulação imobiliária, as ações dos proprietários fundiários, a política habitacional e o interesse do poder público municipal. Verificou-se que desde o surgimento da cidade a periferização ocorre e, em certa medida, pelos mesmos motivos. Pode-se concluir que mesmo com os princípios do Estatuto da Cidade da função social da cidade e da propriedade estarem contemplados no Plano Diretor de 2006, o crescimento de Ponta Grossa continuou pautado na especulação imobiliária sob a égide do poder municipal. Verificou-se que a implantação de conjuntos habitacionais nas áreas de expansão urbana favorece apenas os proprietários fundiários pois, ao poder público fica o ônus de arcar com a implantação dos equipamentos públicos e à população residente à dificuldade no acesso à cidade.

Este crescimento espraiado que Ponta Grossa vem sofrendo onera o poder público municipal, devido à necessidade de se implantar, nestas áreas, equipamentos públicos como escolas e postos de saúde e executar a manutenção de toda a infraestrutura de abastecimento de água, esgoto, iluminação pública e promoção de transporte coletivo, coleta de lixo e segurança pública.

Um estudo sobre o impacto na tarifa de ônibus e na coleta de lixo e em outros serviços públicos gerados pela ocupação dessas áreas poderia quantificar o impacto no orçamento público contribuindo para desestimular esse fenômeno. Outra consequência deste modelo de expansão é a intensificação da segregação socioespacial. Geralmente é a população de baixa renda que acaba ocupando a maioria destes espaços longínquos, carentes de infraestrutura e de difícil acesso tanto pela ineficiência do transporte coletivo municipal como pela precariedade do sistema viário.

Através da análise das leis municipais e dos decretos regulamentadores, constatou-se que o poder público municipal é conivente com este modelo de crescimento uma vez que, ignorou as premissas do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor 2006 vetando de

modo conservador a iniciativa da Câmara de Vereadores na regulamentação de um dos instrumentos urbanísticos que mais favoreceria a ocupação de vazios, já incluídos no perímetro urbano e poderia inibir a sua expansão. Também se mostra favorável a este padrão de crescimento ao sancionar as leis aprovando as expansões, mesmo com grandes vazios ainda não urbanizados já inseridos no perímetro urbano.

Constata-se que a situação de Ponta Grossa não difere muito da que Duarte (2011) considera como um dos desafios do planejamento na sociedade atual. A periferização crescente nas grandes cidades, tanto de pessoas sem recursos para morar nas áreas mais centrais quanto de pessoas ricas que buscam fugir dos problemas urbanos é uma realidade. O aspecto complicador desse processo é que essa periferização ocorre ao mesmo tempo em que os centros das cidades entram em decadência e se esvaziam.

Em dezembro de 2022, um novo Plano Diretor entrou em vigor. Em suas diretrizes e objetivos, a clareza de uma cidade mais racional, justa e sustentável como meta. No mesmo ano, foram aprovadas, dentre outras leis integrantes do Plano diretor, a nova Lei do Perímetro Urbano, lei 15.532/2022 e a lei 14.524/2022 referente ao instrumento do Parcelamento e utilização Compulsórios e IPTU progressivo no tempo. Hoje Ponta Grossa conta com todo o aparato legal necessário para um desenvolvimento sustentável e socialmente justo, capazes de garantir o direito à cidade a todos os seus moradores se bem aplicados.

REFERÊNCIAS

- BATELLA, W. Cidades médias: da multiplicidade de definições à busca de seus limiares. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, MG, v. 20, n. 70, p. 196-215, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Wagner-Batella/publication/335404246_CIDADES_MEDIAS_DA_MULTIPLICIDADE_DE_DEFINICOES_A_BUSCA_DE_SEUS_LIMIARES/links/5d641c6892851c619d780b78/CIDADES-MEDIAS-DA-MULTIPLICIDADE-DE-DEFINICOES-A-BUSCA-DE-SEUS-LIMIARES.pdf>. Acesso em 18/12/2023.
- CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**. 3ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1999.
- DUARTE, F. **Planejamento Urbano**. 2ª ed. rev., atual. e ampl. Curitiba. Ibpx Dialógica, 2011.
- IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Arranjos Populacionais e concentrações urbanas do Brasil**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno Estatístico de Ponta Grossa**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84000>>. Acesso em 18/12/2023.
- IPLAN – INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE PONTA GROSSA. **Relatório 04 do desenvolvimento da revisão do Plano Diretor em 2018**. Disponível em: <<https://planodiretor.pontagrossa.pr.gov.br>>. Acesso em 18/12/2023.
- JAPIASSU, L. A. T.; LINS R. D. B. As Diferentes Formas de Expansão Urbana. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidade**, v.02, nº 13, 2014, pp. 15-25.

- LAROCCA JR, J. Planejamento desconexo e oportunidades perdidas: o comércio no Além-Verde em Ponta Grossa PR. **Revista de Engenharia e Tecnologia**, v.7 n° 3, 2015.
- LOWEN SAHR, C. L. Estrutura interna e dinâmica social na cidade de Ponta Grossa. In: DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; LOWEN SAHR, Cicilian Luiza (orgs.) **Espaço e cultura. Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001. p. 13-36.
- MADALOZZO, N. **Rio e Ferrovia: A produção social do espaço urbano em Ponta Grossa**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022. Disponível em: <<https://www.editorafi.org/ebook/459nisiane>>. Acesso em 18/12/2023.
- MARTINS, B. C.; POLLI, S. A. Tanta gente sem casa, tanta casa sem gente: o direito ao centro da cidade a partir da experiência de Ponta Grossa-PR. In: **Anais do Fórum Habitar**. Belo Horizonte (MG) UFMG, 2018. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/habitar/73851-tanta-gente-sem-casa-tanta-casa-sem-gente--o-direto-ao-centro-da-cidade-a-partir-da-experiencia-de-ponta-grossa->>>. Acesso em 18/12/2023.
- NASCIMENTO, E. MATIAS, L. F. Expansão Urbana e Desigualdade Socioespacial: Uma Análise da Cidade de Ponta Grossa (PR). **Revista RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, Dep. de Geografia, UFPR, v. 23, 2011. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/24833/16634>>. Acesso em 18/12/2023.
- OLIVEIRA, A. C. R. de. Agentes e efeitos da especulação imobiliária em Ponta Grossa-PR. **Revista RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, Dep. de Geografia, UFPR, 2013, p. 106-133. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/32303>>. Acesso em 18/12/2023.
- PLANO DIRETOR 2006. Disponível em: <<https://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/plano-diretor-participativo/>>. Acesso em 18/12/2023.
- PONTA GROSSA. **Lei 10.099 de 2009**. Inclui imóvel que menciona no Perímetro Urbano do município.
- PONTA GROSSA. **Lei 10.134 de 17/12/2009**. Inclui as áreas que menciona no Perímetro Urbano do município.
- PONTA GROSSA. **Lei 10.297 de 2010**. Inclui o imóvel que menciona no Perímetro Urbano de Ponta Grossa
- PONTA GROSSA. **Lei 10634 de 07/07/2011**. Inclui o imóvel que menciona no Perímetro Urbano de Ponta Grossa
- PONTA GROSSA. **Lei 10.688 de 06/09/2011**. Inclui os imóveis que menciona no Perímetro Urbano de Ponta Grossa.
- PONTA GROSSA. **Lei 10.749 de 10/10/2011**. Inclui os imóveis que menciona no Perímetro Urbano de Ponta Grossa.
- PONTA GROSSA. **Lei 10.793 de 02/12/2011**. Inclui o imóvel que menciona no Perímetro Urbano de Ponta Grossa.
- PONTA GROSSA. **Lei 10.842 de 28/12/2011**. Inclui o imóvel que menciona no Perímetro Urbano de Ponta Grossa.
- PONTA GROSSA. **Lei 10.952 de 10/04/2012**. Inclui o imóvel que menciona no Perímetro Urbano de Ponta Grossa.
- PONTA GROSSA. **Lei 11.060 de 16/07/2012**; Inclui o imóvel que menciona no Perímetro

Urbano de Ponta Grossa.

PONTA GROSSA. **Lei 11085 de 29/08/2012**. Inclui o imóvel que menciona no Perímetro Urbano do município de Ponta Grossa.

PONTA GROSSA. **Lei 11.214 de 14/12/2012**. Inclui os imóveis que menciona no Perímetro Urbano do município de Ponta Grossa.

PONTA GROSSA. **Lei 11.250 de 26/12/2012**. Inclui o imóvel que menciona no Perímetro Urbano do município de Ponta Grossa.

PONTA GROSSA. **Lei 11.634 de 20/12/2013**. Inclui o imóvel que menciona no Perímetro Urbano do município de Ponta Grossa.

PONTA GROSSA. **Lei 11.793 de 17/06/2014**. Inclui o imóvel que menciona no Perímetro Urbano do município de Ponta Grossa.

PONTA GROSSA. **Lei 11.860 de 15/07/2014**. Inclui o imóvel que menciona no Perímetro Urbano do município de Ponta Grossa.

PONTA GROSSA. **Lei 12.460 de 15/03/2016**. Inclui o imóvel que menciona no Perímetro Urbano do município de Ponta Grossa.

PONTA GROSSA. **Lei 12.487 de 06/04/2016**. Inclui os imóveis que menciona no Perímetro Urbano do município de Ponta Grossa.

PONTA GROSSA. **Lei 12.583 de 21/07/2016**. Inclui imóvel no perímetro urbano do Município de Ponta Grossa, conforme especifica.

PONTA GROSSA. **Lei 13.338 de 29/11/2018**. Inclui imóveis no perímetro urbano do Município de Ponta Grossa, conforme especifica.

PONTA GROSSA. **Lei 13.611 de 09/12/2019**. Inclui o imóvel que menciona no perímetro urbano do Município de Ponta Grossa.

PONTA GROSSA. **Lei 13.612 de 09/12/2019**. Inclui o imóvel que menciona no perímetro urbano do Município de Ponta Grossa.

PONTA GROSSA. **Lei 13.795 de 19/08/2020**. Inclui imóveis no perímetro urbano do Município de Ponta Grossa, conforme especifica.

PONTA GROSSA. **Lei 13.537 de 21/12/2022**. Inclui o imóvel objeto da matrícula 32.294 do 3º SRI, na Zona Urbana do Município, com característica industrial.

ROLNIK, R.; NAKANO, K. **As armadilhas do pacote habitacional**. Le Monde Diplomatique Brasil, 2009. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/as-armadilhas-do-pacote-habitacional/>>. Acesso em 18/12/2023.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 3ª ed. Editora Hucitec, São Paulo, 1991.

SCHEFFER, S. M. **Espaço urbano e política habitacional: uma análise sobre o programa de lotes urbanizados da PROLAR - Ponta Grossa**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - UEPG, Ponta Grossa, 2003

SILVA, L V. de O. da; OLIVEIRA, B. S. de. **Regulação e expansão urbana: a urbanização acelerada e desordenada do entorno de Brasília - Valparaíso de Goiás**. **Revista da Católica**, v. 3, p. 01-16, 2011.

STEFANIAK, J. L. **Entre a miragem e a utopia: a efetividade do direito à moradia na cidade capitalista**. 1ª ed. Editora Instituto Urbi. Ponta Grossa, 2015.

Revista Ciência Geográfica

Ensino - Pesquisa - Método

Corpo de Pareceristas/Referees' Board

1- Fundamentos e Pesquisa em Geografia:

Prof. Dr. Carlos José Espíndola (UFSC/Florianópolis – SC – Brasil)
Prof. Dr. Lucas Labigalini Fuini (IFSP/São João da Boa Vista – SP – Brasil)
Prof. Dr. Ruy Moreira (UFF/Niterói – RJ – Brasil)
Prof. Dr. Zeno Soares Crocetti (UNILA/Foz do Iguaçu – PR – Brasil)

2- Geografia Humana:

Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza (UEPG/Ponta Grossa – PR – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Franciele Miranda Ferreira Dias (SEE/Ourinhos – SP – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Maria da Graça Mello Magnoni (UNESP/Bauru – SP – Brasil)
Prof. Dr. Nelson Rego (UFRGS/Porto Alegre – RS – Brasil)
Prof. Dr. Ruy Moreira (UFF/Niterói – RJ – Brasil)
Prof. Dr. Wellington dos Santos Figueiredo (Centro Paula Souza/Cabrália Paulista – SP – Brasil)

3- Geografia Física:

Prof. Dr. Alexandre Luiz Rauber (UNIFAP/Oiapoque – AP – Brasil)
Prof. Dr. André Luiz Nascentes Coelho (UFES/Vitória – ES – Brasil)
Prof. Dr. Humberto Alves Barbosa (UFAL/Maceió – AL – Brasil)
Prof. Dr. José Mauro Palhares (UNIFAP/Oiapoque – AP – Brasil)
Prof. Dr. Lucivânio Jatobá (UFPE/Recife – PE – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Patrícia Helena Mirandola Garcia (UFMS/Três Lagoas – MS – Brasil)

4- Ensino e Aprendizagem de Geografia:

Prof. Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha (UFPA/Belém – PA – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Helena Copetti Callai (UNIJUÍ/Ijuí – RS – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Lana de Souza Cavalcanti (UFGO/Goiânia – GO – Brasil)
Prof. Dr. Lourenço Magnoni Júnior (Centro Paula Souza/Lins – SP – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Maria da Graça Mello Magnoni (UNESP/Bauru – SP – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Sílvia Aparecida de Sousa Fernandes (UNESP/Marília – SP – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Sonia Maria Vanzella Castellar (USP/São Paulo – SP – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Thiara Vichiato Breda (UNIFEESPA/Xinguara – PA – Brasil)

Corpo de Consultores (ad hoc)

Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva (UNIR/Porto Velho – RO – Brasil)
Prof. Dr. Celso Antonio Fonseca Rosas (UEPG/Ponta Grossa – PR – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Célia Alves de Souza (UNEMAT/Cáceres – MT – Brasil)
Dr. Danton Leonel de Camargo Bini (IEA/Araçatuba – SP – Brasil)
Prof. Dr. Edson Luís Piroli (UNESP/Ourinhos – SP – Brasil)
Prof. Dr. Elvís Christian Madureira Ramos (UFMS/Corumbá – MS – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Helena Copetti Callai (UNIJUÍ/Ijuí – RS – Brasil)
Prof. Dr. Ivanilton José de Oliveira (UFGO/Goiânia – GO – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Jeani Delgado Paschoal Moura (UEL/Londrina – PR – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Lisandra Pereira Lamoso (UFMS/Dourados – MS – Brasil)

Prof.ª Dr.ª Lucy Ribeiro Ayach (UFMS/Aquidauana – MS – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Márcia Siqueira de Carvalho (UEL/Londrina – PR – Brasil)
Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva (UFSC/Florianópolis – SC – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Maria José Martinelli S. Calixto (UFMS/Dourados – MS – Brasil)
Prof. Dr. Paulo Roberto Joia (UFMS/Aquidauana – MS – Brasil)
Prof. Dr. Ricardo Castillo (UNICAMP/Campinas – SP – Brasil)
Prof. Dr. Rodrigo Lilla Manzione (UNESP/Tupã – SP – Brasil)
Prof. Dr. Rodrigo Penna-Firme (PUC/Rio de Janeiro – RJ – Brasil)
Prof. Dr. Roberto Braga (UNESP/Rio Claro – SP – Brasil)
Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (UFPA/Belém – PA – Brasil)

Normas para apresentação dos originais para publicação

1 - A Revista CIÊNCIA GEOGRÁFICA – Ensino, Pesquisa e Método é a publicação eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Bauru – SP. Recebe e publica artigos inéditos e resenhas elaboradas por geógrafos, estudantes de pós-graduação, professores de Geografia da educação básica e superior e ou de ciências afins.

2 - Os artigos serão publicados a partir de revisão realizada dentro das normas técnicas do periódico, podendo conter, no mínimo 10 (dez) e no máximo 40 (quarenta) páginas, incluindo resumos e referências bibliográficas. Os títulos, resumos e palavras-chave dos respectivos artigos deverão vir em língua portuguesa, inglesa e espanhola ou francesa.

2.1 - Os artigos deverão ser revisados por profissional de Língua Portuguesa antes de envio para avaliação e publicação (ENVIAR DECLARAÇÃO EM ANEXO).

3 - A Revista Ciência Geográfica publica artigos em Português, Inglês, Francês e Espanhol sobre Geografia ou de ciências afins dentro das modalidades a seguir:

3.1 - Artigos originais: texto inédito que seja resultado de investigação científica e/ou tecnológica, projeto de qualquer natureza ou notas de pesquisa de campo;

3.2 – Não publicamos artigos oriundos de Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação (TCC). O estudante de graduação, conteúdo, poderá enviar artigos na qualidade de coautor do texto elaborado por mestres ou doutores que aparecerão como autores principais.

3.3 - Notas de pesquisa de campo: sistematização de dados ou informações inéditas colhidas em campo. Mínimo de 8 (oito) e máximo 25 (vinte e cinco) páginas, incluindo resumos e referências bibliográficas;

3.4 - Artigos sobre Educação: trabalhos de pesquisas desenvolvidos no âmbito da educação básica e superior de Graduação e Pós-Graduação, relacionados com o ensino de Geografia ou de ciências afins;

3.5 - Artigos sobre assuntos relevantes de interesse geral da Geografia ou de ciências afins;

3.6 - Artigos de revisão destinados à apresentação do progresso em área específica da Geografia;

3.7 - Resenhas sobre textos clássicos ou de referência para os estudos de Geografia ou de ciências afins (no máximo de 1.200 palavras);

3.8 - Cartografias, imagens e outras expressões gráficas: mapas, gráficos e outras figuras em que se descrevam a metodologia ou o modo de criação (softwares, técnicas etc.) (no máximo de 1.200 palavras);

3.9 - Artigos didáticos-pedagógicos sobre temas relacionados à Geografia ou de ciências afins, empregados na prática docente, que serão incluídos na seção “A Sala de Aula”, sendo no máximo cinco artigos por edição da Revista, com mínimo de 8 (oito) e máximo de 12 (doze) páginas.

4 - Os artigos submetidos deverão ter no máximo 4 autores. Artigos com mais autores serão desclassificados automaticamente.

4.1 - Para a análise, o artigo será encaminhado pelos Editores da Revista aos avaliadores ad hoc, mas sem conter o nome dos autores. Caso existam críticas ou sugestões dos avaliadores, o artigo será remetido pelos Editores ao(s) autor(es) para que se procedam as alterações solicitadas.

4.1.1 - Quando houver referência ao próprio autor, usar-se-á a forma (Autor, ano).

4.2 - Um Autor só pode voltar a publicar na Revista Ciência Geográfica após haver transcorrido seis meses de sua última publicação.

5 - Direitos autorais: Ao submeter um artigo para a Revista Ciência Geográfica, o(s) Autor (es) assume(m) que a contribuição é original e inédita. Que não está em processo de avaliação ou foi publicada em outra revista, no mesmo formato, sem a permissão por escrito dos editores. Quando um artigo com mais de um Autor subentende-se que o responsável pela submissão tem o consentimento dos demais Autores.

6 - A apresentação dos originais deve obedecer, obrigatoriamente, ao que se especifica a seguir:

a) O artigo deverá ser remetido através do site da AGB Bauru no endereço: <https://agbbauru.org.br/sub-artigo> e gravado em formato DOC ou DOCX em quaisquer dos aplicativos de edição de textos a seguir: Microsoft Word, OpenOffice, BrOffice, LibreOffice. A página será de tamanho A4, fonte Arial, corpo 12, entrelinhas com espaçamento 1,5, margens com 2,5 cm e sem número de página;

b) Título em caixa alta e negrito. Subtítulo em fonte de corpo 10;

c) Identificação dos Autores, abaixo do título e dois subtítulos;

d) Referência sobre o(s) Autor(es) no rodapé da primeira página do texto, com Minibio, ORCID e E-mail de cada um;

e) Artigos contendo mapas, figuras ou fotografias só serão aceitos estando essas imagens com resolução mínima de 300dpi (pontos por polegada) e com ampliação na largura das margens do artigo no papel A4 no formato JPG ou PNG. Para verificação, se a imagem ampliada na largura das margens do papel ficar com boa visibilidade e entendimento, poderá ser utilizada;

f) Tabelas e Quadros deverão ter seus dados digitados. Na forma de imagens (escaneadas ou retiradas da internet) não serão aceitas;

g) Notas relativas ao corpo do texto serão identificadas em ordem crescente na sequência da numeração dos autores e serão apresentadas obrigatoriamente ao final do texto, antes das referências bibliográficas.

h) O resumo poderá ter o máximo de 150 palavras; nas palavras-chave, apenas de 3 a 5 palavras.

7 - Idioma da submissão do resumo será obrigatório em três idiomas:

a) em português;

b) em inglês;

c) em espanhol ou francês.

8 - Citações:

8.1 - Todas as citações devem constar o sobrenome do Autor e o ano da publicação;

8.2 - Citações literais devem conter também o número da(s) página(s) onde ocorrem;

8.2.1 - Citações literais de até três linhas serão registradas no corpo do parágrafo, entre aspas e sem itálico;

8.2.2 - Citações literais com mais de três linhas serão registradas com recuo à esquerda de 4 cm, em corpo 11, entrelinha simples, sem aspas e sem itálico.

9 - Referências: As referências bibliográficas (se houver) após o texto, serão registradas em ordem alfabética, obedecendo as normas da ABNT:

9.1 - Livro: SOBRENOME, nomes. Título do livro: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local de Publicação: Editora, ano da publicação. No caso de autoria coletiva, devem constar os nomes do(s) organizador(es);

9.2 - Artigo: SOBRENOME, I. N. A. Título do artigo. Título do periódico, Cidade, volume, número, páginas (inicial e final), mês, ano.

9.3 - Tese/dissertação/monografia: SOBRENOME, I. N. A. Título: subtítulo. Tese/Dissertação/Monografia (Doutorado/Mestrado/Graduação em [Área de Conhecimento]) – Instituto/Faculdade, Universidade, Cidade, ano.

9.4 - Auxílio para a geração das referências nos sites:

<https://more.ufsc.br/inicio> ou

<https://referenciabibliografica.net/a/pt-br/ref/abnt>

10 - A ordem de publicação dos trabalhos é de competência exclusiva dos Editores da revista e do conselho editorial. A ordem de publicação levará em conta:

a) data da apresentação dos originais obedecidas as normas acima;

b) temática atual, envolvendo interesse científico, didático, de divulgação, extensão, afinidade com outros artigos e retomada de abordagens dos temas e situações afins;

c) disponibilidade de espaço em cada edição do periódico.

11 - As opiniões expressas nos artigos são de inteira responsabilidade dos respectivos Autores.

12 - Dado o caráter não lucrativo do periódico, os Autores não são ressarcidos pela publicação dos artigos.

13 - Os artigos devem ser encaminhados para o seguinte endereço no site da AGB Bauru, com o preenchimento da ficha: <https://agbbauru.org.br/sub-artigo>.

14 - Em caso de dúvidas pontuais, contatar: agb@agbbauru.org.br ou lourenco.junior@fatec.sp.gov.br.

15 - ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS SEÇÃO LOCAL BAURU - SP

CNPJ 00.407.524/0001-00

Rua Pedro Oliveira Tavares, 2-148 – Jardim Colonial

Bauru – SP – CEP 17047-595

Fone: (14) 99711-1450 (Prof. Lourenço Magnoni Júnior)

E-mail: agb@agbbauru.org.br

Site: <https://www.agbbauru.org.br>

CIÊNCIA

ISSN Online: 2675-5122
ISSN-L: 1413-7461

Geográfica

ENSINO - PESQUISA - MÉTODO



**Editora
Saraiva**



associação
dos geógrafos
brasileiros

Seção Bauru